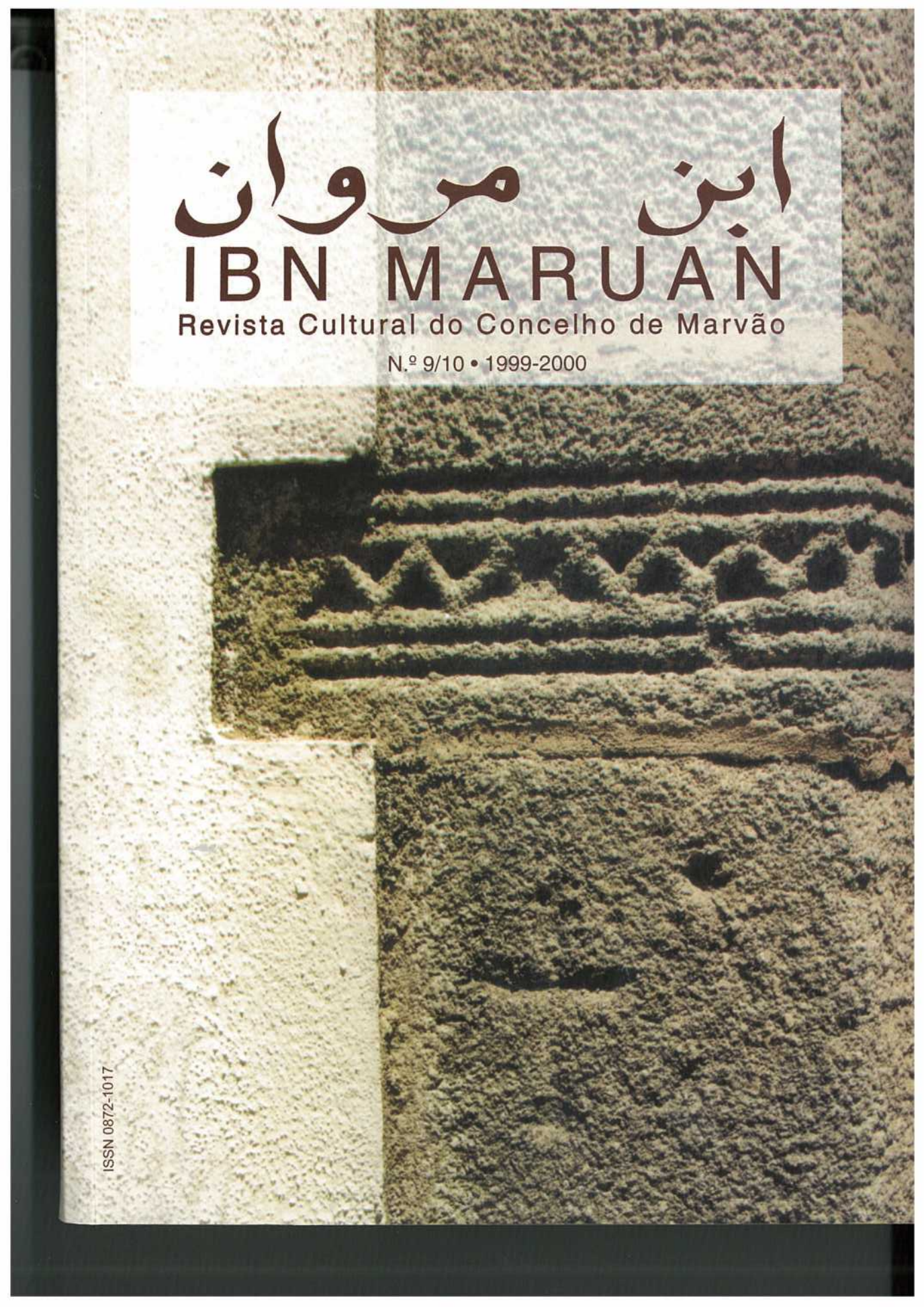




ابن مروان IBN MARUÂN

Revista Cultural do Concelho de Marvão

N.º 9/10 • 1999-2000

ابن مروان

IBN MARUÂN

Revista Cultural do Concelho de Marvão

Câmara Municipal de Marvão

*

Edições Colibri

1999 ■ 2000

ficha técnica

Director:

Jorge de Oliveira

Presidente do Conselho de Redacção:

Madalena Tavares (Vereadora da Cultura)

Conselho de Redacção:

Manuel Bugalho
(Presidente da Câmara Municipal)
António Garraio
Carmen Balesteros
Emília Machado
Hernani Sarnadas
João Vidal
Jorge de Oliveira
José Caldeira Martins
Maria da Felicidade Tavares
Vitor Frutuoso

Edição e Propriedade:

Câmara Municipal de Marvão
7730 Marvão

Na capa:

Ombreira de porta com marca de
simbologia cristã – Marvão

Colaboraram neste número:

Antonio Gonzáles Cordero, António M. F. de Sena, António Manuel Vaz Gonçalves, A. M. Dias Diogo, Clara Duarte de Oliveira, Carmen Balesteros, Cassilda Santos, Domingos Bucho, Emília Maria Mena da Cruz Machado, Fernando Branco Correia, Francisco Lourenço Vaz, Francisco Henriques, Geraldo Vidal Gonçalves, J. J. Bica, João Manuel Cruz Fernandes Parreira, João Carlos Caninas, Joaquim Carvalho, José D. Heitor Patrão, José Joaquim Garolete, Jorge de Oliveira, J. Pires Castanho, Juan Javier Enríques Navacués, Margarida Ribeiro, Maria Jesús Carrasco Martín, Miguel Correia, Nelson Almeida, Raul Ladeira, Rui Boaventura, Sérgio Pereira, Sofia Borges.

Paginação:

Colibri Artes Gráficas, Lda.

Fotolitos e Montagem:

Arte & Modo, Lda.

Execução Gráfica:

Colibri Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 1.300 exemplares

Depósito Legal: 73235/93

ISSN: 0872 - 1017

Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos seus autores.

A Direcção da Revista não se
compromete com a publicação
dos artigos não solicitados.

Solicita-se permuta.

On prie l'échange.

Exchange wanted.

Tauschverkehr erwünscht.

Índice

- 7 Editorial
- 9 Nota de Abertura
-  temas
- 13 Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão
José D. Heitor Patrão
- 27 Candidatura à Lista Indicativa para a Classificação de Marvão a Património Mundial
Domingos Bucho
- 39 Viragem de Século – O que mudou e o que não mudou em Marvão
J. Pires Castanho
- 47 Orações e Benzeduras
Emília Maria Mena da Cruz Machado
- 55 Numismática Ammaiense – Notas Preliminares
Sérgio Pereira, Joaquim Carvalho, Sofia Borges
- 71 Registos no Diário de Frei Manuel do Cenáculo sobre um Terramoto no Alentejo, em 1791
Francisco Lourenço Vaz
- 83 Prospeção Arqueológica de Marvão – Candidatura de Marvão a Património da Humanidade
Geraldo Vidal Gonçalves e João Manuel Cruz Fernandes Parreira
- 117 Contributos para o Estudo do Povoamento dos Vidais (Marvão) – II Idade do Ferro
Miguel Correia



vária

- 147** Menires do Distrito de Portalegre
Jorge de Oliveira, Clara Duarte de Oliveira
- 181** A Anta II de S. Gens (Nisa)
Jorge de Oliveira
- 239** A Anta da Tapada de Matos - Castelo de Vide
Jorge de Oliveira
- 261** O Menir do Castelo Velho
Joaquim Carvalho, Nelson Almeida
- 271** Sobre los Dólmenes de Corredor Corto de Valencia de Alcántara
Juan Javier Enríques Navacués, Maria Jesús Carrasco Martín
- 303** A Proveniência Geológica das Antas de Rabuje (Monforte, Alentejo)
Rui Boaventura
- 311** Ânforas Romanas Provenientes do Nordeste Alentejano (Herdade do Reguengo, Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte e Santa Vitória do Ameixial)
A. M. Dias Diogo
- 329** Muros-Apiários da Bacia do Médio Tejo (Regiões de Castelo Branco e Cáceres)
Francisco Henriques, João Carlos Caninas, Fernando Branco Correia, Cassilda Santos, José Joaquim Garolete
- 365** Los Grabados de Tradición Lúdica en Extremadura (España)
Antonio Gonzáles Cordero
- 391** Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcántara (Cáceres)
Carmen Balesteros, Margarida Ribeiro
- 419** Memórias Paroquiais de Amieira e Vila Flor 1758-1759
António M. F. de Sena
- 441** Letras de Barro
António Manuel Vaz Gonçalves
- 447** A Ver Marvão
Raul Ladeira, J. J. Bica

editorial

Ao nascer deste novo século e do novo milénio, quero saudar os leitores desta Revista Cultural, manifestando os melhores votos, no sentido de que, através dela, continuem a manter uma estreita e afectiva relação com o Município de Marvão.

Como todos sabem, a aposta na cultura, no património e no turismo tem sido uma das preocupações permanentes da nossa acção, enquanto vectores estratégicos do desenvolvimento futuro dos Marvanenses.

Olhar para o passado ilumina a construção do futuro e, por isso, a nossa Revista Cultural é um instrumento privilegiado de consulta sobre aquilo que fomos, como o fizemos e talvez do que devamos vir a fazer, em acordo com as nossas raízes culturais e etnográficas.

Desde o início da sua publicação, e graças à colaboração desinteressada de todos aqueles que nos honram com o envio dos seus artigos, a *Ibn Maruán* apresentou permanentemente um trabalho de grande riqueza, o que augura para este projecto um futuro de continuidade e de garantia de qualidade, inserido num recheado leque de iniciativas culturais a que a Câmara Municipal se propõe dar vida.

Este número oferece a todos os leitores um vasto e muito rico conjunto de temas e assuntos vários, com a qualidade e novidade que sempre marcou a orientação editorial da nossa revista.



nota de abertura

Mais tarde do que todos desejávamos, aqui está o número duplo nove/dez da *Ibn Maruán*.

É agradável ouvir, sobretudo da boca dos marvanenses: – Então, quando sai a nossa Revista? – Ainda demora muito?

Na verdade, tanto para as gentes deste concelho, como para os já habituais leitores, o lançamento da *Ibn* é já uma referência e é também um ponto de encontro entre autores e consumidores.

Mas, meus caros leitores, tal como escrevia na Nota de Abertura do número anterior, não é fácil editar, com a celeridade que todos desejávamos, um número desta revista. Desta vez, o atraso ficou a dever-se, sobretudo, à demora da entrega de algumas colaborações. E eu assumo que não tenho coragem para impor aos nossos autores datas inultrapassáveis. Na verdade, não abundam as colaborações com a qualidade com que esta revista se tem vindo a impor e cada vez mais se nota um angustiante desequilíbrio entre o espaço dedicado ao concelho de Marvão e o espaço de *Vária*. Este desequilíbrio preocupa-nos e, ao mesmo tempo, mostra que a *Ibn* continua a ultrapassar as naturais barreiras concelhias. Tenho esperança que, com a efectivação do Pólo Universitário de Marvão, que neste ano 2000 é já uma realidade, a investigação sobre esta região seja retomada e que os frutos comecem a reflectir-se nas páginas dos próximos números da *Ibn Maruán*.

Pelo menos, duas áreas do conhecimento – Arqueologia e Biologia – , nas suas vertentes práticas, começam agora a ser leccionadas no Pólo de Marvão da Universidade de Évora. Espera-se que este investimento, para além de facultar uma formação de campo aprofundada aos alunos, estimule trabalhos de investigação sobre esta região e que a nossa *Ibn* seja o veículo preferencial de divulgação desse conhecimento. As portas desta revista, ou melhor, as capas desta revista estarão sempre abertas a todos os que, com o seu conhecimento, nos queiram ajudar a manter este espaço vivo. Ficamos à espera e, pela nossa parte, tudo faremos para que o próximo número não demore tanto a sair quanto este.

Jorge de Oliveira



temas



Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão

- * um rosto de vivência religiosa
- * e modos do Povo

Escrever sobre as Visitações dos bispos (ou seus delegados) às igrejas dos bispados, pode ser coisa de somenos importância, resumindo breves informações da pastoral dos mesmos, no cumprimento ou não das normas doutrinárias e disciplinares.

Na linha da história nova que aponta para a história do quotidiano, surgem notícias que nos falam não só do religioso, mas do viver dos fregueses, dos seus costumes e atitudes, frente ao viver de cada dia.

É verdade que se acentua a experiência religiosa, mais do que a profana, até porque a visitação segue princípios de prática cristã, segundo as Constituições do Bispado (não deixando de atender ao comportamento dos clérigos e seculares).

Tudo isto não justifica nada, na procura de dar a conhecer algumas “provisões” que o tempo arrecadou, a seu modo, embora dado ao viés do que se espera, porque o destino do gesto pouco importa, mas o seu encantamento.

A paróquia de Santa Maria de Marvão, século XIV, esteve dependente da Ordem Militar do Hospital, de seguida, da Ordem de Malta. Seus dignatários faziam as visitas, passando, no século XVI, para a jurisdição de Portalegre, quando esta se instituiu em Bispado, 1549, passando a ter como visitantes os Prelados de Portalegre, excepto quando a Diocese estava sede vacante, isto é, sem bispo nomeado.

A igreja de Santa Maria de Marvão, com actividade assinalável, apresenta uma estrutura gótica, remodelada no século XVI e seguintes; interiormente, mostra três naves, separadas por arcadas de pilares. Os altares “adossavam-se” às paredes das naves laterais ou em capelas, para lá da capela-mor que ainda conserva a estrutura absidal gótica. Esta igreja paroquial foi a mais distinguida da Vila de Marvão, ao longo dos tempos.

Por aqui vamos – recordar algumas visitas a uma igreja concreta, Santa Maria da Vila de Marvão, efectuadas nos séculos XVII e XVIII.

As pessoas dos diversos tempos aparecem e desaparecem, mas fica o evento, o *essencial*, construído pelos actos das pessoas, das suas palavras. Os breves informes



e movimento dos acontecimentos cumprem um tempo próprio, “ilustram” uma época e desempenham uma função num jeito inacabado.

Transcrevem-se documentos na linguagem original, permitindo *sentir* a frescura da oralidade escrita; acrescento algumas notas para uma possível melhor compreensão deste tempo e destes espaços e, sobretudo, da mentalidade vinculada pelos manuscritos.

Verifica-se que a qualidade da cultura e da informação não repousa na qualidade do alimento que se fornece, mais no fervor com que se agarra.

Lembrar Marvão, melhor, a Matriz, Santa Maria, nestas circunstâncias, não se privilegia os *direitos do cristão*, mas a *história dos homens* pelos caminhos de Deus e da Humanidade.

Escrever sobre as Visitações permite, antes de tudo, oferecer palavras-chave para uma melhor compreensão.

Socorro-me das explicações do século XVI, válidas para os seguintes documentos:

No *Título 35 da Visitação e Visitadores* das Constituições Sinodais de D. Frei Amador Arrais (1582-1599), publicadas em 1589, escreve-se: “Porque o nosso officio pastoral pertence visitar todas as Igrejas do nosso Bispado, e prover o que convem pera seu reparo, e conservação de seus bees e rendas, principalmente p.a saber como vivem e fazem seu officio os Ministros della e tirar os vicios e peccados, e dar ordem como se plantem as virtudes q cada anno se visitem todas as igrejas de nosso Bispado e as visitarão nossos visitadores (quando estevermos legitimamente impedidos) aos quaes encomendamos e pedimos muy inteiramente em todas as Igrejas deste nosso Bispado, ainda que exemptas por qualquer privilegio, ou costume...”.

A seguir, vem a “*Const.am 2ª das pessoas q hão de ser presentes à Visitação, e como e por quem hão de ser chamadas*”.

“Por ser necessário ao serviço de Nosso S.or, e bem das Igrejas serem presentes à Visitação que se ouver de fazer as pesoas necessarias, ordenamos e mandamos que todos os Priores, reitores, e curas de cada hua das Igr.as tanto que nossos Visitadores andarem pelo Bispado a visitar, sejam p.entes (presentes) com os Visitadores, e assi todos os maes beneficiados e clerigos q ouver na dita Igreja e mordomos assi da fabrica da Igreja, como das maes confrarias pera com elles se ver, e assentar o que parecer maes serviço de Deos e bem das Igrejas, e isso mesmo os curas, tanto q ouvirem recado dos Visitadores, o notificarão a seus fregueses, pera que venham à Visitação...”.

Na “*Const. am 3ª em que modo se cumprirão as Visitações*”, se determina que os visitadores mandarão fazer as obras necessárias nas igrejas, cobrar dízimos, obrigações dos fregueses. No mesmo sentido, vão obrigações dos curas de ensinar doutrina, normas sobre a prática sacramental, zelo pelo culto, etc.¹.

¹ Cf. *Constituições Sinodais*, manuscrito do Arquivo da Sé de Portalegre, 1589, de D. Frei Amador Arrais; em 1999, foram publicadas por Tarsício Alves, *Constituições Sinodais de D. Frei Amador Arrais (1589)*, Portalegre, 1999.

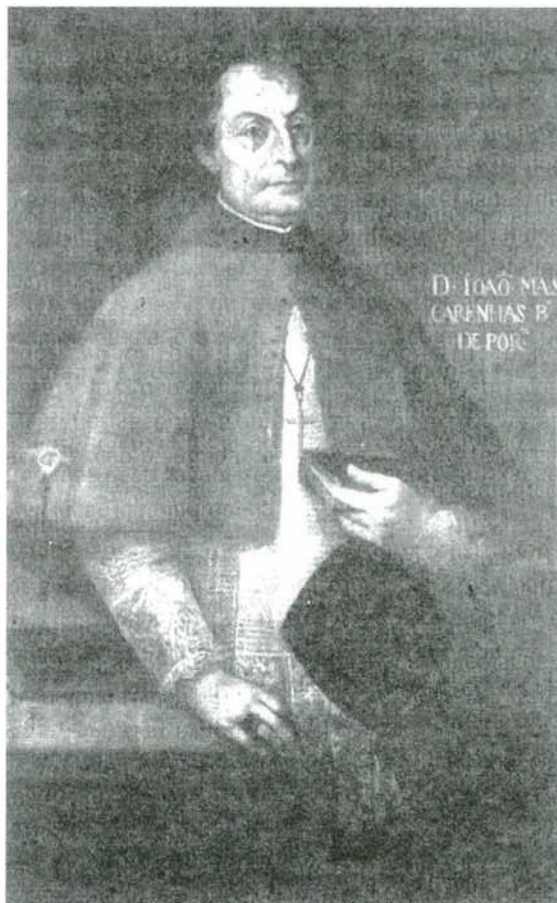
Algumas vezes, o bispo fazia-se substituir pelo Vigário Geral, seu representante, ou, quando "sede vacante", isto é, quando não havia bispo nomeado, a visitação cabia a um cônego do cabido.

"Visitação q se fez em S.a M.a Matris da V.a de Marvão este anno de 650.

O D.tor D.o (Diogo) Luis Delicado Coniguo Magistral de Theologia na sêe da Cidade de Portr.e Vesitador of.al da dita cidade, e seu Bisp.do pelloos senhores Deão e cabb.do sede vacante, A quantos esta carta de vezitassão virem ouvirem ou desta notiçia tiverem, saude e pas em nosso S.r Jesus Xpo (Cristo), q de todos he verdadeiro remedio e salvação ettc.a, faço saber q vezitando Eu pesoalm.te esta Igreja de S.ta M.a Matris da V.a de Marvão, este anno de 650, me pareseo mandar e prover as obras seguintes.

1º Pr.amente mando se compam e guardem todas as vezitasõis pasadas nos livros velhos, q não forê contrarias a esta.

2º Acho por informassão q m.tos ornam.tos das freguezias do campo dos quais estão feitos Inventarios se não verificando o respeito de q não usão delles e porq a Igreja de S. M.a matris desta V.a caresse de ornam.tos pella pobreza em q esta, Mando ao R.do Viguario da vara, mande tambem por inventario, emprestar pello tempo q lhes paresser algûs ornam.tos, Alvas vestim.tas, frontais, e o q mais lhe pareser comviniente a respeito das r.(?) sobreditas, descarregando nos imventarios a quem pertenserem



Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão



enquanto estiverem em poder do tr.o (tesoureiro) da ditta Matris, o qual tr.o se obrigara a entregar, e dar conta delles a todo o tempo q se lhe pedir.

3º O R.do Prior ou quem seu caregão servir publicara esta carta de vesitação entre 8 dias digo em todas as missas da terra... Dada em esta vezita Marvão vinte e seis dias do mês de Abril sob meu sinal e sello do R.do Cabb.do M.el João Delicado escrivão das vizitassois gerais do dito Bisp.do o escrevi de 650.

Diogo Luiz Delicado”.

Esta visitação, efectuada em 1650, é feita por um cônego da Sé de Portalegre, Diogo Luís Delicado, porque o bispado estava “vacante”, isto é, não tinha bispo a governar devido à “guerra” entre Portugal e Espanha, após 1640. Na verdade, a Santa Sé, sob pressão da Espanha, não nomeava bispos para Portugal, apesar dos pedidos do rei D. João IV e da Igreja portuguesa. Nestas circunstâncias, o nosso País esteve sem bispos nomeados, fazendo as suas vezes, geralmente, membros do cabido da diocese, propostos por carta régia, como acontece nesta visita a Marvão.

Quando se menciona, nas visitasções, ornamentos ou vestimentas faz-se referência às alfaias litúrgicas, paramentos e outras vestes de culto.

Apesar da reduzida informação desta Visitação, fica como exemplo.

Em 1687, é já o bispo de Portalegre, D. João de Mascarenhas (1686-1692) que visita Santa Maria de Marvão².

“Visitação da Prochial Igr.a de sancta M.a Matrix da Villa de Marvão o anno de 1687”.

Dom João Mascarenhas por m.ce de Deos e da Sancta See App.ca Bp.o deste Bispado de Port.e do Cons.o de sua Mg.de e seu sum.er da Cortina ettc.

A q.tos esta nossa carta de vizitação virem, ouvirem, ou della notiçia tiverem, saude e pax p.a todo sempre em Jesus Xpo nosso S.nor q de todos he verdadeiro remedio e salvação.

Fazemos saber q vizitando nós pessoalm.te esta Igr.a Matrix da Villa de Marvão este presente anno de 1687 em presente do Prior, e mais padres da ditta Igr.a e parte dos freg.es della; pello q ouvimos e nos foi ditto em visita nos pareço por servisso de D.s e bem da ditta Igr.a prover e mandar na maneira seguinte.

Prim.ram.te mandamos q se cumprão todas as vizitaçãoins passadas q não forem contrarias desta nossa q presente fazemos. Vimos q o sacrário q se acha de prezente no altar mor he incapax e por esse respeito na Vizita passada se mandou fazer outro, em termo de dois meses e estranhamos m.to ao R.do Prior não aver feito toda a dilig.a possivel p.a q com efeito se fizesse outro sacrario prinçipalm.te sendo nós informados de q na mão de Ant.o Gomes há din.ro q das Religiosas deixarão ficar p.a conserto do retabulo o q ora se não ficara com perfeição necess.a não se fazendo outro sacrário; pello q mandamos q o procurador ou rendeiro das dittas Religiosas em

² Livro de Vizitações da Matriz de Santa Maria de Marvão – desde 1650 até 1712, L.o 1.

cuja mão se achar din.ro depozitarão em p.a q com brevidade possível execute o q neste capitulo mandamos³.

Em m.tas vizitas se tem emcarregado aos R.dos Priores desta Villa o grande cuidado e vegilancia com q devem explicar a doutrina christam a seus freg.es; e fomos informados q se não acode a esta obrigação tão precisa.

Mandamos sob pena de obediencia ao R.do Prior não deixem todos os D.os e dias sanctos de explicar a doutrina christam; e ao nosso R.do Vig.o da Vara mandamos com pena de excomunhão multa na quantia de hu tostão aplicado p.a a fabrica de fora da Igr.a ao R.do Prior todos os meses q faltar ao q neste capitulo mandamos por sy ou por outrem.

Tambem fomos informados q o R.do Prior desta Igr.a vendeo o metal do sino q se quebrou e q o din.ro delle esta na sua mão pello q mandamos q o ditto R.do prior faça fazer outro sino em termo de dois meses, alias lhe sera por nos grandm.te estranhado.

Outrossim fomos informados q nesta Igr.a não há ornam.to capas de se dizer missa nos dias de festa, pello q mandamos q o fabriq. ro de dentro em termo de dois digo mandamos q athe a pr.ra visitta q fizermos se faça hum ornamento de osteda branca com suas franjas de retrós e emcarregamos m.to ao fabriq.ro q ponha grande cuidado em comprar o q neste capitullo lhe mandamos.

Tambem fomos informados q nesta Igr.a e na do Sp.o Santo têm varias pessoas extrados de mad.ra em q se sentão de q naçendo digo nos dias de concurso duvidas e diferenças sobre a preferencia dos lugares e p.a os evitar, mandamos q as pessoas a quem pertencem os dittos extrados em hua e outra Igr.a os recolhão p.a suas casa em termo de oito dias; alias ficarão p.a as mesmas Igr.as e então não averá nelles preferencia alguma, antes sera nelles lugar quem p.ro (primeiro) entrar na Igr.a sendo comuns a todos⁴.

Outrossim se nos fez queixa q nas Igr.as de S. Ant.o das areas e na de São Sebastião do monte dos Galegos se celebram o Sacram.to do baptismo solemnem.te de q não se levarem p.a esse efeito os sanctos oleos com menos decencia do q convem e p.a evitarmos este descaminho, mandamos com pena de mil rs (réis)

³ Uma das preocupações dos Prelados, além do ensino da doutrina cristã, assistência à Missa e outras exigências da prática sacramental e religiosa, era o zelo pelas peças de culto, paramentos e pelos bens da igreja que o fabricante da igreja, administrador (da Fábrica da Igreja) e gestor dos dinheiros e das obras. As Religiosas Maltesas, referidas, são do Convento de São João Baptista de Extremoz, que recebiam frutos antigos da paróquia ou da Igreja, as quais deviam repartir os proventos, a favor das obras da Igreja.

⁴ A eliminação de assentos ou cadeiras de particulares nas capelas e igrejas estava estipulado pelas Constituições Diocesanas, como refere a de D. Frei Amador Arrais: "... Ordenamos e mandamos q daqui em diante nenhuas pesoas seculares de qualquer qualidade e condiçam que seiam estem com seus assentos nas ditas capellas, assi principaes como nas em que está o S. S. (Santíssimo Sacramento)". O Vigário da Vara, delegado do Bispo em zonas do Bispado, que pode confundir-se com o arcepreste, com funções variadas – dirimir contendas, ordenar medidas disciplinares, cumprimento das normas, distinguindo-se do Vigário Geral que substitui ou representa o Bispo. Por seu lado, o meirinho, antigo oficial da Justiça do Reino, era o suporte civil para o cumprimento dos preceitos.



ametade para o acusador e o mais p.a a fabrica das freg.as desta V.a q nenhum Parocho ou sacerdote baptize solemnem.te nas ditas Igr.as.

Tambem se nos fez queixa de q nesta V.a se não goardão os D.os e dias sanctos, como manda a S. M. Igr.a o q m.to estranhamos aos R.dos Parochos por não pregarem aos seus fregueses a obrigação q tem de goardar este preceito, como tambem ao R.do Vigario da Vara e o Meyrinho por não condenar e em coimar aos deliq.tes e contumazes nesta materea, o q mandamos fação de hoje em diante com grande cuidado; e não avendo emmenda nos venhão dar parte para applicarmos remedio.

Fomos outrossim informados q os R.dos Parochos desta Villa estavam em vista de receberem e inface de Igr.a aos nubentes naturais das suas freg.as sem licença do nosso R.do Provisor; e considerando nos inconvenientes q nace de se celebrar o sacram.to do matrimonio na sobreditta forma e as nullidades q se originão como se tem visto; Mandamos q de hoje emdiante não possão os R.dos Parochos assistir aos dittos digo ao ditto sacram.to sem q os contrahentes alcancem licença do nosso R.do Provisor como he estillo nos mais bispados deste Reyno⁵.

Tambem se nos fez queixa por parte de m.tos freg.es desta Igr.a q se duvidava se o P.e Coadjutor della dizia as missas da sua semana pro populo (...).

Pello q nos pareceo justo q ao ditto P.e Coadjutor se lhe acrescente o salario p.a o q lhe arbitramos dois mil rs q avera do rendeiro das Religiosas Maltezas q cobrão as duas partes dos rendeiros da ditta Igr.a; para q por conta dos dittos mil rs digo o ditto P.e Coadjutor as missas q lhe couberem na sua alternativa pro populo...

O R.do Prior ou quem seu cargo servir publicara esta nossa carta de visitta em tres D.os ou dias santos contiguos ou interpolados na estaçam q fizerem e seus fregueses e q da publicação passe certidão, ettc.a.

Dada nesta V.a de Marvão sob nosso sinal, e sello aos 30 de Abril de 1687. O P.e M.el de Vellez escrivão..."

Seguem-se as assinaturas.

"Visita da Parochial Igr.a de S. Maria Matris de Marvão, anno 1689".

Nesta Visitação, um ano depois, o Bispo lembra a visitação anterior, com novas determinações que apontam para a prática religiosa e alguns elementos sociológicos da gente de Marvão. Transcrevem-se alguns informes desta Visitação de 14 de Maio de 1689.

"D. João M.as por m.ce de D.s (...), etc.

2. Fomos informados que os moradores nos Montes de Santo António que antigamente foi freguesia e de presente se achão fundidas nas duas freguesias desta villa, não vinhão (?) nos domingos e dias santos a ouvir Missa; pello que mandamos

⁵ Embora o processo de casamento não fosse tão "linear" como hoje, os noivos recebiam-se *in face ecclesiae*, à face da igreja, exigência da Igreja, em acto público, até para "combater" os casamentos clandestinos. Missa *pro populo* significa Missa pelas intenções do povo, obrigação do pároco.

aos R.os priores desta Igr.a e de Santiago, que não lhe contando que os moradores dos dittos Montes tem Capella que na ditta Igr.a de Santo Antonio lhe diga Missa todos os domingos e dias santos; multara a todos os que faltarem nas freguesias a ouvir Missa nos dittos dias; na forma das constituições. (...).

4. Mandamos ao R.do Prior mande fazer hum ornamento branco e hum pano de pulpito roxo, o q fara o fabiq.o de dentro de seis meses sub pena de pagar des tostões p.a a fabrica.

6. Aos R.dos Priores desta Igr.a e de Santiago não receberão a nenhûs noivos sem primeiro os examinar da doutrina christã e em q.to não souberem sufissientem.te os Misterios da Nossa santa fee os não receberã; e o mesmo exame farão os que ouverem de ser padr.os dos baptizados.

7. ... Dada em nossa visitação sub nosso sinal e sello aos catorze dias do mês de Mayo de mil seiscentos oitenta e nove. O conego Antonio Themudo D'Andrade o escrevi".



"Visita da Parochial Igr.a de Sancta M.a matris da V.a de Marvão anno de 1691".

Escrevem-se algumas ordenações de D. João de Mascarenhas na visitação deste ano.

"3. Achamos a sanchristia m.to falta de roupa branca e de algûns ornam.tos o R.do prior fassa reformar a sancristia do que lhe he necessario, e juntam.te mandará fazer hû ferro de hostias pois o não tem a ditta Igr.a; e na mesma sancristia mandará fazer hû lavatorio p.a os sacerdotes lavarem as mãos q.do vão a dizer Missa; e p.a a administração dos sacram.tos. (...).

4. Fomos informados que algûns clerigos da V.a acompanhão os deffuntos com capas indo em communidade de baxo de crux, o q he m.to p.a estranhar pois deverão



advertir que em semelhantes funções vão procionalm.e e dêvem acompanhar com sobrepelizes e barrettes. Mandamos ao destribuidor ou repartidor das Igr.as desta V.a não fassão quinhão de benesse algũ aos clerigos que não acompanharem aos deffuntos com sobrepelizes; e o nosso R.do Vig.o da vara não consentirá que de outra forma vão os clerigos aos acompanham.os elle mandará se tirem da communitade não indo no habito competente.

5. Tambem nos constou q os sacerdotes se costumão, m.tas vezes confessar em pee e encostados ao caxão da sancristia, o q he contra a forma das constituições deste Bispado... (...), pello q mandamos q nenhũ confessor oussa de conffição a nenhũ penitente ou seja a sacerdote ou secular sem o penitente estar de juelhos...”.

6. Muytas vezes se não pagão os dizimos com a inteireza que se devem pagar pellos parrochos faltarem à obrigação q tem de lerem a constituição nos tempos e forma q ella dispoem sobre o pagam.to dos dizimos. O escrivão delles terá cuidado de requerer, e notificar os parrochos desta Igr.a q o leão nos tempos nella asignalados e não o lendo nos enviará certidão de como os não notificou p.a mandarmos proceder contra elles como nos parecer just.a... Dada em acto de vizitação sob nosso signal, sello. Aos doze dias do mês de Mayo de mil seiscentos e noventa e hú”⁶.

“Vezitação da Parochial Igr.a de S. M.a da V.a de Marvão neste orezente anno de 1712”.

Considerando que a variedade é uma forma de riqueza, para tornar esta prosa mais variada, apresentam-se algumas partes de Visitações realizadas pelo bispo de Portalegre, D. Álvaro Pires de Castro e Noronha (1711-1737), uma delas em 1712, no início do seu governo, em Portalegre.

A Carta de Visitação começa da forma habitual:

“Dom Alvaro Pires de Castro Noronha por m.ce de Deos e da sancta Sé Ap.ca Bispo de Port.e... (...).

1º Vizitamos o sacrario q está no altar mayor e achamos ser de madr.a forrado de seda por dentro e nelle estar o S.mo com possivel decencia em hũ vazo de prata br.ca (branca) q he contra o ceremonial a assim ordenamos ao R.do Prior o mande logo dourar ao menos por dentro, como també fará com a Conf.a do S.or q mande dourar ao menos por dentro o outro vazo pequeno q achamos també no sacr.o (sacrário), e serve no mesmo uso da comunhão. (...).

5. Achamos ser preciso hũ cofre p.a reserva das sagradas formas no sacr.o; como he costume e principalm.te se deve observar nesta Parochia, como tão exposta à inclemencia do tempo... (...).

⁶ Nas Constituições sinodais (*Título xxv dos dizimos e primicias*) de D. Frei Amador Arrais, antes de formular as determinações e obrigações, se faz doutrina sobre os dizimos e sua razão de ser, com fundamento no Concílio de Trento.

*Dada em Visita nesta V.ª de Mar-
vão sob nosso signal, e sello aos 7 de Ag.º de 1712*
Alv.º Pires de Noronha

6. Com grandissima pena ouvimos as queixas do mal q os Mordomos da Confr.a do S.or e os P.es adscriptos acodem q.do são chamados p.a o acompanhar, vindo por esta forma tão mal observados tantos capitullos das visitas... (...).

9. Encomendamos ao P.e Prior faça praticar a estação das Almas nas Seg.a fr.a (Segunda-feira); como se costuma a Igr.a e sempre se fez e q não consinta q os P.es depois de recebidos se confessem, nê oução de confissão, salvo em caso de urgente necessari.de...

2º Vizitamos o altar collateral do Evang.o q he da invocação do Martir S. Sebastião, e tem missa todos os domingos q manda dizer a Confr.a do Anjo, q está no mesmo altar canonicam.e erecta. Tambem vizitamos o collateral da p.e (parte) da Epistola q he da invocação das Almas e tem Irmand.e canonicam.e erecta, q manda dizer missa todas as seg.das e sextas fr.as de cada semana p.las almas.

Outrossim vizitamos a Capella de N. S.ra do Rozario q també tê Confr.a canonocam.e erecta e manda dizer missa todos os sabbados.

3º Vezitamos os santos oleos, em q não achamos couza q notar: e també a pia baptismal, q por ser m.to pequena ordenamos se ponha em seu lugar outra mayor por evitar algû risco nas crianças, e a velha se pode cortar por cima e accomodar em forma q sirva de agoa benta em lugar da q tem à porta principal, porq també está incapaz e necessita de outra nova.

4º Vizitamos à sachristia, q achamos muito necessitada de calices, porq. só hû tem capaz assi por ser dourado como porq. os dous mais q tem se achão quabrados e as patenas incapazes de servirê e nesta pr.te (presente Visita) achamos m.ta grande dezação e pouco zello do R.do Prior, pricipalm.te deixando ministrar o lavatr.o (lavatório) depois da comunhão a todas as pessoas seculares homens e molheres por hû caliz sagrado em pena do q lhe ordenamos de obed.a... (...).

Dada em Visita nesta V.a de Marvão sob nosso signal e sello aos 7 de Ag.to de 1712. A Bp.o de Port.re (Álvaro Bispo de Portalegre)".

Para abreviar o fastidioso das Cartas de Visitação, transcrevem-se as ordenações mais notórias das visitas seguintes, no governo de D. Álvaro Pires de Noronha, para conhecimento da vida da Vila de Marvão.



Visitação à Igreja de Santa Maria de Marvão, 1713:

"2. Ordenamos e mandamos ao P.e Prior que mande fazer huma ambula nova p.a os santos oleos q.do vão aos enfermos..., mande dourar as copas por dentro e as patenas por cima dos dous calices como lhe ordenamos: ...hum missal novo com seus registos e reformar delles os velhos que tem; hum veio de hombros de alguma seda boa e guarnecido; hum turibulo, huma vaveta, huma caldeyrinha hum hissope de latão, tudo bem feyto como hoje se usa... e pello grande enchovalho e desacerto que vimos de toda a parte da Igr.a o P.e paga quator mil reis de multa...".

Visitação à Igreja de Santa Maria de Marvão, em 1724, pelo mesmo Bispo:

"2. Advertimos ao R.do Prior faça q nas comunhões se não administre o lavatório antes de cinco ou seis pessoas, ao menos, commungadas e sendo menos no entrevallo correspondente. (...).

3. estranhamos m.to q o p.e Prior tenha faltado ao dourado das chaves do sacrario, como temos recomendado e assim lhe ordenamos o faça logo executar; como tambem fazer huma cacha torneada com seus cordoens p.a a Amola (ambula) do santo oleo da unção, e hum pratto de estanho fino p.a a cacha dos Baptizados com veio roxo com q sempre está coberta...".

Fazendo mais um avanço no tempo e para terminar esta passagem por algumas das visitas à igreja de Santa Maria de Marvão, vejamos os reparos e incentivos de outro grande Bispo de Portalegre, D. Frei João de Azevedo (1748-1765).

"Visitação da parochial igreja de Santa Maria Matris desta Villa de Marvão anno 1749.

D. Frei João de Azevedo, da ordem de S. Bento...

Cap. 1 – 7. Deve o R.do parcho fazer em todos os domingos o asperges em sua igreja benzendo todo o povo ate as portas da igreja se ainda ahi estiver; como tão bem de ir fazer em as segundas feiras a estação das almas com asistência de todos os P.es adestritos penna de não cendo justa causa serem riscados da distribuição não som.te nesta igreja, mas tão bem em todas as suas filiaes por tempo de dous annos.

(...) 8. Admoestamos a todos os nossos parochianos especialmente aos pais de familias, que com sua familias nas suas proprias casas diante de seu oratorio tenham a sua oração; e porq. Esta he mais fervorosa...(..).

Cap. 3 – 1. Vizitando nos o S.mo Sacramento achamos estar m.to uzado e indecente o pavilhão q serve de cobertura a pixide das formulas e por esta careza (carência) necessita de hum novo de seda branca com sua guarnição pello q mandamos ao fabriq.o da fabrica de dentro o mande fazer dentro do tempo de dous mezes e fique advirtido o tezozeiro da igreja de purificar bem as formullas, q se hão de consagrar para serem reservadas em o cofre, e pixide por evitar alguma indecência as

muitas reliquias (restos das partículas), q em o mesmo vaso achamos; o mesmo fabriheiro de dentro no termo de quinze dias mandará pôr em o altar hum vaso pequeno q sirva de purificador para nelle purificar os dedos os sacerdotes... por ser indecente o purificar no vaso do lavatório...

Cap. 4 – 1. Vizitando nos a pia baptismal e seu batisterio achamos necessitados a pia de huma torn.a (torneira) de bronze com sua chave para o resiste, e tão bem de fechadura para a tapadura... (...).

Cap. 5 – 1. Vizitando nos o altar e a sua sanchristia achamos necessitar (...) de hum paramento de cor verde a saber frontal cazulla com tudo o q pertence, e capa de asperges de huma capa de cor verde, de dous vios (talvez fios, cordões) de cor branca de dous vios de cor encarnada, de huma manga de cruz rocha, de outra branca... de hum calis por haver som.te hum, q hé da custódia; e outro q he particular, as quais obras todas se mandarão fazer pella fabrica de dentro em o termo de seis mezes e tão bem duas colherinhas p.a calis...

2. ... Ordenamos q se fizesse tribuna em o altar mor p.a se expor nella o SS.mo Sacramento em quinta feira S.ta e nas mais funçoins por se evitar o armar tribuna de madeiras com as quais fica a capella ocupada e impedida para nella se fazerem sem.es funçoins com a decencia devida, o q ainda se não cumpriu, nem a factura de novos cachõis para em a sanchristia nelles se guardarem os ornamentos obra sumam.te percisa e necessr.a pello q de novo tornamos a mandar q dentro de seis meses se fação... (...).

Vizitando o altar colateral em q esta collocada a imagem de S. Miguel achamos necessitar primeiram.te de q se faça nova imagem, e q aos pés desta se não ponha a figura do demonio, e q para o mesmo altar se faça hum subpedaneo de taboado, de hum frontal rocho, de outro branco e de hum caxilho de madr.a p.a nelle se pregarem os frontaes, e de q se faça novo retabolo p.a o mesmo altar por estar indigno o q existe, pello q ordenamos q dos rendimentos das fazendas do dito Santo se fação dentro em seis meses as ditas obras, para o q o R.do Parocho mandando ajuntar em mesa aos officiaes della lhe notificarão esta nossa despozição de q passrã certidão.

Vizitando nos o altar do Anjo da guarda achamos necessitar de hum frontal rocho, de hum cachilho p.a elle de duas toalhas, de hum subpedaneo, as quais obras se farão por conta dos rendim.tos da sua confraria para o q o R.do Parocho notificará aos officiaes actuais esta nossa dispozição.

Vizitando nos o altar de nossa Sr.a do Rosario achamos necessitar de huma tribuna por evitar as indecências de publicam.te se ornar a mesma Sr.a e seu altar por cima delle, pello q ordenamos e mandamos q dentro do tempo de seis meses, se faça esta obra... (...).

Vizitando o corpo da Igr.a vimos q o pavimento da entrada para ella estar destruida, e assim a parede, q a cerca e tão bem estar destruida com pedaços posta por terra, pello q ordenamos e mandamos q tudo se repare... pelos rendimentos dos frutos desta igreja...

Tão bem vimos necesitar de se reformar nesta igr.a hum sino q tem quebrado e lhe ser preçiso e necessr.o p.a se fazer sinal aos fregueses p.a acudirem a assistir aos off.os divinos. (...).



8. Hé notorio estar a ermida de santo André (?) arruinada há m.tos annos servindo de se recolherem nella os animaes e se lançarem imundiças, e q juntam.te tem esfriado o zelo deste povo...; e porq. não tem fabrica por q se reedifique mandamos aos Piores desta villa a mandem de todo abaixar pondo no meio do lugar huma cruz.

9. Vizitando nos a ermida de S. Sebastiam dos gallegos achamos necessitar de duas bolças p.a corporaes com pallas... ser necessario hum missal com botois...(…), mandamos fazer huma colher para calis...

10. Vizitando nos a ermida de S. Domingos a achamos destituída de todo o ornato pello q rogamos e pedimos ao povo desta villa ainda em a prover do necessario sob penna de proçedermos contra ella in forma de direito...

11. Por darmos forma a proçição de Corpus Christi ordenamos e mandamos q a acompanhe todo o clero o qual se repartirá o desta villa em duas partes indo os da igr.a matriz debacho da sua cruz e os de Santiago da sua em o fim dos quais hirã o seu parocho com capa de asperges assistirão tão bem a esta proçição os parochos das filliais pela sua antiquidade com o clero de sua freguezia e cruz diante e cada parocho levará estolla e capa de asperges... (...).

15. Ordenamos e mandamos ao depositario dos bens de N. S.ra da Estrella de q somos m. administrador... (...), impede gastos e mande fazer cortinados para a tribuna mande concertar os telhados da capella e sanchristia...

Tambem ordenamos e mandamos aos confrades de n. S.ra da Estrella hajão no livro de suas contas fazer inventario dos bens q pertencem a mesma S.ra para todo o tempo constar delles (...) “.

Outras visitações se seguiram, realizadas por este Prelado, ficando alguns dados importantes, pertinentes para o conhecimento desta Vila de Marvão.

Como complemento da transcrição destas visitações, escrevo algumas notas, acentuando o valor documental destes escritos.

As visitações *inventariam*, de algum modo, bens e edificios, assinalando necessidades e desvios, alfaías, de todas as cores, peças de culto, como ornamentos, paramentos, sempre feitos do melhor material – “hum veo de ombros” de seda boa–, obras de prata dourada, píxides, cálices, sino – “para fazer sinal aos fregueses para acudirem aos officios divinos”–, obras inúmeras, constitutivas do património da Igreja de Santa Maria de Marvão.

Por elas, conhecemos sacrários de madeira que se fizeram ou mandaram fazer, de tribunas para aplicar no altar-mor e no altar de N. Senhora do Rosário, altares de talha, que o Barroco introduziu com profusão, lugares onde se expunha o S. Sacramento.

No mobiliário, a grande atenção aos “caxões da sancristia”, paramenteiros que se destinavam a guardar os paramentos ou ornamentos de uso litúrgico.

A vida sacramental da paróquia preocupava os Prelados visitantes, promovendo esta vida e prática, segundo as constituições ou eliminando os abusos.

Das advertências, feitas pelo visitador, sobressaem o exame de doutrina a fazer pelos padrinhos dos baptizados e pelos nubentes que se casavam *in face* da Igreja, a proibição de confessar de pé e de dar de beber, no “lavatório”, por um cálice

sagrado, dos que serviam à Missa. Na verdade, em Marvão, como nas outras paróquias, aos que comungavam à Missa, em costume antigo, dava-se-lhes de beber o "lavatório", isto é, água misturada com vinho, não consagrados, por cálice, geralmente, de estanho e não por um cálice da Missa, como recrimina o Bispo. Nas igrejas, é frequente encontrar estes cálices de estanho que para isto serviam.

No acompanhamento do Viático aos doentes, o Bispo determina disciplina e ordem exigidas pelas constituições, nestes actos públicos em que participavam os confrades da Confraria do Santíssimo, tal como na procissão de Corpo de Deus (*Corpus Christi*), um dos actos públicos religiosos, em todo o Portugal, mais solenes.

Voltados para dentro da Igreja, como edifício, com espaços organizados, altares, etc., as visitas referenciam alguns altares, no século XVII-XVIII, existentes em Santa Maria: do lado do Evangelho o de São Sebastião e, no lado oposto, o das Almas do Purgatório e ainda o altar-mor e de Nossa Senhora do Rosário, todos associados a Confrarias.

Numa das visitas, ordena-se que a pia baptismal, postada no baptistério, se substitua por não ser funcional e se corte e transforme em pia de água benta.

Surgem outras recomendações, como o apelo que o Bispo faz à oração em família, para que rezem frente ao oratório, em casa; sob o ponto de vista iconográfico, que a imagem de São Miguel, existente na igreja, se substitua por outra nova e "que aos pés desta se não ponha a figura de demónio". Esta tendência de suprimir os demónios das imagens (São Miguel, São Bartolomeu...) acentuou-se depois da reforma tridentina.

A "substituição" de imagens ou peças velhas, "indecentes", com o sinónimo de inconvenientes, que neste tempo não tem o significado que hoje lhe damos, a substituição ou destruição de obras velhas e incapazes era prática comum no agir destes tempos; não se restaurava, a não ser alfaia ou peças de metal precioso, habitualmente, como se explicita a respeito de uma ermida da Paróquia, em ruínas, que devia ser destruída e deixar uma cruz no seu lugar.

Nossa Senhora da Estrela, sob a responsabilidade do Bispo, aparece no pedido de cuidar do seu património e prestarem contas.

Estas notas, outras podia acrescentar, como a informação de que a paróquia estava "exposta à inclemência do tempo", *desprendem-se* das Cartas de Visitação.

Nesta altura, a importância de tudo isto depende dos interesses de cada um. Aceito que muitos destes informes se afastem de um modelo de informação, mais concreta, misturando elementos variados.

No entanto, com esta variedade de elementos do quotidiano religioso, e não só, da Vila de Marvão, torna-se a sua imagem mais ostensiva e encontram-se (ou podem encontrar-se) *algumas chaves* para abrir as portas da Igreja e da vivência da Vila de Marvão.

José D. Heitor Patrão



Candidatura à Lista Indicativa para a Classificação de Marvão a Património Mundial

A candidatura em epígrafe é um documento científico, de tese, que responde formalmente a um conjunto de questões preestabelecidas pela UNESCO.

Resumindo a argumentação que nos leva a pugnar pela classificação de Marvão como Património Mundial, constitui um documento de interesse cultural que, por isso mesmo, faz todo o sentido publicar nesta revista e dar a conhecer publicamente.

Discutido e aprovado, por unanimidade, quer pela Comissão Técnico-Científica, quer pela Comissão Consultiva, no dia 12 de Fevereiro último, foi entregue formalmente, nesse mesmo dia, ao Presidente da Comissão Nacional da UNESCO que participou na respectiva jornada de trabalho.

Aguardando o parecer positivo desta comissão, Marvão avança na preparação do dossier principal que espera entregar ainda durante o presente ano de 2000.

Domingos Bucho

CANDIDATURA À LISTA INDICATIVA

PARA A CLASSIFICAÇÃO DE MARVÃO A PATRIMÓNIO MUNDIAL

1. Nome do país: *PORTUGAL*
3. Data: *12 de Fevereiro de 2000*
4. Nome do bem: *Vila de Marvão e o monte escarpado onde se situa.*



5. Situação geográfica

Portugal Continental, Província do Alentejo (Alto Alentejo), Distrito de Portalegre, Parque Natural da Serra de São Mamede, junto à fronteira com Espanha, atingindo os 867 m de altitude, possuindo o Pelourinho da Vila as seguintes coordenadas (UTM, 29SPD X0639982 Y4361975) (Geográficas, 39° 23' 40.2" N / 007° 22' 31.7"W).

6. Descrição

O bem que se candidata constitui uma simbiose singular entre características culturais e naturais. Não se trata de um centro histórico, ou seja, de um extracto urbano antigo, fundacional, entretanto rodeado pelo desenvolvimento urbano! É, pelo contrário, toda a vila, de invulgar arcaísmo arquitectónico e urbanístico, abraçada pelas suas gigantescas fortificações roqueiras que, até aos dias de hoje, nunca extravasou, a não ser no séc. XV, com o Convento de Nossa Senhora da Estrela, também ele incluído na candidatura.

Para além da vila, teria necessariamente que se candidatar o monte escarpado onde esta se situa, acima de uma cota média de 600 m (Anexo I), apresentando características naturais de grande interesse estético e formando com a vila um todo indissolúvel. Foi este acidente geológico, de escarpas abruptas, que justificou a instalação humana de carácter defensivo e que, ao mesmo tempo, lhe conferiu características inóspitas que a mantiveram como que embalsamada no tempo até aos dias de hoje.

7. Justificação do “valor universal excepcional”

Síntese:

Marvão é um exemplo, extremo, de um tipo de habitat humano peninsular, característico do Período Islâmico e da “Reconquista” (sécs. VIII-XV), que se manteve até aos nossos dias em invulgar estado de conservação, não excedendo, a sua área urbana, a que já apresentava no final daquele período. O sítio resultou de uma simbiose invulgar entre o Homem e a Natureza, constituindo, também, um belvedere de elevado interesse estético.

Assim:

– *Enquadra-se tipologicamente na categoria referida em C, ponto 29 (i), do Operational Guidelines:*

“Cidades que são típicas de uma cultura ou de determinado período, que se mantêm quase totalmente preservadas e que permanecem largamente inalteradas



por desenvolvimentos posteriores. Neste caso, o bem a candidatar é a totalidade da cidade, incluindo os seus arredores que também devem ser preservados”.

Argumentação

Marvão, constituindo um aglomerado urbano fortificado no topo de uma crista rochosa, com uma localização explicável, exclusivamente, por razões defensivas, é um caso típico peninsular do Período Islâmico e da “Reconquista” (sécs. VIII-XV).

Os muçulmanos da região, comandados por Ibn Maruán – muladi de Mária (Mérida) de alcunha “O Galego” –, utilizaram o Monte de Ammaia – também designado por ar-Rási, no séc. X, por Ammaia de Ibn Maruán ou por Fortaleza de Ammaia –, como posto defensivo recuado quando a nova capital, Batalyaws (Badajoz), era ameaçada pelo Emir Muhammad I. Ibn Maruán empreendeu, na Península Ibérica, o que se supõe ter sido a primeira rebelião contra o Emir de Córdova, constituindo um Estado independente entre 868 e 912.

Os cristãos que conquistaram a fortaleza, ou que dela se apossaram, entre os finais do séc. XII e os princípios do séc. XIII, e a reabilitaram por toda a Idade Média, utilizaram-na, primeiro, como posto avançado da Reconquista, depois, como sentinela alerta às movimentações do país vizinho, no período pós Tratado de Alcanizes (1297) e por toda a Idade Moderna e parte da Contemporânea.

Quer numa situação, quer noutra, Marvão constituiu-se como fortificação, e consequentemente, como povoação fortificada, com uma localização tão inóspita que a faz típica, por caricatura, desse período bélico da constituição de Portugal e dos outros Reinos Peninsulares em confronto com o Sul Islâmico.

Para além da singularidade do sítio, Marvão ganha distinção acrescida pelos seguintes factos notáveis:

- Confinou-se à cintura das suas muralhas, só as extravasando no séc. XV para a edificação do convento franciscano de Nossa Senhora da Estrela.

- O aglomerado urbano, necessariamente intramuros, parece-nos suspenso no tempo, tal é o arcaísmo do seu prospecto, apresentando um riquíssimo conjunto de elementos arquitectónicos medievais e dos sécs. XV e XVI (Anexo II).

- As fortificações, em impecável estado de conservação, apresentam uma reabilitação contínua que começa nos princípios da nacionalidade (sécs. XII/XIII) e estanca no séc. XIX com o desartilhamento da Praça (Anexo III).

- Devido à sua localização, Marvão é um miradouro soberbo, desfrutando-se uma paisagem de rara beleza. Por sua vez, das cercanias, que incluem o vale por onde serpenteia o Rio Sever e onde se localiza a cidade romana de Ammaia, é igualmente bela a visualização do acidente geológico onde Marvão se alcandorou, com as casas a espreitar no topo das rochas.



7.1 Critérios que satisfaz

Critérios relativos à inscrição de bens culturais

Critério iv

“ser um exemplo relevante de um determinado tipo de construção, arquitectura, tecnologia ou paisagem que represente um estádio significativo da História da Humanidade, ou”

Argumentação

Porque a fortificação roqueira, endentada na crista quartzítica, e a arquitectura vernácula da vila, formam um conjunto de invulgar arcaísmo arquitectónico, urbanístico e paisagístico, representativo de um estádio significativo da História da Península Ibérica, concretamente, da constituição dos reinos peninsulares.

Critério v

“ser um exemplo relevante de habitat (ou fixação) humana ou de uso da terra que seja representativo de uma cultura (ou culturas), especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;”

Argumentação

Porque a fixação humana em sítio tão extremadamente inóspito, exclusivamente justificável por razões defensivas, é representativo de uma cultura que caracterizou os períodos muçulmano e da “Reconquista” na Península Ibérica (sécs. VIII-XV).

Critérios relativos à inscrição de bens naturais

Critério iii

“representar fenómenos naturais ou espaços de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional”

Argumentação

Porque o acidente geológico, com as casas a espreitar à beira das fragas, domina a paisagem, constituindo um cenário de rara beleza quando visto dos vales.

Porque a ocupação humana da eminência rochosa que sobe vertiginosamente do vale do Rio Sever até aos 867 m, na Torre de Menagem do castelo, transformou o sítio num miradouro excepcional:



“(...) o visitante pode pôr pé em terra e assistir ao seu próprio triunfo (...). De Marvão vê-se a terra toda (...). Compreende-se que, neste lugar do alto da torre de menagem do castelo de Marvão, o viajante murmure respeitosamente: “Que grande é o mundo””.

José Saramago *Viagem a Portugal* (1981)
(Prémio Nobel da Literatura 1998)

Nota estatística

Em 212 classificações europeias, só 16 cumprem o critério (V) respeitante aos bens culturais – Espanha (1), Itália (3), Grécia (3), Holanda (2), Geórgia (1), Federação Russa (1), Eslováquia (2), Finlândia (1), Suécia (1), Uzebequistão (1) – e só 6 satisfazem simultaneamente critérios mistos – Grécia (2), Macedónia (1), Suécia (1), Turquia (2).

7.2 Garantias de autenticidade ou de integridade

Critério (b) (i)

“responder positivamente ao teste de autenticidade no desenho, material, artesanato ou enquadramento e no caso de paisagens culturais, pela singularidade das suas características e componentes (...)”.

Argumentação

O património a candidatar apresenta-se, na sua globalidade, autêntico, o que significa que as inevitáveis reabilitações, registadas ao longo dos séculos, se fizeram no seu tempo, com arquitectura própria, enquadrada no contexto, e não anacronicamente. Seria, contudo, impossível, que no seio de um aglomerado urbano com uma *fácies* tão arcaica, não houvesse alguma vez alguma cedência, bem intencionada, romântica. Dois casos claramente assumidos como *pastiche* são o n.º 18 da Rua do Castelo, em estilo neomanuelino, construído em 1938 e com uma intervenção em 1953, e o antigo edifício da Casa do Povo, na Rua de Cima, no mesmo estilo, construída entre 1937 e 1938. Ambas as casas, enquadráveis no romantismo serôdio do Estado Novo, são falsos históricos assumidos, ou seja, produtos autênticos da História da Arte do seu tempo.

Critério (b) (ii)

“ter protecção adequada, legal e (ou) contratual e (ou) tradicional e mecanismos de gestão que assegurem a conservação dos referidos bens culturais ou paisagens culturais (...)”.



Argumentação

O património a candidatar está classificado, na sua globalidade, sob as formas de Monumento Nacional e de Imóvel de Interesse Público, daí resultando que sobre ele recai a vigilância e a gestão da Câmara Municipal, e do Estado, através do IPPAR e de outros organismos, como a DGEMN e o IPA.

Relação do património classificado na área a candidatar:

– As fortificações de Marvão estão classificadas como Monumento Nacional (Dec. n.º 8 226, DG 133 de 4 de Julho de 1922; Zona de Protecção, DG 116 de 16 de Maio de 1962).

– A vila está classificada como Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 37 077, DG 228 de 29 de Setembro de 1948; Zona de Protecção, DG 246 de 21 de Outubro de 1960 e DG 116 de 16 de Maio de 1962).

– O pelourinho de Marvão está classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 23 122, DG 231 de 11 de Outubro de 1933; Zona de Protecção, DG 116 de 16 de Maio de 1962).

– O Convento de Nossa Senhora da Estrela está classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 de Fevereiro de 1982).

– O cruzeiro do Convento de Nossa Senhora da Estrela está classificado como Monumento Nacional (Dec. n.º 8 228, DG 133 de 4 de Julho de 1922).

– A cidade romana de Ammaia está classificada como Monumento Nacional (Dec. n.º 37 450, DG 129 de 16 de Junho de 1949).

– Encontram-se em estudo, para classificação, outros bens, nomeadamente as Caleiras da Escusa e a Igreja de Santa Maria.

7.3 Comparação com outros bens similares

Pressupostos teóricos:

a) Classificar é comparar.

b) Só se podem comparar bens patrimoniais do mesmo tipo.

c) Só se podem comparar bens patrimoniais que, para além de pertencerem à mesma tipologia, possuam o mesmo berço histórico-geográfico.

d) A contextualização histórico-geográfica não invalida que determinado bem possua valor universal, antes pelo contrário, nada pode ter valor universal se não merecer, cumulativamente, valor regional (o Ponto 8 do Documento de



Nara, 1994, diz expressamente que "(...) o património cultural de cada um é o património cultural de todos)".

e) A eleição de determinado bem patrimonial, dentro do conjunto a que pertence, pressupõe que ele apresente qualidades singulares dentro desse conjunto.

f) A qualidade intrínseca e a autenticidade são características que acrescentam valor universal à simples singularidade.

Argumentação

A definição deste objecto de candidatura (vila de...) já é singular, uma vez que, no contexto histórico-geográfico em que nos situamos – a Península Ibérica – não existe, na Lista do Património Mundial, nenhuma situação semelhante. Existem centros históricos, vilas velhas, vilas históricas, vilas históricas fortificadas – é o caso de Cuenca –, ou seja, existem, classificados, apenas extractos urbanos, partes antigas de aglomerados populacionais de dezenas ou de centenas de milhar de habitantes, como é o caso desta última classificação espanhola. Marvão tem apenas 185 habitantes residentes intramuros, do que resulta impossível a semelhança de casos. Marvão é candidatável em bloco e essa qualidade é singular.

No contexto nacional, nenhuma situação semelhante reúne, simultaneamente, as seguintes qualidades:

- a) Espectacularidade do lugar, quer pela beleza paisagística de quem olha para Marvão, como de quem desfruta a paisagem a partir de Marvão.
- b) Características inóspitas do sítio.
- c) Magnitude, riqueza específica e conservação da fortaleza.
- d) Coerência interna, harmonia e riqueza vernacular da sua arquitectura e do seu urbanismo.
- f) Estado exemplar de conservação da vila, não existindo um só edifício ou zona urbana que destoe do conjunto.
- g) Vila viva, sede de concelho, com todas as funções urbanas e municipais activas, à sua dimensão.
- h) Aglomerado urbano fortificado que se manteve intramuros até aos dias de hoje.
- i) Riqueza histórica que se conta desde o séc. IX – desde o período em que Ibn Maruán a utilizava como refúgio militar –, embora a pudéssemos recuar ainda mais no tempo, uma vez que, neste século, tinha, entre outras designações, a de Fortaleza de Ammaia, referindo-se, portanto, à cidade romana situada no vale do Rio Sever, rio que bordeja o monte onde está Marvão.



j) Situação privilegiada em termos ambientais, encontrando-se no seio do Parque Natural da Serra de São Mamede, signatário da Carta Europeia do Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas.

No contexto europeu, Marvão só é comparável ao Mont-Saint-Michel, em França:

a) Ambas as vilas apresentam características naturais que as confinaram ao espaço intramuros da sua fundação: o mar, no caso francês, o monte escarpado, no caso português.

b) Se a motivação para as suas fundações foi diferente (religiosa, no caso francês, e defensiva, no caso português), ambas deram origem a pequenas vilas indissoluvelmente ligadas à causa fundacional.

c) Outras comunidades que se instalaram em sítios inóspitos, como os mosteiros gregos do Monte Athos, não deram origem a povoações, pelo que não pertencem à mesma tipologia.

Se bem que noutro contexto geográfico, cultural e tecnológico, é possível comparar Marvão a povoações fortificadas marroquinas, com assinalável grau de despovoamento, como o Ksar Aït-Ben-Haddou (32 km a norte de Ouarzazate).

BIBLIOGRAFIA:

1. ARQUEOLOGIA REGIONAL

1.1 Publicações Periódicas

BALESTEROS, Carmen – “Menorot em cabeceiras de sepultura medievais de Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 2, 1992.

FERNANDES, Isabel Cristina e OLIVEIRA, Jorge de – “Os mosaicos romanos do Garriancho Beirão-Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 5, 1995.

OLIVEIRA, Jorge, FERNANDES, Isabel Cristina, CAEIRO, José Olívio *et alii* – “Cidade de Ammaia-Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural de Marvão, n.º 6, 1996.

PAÇO, M. Afonso do – “Carta Arqueológica do Concelho de Marvão”, in *13.º Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, 1950.

Idem – “Populações Pré e Proto-Históricas do Concelho de Marvão”, in *XVIe Congrès International de Géographie*, Lisboa, 1953.

PATROCÍNIO, Manuel F. S. do – “A cabeça zoomórfica do Museu Municipal de Marvão e o estudo da *Cultura dos Berrões*”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 5, 1995.

VASCONCELOS, José Leite de – “Localização da Cidade de Ammaia”, *Ethnos*, n.º 1, Lisboa, 1935.



1.2 Monografias

- ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*, Editorial Verbo, 3.ª edição, s. l., 1983.
- ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*, Pub. Europa-América, 1988.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984.
- GUERRA, Amílcar – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Ed. Colibri, Lisboa, 1995.
- JALHAY, Eugénio – *Epigrafia Amaïense*, Separata da Revista *Brotéria*, v. XLV, fac. 6, Lisboa, 1947.
- LEISNER, Georg & Vera – *Die Mealithgraber Iberischen Halbinsel, Der Westen, 1, 2, 3*, Walther de Gruyter, Berlin, 1956-1965.
- MARTÍN BRAVO, Ana M. – *Los Orígenes de Lusitania – El I milenio A. C. en la Alta Extremadura*, Real Academia de la Historia, Madrid, 1999.
- OLIVEIRA, Jorge M. Forte de, BALESTEROS, Carmen – *Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura – Aramenha-Marvão*, Câmara Municipal de Marvão, Marvão, 1989.
- OLIVEIRA, Jorge M. Forte de – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Tomo I, Edição especial de *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, Marvão, 1997.
- Idem – *Antas e Menhires do Concelho de Marvão*, Separata de *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 8 (1998), Colibri, Marvão, 2000.
- PAÇO, Afonso – *Inscrição cristã do Monte Velho*, Lisboa, 1949.
- SCHATTNER, Thomas G. – *Archaeologischer Wegweiser durch Portugal*; VPVZ, Mainz am Rhein, 1998.

2. PERÍODO MUÇULMANO

2.1 Publicações Periódicas

- SIDARUS, Adel – “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, 1991.

2.2 Monografias

- IBN HAYYÁN II – Abu: Marwa:n Khalaf Ibn H.ayya:n. *Al-Muqtabas min anba:' Ahl al-Andalus*, [II/2]. Ed. de Mahmud 'A. Makki. Beirute: Dar al-Kitab al-'Arabi, 1973.
- IBN HAYYÁN III – Idem. *Al-Muqtabis*. T. [III/2]: *Chronique du règne du calife umaiyade Abd Allah à Cordoue*. Ed. de Melchior M. Antuña. Paris: P. Geuthner, 1937.



3. HISTÓRIA GERAL

3.1 Publicações Periódicas

- COSME, João dos Santos Ramalho, MANSO, Maria de Deus Beites – “O movimento comercial da alfândega de Marvão no ano de 1533”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 3 (Nova Série), 1989.
- IBN MARUÁN, Revista Cultural do Concelho de Marvão, (n.º 1, 1991 – n.º 8, 1998). Inúmeros artigos sobre os mais variados temas da História Regional e Local; Director: Jorge Oliveira.
- MACHADO, J. Liberata, GORJÃO, Sérgio – “O actual concelho de Marvão e as suas freguesias nas Memórias Paroquiais”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do concelho de Marvão, n.º 3, 1993.
- OLIVEIRA, Jorge – “Elementos para o inventário do Arquivo Municipal de Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 6, 1996.
- Idem – “Arrolamento dos bens das igrejas do concelho de Marvão em 1911”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 7, 1997.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 6 (Nova Série), 1991.

3.2 Monografias

- BARBOSA, I. de Vilhena – *As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que Teem Brasão d’Armas*, v. II, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues – *Centenário da Restauração do Concelho de Marvão (1898-1998)*, Colibri, Lisboa, 1998.
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, s. e., 2.ª edição, s. l., 1982.
- Idem – *Terras de Odiana*, 2.ª edição revista e anotada por Diamantino Sanches Trindade, Câmara Municipal de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988.
- MAIOR, Diogo Pereira Sotto – *Tratado da Cidade de Portalegre*, IN-CM / Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 1984.

4. HISTÓRIA MILITAR

4.1 Publicações Periódicas

- VENTURA, António – “Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais – alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira”, *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 1 (Nova Série), 1988.



4.2 Monografias

- ALMEIDA, João de – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3.º vol. (Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro), ed. autor, Lisboa, 1948.
- COELHO, Possidónio M. Laranjo – *O Castelo e Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaides-Mores e Principaes Governadores*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934.
- MATTOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Pub. da Comissão de História Militar, Lisboa, 1941.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar*, IN-CM, Lisboa, 1993.

5. PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

5.1 Estudo

- BUCHO, Domingos Almeida – *Inventário dos engenhos de água do Rio Sever (Marvão) (entre São Salvador da Aramenha e a Ponte Velha)*, (dossier, Parque Natural da Serra de São Mamede), 1996.

5.2 Monografias

- BUCHO, Domingos Almeida – *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico durante o Estado Novo. Intervenção nas fortificações do Distrito de Portalegre*, Tese de Doutoramento entregue na Universidade de Évora, 2000.
- KEIL, Luís – *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1943.
- MARVÃO: *OBRA ÚNICA DO HOMEM E DA NATUREZA* (Vários autores; coord.: Domingos Buchó), Câmara Municipal de Marvão, Marvão, 2000.
- OLIVEIRA, Jorge de – “A ponte quinhentista da Portagem”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 2, 1992.
- Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, IPPAR, v. II, Lisboa, 1993.

6. LITERATURA / FOTOGRAFIA / TURISMO

- ABREU, Maurício e FERNANDES, José Manuel – *Norte Alentejano*, ed. Maurício Abreu, Portalegre, 1999.
- Guia Turístico de Portugal de A a Z*, Círculo de Leitores, s. l., 1990.
- SARAMAGO, José – *Viagem a Portugal*, 1.ª edição, Círculo de Leitores, Lisboa, 1981.
- Viagens na Nossa Terra*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1997.



Viragem de Século

O que mudou e o que não mudou em Marvão

Nos finais de ano é costume fazer-se um balanço do que aconteceu nos últimos 12 meses. Daquilo que passou; daquilo que ficou; daquilo que surgiu de novo. Dos que nasceram; dos que se distinguiram na vida; dos que morreram. Daquilo que de bom aconteceu e daquilo que trouxe tristezas.

Um ano é normalmente pouco tempo para se falar de grandes ou de importantes mudanças. Mas agora, que vamos mudar de século e até de milénio, já se justifica aplicar essa análise a um prazo compatível com a escala da vida humana. E é ver como jornais e revistas se atarefam a publicar artigos onde analisam o perpassar do século XX, no âmbito dos grandes acontecimentos mundiais, das grandes descobertas; das tecnologias de informação; enfim “das grandes mudanças do século”.

E, se a unidade de estudo pode ser todo o planeta, ou apenas um país ou uma região, por que não reduzi-la à pequena escala da nossa terra, esta incomparável vila de Marvão?

Como mudaram as gentes; os costumes; os transportes; as comunicações?

Pretencioso, e certamente sem êxito, seria tentar abordar o assunto em profundidade. Mas, talvez valha a pena invocar uma série de poucos escritos e muitas memórias, para deixar um pequeno testemunho de situações que mudaram profundamente nas últimas décadas.

É claro que as mudanças são contínuas e não se saldaram no final do ano ou do século, mas as referências a datas são sempre úteis para a compreensão dos acontecimentos e das mudanças.

O que mudou, então, em Marvão-vila, Marvão-lá-no-alto nas décadas do século XX? Certamente muitas coisas mudaram, acompanhando essencialmente a evolução tecnológica, enquanto muitas outras permaneceram intactas para bem do património (local, nacional e, haja esperança, mundial).



A primeira questão que se pode pôr é perguntar como é que as pessoas se deslocavam nos “tempos antigos”, isto é, aquelas que desciam lá de cima à procura do que lhes fosse necessário, e principalmente aquelas que as circunstâncias obrigavam a escalar o alto do morro para tratarem dos seus assuntos oficiais (na Câmara Municipal, no médico).

É que Marvão (passadas certas vicissitudes de soberania mais antigas – Castelo de Vide e Valência de Alcântara) viveu ao longo das décadas do século XX, com as suas poucas centenas de habitantes, quase exclusivamente do facto de ser sede de concelho, aonde se ia contactar com a Guarda Republicana; pagar os impostos; consultar o notário.

Escassos eram os meios de transporte; de burro, de macho ou mais raramente de carroça ou de “charrette”. Mas o principal meio de deslocação era ainda a caminhada a pé.

Por estradas quase inexistentes, por azinhagas e veredas, por calçadas sempre íngremes, que a vila ficava muito alto, lá se ia caminhando ao ritmo possível de quem tinha por vezes quilómetros a percorrer.

Da Portagem, de um lado, da Fonte do Concelho e da Celorica, do outro, subiam as calçadas de origem medieval, engenhosamente aparelhadas e sabiamente construídas com adequados travamentos de pedra na infinidade de curvas necessárias à íngreme escalada.

Frequentemente, na intenção de abreviar caminhos tão sinuosos que por vezes quase parecia ter-se voltado ao ponto de partida, abriam-se “veredas” ou “atalhos” directos, obviamente tão íngremes que só os mais ágeis ou os mais resistentes podiam escalar.

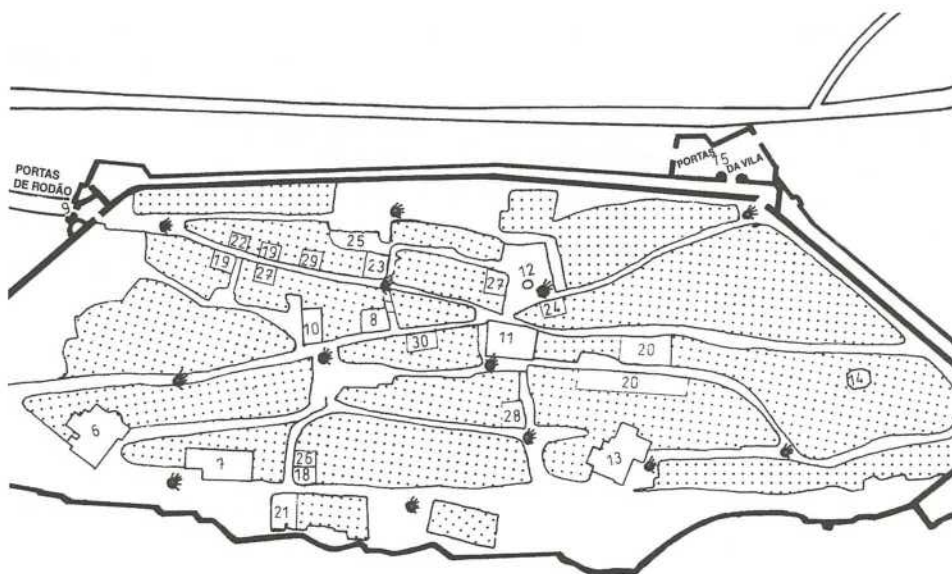
Quantos não terão seguido pelo atalho, a fim de subirem directamente da Fonte do Concelho até à Tapadinha, ou, para evitarem a curva da estrada lá adiante, seguirem directamente pela calçada até à Porta da Vila? E mais difícil ainda era subir as veredas abertas entre as inúmeras voltas da calçada da Portagem.

E a pé, sempre a pé, venciam-se distâncias de muitos quilómetros. Ocorre-me sempre a história da “Nina” que morava ao cimo da rua do Castelo e se ocupava, para ganhar a vida difícil no alto do morro, do “comércio da areia”.

A história é simples; naqueles tempos não havia detergentes, nem sabões especiais, nem pós milagrosos. A loiça difícil, os tachos e panelas, as peças de cobre eram “areadas”, isto é, esfregadas e limpas com areia tão fina quanto possível. E a nossa astuta vizinha dedicava-se a apanhar os blocos mais friáveis de quartzite que abunda na região e a moê-los, com martelo ou outras pedras mais duras, até obter a sua preciosa mercadoria. Depois, era só ir de porta em porta, tentando convencer as freguesas. Nos arredores de Marvão, em Castelo de Vide, em Portalegre.

E o meio de transporte? Naturalmente, sempre a pé. E quando, à tarde ou à noite, voltava ao alto do morro, dizia sempre: a Portalegre são quatro léguas, mas para cá são muitas mais.

Aqueles que já eram um pouco mais abastados vinham de burro ou de macho (o cavalo era animal de muito luxo), “estacionando” às portas das casas, presos



àquelas incomparáveis argolas encaixadas na parede. Pena é que muitas dessas argolas tenham sido retiradas e perdidas com o andar dos tempos.

E, para vencer grandes distâncias, como se chegava a Marvão? Em regra, as pessoas vinham de comboio até à estação da Beirã, onde contratavam uma carroça que, em “escassas” duas horas, as levava ao alto do morro. O condutor do veículo lá ia distraíndo os passageiros que, no fim da viagem, já tinham recebido toda a informação do local, desde os mexericos mais simples até aos acontecimentos mais notáveis para aquele pequeno povoado.

E o mesmo transporte (a carroça) utilizavam, ainda nos anos 30, aqueles que tinham necessidade de se deslocar à capital do distrito para tratarem de assuntos de negócios e também os estudantes que, no início dos períodos lectivos, tinham de deixar a família, para seguirem os estudos. Eram quatro horas de caminho para vencer a distância de 20 km por estradas de macadame ou até de terra batida.

E o automóvel, como era? Nos princípios dos anos 30 não havia um automóvel em Marvão. De tempos a tempos, o carro de algum turista endinheirado ou aventureiro surgia, com a velocidade possível, na estrada, já perto do Convento de Nossa Senhora da Estrela. E as gentes da terra, muito especialmente a rapaziada, corriam para a muralha, a ver chegar tão inusitado veículo.

Por volta do meio da década, teria surgido o primeiro táxi em Marvão, o automóvel do senhor Morujo, com tarifas que ainda dificilmente competiam com as da carroça do senhor Manuel. E desses tempos data a primeira garagem de Marvão (que provavelmente ainda funciona como tal), situada no Largo junto às Portas da Vila, no que é hoje chamado Largo do Doutor Martins Gralha.

Tudo isso são tempos passados e os progressos nos meios de transporte e nas vias de comunicação também chegaram a Marvão. A estrada, que desde a Portagem



vai até ao alto do morro, foi rectificada nos anos 40 com um tão feliz traçado que se percorre quase sem se saber que se vai a subir. Depois veio o asfalto, a sinalização adequada, as saídas e as entradas de outras estradas secundárias indispensáveis ao trânsito moderno. Também a estrada que vai para Espanha (Valência de Alcântara) constitui um melhoramento que interessa a Marvão.

E onde estão os burros e as carroças? Naturalmente, extintos, ou em vias de extinção.

E os automóveis? Esses, por toda a vila, em todas as garagens, em todos os parques de estacionamento; pertença de naturais da terra, de funcionários que chegam e que partem, e muito especialmente de turistas que vêm, se extasiam com tudo o que vêem e partem para sugerir aos amigos que, por amor de Deus, não percam esta preciosidade.

Muito se ganhou efectivamente com a "democratização" dos transportes. E um aspecto que impressiona fortemente, quando se pensa que muitos estudantes da escola primária vinham a pé da Celorica ou da Abegoa, é ver como hoje as carrinhas da Câmara vão até aos mais remotos locais buscar as crianças que serão os homens do século XXI.

Grande mudança se operou, desta maneira, na possibilidade de acesso à escola!

Julgo que não haverá dúvidas de que a maior mudança do século, operada em todo o mundo, diz respeito aos meios de comunicação. Quem, na pacata vila de Marvão, passe hoje pela rua e veja um jovem de telemóvel na mão, dificilmente compreenderá a dificuldade com que as notícias chegavam cá acima ou saíam para o exterior, ou até como certo tipo de comunicação se processava dentro das muralhas.

Os jornais da manhã (só havia os dois da manhã) chegavam pelo correio, no dia seguinte ao da emissão, a quem os assinasse. E assinaturas havia duas ou três (Guarda Republicana, talvez na Câmara, e pouco mais).

Nestas condições, é fácil compreender que as notícias de jornal não interessavam muito à população. À parte os assinantes, era a gente nova que, em circunstâncias especiais, esperava, por vezes ansiosamente, pelas notícias do dia anterior. E elas quase exclusivamente diziam respeito aos resultados dos desafios de futebol, ou ao desenrolar das etapas da Volta a Portugal em bicicleta. Eram os tempos áureos do Nicolau e do Trindade, que, alternadamente e durante anos, se sagravam campeões, um pelo Benfica e o outro pelo Sporting.

Por volta dos anos 30 não havia em Marvão um só aparelho de telefonia e a sua existência era como uma miragem distante. Até que um dia o médico da vila comprou um aparelho que os filhos, nas tardes de domingo, colocavam na janela dirigido para o largo fronteiro, no máximo volume de som. Era aí que a rapaziada, apinhada no largo ou na muralha em frente, ouvia encantada o relato dos desafios de futebol.

Daqui à televisão, primeiro a preto e branco, depois a cores, com programas em directo dos jogos Olímpicos de Barcelona ou da entrega de Macau à China, todos sabem como foi. E todos podem imaginar como será, porque nesta corrida vertiginosa dos meios de comunicação já nenhuma ficção se afigura impossível.

E o telefone e os telemóveis? Longe vão os tempos em que, ao fim da manhã, as pessoas esperavam ansiosamente pelo carteiro à espera de notícias.

E a comunicação “intra-muros”? Naturalmente, as pessoas conversavam e trocavam impressões, como em todo o lugar e em todo o tempo.

E como é que se levava ao conhecimento da população qualquer acontecimento de interesse geral, como por exemplo o anúncio de um produto que chegara, ou de um espectáculo teatral (daqueles que incrivelmente se realizavam no teatro no prédio lateral da “Parada”? Toda essa comunicação interna era então veiculada por uma figura ímpar que era a do “cauteleiro”. Melhor se lhe chamaria “pregoeiro”, tanto mais que os seus anúncios, gritados de cada esquina estratégica, se chamavam “pregões”.

Tudo o que era de interesse geral passava pela boca do cauteleiro e é infindável o tipo de pregões que podiam sair das tais esquinas estratégicas.

A título de exemplo, vai um muito curioso. O cauteleiro empertigava-se, enchia o peito de ar, e, como se diria hoje, com a voz adequadamente colocada, soltava o seu pregão:

– Quem quiser comprar (pausa) boa marrã fresca (pausa) a cinco mil réis cada quilo (pausa) vá a casa da senhora Maria de Matias antes que acabe.

O termo “marrã” significa aqui carne de porco fresca. Isto poderia levar-nos ao enunciado de vários termos locais muito curiosos, os quais com o andar dos tempos se foram perdendo. Mas vamos adiante.

De uma vez que um ilusionista deu o seu espectáculo no pequeno teatro da Parada, o cauteleiro apregoava à tarde:

– Quem quiser ir ver um espectáculo de habilidades, com um grande artista de Lisboa, vá hoje à noite ao teatro, por volta das 9 horas.

E, após um curto silêncio de expectativa, terminava:

– Olhem que é de graça.

De “graça” propriamente não seria, porque durante o intervalo o espectador deveria comprar uma rifa de uma garrafa de vinho, provavelmente pelo preço de um bilhete de entrada.

E, hoje, como é? Hoje, que todos nos sentimos afogados em anúncios de rádio e de televisão, umas vezes imaginados com arte, outras vezes mesquinhos e quase pornográficos, rimo-nos daquele meio de comunicação. Só que, nessa altura, o preegoeiro fazia “publicidade” (tornava pública a situação), enquanto a maioria dos anúncios de hoje não é mais do que “propaganda” conducente àquela doença social que dá pelo nome de consumismo.

E como era antigamente a urbanização de Marvão; as ruas; as casas; os arcos? Felizmente, pode dizer-se que, em termos gerais, quase nada mudou. As mesmas ruas estreitas, os mesmos arcos, as mesmas perspectivas imprevistas e surpreendentes. Ainda bem que as autoridades oficiais se “esqueceram” de Marvão por larguíssimos anos. E ainda bem que alguns marvanenses, no tempo em que quase tudo valia, intervieram no sentido de não permitirem que Marvão se “actualizasse” à maneira da época. E hoje já todos têm a consciência de quanto vale o património e de como é importante preservá-lo.

Mas, se a urbanização não se modificou, a qualidade de vida, no bom sentido da palavra “progresso”, melhorou muito consideravelmente. Basta lembrar que nos



anos 20 não havia água em Marvão (nem pública, nem domiciliária) e que era preciso ir buscá-la em cântaros, carregados ao ombro, à cabeça, ou em burros, à Fonte do Concelho ou à Celorica. Quase impossível de acreditar que assim fosse!

Só mais tarde vieram o abastecimento de água domiciliário, a rede de esgotos e a electricidade. Um aspecto curioso, resultante da abundância de água em Marvão, é o do embelezamento da vila com um lindo jardim e flores por toda a parte. Pode parecer um assunto sem importância, mas ele não passa despercebido aos elogios dos turistas. Lindos jardins haverá em toda a parte, mas o que deve impressionar os que por lá passam é o contraste entre o cinzento dos penhascos e o colorido das flores, é o facto espantoso de nascerem flores entre as pedras da calçada.

E com estes melhoramentos se caminhava já para uma época moderna.

Mas, voltando à inexistência de energia eléctrica, como é que as ruas da vila eram iluminadas durante a noite? Simplesmente com candeeiros a petróleo, colocados dentro de estruturas metálicas fixadas nas esquinas apropriadas, estruturas essas de tal beleza, que elas, ou outras semelhantes, ainda hoje albergam as lâmpadas eléctricas de iluminação.

Figura simbólica durante décadas é a do Zé Mendes. Em dias determinados, percorria, com a sua escada de madeira às costas, todos os locais de iluminação. Subia calmamente os degraus, retirava o candeeiro e descia até à rua. Aí reabastecia o depósito com petróleo e subia de novo a colocá-lo no seu lugar, até que ao princípio da noite vinha acender a "torcida". Torcida que só iria apagar na manhã seguinte.

(Um poeta dizia que aquela operação se assemelhava ao acender das estrelas).

E afinal é hoje tão fácil carregar num botão e acender uma lâmpada ou iluminar feericamente todas as torres, os portais e as muralhas do castelo!

De todo este deslizar de memórias, o que é que mudou em Marvão e o que é que não mudou? E, se alguma coisa mudou, foi para bem ou foi para mal?

Numa perspectiva de optimismo talvez um pouco exagerado, diria que foi bom terem mudado muitas coisas e que foi igualmente bom não terem mudado outras.

Quer dizer, o progresso útil e sensato foi chegando com a melhoria dos transportes e das vias de comunicação, com o abastecimento de água e de electricidade, com o telefone e a televisão, e ainda com os modernos meios de comunicação. Poucos serão os que hoje não têm telefone em casa, energia eléctrica, água canalizada, máquinas de lavar e tantos outros electrodomésticos que tornam a vida mais fácil e mais agradável.

E assim Marvão progrediu, ao contrário do que alguém vaticinava nos anos 20: sem água, sem agricultura e sem indústria, Marvão não poderá esperar um grande futuro.

Só que quem sustentava estas ideias não previa a facilidade com que a água pode chegar a qualquer local, e sobretudo não vislumbrava o sucesso que o turismo viria trazer aos locais que, como Marvão, merecidamente o conseguem.

Se aquilo que veio foi por bem, também podemos afirmar que aquilo que não veio foi igualmente por bem. Não vieram os grandes edifícios de betão, com enormes

janelas encaixilhadas em alumínio; não vieram inestéticas habitações alterando o ambiente ímpar das ruas de Marvão; não vieram as extraterrestres antenas parabólicas; não vieram o barulho e a loucura de incríveis bares e discotecas.

E de tudo isto resulta que, em Marvão, se pode continuar ainda a saborear uma atmosfera e uma calma parecidas com um paraíso; a desfrutar uma paisagem maravilhosa de 360 graus; de uma urbanização que nos surpreende a todas as esquinas; de um sistema de muralhas e de um castelo que enrijam a alma e fortalecem o espírito.

E, se "Todo o mundo é composto de mudança", o que virá a acontecer no século XXI? Ninguém o sabe, mas pode arriscar-se um vaticínio:

A fama de Marvão vai chegar a todo o mundo.



Orações e Benzeduras de Palmira da Conceição Silva, do Lugar da Portagem - Marvão

Esta recolha de Orações foi feita durante o mês de Dezembro de 1998.

Foi com grande simpatia que a Sr.^a Palmira, natural da Portagem, onde nasceu a 29 de Junho do ano de 1912, e presentemente a viver no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, me recebeu durante cerca de uma semana, e com toda a sua generosidade desde logo se colocou ao dispor para me ensinar tudo o que sabia no que diz respeito às "Benzeduras".

Esta senhora, que conta 86 anos de idade, fez estas Orações durante bastante tempo, e à sua casa, na Portagem, deslocaram-se com frequência muitas pessoas para serem "benzidas" pela senhora Palmira, mas ainda hoje, no Lar da Misericórdia, continua a benzer algumas pessoas lá internadas, que a procuram para os seus males (principalmente para curarem os "cobros").

Tal como a Sr.^a Palmira me disse, ela não cura, pois esse "dom" só Deus é que o tem, ela apenas tenta com as suas "orações" ajudar a curar quem sofre de certos males.

Quero aqui agradecer publicamente à Sr.^a Palmira da Conceição Silva, toda a disponibilidade que mostrou, bem como a sua grande simpatia na maneira como me ensinou as Orações que agora aqui transcrevo e que, de seguida, vou explicar. Quero ainda referir que as Orações e o modo de fazer a cura têm expressões próprias e que são escritas da maneira como me foram ditas, mas é assim mesmo que se devem dizer.



Estas "Orações", todas elas, têm um método de cura diferente, isto é, reza-se a "Oração" correspondente ao mal de que a pessoa sofre, depois há maneiras diferentes de proceder à cura.

Seguidamente descrevem-se as "Orações" e o resto do seu procedimento:

Benzer da Lua Entripal

(Para Crianças)

Aqui te benzo da lua entripal,
(diz-se o nome da criança)
Se a tens na cabeça,
Benzo-te em louvor de Santa Teresa.
Se a tens nos ouvidos,
Benzo-te em louvor da Senhora dos Sentidos.
Se a tens nos olhos,
Benzo-te em louvor de Santa Luzia.
Se a tens na garganta,
Benzo-te em louvor de S. Brás Bendito.
Se a tens nos braços
Benzo-te em nome do Senhor dos Passos.
Se a tens no coração,
Benzo-te em louvor de S. João.
Se a tens na perna ou no pé,
Benzo-te em louvor de S. José.
Se tens febres,
Benzo-te em nome do Mártir S. Sebastião,
Em nome de Deus e da Virgem Maria.
Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia
Tudo bem lhe sucedia.
Assim me suceda a mim,
Nesta hora e neste dia.

Pai-Nosso – Avé-Maria.

Reza-se esta oração cinco vezes.

Só se oferece em se rezando as cinco vezes. Depois diz-se:

– Ofereço estas cinco rezas da lua entripal, com estes cinco Pai-Nossos, e estas cinco Avé-Marias, a Santo Amaro Bendito, peça a Deus e será servido, tira a lua das tripas a esta criança e a enfermidade do corpo todo, em nome de Deus e da Virgem Maria. Ámen.



Modo de fazer a cura depois das orações todas feitas:

Unta-se um dedo com azeite e chega-se ao lume para aquecer, depois passa-se à volta do umbigo da criança para ficar curada (o azeite não pode entrar no umbigo).

Benzer do Quebranto

Nossa Senhora benzia o seu Menino Santo.
Assim benzo esta criatura (nome da pessoa)
De todo o quebranto.
Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia,
Tudo bem lhe sucedia.
Assim me suceda a mim,
Nesta hora e neste dia.

Pai-Nosso – Avé-Maria.

Ofereço esta oração de todo o quebranto e do quebranto atravessado.
Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amen.

Modo de fazer:

Reza-se esta oração, mais o Pai-Nosso cinco vezes, depois mete-se água num prato, benze-se e unta-se o dedo miudinho em azeite e deita-se uma pinga na água. Se o azeite ficar intacto a pessoa não tem nada, se o azeite se espalhar logo ou se ficar separado a pessoa tem quebranto.

Benzer da Lua

A lua bendita de Nosso Senhor Jesus Cristo
Por aqui passou.
A cor e a flor desta criatura levou (nome da pessoa)
A lua bendita por aqui há-de tornar a passar,
A cor e a flor desta pessoa há-de deixar
E a dela há-de levar.
Em nome de Deus e da Virgem Maria.
Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia,
Tudo bem lhe sucedia.
Assim me suceda a mim,
Nesta hora e neste dia.



Pai-Nosso – Avé-Maria.

Reza-se esta oração cinco vezes, mais o Pai-Nosso e a Avé-Maria, depois o modo de fazer é igual ao do quebranto.

Benzer do cobro

Aqui te benzo cobro
Em louvor de Santa Teresa
Para que te seques e não reverdeças.
Em nome do Deus e da Virgem Maria.
Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia,
Tudo bem lhe sucedia.
Assim me suceda a mim,
Nesta hora e neste dia.

Reza-se esta oração cinco vezes. Depois, enquanto se passa com o óleo de trigo sobre o sítio onde a pessoa tem o cobro, benze-se sempre em cruz, dizendo esta oração (uma só vez):

Cobro aqui te corto a cabeça
Para que seques e não reverdeças.
Cobro aqui te corto ao meio
Para que não dês febres nem anseio.
Cobro aqui te corto o rabo
Para que não cresças nem para a frente nem para o lado.
Em nome de Deus e da Virgem Maria. Ámen.

Pai-Nosso – Avé-Maria.

O óleo de trigo ou se compra na farmácia (hoje em dia é assim), ou então faz-se como antigamente:

Escolhe-se o trigo bago a bago, pois quando vem da eira tem muitas impurezas, de modo que sendo escolhido um a um faz um óleo mais fino e muito melhor para curar. Depois leva-se o trigo à forja de um ferreiro, aquece-se com um ferro em brasa e num ferro frio põe-se o trigo. O ferro quente põe-se em cima do trigo que logo se desfaz em óleo.

O óleo tem que ser logo aplicado na pessoa, pois se secar fica feito em nada.

Para aplicar o óleo no sítio do cobro, utiliza-se uma pena de galinha ou um pincel (que só serve para isto).



Benzer da Enzipla*

Aqui benzo esta criatura da Enzipla.

(nome da pessoa)

Jesus Cristo ia para Roma

S. Pedro vinha de lá.

– Pedro que há por lá?

– Muito fogo, muita ampola, muita enzipla, muito enziplão.

– Meu Senhor, como se curará?

Com a corda de espaz

e o azeite de Oliva

e as bênçãos da Virgem Maria.

Pai-Nosso – Avé-Maria

Reza-se esta oração cinco vezes e diz-se:

– Ofereço estas cinco orações da enzipla para que ela seque e desapareça e para que não reverdeça. Ámen.

Modo de fazer a cura:

A corda de espaz comprava-se em Espanha, desfazia-se e fazia-se um pincel pequenino que era molhado em azeite virgem (acabado de sair do lagar) e untava-se o sítio onde a pessoa tivesse a enzipla, benzendo sempre em cruz e dizendo a oração.

Benzer do Sol

Jesus Cristo ia para Roma

S. Pedro vinha de lá.

– Pedro que há por lá?

– Muito Sol, muita calma.

– Meu Senhor com que se curará?

Com um pano de linho em cruz,

um copo de água fria

e as bênçãos da Virgem Maria.

Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia,

Tudo bem lhe sucedia.

Assim me suceda a mim,

nesta hora e neste dia.

*"Enzipla"- É o modo popular de dizer "Erizipela".



Pai-Nosso – Avé-Maria

Ofereço estas cinco orações da bênção do sol, com estes cinco Pai Nossos e estas cinco Avé-Marias a Deus Nosso Senhor e à Virgem Mãe Santíssima. Ámen.

Esta bênção só se faz quando o sol está claro e a descoberto, se estiver a chover ou enublado, não se benze do sol, motivo pelo qual esta bênção é feita mais no Verão.

Modo de fazer a cura:

Um copo liso meio de água;

Um pano de linho;

Põe-se o pano de linho dobrado em bico e com os bicos para trás (a parte dobrada para a frente da cabeça), depois a pessoa inclina-se ligeiramente para a frente, a benzedeira coloca-lhe o copo com água na cabeça e com a mão esquerda segura o copo e o pano, com a mão direita vai fazendo o sinal da cruz por cima da cabeça da pessoa e vai dizendo a oração cinco vezes (a oração é sempre acompanhada pelo Pai-Nosso e Avé-Maria).

Se a pessoa tiver sol na cabeça a água começa logo a ferver dentro do copo, como se estivesse ao lume.

Se a pessoa não tiver sol na cabeça a água não ferve, fica como está.

Quando acabar de se rezar as cinco orações, a pessoa inclina-se e tira-se o copo de repente, sem entornar a água.

O pano de linho utilizado pode guardar-se até ao fim das bênções, mas nunca se seca ao sol. A água deita-se para um sítio onde não dê o sol.

Benzer do Furapão*

Aqui te benzo furapão

Para que te seques e que te vãs

Para que deixes esta vista em paz.

Em nome de Deus e da Virgem Maria.

Tudo quanto a Virgem Maria benzia e fazia,

Tudo bem lhe sucedia.

Assim me suceda a mim, nesta hora e neste dia.

Pai-Nosso – Avé-Maria

(Reza-se cinco vezes)

*Doença dos olhos – veio vermelho ou amarelo dentro do olho (na parte branca), se estiver na menina do olho, esta cura não se faz, só indo a um especialista.



Ofereço estas cinco orações da doença do furapão em louvor de Santa Teresa e da Virgem Maria.

Modo de fazer a cura:

Corta-se um dente de alho em cinco bocadinhos finos, depois com o bocadinho do alho e com a parte que tem cio, mete-se no olho da pessoa (do meio para o canto do olho).

Faz-se isto cinco vezes, cada vez com um bocadinho de alho.

Nas crianças pode-se fazer esta operação, mas com uma peça de ouro, normalmente um brinco e com o aro do brinco faz-se o mesmo tratamento.



Numismática Ammaiense

Notas Preliminares

I – Introdução

O testemunho mais representativo e extraordinário da romanização do Norte Alentejano é, certamente, a cidade romana de Ammaia. Localizada junto de importantes recursos hídricos, a antiga urbe cresceu e expandiu-se por uma área aproximada de 22 hectares, cuja área central é actualmente formada pela Quinta do Deão e Tapada de Aramenha, na freguesia de S. Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre (Figura 1).

Ignorada pelas autoridades competentes, a cidade permaneceu adormecida até 1994, ano em que ganhou vida um dos maiores projectos arqueológicos, a nível nacional, graças à determinação do Eng.º Carlos Melancia, do Prof. Doutor Jorge de Oliveira, não excluindo a colaboração de algumas instituições públicas, nomeadamente, a Câmara Municipal de Marvão e a Universidade de Évora. A constituição da Fundação Cidade de *Ammaia* foi o passo seguinte rumo à prossecução deste empreendimento turístico-arqueológico.

Concluído o levantamento topográfico e a imprescindível marcação das quadriculas, a partir de Outubro de 1994, iniciaram-se os primeiros trabalhos arqueológicos. Uma equipa qualificada, conjuntamente com alguns operários de arqueologia locais e muitos jovens nacionais e estrangeiros puseram mãos à obra e desde então têm escavado em diferentes áreas, criteriosamente seleccionadas.

A importância e a singularidade das construções postas a descoberto, umas de carácter público, outras simplesmente domésticas, é complementada pela recolha de vestígios móveis, resultantes da ocupação da cidade, na época romana. A quantidade e diversidade das cerâmicas recolhidas transmite-nos a importância funcional que teriam no quotidiano familiar. Porém, merece especial destaque a presença de um elevado número de moedas ou numismas exumadas, originárias das mais diversas oficinas de cunhagem do império romano.



AMMAIA

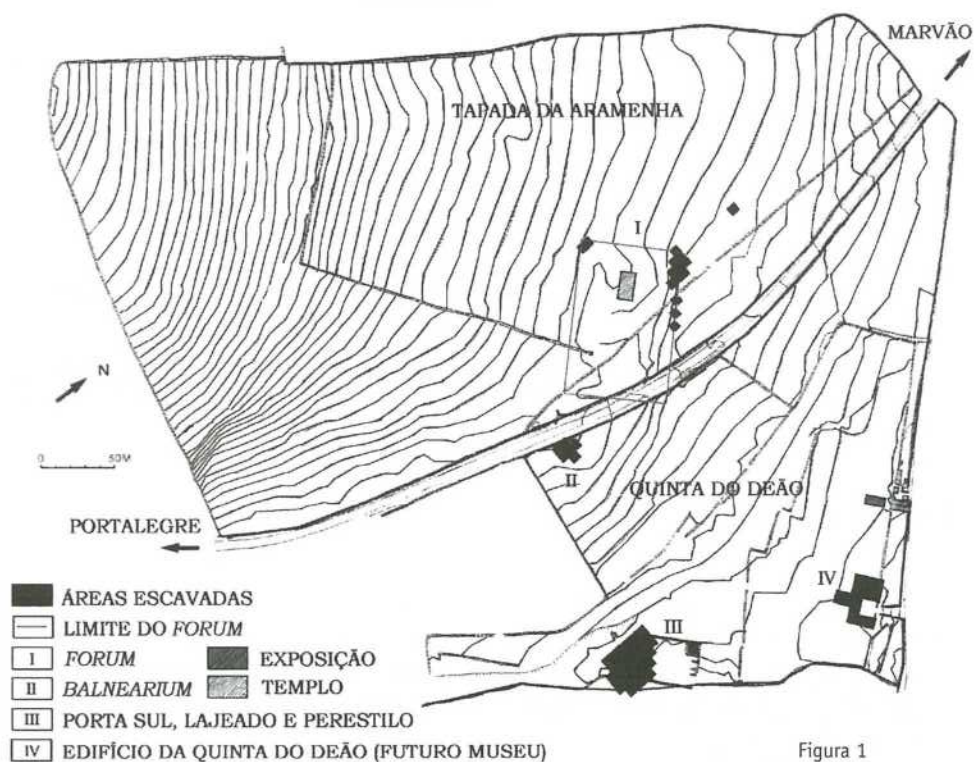


Figura 1

Assim, com este humilde contributo, pretendemos apresentar e divulgar o potencial numismático da actual colecção da Fundação Cidade de Ammaia (F.C.A.), na sua vertente quantitativa, qualitativa e importância documental. Tentaremos, ainda, analisar a sua forte concentração, ou quase inexistência, em certas áreas específicas já escavadas. Assim, não tencionamos atribuir a este estudo um carácter exclusivamente científico.

Em primeiro lugar, consideramos pertinente elaborar uma breve síntese do trabalho efectuado, até ao momento¹, resultante do esforço e da boa vontade de muitos anónimos, aqui recordados, dignos amigos da *Ammaia*.

II – Áreas de Intervenção

Privilegiando os sectores A, B e D, foram seleccionadas cinco áreas de intervenção: a Porta Sul, o Peristilo, o *Forum*, o Balneário do *Forum* e o Edifício da

¹ As informações contidas neste estudo contemplam os trabalhos efectuados até Maio de 2000, inclusive.

Quinta do Deão (Fig. 1). A existência de vestígios à superfície, bem como questões de ordem técnica determinaram a preferência daquelas áreas.

A intervenção na área, a que mais tarde denominámos Porta Sul, permitiu pôr a descoberto uma das portas da cidade, provavelmente, a mais importante, de onde seguiria uma via em direcção à capital da província, *Emerita Augusta* (Mérida). Esta entrada terá sido, num dado momento, monumentalizada com a construção de duas torres circulares, um arco, conhecido por Arco da Aramenha², e uma imponente praça pública (Figura 2). As torres ladeavam uma das portas da cidade e eram, ao mesmo tempo, o ponto de partida da muralha, limite do perímetro urbano. Do arco que fora construído entre as duas torres, apenas se conservaram vestígios do arranque do mesmo e a soleira da porta. Daqui partia um dos eixos principais da cidade, o *cardus maximus*, que dividia em duas partes, simétricas, uma praça pública, pavimentada com lajes, de granito quadrangulares. Para nosso gáudio, o lado direito da praça, para quem entra na cidade, permaneceu praticamente intacto, do lado oposto apenas restaram algumas lajes *in situ* (Oliveira, 1996a).

A limpeza de uma área, próxima daquela praça, revelou a existência de uma estrutura habitacional, com peristilo, onde sobressai a má qualidade do aparelho e a reutilização de material romano, apontando para uma cronologia tardia ou até mesmo medieval.



Figura 2 – Porta Sul.

² O Arco da Aramenha transportado para Castelo de Vide, em 1710, foi destruído nos inícios deste século, restando apenas o seu registo iconográfico e fotográfico.



A escavação na zona do *Forum* prendeu-se com a necessidade de delimitar este monumental edifício, uma vez que era visível o enchimento do *podium* do templo, elemento fundamental, neste tipo de equipamento urbano. Conhecendo-se com alguma exactidão as respectivas dimensões do edifício, o limite lateral virado a nordeste e o limite noroeste, estão, neste momento, parcialmente delimitados.

Foi também identificada, após a limpeza de um moroiço que se encontrava junto à estrada nacional, urna pequena *natatio* e um conjunto de estruturas e condutas pertencentes ao provável balneário do *Forum*, dada a sua proximidade e centralidade (OLIVEIRA, 1996b).

Por último, a intervenção no interior das divisões do Ed. da Quinta do Deão (Fig. 4) tiveram como objectivos primordiais avaliar o estado de consolidação das paredes deste, antes da sua recuperação, já que neste local será instalado o Museu Monográfico de *Ammaia*, e verificar se o edifício não teria sido construído sobre ruínas romanas, uma vez que foi edificado dentro do perímetro urbano. Esta última suspeita veio a confirmar-se, revelando as escavações, em quase todas as divisões, um conjunto significativo de estruturas habitacionais, bem como um significativo espólio cerâmico e numismático. Nalguns casos, a edificação do mesmo destruiu parte dos muros antigos, em pontos de cruzamento com os recentes.

Por outro lado, as obras de conservação e restauro do edifício revelaram que na sua construção, foi reutilizado muito material da cidade, nomeadamente, lajes da Porta Sul, epígrafes, colunas, capitéis, silhares, entre outros.

Relativamente à área total intervencionada, estão já escavados cerca de 1654,3 m², o que representa aproximadamente 0,7% da área total da cidade. Tendo



Figura 3 – Edifício da Quinta do Deão durante as obras de restauro.

em conta que a potência de solo é variável, consoante o local em que se escava, em termos volumétricos foram escavados cerca de 1390 m³, de terra e pedra.

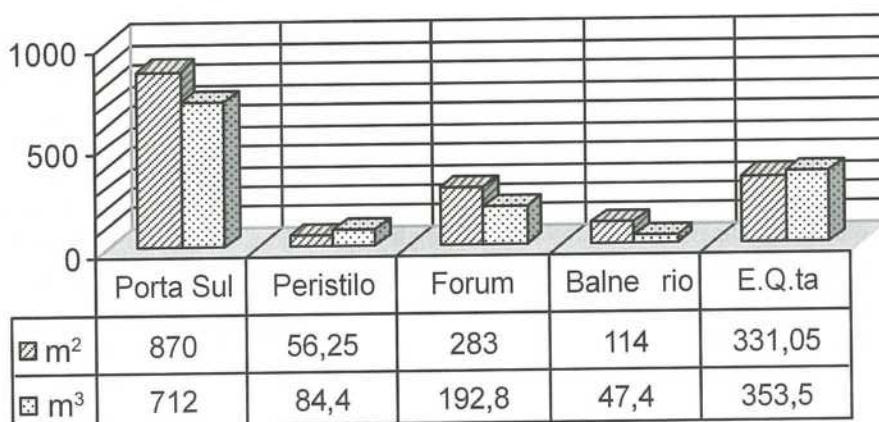


Gráfico 1 – Área e volume das escavações efectuadas até Maio de 2000, inclusive.

A zona sobre a qual recaiu mais de 50% do trabalho efectuado foi a Porta Sul, em termos de área e volume, seguindo-se o Ed. Q.^{ta} do Deão³ com 20% da área escavada e o *Forum* com 17,1%. No edifício foi registada a maior potência de solo, chegando a atingir cerca de 1,06 metros, valor médio.

Destas intervenções resultou um importante espólio, do qual destacamos a presença de cerâmica de construção, cerâmica comum, *terra sigillata*, vidros, moedas, objectos metálicos, algumas epígrafes, entre outros. De todos estes objectos utilitários, testemunhos da cultura material da população que ocupou a cidade por mais de quatro séculos, atentemos sobre o elevado número de numismas que aqui foram perdidos, abandonados ou escondidos.

III – Áreas de Recolha

A origem da actual colecção numismática, da F. C. da *Ammaia* resultou maioritariamente das intervenções arqueológicas acima citadas, 1118 exemplares, 10 recolhidos à superfície, sem contexto, e ainda graças à doação de 85 exemplares, por parte de três particulares⁴, o que totaliza 1213 numismas. A concentração de moedas

³ Estes dados incluem uma sondagem preventiva efectuada no exterior do edifício, tendo em vista o alargamento dos futuros sanitários (Est. II).

⁴ Do Sr. McCartney (Inglaterra) chegaram-nos 47 numismas, entre os quais um denário republicano do séc. II a.C.; o Sr. José Nogueiro (Portagem – Marvão) ofereceu 35 numismas entre os quais um ceitil (séc. XV) e um pataco (séc. XIX); e o Sr. João M. Cebolas (S. Salvador da Aramenha – Marvão) 3 numismas. Recorde-se que todos estes numismas estão desprovidos de contexto arqueológico.



nesta cidade é substancialmente mais elevada, 0,73 moedas por m², comparativamente a Conimbriga, cerca de 0,29/m², tendo em conta que algumas das áreas aí escavadas se assemelham: o *forum* reconstruído, flaviano, grandes termas do Sul e *insulae* claudianas (PEREIRA, 1974).

Analisemos, agora, a sua concentração espacial, nas várias áreas escavadas, conscientes de que estes dados servem apenas como indicadores, pois existem muitos factores que condicionam esta variante.

Na Porta Sul recolheram-se 386 numismas, sendo a sua concentração de 0,44 moedas por m² e 0,54 moedas por m³. A entrada da cidade era pavimentada, e, como espaço público, é mais provável que a acumulação de moedas nesta zona tenha resultado da movimentação de terras, ao longo dos séculos, ou por arrastamento, provocado pela actividade agrícola, praticada até à actualidade. No entanto, no interior das torres, recolheram-se 135 moedas, 86 das quais na torre mais baixa e 49 na torre mais alta. Nesta última, merece especial destaque o aparecimento de um tesouro de oito denários e dez sestércios.

Áreas de Recolha >	Porta Sul	Peristilo	Forum	Balneário	E.Q Deão	Sem contexto	Doações	Total
Quantidade	386	2	34	1	695	10	85	1213
Numismas/m ²	0,44	0,03	0,12	0,00	2,09	–	–	0,73
Numismas/m ³	0,54	0,02	0,17	0,02	1,96	–	–	0,87

Quadro 1 – Concentração de numismas por áreas.

A perda ou abandono de moedas no Peristilo é insignificante, dado que nesta área se procedeu quase exclusivamente à sua limpeza.

No Balneário apenas se exumou uma moeda, daí que a concentração nesta área apresente valores idênticos ao Peristilo. A explicação para a quase inexistência, neste local, poderemos encontrá-la na função que teria este espaço público e na pavimentação que ostentaria.

Sob a zona do Edifício da Quinta, localizar-se-ia um conjunto de habitações, modestas, cuja construção nos parece pouco cuidada. Daqui resultou a maior fatia numismática, 695 exemplares (57,2%). Também se registou a maior concentração, entre as áreas escavadas, 2,09/m² e 1,96/m³ podendo estar relacionada com o facto de grande parte dos exemplares serem moedas de baixo valor facial, AE3 e AE4, utilizadas nas trocas diárias, e que face, às sucessivas desvalorizações monetárias registadas no séc. IV, foram sendo abandonadas em contexto doméstico ou público (Figura 4).

De todas as salas escavadas merece especial destaque a sala 5 (4/m² e 5, 8/m³), onde se recolheram isoladamente 137 numismas. Destacam-se ainda as salas 1, 2, 3 e 4, onde existe também uma elevada concentração de numismas, apesar de na

primeira sala o volume escavado ser bem superior. Na sala 6, apesar de se terem recolhido 73 moedas, a área da sala é a maior, daí que a concentração por m² e m³ seja pouco relevante. Menores concentrações registam-se na sala 8 e na zona dos sanitários (sala 9, 9B e San).

Salas>	Coz.	Sala 1	Sala 2	Sala 3	Sala 4	Sala 5	Sala 6	Sala 7	Sala 8	Sala 9	Sala 9B	San.
Área/m ²	27,50	27,50	27,50	24,30	25,00	34,00	55,00	25,00	25,00	24,00	10,00	26,25
Volume/m ³	55,00	56,40	23,40	22,00	20,00	24,20	46,75	27,50	27,50	10,00	4,00	36,75
Numismas	28	80	92	83	91	137	73	36	25	16	5	29
Numis./m ²	1,0	2,9	3,3	3,41	3,6	4,0	1,3	1,4	1,0	0,6	0,5	1,1
Numis./m ³	0,5	1,4	3,9	3,77	4,5	5,8	1,5	1,3	0,9	1,6	1,2	0,7

Quadro 2 – Numismas recolhidos por m² e m³ sob o interior do Ed. da Quinta do Deão.

Se atentarmos, exclusivamente, aos níveis de concentração verificamos que as salas com maiores concentrações se localizam sob uma das alas do actual edifício, constituindo excepção a cozinha. Aqui, apesar do baixo número de exemplares exumados, foi encontrado um tesouro de 20 peças, de AE 3 e AE 4⁵. As diferentes concentrações registadas estarão, certamente, relacionadas com a função, organização e arquitectura das estruturas encontradas. A futura escavação do pátio da casa e da respectiva área envolvente à mesma poderá esclarecer algumas dúvidas existentes.

IV – Numismática Ammaiense

Nos primeiros séculos da nossa era, a *Ammaia* obteve dois estatutos romanos importantes, o de *civitas* no tempo de Cláudio, e, no reinado de Lúcio Vero, em 166, detinha o de *municipium*⁶. A atribuição destes, por si só, é prova da importância política, administrativa e económica que a cidade possuía para a administração romana.

Analisando diversas fontes literárias, que relacionavam a principal actividade da cidade com a extracção mineira, GUERRA (1996) conclui que «o principal motivo destas explorações não era riqueza metalífera, a qual, se realmente existia, foi silenciada, mas fundamentalmente o cristal de rocha, qual se tornou famoso pela suas dimensões». A própria epigrafia ammaiense faz referência a emigrantes clunienses, normalmente relacionados com a actividade extractiva, constituindo um forte indício do

⁵ Os numismas do séc. IV, denominados AEs, distinguem-se fundamentalmente pelo diâmetro: AE 1 – moeda com diâmetro superior a 26 mm; AE 2 – Ø entre 23 e 26 mm; AE 3 – Ø entre 18 e 23 mm; AE 4 – Ø com menos de 18 mm.

⁶ Segundo GUERRA (1997: 28), «muito provavelmente sob Cláudio, mas sempre em data posterior à censura de 47-48, recebe os benefícios do *ius Latii* e, consequentemente, passa a ter magistrados que após o exercício dos seus cargos, ascendem à condição de cidadãos romanos». Mais à frente refere que «só em fase posterior, muito provavelmente depois de Vespasiano, é contemplada com a categoria de *município*, título que não modificaria substancialmente a administração da cidade, uma vez que teria acima de tudo um valor honorífico».



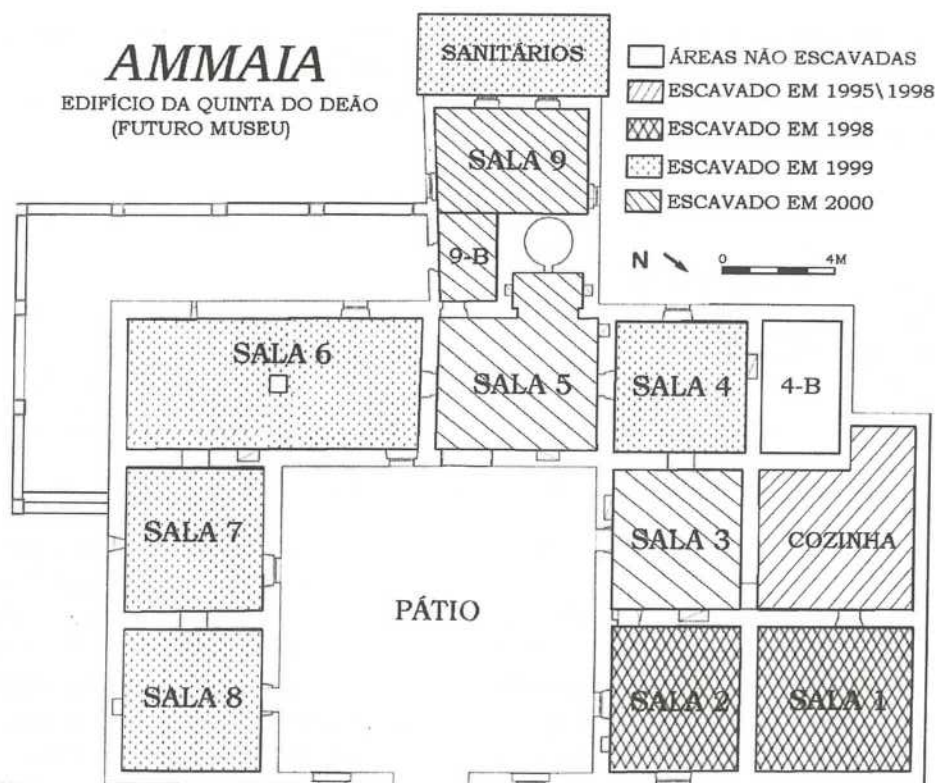


FIGURA 4

desenvolvimento desta actividade primária. As provas arqueológicas ainda não existem, no entanto, a forte concentração de numismas é um indicador precioso da vitalidade comercial do município.

A moeda romana, assimilada gradualmente, sobrepôs-se aos tradicionais meios de troca, locais e regionais, indígenas, facilitando a actividade extractiva, artesanal e comercial, e tornando-se o padrão a partir do qual se avaliava o preço dos bens e serviços. Motivos de carácter financeiro, comercial ou até mesmo agrícola-pecuário, poderiam ter funcionado como aceleradores na passagem à troca indirecta. À semelhança de outras localidades, implantou-se também como símbolo de prestígio e promoção social. As próprias cidades que cunhavam moeda dermarcavam-se das restantes.

Os vestígios mais antigos da circulação monetária nesta cidade remontam ao séc. I d.C., do reinado de Cláudio I (41-54), apesar de se ter identificado um denário republicano⁷, mandado cunhar por *C. Iulivs Caesar Itinerante* cerca de 49-48 a.C., todavia, este faz parte de um tesouro encontrado na torre mais alta, guardado em

⁷ Ver Figura 6, 1; A: insígnias pontificias: *culullus*, *aspergillum*, *securis* e *apex* : R: Elefante à direita pisando dragão; no exergo: CAESAR [HIPÓLITO (1979:67 / Nº 5) e PEREIRA (1974: 8 / Nº 24)].

⁸ Ver Figura 6, 2; cunhado entre 41 e 50, poderá também tratar-se de uma imitação (RIC I 128/97).

meados do séc. II d. C. De Cláudio I, chegaram-nos dois asses⁸, um dos quais ostenta, no verso, a marca NCAPR⁹, como forma de autenticar o peso e a qualidade da moeda. Provavelmente foram cunhados em Roma, no entanto, estas moedas foram fortemente imitadas, nomeadamente em Conímbriga, como forma de colmatar o défice monetário (PEREIRA, 1974).

Da crise sucessória de 69 conhece-se um asse¹⁰ de Galba (68-69) e chegou-nos um denário¹¹ de Vitélio (69), este cunhado em Roma, entre fins de Abril e 20 de Dezembro de 69, também incluído no tesouro da torre alta.

Do advento da dinastia flaviana, identificámos dois denários¹² de Vespasiano (69-79), ambos cunhados na capital do império, entre 70/72 e 72/73, respectivamente. Das cunhagens de Tito (79-81) recolhemos um denário¹³ e um sestércio, curiosamente alusivo ao triunfo sobre os judeus. Do reinado de Domiciano (81-96) chegou-nos, também, um denário¹⁴ e um sestércio.

A continuidade da circulação monetária prolongar-se-ia à dinastia seguinte, mediante a presença de vários denários e sestércios, alguns dos quais entesourados, de Nerva¹⁵ (96-98), Trajano (98-118), Adriano (117-138) e Marco Aurélio (161-180).

Alguns anos após o reinado de Trajano, terá sido ocultado um tesouro, no interior da torre alta, Porta Sul, constituído por 8 denários e 10 sestércios, estes em ouricalco¹⁶, cinco dos quais cunhados sob aquele imperador¹⁷. A moeda mais antiga deste conjunto é um denário republicano, de 49-48 a.C., já citado, e a mais recente¹⁸ um sestércio de Trajano, cunhado entre Janeiro de 112 e Dezembro de 114. A amplitude cronológica neste tesouro é superior a 160 anos, o que prova a longa circulação e aceitação de moedas de elevado valor facial. Assim, a sua ocultação poderá situar-se durante o segundo quartel do séc. II d.C., já que o desgaste do exemplar mais recente não é significativo e segundo CENTENO (1978:42) *“as moedas de um dado imperador atingem a sua mais alta proporção na massa monetária em circulação, somente cerca de 20 ou 30 anos após a sua morte”*.

Sob Marco Aurélio foram concretizadas duas imitações de denários, fundidas, das quais existem paralelos, embora cunhados em Roma¹⁹.

⁹ Ver Figura 6, 3; RIC I 130/113, cunhado em Roma entre 50 e 54; existem imitações, também com a marca N(ero) C(aesar) A(ugustus) PR(obavit). CENTENO (1984-85: 45) refere que *“as marcas... são muito correntes nas moedas romanas (de AV, AR e AE), republicanas e alto imperiais”*, mais à frente sugere que *“... seriam praticadas por cambistas com a finalidade de verificar a qualidade do metal e assinalar as moedas de bom peso, ou seja, distinguir a boa da má moeda”*.

¹⁰ DIAS (1982-83: 250, N.º 9) – A autora, apesar das dificuldades de identificação, aponta como mais provável a sua cunhagem no reinado de Galba.

¹¹ Ver Figura 6, 3 (RIC I 273/107).

¹² Ver Figura 6, 4 (RIC II 19/37).

¹³ Ver Figura 6, 5 (RIC II 122/50).

¹⁴ Ver Figura 6, 6 (RIC II 174/176).

¹⁵ Deste imperador identificámos um denário, cunhado em 97, e um sestércio, do tesouro da torre, cunhado em 96; a origem de ambas as moedas é Roma.

¹⁶ Liga de estanho, cobre, zinco e por vezes chumbo, mais económica que o bronze.

¹⁷ Ver Figura 6, 7; um dos sestércios do tesouro, representando no reverso Roma e Vitória (RIC II 279/489).

¹⁸ RIC II 286/604.

¹⁹ Ver Figura 6, 9; imitações – os modelos originais foram cunhados em Roma (RIC III 217/50 e 218/62).



De acordo com as informações disponíveis, consideramos que a primeira fase de circulação monetária na cidade, caracterizada pela qualidade e baixo volume, ter-se-ia iniciado com Cláudio I (41-54 d.C.) e findado sob Marco Aurélio (161-180).

Durante este período, a moeda desempenha, simultaneamente, funções econômicas, banalizando a troca indirecta, e propagandísticas. À medida que se foi afirmando como meio de troca, desenvolveu-se em particular na transmissão de ideias políticas, militares e religiosas. Com fins político-militares, destacam-se legendas alusivas à titulação imperial e às conquistas na Germânia, Dácia e sobre os Judeus, nomeadamente nas moedas de Tito, Domiciano e Trajano. Os títulos religiosos *pontifex maximus* e *augustus* misturam-se com os anteriores, ocupando normalmente as legendas do anverso.

A iconografia do reverso era vulgarmente utilizada como meio de difusão e persuasão da religião romana. Aliada à representação das divindades latinas, como Minerva, Oceano, Roma, Vesta, encontramos representadas algumas virtudes divinizadas, entre as quais a Concórdia, Liberdade, Providência, Paz, Vitória, Fortuna²⁰... Nalguns casos observa-se ainda a presença de alguns objectos relacionados com o culto²¹.

Nesta fase, com Trajano e Adriano, a moeda chegou ao mais alto nível como expressão artística e propagandística, características essas que nunca mais perdeu. A gravação denários e sestércios tornam-se verdadeiras obras de arte (ver Figura 6, 7 e 8).

No período decorrente entre M. Aurélio²² e Gordiano III (238-44), apenas registámos uma moeda de Clódio Albino (193-197).

Do séc. III apenas registámos três numismas, um sestércio²³ de Gordiano III, um pequeno bronze de Quintila (270) e outro de Probus (276-82). Num pequeno artigo de DIAS (1984-85), são publicados, entre outros, três antoninianos²⁴, um alusivo à esposa de Filipe I (244-54), Otacília Severa e dois de Galieno (253-68). À instabilidade política que caracterizou este século, terão resistido as áreas económico-financeiras, embora os testemunhos numismáticos encontrados não sejam suficientemente esclarecedores. Porém, cremos que a circulação ou prosperidade não tenha sido fraca, podendo verificar-se, casualmente, uma menor presença de numismas deste período, na amostragem estudada.

Deve-se também ter em conta que, com a aplicação de importantes reformas monetárias, nomeadamente, no reinado de Deocleciano, em 293 e 305, no de Constantino, em 330, e Constâncio II e Constante, em 338, para além do aparecimento de novos espécimes, uma percentagem significativa da massa monetária terá sido reciclada. A localização periférica da *Ammaia* terá contribuído para que a numária

²⁰ Ver Figura 6, 2 a 9; Minerva (R2 e R6); Oceano (R8); Vesta (R4); Providência (R9); Roma e Vitória (R7).

²¹ Ver Figura 6, 1A.

²² Convém lembrar que, durante o reinado de M. Aurélio, citando CENTENO (1978: 51), "a Hispânia foi invadida pelos Mauritanos; uma primeira invasão teve lugar em 171, prolongando-se até 173 e atingiu quase todo o território peninsular... entre 175 e 177 decorreu a uma segunda invasão".

²³ Ver Figura 6, 10; cunhada em 240, na 4.ª emissão de Roma (RIC IV-3.º 317a).

²⁴ DIAS (1982-83: 247/1, 2 e 3); moedas de prata "romanas provenientes de achados casuais dum possível cemitério situado na Quinta da Azenha Branca, de S. Salvador de Aramenha..."

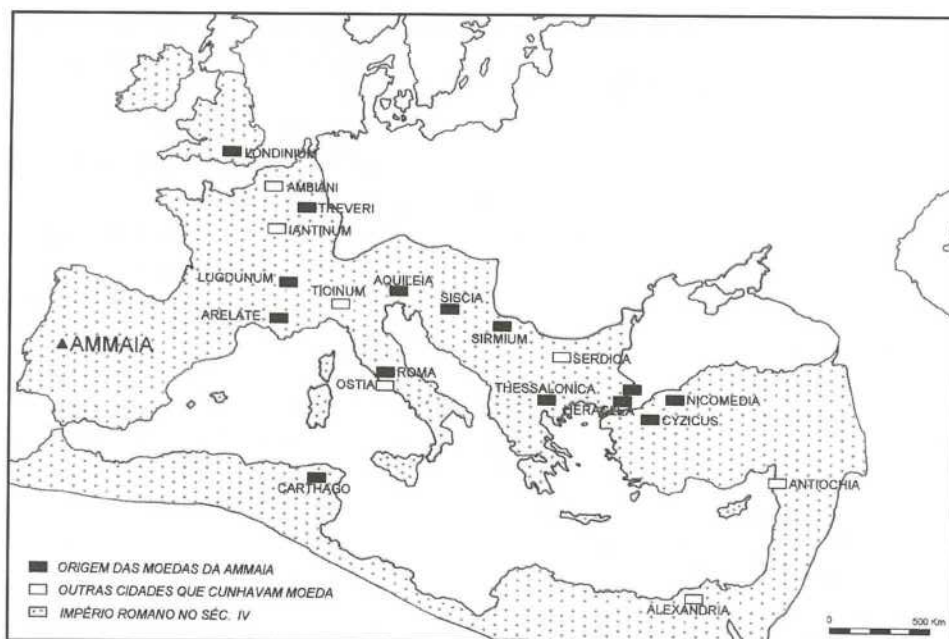


Figura 5 – Cidades que cunharam moeda no séc. IV d.C. (adaptado de KENT, 1973).

anterior às reformas continuasse a circular, até porque a falta de moeda nos pontos mais distantes da metrópole ou dos locais de cunhagem seria uma realidade a ter em conta.

Provavelmente, no séc. IV d.C. a massa monetária terá atingido o clímax da sua utilização e circulação nesta cidade e mesmo na própria Lusitânia, nomeadamente a partir de Maxêncio (306-312) e Constantino I (307-337). Numa altura em que a crise se generalizava por todo o império, os vestígios numismáticos já encontrados, deste século, induzem-nos a pensar de que nestas paragens ainda existiria alguma prosperidade. As cunhagens de Constantino I, de seus filhos Crispo (317-26) e Constante II (337-61) predominam, sugerindo que a partir do segundo quartel deste século a numária atingisse elevados níveis de circulação.

Inserida nesta fase, a moeda mais mediática recolhida nas escavações é um *solidus*²⁵, encontrado na Porta Sul e cunhado em Treveri, sob Graciano (367-78), entre 24 de Agosto de 367 e 17 de Novembro de 375. Este espécime, em ouro, surgiu com Deocleciano, de menor peso que o *aureus*, no entanto, só viria a circular com Constantino I. Uma vez que este tipo de espécimes serviam apenas para grandes transações, sendo na maioria dos casos entesourados, daí que o seu estado de conservação seja quase perfeito.

²⁵ Ver Figura 6, 11; Graciano dividira o império em três partes, deixando para si o governo da Gália Britania e a Hispânia (RIC IX 17/17 fl).



O conjunto de 20 exemplares exumado na cozinha terá sido abandonado em meados do séc. IV, provavelmente devido à desvalorização da moeda, dado que se tratam de moedas de baixo valor facial (AE3 e AE4).

Em Conímbriga, a quarta fase de circulação, constituída na sua essência pelas moedas do séc. IV, representa 70,03% do total recolhido, sendo provável que na *Ammaia* se atinjam valores idênticos.

Deste período, os tipos de moedas encontrados, nesta cidade, reflectem a multiplicidade e a heterogeneidade do sistema monetário, identificando-se alguns *folles*²⁶, todos os tipos de AES, com maior incidência para os AES 2, 3 e 4, e até mesmo um *solidus*. Destacam-se igualmente a diversidade tipológica das legendas e motivos representados.

Analisando o ponto de vista iconográfico, o anverso do séc. IV apresenta os retratos dos imperadores, em geral, estereotipados e esquematizados. As legendas surgem mais simplificadas e abreviadas. O reverso da moeda vai ser utilizado exaustivamente como local privilegiado para o envio de mensagens político-ideológicas alusivas às novas religiões adoptadas pelos imperadores, com destaque para o cristianismo, e, principalmente, à restauração da república, à glória de Roma, à exaltação do exército romano e à vitória dos *augustus*. As legendas mais vulgares e elucidativas, identificadas nos reversos deste período, são: *gloria exercitvs, urbs Roma, fel temp reparatio, reparatio reipvb, gloria romanorvm, e restitvtor reip*. Regista-se uma maior incidência das legendas *reparatio reipvb*.

Apesar da sua identificação ser relativamente fácil, a moeda é um elemento extraordinariamente falível na datação de estratos, quando analisado isoladamente, tratando-se de um indicador precioso. A distância entre os locais de circulação e de cunhagem, a respectiva morosidade dos transportes e difusão dos novos espécimes, períodos de desvalorização, bem como o próprio entesouramento, provocariam com alguma facilidade a escassez de moeda ou a circulação de outras mais antigas²⁷, especialmente nas localidades periféricas.

Neste momento, em termos cronológicos, a moeda mais antiga encontrada em contexto arqueológico é um denário republicano, acima citado, mandado cunhar entre 49 e 47 a.C. Do outro lado, a moeda mais recente foi cunhada no reinado de Arcádio²⁸ (383-408) entre 15 de Maio de 392 e 17 de Janeiro de 395 d.C.

Quanto à proveniência das moedas, verifica-se que nos primeiros séculos eram maioritariamente cunhadas em Roma. No séc. IV, observa-se uma grande diversidade na origem dos espécimes, chegando-nos exemplares de quase todo o império, com maior incidência para os ateliers orientais²⁹ (ver Figura 5).

²⁶ DIAS (1982-83: 4 a 8); a autora identificou 4 no conjunto que estudou, todos cunhados sob o reinado de Constantino I.

²⁷ CARDOSO (1995-1997) refere que "no período posterior a 365 devido à falta de moeda, corriam habitualmente outras mais antigas, de maneira a colmatar essa deficiência no mercado monetário".

²⁸ RIC IX 263/46b2.

²⁹ De referir que, sensivelmente, quando Deocleciano se instalou em Splitz, proliferaram e cresceram de importância os ateliers orientais (Grécia, Turquia, Balcãs e Ásia Menor).



Figura 6

Ø mm 1:17; 2:29; 3:27; 4:18; 5:18; 6:19; 7:32; 8:19; 9:17; 10:31; 11:21.



Se a "data" da fundação da cidade ainda constitui uma dúvida, relativamente ao seu abandono, os dados disponíveis apontam para meados do séc. V. A título comparativo, em Conímbriga, a ocupação romana duraria até à tomada da cidade pelos suevos, entre 464-68, (PEREIRA, 1974).

Cabe-nos frisar que o desenvolvimento deste ponto teve por base um conjunto de 60 moedas, entretanto classificadas, recolhidas nas principais áreas de intervenção, a Porta Sul, o *Forum* e o Edifício da Q.^{ta} do Deão. Dado que esta amostragem apenas representa 5,0% da actual colecção da F.C.A., o estudo das restantes peças poderá esclarecer ou contrariar algumas das afirmações proferidas.

V – Perspectivas

Neste momento, uma das principais preocupações é a conservação das moedas recolhidas. As alterações provocadas por factores como o PH do solo, a humidade, a qualidade do metal ou liga e o desgaste provocado pelo seu uso, contribuíram para que o estado de conservação da generalidade das moedas não seja o mais desejável, apresentando-se maioritariamente em corrosão activa, legível apenas num dos lados, truncadas na zona das legendas ou exergos. O *solidus*, os denários e sestércios de ouricalco constituem excepção.

Aproximadamente 400 exemplares foram já sujeitos a limpeza, utilizando quase exclusivamente métodos tradicionais, através da remoção de poeiras e demais sujidade com bisturi, à lupa, apesar de terem sido incorrectamente protegidas por uma camada de parafina. Para garantir a sua futura conservação serão, de novo, objecto de tratamento. Os restantes exemplares, embebidos em álcool etílico, estão depositados em embalagens individuais, enquanto aguardam a sua limpeza. Apesar da morosidade de todo o processo, o tratamento de metais e ligas metálicas desenvolvido pelo Laboratório do IPPAR, de Évora, parece-nos o mais indicado e eficaz, já que não utiliza químicos na limpeza de qualquer tipo de metais e os produtos utilizados na protecção e conservação não impedem uma correcta leitura ou um bom registo fotográfico.

Cremos que, pela elevada concentração de numismas e pela tipologia de alguns exemplares, nos anos mais próximos, a Fundação Cidade de *Ammaia* possuirá uma das maiores e melhores colecções numismáticas da Península Ibérica.

A pertinência da inventariação, estudo e publicação, deste importantíssimo património económico-financeiro, é inequivocamente necessária, podendo a numismática ammaiense tornar-se numa referência obrigatória, para investigadores, cuja área de estudo se insira nesta época. Poderá ainda contribuir para o esclarecimento de algumas dúvidas acerca da fundação, ocupação e abandono da urbe. A colaboração de especialistas em numismática será bem-vinda, uma vez que o potencial monetário da cidade parece elevado, constituindo um património universal, quer pela cultura que representa, quer pela sua múltipla origem.

Assegurada está também a exposição ao público dos exemplares mais significativos, que ocuparão, com certeza, um lugar de destaque no futuro Pólo Museológico da *Ammaia*.



Finalmente, fazemos votos de que este singelo contributo marque o início de um ciclo de estudos dedicados à numismática ammaiense, com um carácter marcadamente científico, os quais fazemos tenção de divulgar e publicar.

Agradecimentos:

Prof. Doutor Jorge de Oliveira
Eng.º Carlos Melancia
Dr. Sérgio Machado
Rodrigo Aguilár
Operários de Arqueologia da F.C.A.

Desenhos:

Luís Faria

VI – Bibliografia

- ALBUQUERQUE, E. (1984-1985) – “O Tesouro Monetário do Lugar da Torre, Subsídio para o seu Estudo”, *Nvmmvs*, 2.ª Série, VII e VIII, Porto, S.P.N.
- CALLU, J. P. (1978) – “*Reparatio Reipub*: un problème de circulation monétaire”, *Nvmmvs*, 2.ª Série I, Vol. 1, Porto, S.P.N., pp. 99-119.
- CARDOSO, Guilherme (1995-97) – “Um tesouro Monetário do Baixo império na Villa de Freiria (Caiscais)”, *O Arqueólogo Português*, 4.ª Série, 13/15, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 393-413.
- CENTENO, Rui (1978) – “Um tesouro de aurei do Norte de Portugal”, *Nvmmvs*, 2.ª Série, Vol. I, Porto, S.P.N., pp. 37-98.
- DIAS, M. M. A. (1982-83) – *Moedas romanas de S. Salvador de Aramenha*, Marvão, Informação Arqueológica, 5, pp. 247-250.
- GUERRA, Amílcar (1996) – “*Ammaia, Medobriga* e as Ruínas de S. Salvador de Aramenha; Dos Antiquários à historiografia Actual”, *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, Câmara Municipal de Portalegre, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 7-33.
- HIPÓLITO, M. Castro (1979) – “Tesouro Monetário Romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã)”, *Nvmmvs*, 2.ª série, Porto, S.P.N.
- KENT, John; OVERBECK, B. e STYLOW, A. U. (1973) – *Die Romische Munze*, Munique, Hirmer Verlag Munchen.
- RIC – Vários autores, *The Roman Imperial Coinage*, Vols. I a IX, Londres, 2.ª série, 1956/1968.
- (MNAR) – *Museo Nacional de Arte Romano* (1997), 3.ª Ed., Ministério de Educación y Cultura, Mérida.



OLIVEIRA, Jorge de; e outros (1996a) – “Cidade de *Ammaia* Marvão – Relatório dos Trabalhos arqueológicos desenvolvidos em 1995” *Ibn Maruán*, N.º 6, Câmara Municipal de Marvão.

Idem (1996b) – *Relatório de Progresso dos Trabalhos Efectuados em 96*, entregue ao IPPAAR, Dezembro (Não publicado).

PEREIRA, Isabel; BOST, Jean-Pierre e HIERNARD, Jean (1974) - *Fouilles de Conimbriga*, Paris.



Registos no *Diário* de Frei Manuel do Cenáculo sobre um Terramoto no Alentejo, em 1791

No âmbito das pesquisas bibliográficas que fizemos na Biblioteca Pública de Évora, encontramos no *Diário* de Frei Manuel do Cenáculo dois textos que nos parecem merecer uma divulgação pelos interessados na História e Filosofia da Ciência. Nesta divulgação, precedida de uma pequena interpretação das fontes, procuramos seguir os conselhos dos historiadores das ideias, bem como dos pais da Nova História, Marc Bloch e Lucien Febvre que, como é sabido, insistiram na interdisciplinaridade e num novo método e objecto para a História. Importa, por isso, que o historiador da cultura e das ideias, ao investigar os factos e os seus contextos, esteja aberto a todos os contributos possíveis, vindos dos campos mais diversos, das ciências exactas às ciências humanas. Com esses contributos será mais fácil a leitura das fontes e, consequentemente, uma melhor visão do passado. No presente caso, recorreremos às leituras feitas sobre a História e Filosofia da Ciência, com as quais adquirimos alguns conhecimentos, ainda que rudimentares, sobre Física, Matemática e Geologia, nos séculos XVIII e XIX².

O nosso objectivo é sobretudo a divulgação dos textos, por isso os transcrevemos em apêndice, para posteriores leituras pelos especialistas, e limitamos



¹ Investigador do Centro de História e Filosofia da Ciência

² Michel Serres (dir. de), *Elementos para uma história das Ciências. II. Do fim da Idade Média a Lavoisier*, Lisboa, Terramar, 1996; e Mark Blaug, *A metodologia da Economia*, Lisboa, Gradiva, 1994.



a nossa descrição ao contexto cultural e mental em que foram redigidos. Pensamos também que é importante apresentar aos leitores da Revista *Ibn Maruán* uma nota biográfica do ilustre prelado e um dos principais mentores do reformismo económico e cultural do Alentejo, no início da Idade Contemporânea.

1- D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), nasceu em Lisboa no seio de uma família modesta de artesãos. Estudou nos Oratorianos e formou-se em Teologia, em Coimbra. Em 1750, visitou a Itália, onde contactou com os principais centros culturais desse país. Eleito Provincial da Ordem Franciscana, em 1768, foi encarregado de proceder a uma reforma nos estudos da Província. Após a eleição como Bispo de Beja (1770), Pombal escolheu-o para integrar a Junta de Providência Literária, de que sairia a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772. Foi ainda Deputado Ordinário da Real Mesa Censória, a partir de 1768 e depois seu Presidente, entre 1770-1777. Também em 1768, até ocupar a cadeira episcopal, foi Preceptor do Príncipe da Beira, D. José, filho primogénito de D. Maria I. A morte de D. José e o afastamento de Pombal não ofuscou a sua fama, apesar de se ter retirado para o Paço Episcopal de Beja. Foi chamado para sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

Como têm salientado alguns estudos, não há dúvida de que, na actividade do Bispo de Beja, numa primeira fase, ressaltam, sobretudo, as iniciativas para a reforma pedagógica: modernização dos estudos entre os Franciscanos e a colaboração que prestou às reformas pombalinas do ensino³. Num segundo período, que começa com o exercício efectivo do episcopado, em Beja e depois em Évora, adquirem valor os projectos de cariz mais prático, podíamos dizer de “engenharia social”. O colaborador do reformismo pombalino abandonou os gabinetes de Lisboa e passou para o terreno e para a intervenção social directa, assumindo por inteiro o papel de Bispo, ou seja, de pastor do rebanho que lhe foi confiado. Ser pastor, nas ideias de Frei Manuel do Cenáculo, implicava, em primeiro lugar, cuidar das almas, defender a religião revelada dos ataques dos deístas e “falsos filósofos”; mas era igualmente necessário cuidar da saúde dos corpos e do “pão nosso de cada dia”. Ora, o que a obra do Bispo nos revela é esta dupla preocupação e mesmo no papel que teve nas reformas pedagógicas pombalinas ressalta o utilitarismo com que encarava a necessidade de instrução e saber⁴. Se esse utilitarismo tem propósitos políticos evidentes, nomeadamente o controle e até endoutrinamento da sociedade no quadro

³ Dos vários estudos feitos sobre Frei Manuel do Cenáculo, salientamos: Francisco da Gama Caeiro, *Frei Manuel do Cenáculo. Aspectos da sua actuação filosófica*, Lisboa, 1954; Jacques Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas. Evêque de Beja, Archevêque d'Evora*, Paris, 1978; do mesmo autor, *D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Quelques notes sur sa pédagogie*, Centro Cultural Português, Paris, 1974; Pedro Calafate, *O conceito de natureza no discurso iluminista do século XVIII em Portugal*, Lisboa, 1991, pp. 409-425; Kenneth Maxwell, *Pombal paradox of the enlightenment*, Cambridge, University Press, 1995, pp. 96-103. Entre a extensa bibliografia que deixou salientam-se as *Memórias Históricas do Púlpito* (1770) e os *Cuidados Literários do Prelado de Beja* (1791).

⁴ “At the base, the Pombaline educational reform had a highly utilitarian purpose – to produce a new corps of enlightened officials to staff the reformed state bureaucracy and church hierarchy.” “It was to be here, from among these freshly bureaucrats and clerics, that the Pombaline reforms would find their perpetuators and defenders”, Kennet Maxwell, *ob. cit.*, p.101.

político do absolutismo esclarecido, significa também uma tentativa para modernizar a sociedade e as instituições e uma ruptura com a pedagogia tradicional. Ruptura que para o Bispo reformador, não foi sinónimo de recusa total; se alguma coisa criticou à pedagogia e ensino dos jesuítas foi o seu desfasamento entre a teoria e a prática e a persistência de uma má escolástica.

Esta ideia de instrução, em que constituem características básicas a sua utilidade e necessidade de difusão de conhecimentos e de saber pelo maior número de pessoas, esteve na origem de outra importante acção de Cenáculo, o seu interesse em reunir e coleccionar livros, pinturas, achados arqueológicos e mesmo raridades ou espécimes do mundo natural. Mas ele é um coleccionador com uma perspectiva de futuro. Com efeito, e como homem das Luzes, reuniu todo esse património para o divulgar e colocar à disposição do público, constituindo bibliotecas e museus. Enumeremos apenas as instituições que ficaram a dever-lhe importantes doações de livros: Biblioteca do Convento de S. Francisco de Lisboa, Biblioteca da Real Mesa Censória; Biblioteca dos Paulistas da Serra da Ossa; Real Biblioteca Pública (actual Biblioteca Nacional). Outras foram por ele fundadas: Biblioteca Eclesiástica e Museu de Beja; Museu e Biblioteca Pública de Évora.

A coroar a sua carreira eclesiástica, seria eleito Arcebispo de Évora (1802) e foi nesta qualidade que viveu e sofreu os ataques e saque que o exército francês fez à cidade, em 1808. Na verdade, os franceses saquearam, sobretudo, as obras mais valiosas dos conventos e outras casas religiosas e também o valioso Monetário, que o Arcebispo fora constituindo ao longo da vida⁵. Mesmo assim, e já depois da invasão, o Arcebispo teria ainda tempo para dar Estatutos à Biblioteca Pública de Évora e dotá-la de importantes rendas.

2- Como dissemos, os textos estão integrados no *Diário* do Bispo de Beja, mas como folhas soltas, tal como acontece a muitos outros. Como facilmente se constata com a consulta desta importante fonte, Frei Manuel do Cenáculo ia guardando meticulosamente toda a espécie de manuscritos que recebia ou que redigiu. Neste caso, a caligrafia não é sua, mas o segundo registo pode muito bem ter sido cópia de um original por ele escrito, tal como aconteceu a grande parte do *Diário*, que foi copiado pelo seu secretário particular. Não restam, no entanto, dúvidas que eles tiveram como origem a curiosidade e interesse do Bispo pelo fenómeno, tanto mais que nessa mesma época procurou recolher informações da comunidade científica sobre os sismos. Com efeito, através da sua correspondência, constatamos que solicitou a Luís Saldanha de Oliveira informações sobre o terramoto de 1791, alguém bem informado e formado em Física e Matemática. O informador viria a ser António Pires, que era professor em Coimbra, adepto fervoroso do ensino matemático, nomeadamente das obras e trabalhos de Pedro Nunes. O produto dessas informações foi enviado, em carta datada de 5 de Dezembro de 1791, a Saldanha de Oliveira, que este remeteu a Frei Manuel e que também se encontra no *Diário*⁶.

⁵ Temos recolhido importantes elementos sobre o saque de Évora pelos Franceses, em 1808, pelo que contamos tratar este tema com mais pormenor noutra oportunidade.

⁶ Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVII/2-7, Fls. 272-277.



Por esse documento ficamos a saber como os cientistas da época descreviam ou explicavam os sismos. António Pires relaciona os sismos com a actividade vulcânica e procede a uma comparação entre o sismo de 1755 e o de 1791, apresentando as suas conclusões ao bispo:

“...as grandes Crateras que se acham pela superfície da Terra, o solo de Lisboa e as pedras de lava que se conhecem por estas vizinhanças, tudo mostra terem existido vulcões onde agora está tudo extinto, isto junto com a natureza inflamável dos fósseis de que abunda a Terra, as observações sobre as piritas de diferentes espécies que se inflamam quando se molham, e fermentam terrivelmente; as chuvas que precedem quase sempre estes terríveis acasos; e ainda mais o vulcão que se abriu em Angouleme à mesma hora que em Lisboa se sofria o tremor de 1755 tudo parece provar que nas profundidades da Terra desconhecidas dos nossos Mineralogistas existem grandes Depósitos, grandes concavidades em que estas matérias fermentam e produzem nesta efervescência os efeitos q. V. Ex.(a) observa em Beja”⁷.

Devemos também integrar estas ideias científicas no contexto europeu do movimento das luzes, que parte da ideia que o estudo das ciências, e em particular das Ciências Naturais, era um instrumento fundamental para transformar a realidade⁸. O homem estuda os fenómenos naturais em busca da explicação, para conseguir a previsão numa perspectiva de resolver os problemas que o afectam. Esta era também uma ideia do Bispo de Beja, pois que em muitas obras notamos um grande interesse pelos fenómenos naturais a par de uma defesa intransigente do método científico, ou seja, baseado na observação e experimentação. Na verdade, nas obras defendeu a necessidade de os clérigos serem instruídos na Física, na Matemática e nas Ciências Naturais. Ele próprio elogiou Newton e o papel revolucionário que teve em termos científicos. Por isso não é de estranhar a integração no *Diário* destes registos, que denotam uma atitude perfeitamente científica, ou seja, comprovam interesse em estudar as leis da natureza, baseando-se na observação dos factos e no seu registo sistemático, para posteriores ilações sobre os mesmos. Esta atitude, vinda de um prelado que encarava a religião revelada como a base para o bem-estar da sociedade civil, pode gerar alguma perplexidade naqueles que de forma maniqueísta pensam que a religião e a Igreja constituíam forças de bloqueio ao progresso científico. Só que esta ideia, como diversos estudos recentes da historiografia portuguesa e espanhola têm demonstrado, peca por anacronismo, pois, para muitos dos nossos ilustrados da segunda metade do século XVIII, a religião e a ciência não eram antagónicas, antes se completavam⁹.

⁷ Ob. cit. fl. 276.

⁸ Veja-se: Vicente Ferrone, “Science”, in *Le Monde des Lumières*, Paris, Fayard, 199, pp. 331-339.

⁹ Por exemplo, Augustin Guimerá, (ed.) *El reformismo borbónico*, Madrid, Alianza Universal, 1996, que reúne diversos estudos e análises sobre o reformismo das elites ilustradas, como o de António Mestre, “La actitud religiosa de los católicos ilustrados”, pp. 147-163. Em Portugal, veja-se José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal. António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989, ou o nosso trabalho. *As ideias pedagógicas em Portugal em finais do século XVIII. Bento José de Sousa Farinha*, Lisboa, 1993. Especificamente sobre Frei Manuel do Cenáculo e a sua atitude perante a ciência, veja-se Pedro Calafate, ob. cit.

Embora a adesão ao sistema newtoniano pressuponha encarar os fenómenos físicos despidos da roupagem metafísica em que anteriormente eram envolvidos, uma vez que, com Newton, o universo é regulado por leis próprias, e que, como alguém referiu, prescinde da acção de Deus e de qualquer ideia finalística ou providencialista, não foi esta última a ideia de Cenáculo e de outros membros da nossa Ilustração. O seu pensamento nesta domínio está próximo dos sistemas defendidos pelos platónicos de Cambridge: Derham, Ralph Cudworth e Henry More, que, podemos dizer, reconciliaram o sistema newtoniano com Deus¹⁰. Referimo-nos especificamente à ideia de que o homem é encarado como a nata da criação, ou o seu topo e tem o dever de aprender com a natureza, estudar as suas leis para mais facilmente as compreender e inclusive controlá-las para seu benefício. Além de pressupor o domínio do homem sobre a natureza, este é também o aperfeiçoador das obras naturais. Esta ideia, que é defendida por Henry More, é na realidade um passo em frente relativamente à ideia tradicional de que o homem completava a criação, que era o espelho da perfeição divina¹¹. Atribui-se agora ao homem uma participação, ou intervenção benéfica na natureza, possivelmente através da selecção vegetal e animal, no melhoramento da vida. Trata-se de um sentido mais utilitário, um sentido que podemos considerar de uma ecologia humanista: o homem continua no topo da criação e tem o dever não só de conservar a natureza, mas até de a aperfeiçoar. Deste modo, a ciência em nada contraria a religião, antes pelo contrário, é o meio indispensável para essa missão.

Pensamos que D. Frei Manuel do Cenáculo entendia que o sistema newtoniano em nada ia contra as verdades e dogmas da religião revelada, pois existiam dois planos: o da revelação e o do mundo físico. A natureza só podia conduzir ao conhecimento da divindade, portanto, revelar os seus mistérios aproximava o homem de Deus¹². Este discurso leva-nos a outro critério para obter o desejado bom gosto nas ciências: o método. O método é o científico, o de Newton, que iluminou o mundo: "*Quis Newton (escreve Voltaire) que a luz fosse conhecida, e conhece-se a luz*"¹³. Errados estão todos os que duvidam e criticam as ciências e o conhecimento, como Rousseau¹⁴. Estão no

¹⁰ Acerca da ideia de natureza nos platónicos de Cambridge, consulte-se: Clarence J. Glacken, *Huellas en la playa de Rodas. Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII*, Barcelona, Ediciones Serbal, 1996.

¹¹ Anote-se nas palavras de Henry More, na obra *Antídoto contra o ateísmo* (1652): "...o homem parece ter sido trazido para o mundo com o propósito de que o resto da Criação possa ser melhorada até à sua mais alta utilidade e mais alto proveito". In Glacken, *ob. cit.* p. 366.

¹² Como nos diz: "A curiosidade laboriosa desde o fundo do Mar, e da entranha da Terra, tem produzido, pelos efeitos da Natureza novamente descobertos, novas Demonstrações do Ser Increado, que os formou". Frei Manuel do Cenáculo, *Disposições do Superior*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1790, *Disposição quarta do Superior...*, p. 48. Merece transcrição a conclusão deste extracto: "É certo que a liberdade de contemplar a Natureza não fez ainda competir adequadamente com os seus Mistérios a fertilidade do Juízo Humano. Com tudo as Tentativas felizes tem vingado a muitos desses mesmos Mistérios da reclusão, em que os detinha o costume injusto de considerar-se o Mundo pelo Método de não o conhecer. Soltas de uma afrontosa prisão as Almas nobres, dissiparam os impedimentos, que lhe faziam inacessíveis as perfeições, e o Estado da Religião Elemental" (idem, *ibidem*).

¹³ *Ob. cit.*, p. 47.

¹⁴ "As travessuras de Rousseau, inimigo incrível das Ciências, nada persuadem, quando este lhes impugna a utilidade". *Ob. cit.*, p. 57.



bom caminho aqueles que têm formado sociedades, academias para fazer progredir os conhecimentos e divulgá-los pelo maior número, através das bibliotecas e museus.

3- Falemos dos textos propriamente ditos. Eles descrevem o terramoto que ocorreu em 27 de Novembro de 1791 e das sucessivas réplicas que se sucederam nos dias seguintes: 28, 29 e 30. Trata-se de dois registos distintos, o primeiro foi feito em Serpa, onde o sismo se fez sentir às 22 horas e 45. O autor, que presenciou todo o fenómeno, procede a uma descrição pormenorizada do terramoto, com base na sua própria vivência e observação. Tenta depois tirar ilações científicas do facto e neste domínio o registo feito é importante para ver a visão de ciência da época. Neste aspecto, o recurso ao número e aos dados apontados no gráfico traduzem também a afirmação de uma mentalidade quantitativa (esta é mais visível no segundo documento). O autor, que tudo indicia tratar-se de alguém da nobreza ou eclesiástico, provavelmente Luís Saldanha de Oliveira, dado ter ao seu serviço criados, enviou o seu registo e o seu mapa ao Bispo, como atestam as suas palavras: *"Junto a estas reflexões remeto o mapa que me parece servirá para mostrar com mais clareza a minha ideia sobre este terramoto"*. Era, sem dúvida, alguém com uma boa formação académica, pois revela conhecimentos geográficos sobre Portugal e Espanha. A sua descrição documenta que o terramoto ocorreu em todo o sul do país. Foi sentido no Algarve, no Baixo Alentejo e Alto Alentejo (Elvas). Quanto aos estragos, anota que houve alguma ruína em casas, como nos diz:

"Em Beja e Serpa imediatas uma à outra sentiu-se às mesmas horas e com os mesmos efeitos. Em Lisboa às mesmas horas mas mais brando, e sem revolução no mar. Em Sevilha às mesmas horas, e a pouco mais ou menos a mesma força: Sevilha, Serpa, Beja e Lisboa estão quase em linha recta de Este a Oeste. Em Faro, Lagos, Olhão e Tavira sentiu-se às mesmas horas com menos força e sem revolução no mar. Estas terras estão mais distantes do Oeste, do que nós por estarem ao nosso Sul. Em a Vidigueira houve alguma ruína, em Portel o mesmo, em Moura sentiu-se como aqui, em Elvas sentiu-se com muita força. Estas terras estão mais chegadas à Carreira de Oeste para Nordeste logo para ali foi a sua carreira"¹⁵.

Como se vê pela citação, foi com base nessa enumeração dos locais das terras onde se fez sentir o terramoto que elaborou o mapa, com a *"carreira do terramoto"* e que transcrevemos em apêndice¹⁶. Trata-se, sem dúvida, da ideia de que o sismo seguia um percurso ou caminho e que se tenta traçar, que teria sido no sentido de Oeste para Nordeste. Interessante é também a comparação que se faz com o terramoto de 1755, que ainda estava na memória de muitos, por causa dos estragos e mortes

¹⁵ Actualizamos a ortografia deste extracto do documento que transcrevemos em apêndice. Cfr. infra Doc. A.

¹⁶ Na representação do "gráfico" procuramos representar o mais fielmente possível o desenho feito pelo autor, dado que não foi possível reproduzi-lo de forma satisfatória, pois foi feito com lápis de carvão.

que provocou e que se repercutiram por todo o país e tiveram eco na imprensa e em diversas obras por toda a Europa. Com efeito, como testemunha Voltaire, o desastre de Lisboa teve um grande impacto na opinião pública europeia e, entre nós, teria na obra de Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da saúde dos Povos*, uma das principais referências neste domínio, na qual o ilustre médico e cientista tece também considerações sobre o terramoto de 1755¹⁷.

A comparação que o autor anónimo faz com a tragédia de 1755 constitui uma das provas para comprovar a segunda das suas “conclusões científicas”, sobre o terramoto de 1791: “*A matéria inflamável foi muita mas extinguiu-se quase toda na primeira explosão*”, considerando que a duração e as réplicas do sismo de 1791 foram muito menores. Nesta última parte do texto estabelece-se uma nítida conexão entre a actividade sísmica e os vulcões.

O segundo registo, intitulado *Memória dos terremotos que tem seguido ao da noite 27 de Novembro de 1791*, anota as observações sobre o mesmo facto, mas agora em Beja. Este, como referimos, pode ter sido feito pelo próprio Cenáculo, ou pelo seu Secretário. Comparativamente ao primeiro, recorre mais a um registo numérico, com a indicação das horas e minutos em que ocorrem as réplicas ou como se diz “*trovões subterrâneos*”, “*rugidos*” e “*tremor*”. É também mais preciso relativamente à reacção popular ao sismo e aos estragos que causou. Ficamos a saber que rara foi a casa ou edifício religioso, na cidade de Beja, que não tivesse sofrido “alguma ruína” e que, muita população abandonou as casas com receio de mais estragos para viver em barracas ou nas lojas e outros chegaram mesmo a sair para as suas casas de campo. As actividades económicas não terão sido postas em causa, pois que “*... de dia todos se ocupam nos seus trabalhos na cidade e no campo*”, mas, durante a noite, em que aumentava o temor, o povo invocava a protecção divina, com cânticos, novenas e ladainhas.

Acrescentamos, ainda, uma carta do prelado dirigida à Abadessa do Mosteiro da Conceição de Beja, a propósito do terramoto. Nela se comprova que Frei Manuel do Cenáculo mandou que se fizessem as preces públicas mencionadas, como era costume fazer-se: “*dando a Oração Tempore terramotus na Missa, e nas Ladainhas, que hão-de rezar-se na presença do Santíssimo Sacramento*”. Estão assim documentadas as duas atitudes ou mentalidades perante um fenómeno natural que suscitava (e suscita ainda hoje) tanto medo: a tradicional. A tradicional, que implora a Divina Providência, e a científica, que quer saber as causas do fenómeno, faz a observação objectiva do mesmo, recorrendo aos conhecimentos disponíveis.

¹⁷ Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saude dos Povos: obra útil, e igualmente necessaria aos Magistrados, Capitaens Generaes, Capitaens de Mar, e Guerra, Prelados, Abbadessas, Medicos, e Pays de familias. Com hum Appendiux Considerações sobre os Terremotos com a noticia dos mais consideraveis, e deste ultimo, que se sentio na Europa no 1 de Novembro de 1755*; Lisboa, Oficina de José Filipe, 1757 (1.ª edição, Paris, em 1756).



APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO A:

"Observações feitas sobre o Terremoto de 27 de Novembro de 1791 a respeito da cidade de Beja, e seu termo, e comarca. Feitas em Serpa"

O Terremoto que se sentio em Serpa no dia 27 de Novembro de 1791 principiou as 10 oras e 3 quartos da noyte, com hum pequeno estrondo, que vinha do Oeste; duraria este 5 ou 6 Seg.^{dos}, e principiou a tremer com pouco impulso; mas passados 3 ou 4 Seg.^{dos} rompeo com m.^{ta} forsa hum tremor de pulsassão, e com gr.^{de} estrondo, e duraria 15 Seg.^{dos} Continuou o trepido e estrondo por perto de hum minuto alongandose desta Villa para Nordeste aonde parece que acabava o Estrondo.

Desde que principiou o p.^o ruído até que não ouvimos nada gastouse 2 minutos, e 20 ou 22 Seg.^{dos} incluindo 20 ou 21 Seg.^{dos} que durou o tremor.

Passados 5 minutos repetio com estrondo, e pulsassão m.^{to} branda, e até á meia noyte repetio o estrondo 3 vezes mas sem movim.^{to}, estas tres repetições forão observadas no campo contudo, em nenhuma se sentio tremer, e todas tiveram principio ao nosso Oeste, e se extendião como por detras da Serra de Portel caminhando para Nordeste como para Estremoz, Elvas, Castelo de Vide etc.

Repetio até á madrugada algumas vezes; da meia noyte para diante as que ouvi; por estar acordado observei deitado em huma Caza terrea m.^{to} pequena, e sempre observei q. não tremia nada, e que o estrondo trazia a mesma diressão.

Em os dias sucessivos forão continuando a repetir sem se conhecer balanço as mais das vezes.

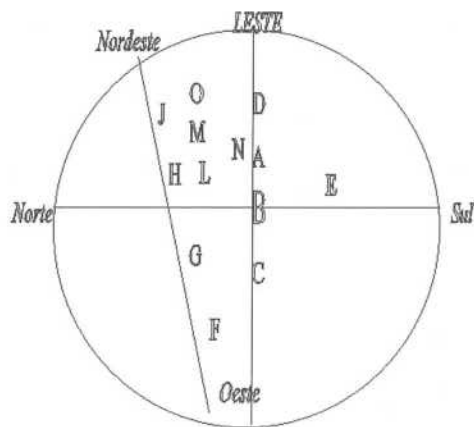
No dia de S.^{to} André entre as 5 e 6 da Noyte ouve outro terremoto, que me apanhou sentado com as costas para o Oeste. Se ouve algum ruído antes não o percebi, e so senti dar-me a cadeira nas costas com forsa, e ouvi huma zunida como faz a Esporeta de huma pessa de 24 quando se lhe dá fogo: Levanteime, e ao porme em pé já não senti o aballo, mas só o ruído com a mesma diressão para Nordeste: repetio nessa noyte poucas vezes, e sem tremer.

No dia immediato não se sentio nada, e na 6 feira pellas 7 da manhã se sentio hum que me apanhou em pé eu não senti heclodir a terra, nem as paredes da Caza, mas na cosinha sentirão bollir as telhas; Immediatamente me pus a cavallo e sahí para o Campo, e passado 5 ou 6 minutos ouvi outro que não posso dizer se tremeo, por ir a cavallo, mas reparei em que a minha Cavallaria se não assustou: sinal de que lhe não faltava a firmeza da terra, mas o meu Criado que ia a pé com huma besta de arreata dis que vira bollir os seixinhos da terra. As 8 para as nove da mesma manhã estava sentado vendo trabalhar os meos creados, ouvi outro ruído: Immediatamente voltei a cara para o Norte, e senti que corria na mesma diressão pela linha do Oeste a Nordeste, e parecia como trovão, e que o seu tom se encaminhava por detras da Serra de Portel.



Alguns estrondos que depois disto tem havido, eu tenho julgado serem trovões ao longe porque em alguns que tem havido de noyte tenho visto preceder a luz do relampago: hé certo que á mais de 8 dias se não sente tremer.

Carreira que levou o terremoto de 27 de Novembro de 1791 a tres pontos de Beja e sua Comarca.



*A Beja B Serpa C Lisboa D Sevilha E Lagos
L Vidigueira M Portel O Elvas*

F G H J Carreira do terremoto

Resulta

Que o nascimento ou o foco deste terremoto foi ao nosso oeste, e que correo para Nordeste.

Provas

Em Beja e Serpa immediatas huma à outra sentiosse as mesmas oras e com os mesmos effeitos. Em Lisboa ás mesmas oras mas mais brando, e sem revollussão no mar. Em Sevilha ás mesmas oras, e a pouco mais ou menos a mesma forssa: Sevilha, Serpa, Beja e Lisboa estão quasi em linha recta de Este a Oeste. Em Faro, Lagos, Olhão e Tavira sentiose ás mesmas oras com menos forssa e sem revolussão no mar. Estas terras estão mais distantes do Oeste, do que nos por estarem ao nosso Sul. Em a Vidigueira ouve alguma ruina, em Portel o mesmo, em Moura sentiose como aquí, em Elvas sentiose com m.^{ta} forssa. Estas terras estão mais chegadas á Carreira de Oeste para Nordeste logo para ali foi a sua carreira

2ª Resulta

A materia inflamavel foi m.^{ta} mas extinguiouse quasi toda na primeira explosão.

Prova

O impulso que se sentio no terremoto de 27 de Novembro de 1791 não foi menor do que o que se sentio em o terremoto do 1 de Novembro de 1755 mas a sua



durassão foi m^{to} menor a tal p.^{to} daquelle pois seria na proporssão de 7 a 8. No terremoto de 55 em que experimentamos tão fortes estragos durarão as repredissões (?) annos. Isto nada succede agora porque os pequenos tremores, ou terremotos que se ouvem não trazem consigo procella (?) alguma, ou se a trazem he tão pequena que mal se percebe.

Podemos inferir que não temos outro que nos dá maior susto; porque a materia hé provavel de extinguirse pello que fica dito: pois a História não falla em tempo algum de hum terremoto maior que o de 55 em Portugal: porq. os que tem corrido esta Provincia, e a maior parte de Portugal em parte alguma se reconhecem vestigios, mais que alguns pequenos volcões, os quaes se conhecem mais pello chisto que tem vindo a síma da terra do que pellas aberturas; porque o nucleo de Portugal hé todo hum punhado duro. Reino algum abunda tanto em marmores duros como o de Portugal que á excepção do Ribatejo e Campos de Coimbra, hé todo o Pais montanhoso e serranio, e hé um^{to} serto corresponder o Sentro da terra a estructura e oslamida (?) exterior.

Junto a estas reflexoens remetto o mappa que me parece servirá para mostrar com mais clareza a m.^a ideia sobre este terremoto.

(BPE, Cod. CXXIX/1-20, *Diário de Frei Manuel do Cenáculo* – anos de 1789 a 1793, fl. 59-63v.).

DOCUMENTO B:

Memoria dos terremotos q. tem seguido ao da noite 27 de Novembro de 1791.

Dois dias antes do dia 27 estive o sol ardentissimo, e na noite deste dia antes das 10 horas da noite algumas pessoas sentirão dois tremores.

As 10 horas e 37 minutos da noite tremeo a terra com a direcção de Norte a Sul com hum grande torvão subterraneo no espaço quasi de hum minuto, e depois de alguns minutos se ouviu hua grande zoeira ao longe.

As 10 e 47 minutos outro tremor de 13 a 14 instantes de duração e se virão varias constelações fora das costumadas.

As 11 e meia dois torvões subterraneos.

2^a feira

As 1 e 7 minutos, e 14 minutos torvão seguido de outros mais pequenos.

As 2 e 3 quartos torvão subterraneo

As 3 e 3 quartos o mesmo.

De tarde

As 2 torvão subter.

As 4 e 3 quartos o mesmo tremor

As 5 e 1 quarto hum pequeno torvão e tremor.

As 9 e 3 quartos torvão grande e tremor depois do qual houverão varias repetições.



3ª feira de manhan

As 5 e 6 horas torvão.

De tarde

As 3 e 20 minutos torvão e tremor

4 feira de manhan

As duas da manhan torvão

As 3 e 37 minutos e as 5 e 10 minutos, e 35 minutos torvão e tremor.

De tarde

As 6 e hum quarto tremor e torvão grande q. abalou algumas casas mais do q. estavam.

As 6 e 3 quartos dois torvões e hum tremor

As 6 e 20 minutos e 22 minutos torvão e tremor.

5 feira de manhan

A 1 e trinta e cinco minutos tremor

As 5 e meia torvão

As 11 e 3 quartos da noite o mesmo

6ª feira de manhan

As 6 e 40 minutos torvão e tremor

As 7 torvão e tremor

As 8 e 50 torvão em q. actualmente escrevo

A hora e meia e as duas e as cinco da tarde dois ruidos subterraneos.

[com a caligrafia de Cenáculo]: Depois da tarde da referª. 6ª feira nada mais senti ate esta data [Quinta 1 de Dezembro] oito da noite da virtude da Sª de sorte que mandei cessar as Preces manha fazendo nono dia, e amanha 6ª feira mesmo de tarde hirei à Se ao Te Deum, havendo de cantarse do terramoto em todas as Collegiadas. Fezse tudo; mas por hum engano não fui a Sé.

O povo consternado, e toda a Cidade em barracas fora de suas cazas, ou nas logens dellas se exercita cantando o Bendito e o rosario em procissões e Ladainhas todas as noites; porem de dia todos se occupão nos seus trabalhos na cidade e no campo para onde se tem retirado algumas familias da cidade. Como a consternação continua mandou o Ex.^{mo} Sr. Bispo de Beja fazer Preces com a collecta *pro terramotu* na missa: havendo toda a providencia pª. q. nada falte ao povo, e toda a vigilancia pª. q. não sobrevenhão doenças. As Igrejas são frequentadas com piedade e discrição; posto que algumas dellas tem exprimentado sua ruina; como tambem rara sera a casa da Cidade q. não tenha algum resentimento nas paredes, e abobadas, o q. tambem consta ter sucedido nas terras vizinhas.

(BPE, Cod. CXXIX/1-20, *Diário de Frei Manuel do Cenáculo* – anos de 1789 a 1793, fls. 209-211v.).



DOCUMENTO C:

[Carta do Bispo de Beja à Abadessa do Mosteiro da Conceição de 30 de Novembro de 1791]

Relig.^{ma} Snr.^a M^e. Abbd^a do Real Mosteiro da Conceição = A tribulação em q. estamos sofrendo há tres dias amiudadamente o terrivel flagello de Terramotos nos obriga a implorarmos a Divina Misericordia recorrendo ao Trono das Graças; pelo que participo a V. S^a que o Clero Secular começa a fazer preces publicas dando a Oração Tempore terramotus na Missa, e nas Ladainhas, q. hãode rezarse na presença do Sanctissimo Sacramento; e esta participação lhe faço para que V^a. S^a com sua Religiosa Communiidade se conforme, fazendo as mesmas preces e aqueles exercicios de Religião que a sua Piedade lhe inspirar para suplicarmos a D.^s queira suspender o terrivel flagello q. as nossas culpas tanto merecem = D.^s G.^{de} a SS.^a 30 de Novembro de 1791.

(BPE, Cod. CXXIX/1-20, *Diário de Frei Manuel do Cenáculo* – anos de 1789 a 1793, Fl. 210).



Prospecção Arqueológica de Marvão

Candidatura de Marvão a Património da Humanidade

Agradecimentos:

À Sara Isabel Ramos e ao Luís Faria queremos agradecer toda a colaboração prestada.

Agradecemos ao Professor Doutor Jorge de Oliveira a fundamental ajuda e o incondicional apoio no âmbito da realização do presente projecto. O seu auxílio na coordenação e nos aspectos técnicos facilitou muito o desenvolvimento da prospecção e da posterior análise de dados.

Contamos, no desenvolvimento deste trabalho de prospecção, com a fundamental e preciosa colaboração do Sr. Dr. Caldeira Martins, a quem manifestamos os nossos sinceros agradecimentos.

Agradecemos igualmente à fundação Cidade da Ammaia por todo o apoio prestado durante os trabalhos de Prospecção e levantamento arqueológico.

A toda a população do concelho de Marvão que connosco colaborou, manifestamos igualmente o nosso reconhecido agradecimento.

À Câmara Municipal de Marvão, nas pessoas do Sr. Presidente e da Sr.ª Vereadora da Cultura, reconhecidamente, agradecemos a confiança em nós depositada e todos os apoios prestados.

A vila fortificada de Marvão possui como enclave estratégico-natural, o cume da maior crista quartzítica a Sul do Tejo, atingindo cerca de 800 metros de íngremes encostas rochosas, facto que lhe confere uma quase lendária inexpugnabilidade e em simultâneo o domínio visual sobre uma vasta paisagem de inúmeros encantos naturais. Situada no extremo Norte da Serra de São Mamede, a vila de Marvão inclui-se na área protegida do parque natural que recebe o nome desta mesma serra.

As abruptas escarpas de Marvão não facilitaram a presença humana, ou, pelo menos, a sua fixação encontra-se muito limitada, o que por sua vez proporcionou a



preservação de espécies como o Sobreiro e o Carvalho Negral em alguns pontos das vertentes Norte e Sul da crista. Mais pobre, no entanto, é a vegetação que cobre grande parte da vertente Sul, constituída, principalmente, por plantas rupículas e exuberantes aglomerados de estevas e giestas que cobrem a encosta pedregosa, onde ainda é possível encontrar sinais da extracção mineira de volfrâmio, a céu-aberto.

À medida que descemos para cotas mais baixas ser-nos-á possível encontrar outras realidades paisagísticas. O declive, porque mais suave, permite, tanto nas encostas viradas a Norte, como, também, já na base da vertente Sul, a ocorrência de algumas áreas de cultivo que se organizam de forma harmoniosa com a vegetação natural.

A panorâmica que nos é proporcionada a partir das muralhas de Marvão deleita-nos, ainda, com a beleza do Rio Sever, deslizando muito próximo da base da encosta de Marvão e proporcionando, por sua vez, a conservação de *habitats* naturais, constituindo uma autêntica ilha na região montanhosa, pois possui um agradável microclima. À medida que o nosso olhar se vai afastando mais para Sul, é-nos dado a observar o fértil vale da Aramenha, onde os solos de características argilosas assistiram à fundação da antiquíssima cidade romana da Ammaia. Já a Norte, iremos deparar com solos arenosos leves e bem drenados, que conjuntamente com o microclima existente terão proporcionado a fixação humana desde as mais recuadas épocas.

O maciço quartzítico encimado pela vila era já conhecido pelos romanos. Este facto confere um carácter quase hermético ao cume rochoso que se eleva dos cerca de 500 metros junto ao Rio Sever até aos 800 metros e teria, no entanto, de possuir acessos à vila. Embora estes sejam quase imperceptíveis, em especial do lado Sul, eles existem na forma de várias calçadas de origem medieval que sobem pela encosta Norte e uma outra que se contorce pelo lado ocidental. As calçadas encontram-se bem preservadas, em alguns troços, devido à qualidade da sua construção, em que são utilizados os travamentos geométricos.

Objectivos

No âmbito da candidatura de Marvão a Património da Humanidade, procedemos à prospecção arqueológica da área a classificar. Num perímetro de aproximadamente quatro quilómetros quadrados, foram prospectadas as várias encostas da vila fortificada. Realizámos uma prospecção sistemática por sectores. A área é delimitada a Norte, pela Estrada Nacional que liga Marvão a Santo António das Areias, até ao cruzamento que dá acesso à Abegoa. Daqui inflecte para nascente por um caminho de terra batida, acompanhando sensivelmente a cota de 510 metros, entrando nas grandes formações graníticas. Em direcção a Sudeste, este perímetro bordeja, por uma velha calçada, o denominado Cabeço de Mouro. Já a Sul, o perímetro é delimitado pela estrada denominada Rua Nova, que de alguma forma acompanha o percurso do Rio Sever. Junto à igreja da Senhora da Rocha o traçado inflecte para Noroeste, acompanhando a Estrada Nacional que liga a Portagem a Marvão.

Neste perímetro foram assinalados todos os testemunhos materiais anteriores aos tempos actuais. Consideraram-se neste levantamento todas as estruturas e artefactos soltos que pudessem, de alguma forma, possibilitar a reconstituição da

vida humana nesta área. Desta forma, foram registadas estruturas agro-pastoris, *habitats*, igrejas, capelas e ermidas, calçadas, muralhas, poços, fontes, chafarizes, vestígios de mineração e muros, que, não sendo claramente, ou divisões de propriedade, ou de contenção de terras, poderiam fazer parte de outras estruturas.

Metodologia

A prospecção da área acima definida foi iniciada por um levantamento bibliográfico exaustivo. As informações disponíveis apenas indicavam estruturas de carácter militar que, na verdade, não se vieram a confirmar e outros vestígios que se encontram já fora da área em análise. Assim, procedeu-se, numa primeira fase, a uma prospecção dirigida, tendo como objectivo a confirmação das informações bibliográficas disponíveis. Numa segunda fase, procedeu-se à prospecção sistemática por parcelas da C.M.P. de toda a área demarcada.

Os testemunhos identificados foram coordenados por G.P.S. e cotados pela C.M.P. De todos os principais testemunhos, procedeu-se à elaboração de um *croqui* e de, pelo menos, um registo fotográfico. Paralelamente, assinalou-se na C.M.P. o vestígio, acompanhado por um número que corresponde à numeração da respectiva ficha de levantamento.

Breve Conclusão

A forte pendente das encostas, a base geológica, as características climáticas e de dispersão tradicional de ocupação de solos demonstravam, à partida, que a área em estudo deveria fornecer um diminuto número de informações de interesse arqueológico. Concluído o levantamento, constatou-se a ausência de testemunhos pré e proto-históricos, assim como da presença romana. Destes foram identificados, na verdade, vários materiais que, parecem não ter contexto local. Tudo parece indicar que estes foram removidos, provavelmente, da Cidade Romana de Ammaia e colocados como objectos decorativos. No que se reporta à Alta Idade Média, os poucos vestígios encontrados poderão ser satélites de *habitats* já conhecidos, mas que se situam em cotas mais baixas e fora da área em estudo.

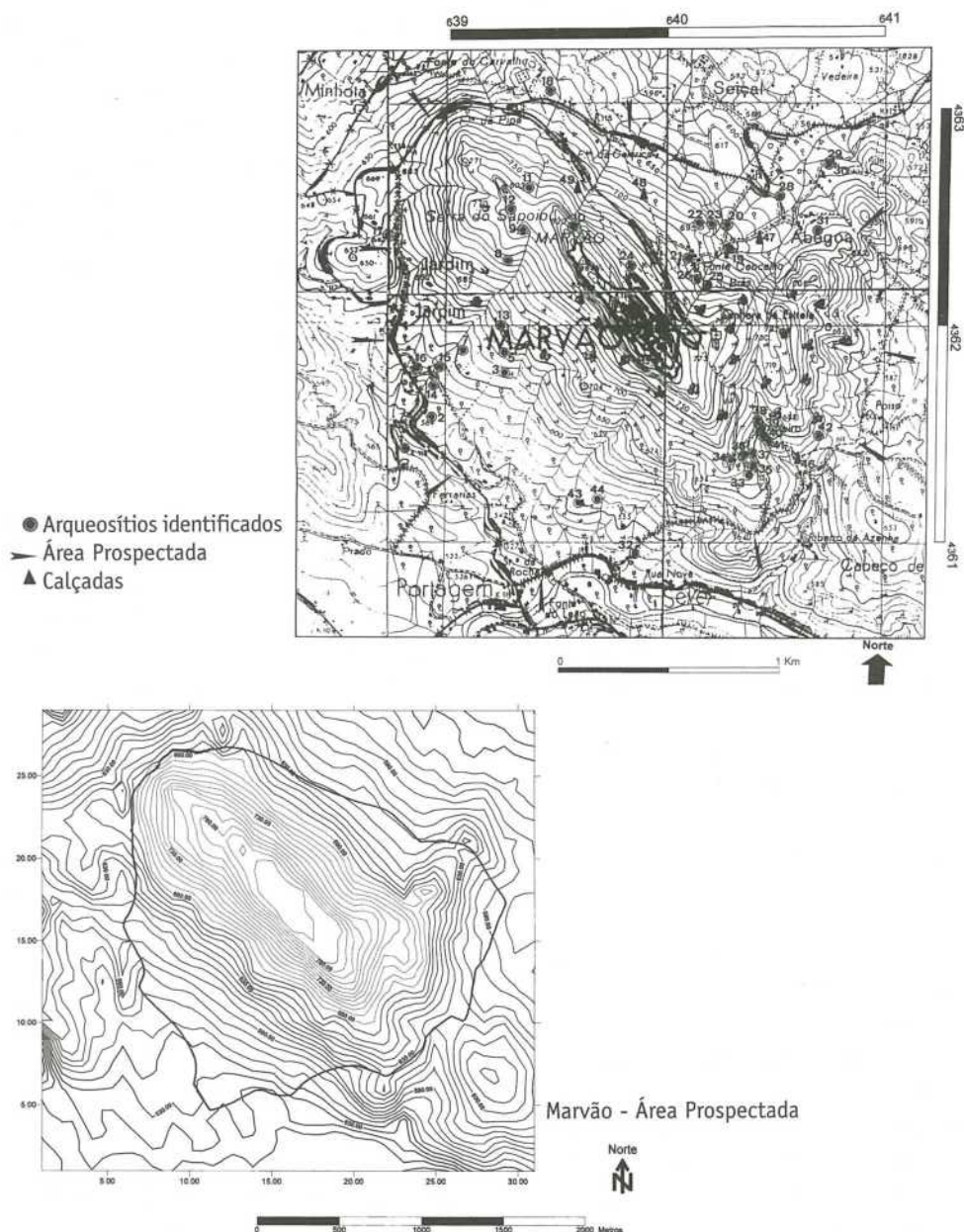
A maior incidência de testemunhos correspondem aos fins da Idade Média e à Idade Moderna. Neste grupo inscrevem-se as calçadas, a maioria das estruturas agro-pastoris, fontes, capelas e lagares. Já da época Contemporânea parecem remontar os testemunhos de mineração.

Diz-nos a informação escrita que nos finais do século XIX e inícios do século XX foram registadas variadíssimas minas nesta zona do Alto Alentejo. Seguramente, os vestígios mineiros encontrados remontarão a essa fase.

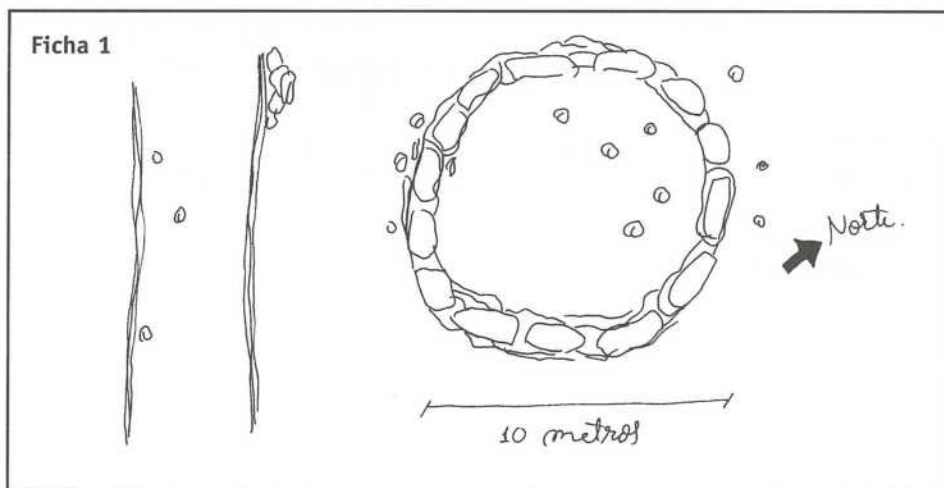
De todos os testemunhos encontrados destacam-se os que se localizam na Serra do Sapoio e que, seguramente, estão relacionados com a estrutura defensiva de Marvão. No seguimento da chamada Porta Falsa ou Porta da Traição, identificou-se uma passagem camuflada, rasgada nos quartzitos e que se dirige para NO, vindo a terminar num patamar delimitado pelo que parece ser um forte muro de características bélicas, sem argamassas e obtido por blocos de quartzito, provavelmente o que foi



extraído aquando da abertura da passagem localizada em frente à Porta Falsa. Quer esta abertura, quer o muro poderão remontar a um dos períodos de maior conflitualidade que viveu a Vila de Marvão. Os maiores problemas de interpretação advêm da diferença de patina existente entre os dois vestígios, a passagem e o muro. Este parece ser muito posterior à passagem rasgada no quartzito. Uma explicação mais consistente só poderá ser tomada com base em trabalhos arqueológicos nos dois sítios.



Croquis dos arquiossítios



Arqueossítio: Eira -1

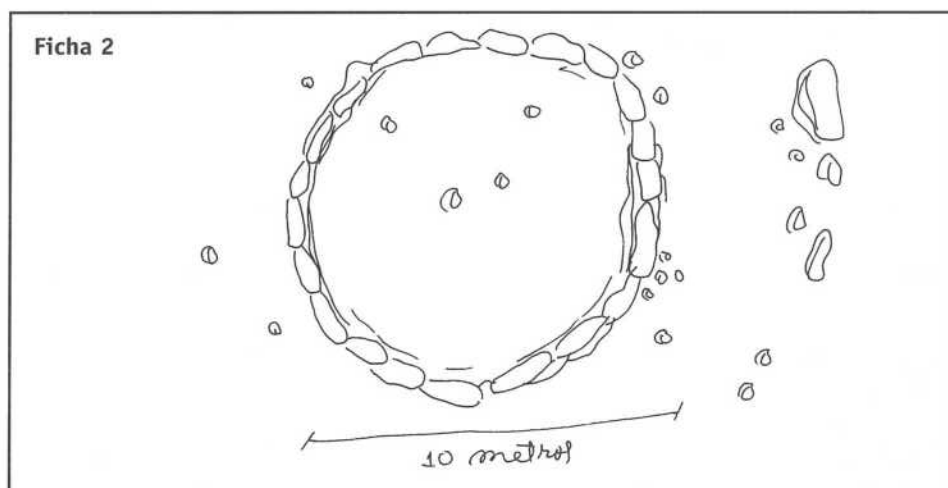
Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

Descrição: Eira com cerca de 10 m de diâmetro, piso de calçada, aterrada na sua quase totalidade e aparelho de junta seca. Muito próximo encontra-se uma casa de habitação degradada.



X: 4361450 **Y:** 638832 **Z:** 550 m

Arqueossítio: Eira - 2

Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361596 **Y:** 638959 **Z:** 570 m

Descrição: Diâmetro aproximado de 10 metros, altura média da parede 0,50 m e espessura de 0,40 m. Não é observável qualquer tipo de habitação nas suas proximidades.



Ficha 3

Arqueossítio: Zona de exploração mineira

Topónimo: Ferrarias

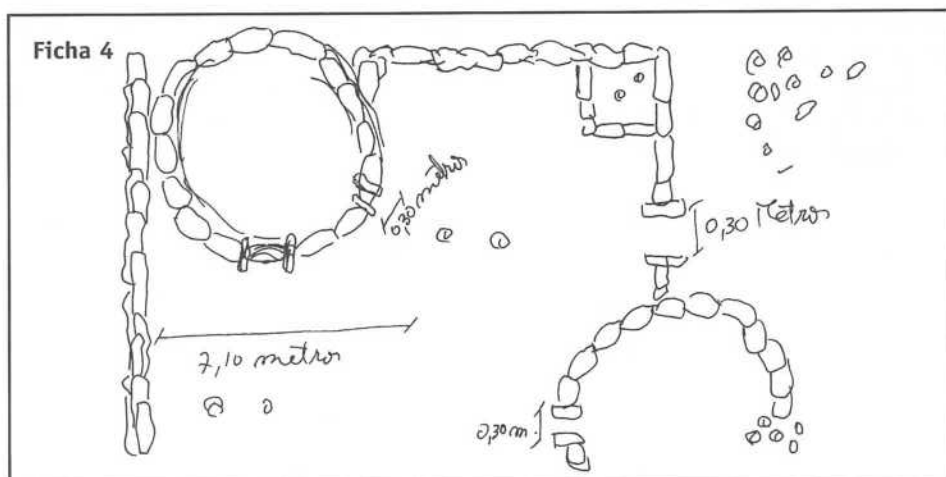
Microtopónimo:

Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361812 **Y:** 639279 **Z:** 610 m

Descrição: Concentração de blocos de quartzito de médias dimensões.



Arqueossítio: Curral

Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

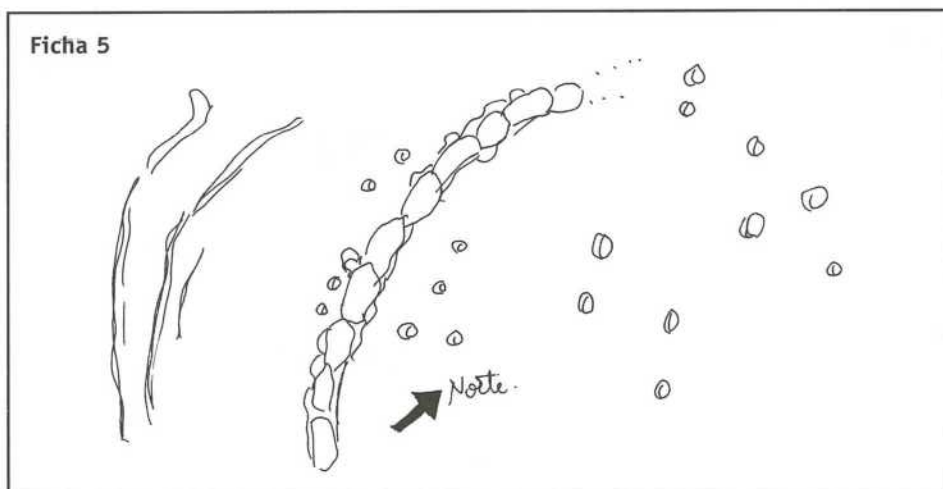
Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361894 **Y:** 639286 **Z:** 650 m

Descrição: Conjunto de duas estruturas

circulares com um diâmetro aproximado de 7,10 m e uma altura máxima de 2,30 m. Verificou-se a existência de uma estrutura quadrangular anexa. Aparelho de junta seca. As estruturas circulares apresentavam duas portas com pouco mais de 0,30 m de altura e 0,30 m de largura.

Ficha 5



Arqueossítio: Troço de muro

Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

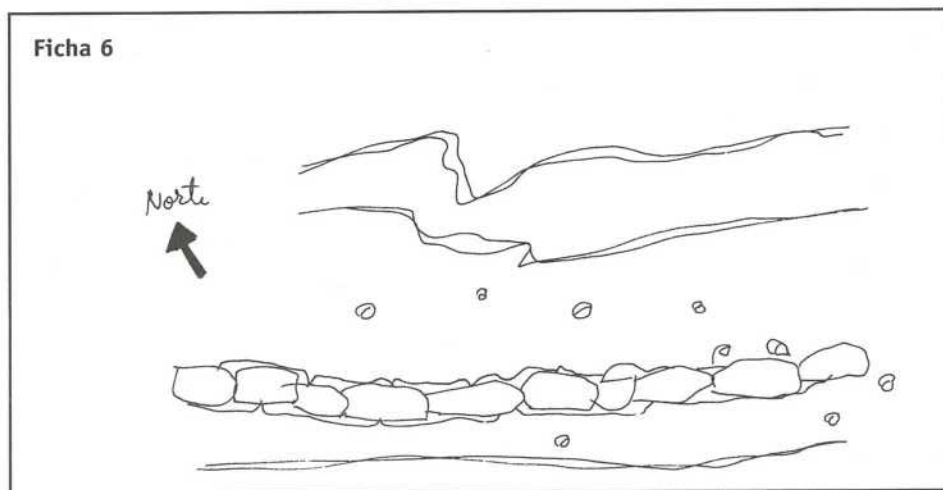
Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361874 **Y:** 639286 **Z:** 660 m

Descrição: Pequeno troço de muro semicircular, aparelho de junta seca. Sem aspecto de muro de divisão de propriedade nem de contenção de terras. Podendo ter sido utilizado como curral.

Ficha 6



Arqueossítio: Troço de muro

Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

Cronologia: Indeterminada

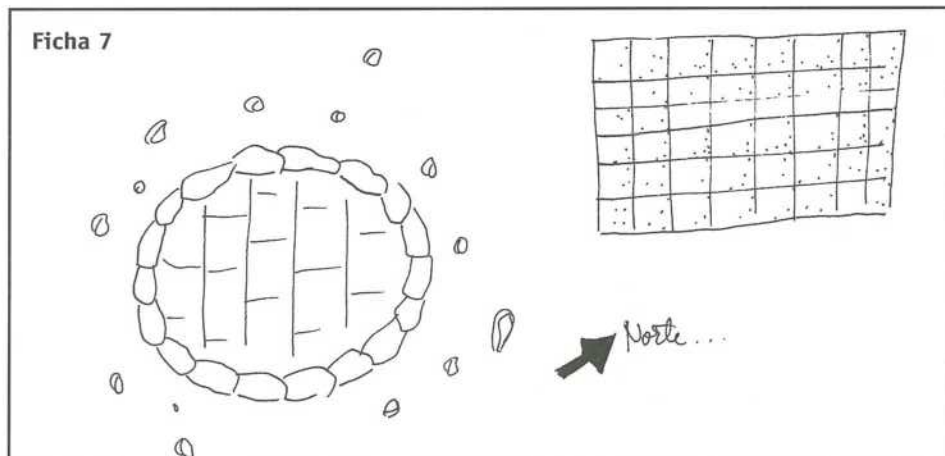
Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361666 **Y:** 639550 **Z:** 699 m

Descrição: Troço de muro de pequenas dimensões, de forma ligeiramente arredondada e aparelho de junta seca, que aproveita os afloramentos rochosos para definir um pequeno cercado.



Ficha 7



Arqueossítio: Eira - 3

Topónimo: Ferrarias

Microtopónimo:

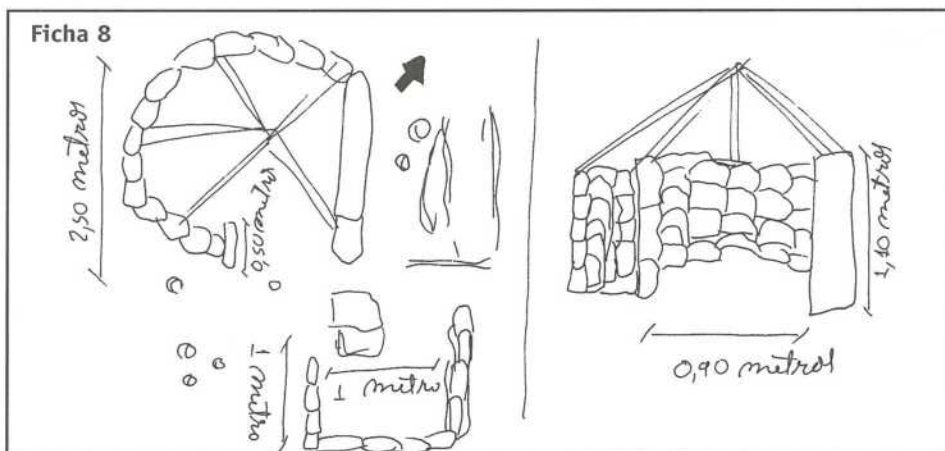
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361874 **Y:** 639099 **Z:** 672 m

Descrição: Estrutura em aparelho de junta tomada, em bom estado de conservação, piso em lajeado de xisto. Diâmetro de 10,20 m, altura interna de 0,80 m, altura externa de 1,40 m e uma espessura de cerca de 0,55 m. Verifica-se, próximo desta, uma habitação em bom estado de conservação.

Ficha 8



Arqueossítio: Choça

Topónimo: Serra do Sapoio

Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

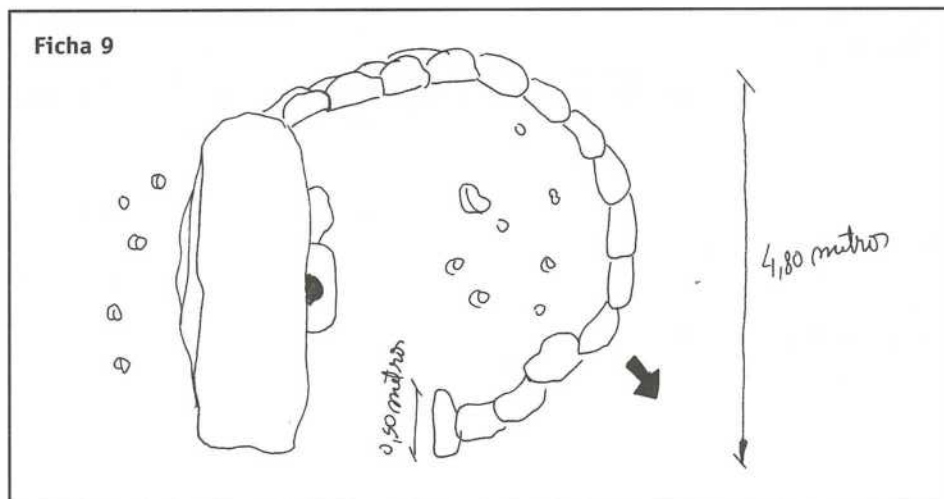
Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362306 **Y:** 639272 **Z:** 722 m

Descrição: Estrutura circular com aparelho

de junta seca, possuindo um diâmetro aproximado de 2,50 m, 1,20 m de altura e uma espessura de cerca de 0,50 m. Possui uma porta virada a Sudeste, com uma altura de 1,10 m e uma largura de 0,90 m. Anexa-se à estrutura uma outra de forma quadrangular com cerca de 1 x 1 m de lado.

Ficha 9



Arqueossítio: Abrigo

Topónimo: Serra do Sapoio

Microtopónimo:

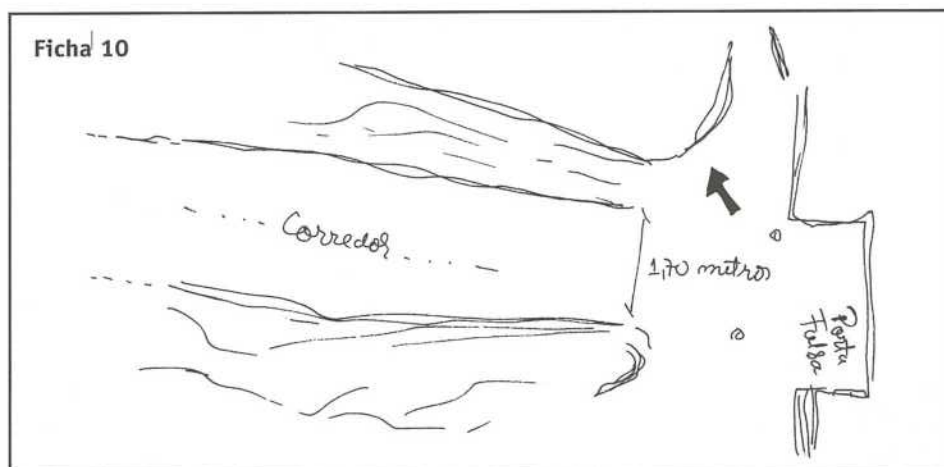
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362467 **Y:** 639362 **Z:** 722 m

Descrição: Estrutura circular em aparelho de junta seca, aproveitando o afloramento quartzítico. Possuindo um diâmetro de 4,80 m, uma altura de 1,70 e uma espessura de 0,50 m. A entrada encontra-se virada a Nordeste.

Ficha 10



Arqueossítio: Corredor escavado na rocha

– Porta Falsa do Castelo

Topónimo: Serra do Sapoio

Microtopónimo:

Cronologia: Medieval

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362420 **Y:** 639593 **Z:** 856 m

Descrição: Corredor escavado na rocha quartzítica. Virado 340 graus para Noroeste. Comprimento aproximado de 90 m, uma largura de 1,70 m e uma altura máxima de 3,10 m. Este corredor tem o seu início 25 m após a porta falsa, até ao limite visível dos afloramentos de quartzito.

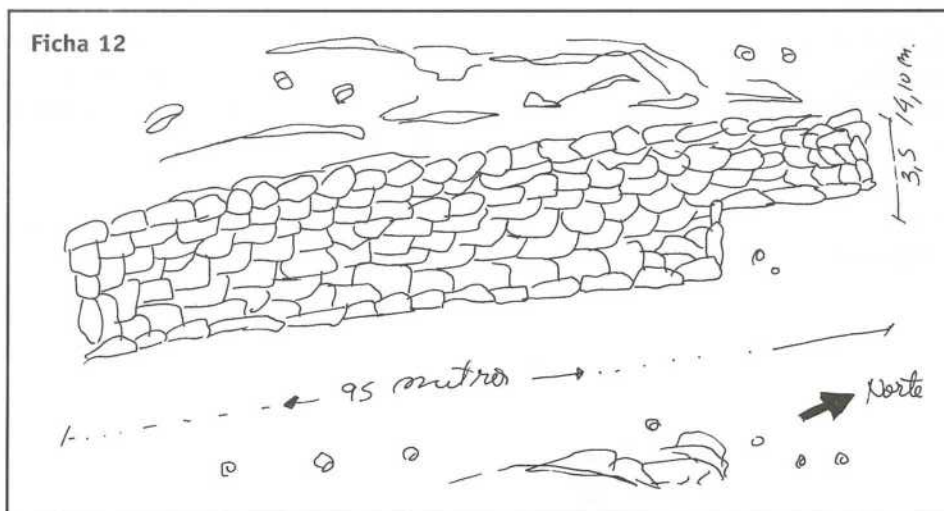


Ficha 11

Arqueossítio: Conjunto de muros
Topónimo: Serra do Sapoio
Microtopónimo:
Cronologia: Indeterminada
Coordenadas U.T.M. – GPS
X: 4362635 **Y:** 639382 **Z:** 843 m

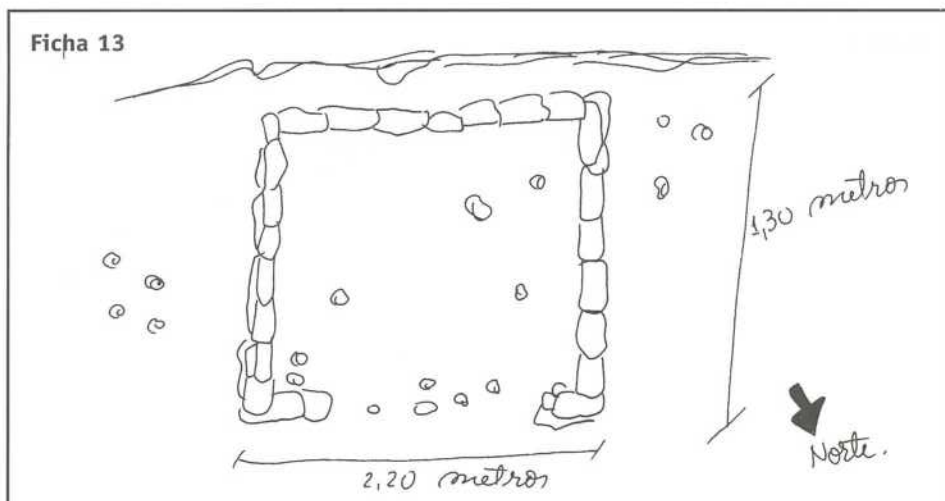
Descrição: Conjunto de muros com aparelho de junta seca. Uma espessura de 1,55 m e um afastamento entre eles de cerca de 2,50 a 3 m. Estruturas muito afectadas pela vegetação e com um percurso irregular.

Ficha 12



Arqueossítio: Muralha (?)
Topónimo: Serra do Sapoio
Microtopónimo:
Cronologia: Indeterminada
Coordenadas U.T.M. – GPS
X: 4362517 **Y:** 639315 **Z:** 841 m

Descrição: Linha de muralha com um comprimento de 95 m, uma altura média de 2 m e uma espessura de 3,5 a 4 m em algumas zonas. Aparelho de junta seca com blocos de quartzito de pequena e média dimensão.



Arqueossítio: Abrigo

Topónimo: Serra do Sapoio

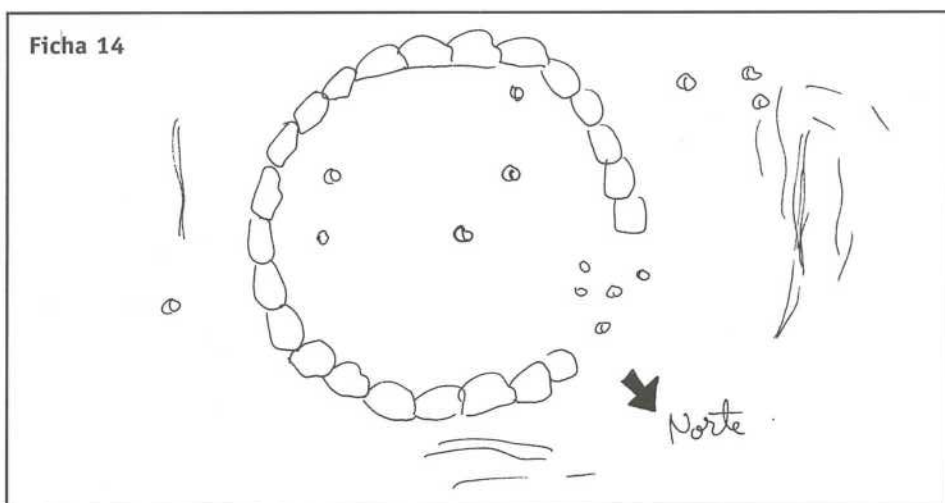
Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362012 **Y:** 639325 **Z:** 819 m

Descrição: Estrutura quadrangular com aparelho de junta seca. Largura de 2,20 m, comprimento de 1,30 m, uma altura média de 1,30 m e a espessura das paredes é de aproximadamente 0,50 m. A entrada encontra-se virada para Norte.



Arqueossítio: Eira - 6

Topónimo: Jardim

Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

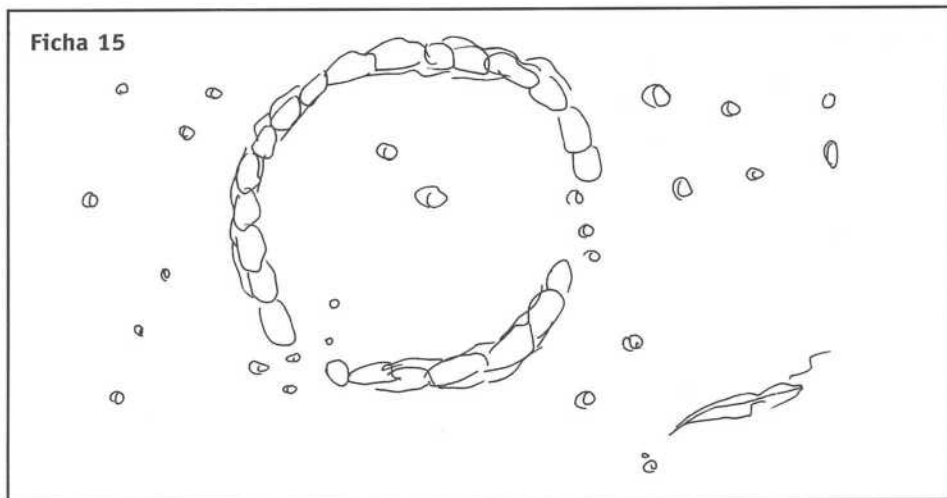
Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361720 **Y:** 638959 **Z:** 607 m

Descrição: Eira em aparelho de junta seca. Diâmetro de 10 m, altura máxima da parede de 1 m, e espessura de 0,40 m. Piso de calçada.



Ficha 15



Arqueossítio: Eira - 7

Topónimo: Jardim

Microtopónimo:

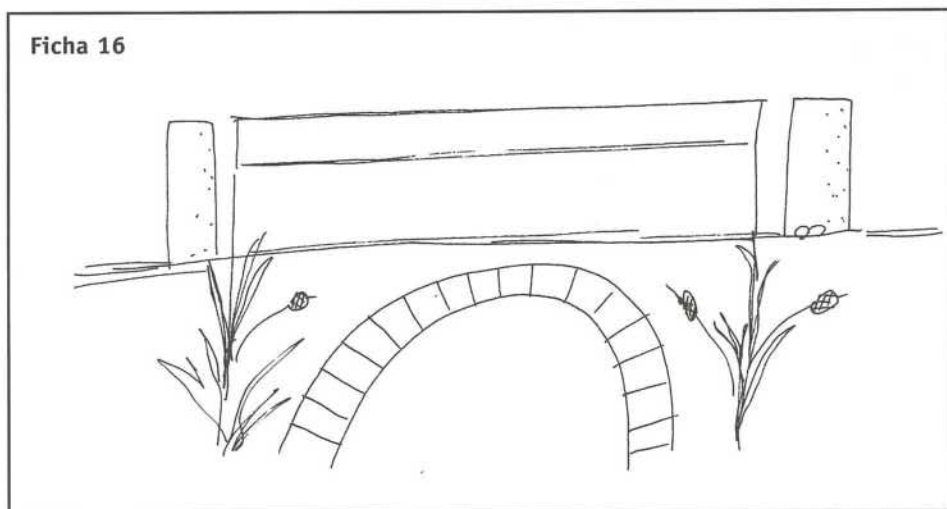
Cronologia: Moderna /Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361815 **Y:** 638981 **Z:** 618 m

Descrição: Eira em aparelho de junta seca. Diâmetro aproximado de 10 m, parede com uma espessura de 0,30 m e uma altura de 1,20 m. Piso de calçada. Estrutura muito afectada pela vegetação.

Ficha 16



Arqueossítio: Ponte

Topónimo: Jardim

Microtopónimo:

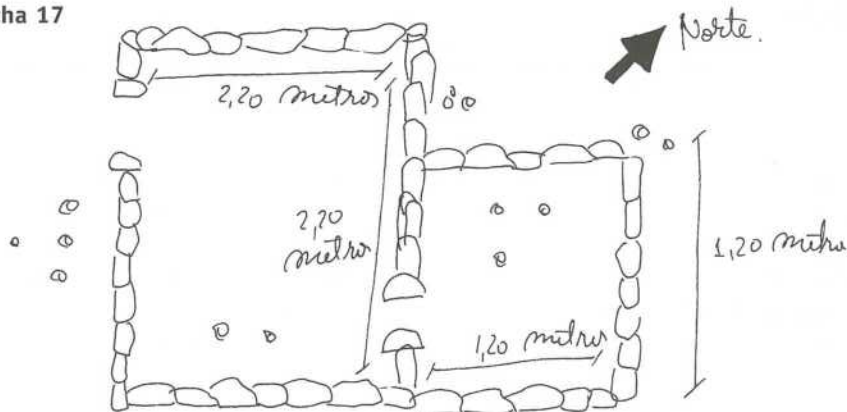
Cronologia: Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361892 **Y:** 638859 **Z:** 575 m

Descrição: Ponte datada do segundo quartel do século XX. Largura aproximada de 4,30 m, comprimento de 8 m. Estrutura de um só arco.

Ficha 17



Arqueossítio: Curral

Topónimo: Jardim

Microtopónimo:

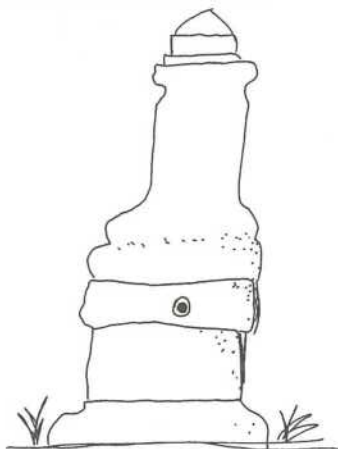
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362430 **Y:** 638760 **Z:** 604 m

Descrição: Estrutura quadrangular em aparelho de junta seca com 2,20 m², e com uma espessura das paredes de 0,60 m. A estrutura principal possui uma porta virada para Sudeste. Apresenta, ainda, um pequeno anexo, também em aparelho de junta seca, com aproximadamente 1,20 m².

Ficha 18



Arqueossítio: Fonte

Topónimo: Cemitério

Microtopónimo:

Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362939 **Y:** 639428 **Z:** 588 m

Descrição: Pequena fonte na qual foi

reaproveitada uma base de coluna, possivelmente de origem romana. Com uma altura de 1,10 m e um diâmetro de 0,35 m. A bica da fonte é em ferro, tendo gravada a data de 1946. Próximo desta fonte encontra-se uma outra base de coluna também de origem romana.



Ficha 19

Arqueossítio: Fonte

Topónimo: Ciborra

Microtopónimo: Quinta da Ciborra

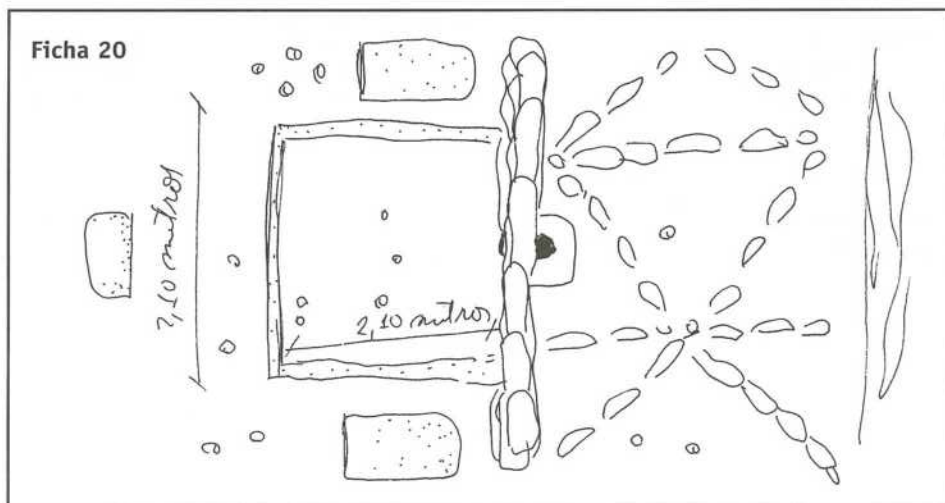
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362363 **Y:** 640299 **Z:** 540 m

Descrição: Fonte com uma moldura em granito que, na sua parte superior, conta com motivos esculpidos em alto relevo. Evidencia-se uma carranca esculpida em mármore que funciona como bica e um pequeno tanque em granito.

Ficha 20



Arqueossítio: Lagareta

Topónimo: Ciborra

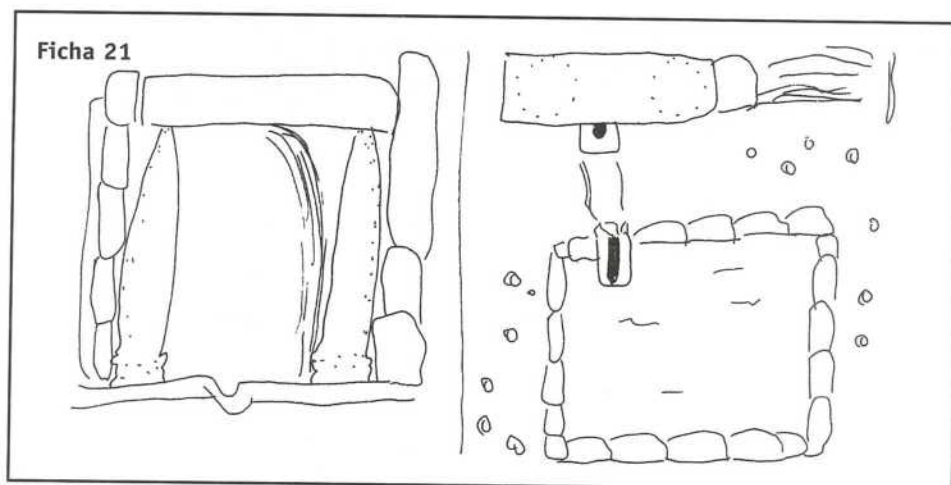
Microtopónimo:

Cronologia: Medieval / Moderna

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362480 **Y:** 640235 **Z:** 532 m

Descrição: Lagareta escavada na rocha com um tanque de 2,10 m por 2,30 m e uma profundidade de 0,40 m. Tem um pequeno canal de saída, o qual atravessa um muro que separa a propriedade da calçada medieval.



Arqueossítio: Contramina de água

Topónimo: Ciborra

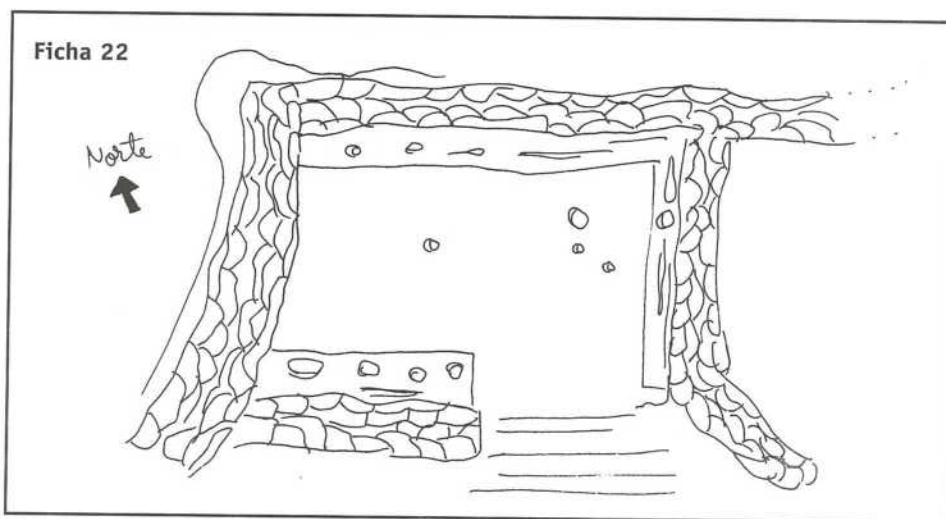
Microtopónimo:

Cronologia: Medieval / Moderna

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362300 **Y:** 640195 **Z:** 705 m

Descrição: Contramina de água com uma abóbada de berço no seu interior, a qual apresenta um pequeno orifício na parte central. A entrada é decorada por duas colunas em granito que sustentam uma arquitrave. Encontra-se, no exterior da contramina, um tanque com aproximadamente 2,20 m².



Arqueossítio: Mirante

Topónimo: Ciborra

Microtopónimo:

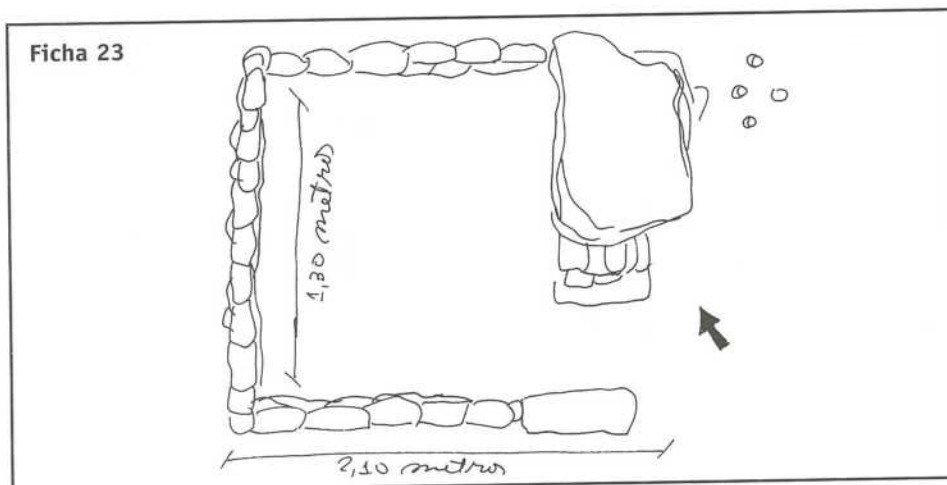
Cronologia: Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362484 **Y:** 640143 **Z:** 693 m

Descrição: Mirante datado do segundo quartel do século XX. Aparelho de junta argamassada com uma estrutura de 4 m de comprimento e 3,80 m de largura.





Arqueossítio: Abrigo

Topónimo: Ciborra

Microtopónimo:

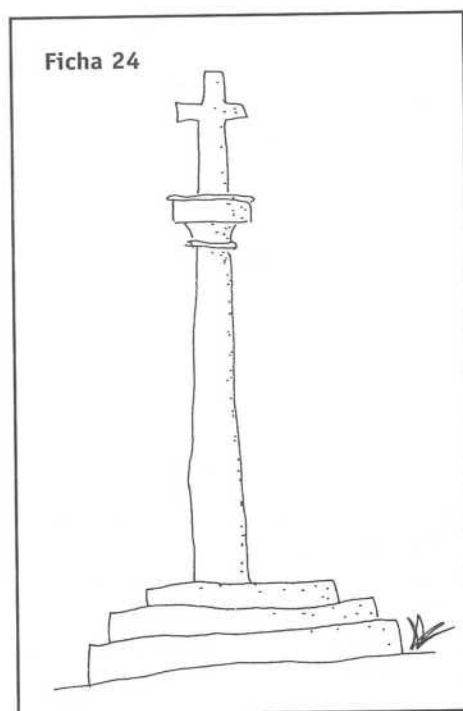
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362448 **Y:** 640313 **Z:** 693 m

Descrição: Pequeno abrigo em aparelho de

junta seca e pedras de grande dimensão, sem vestígios de cobertura, aproveita um afloramento rochoso para consolidar uma das paredes da estrutura. Largura de 2,10 m, comprimento de 1,30 m e espessura das paredes de 0,50 m. Pequena porta virada para Sudeste.



Arqueossítio: Cruz da Caveira

Topónimo: Cruz da Caveira

Microtopónimo:

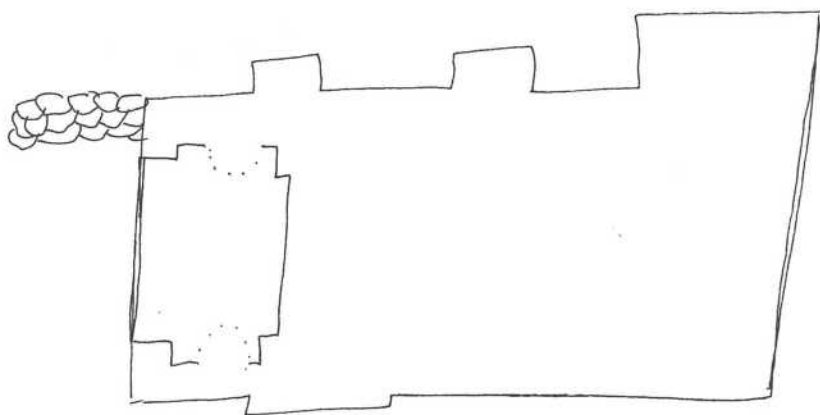
Cronologia: Medieval

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362357 **Y:** 639790 **Z:** 804 m

Descrição: Cruzeiro com forma de cruz latina em granito suportada por um fuste. Base também em granito com forma escalonada. Altura aproximada de 2,60 m. Encontra-se localizada junto de uma calçada medieval.

Ficha 25



Arqueossítio: Capela de S. Brás

Topônimo: S. Brás

Microtopônimo:

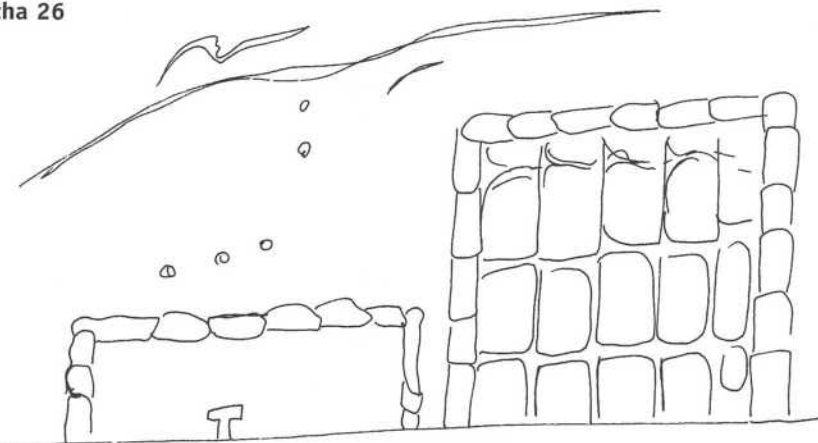
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362149 **Y:** 640162 **Z:** 590 m

Descrição: Pequena capela de planta rectangular com dois contrafortes do lado esquerdo. Possui ainda duas colunas adossadas às paredes do átrio e um anexo na parede Norte.

Ficha 26



Arqueossítio: Antiga fonte do concelho

Topônimo: S. Brás

Microtopônimo:

Cronologia: Idade Média

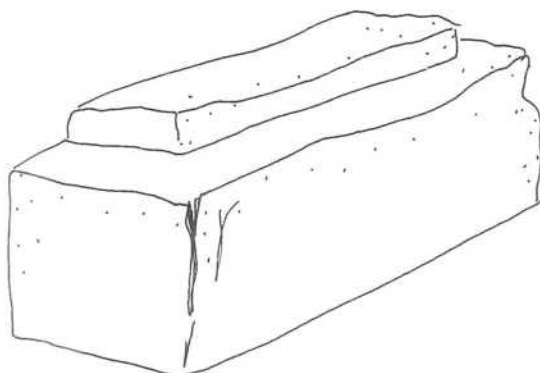
Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362288 **Y:** 640140 **Z:** 580 m

Descrição: No local da implantação original da Fonte do Concelho, que agora se encontra na vila de Marvão, existem dois tanques, possivelmente os tanques originais. Este conjunto de tanques tem um piso formado por blocos de granito.



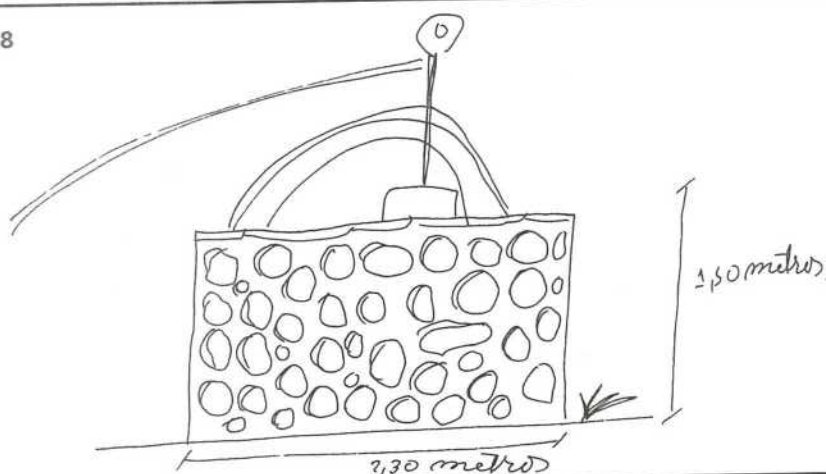
Ficha 27



Arqueossítio: Silhar de Época Romana
Topónimo: Convento da Senhora da Estrela
Microtopónimo:
Cronologia: Romana
Coordenadas U.T.M. – GPS
X: 4362123 **Y:** 639963 **Z:** 628 m

Descrição: Silhar com almofadado (*Opus Rusticatum*). Aproximadamente 1 m de comprimento, 0,80 m de largura e uma espessura de 0,40 m. Destaca-se o almofadado com 0,80 m de comprimento, 0,45 m de largura e altura de 0,10 m. Silhar em granito localizado junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela.

Ficha 28



Arqueossítio: Poço
Topónimo: Abegoa
Microtopónimo:
Cronologia: Moderna / Contemporânea
Coordenadas U.T.M. – GPS
X: 4362609 **Y:** 640522 **Z:** 515 m

Descrição: Poço com muro circular de junta argamassada, pedra de média dimensão. Diâmetro de 2,30 m, altura de 1,50 m e uma espessura de parede de 0,40 m. Verifica-se a existência de uma nora.

Arqueossítio: Porta gótica

Topónimo: Abegoa

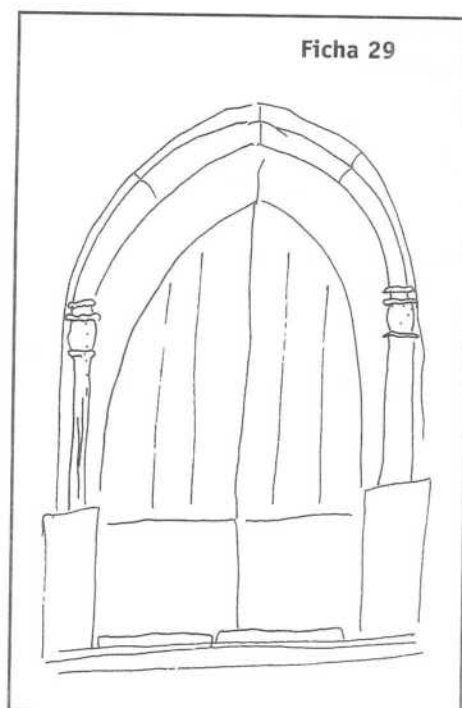
Microtopónimo:

Cronologia: Idade Média

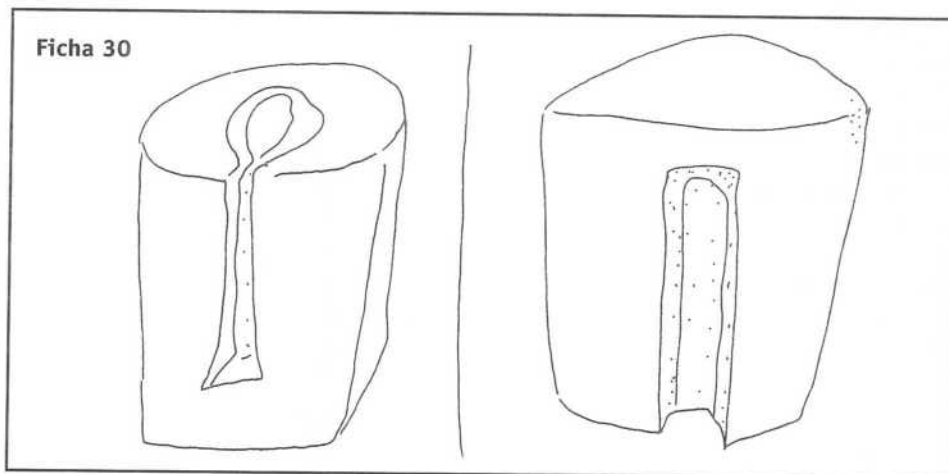
Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362677 **Y:** 640690 **Z:** 540 m

Descrição: Porta gótica em granito. Arco quebrado com ligeiras caneluras. Temos a informação de que esta porta foi removida do interior do espaço muralhado de Marvão.



Ficha 30



Arqueossítio: Pesos de lagar

Topónimo: Abegoa

Microtopónimo:

Cronologia: Medieval

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4362677 **Y:** 640690 **Z:** 540 m

Descrição: Dois pesos de lagar em granito. Ambos com altura de 0,60 m e 0,50 m de diâmetro.



Arqueossítio: Forno de Pão

Topónimo: Abegoa

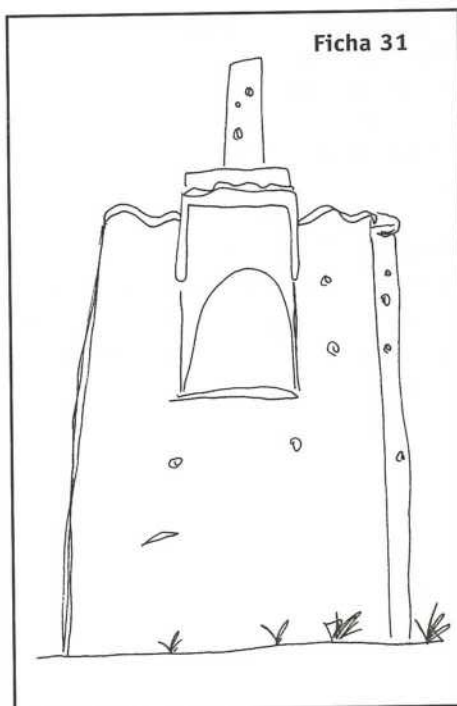
Microtopónimo:

Cronologia: Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4362441 **Y:** 640690 **Z:** 609 m

Descrição: Forno para cozedura de pão desanexo à habitação. Altura de 2,10 m, 1,10 m de largura e 1,20 m de comprimento. Boca do forno com uma moldura saliente. Pequena chaminé na parte superior.



Arqueossítio: Fonte da calçada ou das lavadeiras

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

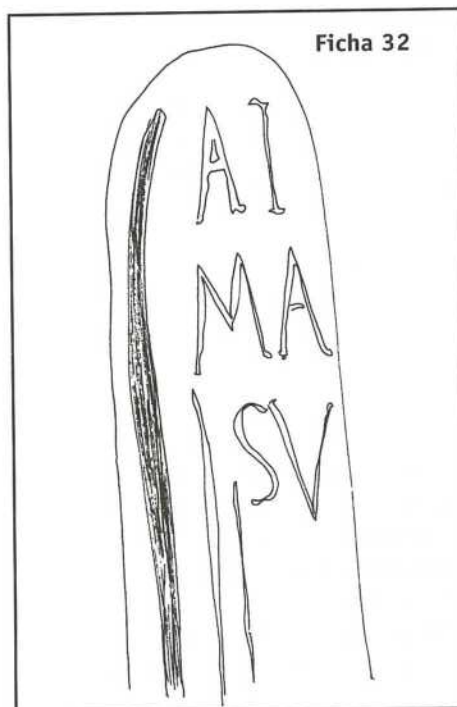
Cronologia: Indeterminada

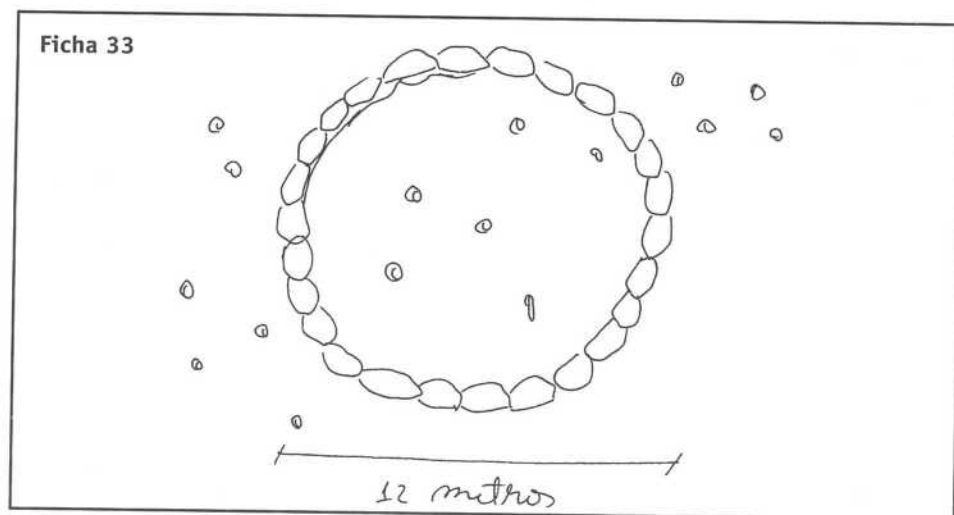
Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4360897 **Y:** 639063 **Z:** 536 m

Descrição: Esta fonte possui dois blocos graníticos talhados, presumivelmente de época romana, tendo um destes inscrições em baixo relevo. Estes foram aí colocados a fim de servir de bica.

Inscrição: AI / AM / SV





Arqueossítio: Eira - 4

Topônimo: Areeiro

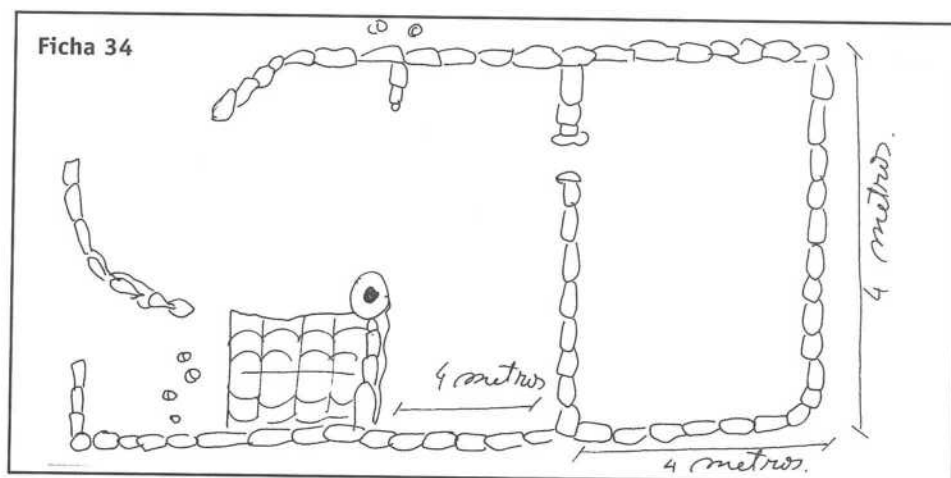
Microtopônimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361340 **Y:** 640396 **Z:** 644 m

Descrição: Estrutura em aparelho de junta seca, em bom estado de conservação. Possui piso de lajeado, 12 m de diâmetro, 1,10 m de altura e 0,50 metros de espessura de parede.



Arqueossítio: Conjunto de habitações

Topônimo: Areeiro

Microtopônimo:

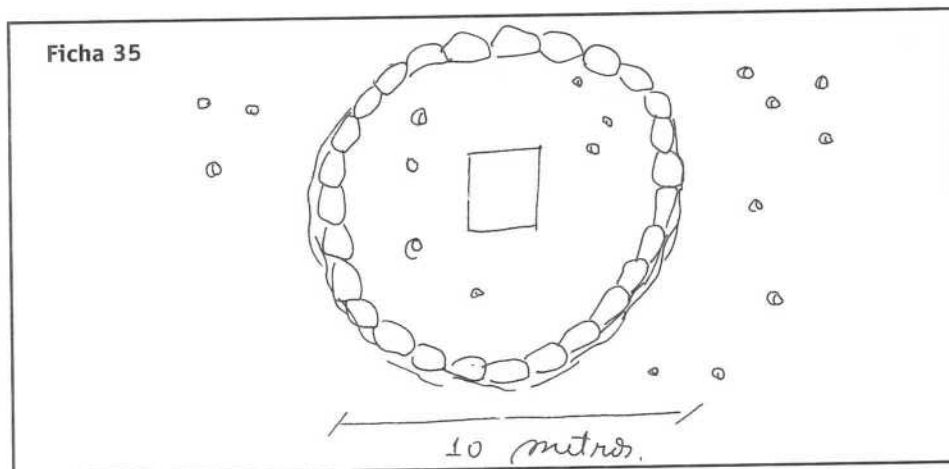
Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361301 **Y:** 640274 **Z:** 650 m

Descrição: Conjunto de estruturas de habitação em aparelho de junta seca, sem vestígios de cobertura. Possuindo três divisões com 4 m² cada.





Arqueossítio: Eira - 5

Topónimo: Areeiro

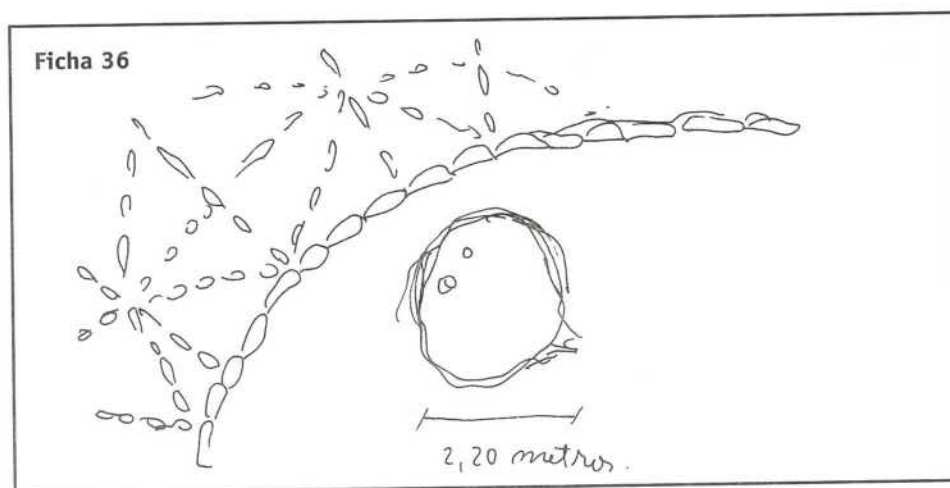
Microtopónimo:

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361322 **Y:** 640520 **Z:** 703 m

Descrição: Construção em aparelho de junta seca, piso em calçada com uma laje quadrangular ao centro. Diâmetro aproximado de 10 m, tendo o muro envolvente uma altura máxima de 0,60 m e uma espessura de 0,50 m.



Arqueossítio: Poço de exploração mineira

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

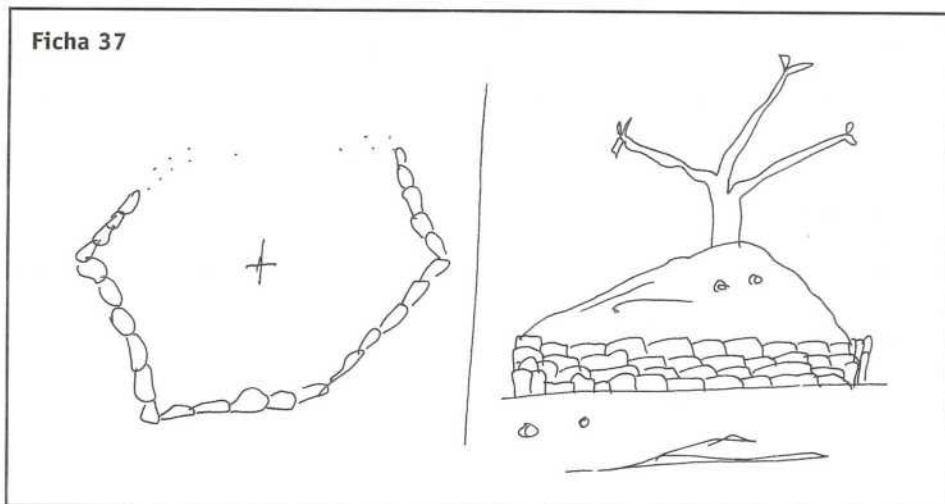
Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361398 **Y:** 640370 **Z:** 522 m

Descrição: Poço circular escavado na rocha, com um diâmetro de 2,20 m, cuja profundidade real não foi possível determinar devido à grande quantidade de material aí depositado, sendo o nível de profundidade actual de 1,10 m.

Ficha 37



Arqueossítio: Estrutura de contenção de terra

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

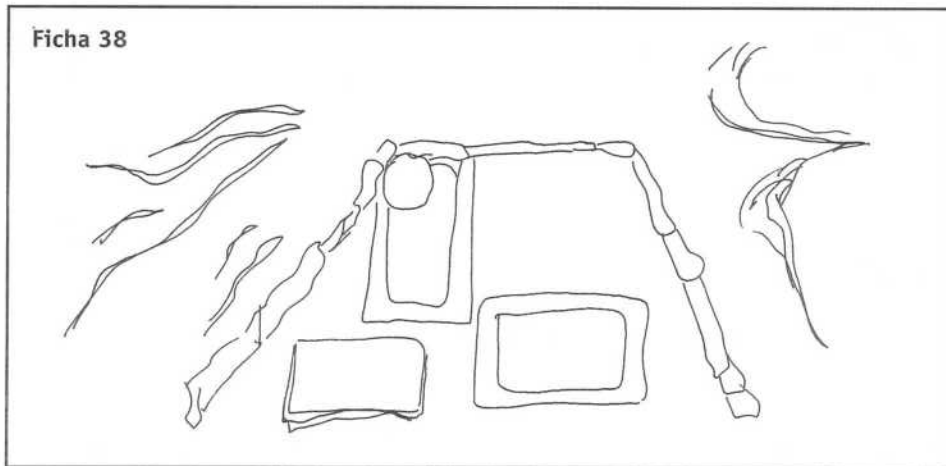
Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361410 **Y:** 640333 **Z:** 519 m

Descrição: Estrutura irregular em aparelho de junta seca, com um diâmetro aproximado de 4,60 m e parede com 0,50 m de altura. Terá servido para contenção de terras do poço de mineração que se encontra a 12 metros de distância.

Ficha 38



Arqueossítio: Fonte

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361584 **Y:** 640411 **Z:** 599 m

Descrição: Fonte composta por um paramento de três paredes em aparelho de junta tomada com 3 m de altura e dois tanques quadrangulares em granito.



Ficha 39

Arqueossítio: Bases de colunas

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

Cronologia: Época Romana

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361549 **Y:** 640497 **Z:** 612 m

Descrição: Sete bases de colunas e dois fragmentos de fuste de origem romana, localizados em redor de um tanque na área de uma habitação rural.

Ficha 40

Arqueossítio: Engenhos de moagem

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

Cronologia: Medieval /Moderna

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361560 **Y:** 640460 **Z:** 500 m

Descrição: Numa construção anexa à habitação rural foram encontrados dois dormentes implantados no solo. O primeiro com 1,30 m de diâmetro e um segundo com 2,30 m. Foram também identificados dois moventes, um deles inserido na parede e outro a servir de degrau.

Ficha 41

Arqueossítio: Engenhos de moagem

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

Cronologia: Medieval

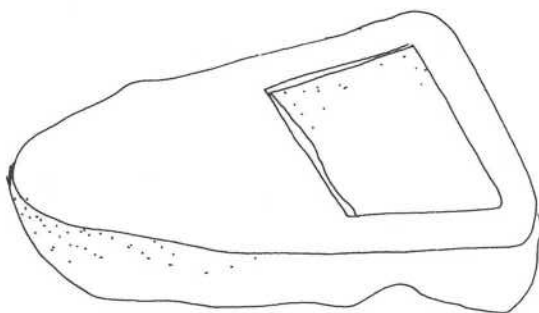
Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361560 **Y:** 640460 **Z:** 500 m

Descrição: Nas traseiras da construção rural, foram igualmente identificados dois moventes, um com 0,95 m de diâmetro e 0,20 m de espessura e um segundo inserido na parede de um outro anexo. Junto a estes foi ainda encontrado um fragmento de fuste de coluna romana.



Ficha 42



Arqueossítio: Bloco granítico com uma moldura talhada em baixo relevo

Topónimo: Areeiro

Microtopónimo:

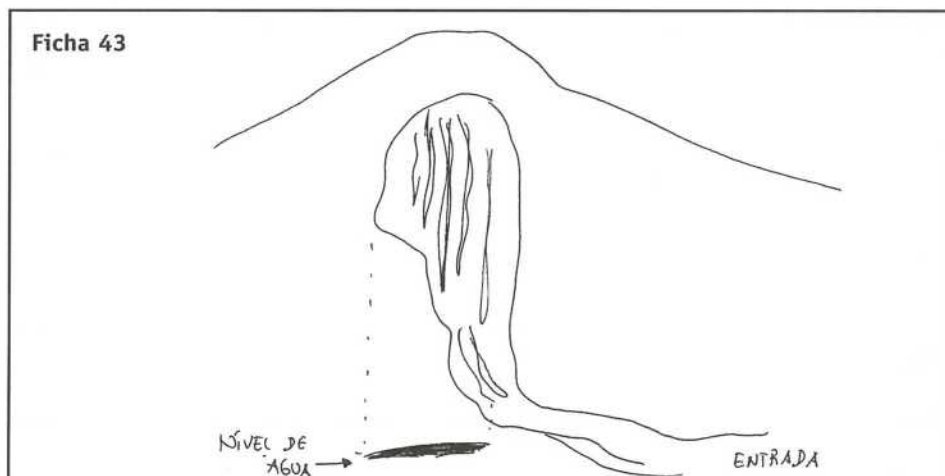
Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361605 **Y:** 640829 **Z:** 613 m

Descrição: Bloco granítico com uma pequena moldura quadrangular numa das extremidades. A área da moldura é de 0,24 m². O bloco tem 0,44 m de largura, 0,70 m de comprimento e uma espessura de 0,20 m. Sem inscrições visíveis.

Ficha 43



Arqueossítio: Poço

Topónimo: Senhora da Rocha

Microtopónimo: Ameixiera

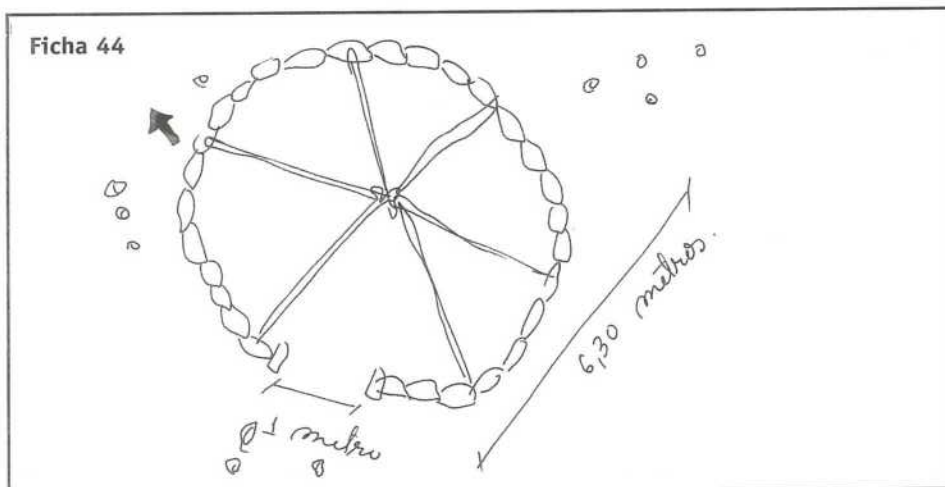
Cronologia: Indeterminada

Coordenadas U.T.M. - GPS

X: 4361210 **Y:** 639729 **Z:** 527 m

Descrição: Poço escavado numa pequena elevação, na qual foi efectuado um grande corte vertical, a fim de possibilitar o acesso do gado ao actual nível de água.





Arqueossítio: Choça

Topónimo: Senhora da Rocha

Microtopónimo: Ameixiera

Cronologia: Moderna / Contemporânea

Coordenadas U.T.M. – GPS

X: 4361250 **Y:** 639626 **Z:** 521 m

Descrição: Pequena choça com um diâmetro aproximado de 6,30 m, paredes em aparelho de junta seca com uma altura de 0,90 m e uma espessura de 0,70 m. A porta, com 1 m de largura, encontra-se virada a Sudoeste. Ainda conserva parte da cobertura em giesta.

Ficha 45

Arqueossítio: Calçada – 1

Topónimo: Calçada da Portagem

Cronologia: Medieval (?)

Descrição: Calçada que une Marvão, pelo Sul, à Portagem. Com uma extensão de aproximadamente 2 Km. Encontra-se, na sua maior parte, em bom estado de conservação.



Ficha 46

Arqueossítio: Calçada - 2

Topónimo: Calçada do Areeiro

Cronologia: Medieval (?)

Descrição: Troço de calçada que une o Areeiro à calçada da Portagem. Percurso de calçada com aproximadamente 700 m.

Ficha 47

Arqueossítio: Calçada - 3

Topónimo: Calçada da Abegoa

Cronologia: Medieval (?)

Descrição: Calçada que liga Marvão à Abegoa, passando pela Fonte do Concelho onde bifurca um outro troço em direcção ao Seíçal.

Ficha 48

Arqueossítio: Calçada - 4

Topónimo: Calçada da Fonte da Celorica

Cronologia: Medieval (?)

Descrição: Troço de calçada que une Marvão, pelo Norte, à Fonte da Celorica. Com extensão aproximada de 770 m. Em razoável estado de conservação.



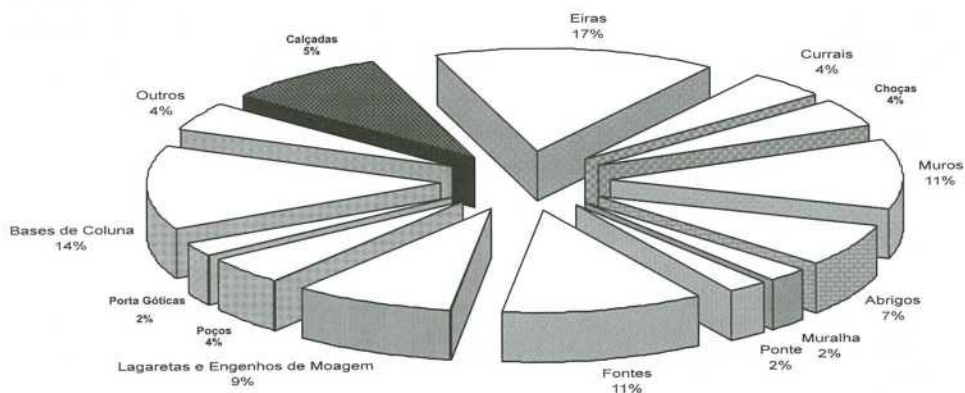
Arqueossítio: Calçada – 5

Topónimo: Calçada da Fonte da Pipa

Cronologia: Medieval (?)

Descrição: Calçada que une Marvão, pelo Norte, à Fonte da Pipa. Conta com 750 m em mau estado de conservação.

Arqueossítios identificados



Inventário de Aqueossítios

N.º de Fichas	Arqueossítio	X – U.T.M.	Y – U.T.M.	Z	Cronologia	Foto N.º
1	Eira – 1	4361450	638832	550	Moderna/contemp.	1
2	Eira – 2	4361596	638959	570	Moderna/contemp.	2 / 3
3	Zona de expl. mineira	4361812	639279	610	Indeterminada	4
4	Curral	4361894	639286	650	Moderna/contemp.	5 / 6
5	Troço de muro	4361874	639286	660	Indeterminada	7
6	Troço de muro	4361666	639550	699	Indeterminada	8
7	Eira – 3	4361874	639099	672	Moderna/contemp.	9
8	Choça	4362306	639272	722	Moderna/contemp.	10 / 11
9	Abrigo	4362467	639362	730	Moderna/contemp.	12 / 13 / 14
10	Corredor escavado na rocha - Porta falsa	4362420	639593	856	Medieval	15 / 16 / 17
11	Conjunto de muros	4362635	639382	843	Indeterminada	18
12	Muralha	4362517	639315	841	Indeterminada	19 / 20
13	Abrigo	4362012	639325	819	Moderna/contemp.	21
14	Eira – 6	4361720	638959	607	Moderna/contemp.	22
15	Eira – 7	4361815	638981	618	Moderna/contemp.	23
16	Ponte	4361892	638859	575	Contemporânea	24
17	Curral	4362430	638760	604	Moderna/contemp.	25
18	Fonte	4362939	639428	588	Indeterminada	26 / 27
19	Fonte	4362363	640299	540	Moderna/contemp.	28
20	Lagareta	4362480	640235	532	Moderna/contemp.	29
21	Contramina de água	4362300	640195	705	Moderna/contemp.	30 / 31
22	Mirante	4362484	640143	693	Contemporânea	32
23	Abrigo	4362448	640313	689	Moderna/contemp.	33
24	Cruz da Caveira	4362357	639790	804	Medieval	34 / 35
25	Capela de S. Brás	4362149	640162	590	Moderna/contemp.	36
26	Antiga fonte de concelho	4362288	640140	580	Medieval	37
27	Silhar Romano	4362123	639963	628	Romano	38 / 39
28	Poço	4362609	640522	515	Moderna/contemp.	40
29	Porta gótica	4362677	640690	540	Medieval	41
30	Pesos de lagar	4362677	640690	540	Medieval	42 / 43
31	Forno de pão	4362441	640690	609	Contemporânea	44
32	Fonte das lavadeiras	4360897	639063	536	Indeterminada	45 / 46
33	Eira – 4	4361340	640396	644	Moderna/contemp.	47
34	Conjunto de habitações	4361301	640274	650	Moderna/contemp.	48
35	Eira – 5	4361322	640520	703	Moderna/contemp.	49
36	Poço de exploração mineira	4361398	640370	522	Indeterminada	50
37	Estrutura de contenção de terras	4361410	640333	519	Indeterminada	51
38	Fonte	4361584	640411	599	Indeterminada	52
39	Bases de colunas	4361549	640497	612	Romano	53/ 54/ 55
40	Engenhos de moagem	4361560	640460	500	Medieval/ moderna	56/ 57/ 58
41	Engenhos de moagem	4361560	640460	500	Medieval/ moderna	59
42	Bloco com moldura	4361605	640829	613	Indeterminada	60/ 61/ 62
43	Poço	4361210	639729	527	Indeterminada	63
44	Choça	4361250	639626	521	Moderna/contemp.	64
45	Calçada – 1	-	-	-	Medieval ?	65
46	Calçada – 2	-	-	-	Medieval ?	66 / 67
47	Calçada – 3	-	-	-	Medieval ?	-
48	Calçada – 4	-	-	-	Medieval ?	-





Base de coluna romana



Choça – Serra do Sapoio

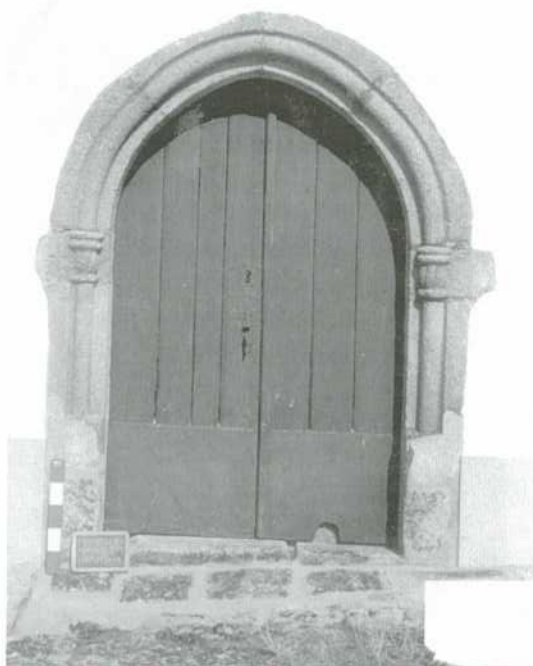


Silhar – *Opus Rusticatum* –
Convento de N^a Sr^a da Estrela

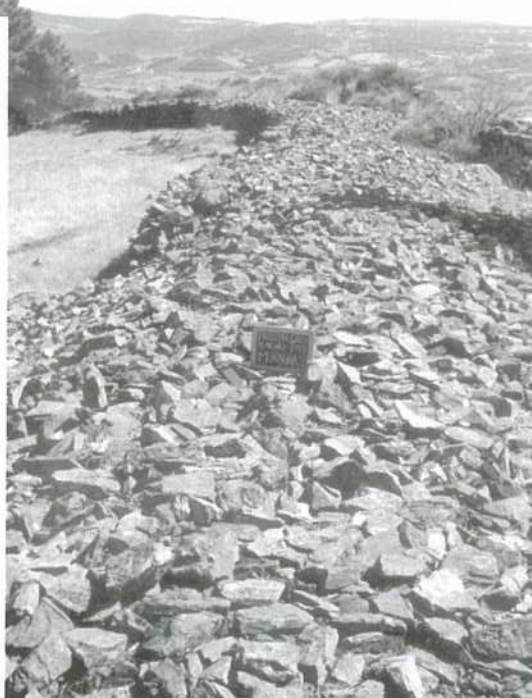


Peça romana com inscrições reaproveitada na fonte da calçada





Porta Gótica



Estrutura defensiva – Serra do Sapoio





Cruz da caveira



Contributos para o Estudo do Povoamento dos Vidais (Marvão) II Idade do Ferro

INTRODUÇÃO

O artigo que aqui será apresentado pretende reunir e deixar a público um conjunto de dados, de certo modo dispersos e na eminência de serem esquecidos, sobre um sítio da II Idade do Ferro, na região de Marvão. O povoado dos Vidais é um dos mais importantes vestígios arqueológicos na região, não só pela importância merecida na época em questão, como também nas que a precederam, desempenhando um papel relevante para a história da região. Contudo, muito de incógnito permanece sobre este místico local, merecendo que se faça aqui uma apresentação pormenorizada de tudo o que se tem feito em prol da sua investigação, sobretudo dos materiais daqui exumados. Note-se que será um estudo sobre a ocupação da II Idade do Ferro, ficando por tratar muita informação sobre a ocupação Calcolítica e da Idade do Bronze.

Este, como qualquer outro trabalho, não pretende ser acabado: as ideias que aqui serão expostas são pistas para futuros trabalhos, não só para o estudo do sítio em si como para o da Idade do Ferro da região.

HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO DOS VIDAIS

Logo a partir dos primeiros momentos em que foi dado início a este trabalho, deparou-se com uma série de obstáculos inerentes à própria história da investigação do Castro dos Vidais, os quais trariam, por certo, algumas dificuldades na conciliação e compreensão da informação. Dos artigos recolhidos e lidos, das prospecções efectuadas, dos materiais recolhidos, dos diálogos travados, notou-se que existia uma grande dispersão da informação. Tal obstáculo constitui ao mesmo tempo uma fonte de motivação: só paramos quando conseguimos juntar todas as pequenas peças do nosso enigma.



A primeira publicação científica referente aos Vidais fora escrita, em 1920, por Laranjo Coelho e dá a conhecer a existência de um sítio arqueológico com uma importância excepcional, no chamado morro dos Vidais, também conhecido regionalmente por Castelo Velho. Na sua visita ao sítio, 11 de Abril de 1917, o autor contactou com um popular que, iludido pelas leituras do célebre Livro do S. Cipriano, deixou a família e entregou-se por inteiro a esventrar os terrenos dos Vidais, na esperança de encontrar umas bolas de ouro. A quantidade de objectos arqueológicos recolhidos pelo popular Pedro Pena deve ter sido de tal modo significativa, na medida em que a sua sobrevivência dependia daquilo que ia conseguindo vender ou trocar por comida na aldeia de Santo António das Areias (OLIVEIRA, 1997: 33). O espólio que ia recolhendo vendia-o, de início, a Bento Mota, proprietário de uma loja em Santo António das Areias, espólio esse que era guardado com muita estima. Rapidamente a notícia das descobertas chegou ao conhecimento de António Maças, homem influente na região e muito amigo do Dr. José Leite de Vasconcellos, o qual alertara o ilustre arqueólogo para a importância do arqueossítio. Numa visita que Leite de Vasconcellos fizera ao local, conheceu o explorador e, de passagem por Santo António das Areias, convenceu Bento Mota a ceder os seus materiais ao Museu Nacional de Arqueologia. De entre esses materiais figuravam "machados de pedra polida, percutores, vasos de barro grosseiro, medalhões ou chapões de lousa com gravuras, cossoiros e contas de barro, um tubosinho também de barro, escôpro de bronze, objectos de Ferro e denários da república romana" (VASCONCELLOS, 1915: 183). A partir deste momento, os constantes contactos escritos entre Leite de Vasconcellos e António Maças denotam uma ligação extrema que Leite de Vasconcellos vinha tendo com a arqueologia da região, reforçada agora com a descoberta dos Vidais. Numa das cartas que este escrevera a António Maças, em 27 de Dezembro de 1914, acaba por confessar: "Eu bem quisera escavar o morro dos Vidais, mas tenho tantas cousas sempre!". A correspondência que corria de Leite de Vasconcellos para António Maças, fora já publicada, na íntegra, por Delmira Maças, filha de António Maças e afilhada de baptismo do arqueólogo, no intitulado *Livro dos Olhos de Água*. Para completar a interpretação deste valioso espólio documental faltava dar a conhecer a correspondência que António Maças remetia para Leite de Vasconcellos, recolhida nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia. Felizmente, a recente publicação desta correspondência pelo Prof. Jorge Oliveira e por Susana S. S. Cunha (OLIVEIRA *et alii*, 1998), limitada unicamente a assuntos do complexo do Vidais, permitiu saciar a curiosidade de se conhecer melhor este contacto, sendo sempre precioso para um melhor entendimento da história da investigação dos Vidais. Neste artigo podemos sobretudo subentender do contacto que António Maças continuou a manter com Pedro Pena, na compra de materiais, a pedido do Dr. Leite de Vasconcellos e do seu envio para o mesmo. Na verdade, as buscas de Pedro Pena foram fomentadas pelo Museu Nacional de Arqueologia. De entre os materiais recolhidos e aqui descritos, consta essencialmente espólio do período Calcolítico.

Coelho Laranjo já concluíra, em 1920, que os Vidais se tratava de "um importante centro de vida social, que nela existiram civilizações que remontam não só à chamada época monolítica ou da pedra polida, como também à chamada época dos metais, nas

suas duas idades características, a do bronze e a do ferro" (COELHO, 1920: 230). Contudo, até aqui não fora feita qualquer associação entre os materiais dos diferentes períodos e os seus locais de proveniência, podendo induzir em erro o leitor, como tratando-se apenas de um sítio. Só quando, em 1953, Afonso do Paço publica a Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, é que são apresentadas duas áreas distintas dentro dos Vidais, com materiais de natureza diferente: assim, ao Castelo ou Castelo Velho do Vidago eram-lhe atribuídos materiais Romanos, ao passo que nos Vidais se registou uma ocupação do então chamado pelo autor Bronze Mediterrâneo I (PAÇO, 1953). Não se sabe, contudo, porque é que o investigador ignorou a presença Calcolítica do sítio, já que a maior parte do espólio até então aqui recolhido se identificava com este período. Apenas menciona a Anta da Enxeira dos Vidais, em 1952, um monumento situado não muito longe do complexo (PAÇO, 1952: 210).

Em 1959, o casal Leisner publicou os materiais calcolíticos dos Vidais que se encontravam então no depósito do Museu Nacional de Arqueologia, sem nunca ter visitado o local (LEISNER, 1959: 25, Lam. 1).

A partir de 1973, um grupo de jovens de Santo António das Areias, motivado pelas histórias enigmáticas do sítio e por um espírito de aventura de descoberta de objectos de outros tempos, começa a frequentar o local durante os fins-de-semana, na tentativa de recuperar material, tendo mais tarde aberto um pequeno museu na aldeia onde residiam. Para além do material que recolhiam nas explorações, compravam ainda algum, sobretudo ao proprietário do prédio, que o ia encontrando durante os trabalhos agrícolas.

Um dos elementos que fazia parte deste grupo era o Prof. Jorge de Oliveira, natural da região, o qual se mostrou muito disponível no depoimento de informações sobre o sítio em questão. Dos trabalhos efectuados por este grupo resultou todo o espólio exumado e um croqui do povoado com a localização dessas principais descobertas, o qual será apresentado mais à frente. Segundo as informações orais do mesmo, as escavações levadas a cabo a partir de 1973, pelo grupo de jovens de Santo António das Areias, limitaram-se ao ponto mais alto do povoado da II Idade do Ferro.

Entre 1977 e 1978, foi realizado um intenso estudo na área dos Vidais, por uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Dr. Vítor Gonçalves e da Dra. Ana Margarida Arruda, directamente coadjuvados pelo então aluno do curso de História da mesma Faculdade, Jorge Oliveira. Desse projecto resultaram essencialmente trabalhos de prospecção e de escavação. A área prospectada compreendia uma área bem delimitada geograficamente, permitindo reconhecer ocupação Paleolítica, em abundantes cascalheiras, sobretudo em direcção ao Sever, ocupação Calcolítica, nas Lapas dos Vidais e num conjunto de monumentos megalíticos que se espalham nas proximidades, ocupação da Idade do Bronze, localizada no pequeno cabeço mais a Leste do morro dos Vidais, ocupação da II Idade do Ferro, no ponto mais alto do sítio, bem como ocupação do período Republicano, inventariada igualmente no ponto mais alto, e nas referidas Lapas, com materiais Calcolíticos. A presença romana também se encontra na zona dos Vidais, podendo-se encontrar bases, fustes, capitéis, fragmentos de cerâmica e grandes blocos de granito aparelhado,



a quinhentos metros para Norte das Lapas, junto à Ribeira dos Vidais. Note-se que a *villa* da Herdade dos Pombais fica sensivelmente a 2 km para Noroeste, em linha recta. Também são abundantes as lagariças, romanas e/ou medievais, escavadas numa série de penedos dos arredores (OLIVEIRA, 1997: 35) (ARRUDA *et alii*, 1981: 183).

Convém, antes de mais, referenciar geograficamente os diferentes sítios no espaço limitado ao morro: temos o povoado da II Idade do Ferro, situado no ponto mais alto, a uma cota de 432 m; acerca de 100 m para Nordeste encontramos, num pequeno cabeço ligeiramente destacado e numa plataforma que o liga ao esporão, a ocupação pertencente à Idade do Bronze¹. A duzentos metros para Noroeste, em relação ao último ponto, encontramos as Lapas dos Vidais, as quais forneceram materiais do Calcolítico e igualmente da II Idade do Ferro e Período Republicano (ARRUDA *et alii*, 1981: 183/4).

Das escavações efectuadas pela equipa da Faculdade de Letras de Lisboa, infelizmente apenas foi publicada uma pequena notícia, anunciando a descoberta de três silos Calcolíticos, tendo-se realizado num deles um enterramento humano no mesmo período. Para além destas ossadas, recolheu-se muito espólio cerâmico e lítico, nomeadamente machados e enxós de pedra polida, elementos de mó, contrariando com a inexistência de artefactos metálicos (IMPORTANTES DESCOBERTAS, 1979: 178). Não é feita aqui qualquer menção aos materiais da II Idade do Ferro e Republicanos mencionados por Arruda e Catarino (ARRUDA *et alii*, 1981). As intervenções limitaram-se apenas ao sítio das Lapas. Continuamos a aguardar a publicação mais pormenorizada das escavações aqui efectuadas.

O melhor trabalho científico até agora realizado limita-se ao já referido artigo de Ana Margarida Arruda e Helena Catarino, onde são publicados um conjunto de materiais recolhidos em prospecção, enquadráveis entre os séculos III e I a.C., sendo acompanhados, contudo, por uma apresentação muito breve (ARRUDA *et alii*, 1981). As autoras, desde início, aperceberam-se da complexidade de ocupações ocorridas num curto espaço geográfico, passando a ser denominado por "Complexo dos Vidais".

DESCRIÇÃO DO SÍTIO

O povoado dos Vidais, da II Idade do Ferro, também conhecido por Castelo do Vidago, situa-se no Distrito de Portalegre, Concelho de Marvão, Freguesia de Santo António das Areias, mais precisamente na confluência das linhas X: 270.8 e Y: 277.7, das coordenadas hectométricas de Gauss, à cota de 432 m de altitude, segundo a Carta Militar Portuguesa, folha n.º 336, na escala de 1:25 000 (Fig. 1).

No que diz respeito à geologia, os seus terrenos constituem-se por granitos calco-alcalinos, profiróides, de grão médio e grosso, os quais cobrem uma extensa faixa seguindo o sentido SE/NO, paralelo ao maciço de S. Mamede, do seu lado NO.

¹ Numa ida ao local para a realização deste trabalho, foi identificado nesta plataforma do povoado do Bronze Final um bloco de afloramento granítico, bem destacado, com imensas fossetes escavadas na sua superfície.

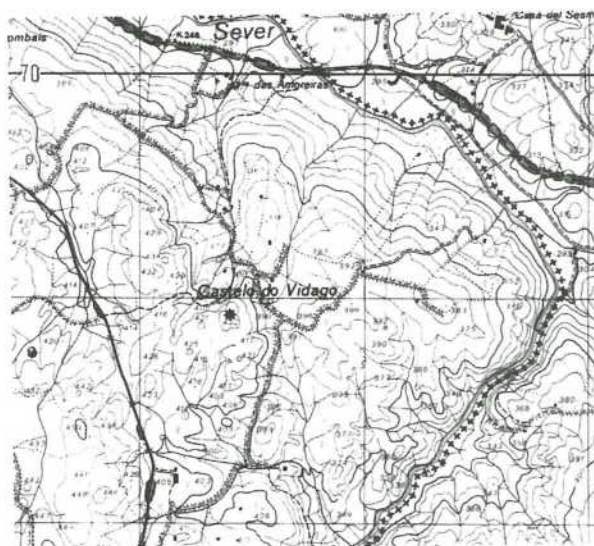


Figura 1

Esta faixa encontra-se entre duas estruturas geológicas dominadas pelos xistos, diferenciando-se entre os xistos argilosos do Devónico, do lado SO, e xistos grauvaquicos ante-ordovício, do lado NE. Este esporão planáltico onde se encontra os Vidais estabelece o limite entre o granito e o xisto grauvaquico. No percurso do povoado até ao Rio Sever atravessamos esta divisão geológica. Já nesta parte do seu percurso, o Sever cava o seu leito sobre terrenos xistosos. Na outra zona dos xistos argilosos, encontramos igualmente intrusões de quartesito silúrico, dominando os pontos mais altos. As grandes cristas, onde assenta Marvão, e que continuam no sentido para SE são compostas por esta rocha (PERDIGÃO & FERNANDES, 1976).

A vegetação é essencialmente rasteira, dominada por fenos e giesta. Encontram-se ainda algumas árvores, sobretudo azinheiras e carvalhos, nas zonas mais baixas e húmidas.

Orograficamente, encontra-se implantado numa pequena elevação que se realça na extremidade NO de um planalto que se estende alinhado com o Rio Sever, ao longo da sua margem esquerda. Os terrenos virados entre SO e SSE encontram-se praticamente à mesma cota do povoado, para onde se estende o planalto. Do lado NO surge-nos um vale bem cavado, por onde corre uma pequena ribeira para Norte até desaguar nas águas do Sever. Apesar de não vir identificada na Carta Militar Portuguesa, n.º 336, esta ribeira chama-se Ribeira dos Vidais. Na sua margem oposta em relação ao povoado estende-se um outro esporão, idêntico ao dos Vidais, na continuação do referido maciço planáltico. Esta encosta a NO acaba por ser a vertente mais inclinada do monte. A encosta entre Norte e Oeste desce de forma relativamente acentuada, talvez um pouco menos do lado Oeste, podendo-se delinear o monte dos Vidais em si até à linha isométrica dos 390 m. A partir daqui, a inclinação suaviza-se até ao Rio Sever, tendo até lá de se transporem, por vezes, ligeiras subidas. Estas ligeiras elevações, apesar de pouco evidentes ao longo da descida, impedem a visibilidade sobre o Sever a



partir dos Vidais. Apesar de o Rio Sever contornar o monte desde SSE até Norte, descrevendo um raio quase regular de 1.250 Km em linha recta, este é visível do povoado apenas do lado Norte, num sítio que tem a particularidade de se chamar Porto das Amendoeiras, junto a um monte com o mesmo nome, curiosamente onde a linha de caminho-de-ferro internacional atravessa o Sever, ou seja, a fronteira política entre Portugal e Espanha.

Continuando este aspecto da visibilidade, um ponto que nos salta logo à vista é o da excelente posição que o sítio desfruta sobre toda a planície da Estremadura Espanhola. Contudo, e como atrás já foi referido, a sua panorâmica limita-se bastante para SO, não se vislumbrando para lá dos pequenos montes do planalto, que se elevam suavemente a pouco mais de 500 m dos Vidais, à excepção da grande intrusão onde se encontra Marvão. A visibilidade estende-se praticamente desde NO, pela Espanha dentro até SE, limitada a partir daqui pelo maciço da Serra de S. Mamede. De entre as serras espanholas, encontramos sensivelmente para NE a Serra de San Pedro e um pouco mais a Norte a Serra de Santiago. Entre N/NO alcançam-se os relevos das Serras da Gardunha e da Estrela, a primeira sobrepondo-se à segunda, e precisamente a Norte, a Serra da Malcata.

“AS ESCAVAÇÕES DOS JOVENS DE SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS”

Como já atrás foi referido, as escavações levadas a cabo pelo Prof. Jorge Oliveira e seus amigos no topo do povoado, em 1973, permitiram recolher um conjunto de artefactos e pôr à vista uma estrutura. Durante essas escavações foi elaborado um croqui, onde se pode observar a interpretação espacial do sítio, segundo o Prof. Jorge Oliveira. Segundo este esboço, o espaço encontra-se então muralhado em todo o seu recinto, definindo uma área sensivelmente oval. Na área escavada está representada uma casa de planta rectangular, com aparelho assente directamente no afloramento rochoso, com dois pequenos muros separadores, um no seu interior e outro no seu exterior. Tudo leva a crer que a entrada se localizava junto à esquina Sudeste da estrutura, na parede que define o seu comprimento. Do interior da casa foram retirados três fragmentos de mós rotativas, três vasos, vários pesos de tear e um nível com muitas cinzas e carvões, associado a um nível de incêndio. No lado exterior foram retirados uma moeda, uma mó rotativa fragmentada, um brinco em bronze e uma ponta de seta no mesmo material.

Imediatamente a leste desta estrutura rectangular, está referenciado um conjunto de casas circulares, embora já não seja possível reconhecer no terreno nenhuma destas estruturas.

A área do povoado encontra-se dividida entre a zona mais alta e uma área de plataforma a leste. Já nesta parte de plataforma, estão identificadas as estruturas circulares, fora do sítio onde se encontra a estrutura rectangular.

Segundo informações orais do Dr. Jorge Oliveira, as peças mais à frente descritas com os números 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12 foram exumadas do interior desta estrutura. Estranho é o facto de na peça n.º 5 (Fig. 5, 7) se ter encontrado um cuprólito aí guardado, cuidadosamente protegido com uma tampa, a qual, infelizmente foi impossível

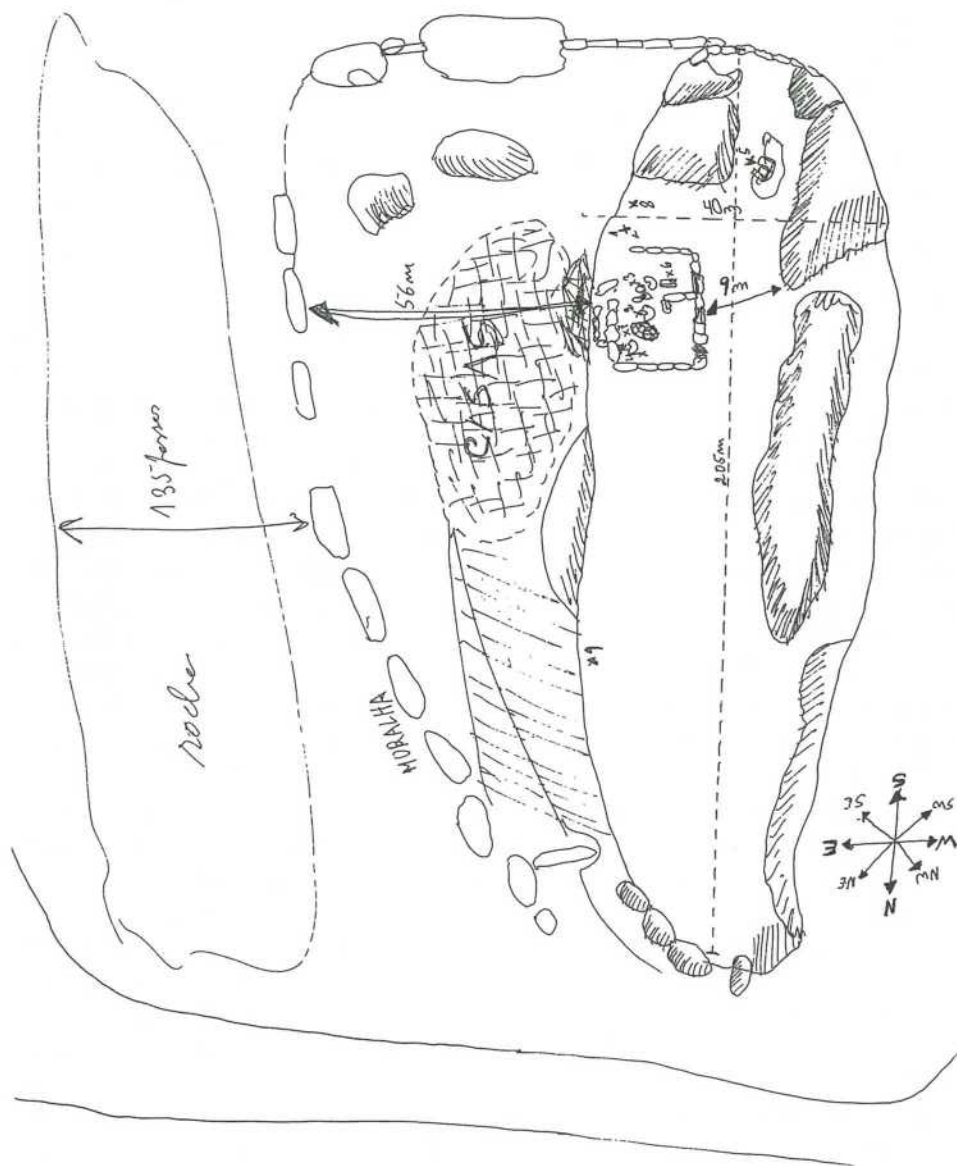


Figura 2



- 1X - modelo
de ferro
- 2X - moeda (moeda)
- 3X - 3 moedas e 1 moeda
de ferro
- 4X - 4 moedas e 1 moeda
de ferro
- 5X - moeda, moeda
e moeda de ferro
pesada em ferro
- 6X - moeda, moeda de
ferro
- 7X - 7 moedas de ferro
de ferro
- 8X - brinco de bronze
- 9X - ponta de seta em
bronze

recuperar. Segundo o mesmo, a camada imediatamente acima daquela de onde se recolheu o espólio era própria de um nível de incêndio, repleta de cinzas e carvões.

Todo o resto do espólio exposto no Museu Municipal de Marvão foi fruto de recolhas em prospecção, ou recuperado entre a população.

A MURALHA

Podemos desde já supor a existência de duas áreas distintas: uma parte mais elevada, onde se encontra muito material arqueológico, delimitada por duas linhas de muralha nos seus flancos mais vulneráveis, associada a uma acrópole, e uma área de plataforma, a uma cota mais baixa, do lado Leste da referida acrópole.

O espaço central encontra-se parcialmente rodeado por duas linhas de muralha paralelas. Têm início junto à entrada situada no canto Sul, seguindo todo o seu comprimento do lado SO ao longo de 35 m, encurvando a partir daqui progressivamente para Norte até terminar junto do declive na extremidade Norte. Esta linha estende-se então ao longo de cerca de 70 m, contornando todo o flanco SO e NO do povoado. As duas linhas possuem sensivelmente a mesma extensão e são praticamente paralelas entre si. O acesso fazia-se por uma única entrada, localizada no canto mais a Sul do povoado, precisamente na parte de acessibilidade mais fácil. A abertura estende-se por entre dois penedos de afloramento, totalizando um comprimento de cerca de 5 m. Do penedo mais evidente, situado a Nascente, parte o talude da muralha.

O material utilizado nas estruturas parece ter sido unicamente a terra e a pedra, aplicada na encosta, criando um talude artificial. A pretensão de inacessibilidade nos flancos menos inclinados torna-se portanto reforçada pela construção de dois obstáculos, rondando o 1,5 m e os 2,5 m de altura, aumentando o grau de inclinação. Apesar de se encontrar em muito mau estado de conservação, a sua linha é perfeitamente reconhecível, sobretudo a que se encontra mais junto ao topo. O topo da muralha interior encontra-se ao mesmo nível da plataforma de ocupação, não aparentando que se sobrelevasse em relação a esta. Não existe, portanto, nenhuma face interna. As vertentes NO e SO não apresentam quaisquer estruturas limítrofes de defesa, dado que a própria ravina natural constitui a zona de pior acessibilidade.

Este tipo de construção em talude é bastante comum, já desde a I Idade do Ferro, estando bem documentado sobretudo na Meseta (MARTÍN BRAVO, 1993: 348). O período da II Idade do Ferro apresenta muito mais informação. Na Alta Estremadura, a muralha em talude está bem documentada em La Coraja (REDONDO *et alii*, 1991: Fig. 1) e no Castillejo de Santiago del Campo (ESTEBAN & SALAS, 1988: 140), sublinhando os últimos autores que o ataludamento "se aprecia en casi todos los castros extremeños". Contrariamente, na Baixa Estremadura também se registam casos de muralha em talude, como em El Casarón, Hornachuelos ou em Castillejos de Fuente de Cantos, embora seja mais comum a construção de muros perpendiculares (RODRÍGUEZ, 1989: 176; MARTÍN BRAVO, 1993: 350). De qualquer modo, estas construções em talude não deixavam de ser muitas vezes revestidas com xisto, sendo o mesmo muitas vezes afeiçoado para uma melhor sobreposição. Mesmo em zonas graníticas, a sobreposição de grandes blocos protegeriam o talude (MARTÍN BRAVO,

1993: 350). Temos, como caso mais próximo, o povoado de Castelo Velho, apesar de aqui o aparelho de xisto ser muito rudimentar.

O que se põe em dúvida é se as pedras de médio porte, que se acumulam na parte inferior da muralha dos Vidais, fariam parte do seu revestimento exterior, ou se se encontravam misturadas com terra no seu interior. Tratar-se-ia, muito provavelmente, de rochas pertencentes à estrutura e a consequente erosão arrastou-as para uma cota inferior. Para além deste tipo de rochas, não se regista qualquer outro tipo, de dimensões ou de superfície minimamente apropriadas para uma construção mais complexa, como seja na vertical. Não podemos, pois, acreditar numa estrutura defensiva, tecnicamente diferente para os Vidais. Possuímos igualmente um paralelo de uma muralha de talude, em El Aljibe (Aliseda), na Serra de San Pedro (MARTÍN BRAVO, 1994), construída só com pedra e terra, não sendo descrito qualquer tipo de revestimento exterior, o que vem corroborar a nossa ideia.

Os povoados implantados numa área geologicamente dominada pelo granito teriam mais dificuldade na concretização deste tipo de estruturas, revestidas exteriormente, na medida em que a própria superfície natural do granito torna, por si só, mais difícil a sua construção. Mesmo assim, existem casos de muralhas verticais construídas com grandes blocos de granito, tal como sucede no sítio vizinho dos Vidais, em El Jardinerio (Valência de Alcântara) (BUENO *et alii*, 1988).

Muitas vezes estavam guarnecidos de sistemas de defesa complementar: para além de podermos considerar a construção de uma segunda linha como um complemento do sistema defensivo, muitos castros da II Idade do Ferro reforçam-se com a construção de bastiões, estrategicamente implantados nas zonas de acesso, verificando-se, por exemplo, em Castillejo de la Orden, La Muralla ou El Castillejo de Gutiérrez. Este último apresenta ainda um fosso nas zonas mais vulneráveis da muralha, fenómeno que se verifica igualmente numa série de outros exemplos da Estremadura e da Meseta (MARTÍN BRAVO, 1993: 351). Nenhuma destas alternativas se regista nos Vidais. Não podemos deixar de referir que, em muitos destes povoados estremenhos, que possuem duas ou mais linhas de muralhas, estas não se dispõem umas junto às outras; elas delimitam a topografia da elevação de forma concêntrica, hierarquizando o espaço do mesmo. Os melhores exemplos são Castillejo de Villa del Rey, ou Cerro de la Muralla. A maioria dos casos ou dispõe de uma única linha, ou então dispõe de uma acrópole fortificada; nunca de uma dupla linha delimitando o mesmo espaço.

Ao contrário do que mostra o croqui, para o nosso caso, não encontramos uma outra linha de muralha que delimite um espaço maior, mas sim, encontramos uma plataforma, mais ou menos regular, que se estende por todo o flanco Leste da área habitacional, para onde dá a referida entrada, a uma cota inferior. Esta área encontra-se discretamente delimitada por um conjunto de blocos de afloramento. Certamente que este espaço não passaria despercebido às populações que aqui viviam e parece-me que se tratava então de uma planta de tipo acrópole, de certa forma semelhante aos casos de Castillejo de Villa del Rey, ou de Cerro de la Muralla. O certo é que, nesta área, substancialmente maior face à parte central, é praticamente nula a presença de material cerâmico. Será que não lhe era atribuída nenhuma função, ou tratar-se-ia de uma cerca para gado? Ana Martín Bravo não exclui esta hipótese para muitos povoados



com um talude delimitando um grande espaço, adiantando que, se assim fosse, estas muralhas quase nunca serviriam de elemento real de protecção (MARTÍN BRAVO, 1999, 214). Temos o caso do castro da Covilhã Velha, em Póvoa Palhaça (Fundão), de cronologia algo indefinida, o qual possui grandes muralhas, mas que do seu interior não se recolhe um único fragmento cerâmico. No entanto, não se ignore a hipótese de se tratar de uma grande estrutura de apoio aos movimentos da transumância face a ataques inimigos.

Ana Martín Bravo fez ainda uma abordagem generalizada das estratégias de ocupação do território para os povoados da Comarca de Alcântara, onde são apresentadas uma série de descrições de muralhas de casos particulares (MARTÍN BRAVO, 1993). Para a realização de um estudo evolutivo, associou-se cada povoado, ora ao Bronze Final, ora ao Ferro Inicial, ora ao Ferro Pleno, mediante o tipo de espólio que os caracterizava. Antes de mais, notamos que, de entre os 16 povoados aqui descritos, cerca de 7 possuem uma estrutura defensiva, contra 5 casos onde não se regista este tipo de vestígios, sobejando 5 outros casos em que se torna difícil de comprovar a presença de muralhas. As muralhas estão mais associadas a povoados do Ferro Inicial e do Ferro Pleno, existindo uma complexificação nesta última fase.

Estes povoados que apresentam muralhas bem evidentes permitem, com relativa facilidade, concluir a sua área intramuros. Apesar de não se conhecer a área habitável intramuros de muitos dos castros da Comarca de Alcântara, Martín Bravo concluiu haver uma evolução da área ocupada desde o Final da Idade do Bronze até à Plena Idade do Ferro. Os povoados do Bronze Final estendem-se normalmente por uma área de 0,5 ha, ao passo que os da Plena Idade do Ferro já ocupam 1,5 ha em Castillejo de Villa del Rey, 3 ha em Castillejo de Gutiérrez, 3,5 para Morros de la Novillada, 4 em Castillejo de la Orden e 11 ha em Cerro de la Muralla (MARTÍN BRAVO, 1993: 351). Para os Vidais, conseguimos estabelecer, com algum rigor, a área habitacional, ou seja, a acrópole, cerca de 0,2 ha, e uma área total para o resto da plataforma em cerca de 1 ha.

A estratégia de implantação mais comum para este tipo de povoados da II Idade do Ferro centra-se junto dos rios, ora em cabeços sobranceiros a estes, em esporões, ou em meandros cavados num movimento serpenteante pelos rios ou pela confluência de dois. Tratam-se, na generalidade, de sítios a uma cota reduzida, face ao espaço em redor, extremamente discretos na paisagem, em muitos dos casos praticamente despercebidos, com uma visibilidade bastante limitada. A política de ocupação de sítios dominadores, imponentes na paisagem, é substituída por este novo tipo de espaços. Apesar de discretos, possuem, no entanto, grandes condições de defesa natural, criada pelos abruptos declives até aos rios, estando apenas ameaçados pela única ligação terrestre. E é precisamente nestas ligações, sendo também os únicos pontos de passagem, que se ergueram as únicas estruturas defensivas, adquirindo, por vezes, dimensões significativas, construídas num forte aparelho de xisto e/ou granito, caracterizadas, ora por panos de muralha, ora por bastiões de defesa. Temos, como exemplo, o Cabeço dos Mouros (Idanha-a-Nova), situado sobre um meandro do Rio Ponsul², e ainda, de novo, o caso do vizinho Castelo Velho, embora correspondendo a uma realidade mais humilde.

² Agradeço a informação prestada por Eduardo Baptista Porfírio, o qual estudou recentemente este sítio.

CARACTERÍSTICAS DE IMPLANTAÇÃO

O sítio dos Vidais tem uma perspectiva de implantação de certa forma enquadrável dentro das características comuns para a época. Situa-se igualmente a uma relativa distância de um grande rio, num grande e suave esporão que se estende sobre o Sever, rodeado ao longo de todo o seu flanco Sul, Leste e Norte, embora essa mesma suavidade das encostas não constitua forte elemento de defesa. Apesar da sua extensa visibilidade não ser um aspecto típico, tal como vimos atrás, não deixa de ser um privilégio o facto de a poder desfrutar. Não possuindo fortes declives e uma proximidade imediata de um rio que o pudesse defender de ataques súbitos, restava-lhe simplesmente evitar este tipo de ataques, dominando visualmente a região. Por outro lado, trata-se de uma cumeada extremamente discreta na paisagem, podendo dominar o movimento dos forasteiros, sem que estes se apercebessem da sua posição.

Segundo um recente estudo de Ana Martín Bravo, 54% dos povoados do total dos povoados por si estudados para a Alta Estremadura Espanhola e parte dos do lado português enquadram-se nestas características de cabeço sobre o rio, de esporão fluvial e de meandro fluvial. Os restantes 46% situam-se em serras em montes isolados, ou na planície. Os povoados situados em esporão fluvial, onde se enquadra os Vidais, constituem 32% da totalidade dos casos aqui estudados (MARTÍN BRAVO, 1999: 202).

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

Os materiais que aqui são descritos nunca foram alvo de publicação, à excepção da moeda (OLIVEIRA, 1997), merecendo por isso que se faça aqui um estudo minucioso. A maioria dos materiais está depositado no Museu Municipal de Marvão (MMM) e foi recolhida durante as prospecções e escavações realizadas pelo Prof. Jorge Oliveira, nos inícios dos anos 70. Algumas peças foram até compradas pelo próprio a alguns proprietários. Existem ainda algumas peças provenientes dos Vidais que, pelo facto de pertencerem a um período cronológico anterior ao do âmbito do trabalho, acabaram por não ser aqui descritas. Algumas apresentam uma matrícula de catalogação, não existindo, infelizmente, qualquer catálogo que nos possa dar uma contextualização mais pormenorizada dos objectos. Outras estão na posse da Junta de Freguesia de Santo António das Areias, tal como uma espada de Ferro, não tendo sido contudo possível a sua publicação no presente artigo. Assim, os relatos aqui feitos são resultados única e exclusivamente da observação directa, desenho e fotografia e do depoimento do Dr. Jorge Oliveira.

É igualmente aqui descrito um conjunto de peças recolhidas do interior do povoado durante trabalhos de prospecção realizados no âmbito deste trabalho, devidamente mencionadas na sua análise individual. Após a realização deste trabalho, os objectos foram gentilmente cedidos pelo autor ao MMM.

1 – Fragmento de urna, pertencente a um bordo extrovertido, com ligeiro espessamento na extremidade, com um diâmetro de 28 cm. Peça feita a torno. Pasta alaranjada, tanto na superfície como na parte interna, com um desengordurante muito



fino, tratando-se de uma produção externa. A espessura das paredes é de 4 mm. Apresenta duas bandas vermelhas/cor de vinho (4 mm de largura) pintadas no lado externo, abaixo do bordo, no início do colo, e uma outra mais larga (7 mm), embora mais discreta, no topo do bordo. A sua superfície parece ter sido alisada com um seixo.

Foi recolhida em prospecção, no sítio do povoado do Bronze, sob um abrigo. Insere-se dentro das tipologias das urnas bitroncocónicas, segundo o estudo feito por Francisca Hernández Hernández e Eduardo Galan Domingo, para a necrópole de El Mercadillo (Botija – Cáceres) (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ *et alii*, 1996) (Fig. 3, 1).

2 – Pote de bordo revirado, espessado na extremidade. O bojo é globular alongado, terminando numa base plana. Feito a torno. Tem por medidas 30 cm de altura e de diâmetro no bojo, 26 cm no topo do bordo e 16 cm na base. As suas paredes têm uma espessura de 12 mm no bordo, 9 mm no bojo, engrossando-se junto ao fundo; este, ao centro, tem 12 mm de espessura. A sua pasta caracteriza-se por uma produção grosseira, de desengordurantes de grão grosso e médio, dominando as tonalidades castanho-claro, alaranjado, com poucas manchas escurecidas, provando a sua produção a forno reductor. A sua superfície apresenta-se alisada, coberta por uma aguada, tanto na superfície interna como externa.

A peça foi restaurada, estando praticamente completa. Foi recolhida durante as escavações do Dr. Jorge Oliveira e encontra-se actualmente exposta no MMM (Fig. 3, 2).

3 – Jarro de bojo largo, com bico no bordo e asa que partia do lado oposto a este, colando-se a meio do bojo. Desde a base até ao bico distam 21 cm; o seu diâmetro máximo no bojo é de 18 cm, e de 6 cm na base. As paredes apresentam uma espessura média de 7 mm, engrossando-se até aos 1,5 cm, na sua ligação com a base. Esta última apresenta uma forma côncava, com uma espessura de 9 mm, no centro. Produção grosseira, a torno, com desengordurantes de grão grosso e médio, e de pastas castanho/negras, fruto da constante utilização na lareira. A superfície apresenta-se actualmente muito desgastada e rugosa.

A peça está parcialmente completa, tendo sido reconstruída, embora mal, dado que não foi reconhecida a sua asa; o fragmento de onde partiria a asa no bojo foi substituído por pasta sintética, sem estar representado este arranque. A peça foi recolhida do povoado da II Idade do Ferro durante as escavações do Dr. Jorge Oliveira, e encontra-se actualmente exposta no MMM (Fig. 3, 3).

4 – Fragmento de bordo de grande pote de forma possivelmente globular. O diâmetro foi impossível ser determinado. A sua espessa parede apresenta os mesmos 2 cm, tanto no bordo como no bojo. A pasta é bastante compacta, de fabrico grosseiro, possivelmente já a torno, abundando os desengordurantes grossos. A sua tonalidade é alaranjada nas superfícies, enegrecendo-se na parte interna. Toda a superfície externa do fragmento está decorada por fiadas sucessivas de três incisões, paralelas entre si, cruzadas obliquamente e perpendicularmente, e por um conjunto de estampilhas em picotado de motivos circulares, preenchendo os espaços livres entre as incisões, dispersas de forma aleatória. Estes motivos decorativos estendem-se até ao bordo. Foi descoberto em prospecções, na encosta do povoado, e encontra-se actualmente exposto no MMM (Fig. 4, 1).

5 – Tigela de pé anular, parede exvasada e lábio arredondado, do tipo 4-a (NOLEN, 1985: 98). As paredes divergem entre si, a partir da base, convergindo muito pouco junto ao bordo. Tem como diâmetro máximo 17 cm. O pé possui um diâmetro de 8 cm nas extremidades. A sua altura do pé até ao bordo é de 7 cm. As espessuras são de 4 mm junto ao bordo, engrossando progressivamente até perto da base, onde atinge 17 mm, inflectindo de forma brusca até se colar a esta, formando uma concavidade. O pé anular apresenta 11 mm de espessura e o centro da base 8 mm. A pasta é muito grosseira, com abundantes desengordurantes, podendo-se delinear as estrias do fabrico a torno. A pasta é muito escura. A superfície foi alisada de forma muito tosca. Apresenta-se quase completa. Foi recolhida durante as escavações do Dr. Jorge Oliveira e encontra-se exposta no MMM, com a referência "VID/1" (Fig. 3, 4).

6 – Malga de fundo raso, parede sobre o hemisfério e lábio arredondado, do tipo 1-a (NOLEN, 1985: 95). O seu diâmetro máximo é de 14 cm no topo, e na base 7 cm. A altura é de pouco mais de 6 cm. Produzida a torno. A espessura média das paredes é de 8 mm, sendo a mesma para o centro da base. A pasta é grosseira, constituída por grossos desengordurantes, verificando-se inclusivamente a presença de mica. As tonalidades negras e acastanhadas são as tonalidades que dominam. As superfícies parece terem sofrido um revestimento de engobe negro, merecendo, contudo, uma melhor confirmação. Foram igualmente bem alisadas. Recolhida igualmente durante as escavações do Dr. Jorge Oliveira. Apesar de fragmentada, foi possível a sua reconstituição, estando exposta no MMM com a referência de "VID/2" (Fig. 3, 5).

7 – Tigela de lábio grosso, recto, fundo côncavo, paredes rectas. Tem como diâmetro 16 cm no bordo e 9 cm no fundo. A espessura das paredes é muito irregular, rondando na média 1 cm. No centro do fundo é de 9 mm. Apesar de ser uma peça bastante irregular, foi produzida a torno. A pasta é grosseira, apresentando contudo poucos desengordurantes de grão fino. A sua tonalidade é muito escura, própria de uma cozedura em forno redutor. Está praticamente completa, faltando algumas partes de junto ao bordo. Foi também recolhida nas escavações do Dr. Jorge Oliveira e está exposta no MMM com a referência "LAB 62" (Fig. 3, 6).

8 – Pequeno pote de bordo biselado, convexo e sulcado na sua ligação com o bojo. Este descreve uma forma perfeitamente oval até se ligar à base, ligeiramente onfalada. Tem uma altura de 9,7 cm e um diâmetro de 5,4 cm no bordo, 4,8 cm no sulco, 6,4 cm nos pontos mais divergentes do bojo e 2,7 cm na base. As paredes são muito finas, de 3 mm no bordo, 5 mm no bojo e 4 mm na base. Foi feita a torno. A pasta apresenta desengordurantes de grão fino e médio, cozido a forno oxidante, dando tonalidades castanhas e alaranjadas. Apresenta também uma grande mancha negra, resultante da sua utilização na combustão doméstica. As superfícies foram cuidadosamente alisadas. Encontra-se praticamente completo e restaurado. Foi também exumado durante as escavações do Dr. Jorge Oliveira, e está exposto no MMM, com a referência "VID/3" (Fig. 3, 7).

9 – Pequeno pote de bordo recto, biselado, estreitando lentamente até se colar ao bojo numa pequena inflexão, bem demarcada por um sulco inciso em todo o seu redor. O



bojo desenha uma forma oval até se juntar a uma base plana. Tem de altura 8,5 cm. Os diâmetros são de 7 cm no bordo, 6,4 cm na ligação deste com o bojo, 7,4 cm na zona mais larga do bojo e 4 cm na base. As paredes são estreitas, variando entre 4 mm no bordo, 6 mm no bojo e 5 mm na base. Foi cuidadosamente feita a torno, notando-se bem as estrias, sobretudo na parte interna. As pastas são finas, com desengordurantes de grão fino (inclui mica), com tonalidades muito escuras – cozedura redutora. As superfícies apresentam um alisamento intenso a seixo, sobretudo na face externa, aproximando-se do brunido. Está quase completa, tendo sido restaurada. Foi recolhida nas escavações do Dr. Jorge Oliveira, e encontra-se no MMM com a referência “VID/4” (Fig. 3, 8).

10 – Fragmento de tampa de cerâmica campaniense, de pasta muito porosa, creme, e superfície com um engobe negro muito polido, dando um aspecto muito brilhante. Foi recolhido à superfície e encontra-se exposto no MMM (Fig. 3, 9).

11 – Peso de tear de forma praticamente cúbica, arestas bem definidas, com uma perfuração centrada perto do topo. Tem por medidas 12 cm de altura, 9 cm de largura e 8 cm de profundidade. O orifício tem 1,5 cm de diâmetro externo. A pasta é alaranjada e constituída por muitos e grossos desengordurantes, verificando-se inclusivamente negativos de material vegetal. Encontra-se exposto no MMM com a referência “MMM 341/C 180”.

12 – Peso de tear paralelepípedo, alongado, de arestas suaves, com uma perfuração centrada perto do topo. Tem como medidas máximas 12 cm de altura, 5 cm de largura e 4,5 cm de profundidade. A perfuração é de 8 mm de diâmetro no exterior. A pasta é castanho/alaranjada, com desengordurantes de grão médio, apresentando boa consistência. Encontra-se no MMM com a referência “MMM 346/C 185”.

13 – Conjunto de seis cossoiros, variando entre as formas bicónicas, cónicas e côncava. Os diâmetros máximos variam entre os 2,2 cm e os 3,9 cm, e espessuras máximas entre o 1 cm e os 2,1 cm. Apresentam pastas muito grosseiras com grossos desengordurantes de quartzo, cozidas essencialmente em forno redutor, com forte oxigenação. Encontram-se expostos no MMM com as seguintes referências: “MMM 329/C 167”, “MMM 328/C 168”, “MMM 328/C 169”, “MMM 331/C 170”, “MMM 332/C 171”, “MMM 333/C 172”.

14 – Moeda: AE.

A/ Cabeça de Melqart à esquerda coberta com pele de leão; clava sobre ombro esquerdo; orla de pontos.

R/ Dois atuns à direita; entre eles, uma inscrição Sud-Lusitana – KETUIBON ou CANTNIPO; orla de pontos.

Cronologia: 2.^a metade do séc. II, 1.^a do séc. I a.C.

Eixo: 1 h.

Peso: 15,5 g.

Diâmetro: 27 mm.

Bibl.: VILLARONGA, 1994: 133, n.º 1

FARIA, 1989: 95, n.º 1

OLIVEIRA, 1997.



Foi encontrada aquando das escavações realizadas pelo grupo de rapazes de Santo António das Areias e permaneceu no desconhecimento do Dr. Jorge Oliveira, até 1996, altura em que lhe foi entregue por um dos "exploradores". Encontra-se exposta actualmente no MMM (Fig 4, 2).

15 – Anel em bronze, de secção circular, de extremidades sobrepostas, representando duas cabeças de víboras. Descoberto em prospecções no âmbito deste trabalho no interior do povoado (Fig 4, 3).

16 – Resto de chumbo plano, informe, muito oxidado. Recolhido no interior do povoado durante trabalhos de prospecção deste trabalho.

17 – Conta de colar de massa vítrea transparente, de forma bicónica (SLEEN, 1967; RUANO RUIZ, 1996), com folha de ouro interna. Existe no interior do seu orifício uma película de vidro circular, comprimindo a folha de ouro contra o resto do corpo da peça. Tem por medidas 8 mm de diâmetro máximo, 4 mm de interior no orifício e 3 mm de espessura. Foi encontrada no interior da área do povoado, durante as prospecções para este trabalho (Fig. 4, 4).

18 – Fragmento superior de mó rotativa, em granito, com 22 cm de diâmetro total e 8 cm de diâmetro no orifício.

INTERPRETAÇÃO DOS MATERIAIS

A natureza dos materiais arqueológicos do Sul peninsular, a partir da transição para a II Idade do Ferro, reveste-se de um carácter cultural fortemente celtizante, próprio da chegada destes novos povos do centro europeu. Não quer isto dizer que numa fase anterior ainda não existissem marcas, mas nessa altura predominavam aspectos culturais "orientalizantes", fruto de um intenso comércio.

Um dos melhores indícios dessa cultura celta é, sem dúvida, a cerâmica estampilhada, bem patente em povoados como o de Segóvia (GAMITO, 1986) e o de Vaiamonte (ARNAUD *et alii*, 1974-77). Para estes autores, a zona de maior concentração deste tipo de cerâmica centra-se no Alto Alentejo oriental, devido inclusivamente ao facto de ser aqui que se registam mais povoados da Idade do Ferro (ARNAUD *et alii*, 1974-77: 196). Esta técnica decorativa adquire uma difusão muito variada, aplicada num vasto leque de formas cerâmicas e de pastas, registando-se inclusivamente no armamento. O tipo de matrizes é também muito variado.

O único fragmento recolhido nos Vidaís corresponde a um fragmento de bordo de um *dolium* com uma estampilha de motivos largos, ponteados em círculo, associada a incisões oblíquas, feitas com um tridente. Estes motivos encontram-se junto ao bordo, sendo impossível de determinar se estão presentes igualmente no resto do corpo (Fig. 4, 4).

Para Luis Berrocal-Rangel, os motivos circulares são aqueles que mais se repetem, aliados muitas vezes a incisões (BERROCAL-RANGEL, 1992: 100). Teresa



Gamito considera que a cerâmica estampilhada, de motivos largos, se enquadra entre os sécs. VII e IV a.C. (GAMITO, 1986: 75).

Não se percebe o porquê da escassa presença deste tipo decorativo nas cerâmicas dos Vidais, tanto mais que o povoado se encontra na região onde parece ter surgido primeiramente no nosso território e onde se encontra mais bem representado. Nas escavações de Jorge Oliveira não se registou este tipo de espólio; o único exemplar foi recolhido de prospecções na encosta do sítio. Torna-se, portanto, difícil fazer uma associação entre este indício cultural e a particularidade dos Vidais.

Do ponto de vista morfológico, existe uma grande variabilidade de tipos de peças, desde potes a malgas, copos, próprio de um desenvolvimento tecnológico na produção oleira das populações deste período, face às da I Idade do Ferro, sendo bastante comuns os bordos revirados para o exterior, sobretudo para os potes. O incremento do torno permite extrapolar as técnicas de fabrico e parece ter sido, inclusivamente, a dominante para o nosso caso. Dominam sobretudo recipientes com função de armazenagem. As pastas revelam uma raiz de produção essencialmente regional, senão mesmo local. A sua coloração indicia uma cozedura maioritariamente oxidante, embora se registe ainda com algumas falhas nesta técnica, estando ainda presente cozeduras redutoras, estando bem patente uma grande variabilidade de cores. Dominam, sobretudo, as pastas mal decantadas, compostas por muitos elementos não plásticos.

No que respeita às peças fabricadas manualmente, podemos adiantar que se encontram em menor número, continuando a ser bastante grosseiras, com muitos elementos não plásticos. Infelizmente, muitos fragmentos apresentam um desgaste já muito acentuado, sendo, por isso, de difícil leitura.

Estas características básicas são também indicadores de uma cronologia para este povoado, enquadrável na II Idade do Ferro, do Sul do país. Segundo a breve análise de Ana Martín Bravo, feita para este tipo de implantações na área ocidental da Estremadura espanhola (MARTÍN BRAVO, 1994: 243-286), podemos diferenciar dois grandes grupos cronológicos, cuja transição de um para o outro se verifica entre o fim do séc. V, inícios do IV:

- o da Idade do Ferro Inicial, caracterizado por um espólio cerâmico de fabrico manual, com formas limitadas essencialmente a vasos de paredes verticais rectilíneas, geralmente rematados com bordos simples, arredondados, e panelas de bordos ligeiramente exvasados. As pastas apresentam tonalidades escuras e muitos desgordurantes. As superfícies são alisadas, brunidas e, por vezes, cepilhadas. A decoração restringe-se a angulações feitas no bordo e a pequenas incisões de linhas paralelas;

- o da II Idade do Ferro, denominado, pela autora, de Ferro Pleno, em que predominam as produções feitas a torno a partir dos finais do séc. V, inícios do séc. IV. A variedade tipológica torna-se muito mais vasta, dominando sobretudo as peças com bordo extrovertido em "S". As novas peças são bem decantadas com desgordurantes de grão médio e fino, salvo nas peças de maior porte, onde é normal o uso de elementos não plásticos grossos. A técnica de cozedura agora adoptada é a oxidante,

dando uma nova tonalidade às peças, dominando os laranjas. A técnica decorativa típica foi a estampilha, difundindo-se largamente os motivos quadrangulares alinhados.

O terreno é, por certo, um pouco movediço quando se pretende tirar conclusões mais precisas sobre a cronologia dos Vidais. Uma das conclusões deste trabalho é o facto de a maioria do espólio cerâmico ter sido feito à roda, o que vem apontar para uma ocupação somente a partir da correspondente III Fase de Berrocal-Rangel (185-50 a.C.) (BERROCAL RANGEL, 1992). Ora, devemos ter em consideração a cronologia do autor, embora seja por vezes demasiado perigoso recorrer-se unicamente a estes pressupostos. Deve admitir-se eventuais falhas de interpretação durante a observação das peças, o que não deixa de ser inevitável e próprio da relatividade da ciência arqueológica.

Ana Margarida Arruda e Helena Catarino chegaram a conclusões diferentes das aqui apresentadas: para as autoras existe “uma clara predominância das [cerâmicas] fabricadas manualmente”, registando-se ainda “um grupo no qual o torno foi utilizado” (ARRUDA *et alii*, 1981: 184). O seu estudo limitou-se a escassos fragmentos, recolhidos em prospecção. Numa primeira observação das cerâmicas prospectadas para este trabalho, conclui-se que a maioria do conjunto pertencera a peças de produções manuais. Por sua vez, ao observar-se as peças reconstruídas, depara-se com a particularidade de se encontrarem circunferências perfeitas, bem como estrias de produção a torno. A maioria destas peças apresenta uma superfície algo rugosa, provocada, não só pela qualidade mediana das pastas, bem como por um desgaste, próprio do tempo. Focando alguns dos fragmentos que as constituem, nota-se que são particularmente semelhantes às do conjunto dos fragmentos recolhidos das prospecções, que foram considerados como fruto de produções manuais. Ora, torna-se então difícil analisar um fragmento por si só e de lhe atribuir uma origem manual ou a torno. Só ligado a um conjunto parcial ou total do artefacto é que se conseguem tirar conclusões precisas.

No referido trabalho de Ana Arruda e Helena Catarino regista-se um conjunto de cerâmicas com uma grande variedade de tipo de pastas, com cozeduras tanto a forno redutor como oxidante, com as mesmas características em relação àquelas estudadas para o presente trabalho.

São apresentados pelas autoras dois fragmentos cerâmicos, de bandas pintadas a vermelho, correspondendo, muito provavelmente, a fragmentos de urnas, visto que apresentam características descritivas muito semelhantes a este tipo de artefactos, assemelhando-se à peça n.º 1 tratada na Descrição dos Materiais (Fig. 4, 1). Este tipo de artefactos está intimamente relacionado com um indivíduo de elevado estatuto social, merecedor de um ritual funerário distinto, revestido de um conjunto de objectos indicadores de tal posição. Este fragmento de urna foi recolhido num abrigo do interior do povoado do Bronze Final dos Vidais. Apesar de os outros dois fragmentos terem sido recolhidos no interior do povoado do Ferro, não quer dizer que tenha sido arrastado para fora do seu contexto. A maior probabilidade é que se esteja em presença da necrópole: tal como sucede em Castillejo de la Orden (ESTEBAN ORTEGA *et alii*, 1988) e em muitos outros povoados contemporâneos, a escolha da implantação da necrópole acaba por ser em uma ou várias elevações imediatas ao povoado. No caso



particular da necrópole de Castillejo de la Orden, foi recolhido um variado conjunto de material luxuoso, estando bem patentes ainda muitos materiais de cultura oriental, entre os quais *kylikes* gregos, materiais esses que permitiram atribuir ao séc. IV a.C. as incinerações mais antigas. A grande maioria deste material obedecia a uma panóplia fundamentalmente guerreira.

Foi possível encontrar paralelos para este fragmento de bordo de urna, não muito longe da necrópole de El Mercadillo (Botija, Cáceres), estudada por Hernández Hernández e Galan Domingo, mais precisamente a urna da sepultura n.º 37. Segundo os autores, este tipo de urna enquadra-se no conjunto das urnas bitroncocónicas, do tipo chardon evoluído, com paralelos na Andaluzia e no Levante, inserida numa cronologia dentro do séc. IV a.C. (HÉRNADEZ HÉRNADEZ *et alii*, 1996: 104, 105).

Tal sorte já não foi possível obter com a conta de colar (Fig. 5): não se conseguiram encontrar paralelos de contas de colar em massa de vidro com uma folha de ouro interna, comprimida entre duas peças de vidro. Mas tal produto requer, de facto, uma grande habilidade técnica na indústria vidreira, possivelmente alcançável com os contactos orientais, ora seja por comércio directo, ora seja pela adopção indígena da produção de vidro.

Para o anel (Fig. 5) também não foi possível encontrar paralelos, embora esta particularidade das extremidades em cabeça de víbora seja relativamente comum numa série de braceletes do período Republicano. Infelizmente não se conhecem casos desta particularidade em anéis.

Para o fragmento de cerâmica campaniense (Fig. 4, 10) não foi possível determinar uma tipologia; de qualquer modo parece tratar-se de uma tampa, e se assim for é um dos muitos raros exemplares para o nosso país. Torna-se, assim, difícil atribuir-lhe uma cronologia ou estabelecerem-se paralelos. A moeda (Fig. 5) é, sem dúvida, um dos melhores indicadores cronológicos para um momento da ocupação do povoado, correspondendo ao período dos primeiros contactos com as tropas romanas.

Regista-se ainda um fragmento de uma mó rotativa, o que vem comprovar a prática da actividade agrícola. Este tipo de vestígios não constitui de todo uma novidade, dado que já foram anteriormente registados (OLIVEIRA, 1997: 34).

ANÁLISE ESPACIAL

Os estudos de análise espacial aplicados à Arqueologia permitem-nos extrair mais informações para além dos simples vestígios concretos inerentes ao próprio local, permitindo abarcar uma visão teórica mais vasta dos contextos territoriais a ele pertencentes, formulando-se hipóteses da sua relação com o meio ou da sua integração num conjunto de outros sítios.

A análise espacial aqui apresentada terá como única perspectiva a relação do Homem com o seu meio, ou seja, a interacção deste com o seu ambiente. Para tal, definimos os tempos de marcha em redor do estabelecimento, delineando-se três linhas isocrónicas sobre a Carta Militar Portuguesa n.º 29-C, à escala de 1/50 000. Dada a proximidade face à fronteira internacional, parte do território estende-se para

o lado espanhol, cerca de 2,25 ha, ou seja, 0,43% relativamente ao território dos 30', e 431,5 ha, cerca de 25,6% do total da área em estudo.

Um dos interessantes aspectos deste estudo é o da sobreposição das linhas isocrónicas com a carta de aptidão de solos, numa tentativa de se prever o tipo de economia explorada pelo povoado, ou mesmo até de se encontrarem possíveis zonas de exploração agrícola.

Distribuição dos tipos de solos pelos vários territórios

	Tipos de solos				
	C	C+D	D	D+E	E
15	10 ha 6,13%	2,5 ha 1,53%	17,5 ha 10,74%	5 ha 3,07%	128 ha 78,53%
30 (*)	37,5 ha 7,54%	7,5 ha 1,5%	75 ha 15,08%	95 ha 19,1%	282,5 ha 56,78%
60 (**)	72,5 ha 5,78%	25 ha 2%	197,5 h 15,77%	177,5 ha 14,17%	780 ha 62,28%

(*) Este valores foram concluídos sobre os 497,5 ha correspondentes à área portuguesa dos 30'.

(**) Estes valores foram concluídos sobre os 1 252,5 ha correspondentes à área portuguesa dos 60'.

Esta análise permite-nos concluir, à primeira vista, que os terrenos em redor dos Vidais são bastante pobres, muito pouco propícios à prática da agricultura. Os solos de melhor qualidade, de tipo A e B, não se incluem no limite dos 60'. Estes tipos de solos encontram-se mais a montante do Sever, em terrenos de aluvião, curiosamente na zona onde se encontra implantada a cidade romana da Ammaia, cerca de 10 km em linha recta para Sudoeste a partir dos Vidais. Um pouco a Norte de Santo António das Areias encontramos igualmente uma pequena mancha de solos de tipo B. Apesar de serem aqui referidas estas pequenas bolsas de terreno fértil, são irrelevantes para o nosso estudo, dada a sua distância considerável em relação ao povoado.

A análise do território de exploração, na sua generalidade, permite-nos concluir que a maioria da sua área é composta por solos muito pobres, do tipo E, cerca de 62,28%, superando mais de metade do espaço correspondente a cada um dos casos. Os solos mais aptos para a agricultura, os do tipo C, encontram-se mal representados, cerca de 5,78%.

ANÁLISE ECONÓMICA

Podemos desde já tirar algumas conclusões acerca da economia das populações aqui residentes. Tal tipo de solos, bastante fracos para a prática agrícola de sucesso, eram contudo excelentes para a prática do pastoreio, sobretudo de gado ovicaprino. Nestes solos montanhosos, pobres, cresce uma vegetação rasteira, propícia para um



melhor desenvolvimento do gado caprino, em detrimento do gado ovino, sendo este, mais adaptado, sobretudo, a terrenos de planície.

Um dos aspectos económicos descritos pelos autores clássicos acerca dos lusitanos e vetões diz respeito ao seu carácter eminentemente pastoril: o gado constituía uma das principais fontes de subsistência. Tanto mais que Estrabão especifica mesmo que estas populações comiam essencialmente carne de cabra³. Todavia, não só a cabra, bem como o porco, o boi, o cavalo, inseridos na classe dos animais domésticos, bem como o coelho e o cervo, estes incluídos na classe dos animais selvagens, poderiam igualmente entrar na dieta alimentar. Os restos faunísticos recolhidos durante as escavações de Castillejo de la Orden permitiram reconhecer uma maior presença de ovicaprinos, com 41,5%, seguido dos bovinos, com 39,1%, dos suínos, com 10,6%, dos cervos, com 6,7%, dos equídeos, com 1,4% e, por último, do coelho, com 0,5% (ONGIL VALENTÍN, 1988), convém desde já manter as reservas quanto ao consumo de equídeos, na medida em que se tratava de um animal de prestígio, sendo muitas vezes mencionado como tal nos textos clássicos. As éguas lusitanas, gozando da fama de serem animais muito velozes, diziam ser fecundadas pelo vento. Segundo Ana Martín Bravo, seriam animais que possuíam um *status* especial entre os outros animais destes povos, associado muitas vezes a actividades bélicas (MARTÍN BRAVO, 1991: 175).

De entre os restos faunísticos estudados por Raquel Vilaça, na Beira Baixa, mais especificamente nos povoados dos Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade, notamos haver igualmente um franco domínio do gado caprino, seguido do bovino e do suíno. Mais nenhuma espécie foi identificada, à excepção do coelho, registado unicamente na Moreirinha, e que a autora põe em questão se terá sido domesticado ou não (VILAÇA, 1995: 368). Apesar de este estudo se reportar a comunidades do Bronze Final, seria falha não referir esta coincidência, não sendo contudo de grande surpresa, dado que se trata de economias de exploração com alguma similitude.

Com estes dados podemos concluir que as populações que povoavam os Vidais praticavam uma economia essencialmente pastoril. Os terrenos pobres poderiam eventualmente proporcionar uma agricultura tímida, assente sobretudo no cultivo de cereais. Quando os textos clássicos mencionam produtos agrícolas dos lusitanos, tais como cevada ou trigo, fazem menção sobretudo às regiões junto à desembocadura do Tejo (MARTÍN BRAVO, 1991: 175). Estrabão também refere que as populações junto a zonas montanhosas se nutriam de pão feito de farinha de bolota⁴. Todavia, é muito provável que sempre que um povoado possuísse nas suas proximidades terrenos propícios para a agricultura, com certeza que acabariam por ser explorados, tal como sucedeu muito provavelmente com o povoado vizinho dos Vidais, El Jardinero (Valência de Alcântara) (BUENO *et alli*, 1988).

As mós rotativas registadas nos Vidais são o único indicador directo desta actividade. Muitos dos grandes potes cerâmicos poderão ter sido usados como reservatórios de cereal, comprovando indirectamente a prática da agricultura, mas

³ Estr., III, 3, 7.

⁴ Estr., III, 3, 7.

não nos podemos esquecer que poderiam ser igualmente usados para a contenção de água. Aproveitando de novo o estudo feito sobre o tipo de solos, já tínhamos verificado que os solos de tipo C apenas ocupam uma mancha de 72,5 ha, ou seja, 5,78% do total do seu território de exploração. Sendo assim, sabendo que nem toda esta área era agricultada, muito provavelmente a área de cultivo situar-se-ia o mais próximo do povoado, ou seja, no seu território de 15' e já talvez alguma parte do de 30'. Dentro desta área regista-se apenas 37,5 ha de solo tipo C, cerca de 7,54% deste território. De certeza que 37,5 ha seria uma área suficiente para alimentar uma população como esta, mas o aspecto que se valoriza aqui não é o da quantidade do solo, mas sim o da sua qualidade. Se se fala da qualidade dos solos, temos de considerar que, com o avanço dos anos e sobretudo com posteriores reutilizações os solos alteram-se, e os estudos que se elaboram em redor dos dados recolhidos na actualidade podem não corresponder à realidade de há 2 500 anos atrás. Temos de ter igualmente em conta os meios técnicos disponíveis na altura, tal como arados suficientemente capazes de revolver as terras já "cansadas" de sucessivos anos de exploração.

Apesar de estes terrenos terem sofrido alguma agricultura, provavelmente numa necessidade de independência do povoado face aos seus vizinhos, a actividade que estes melhor proporcionam é, sem qualquer dúvida, a pastorícia. Esta prática encontra-se bem comprovada arqueologicamente nos Vidais, sobretudo através de materiais relacionados com actividades subsidiadas pela pastorícia, tal como a tecelagem, representada por cossoiros e pesos de tear.

Um outro ponto que não poderá passar despercebido é o dos recursos mineiros, sabendo que esta região é particularmente rica em ferro, cobre, prata e chumbo. Aliás, foi por associação à riqueza plumbífera da região que se chegou a relacionar os *plumbarii* como sendo naturais da região. André de Resende fizera a associação deste *populi* com Medóbriga, por sua vez relacionado com as famosas ruínas romanas de São Salvador de Aramenha (Marvão), até ao momento em que Leite de Vasconcelos publicou a inscrição referente aos *ammaiensis*, deixando para trás este mal-entendido.

Dentro da "área de captação" dos Vidais não há conhecimento de qualquer tipo de mina. Contudo, está comprovada a mineração no interior do povoado, embora sendo muito raros os fragmentos de escória à superfície. No vizinho Castro da Crença, podemos verificar a existência de uma grande quantidade de restos de mineração de ferro. A exploração do ferro seria uma das principais, senão mesmo a principal exploração do sítio.

ANÁLISE POPULACIONAL

Com todo este estudo de áreas, podemos fazer já um cálculo para o número de habitantes dos Vidais. Apesar da grande relatividade que reveste este tipo de estudo, será bastante curioso apresentar aqui os resultados, tendo em conta que temos três formas para o fazermos.

A primeira hipótese aplica-se, sobretudo, a comunidades pastoris e visto que a qualidade dos terrenos em questão é propícia para este tipo de economia, acaba



por ser aquela que apresenta potencialidades de ser melhor sucedida. Admitindo que em cada hectare se sustentariam 3 cabeças de gado ovicaprino⁵, dentro do território total de 1 684 ha existiriam 5 052 cabeças. Sabendo que, segundo uma alimentação baseada no consumo de ovicaprinos, são necessários cerca de 60 animais/ano para sustentar um indivíduo, e dividindo este valor aos 5 052 animais, obtemos um resultado de cerca de 84 indivíduos.

Uma outra forma de se calcular o número de uma população é através da *ratio* adoptada por Renfrew aos povoados do Bronze do Egeu, que admite cerca de 300 habitantes por hectare. Admitindo que a área habitacional intramuros do povoado é de 2 000 m², o número de habitantes seria de 60 indivíduos.

Por fim, e adaptando um estudo que Ruiz Zapatero (1985) elaborou para o castro de Cortes, considerou-se que cada hectare produz em média cerca de 400 kg de cereal; multiplicando este valor pelos 37,5 ha de solo arável dentro do território de 30' e dividindo seguidamente por 210 kg de cereal como valor médio de consumo por pessoa/ano, obtemos um resultado de cerca de 71 indivíduos.

Ora, estes três valores – 84, segundo uma economia baseada na pastorícia, 60, segundo a área intramuros e 71 mediante a área de terreno agricultável – dão-nos já uma ideia mais ou menos aproximada do seu número de habitantes. Mesmo que todo o seu interior fosse ocupado, a quantidade de reservas, tanto de gado como de cereais, seria mais que suficiente para alimentar os seus hipotéticos 60 habitantes.

CONCLUSÃO

Pelo exposto podemos concluir que o povoamento dos Vidais ocorreu unicamente na II Idade do Ferro, abrangendo uma cronologia entre o séc. IV a.C. e os inícios da ocupação Romana. Encontram-se, igualmente, vestígios de ocupações do Calcolítico e do Bronze Final, nas imediações do povoado do Ferro, valorizando a importância do sítio ao longo dos tempos. Torna-se ainda difícil tentar explicar a razão da sua ocupação de raiz, a partir da II Idade do Ferro, embora seja um factor comum a muitos povoados da mesma altura na região. Certamente estará relacionado com um reforço de domínio estratégico, próprio de uma evolução das sociedades guerreiras, hierarquizadas.

A excelente posição estratégica dos Vidais, posição essa que já não passara despercebida às comunidades do Bronze Final, permitia um controlo privilegiado sobre a Estremadura Espanhola, salvaguardando uma vantagem face aos povoados mais próximos e mais desprotegidos, exercendo um papel de controlador, tanto do ponto de vista local, como regional.

Albergaria uma pequena comunidade auto-suficiente, de 60 a 80 indivíduos, com uma economia assente na pastorícia e numa incipiente agricultura. Para além da sua economia de produção, beneficiava certamente de um controlo comercial, não só sobre as rotas estremenhas que passavam aos seus pés, como com algumas trocas que se efectuariam com alguns povoados vizinhos. O castro da Crença, situado a

⁵ Esta *ratio* foi já defendida por Baticle (1974: 58) para o caso mediterrânico, por Gophna *et alii* (1986-87: 77) para a Palestina e por Coelho (1982: 17) para a Serra da Estrela.

8 Km a Sul dos Vidais, é muito pobre arqueologicamente, mas está muito bem comprovada a prática da mineração, como vimos, actividade mal representada nos Vidais, não muito longe de si, El Jardínero detinha uma economia fortemente agrícola, podendo, de certa forma, colmatar a falta destes produtos nos Vidais; restam-nos saber qual o tipo de relações que se travavam entre as populações dos Vidais e os seus vizinhos. Os estudos da relação Homem-Homem podem trazer novas luzes quanto a este aspecto importantíssimo da sociedade da II Idade do Ferro.

Nos Vidais nota-se igualmente uma hierarquia interna, patente num conjunto de materiais de luxo. Nesta pequena comunidade existiria certamente um indivíduo, ou um grupo muito mínimo de indivíduos que gozavam de um estatuto superior, exercendo poder, não só no interior da sua comunidade, como possivelmente sobre os povoados vizinhos. Tais vestígios são significado de poder, bem como de comércio: a conta de colar, a urna, a cerâmica campaniense, o anel, são indicadores de trocas comerciais, fruto do controlo sobre as antigas rotas estremenhas. Este tipo de espólio é bastante comum nos povoados contemporâneos, regionais. Todavia, são materiais que sugerem ainda fortes raízes com a cultura "orientalizante", apesar de já se estar sob uma forte presença de comunidades celtas. Tal facto é revelador da grande influência exercida pelo comércio e pela cultura com o Oriente Mediterrânico, protagonizado sobretudo pelo de Reino de Tartessos, durante a I Idade do Ferro. Cancho Roano simboliza o arrastar desta cultura Oriental, que teima em continuar a exercer influência sobre estas novas comunidades celtas. Nota-se haver, durante a II Idade do Ferro, uma aliança entre estes indícios de cultura oriental e o espírito guerreiro dos povos celtas.

Para além destes materiais de prestígio, regista-se igualmente uma série de objectos de produção local, nomeadamente relacionados com as necessidades quotidianas, sobretudo cerâmicas.

Um outro aspecto de hierarquização local tem a ver com a edificação de estruturas defensivas. Os Vidais possui uma dupla linha de taludes, feitos de terra e de pedra, que desempenhariam um papel tanto honorífico como defensivo. O amuralhamento é mais um sinal do espírito guerreiro destas comunidades, bem como um espelho do desenvolvimento tecnológico e da organização do espaço.

A área da necrópole tem fortes probabilidades de se localizar no monte imediato, onde se encontra o povoado do Bronze Final. À semelhança daquilo que se verifica num conjunto de outros povoados estremenhos, a necrópole situa-se nos montes mais próximos, normalmente em posição menos destacada face ao povoado. A descoberta de um fragmento de urna num abrigo do referido sítio leva a sugerir esta hipótese.

As escavações do Dr. Jorge Oliveira vieram revelar um aspecto muito curioso, ainda aqui não desenvolvido: no interior da estrutura habitacional escavada, sobre o espólio que se viria a recolher, escavou-se uma camada negra, composta por muitos carvões e cinzas, sugerindo tratar-se de uma camada de incêndio. Os próprios fragmentos de mós parecem ter sido resultantes de destruição intencional. Será que se está perante um indicador fóssil da chegada das populações Romanas?



Tudo leva a crer que as primeiras incursões Romanas na região se deram de forma violenta: a descoberta do “Bronze de Alcântara”, ou também chamada “Tabula Alcantarensis”, veio documentar uma *deditio* entre os Romanos e o povo dos Seano[], em 104 a.C. (LÓPEZ MELERO *et alii*, 1984). Tal registo comprova a existência de hostilidades e de uma grande resistência dos indígenas face à presença Romana, levando à criação de um pacto por parte dos Romanos; por outro lado, toda a panóplia de espólio funerário diz respeito a um espírito eminentemente guerreiro. A título de curiosidade, refere-se aqui uma cabeça esculpida, um pouco estranha, semelhante às estátuas de guerreiros do norte do país, possuindo a particularidade de ter as orelhas viradas para a nuca. Encontra-se numa propriedade privada em Santo António das Areias. Há ainda o facto de se ter adoptado uma série de divindades indígenas no período Romano, tal como Ocrimira e Toga (ENCARNAÇÃO, 1984: n.º 610 e 611).

São, por certo, um conjunto de dados coerentes, mas não precisos. De facto, após esta ténue ocupação Republicana, já não se registou mais nenhuma ocupação no topo do monte dos Vidais. Segundo Ana Arruda e Helena Catarino, os restos de ânforas permitem concluir uma cronologia mais ou menos precisa para esta presença: a Dressel 20 corresponde a uma cronologia entre 70 e 50 a.C.; o exemplar n.º 16, da mesma figura, entre 50 e 30 a.C.; e por último o fragmento de Dressel 7-11 entre 30 a.C., prolongando-se o seu uso pelo séc. I d.C.

Esta ocupação invasora ter-se-ia feito até se sentir um controlo absoluto sobre as populações indígenas, adoptando-se seguidamente uma nova estratégia de ocupação, virada sobretudo para uma intensificação da produção agrícola e pastoril, ocupando-se agora os vales férteis e encostas dos montes.

Curiosamente, encontra-se em redor dos Vidais um conjunto de pequenos estabelecimentos de exploração Romanos, certamente relacionados com esta mudança de estratégias de ocupação do espaço. Seria interessante alargar esta perspectiva a sítios de maior importância, como seja a *villa* da Herdade dos Pombais, e a cidade Romana da Ammaia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Jorge Oliveira por me ter facultado os materiais expostos no M.M.M. para o seu estudo. Agradeço à Ocrimira, *Investigação Arqueológica & Patrimonial, Lda.*, pelas facilidades proporcionadas, e à Céline pelo apoio prestado.

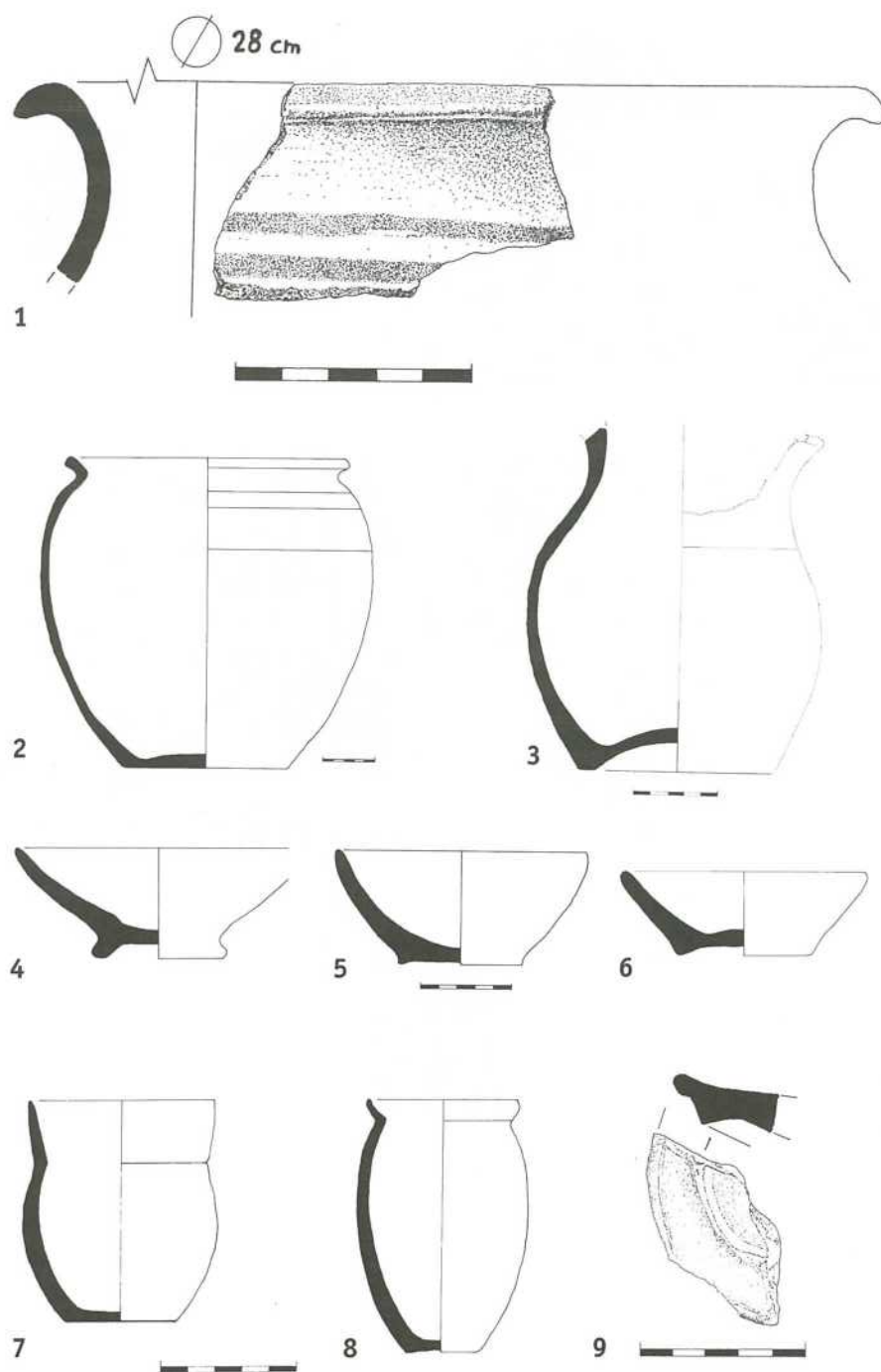


Fig.3 – Desenhos de materiais cerâmicos provenientes dos Vidais

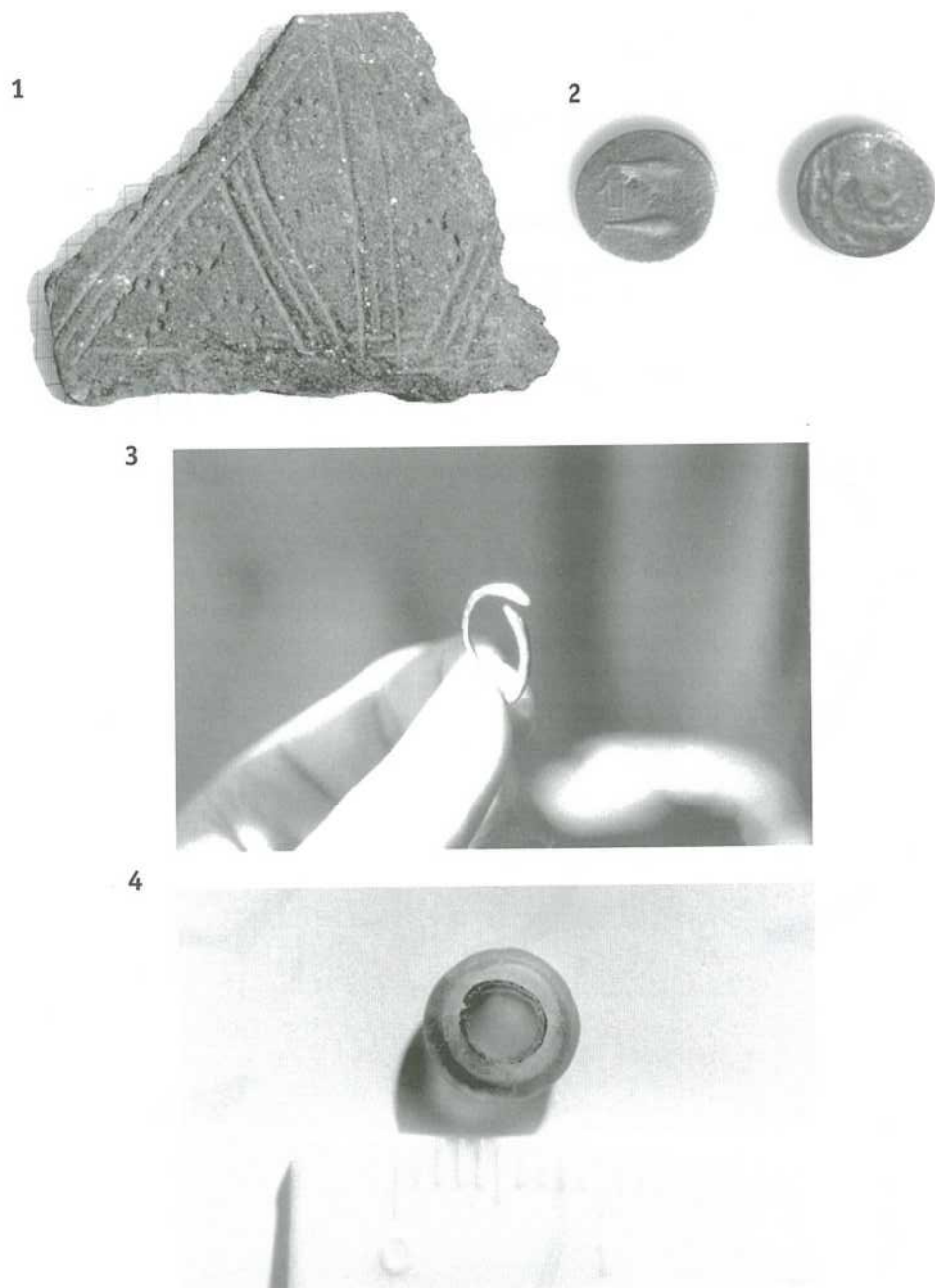


Fig. 4 – Fotografia dos materiais dos Vidais: 1 – fragmento de cerâmica estampilhada; 2 – Moeda (Anv. e Rev., respectivamente; 27 mm de diâmetro); 3 – Anel de Bronze; 4 – Conta de colar vítrea (8 mm de diâmetro máximo).

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, J. E. M. & GAMITO, T. J. (1974-77), "Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal – I", *O Arqueólogo Português*, Série III, n.º 7, Lisboa, 1974-77, pp. 165-202.
- ARRUDA, A. M. & CATARINO, H., (1981), "Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidais (Marvão)", *CLIO – Revista do centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 3, Lisboa, 1981, pp. 183-188.
- BERROCAL RANGEL, Luis, (1992), "Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica", *Complutum Extra 2*, Madrid, 1992.
- BUENO, P., *et alli*, (1988), "El yacimiento de El Jardinero (Valencia de Alcantara, Cáceres)", *Extremadura Arqueológica*, I, 1988, pp. 89-102.
- ENCARNAÇÃO, José d', (1984), "Inscrições Romanas do Conventus Pacensis", Coimbra, 1984.
- FARIA, A. M. de, (1988), "A numária de *Cantnipo*", *Conímbriga*, 28, Coimbra, 1989, pp. 71-99.
- GAMITO, T. J., (1982), "A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Problemas e Perspectivas", *Arqueologia* 6, Porto, 1982, pp. 65-78.
- GAMITO, T. J., (1986), "Social Complexity in Southwest Iberia (from the 8th to the 3rd centuries B.C.) – aspects of evolution and interaction", *University of Cambridge*, Cambridge, 1986, Ph. D. dissertation.
- HÉRNADEZ HÉRNADEZ, F. & GALAN DOMINGO, Eduardo, (1996), "La necrópolis de «El Mercadillo» (Botija, Cáceres)", *Extremadura Arqueológica*, VI, Cáceres, 1996.
- [IMPORTANTES DESCOBERTAS], (1979), "Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre dos Vidais (Marvão)", *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, 1979, pp. 178-179.
- LEISNER, J. & V., (1959), "Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel", Berlin, 1959, pp. 25, Band 1.
- LÓPEZ MELERO, R., SÁNCHEZ ABAL, J. L. & GARCIA JIMÉNEZ, S., (1984), "El Bronce de Alcantara. Una *deditio* del 104 a.C.", *Gérion*, 2, pp. 264-323.
- MARTÍN BRAVO, Ana M., (1991), "Aproximación a la economía de los castros del norte de Extremadura", *Gérion III*, 1991, pp. 169-180.
- MARTÍN BRAVO, Ana M., (1993), "El Poblamiento de la Comarca de Alcantara (Cáceres) durante la Edad del Hierro", *Complutum*, 4, Madrid, 1993, pp. 337-360.
- MARTÍN BRAVO, Ana M., (1994), "Los Castros del Occidente de la Provincia de Cáceres", *Complutum Extra*, 4, Madrid, 1994, pp. 243-286.
- MARTÍN BRAVO, Ana M., (1999), "Los Orígenes de Lusitânia, el I Milenio a.C. en la Alta Extremadura", Real Academia de la História, Bibliotheca Hispana, 2, Madrid, 1999.



- NOLEN, Jeannette U. Smit, (1985), "Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo", *Fundação da Casa de Bragança*, Lisboa, 1985.
- OLIVEIRA, Jorge, (1997), "Vidais, Pedro Pena e outros mais...", *Para o Município, Boletim Informativo da Câmara Municipal de Marvão*, N.º 9 – 1.º Semestre/97, pp. 33-35.
- OLIVEIRA, Jorge & CUNHA, S., (1998), "O complexo arqueológico dos Vidais na correspondência trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos", *Ibn Maruán*, n.º 8, Dezembro de 1998, pp. 57-85.
- ONGIL VALENTÍN, M. I., (1988), "Excavaciones en el poblado prerromano de la «Villvieja del Castillejo de la Orden» (Alcántara, Cáceres), 1 Campaña", *Extremadura Arqueológica*, 1, Cáceres, 1988, pp. 103-109.
- PAÇO, A. do, (1952), "Populações pré e proto-históricas do Concelho de Marvão", *Actas do XVI Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949*, Tomo IV, Lisboa, 1952, pp. 209-212.
- PAÇO, Afonso do, (1953), "Carta Arqueológica do Concelho de Marvão", *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa, 1950, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas*, Lisboa, Associação para o Progresso das Ciências, 1953, pp. 93-119.
- PERDIGÃO, J. C. & FERNANDES, A. P., (1976), "Carta Geológica de Portugal – Notícia explicativa da Folha 29-C Marvão", *Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1976.
- REDONDO, J. A.; ESTEBAN, J. & SALAS, J., (1991), "El Castro de La Coraja de Aldeacentenera, Cáceres", *Extremadura Arqueológica*, II, 1991, pp. 269-282.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A., (1989), "La Segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura", *Saguntum*, 22, 1989, pp. 166-224.
- RUANO RUIZ, (1996), "Las Cuentas de Vidrio Prerromanas del Museo Arqueológico de Ibiza Y Formentera", *Museu Arqueológico de Ibiza y Formentera*, Ibiza, 1996.
- RUIZ ZAPATERO, G. & FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. M., (1985), "Cortes de Navarra: un modelo económico de la 1ª Edad del Hierro en el Nordeste de la Península Ibérica", *XVII Congreso Nacional de Arqueología (Logroño, 1983)*, Zaragoza, 1985, pp. 371-392.
- SLEEN, W. G. N. van der, (1967), "A Handbook on Beads", *Journées Internationales du Verre*, Musée du Verre, Liège, 1967.
- VILAÇA, Raquel, (1995), "Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze", *Trabalhos de Arqueologia*, 9, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995.
- VILLARONGA, L., (1994), "Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetaten", Madrid, 1994, pp. 133, n.º 1.
- Carta Corográfica de Portugal*, 1/50 000, folha 29-C, Instituto Geográfico e Cadastral.
- Carta de Capacidade de uso dos Solos*, 1/50 000, folha 29-C, 1966, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.

vária



Menires do Distrito de Portalegre (*)

Fotografias de João José Bica, Raul Ladeira e Jorge de Oliveira

(*) Este inventário resulta do projecto de valorização e divulgação do património megalítico promovido pela Região de Turismo de S. Mamede que, na altura, ainda não incluía o concelho de Elvas. Por esse motivo não são aqui consideradas as informações respeitantes a menires existentes nesse concelho.

Poder-se-á dizer que a investigação sobre o megalitismo na área do Distrito de Portalegre começou nos finais do século passado com Pereira da Costa. Embora algumas referências existam anteriores a 1868, foi, contudo, neste ano que Pereira da Costa publicou, com o título *Descrição de Alguns Dolmens ou Antas de Portugal*, o resultado dos trabalhos de prospecção e escavação em sepulturas megalíticas do concelho de Castelo de Vide. Ainda que hoje possamos dizer que a metodologia empregue por Pereira da Costa era pouco científica, ela poder-se-á, igualmente, considerar perfeitamente actualizada para o que a nível europeu se fazia de melhor nos primeiros anos da segunda metade do século XIX. Na verdade, trata-se do primeiro estudo de carácter arqueológico efectuado no Distrito de Portalegre e dos primeiros em Portugal. Dessa campanha desenvolvida por Pereira da Costa resultou a identificação, a escavação e o desenho de vários dólmenes do concelho de Castelo de Vide. Depois do trabalho pioneiro de Pereira da Costa, múltiplos investigadores, de forma mais ou menos sistemática, desenvolveram estudos sobre os testemunhos megalíticos do Distrito de Portalegre. Nomes como Leite de Vasconcellos, Afonso do Paço, Dias de Deus, Possidónio Laranjo Coelho, Tavares Proença, Abel Viana, entre outros, continuaram a inventariar, desde os finais do século passado até meados do século XX, múltiplas sepulturas megalíticas nos vários concelhos do Distrito de Portalegre. Se considerarmos os levantamentos e inventários efectuados até à década de cinquenta do presente século, o número de dólmenes registados no Distrito de Portalegre ultrapassa a centena e meia, sem que se encontre qualquer referência a menires. A investigação sobre o megalitismo na Península Ibérica assume a maturidade com os trabalhos de Georg e Vera Leisner, sobretudo, com a publicação, nos inícios da segunda metade deste século, do fundamental inventário *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel*. Mas, também neste inventário e especialmente no volume que abrange a área do Distrito de Portalegre, aliás, à semelhança de outras regiões, os investigadores alemães, que



seguramente viram vários menires, a eles não se referem. Na década de sessenta, através do inventário de Georg e Vera Leisner e de outros trabalhos de prospecção complementares, efectuados por especialistas de megalitismo, especialmente, por Farinha Isidoro nos concelhos de Alter do Chão e Crato, o número de sepulcros megalíticos no Distrito de Portalegre ultrapassava já o número de 350, e, actualmente, conhecem-se referências para mais de seiscentos e cinquenta sepulcros. Contudo, vai ser pela pena de investigadores que sobre Pré-História pouco, ou nada, se interessavam que, pela primeira vez, se noticiam menires neste distrito do Alto Alentejo.

Em 1965, Martins Barata noticia a descoberta do Menir da Meada, no concelho de Castelo de Vide. Dois anos depois, Mário de Saa (Saa, 1967: 184-187) refere-se, pela primeira vez, ao menir do Carvalhal, situado, igualmente, no concelho de Castelo de Vide. Tratam-se das primeiras referências a menires nesta região da Península. Enquanto Martins Barata se limita a descrever o monumento da Meada, Mário de Saa compreende-os como monumentos pré-históricos utilizados pelos Cavaleiros da Ordem do Templo como marcos de delimitação das suas terras. Mário de Saa, baseando-se no documento de *Doação da Azafa*, que D. Sancho I fez à Ordem do Templo, publicado por Fr. Bernardo da Costa na *Historia da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, em 1771, tenta delimitar as terras da *Azafa*, chegando à conclusão que a grande construção romana da Torre do Azinhal, hoje destruída, que se situa no actual concelho de Marvão, o Menir da Meada e o do Carvalhal teriam servido de demarcação das terras doadas aos Cavaleiros do Templo. No documento apresentado por Fr. Bernardo da Costa, que descreve o território da *Azafa*, lê-se ainda "Partitur nanque cum Agitania a Tago usque ad flumen de Ponsul, deinde ad capud Mercores. Quomodo vavid ad capud Cardosa. Partitur enim ultra Tagum per focem da Frieirosoo, quomodo intrat in Tagum, deinde ad rostrum de Mrliça, et vavit ad Maontaret [...]" (Costa, 1777: 226). Se considerarmos a interpretação que Mário de Saa faz deste documento, poderemos, provavelmente, encontrar nele a mais antiga referência a uma sepultura megalítica nesta região. O atrás referido "rostrum de Mrliça" poderia ser a anta da Melriça, situada no concelho de Castelo de Vide, monumento que, por se destacar na paisagem, poderia ser considerado como "rostrum".

É, assim, já nos finais da década de sessenta que se noticiam, pela primeira vez, menires no Distrito de Portalegre. Embora nesta região a referência a menires só ocorra desde 1965, em Portugal data de 1864 a primeira clara descrição deste tipo de monumentos. Deve-se a Simão Rodrigues Ferreira a identificação do Marco de Luzim, no concelho de Penafiel, o primeiro menir a ser referenciado em Portugal. Pereira da Costa, em 1868, descreve um menir no Monte da Pedreira, no concelho de Fafe, referindo, igualmente, outros no distrito de Castelo Branco. Sá Vilela, em 1876, informa da presença de vários menires junto a Castelo de Paiva. Mas será sobretudo com Estácio da Veiga, em 1886, ao publicar o memorável estudo *Antiguidades Monumentais do Algarve*, que a palavra menir, ou menhir, mais se divulga. Contudo, um longo período de quase total esquecimento sobre este tipo de monumentos vai passar. Basta-nos recordar que só em 1970, pela pena do médico José Pires Gonçalves, se noticiam os menires da região de Monsaraz, uma das zonas mais ricas em monu-

mentos megalíticos de toda a Península Ibérica e onde se regista a maior concentração de menires, isolados, ou em grupo.

Contudo, comparativamente com o conhecimento das sepulturas megalíticas, os menires mantiveram-se e, de alguma forma, ainda se conservam pouco divulgados e estudados. Múltiplas razões poderão explicar a não referência e sobretudo o desinteresse por este tipo de monumento megalítico. De entre outras, sobressaem as relacionadas com as práticas religiosas judaico-cristãs que proíbem qualquer culto às pedras. Já no Antigo Testamento encontramos referências a estas prescrições e estão sobejamente documentados os actos de destruição de monumentos megalíticos, sobretudo menires, durante a Idade Média no Norte de França por ordem de bispos e clérigos. Por outro lado, as tradicionais descrições de descoberta de lendários tesouros, em sepulturas megalíticas, não se aplicariam, naturalmente, aos menires, porque quem quer que o tentasse nada encontraria, ao contrário do que acontece com os dólmenes, onde sempre uma ponta de seta, ou um machado, por norma, qualquer caça-tesouros encontra, levando ao desinteresse popular por aquele tipo de monumentos. Acresce a estas razões a pouca estabilidade e resistência que estes monumentos oferecem aos elementos naturais e sobretudo a abalos sísmicos, contribuindo



1. Menir da Meada – Castelo de Vide 2. Menir do Carvalhal –Castelo de Vide 3. Menir da Água da Cuba – Marvão 4. Menir do Corredor – Marvão 5. Menir dos Pombais – Marvão 6. Menir do Vale de Sobral – Nisa 7. Menir dos Saragonheiros – Nisa 8. Menir da Casa Nova – Crato 9. Menir da Discoteca – Campo Maior 10. Menir dos Sete – Monforte 11. Menir da Carrilha – Monforte 12. Menires do Alminho – Ponte Sor 13. Menir do Papalou – Nisa 14. Menir da Maria Dias – Nisa 15. Menir do Monte do Reguengo – Arronches.



para que, sobretudo, os de maiores dimensões, e por isso os que mais facilmente poderiam despertar maior interesse, se encontrem, por norma, tombados ou partidos e nalguns casos parcialmente soterrados.

Na área do distrito de Portalegre, excluindo o concelho de Elvas, conhecem-se, actualmente, treze menires e dois prováveis recintos megalíticos.

INVENTÁRIO

1 – MENIR DA MEADA – Castelo de Vide

O Menir fálico da Meada localiza-se na Tapada do Cilindro, freguesia de Santa Maria da Devesa, concelho de Castelo de Vide. Possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, folha n.º 325 de 1971: X– 3377; Y– 7317.

Implantado sobre a linha de contacto do xisto com o granito, este monólito foi obtido em granito porfiróide de grão grosseiro, extraído dos afloramentos que nas imediações se localizam.

Actualmente rodeado de azinheiras e algumas oliveiras, este menir implanta-se em terrenos normalmente semeados de trigo, numa cota de 370 metros.

Noticiado pela primeira vez por José P. Martins Barata, em 1965 (Barata, 1965), este volumoso monumento encontrava-se fracturado em duas partes. Um fragmento estava ainda *in situ* embora algo inclinado para poente. A outra porção, a de maiores dimensões, encontrava-se tombada também para poente, embora e provavelmente, na altura da fractura e queda, tivesse rolado, afastando-se do local da queda cerca de noventa centímetros para sul.

O fragmento que se encontra tombado possuía um comprimento de 5,20 metros e um diâmetro máximo de 115 centímetros. A sua forma cilíndrica, que teria dado o nome à propriedade onde se encontra, apresenta-se suavemente afilada na extremidade. Próximo da ponta, um leve ressalto envolve diagonalmente todo o monólito, parecendo evidenciar uma glande.

O fragmento que se encontrava ainda *in situ* emergia do solo cerca de 120 centímetros e apresentava uma inclinação para poente de cerca de quinze graus, em relação à vertical.

Em 1993, procedeu-se à escavação e recolocação na vertical do fragmento *in situ*. Posteriormente, foram unidos os dois fragmentos, recuperando-se, assim, este monumento.

Possui um comprimento total de 7,52 metros e um diâmetro máximo de 125 cm, pesando cerca de 18 toneladas.

Carvões recolhidos na base do menir, no interior da fossa de implantação, forneceram a seguinte data: 6022 ± 40 anos BP (Utc-4452).

2 – MENIR DO CARVALHAL – Castelo de Vide

O Menir do Carvalhal localiza-se no concelho de Castelo de Vide, na freguesia de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, na área do Monte do Carvalhal. A 750 metros para Nordeste daquele monte, este monumento implanta-se no topo de um



pequeno festo na margem esquerda da Ribeira de S. João. Numa cota de 370 metros encontra-se, actualmente, rodeado de carvalhos, que certamente deram o nome ao monte onde se desenvolvem. Este monólito pode ser visível de longa distância. Contribuem para esta circunstância a cota de implantação, mas sobretudo as suas dimensões. Próximo da linha de separação dos granitos dos xistos, a sua visibilidade abre-se, sobretudo, para Norte. Possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas sobre a C.M.P.: X-29.85 Y-74.15.

Este menir mais se assemelha a um grande esteio de anta. Erguendo-se acima do solo 3,20 metros e apresentando uma largura junto ao solo de 2,35 metros por uma espessura máxima de 0,57 metros, em nada se assemelhava com a configuração dos menires conhecidos na região. A parcela do Monte do Carvalhal onde o monumento se eleva é conhecida por Tapada da Pedra d' Anta, sendo, portanto, conhecido localmente, como se de uma anta se tratasse. Em termos morfológicos, este grande monólito apenas se afasta da configuração de um esteio de anta pela convergência dos bordos junto ao topo, apresentando um contorno mitriforme. Por forma a avaliar se se trataria de facto de um menir, ou tão-só de um último esteio de algum dólmen muito arruinado, procedeu-se, em 1992, à escavação da área envolvente. Em torno do monumento não se detectavam quaisquer vestígios de outros esteios, fossas de implantação, ou elevações anormais no terreno.

Não muito distante do monólito, cerca de 200 metros para Sul, no mesmo festo, por entre carvalhos e alguns afloramentos graníticos, registam-se algumas pedras que prefiguram a existência de um *habitat*. A ocorrência de fragmentos de cerâmica, ainda que muito rolada, parecem apontar para um fabrico pré-histórico. No mesmo ambiente, recolheu-se um fragmento de elemento de mó (dormente).

Com um comprimento total, estimado em 4,35 metros e um peso que rondará as 6,3 toneladas, o Menir do Carvalhal poderá considerar-se o segundo em dimensões no Nordeste Alentejano, só superado pelo Menir da Meada, dele distante 5 km para SE.

A forma triangular que se observa acima do solo reflecte-se na porção inclusa no alvéolo. Torna-se também interessante verificar a orientação do monólito. A face mais côncava, à semelhança dos esteios de cabeceira das antas, encontra-se virada a nascente. O desvio longitudinal do monumento em relação ao Norte magnético é de 5° para Oeste.

Os carvões recolhidos sobre os calços líticos deste menir, localizados a uma profundidade de vinte centímetros, em terras escuras e pouco compactas, foram datados de 420 ± 60 BP (ICEN-1125). Sob esta camada, em terras mais compactas, outros carvões forneceram a data de 760 ± 50 BP (ICEN-1126).

3 – MENIR DA ÁGUA DA CUBA – Marvão

O Menir da Água da Cuba situa-se no concelho de Marvão, na freguesia de Santo António das Areias, junto às casas da Água da Cuba. A cinquenta metros para Norte da Estrada Nacional que liga Santo António das Areias a Marvão, numa pequena



baixa rodeada de afloramentos graníticos, este pequeno menir situa-se, sensivelmente, no centro da pequena parcela de cultivo. Possui as seguintes coordenadas UTM: X – 41 60; Y – 63 45.

Obtido em granito de grão médio, possui um comprimento total de 137 centímetros e um diâmetro máximo de 40 centímetros. Acima do solo arável possui uma altura de 74 centímetros.

Em 1991, procedeu-se à escavação da área envolvente, não se detectando qualquer artefacto, ou matéria datável.

A superfície foi totalmente regularizada, apresentando-se, na parte inclusa na terra, com sinais de um quase polimento. A porção exposta e por força dos elementos, apresenta-se muito mais alterada. Os seus talhadores deram-lhe uma forma claramente fálca, denotando-se bem uma glande.

No topo da face virada a Sul e utilizando luz artificial, parece poder reconhecer-se uma gravação representando uma figura humana. As alterações provocadas pelos elementos dificultam uma mais correcta interpretação dessa possível gravura.

4 – MENIR DO CORREGEDOR – Marvão

Deste menir apenas hoje existe a extremidade superior. A porção que subsiste possui um comprimento de 69 cm e um diâmetro máximo de 32 cm. Talhado num bloco de granito de grão médio, apresenta uma forma cilíndrica, denotando-se na extremidade superior um intencional alargamento, pretendo configurar uma glande pénica. Pelo fragmento ainda existente parece ter pertencido a um menir de forma fálca, que provavelmente ultrapassaria os dois metros acima do solo. A porção que ainda se conserva deste menir encontra-se exposta no Museu Municipal de Marvão. Esta peça foi identificada pelo veterinário Municipal de Marvão, Dr. Caldeira Martins, no interior de uma pocilga do Monte do Cabril, situado no concelho de Marvão. Esta parte foi recolhida, nos anos cinquenta, pelo antigo proprietário, no topo do Castelo do Corregedor (Marvão), e transportada para o Monte do Cabril, destinada, provavelmente, a elemento decorativo. No local onde foi recolhida pela primeira vez não foi possível identificar a parte restante. O Castelo do Corregedor, sobranceiro à Ribeira do Vale do Cano, é um *habitat* fortificado com vestígios de ocupação das Idades do Bronze e do Ferro.

A zona central deste *habitat* possui as seguintes coordenadas UTM: X – 37 60; Y – 70 40.

5 – MENIR DOS POMBAIS – Marvão

O Menir dos Pombais situa-se no concelho de Marvão, na freguesia de Beirã, na área da Herdade dos Pombais. No topo de uma cumeeada formada por grandes afloramentos graníticos, sobranceira ao Rio Sever, o menir afasta-se para Norte cerca de 300 metros da estrada camarária que liga a referida herdade à povoação de Beirã.

Este menir resulta do desbaste de um grande afloramento granítico. Os seus talhadores, aproveitando, provavelmente, alguma forma natural, conferiram-lhe, em cerca de dois metros, uma configuração cilíndrica, destacando-se, na parte superior, um ressalto para configurar uma glande pénica. A parte inferior do afloramento pare-

ce também ter sido rudemente trabalhado, podendo descortinar-se, sobretudo, na face sul, dois prováveis testículos.

Este menir, parcialmente natural, implanta-se na parte superior de um *habitat* com vestígios de ocupação neolítica e calcolítica. Num raio de quinhentos metros conhecem-se seis sepulturas megalíticas. Do Menir dos Pombais abarca-se um amplo campo visual e, mais uma vez, implanta-se muito próximo da linha de contacto dos granitos com os xistos.

O afloramento onde foi esculpido o Menir dos Pombais possui uma altura total de 3,30 metros e o diâmetro médio do tronco de cilindro ultrapassa os 85 cm.

Possui as seguintes coordenadas UTM: X – 43 20; Y – 70 10.

6 – MENIRES DA CHARNECA DO VALE DE SOBRAL – Nisa

Os menires do Vale de Sobral foram identificados por Jorge Pinho Monteiro e Mário Varela Gomes, em Junho de 1975.

Os dois menires situam-se no concelho de Nisa, na freguesia de S. Matias, a cerca de 1000 metros para Sul da povoação de Chão da Velha, próximo da Ribeira de Figueiró. Segundo os seus descobridores, possuem as seguintes coordenadas geodésicas:

39° 34' 12" de Latitude Norte,

7° 43' 34" de Longitude Oeste de Greenwich.

Hoje já não foi possível identificar estes dois menires. Toda a zona foi profundamente afectada por várias reflorestações com plantas de eucalipto, que alteraram completamente o relevo natural e que provavelmente arrastaram ou aterraram os referidos menires. Segundo os seus descobridores, que aí procederam, igualmente, a uma pequena sondagem, tratam-se de dois monólitos tombados, afastados entre si, cerca de dez metros. O primeiro menir foi talhado num bloco de "granito de grão médio, não-porfiróide, medindo actualmente 1,28 X 0,65 X 0,64 metros. Encontrava-se tombado e partido segundo um plano oblíquo ao seu eixo maior por uma fractura artificial que o amputou em cerca de 1/3 do seu volume inicial. Era originalmente um monólito de forma cilíndrica e de extremidades hemisféricas, com talhe cuidado. Está decorado com 24 covinhas (Monteiro & Gomes, 1978; 6). O segundo menir encontra-se "cerca de dez metros a sul do anterior, dentro de uma vala [...] É de forma cilíndrica, com bom talhe e arredondado nas duas extremidades. Tem as seguintes dimensões: 1,10 X 0,55 X 0,50 metros. Constituído por um granito de grão médio, embora diferente daquele que forma o menir 1 [...]". Neste segundo monólito encontram-se também gravadas algumas covinhas (Monteiro & Gomes, 1978; 12). Segundo os seus descobridores, estes menires poderão fazer parte de um conjunto mais amplo.

7 – MENIR DOS SARAGONHEIROS – Nisa

Por gentil informação oral, em 1995, do Dr. Rui Parreira, Técnico do IPPAR, que mandou proceder à limpeza da Anta 1 dos Saragonheiros, no âmbito de um projecto do Serviço a que pertence, tomámos conhecimento que em frente ao Dólmen 1 dos Saragonheiros existia um menir tombado. Quando, nos inícios dos anos oitenta, nos deslocámos, pela primeira vez, ao local, não nos foi possível observar mais do



que o topo dos esteios deste dólmen. Um fortíssimo silvado cobria esta anta e toda a área envolvente. Posteriormente, e no âmbito do projecto de valorização e divulgação do património megalítico da Região de Turismo de S. Mamede, a Câmara Municipal de Nisa procedeu, de novo, à limpeza deste monumento. Confirmou-se, então, que, em frente e no seguimento do longo corredor, existia um monólito, igualmente de granito, de forma próxima do cilindro, com cerca de três metros de comprimento e oitenta centímetros de diâmetro médio. A terra depositada por antigas lavouras em torno do monólito não possibilitam uma mais correcta avaliação deste provável menir. A anta 1 e o menir dos Saragonheiros situam-se no concelho de Nisa e distam, para Poente da Estrada Nacional que liga a sede de concelho a Alpalhão, cerca de 400 metros, nas imediações das indústrias de extracção de granito. Este monumento possui as seguintes coordenadas UTM: X – 061732; Y – 436809.

8 – MENIR DA CASA NOVA – Crato

O Menir da Casa Nova situa-se no extremo Norte do concelho do Crato, na freguesia de Gáfete, na margem esquerda da Ribeira de Sor, junto ao limite SW do concelho de Nisa. Cerca de 300 metros para Norte da Estrada Nacional que liga Alpalhão a Gáfete, este menir distancia-se cerca de 200 metros de um pequeno dólmen que lhe fica a Norte. Possui as seguintes coordenadas UTM: X – 616267; Y – 4364173.

Trata-se de um monólito de granito, rudemente afeiçãoado, apresentando uma altura acima do solo de 150 cm e um diâmetro máximo de 46 cm. Ainda que não se apresente com uma forma cilíndrica, as arestas foram rudemente boleadas, denotando um trabalho mais cuidadoso na extremidade superior. Solidamente implantado no solo, apresenta, contudo, uma significativa inclinação para Sul. Implantado numa zona aplanada, levemente inclinada para a Ribeira de Sor, o solão granítico aflora nas redondezas. Junto ao Monte da Casa Nova, que lhe fica a 400 metros para poente, conhecem-se várias sepulturas medievais escavadas em afloramentos graníticos.

Deste menir e da anta que próximo se situa tivemos conhecimento por informação oral do Dr. Caldeira Martins.

9 – MENIR DE CAMPO MAIOR – Campo Maior

No interior do centro urbano de Campo Maior, no n.º 1 B da Bocada da Praça, transversal à Praça do Município, num edifício que deverá remontar aos meados do século XVIII serve de pilar central de sustentação às descargas dos arcos de suporte da cobertura abobadada, um monólito em granito. Perfeitamente incluído na fábrica do edifício, este bloco de granito, de forma próxima do cilindro, apresenta vestígios de covinhas e um já muito desgastado serpentiforme. Trata-se, ao que tudo indica, de um menir reutilizado como pilar de sustentação de abóbada, para aqui transportado na altura da construção do edifício. A extremidade superior deverá ter sido truncada para assentamento dos arcos que sobre ela descansam. Da parte inferior pouco se conhece, considerando os vários e renovados pisos que se sobrepuseram no edifício. Quando o visitámos e fotografámos, em 1982, funcionava neste espaço uma discoteca,



não deixando de ser interessante constatar que a juventude de Campo Maior dançava em torno de um menir. Actualmente, o espaço encontra-se fechado, não sendo possível visitar este menir. A parte visível do monólito apresenta um comprimento de 170 cm e um diâmetro máximo de 85 cm. Tratar-se-ia de um menir de forma fálica que deveria ultrapassar os 3 m de altura.

10 – MENIR DOS SETE - Monforte

Cerca de 200 metros a Oeste da Estrada Nacional que liga Monforte a Portalegre, na área daquele concelho, no interior do Monte dos Sete, ergue-se um destacado afloramento granítico, com mais de três metros de altura e um diâmetro máximo de 150 cm. Trata-se de uma formação natural, com uma forma próxima do cilindro, cuja parte superior se apresenta arredondada. Fissuras naturais, eventualmente remarcadas pela mão humana, conferem à parte superior deste menir a forma de uma glândula pênica. Rodeado por outros afloramentos de muito menores dimensões e por outros prováveis menires, define-se, num raio de doze metros, o que parece ser um recinto formado por pedras de dimensões médias. Neste espaço registam-se fragmentos de cerâmicas muito roladas, atribuíveis ao Neolítico antigo. Suportes artificiais para ninhos de cegonha elevam-se por toda a área deste recinto. Este menir, originalmente natural, insere-se num contexto megalítico no qual se destaca o dólmen do Velho.

O Menir dos Sete possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas por GPS: X – 063435; Y – 43333.

11 – MENIR DA CARRILHA – Monforte

Já referido por D. Fernando de Almeida ao descrever as ruínas romanas de Torre de Palma, o Menir da Carrilha situa-se no concelho de Monforte, cerca de 1000 metros para Oeste das ruínas romanas. Junto a um caminho, depois de passar o monte e encostado à margem esquerda da ribeira que lhe dá o nome, este menir, obtido em granito, possui uma altura, acima do solo, de 165 cm e uma espessura máxima de 46 cm. Encostado a um actual marco de divisão de propriedade, obtido em cimento, também o Menir da Carrilha parece ter sido aí colocado, em época indeterminada, com o mesmo fim. Embora apresente uma forma próxima do cilindro e a parte superior levemente arredondada, a face virada a poente apresenta-se mais aplanada. Pela proximidade da estação romana, poderá ter sido já reutilizado para outros fins nessa época, justificando-se, deste modo, o aplanamento que sofreu numa das faces.

O Menir da Carrilha possui as seguintes coordenadas UTM: X – 629860; Y – 4325645.

12 – MENIRES DO ALMINHO - Ponte de Sor

Por informação gentilmente prestada pela Dr.^a Manuela de Deus (Grupo Pontis), tomámos conhecimento da existência de vários menires situados no concelho de Ponte de Sor, na freguesia de Montargil. Na encosta SE de uma suave e aplanada colina, espalhados e tombados por uma área não superior a 50 metros, encontram-se



três menires e oito fragmentos de outro, ou outros menires. O de maiores dimensões possui um comprimento de 3,20 metros e um diâmetro máximo de 120 cm. O segundo em dimensões apresenta gravado na parte superior várias covinhas de pequenas dimensões e duas de grande diâmetro.

Embora se encontrem todos tombados, mas não muito deslocados do local original, e considerando a paisagem envolvente, deverão ter configurado um pequeno recinto megalítico.

Pela descrição de Georg e Vera Leisner, estes menires poderão corresponder ao monumento por eles assinalado como S. Bernardo.

Os Menires do Alminho possuem as seguintes coordenadas UTM, obtidas por GPS: X – 56800; Y – 432281.

13 – MENIR DO PATALOU – Nisa

Por informação oral do Sr. João Francisco Lopes, de Nisa, foi-nos possível identificar em Julho de 2000 um novo menir no limite Sul do concelho de Nisa, não muito distante da Barragem da Póvoa. Em terrenos graníticos, dominando uma vasta paisagem, encontra-se tombada, mas completa e possivelmente no local original, uma peça granítica, de forma fálica, com cerca de quatro metros de comprimento e um metro de diâmetro máximo na zona submesial. Embora não seja possível, por agora, verificar o tratamento da área que se encontra em contacto com o solo, zona que, por norma, se apresenta melhor conservada, também a superfície deste menir terá sido, originalmente, alisada. Tal como o menir da Meada, também este se encontra tombado em direcção ao Sul.

O Menir do Patalou possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas por GPS: X – 0621069; Y – 4371520.

14 – MENIR DA MARIA DIAS – Nisa

Também por informação oral prestada pelo Sr. João Francisco Lopes, fomos alertados para a presença de uma peça granítica de forma circular que se encontra implantada verticalmente numa zona de contacto entre os xistos e os granitos, a pouco mais de dois quilómetros para Oeste de Nisa. No local deparámo-nos com o que poderá ser a parte inferior de um grande menir. Aflorando à superfície do solo arável cerca de vinte centímetros, observa-se um bloco de granito de forma cilíndrica, com superfície bem regularizada. O topo deste monólito, que se apresenta algo erodido, evidencia, ainda, claros sinais de fractura. O proprietário do terreno, ao lavrar a terra, deparava, constantemente, com este obstáculo, levando-o, há alguns anos, a proceder a uma sondagem em torno do monólito, na tentativa de o retirar. Constatou, então, que o bloco de granito, que apresenta um diâmetro de 120 centímetros, se encontrava muito enterrado e de muito difícil extracção, mantendo-se, assim, ainda no local. Se, através de uma escavação arqueológica se vier a confirmar que este monólito é, tanto quanto agora é possível afirmar, a parte inferior de um menir, então estaremos em presença de um menir de grandes dimensões, provavelmente semelhantes às do da Meada, implantado

na zona de contacto entre os granitos e xistos e na sequência dos já por nós identificados, onde se incluem os da Porra del Burro, Pombais, Corregedor, Carvalhal, Meada e agora o de Maria Dias. Se, de facto, se confirmar o que as evidências parecem mostrar, haverá que prospectar, sempre sobre a linha de contacto xisto-granito, o espaço que separa este novo menir do da Meada, na tentativa de identificação de mais algum monólito. Haverá, também, que proceder a prospecções na área envolvente do Menir da Maria Dias, tentando identificar a parte, ou fragmentos da parte superior deste monólito. Haverá que não descurar a hipótese da totalidade ou parte ter sido transportada, em qualquer época, para servir de pilar de alguma casa das redondezas, como terá acontecido com o menir de Campo Maior.

O Menir da Maria Dias possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas por GPS: X – 0613013; Y – 4375527.

15 – MENIR DO MONTE DO REGUENGO – Arronches

Cerca de quinhentos metros para NE da anta do mesmo nome, no topo de uma colina junto ao limite de uma barragem, onde se reconhecem restos de estruturas habitacionais e para gado, encontra-se tombado um monólito de granito, com cerca de 150 centímetros de comprimento e 80 de diâmetro máximo. Na área exposta evidenciam-se algumas covinhas, já pouco perceptíveis. Pela configuração do monólito, proximidade de um dólmen e presença de covinhas, poderemos afirmar que este bloco de granito, rudemente trabalhado pela mão humana, é um menir. Seguramente fora do seu local original, terá sido arrastado pelos construtores da cerca de gado que envolve parte da cumeeada desta colina. Pelos fragmentos cerâmicos encontrados no local, poderemos afirmar que estas estruturas remontarão, pelo menos, à Alta Idade Média, época provável em que o Menir do Monte do Reguengo terá sido arrastado para o local que actualmente ocupa. Pela sua configuração deveria fazer parte de um conjunto de menires, eventualmente um pequeno cromeleque, semelhante aos que na zona de Évora, recentemente, têm vindo a ser estudados por Manuel Calado e Mário Varela Gomes.

O Menir do Monte do Reguengo possui as seguintes coordenadas UTM, obtidas por GPS: X – 0656320; Y – 4324258.

COMENTÁRIO

Reúnem-se neste breve artigo informações relativas a treze menires isolados e a dois recintos. Dos quinze concelhos que englobam o distrito de Portalegre apenas aqui contemplámos catorze, deixando de fora o concelho de Elvas. A exclusão deste concelho justifica-se, quer pela sua não inclusão, na data de início deste inventário, na área abrangida pela Região de Turismo de S. Mamede que, indirectamente justificou este estudo, quer pela ausência de informações actualizadas sobre o megalitismo aí existente. A bibliografia disponível reporta-se aos anos cinquenta, saída da pena de Abel Viana e António Dias de Deus. Sabe-se que trabalhos



recentes promovidos pelo IPPAR têm vindo a ser desenvolvidos sobre o megalitismo de Elvas, mas, desses estudos, até ao momento, ainda não foi divulgada qualquer informação de carácter, propriamente, científico. Consta que a equipa que desenvolve esses estudos terá identificado um conjunto de menires, mas desconhece-se a sua localização e características. Teremos que aguardar pela sua global divulgação para, assim, obtermos uma leitura alargada da distribuição dos menires no Distrito de Portalegre.

Pela informação que aqui se reúne constata-se que não existe qualquer unidade, quer do ponto de vista da morfologia e dimensões, quer em termos espaciais. Os menires isolados, a sua maioria, apresentam formas e dimensões diversas. Neste grupo encontramos menires totalmente talhados pela mão humana e menires que resultaram do aproveitamento de afloramentos naturais. Entre estes, destaca-se o Menir dos Pombais, no concelho de Marvão que, a partir de um afloramento natural, a mão humana conferiu-lhe uma forma claramente fálica. Pelo contrário, o Menir dos Sete, situado no concelho de Monforte, poucos sinais apresenta de trabalho humano. A configuração natural do afloramento dispensou grande investimento de talhe. De entre os menires totalmente fabricados pelo homem também não se denota grande uniformidade. O Menir da Meada (Castelo de Vide) e o da Água da Cuba (Marvão), embora claramente fálicos, apresentam dimensões completamente díspares. O primeiro possui um comprimento de 7,52 metros e o segundo não ultrapassa os 137 cm. Entre as duas dimensões situam-se os menires da Casa Nova, no Crato e os dos Saragonheiros e Patalou, em Nisa. Do Menir do Corregedor, também, provavelmente, totalmente talhado pela mão humana, pouco sabemos, o mesmo se passando com o de Campo Maior, embora este indicie umas dimensões seguramente superiores aos dos de Marvão e Crato mas que dificilmente se aproximaria do da Meada. O Menir da Carrilha, em Monforte, e o do Monte do Reguengo, em Arronches, seguramente fora dos locais originais e provavelmente múltiplas vezes reutilizados, poucas informações nos poderão fornecer. Completamente distinto da forma cilíndrica e tendencialmente fálica que caracteriza os menires atrás referidos, conhece-se o Menir do Carvalhal, situado em Castelo de Vide. Obtido a partir de uma laje granítica, apresenta uma forma muito rara para os menires conhecidos. Largo e estreito, talhado em forma de triângulo, ultrapassa em altura acima do solo os 3 metros. A parte enterrada, estranhamente, apresenta também uma forma triangular. Pelas datas obtidas através dos carvões recolhidos nas terras junto aos calços, seríamos levados a considerá-lo apenas como um marco territorial medieval. Contudo, pelo contexto em que se insere, a menos de duzentos metros de um *habitat* pré-histórico, a presença de vários percutores esferóides junto à base e no interior do alvéolo e sobretudo a sua interligação espacial com os menires da Meada, Corregedor, Pombais, Maria Dias e, já em território espanhol, do menir da *Porra del Burro*, não o poderemos desafectar de um contexto pré-histórico. De forma e dimensões mais comuns com a maioria dos menires isolados conhecidos em Portugal, encontramos o do Patalou. A sua forma claramente fálica e seus quatro metros de comprimento aproximam-no da maior parte dos conhecidos na região de Évora – Reguengos.

Os dois conjuntos de menires conhecidos na área do Distrito de Portalegre, apresentam, também eles, aspectos distintos. Os menires do Alminho, ou Cromeleque do Alminho, como também é conhecido, junto a Montargil insere-se nas características que marcam os cromeleques e recintos megalíticos situados no Alentejo mais a Sul. Encontram semelhanças, tanto a nível de dimensões, implantação espacial, e sobretudo tratamento de superfícies, com os recintos megalíticos de Vale Maria, Portela de Mogos, ou mesmo Almendres. Todos estes recintos ocupam encostas suaves, os monólitos apresentam superfícies cuidadosamente trabalhadas e formas ovais alongadas. Os menires da Charneca do Vale de Sobral, situados no concelho de Nisa e, unicamente, com base na informação disponibilizada por Mário Varela Gomes e Pinho Monteiro, seus descobridores, parecem afastar-se, tanto na forma como nas dimensões, dos menires do Alminho. Maiores problemas interpretativos apresenta o Menir dos Saragonheiros. Se, de facto, se vier a confirmar que se trata de um menir e não de um esteio do corredor da anta que lhe fica junto, este menir constituir-se-ia como um grande marco sinalizador da entrada do espaço funerário. Se assim for, poderemos encontrar algum paralelismo, ainda que com um substancial afastamento espacial com a situação que ocorre com o menir e dólmen da Casa Nova, situados no limite norte do concelho do Crato. Também aqui, um menir e uma sepultura megalítica estão relativamente próximos, ainda que afastados algumas centenas de metros.

O Menir de Maria Dias, que seguramente se confirmará com uma escavação, reforçará a interpretação anteriormente apresentada por um de nós (J.O.), da existência no Nordeste Alentejano de uma linha de menires implantados ao longo da faixa de separação de dois territórios megalíticos.

Outro aspecto interessante, que se prende com alguns dos menires do Distrito de Portalegre e que os aproxima de outros conhecidos, tanto a Norte como a Sul, é a sua implantação, ou em contextos de *habitat*, ou nas proximidades de sepulcros megalíticos. O Menir dos Pombais (Marvão), situa-se no ponto mais dominante de um *habitat* com claros sinais de ocupação do Neolítico e onde a ocorrência de materiais calcolíticos também não está totalmente ausente. A poucas centenas de metros para poente encontram-se os vários monumentos que formam a necrópole megalítica da Ribeira da Sapateira. O Menir do Corregedor (Marvão) implantar-se-ia, algures, na área do *habitat* do mesmo nome, onde à superfície são visíveis cerâmicas atribuíveis às Idades do Bronze e do Ferro e cujas estruturas mais recentes poderão ocultar materiais de períodos anteriores. O Menir do Carvalhal (Castelo de Vide) e o Menir dos Sete (Monforte), como já anteriormente referimos, implantam-se, igualmente, no interior, ou nas imediações de *habitats* atribuíveis ao Neolítico. Parece, assim, que, embora não exista grande uniformidade morfológica entre os menires do Distrito de Portalegre, eles associam-se, na sua maioria, ou a ambientes de *habitat*, ou a dólmenes.

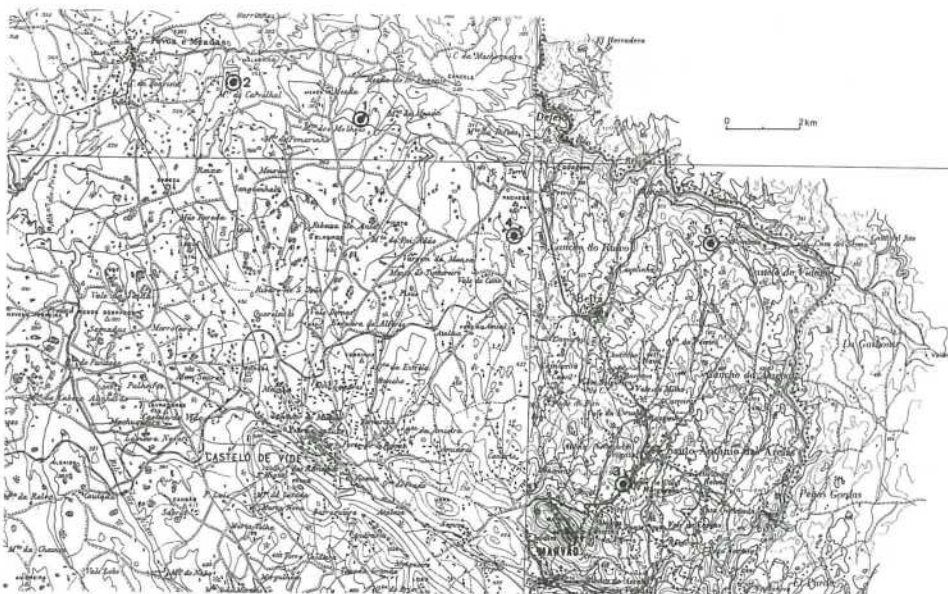
No que se reporta à sua inserção espacial, também neste aspecto denotamos características distintas. Menires como o da Meada, Carvalhal, Patalou, Maria Dias e Corregedor, ou mesmo o dos Sete, ocupam locais de grande visibilidade. Pelo contrário, o Menir da Casa Nova e sobretudo o da Água da Cuba, quer pelas suas pequenas dimensões, mas, sobretudo, pelo local onde foram implantados, parecem esconder-se



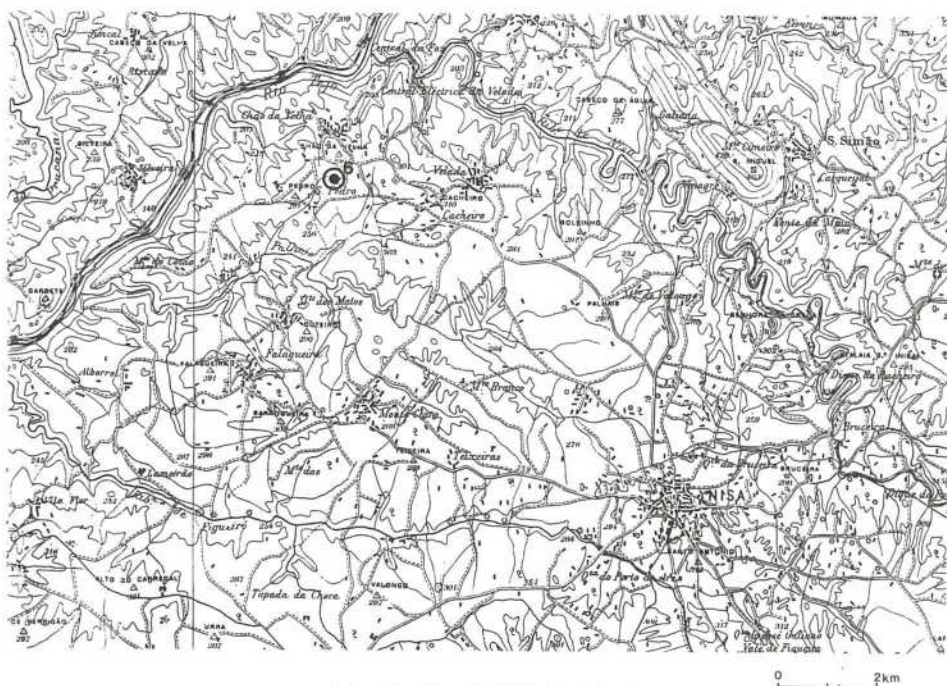
entre a paisagem que os envolve. Se atendermos ao tipo de solos onde se localizam, verificamos, pelo menos neste aspecto, e considerando unicamente os que se encontram *in situ*, que as terras envolventes apresentam, actualmente, poucas aptidões agrícolas. Tratam-se de solos leves e não muito distantes de cursos de água de curso anual. São, deste modo, terrenos claramente compatíveis com a tecnologia agrícola das primeiras comunidades, cuja base económica assentava na agricultura.

Com este breve artigo mais não se pretende do que apresentar um ponto da situação relativo ao conhecimento sobre os menires até agora publicados, ou por nós identificados no distrito de Portalegre. Mais referências se conhecem a outros prováveis menires, mas que, ou porque se encontram suficientemente referenciados, ou porque ainda não os conseguimos relocalizar, aqui não se descrevem. Neste grupo incluem-se os prováveis menires situados nas imediações da Ponte de Sor, recentemente publicados na *Carta Arqueológica* daquele concelho e outro pequeno menir que na década de oitenta identificámos em Campo Maior, mas que neste momento ainda não foi possível relocalizar. Por informação oral, gentilmente prestada pelo Dr. Joaquim Carvalho, sabemos que mais um menir foi, recentemente, identificado nas imediações do Castelo Velho, em Castelo de Vide e cuja notícia sairá no número 9 da Revista *Ibn Maruán*.

Quando, há menos de vinte anos, apenas se conheciam três ou quatro referências a menires no Distrito de Portalegre, actualmente este número poderá ascender a cerca de vinte. Seguramente, muitas mais referências começarão a aparecer se os estudos arqueológicos se alargarem a outros concelhos menos investigados, ou se se promoverem novos levantamentos arqueológicos nesta região. Conhecendo-se, actualmente, perto de seis centenas e meia de dólmenes na área dos quinze concelhos que formam o Distrito de Portalegre, seguramente que o número de menires deverá ultrapassar, em muito, o valor agora disponível.



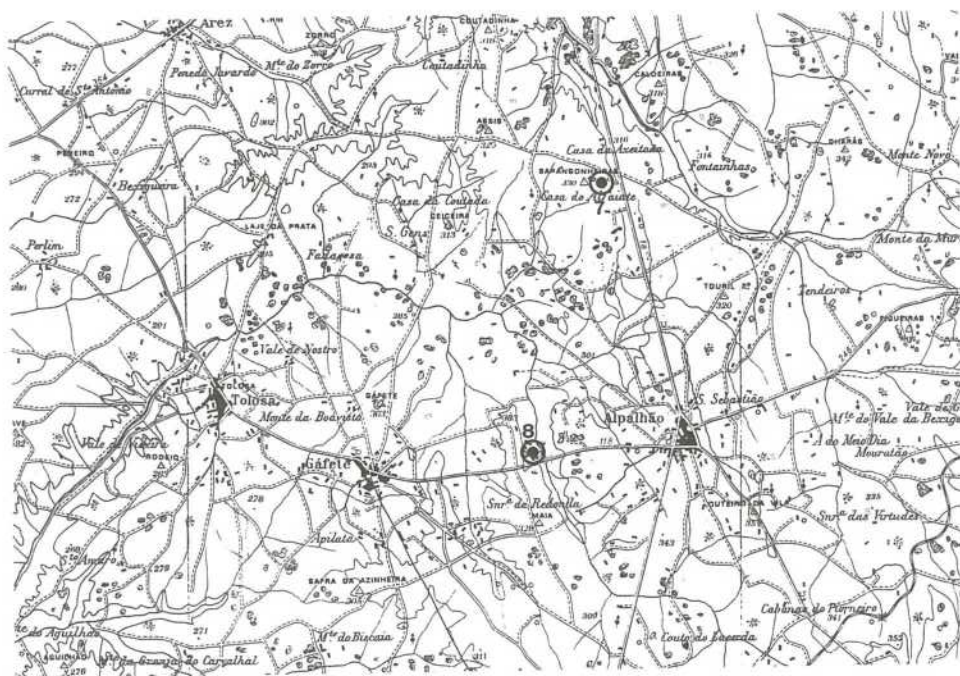
n.º 1 – Menir da Meada n.º 2 – Menir do Carvalho n.º 3 – Menir da Água da Cuba n.º 4 – Menir do Corregedor n.º 5 – Menir dos Pombais.



n.º 6 – Menires do Vale do Sobral

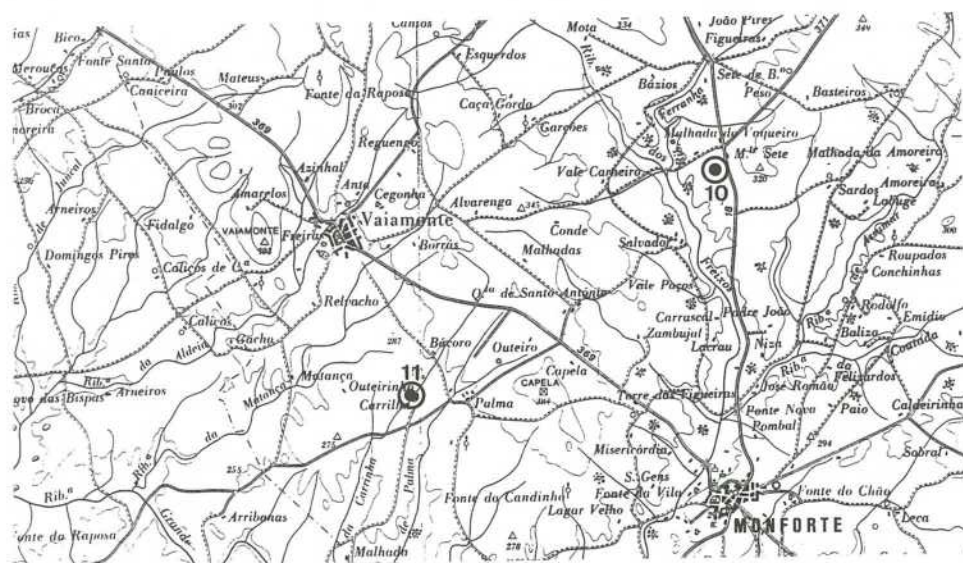
Menires do Distrito de Portalegre





n.º 7 – Menir dos Saragonheiros n.º 8 – Menir da Casa Nova.

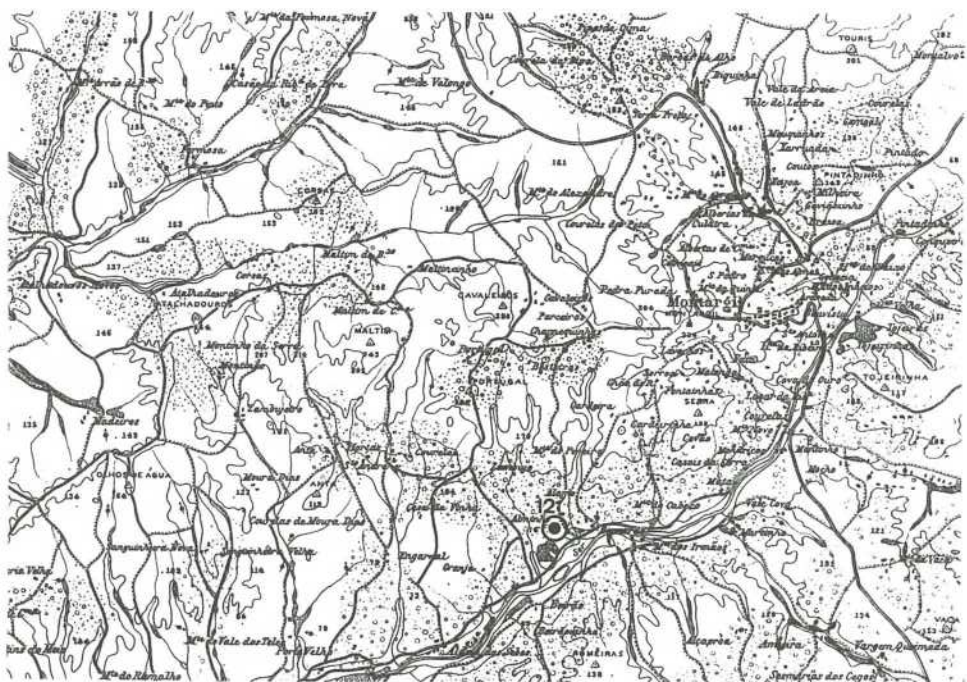
0 2km



n.º 10 – Menir do Sete n.º 11 – Menir da Carrilha.

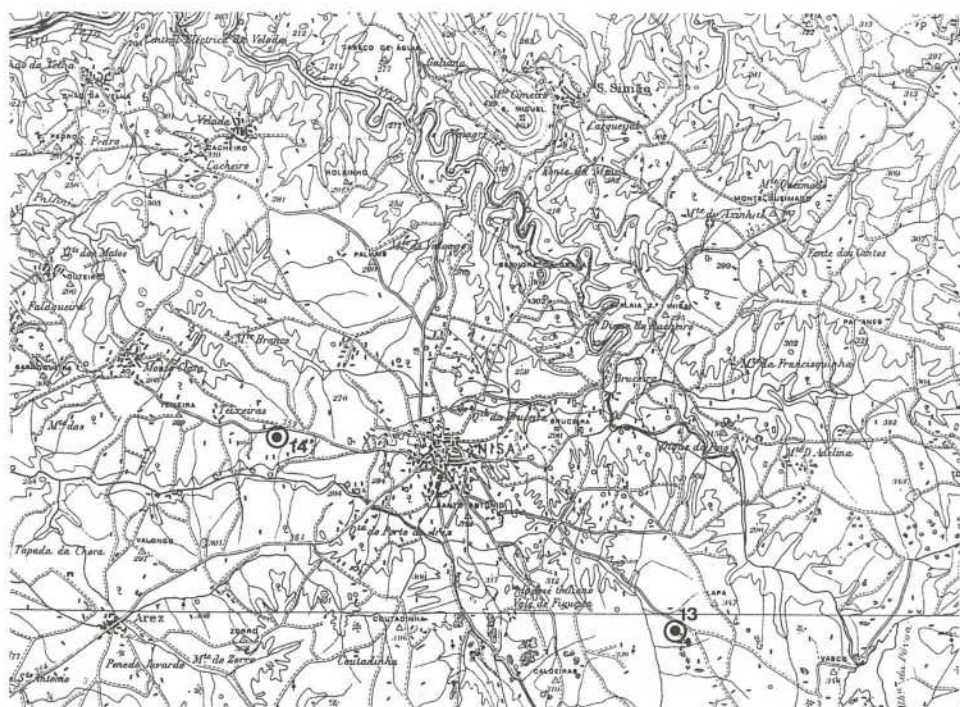
0 2km





n.º 12 – Menir do Alminho.

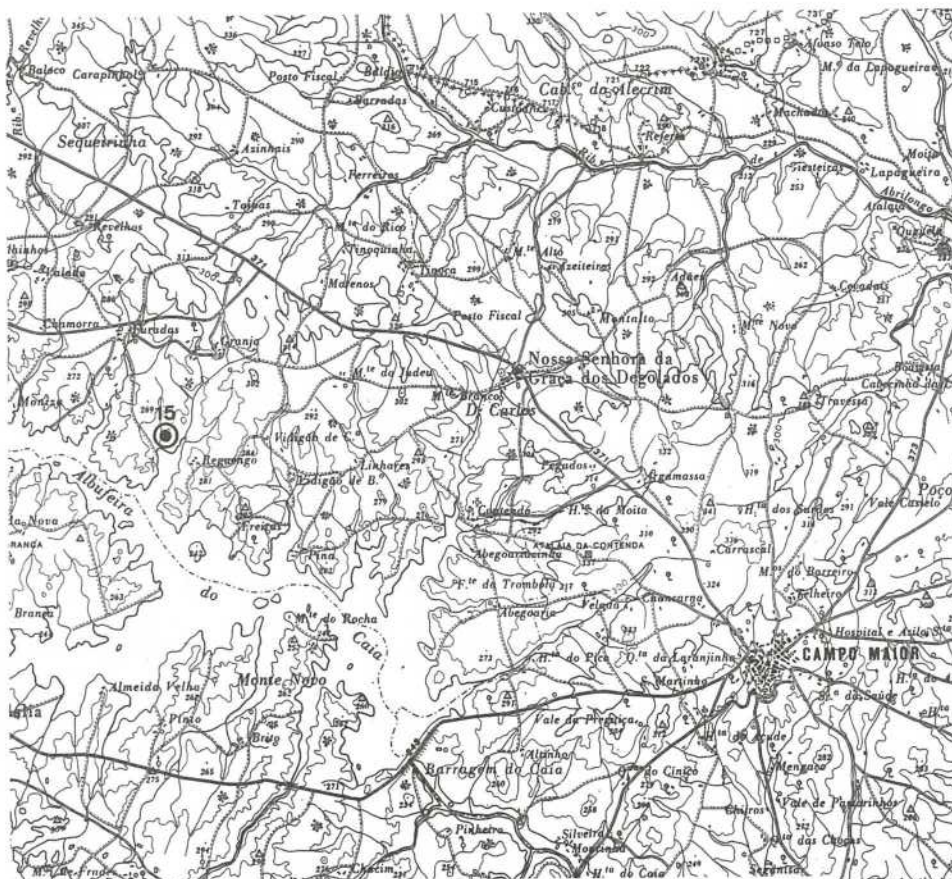
0 2km



n.º 13 – Menir do Papalou n.º 14 – Menir de Maria Dias.

0 2KM



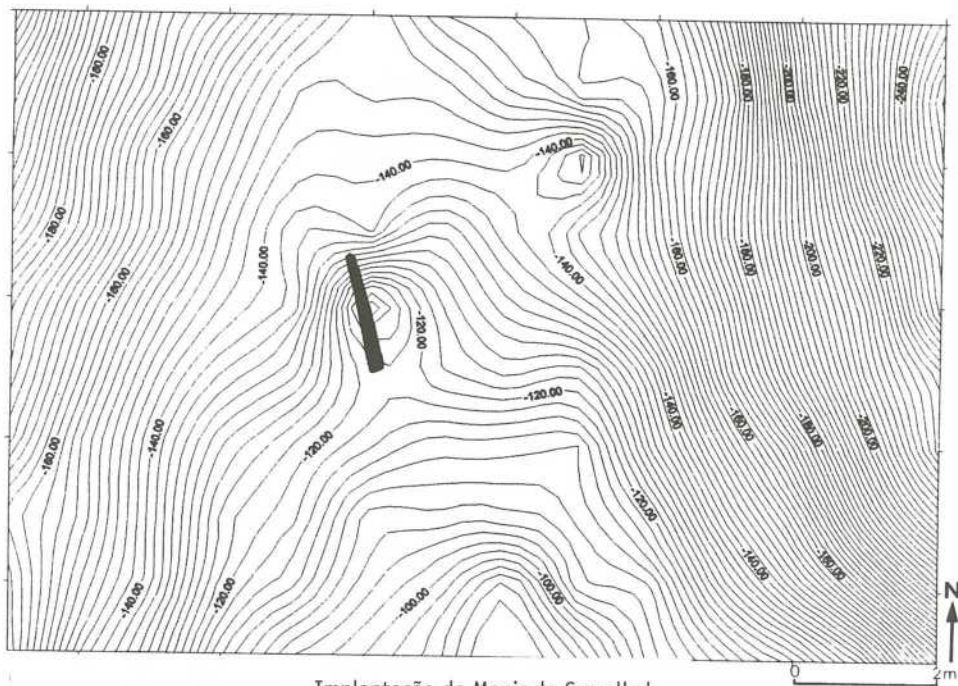


n.º 15 – Menir do Reguengo

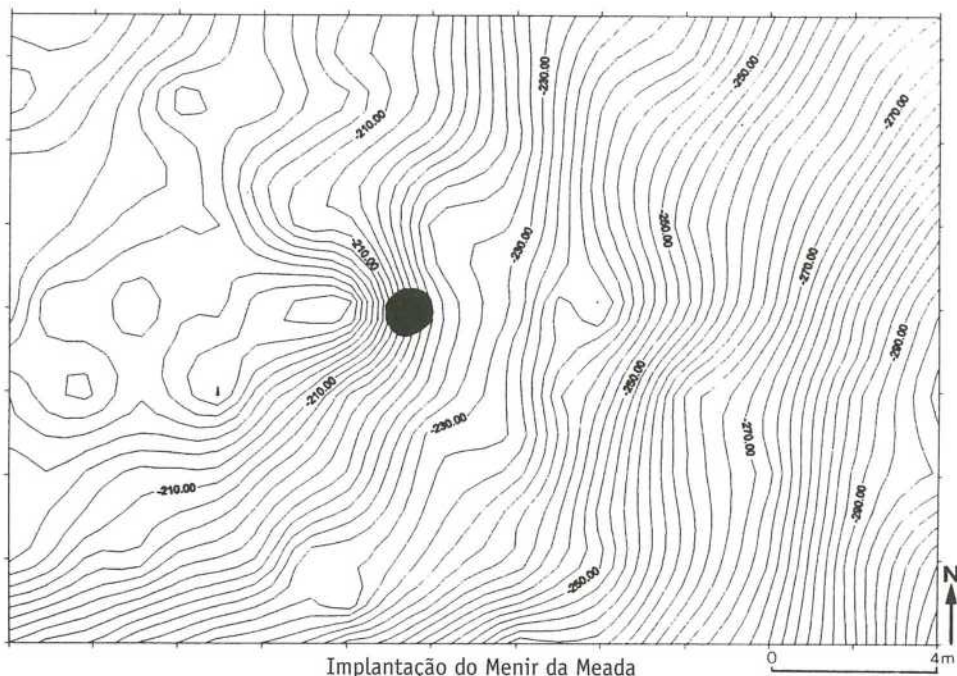


Antropomorfo gravado no Menir da Água da Cuba – Marvão





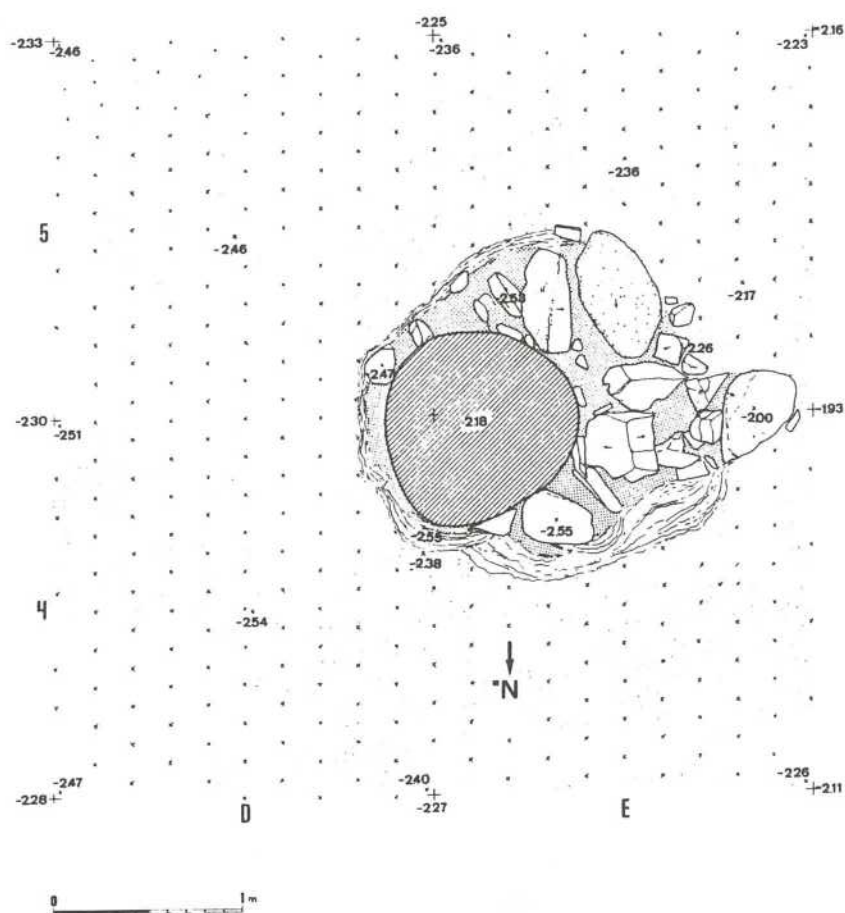
Implantação do Menir do Carvalhal



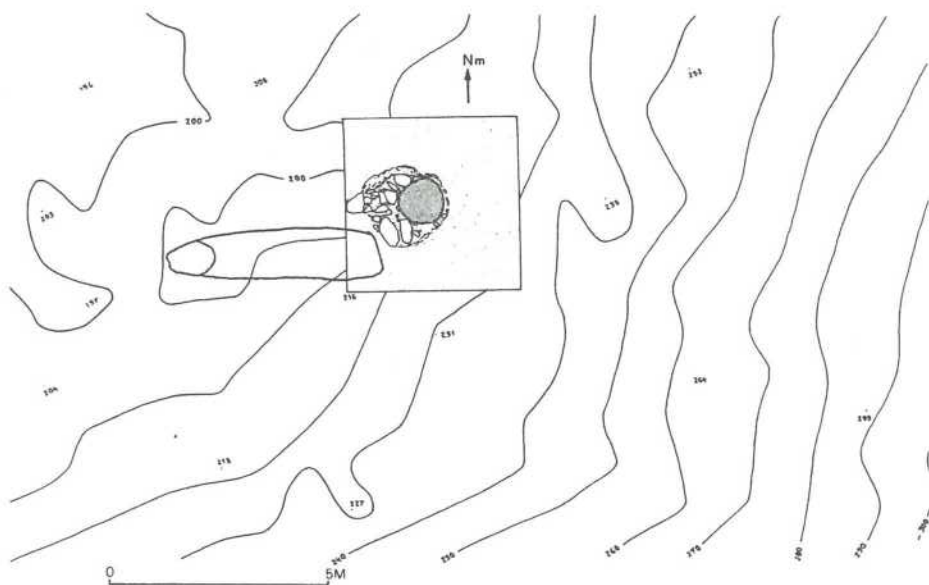
Implantação do Menir da Meada

Menires do Distrito de Portalegre

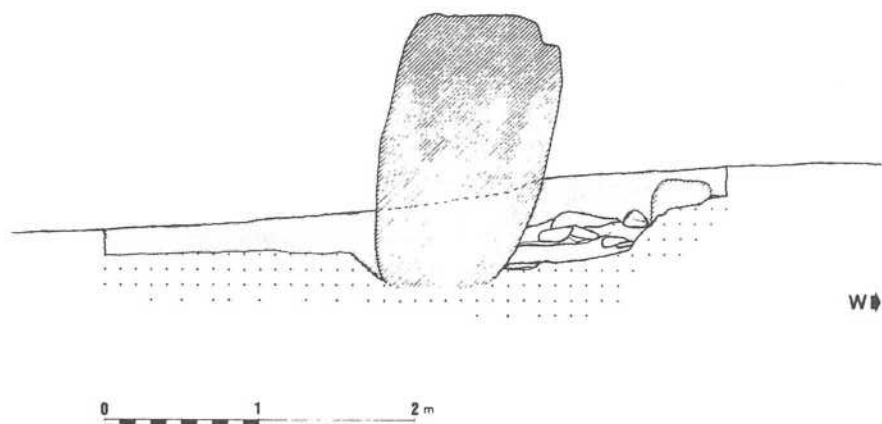




Alvéolo do Menir da Meada

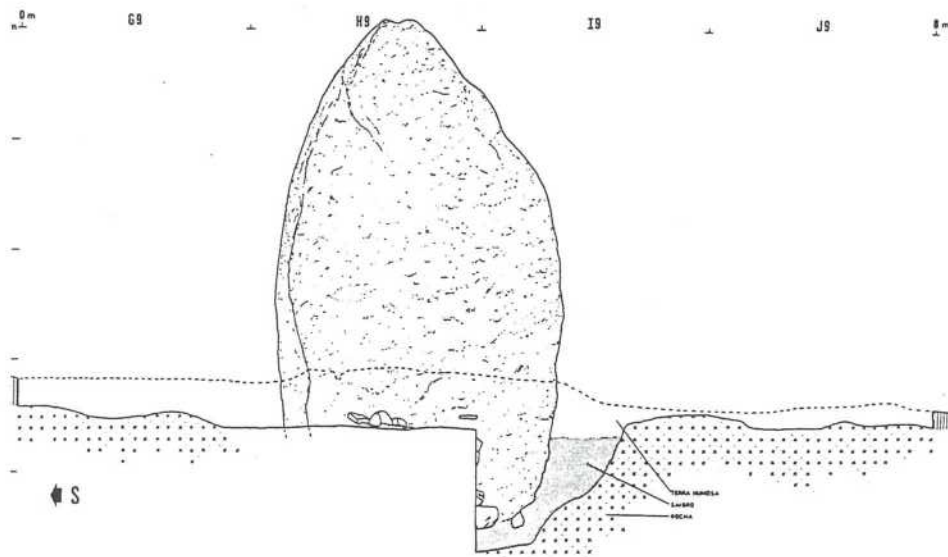


Área escavada do Menir da Meada

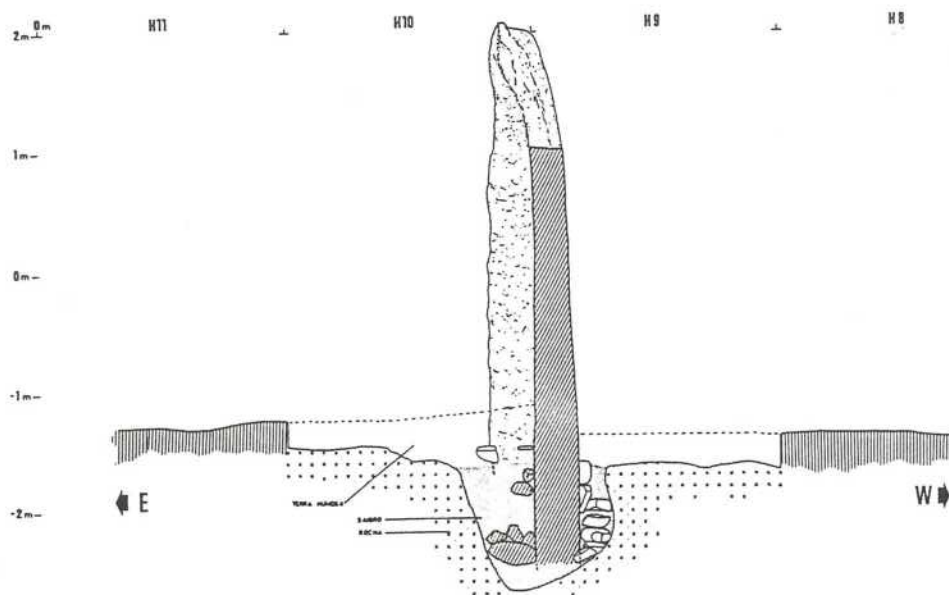


Corte estratigráfico do Menir da Meada

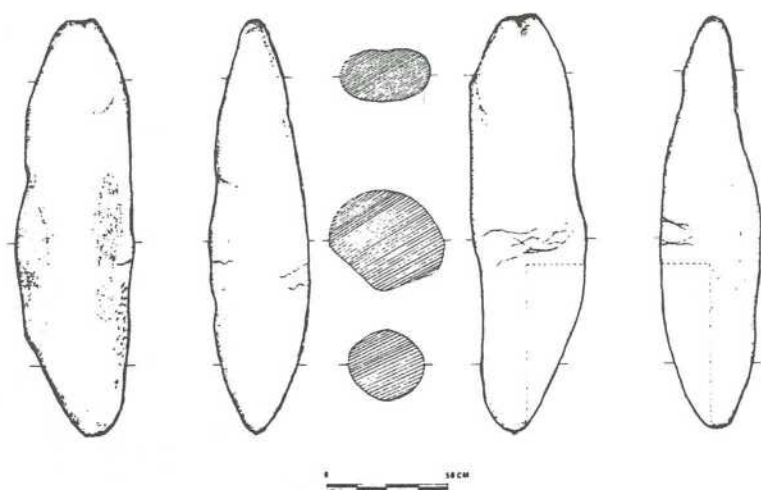
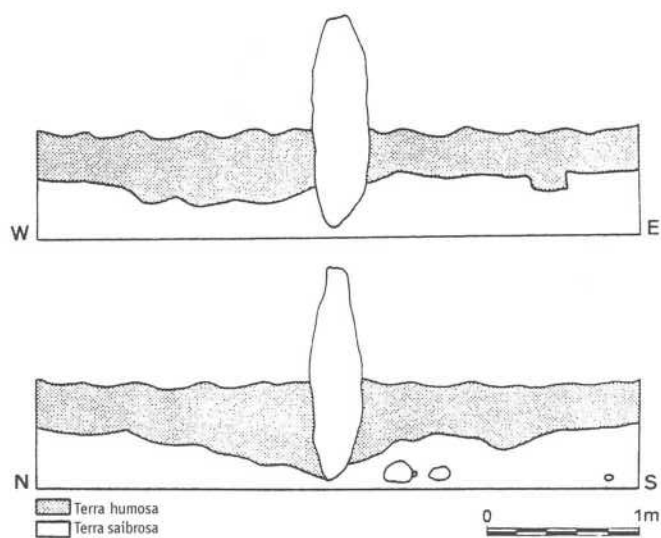




Corte estratigráfico do Menir do Carvalhal

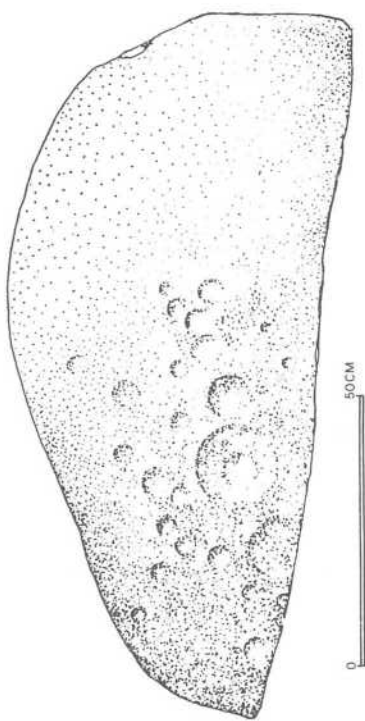


Corte estratigráfico do Menir do Carvalhal



Menir da Água da Cuba





Menir 1 do Vale Sobral
(Segundo P. Monteiro e M. V. Gomes)



Menir do Corregedor – Marvão



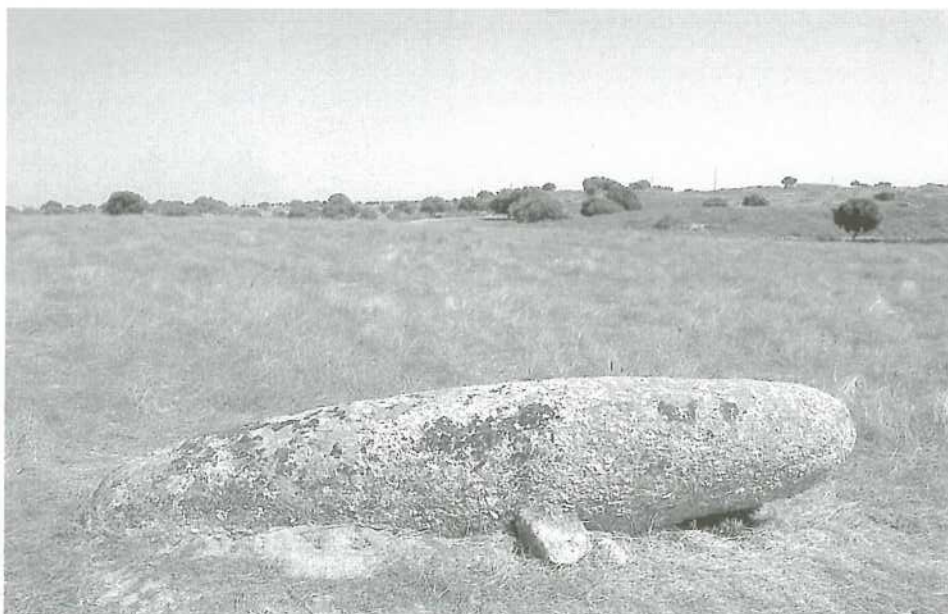
Menir do Carvalhal – Castelo de Vide



Menir da Água da Cuba – Marvão

Menires do Distrito de Portalegre





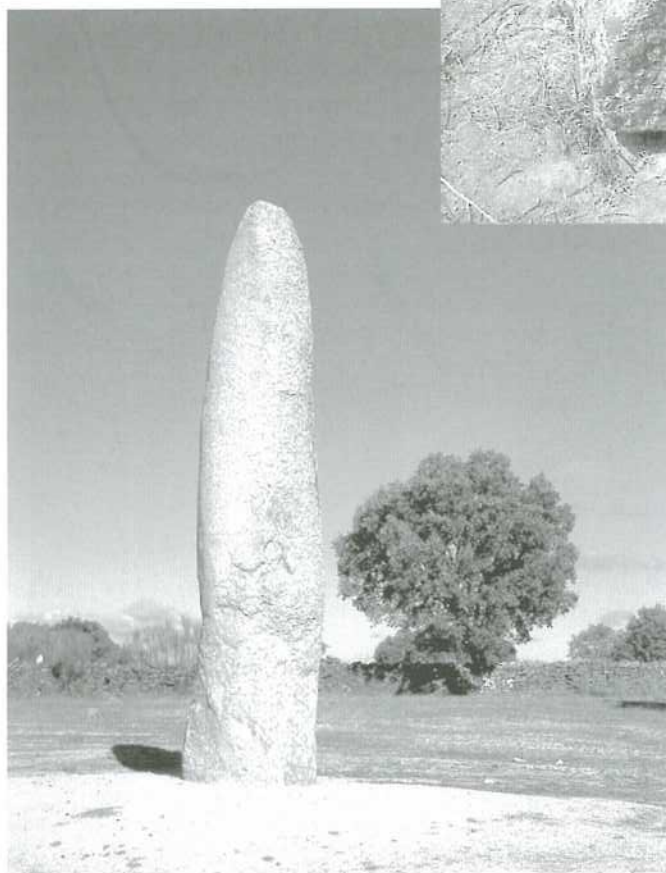
Menir do Patalou – Nisa



Menir da Casa Nova – Crato



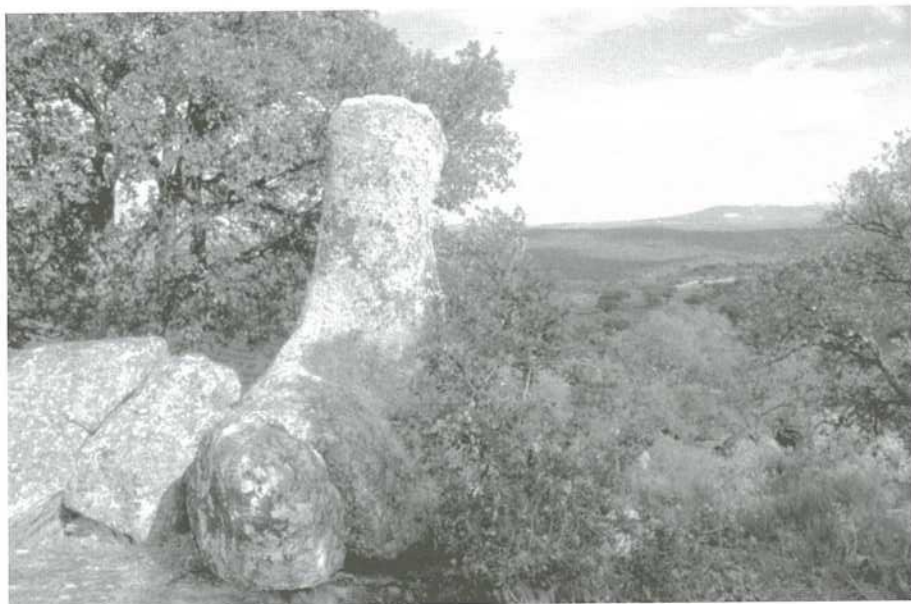
Menir dos Saragonheiros – Nisa



Menir da Meada –
Castelo de Vide

Menires do Distrito de Portalegre

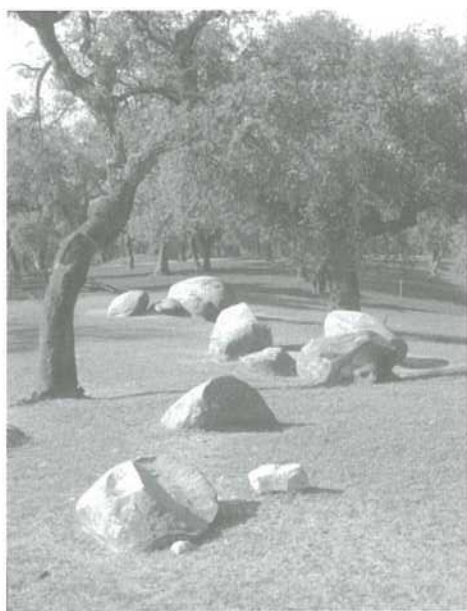




Menir dos Pombais – Marvão



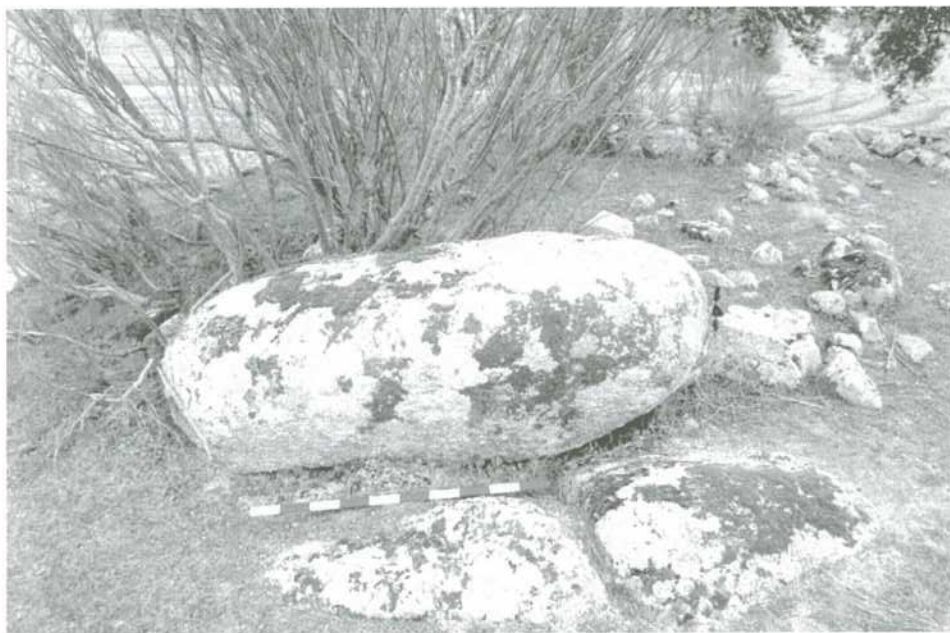
Menir de Campo Maior



Menir do Alminho – Ponte de Sor

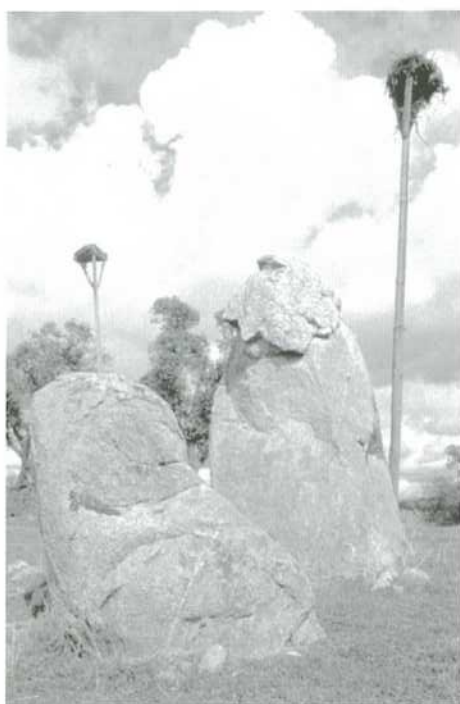


Menir (?) junto à estrada Arronches –
– Campo Maior



Menir do Monte do Reguengo – Arronches





Menir do Sete – Monforte



Menir da Carrilha – Monforte



Alvéolo do Menir da Meada – Castelo de Vide





Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide



Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide

Menires do Distrito de Portalegre





Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide



Recuperação do Menir da Meada
– Castelo de Vide

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J. Monteiro de (1940); "O Menhir de Luzim (Penafiel)", *Gongresso do Mundo Português, Memória e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História*, Vol. I.
- BASSO, Júlio (1911); "Antas nos concelhos do Crato, Nisa e Castelo de Vide", *O Archeólogo Português*, Vol. I, Lisboa.
- BARATA, J. Pedro Martins (1965); "O Menir da Meada", *Ethnos*, 4, Lisboa.
- CANINAS, J. C. Pires e HENRIQUES, F. J. (1985); "Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa", in *Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- Idem (1987); "Megalitismo de Vila Velha de Ródão e Nisa", in *Arqueologia no Vale do Tejo*, I.P.P.C., Lisboa.
- CARBALLO, Gonzalo Muñoz (1983); "Menhires de Valencia de Alcantara", *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueologia*, n.º17, Junio, Madrid.
- COSTA, F. A. Pereira da (1868); *Monumentos Prehistoricos – Descrição de alguns Dolmens ou Antas de Portugal*, Typ. da Acad. Real das Ciências.
- DIAS, Ana Carvalho e OLIVEIRA, Jorge Manuel (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.
- DIEGUEZ LUENGO, Elías (1965); "Nuevas Aportaciones a la prehistoria de Extremadura", *Zephyrus*, XVI, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- Idem (1976); "Los Dolmenes de Valencia de Alcantara", in *V Congreso de Estudios Extremeños*, Badajoz.
- GONÇALVES, J. Pires (1970); "Menires de Monsaraz", *Arqueologia e História*, 9.ª série, Vol II.
- GRUPO PONTIS; *Carta arqueológica da Ponte de Sor*, C.M.P.S. (no prelo).
- HENRIQUES, F. J. R. e CANINAS, J. C. P. (1980); *Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*, N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.
- Idem (1986); *Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa*, N.R.I.A. Vila Velha de Ródão.
- LEISNER, George e Vera (1943); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel: Der Suden*, Walter de Gruyter, Berlin.
- Idem (1956); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem (1959); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (2)*, Walther de Gruyter, Berlin.
- Idem (1965); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (3)*, Walter de Gruyter, Berlin.
- MONTEIRO, J. Pinho, e GOMES, Mário Varela (1977); "Os Menires da Charneca do Vale do Sobral – Nisa", *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.



- OLIVEIRA, Jorge (1985); "O Menhir da Água da Cuba – Marvão", in *Actas das 1^{as}. Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- Idem (1986); *A Estela Decorada da Tapada da Moita*, Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- Idem (1990); "Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano", in *Actas do 1º Encontro Regional de História*, Universidade de Évora, Évora.
- Idem (1993); "Conservação de Monumentos Megalíticos – Aspectos de uma problemática", *Correio da Natureza*, n.º17, Serviço de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- Idem (1993); "O Rio Sever e as Fronteiras no 3.º Milénio A.C.", in *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão.
- Idem (1995); "A Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.
- Idem (1996); "Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede", *Ibn Maruán*, n.º6, Câmara Municipal de Marvão (em colaboração com António Bairinhas e Carmen Balesteros).
- Idem (1998); *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Ed. Colibri, Lisboa.
- RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975); *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.
- SILVA, Possidónio da (1878); *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa.
- VEIGA, S. F. M. Estácio da (1886); *Antiguidades Monumentais do Algarve – tempos prehistoricos*, Vol. I, Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G., CARVALHOSA, A. B. (1974); *Nota Explicativa da Carta Geológica de Montargil n.º 31 D*, Serviços Geológicos de Portugal.

A Anta II de S. Gens (Nisa)

Ficha Técnica

Direcção de Escavação: Jorge de Oliveira.

Co-direcção de escavação: José Dinis Murta.

Escavação: Carmen Balesteros, Ana Cristina Rosário, Nuno Miguel Cebola, Tiago Miguel Botas, José Maria Tremoço, David Miguel Murta, Anabela Miguens Videira, Maria João Charrinho, Luís Miguel Carita, Sérgio Manuel Paixão, Pedro Miguel Pereira, Luís Miguel Temudo, Alexandre M. São Pedro e Paulo José Mendes.

Desenho de Materiais: Secção de Arqueologia da C. M. de Castelo de Vide, Madalena Vaz Freire e Jorge de Oliveira.

Desenho de Estruturas: Jorge de Oliveira e Clara Oliveira.

Apoios: Câmara Municipal de Nisa, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Instituto Português da Juventude, Universidade de Évora e Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO

A Anta II de S. Gens localiza-se a 420 metros para poente da Anta I e Capela de S. Gens, na freguesia do Espírito Santo, Concelho de Nisa, e possui as seguintes coordenadas do sistema UTM, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, folha n.º 334, de 1969:

X – 13 95

Y – 67 50

Em terrenos agrícolas drenados pela bacia hidrográfica da Ribeira de Sor, a Anta II de S. Gens implanta-se numa cota de 294 metros.

2. O MONUMENTO ANTES DA ESCAVAÇÃO

A anta II de S. Gens, noticiada desde 1959 (Leisner e Leisner, 1959), era praticamente desconhecida da população que habita ou trabalha na região. O desconhecimento da presença desta anta era originado pela pouca altura dos esteios,



por ter servido, ao longo dos anos, de depósito de pedras e por estar praticamente coberta por uma frondosa figueira implantada no interior da câmara.

Para alguns pastores que na região apascentam os seus rebanhos de ovelhas e cabras, "*as pedras empinadas foram ali postas para que o gado não se arrimasse à figueira*". Apenas os monumentos megalíticos dos Saragonheiros e o que se localiza a poucos metros para norte da capela de S. Gens eram conhecidos localmente.

Da anta II de S. Gens, antes da escavação, eram apenas visíveis sob a copa da figueira três esteios que delimitavam a câmara e um outro monólito tombado, provavelmente, pertencente ao corredor. A câmara apresentava-se coberta por abundantes blocos de granito aí depositados durante as fainas agrícolas. Por forma a melhor receber as pedras retiradas dos campos, dois pequenos muros de pedra seca foram construídos no local onde se teria aberto o corredor e junto ao esteio de cabeceira.

3. ESCAVAÇÃO DO MONUMENTO

3.1. Limpeza e marcação do terreno

Os trabalhos de escavação decorreram em duas campanhas, respectivamente nos meses de Setembro de 1993 e 1994.

A primeira campanha iniciou-se com a limpeza do monumento e área envolvente. Retiraram-se as pedras soltas que se acumulavam no interior do espaço funerário e procedeu-se à raspagem das ervas que envolviam a anta. Verificou-se logo nessa altura que as raízes da figueira ameaçavam já a estabilidade de, pelo menos, três esteios, os de maiores dimensões, tornando-se, portanto, inevitável o corte da árvore. Contudo, pela sombra que proporcionava, nesse quente mês de Setembro, adiou-se, até ao final da escavação, o corte da frondosa árvore.

Limpa a área de escavação, procedeu-se à construção de um pilar em alvenaria, implantado quinze metros para norte da anta. No topo deste pilar, com uma altura de 137 centímetros, estabeleceu-se o ponto de cota 0,00 m, a partir do qual se leram as altimetrias da escavação. Paralelamente à construção deste pilar, marcou-se uma rede de quadrículas de 2 X 2 metros de lado a partir de dois eixos ortogonais orientados respectivamente a Norte-Sul e Este-Oeste, magnéticos. Todos os vértices destas quadrículas foram cotados.

3.2. Decapagens e Estratigrafia

Os trabalhos de escavação iniciaram-se em três locais distintos: corredor, câmara e mamoa. As inúmeras raízes da figueira, que se espalhavam por toda a câmara e por parte do corredor, impossibilitaram que as decapagens decorressem normalmente.

A terra encontrava-se muito revolvida, registando-se, até uma profundidade média de trinta e cinco centímetros, grandes blocos de pedra e fragmentos de cerâmica do presente século, misturados com fragmentos de *tegulae* e arames de fardos de palha (Nível 1). A presença romana e alto-medieval nesta região está bem documentada pelos abundantes materiais que se encontram em redor da anta I de S. Gens e pelas sepulturas escavadas na rocha, que neste local também se conhecem.

Por entre o nível de revolvimento, que coincidia com a maior concentração de raízes, começaram a detectar-se, no interior da câmara, alguns fragmentos ósseos, com vestígios de fogo, associados a fragmentos de cerâmica (Nível 2). Era notório que estes restos ósseos se isolavam em autênticas bolsas funerárias. Os materiais que se lhes associavam, apresentavam-se muito fracturados e alguns também com vestígios dos efeitos do fogo. Sob este nível de terra escura, seguia-se outro (Nível 3), composto por terra mais clara e compacta, onde se recolheram materiais melhor conservados. Estes restos ósseos, embora muito afectados pela acidez do terreno e pelas raízes, indiciavam tumulações primárias. Ainda que deficientemente conservados, pareciam posicionar-se em conexão anatómica. Esta constatação só foi registada junto aos esteios, local onde as raízes da figueira não perturbaram tanto os depósitos funerários. Na base deste nível, que se prolongou até ao solão granítico do monumento, registou-se a maior concentração de materiais. Estes distinguiram-se dos detectados no nível anterior, sobretudo, pelo seu melhor estado de conservação e pela menor frequência de placas de xisto. Na câmara, ao atingir-se o solão, a estabilidade da figueira punha já em perigo a segurança da equipa, tornando-se necessário o seu corte e remoção da raiz.

Os trabalhos desenvolvidos no corredor decorreram mais lentamente. O número de pessoas e a compactação da terra originaram que apenas se tivesse procedido durante a primeira campanha a duas decapagens. A conclusão da escavação do corredor só se efectuou no Verão de 1994, vindo a revelar uma assinalável ausência de materiais, provocada, provavelmente, pelo estado de destruição em que se encontrava a entrada do monumento. Os dois únicos esteios que compunham este corredor encontravam-se arrancados e deslocados dos respectivos alvéolos e o reduzido espólio detectado apresentava-se fracturado e muito disperso.

Os trabalhos efectuados na mamoa, onde se escavaram catorze quadrículas de 2 X 2 metros, mostraram que a provável estrutura lítica que envolveria o monumento tinha desaparecido quase totalmente. Se alguma vez existiu, dela apenas subsistiram alguns blocos de granito directamente encostados aos esteios.

Após a escavação, procedeu-se à reimplantação dos dois esteios do corredor e ao enchimento do espaço funerário com as pedras que já anteriormente tinham sido depositadas no monumento, durante os trabalhos agrícolas. Com a terra crivada, cobriu-se, posteriormente, toda a área afectada, reforçando-se, com blocos de granito, a estabilidade dos esteios do corredor.

4. ARQUITECTURA

A anta II de S. Gens inclui-se no grupo dos monumentos de corredor curto de câmara bem diferenciada em planta e alçado. O corredor é formado por dois longos blocos de granito, dispostos longitudinalmente, parecendo alargar junto à entrada. A câmara teria sido originalmente formada por oito esteios, dos quais se destaca o de cabeceira. Este, mais largo e grosso, localiza-se em frente ao corredor. Alguns centímetros a poente do esteio de cabeceira, na área da mamoa, encontra-se uma laje de granito, de forma arredondada, que poderá ter pertencido à cobertura da câmara.



Os esteios, todos de granito, foram implantados em alvéolos abertos no solão de base e calçados, interna e externamente, com pedras e saibro calcado. A base do monumento apresenta-se pouco regularizada, destacando-se alguns abatimentos, quer na área da câmara, quer na área do corredor. Da estrutura lítica da mamoa apenas subsistem alguns elementos junto aos esteios. As contínuas lavouras praticadas em torno do monumento provocaram a destruição total da mamoa que cobriria originalmente toda a anta.

Os materiais recolhidos durante a escavação desta anta foram depositados na Câmara Municipal de Nisa. O material ósseo encontra-se para estudo no Instituto de Antropologia de Coimbra. Duas amostras de ossos foram enviadas para datação, em 1995, para o INETI, aguardando-se os resultados.

ANTA II DE S. GENS – NISA

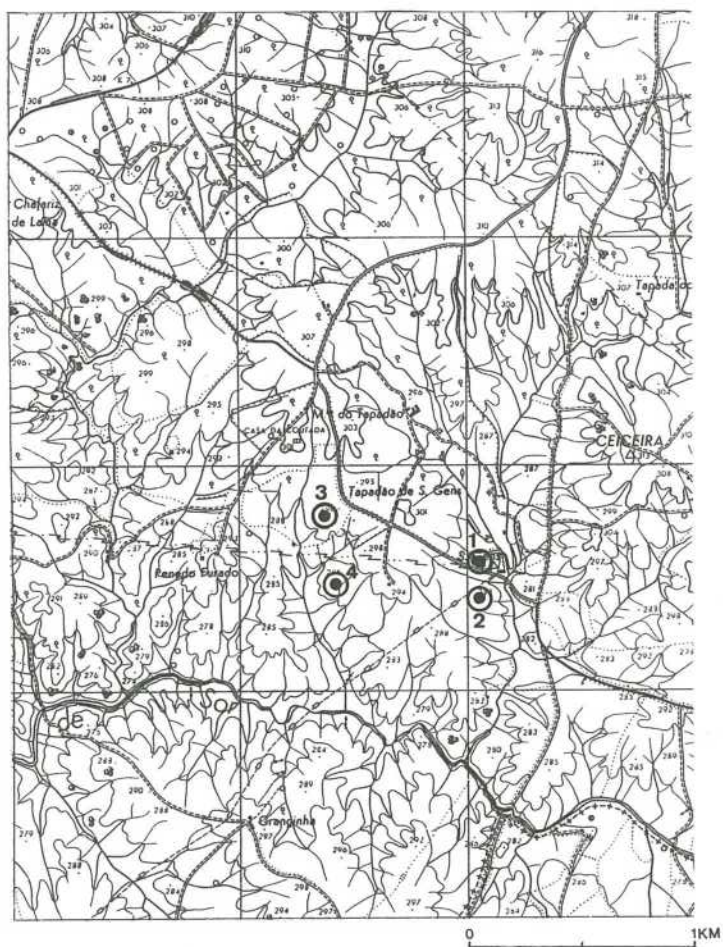
LISTA DE MATERIAIS

N.º	OBJECTO	MATERIAL	QUAD.	X	Y	Z	OBSERVAÇÕES
1	Vaso	Cerâmica	J11	130	180	-252	
2	Vaso	Cerâmica	I10	140	150	-241	
3	Vaso	Cerâmica	I11	170	0,50	-237	
4	Vaso	Cerâmica	J11	150	150	-241	
5	Vaso	Cerâmica	J12	0,10	0,30	-246	
6	Vaso	Cerâmica	J10	130	185	-252	
7	Vaso	Cerâmica	J11	150	120	-232	
8	Ídolo-Placa	Xisto	J10	0,60	160	-242	
9	Ídolo-Placa	Xisto	I11	170	0,50	-241	
10	Ídolo-Placa	Xisto	I11	143	110	-246	
11	Machado	Anfibolite	J11	160	0,50	-252	
12	Lamela	Sílex					Crivo
13	Geométrico	Sílex	L11			-220	Crivo
14	Geométrico	Sílex	L11			-252	Crivo
15	Lâmina (frag.)	Sílex	I11	160	0,40	-140	
16	Lasca	Sílex				-220	Câmara – revolvimento
17	Lâmina (frag.)	Sílex	J10				Crivo
18	Lâmina (frag.)	Sílex	L10	0,30	170	-240	Mamoa
19	Resto de talhe	Sílex					Crivo
20	Ponta de seta	Sílex	L11			-249	Crivo

N.º	OBJECTO	MATERIAL	QUAD.	X	Y	Z	OBSERVAÇÕES
21	Ponta de seta	Sílex	L11				Crivo
22	Seixo	Quartzito					Mamoa
23	Percutor	Quartzito	J12	0,60	0,80	-255	
24	Percutor	Quartzito					Mamoa
25	Seixo	Quartzito	I11	100	110	-250	
26	Vaso (frag.)	Cerâmica					Câmara – revolvimento
27	Vaso	Cerâmica	J11	0,55	185	-242	
28	Vaso	Cerâmica	I11	190	0,10	-251	
29	Ponta de seta	Quartzito	J10	140	0,25	-241	
30	Resto de talhe	Sílex	J10				Revolvimento
31	Lasca	Sílex				-233	Corredor – revolvimento
32	Lasca	Sílex	L11				Crivo
33	Lâmina (frag.)	Sílex	J11	120	163	-252	
34	Cristal	Quartzito	J10				Revolvimento
35	Lamela	Sílex	J10				Crivo
36	Lâmina (frag.)	Sílex	J11			-252	Crivo
37	Lâmina	Sílex	J10				Superfície
38	Geométrico	Sílex	J11			-251	Crivo
39	Lâmina (frag.)	Sílex					Superfície
40	Geométrico	Sílex					Superfície
41	Machado	Anfibolite	J10	120	120	-252	
42	Seixo	Quartzito	J11			-252	Revolvimento
43	Seixo	Quartzito	J10				Revolvimento
44	Ídolo-placa	Xisto	I11	160	100	-142	Revolvimento
45	Ídolo-placa	Xisto	I11	100	200	-255	Revolvimento
46	Movente	Granito					Superfície
47	Seixo	Quartzito	J11			-251	Revolvimento
48	Vaso (frag.)	Cerâmica	J11				Revolvimento
49	Vaso	Cerâmica	I11	140	0,05	-238	
50	Vaso (frag.)	Cerâmica	J10	0,15	0,35	-242	Revolvimento
51	Vaso (frag.)	Cerâmica	J10				Revolvimento
52	Vaso	Cerâmica	J10	0,60	100	-255	
53	Vaso	Cerâmica	J10	140	0,25	-241	
54	Vaso	Cerâmica	J12	150	0,15	-252	
55	Vaso	Cerâmica	J10	0,45	170	-242	
56	Vaso	Cerâmica	J10	0,24	200	-245	
57	Peso de Tear	Cerâmica					Romano – superfície
58	Seixo	Quartzito					Mamoa
59	Geométrico	Sílex	J12	0,30	100	-265	
60	Resto de talhe	Sílex	L11	100	100	-227	
61	Enxó	Xisto	L11	110	130	-266	

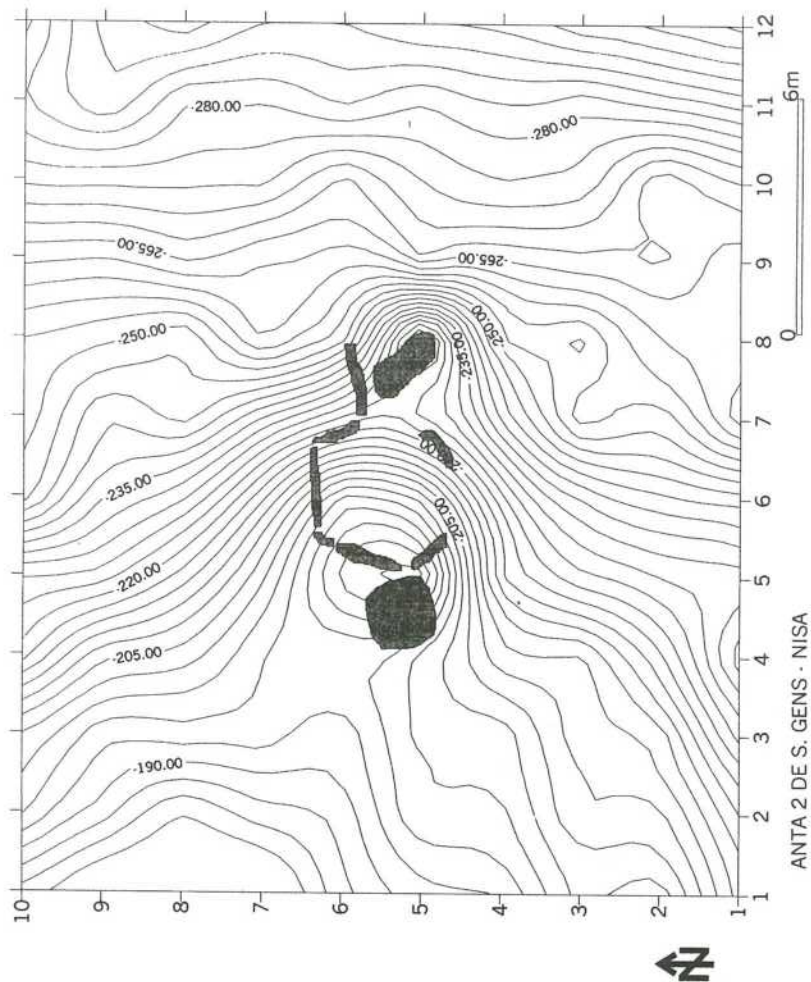


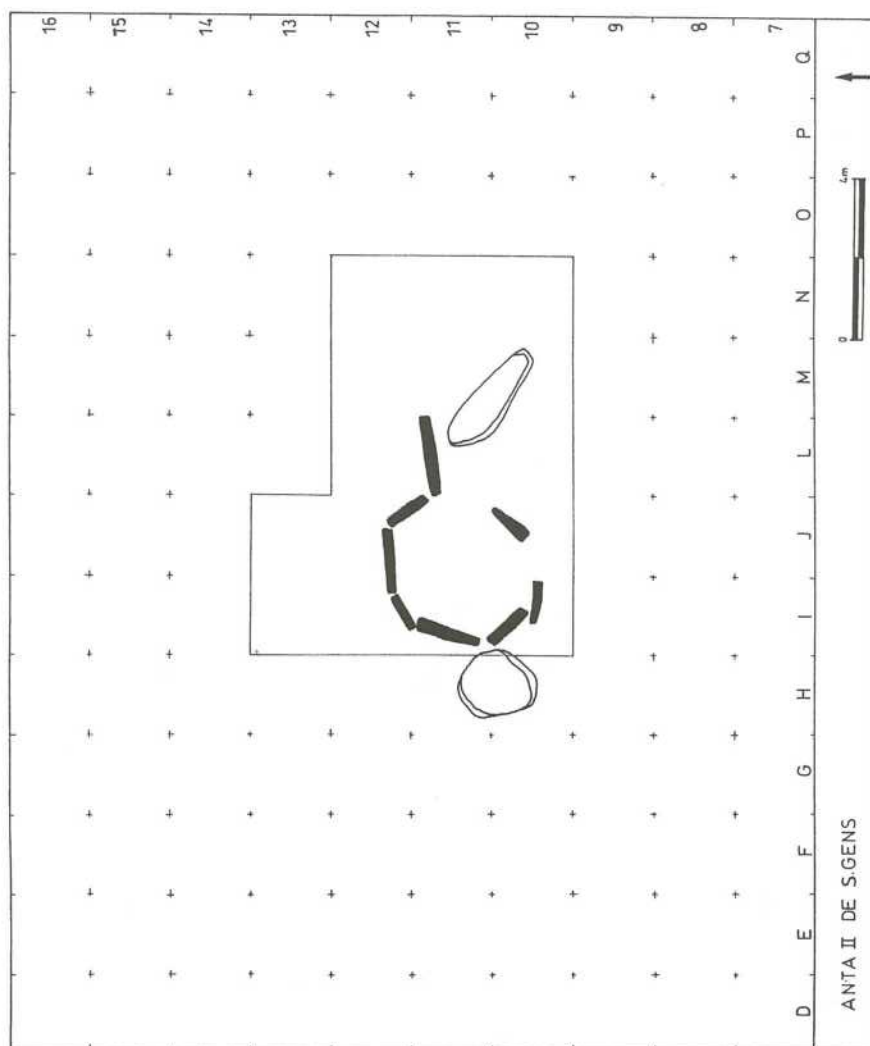
N.º	OBJECTO	MATERIAL	QUAD.	X	Y	Z	OBSERVAÇÕES
62	Lâmina	Sílex	J10	165	185	-253	
63	Bordo	Cerâmica				-269	Crivo
64	Machado	Anfibolite	L11	130	0,45	-274	
65	Vaso (frag.)	Cerâmica	L11	0,64	0,75	-269	
66	Machado	Anfibolite					Corredor – superfície
67	Bordo	Cerâmica				-270	Câmara – revolvimento
68	Vaso	Cerâmica	L11	0,63	0,40	-260	
69	Seixo	Quartzito	J10				Superfície
70	Bordo	Cerâmica					Superfície
71	Bordo	Cerâmica	J10				Revolvimento
72	Vaso	Cerâmica	L11	0,85	195	-266	
73	Bordo	Cerâmica	I10	122	0,95	-264	
74	Bordo	Cerâmica	J11	0,92	0,80	-264	
75	Bordo	Cerâmica	L11			-227	Revolvimento
76	Vaso	Cerâmica	J10	0,00	0,30	-265	
77	Bordo	Cerâmica	L11	145	0,10	-266	
78	Movente	Granito					Álvéolo do esteio do corredor
79	Vaso	Cerâmica	L11	0,95	0,87	-275	
80	Machado	Anfibolite	L11	0,85	195	-266	
81	Bordo	Cerâmica					Crivo – corredor
82	Bordo	Cerâmica	L11	0,96	143	-266	
83	Vaso	Cerâmica	L11	0,96	143	-266	Fragmentado
84	Vaso	Cerâmica	L11			-266	Crivo – Fragmentado
85	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
86	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
87	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
88	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
89	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
90	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento
91	Bordo	Cerâmica					Câmara – revolvimento

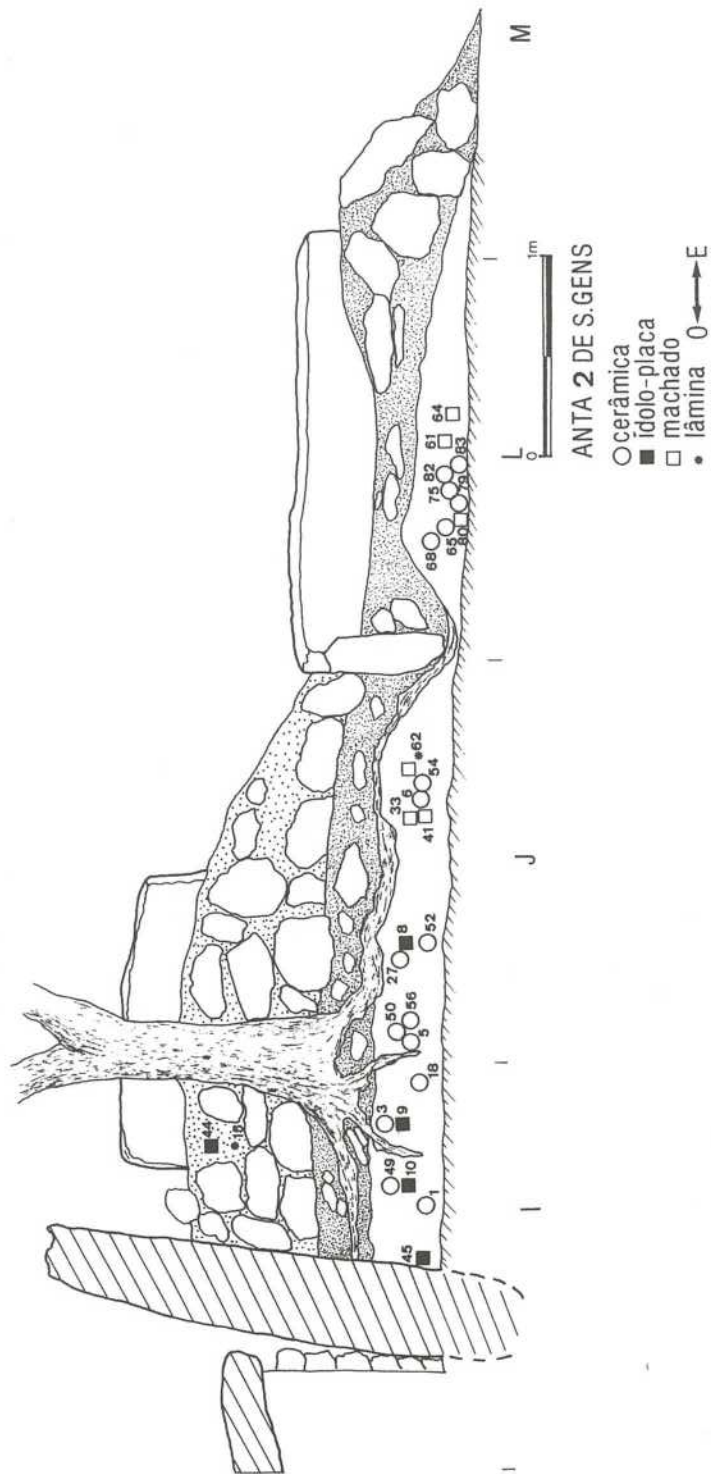


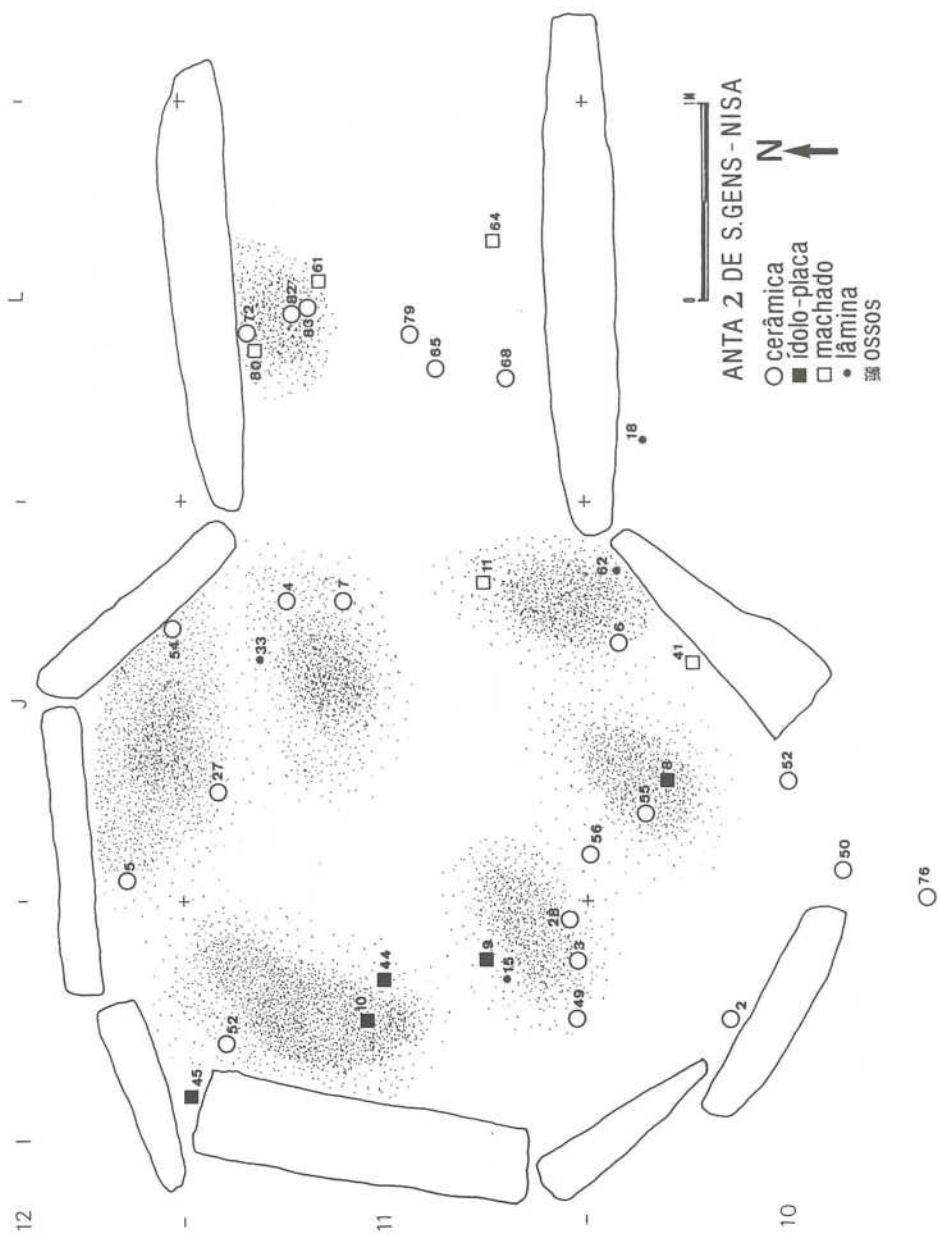
Localização da Necrópole de S. Gens – Nisa
(C.M.P. n.º 334)



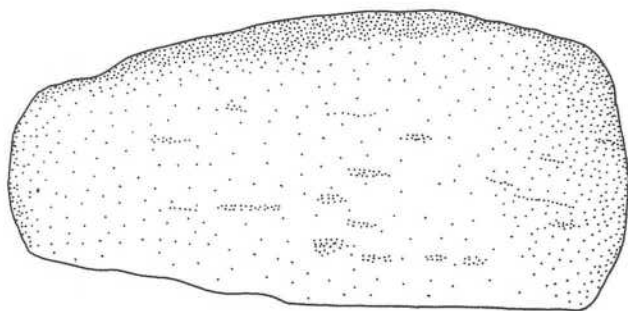




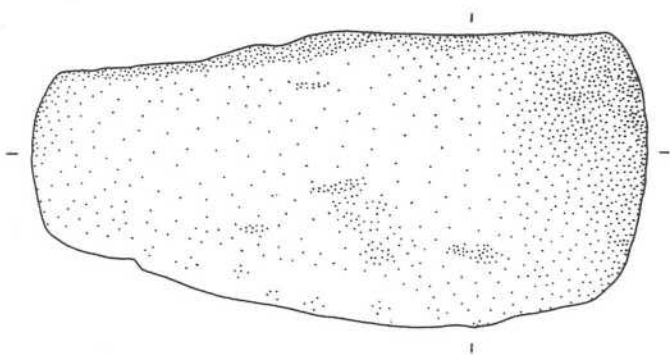
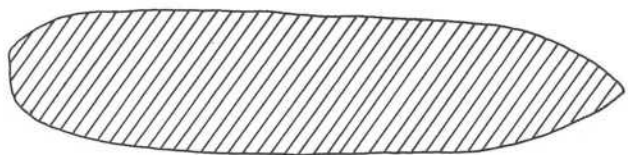


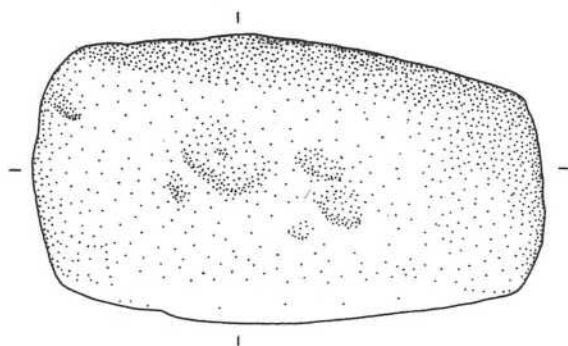
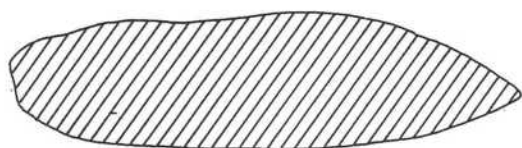
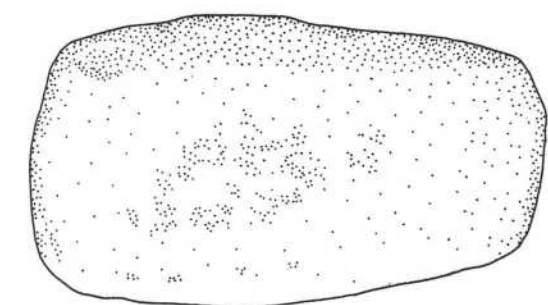


A Anta II de S. Gens



SGII 64



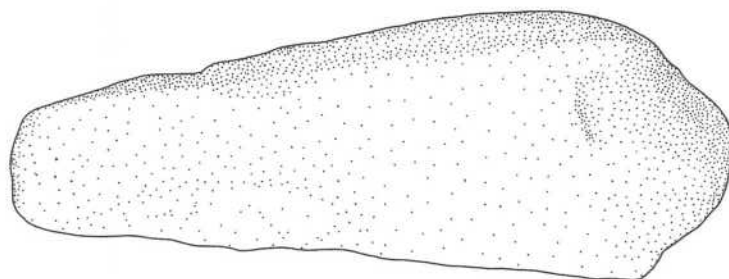


SGII 66

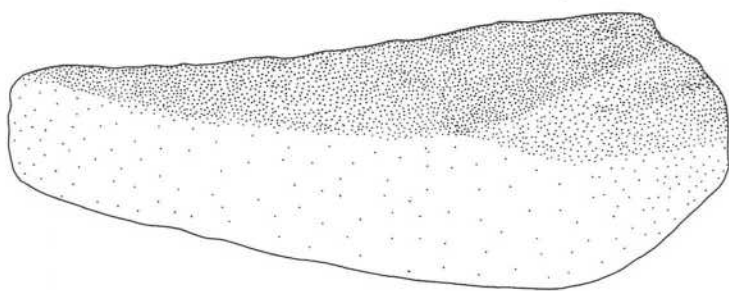
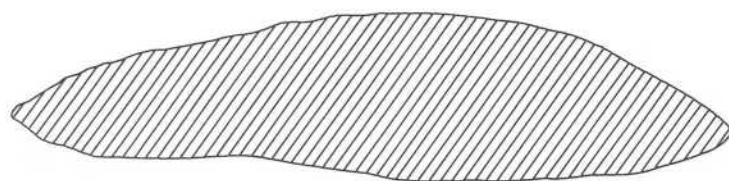


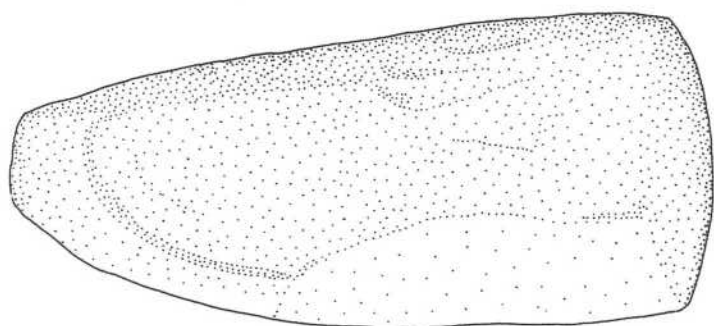
A Anta II de S. Gens



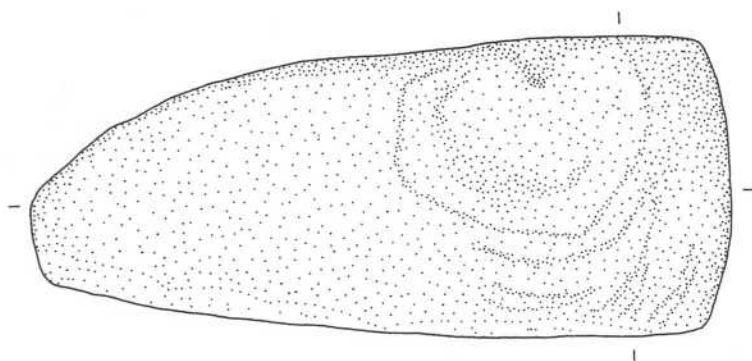
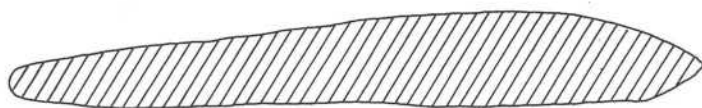


SGII 80





SGII 61

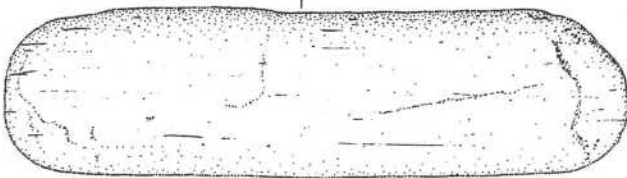
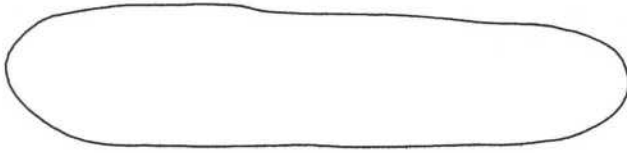


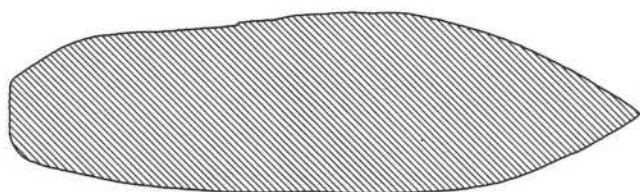
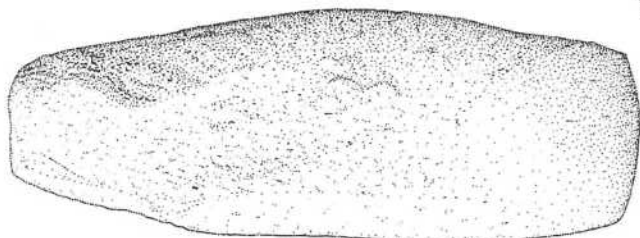
A Anta II de S. Gens



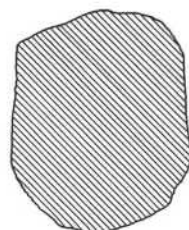
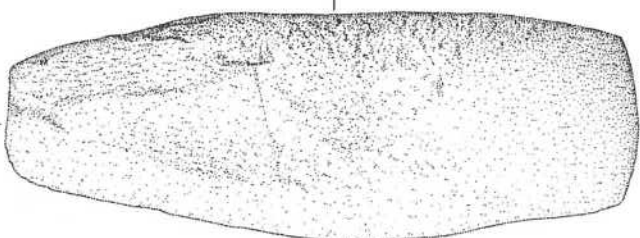
SGII 25

SGII 25



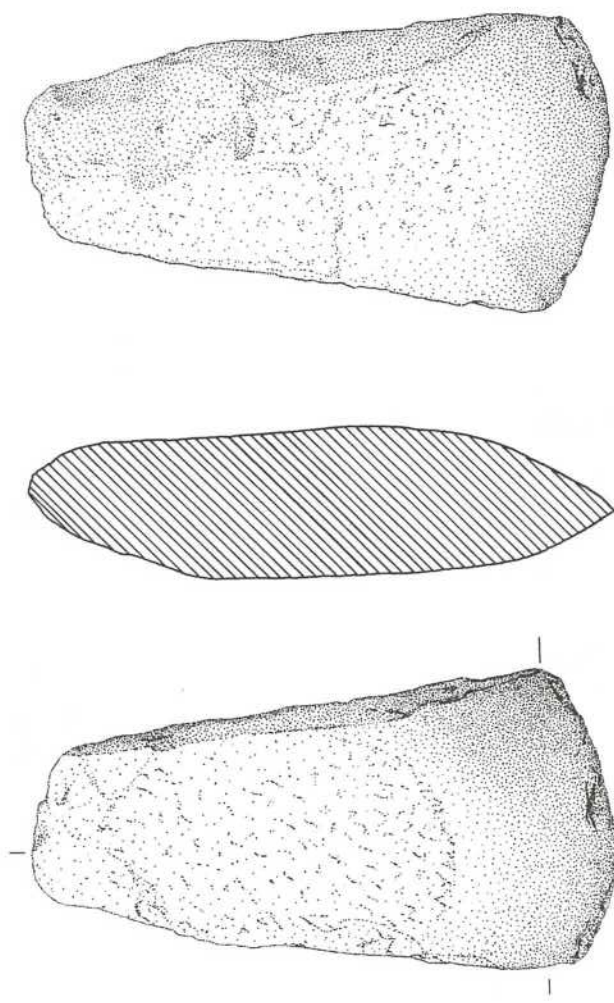


SGII 11



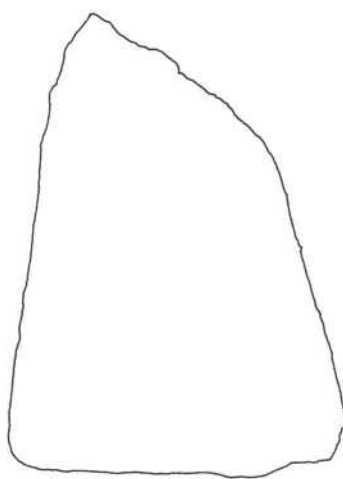
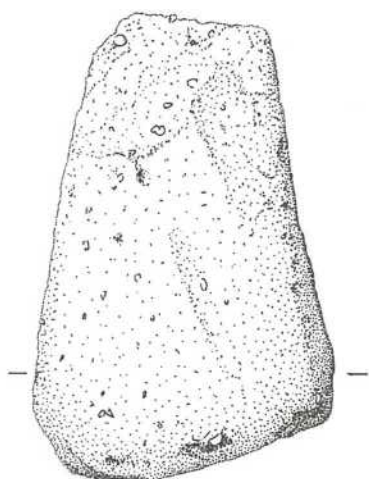
A Anta II de S. Gens



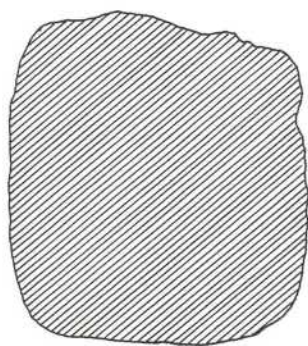


SGII 41



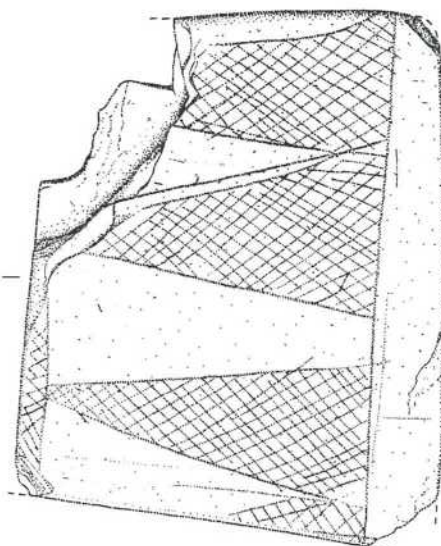


SGII 57



A Anta II de S. Gens

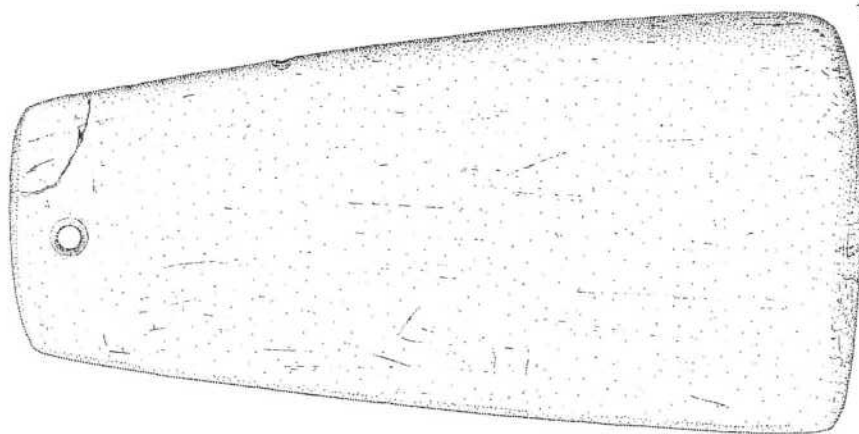




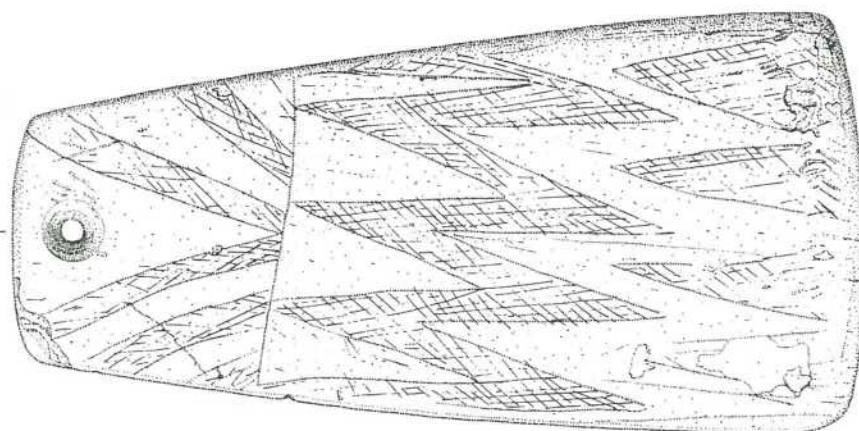
SGII 10

SGII 10





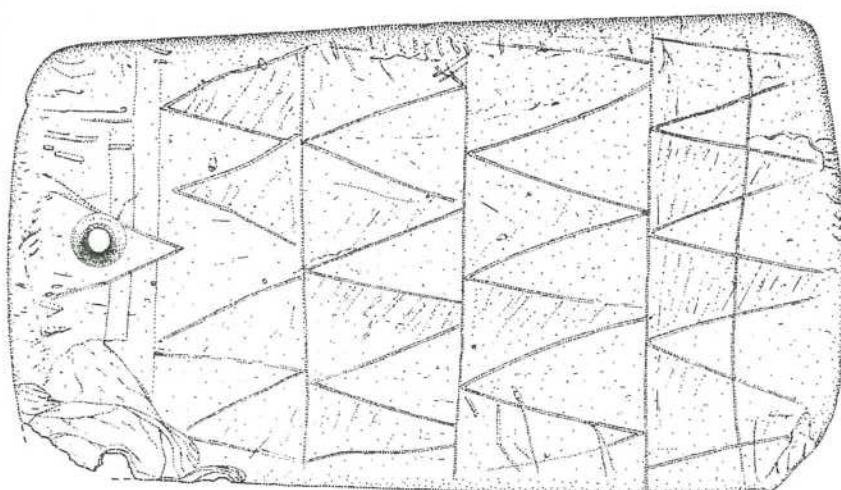
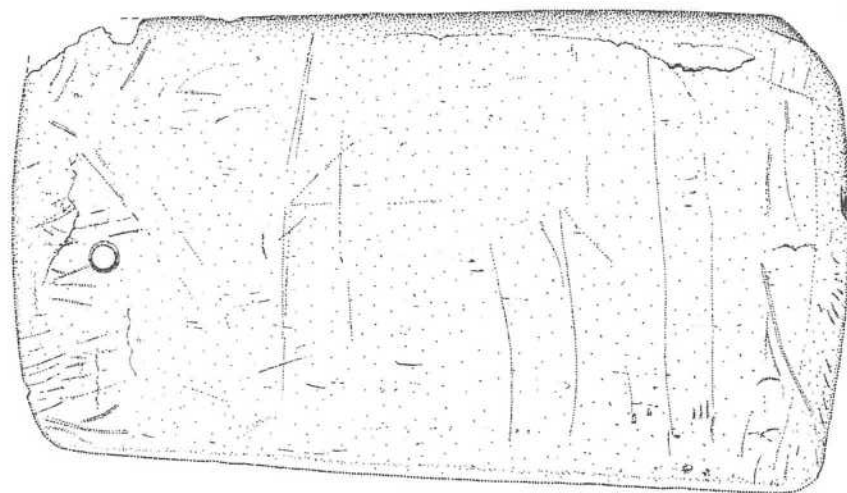
SGII 9

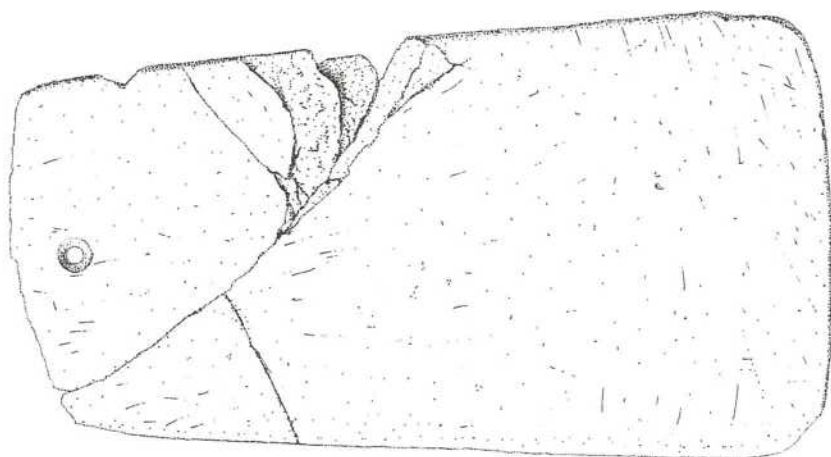


A Anta II de S. Gens

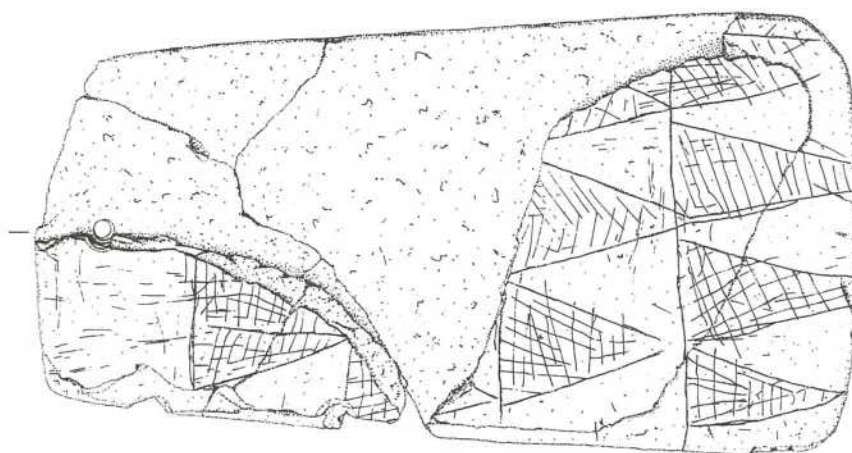


SGII 8





SGII 44



5cm

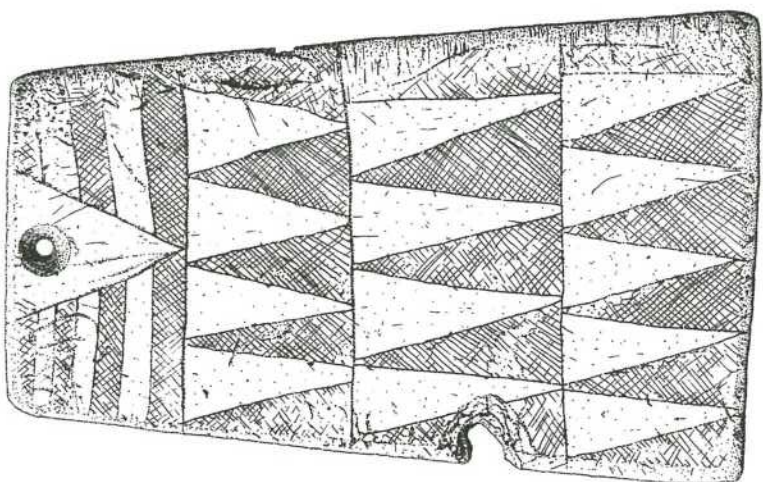
0

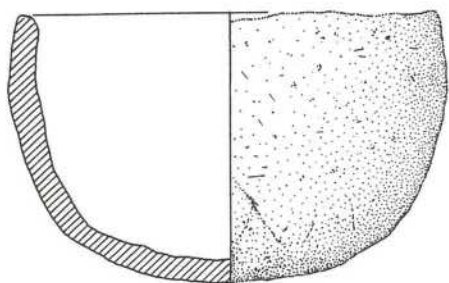
A Anta II de S. Gens



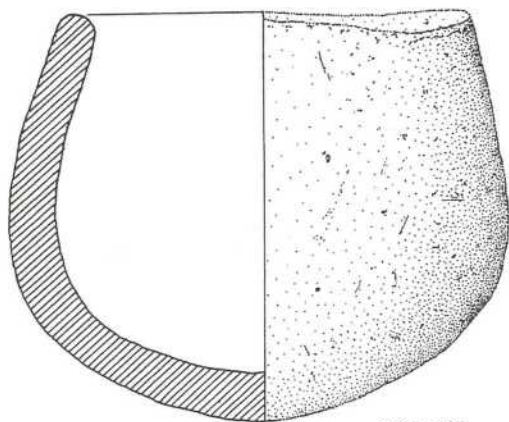


SGII 45

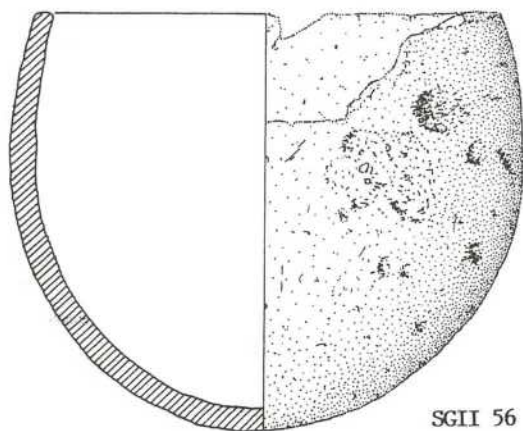




SGII 54



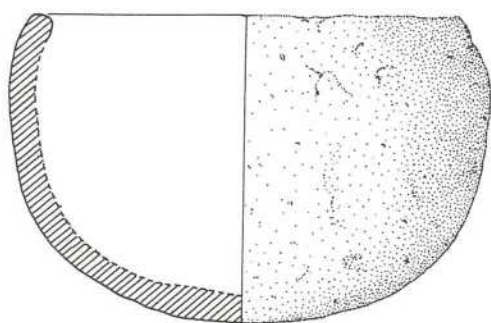
SGII 55



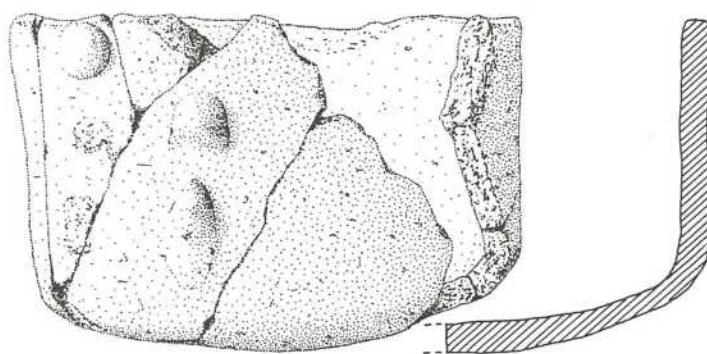
SGII 56

A Anta II de S. Gens



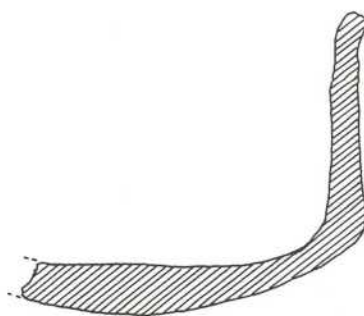
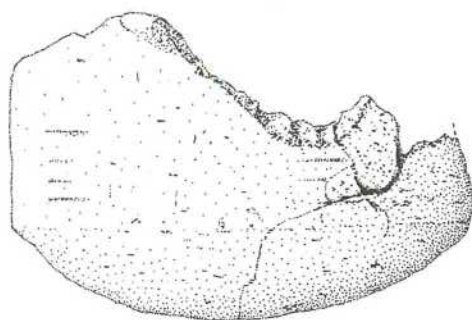


SGII 52

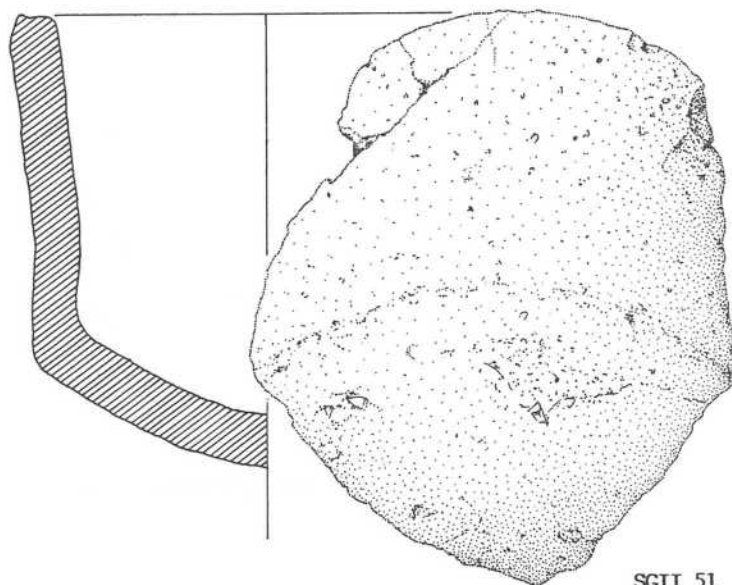


SGII 53





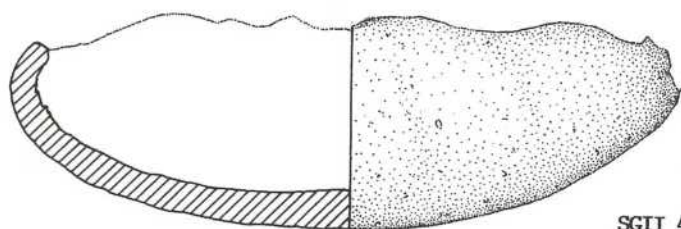
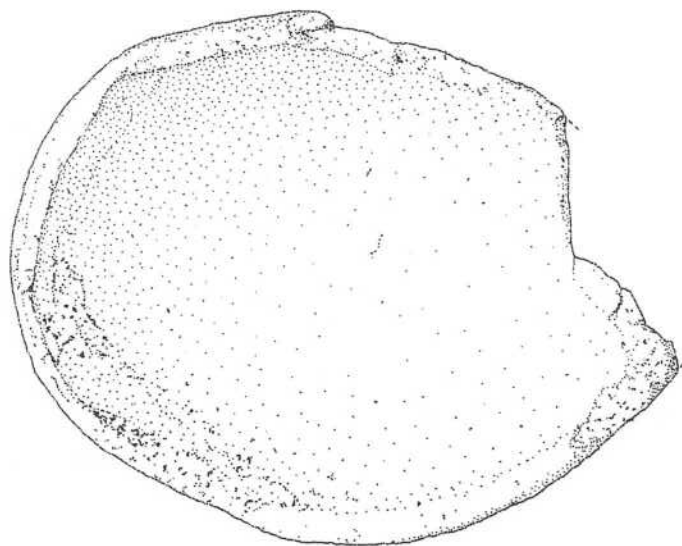
SGII 50



SGII 51

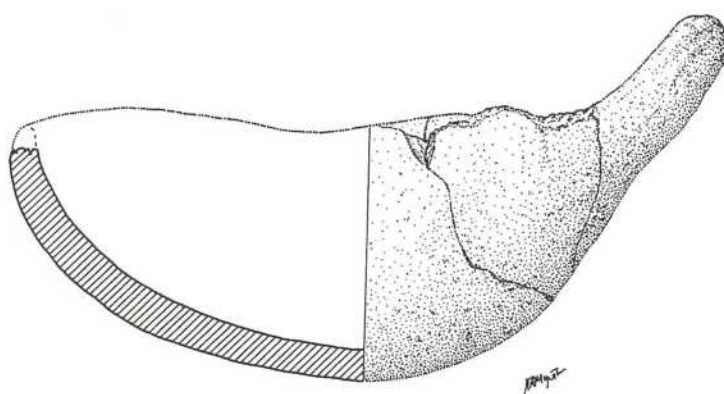
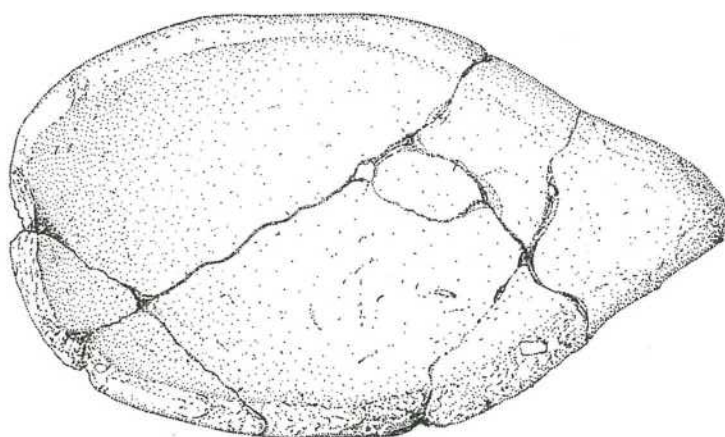
A Anta II de S. Gens





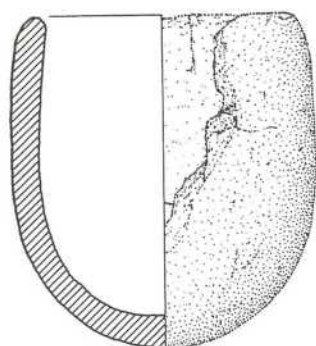
SGII 49



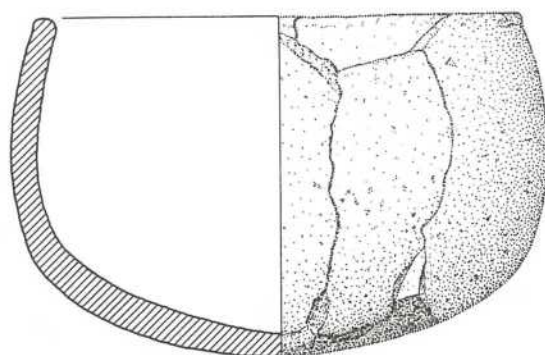


SGII 1

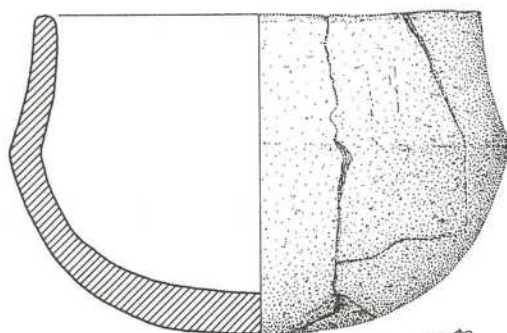




SGII 2



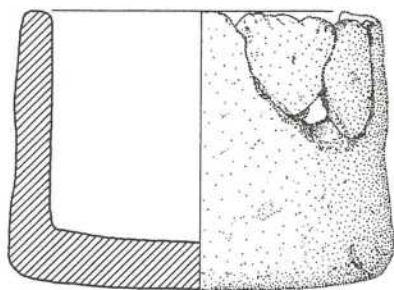
SGII 3



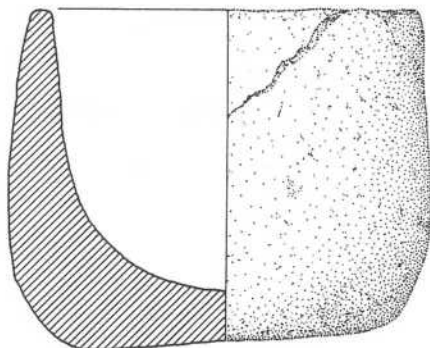
SGII 4

Handwritten signature or mark.

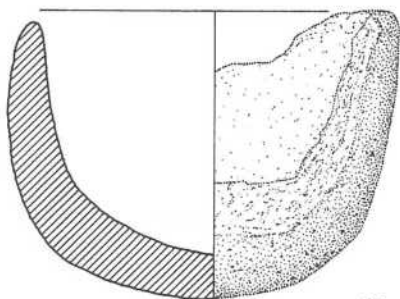




SGII 5

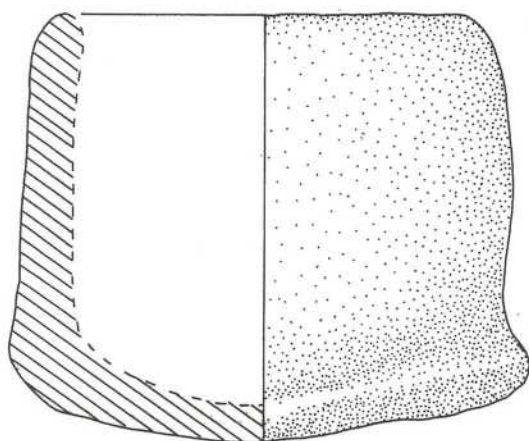


SGII 6

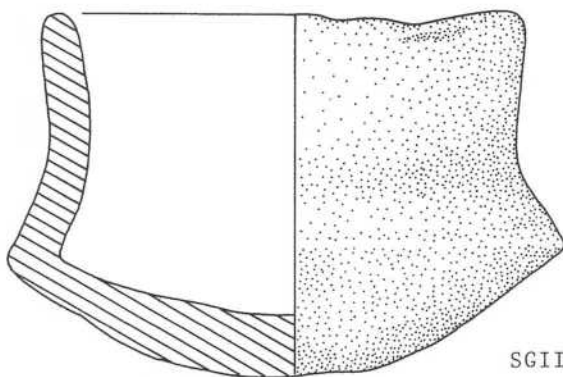


SGII 7



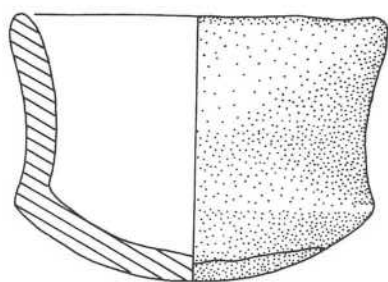


SGII 84

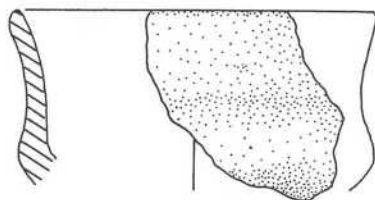


SGII 76

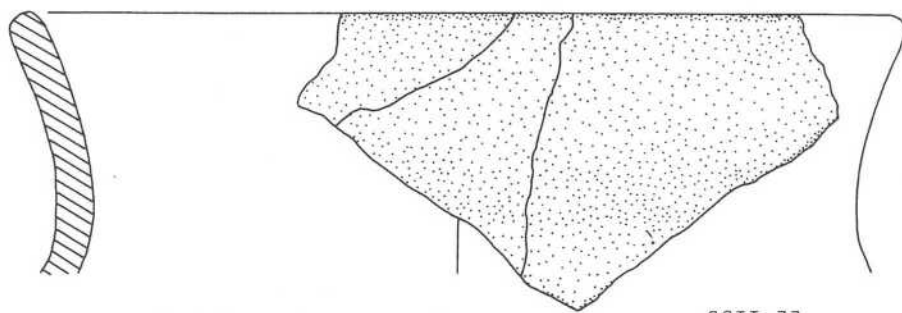




SGII 68



SGII 82

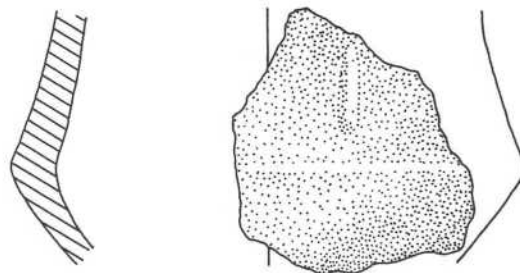


SGII 77

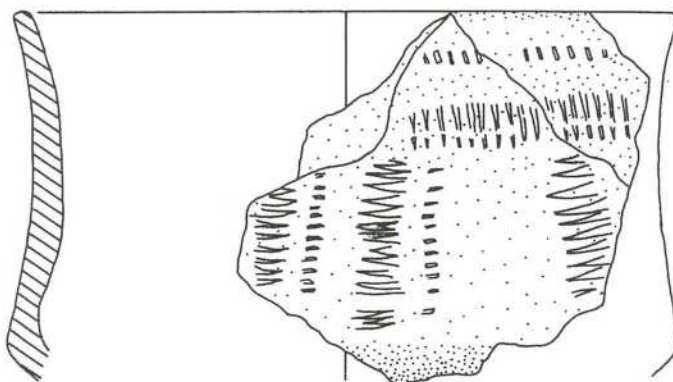


A Anta II de S. Gens



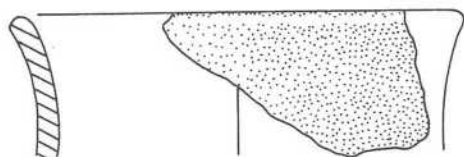


SGII 70

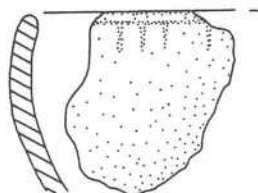


SGII 74

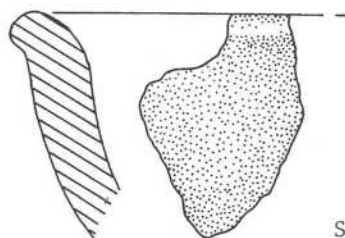




SGII 85



SGII 86

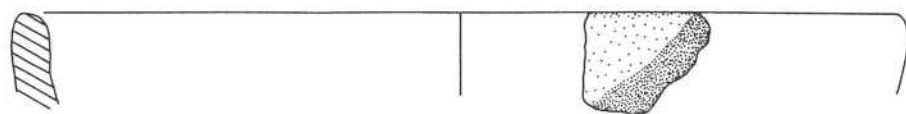


SGII 87

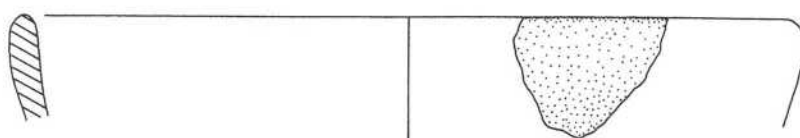


A Anta II de S. Gens

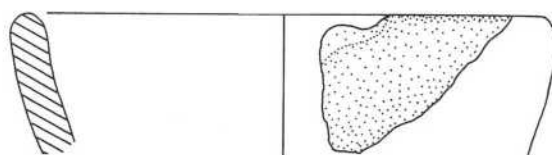




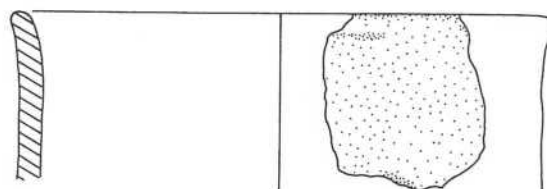
SGII 88



SGII 89

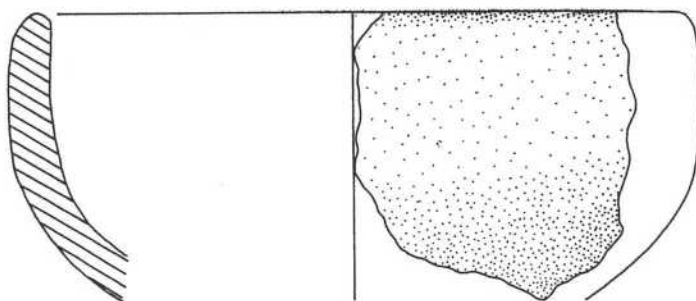


SGII 90

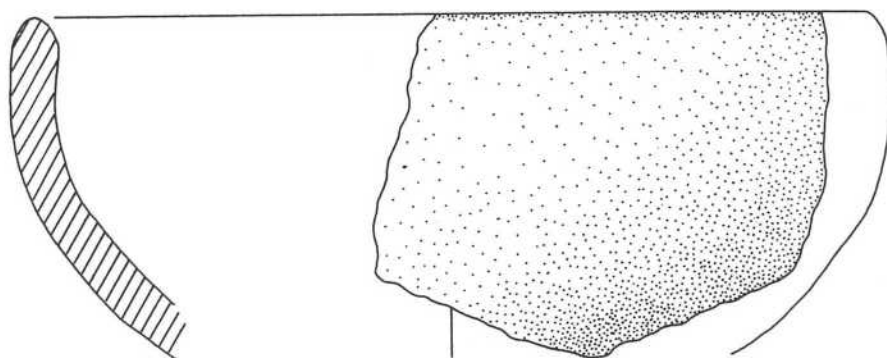


SGII 91





SGII 71

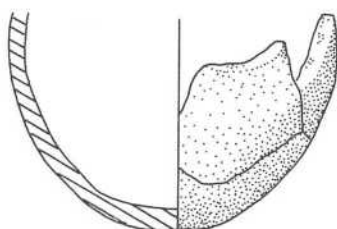


SGII 75

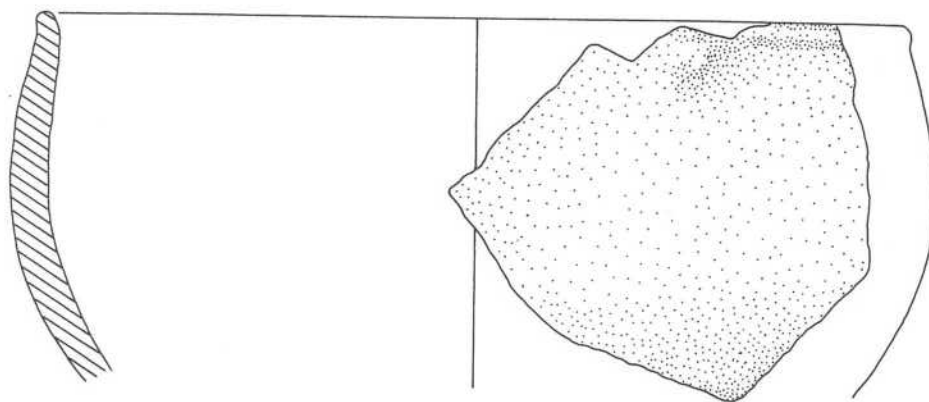


A Anta II de S. Gens



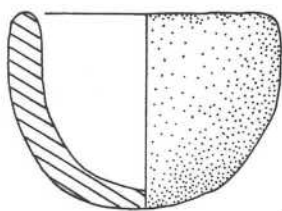


SGII 65

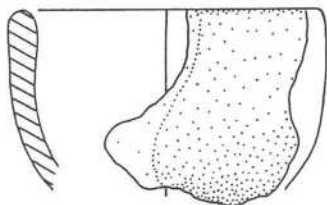


SGII 81

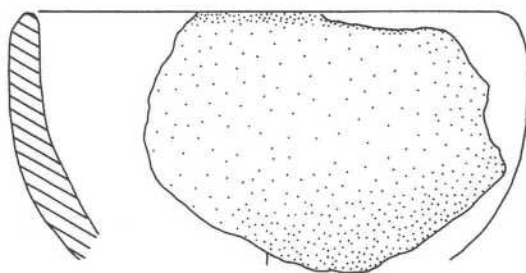




SGII 72



SGII 73

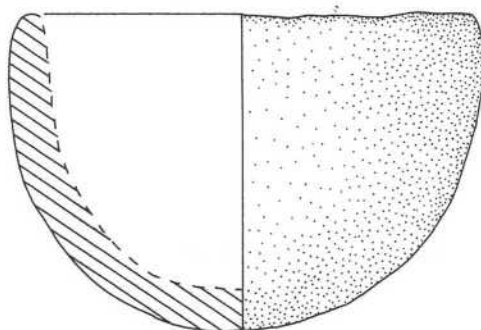


SGII 63

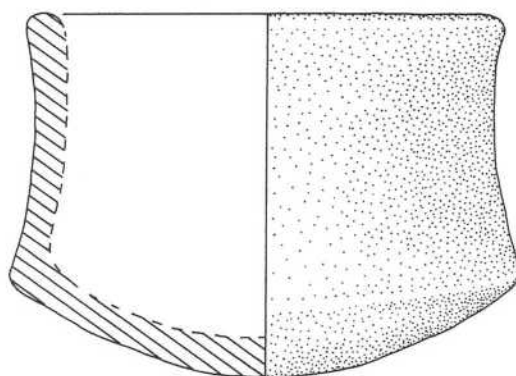


A Anta II de S. Gens



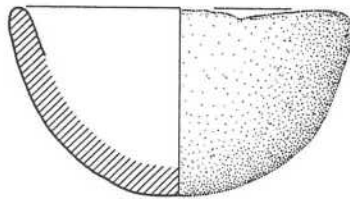
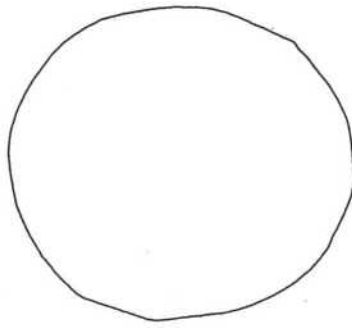


SGII 79

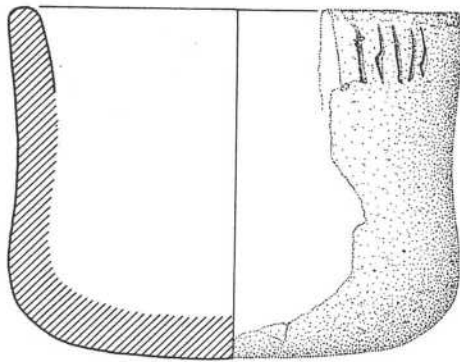


SGII 83





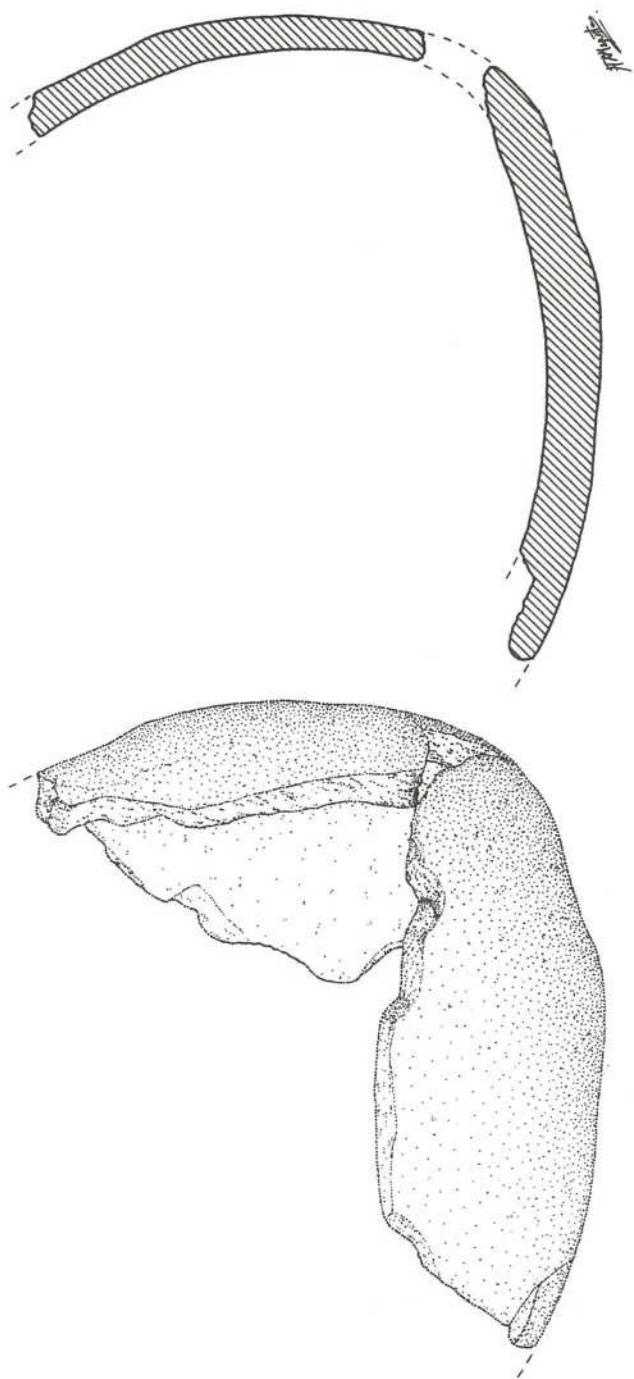
SGII 27



SGII 28

AMC

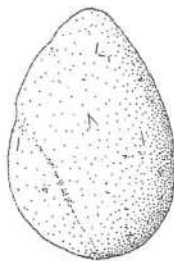
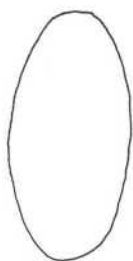
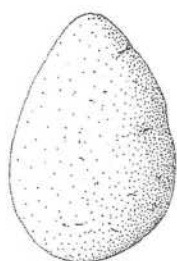




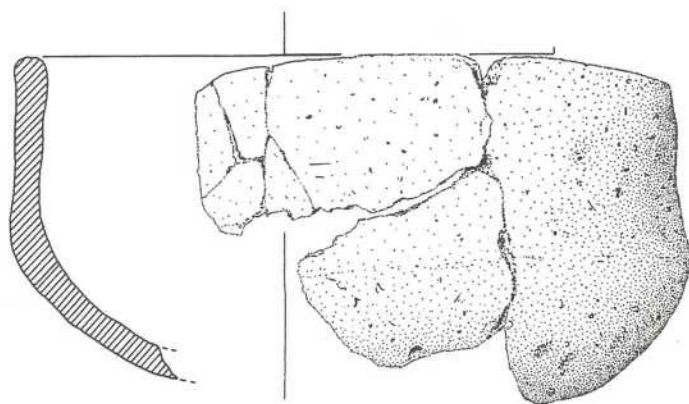
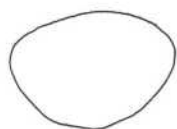
SGII 26

0 5cm



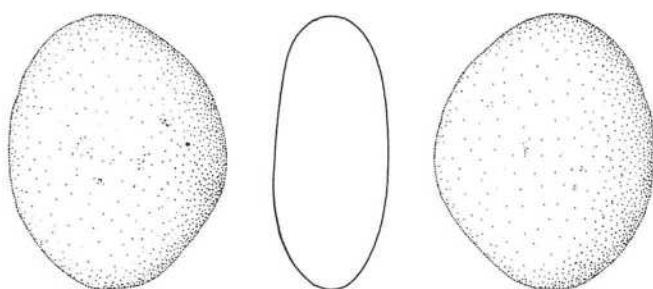


SGII 47

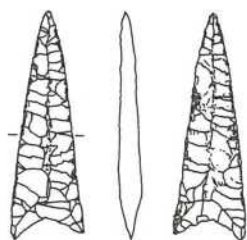


SGII 48





SGII 22

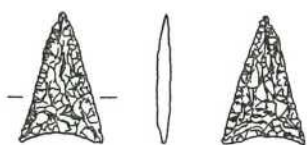


SGII 20



Handwritten signature or mark.

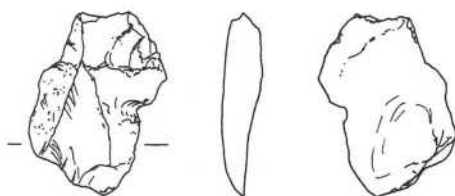




SGII 29



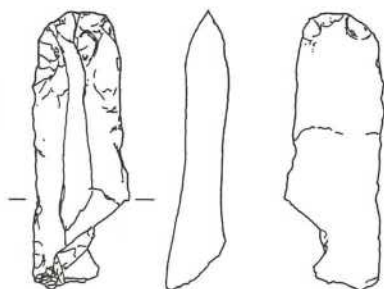
SGII 30



SGII 31



SGII 32

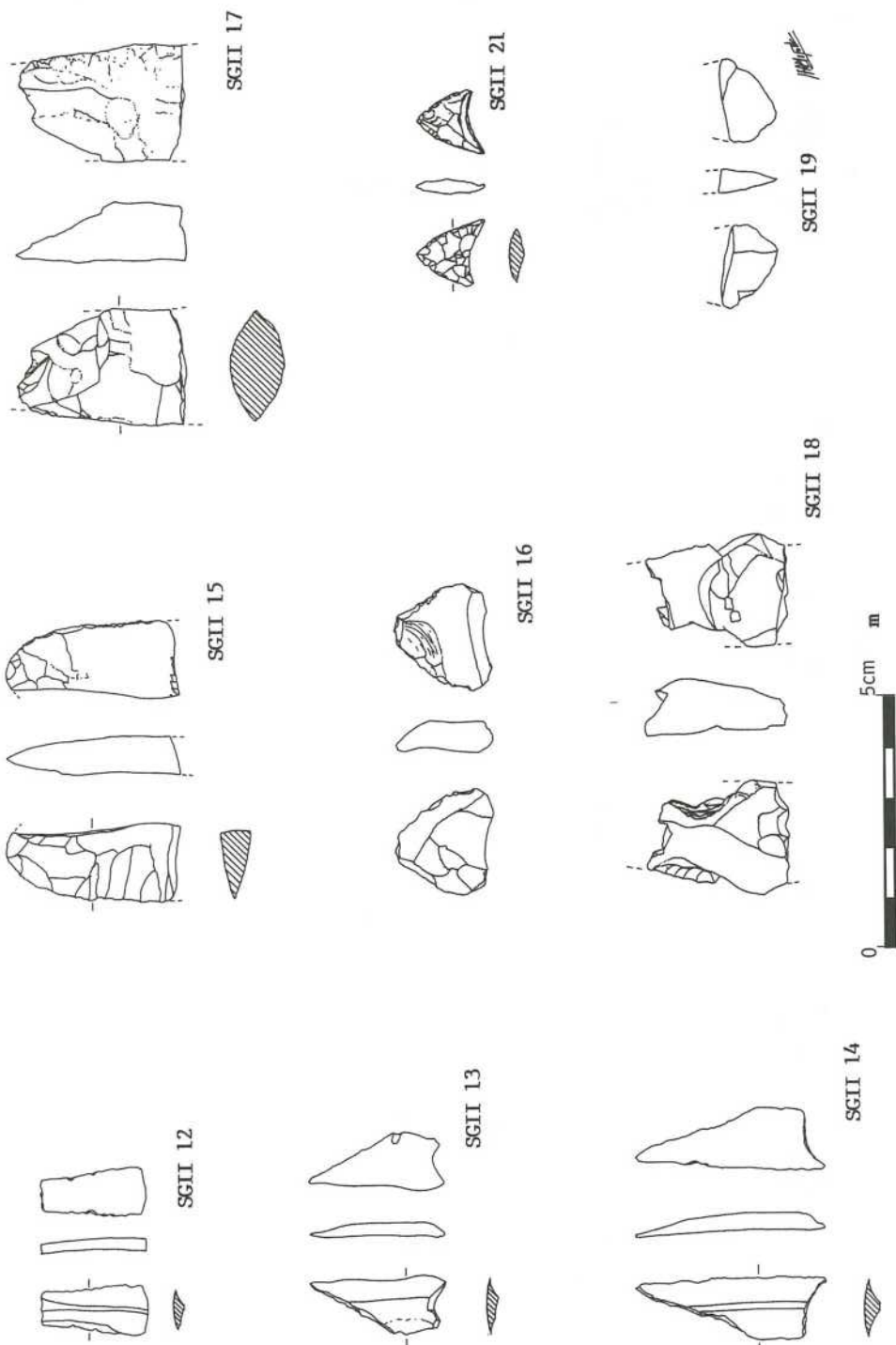


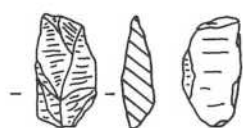
SGII 33



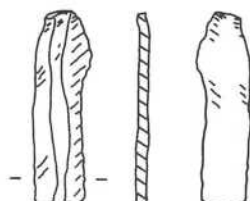
SGII 34



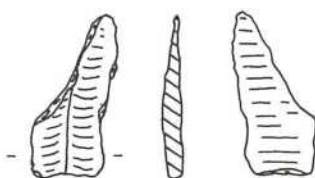




SGII 60



SGII 62

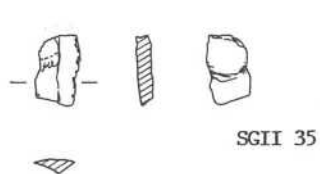


SGII 59

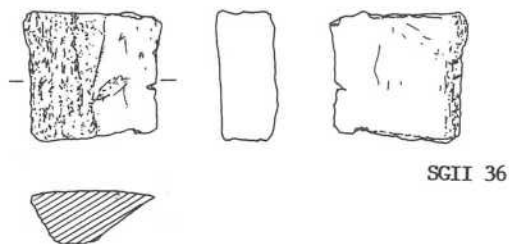


A Anta II de S. Gens

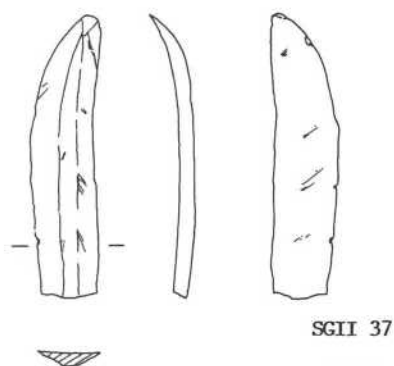




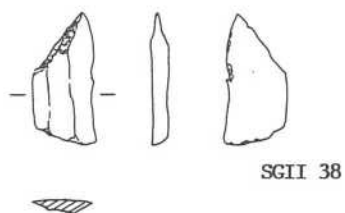
SGII 35



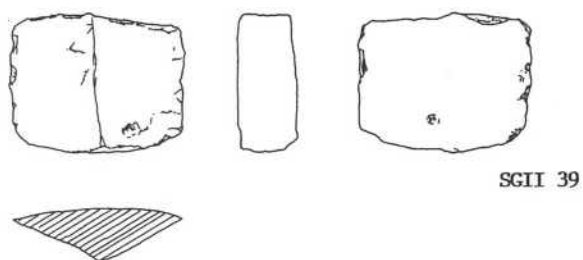
SGII 36



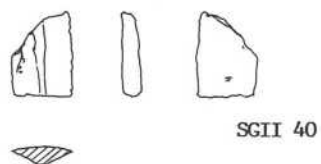
SGII 37



SGII 38

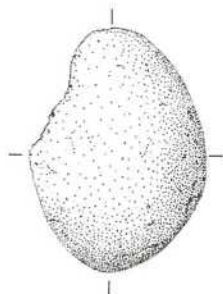


SGII 39

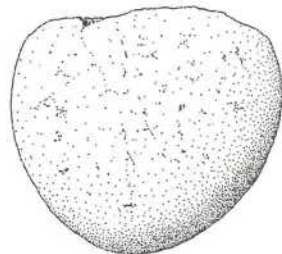
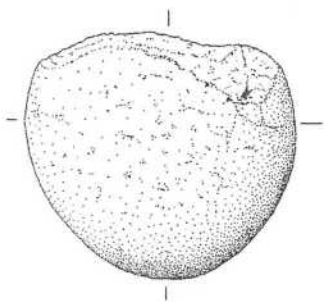
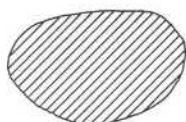


SGII 40

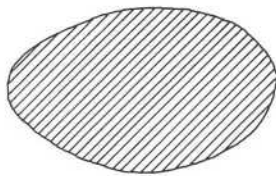


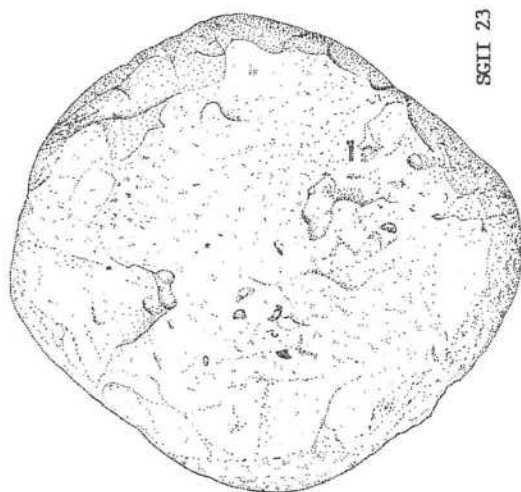


SGII 42



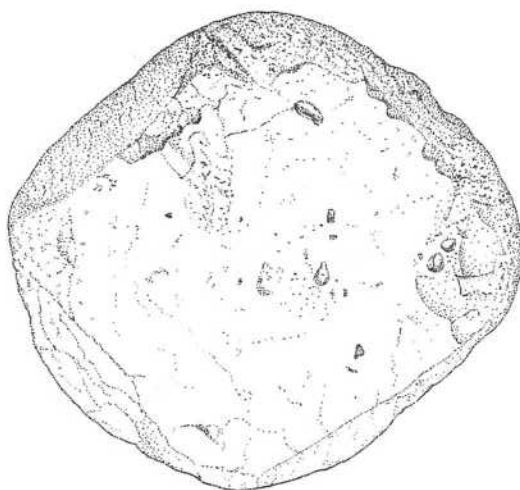
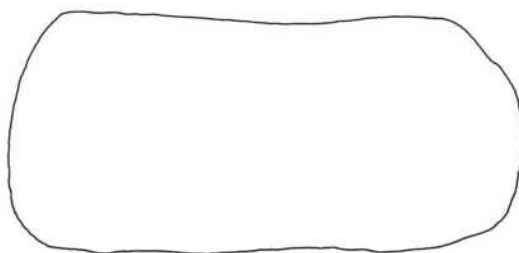
SGII 43

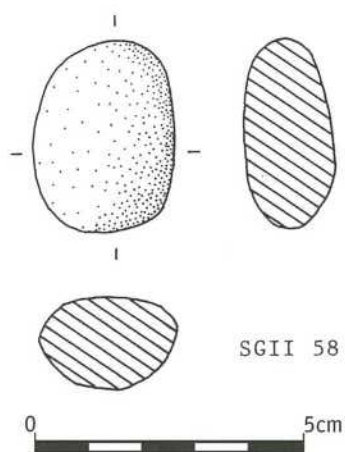




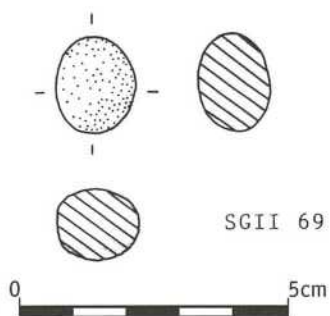
SGII 23

ms



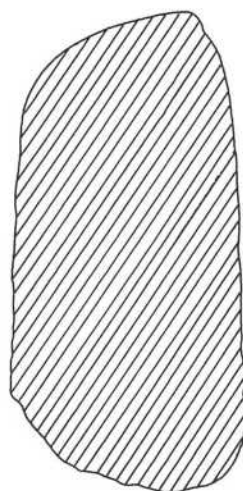
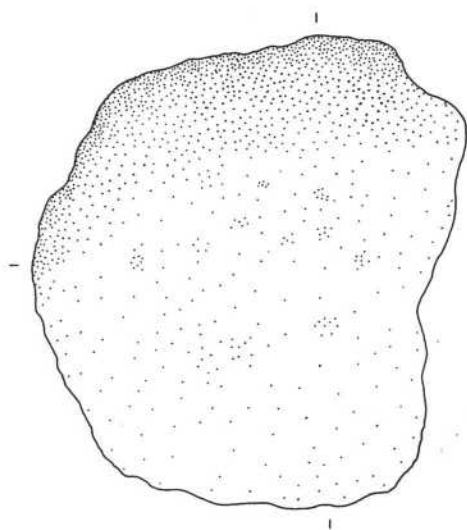
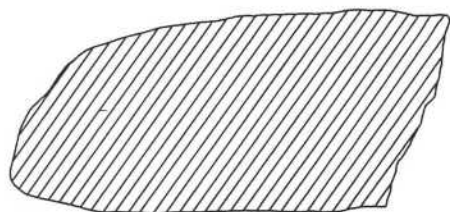
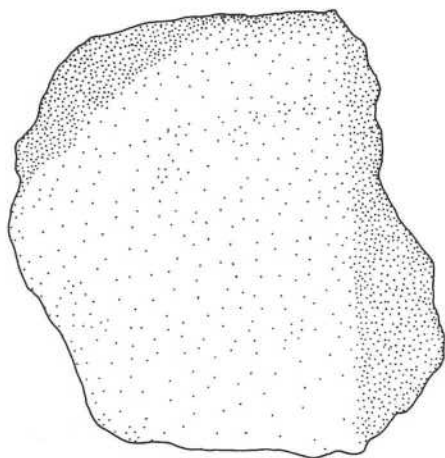


SGII 58



SGII 69

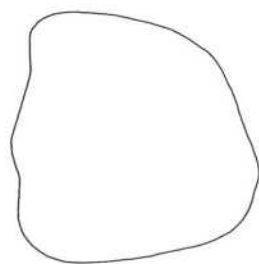
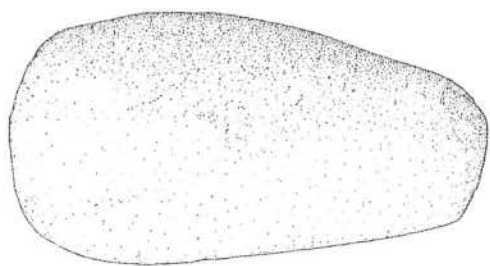
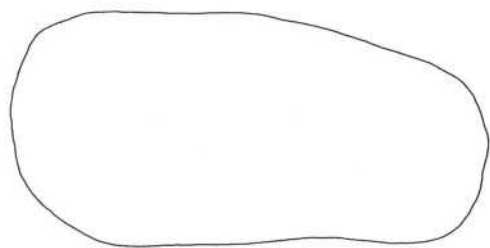
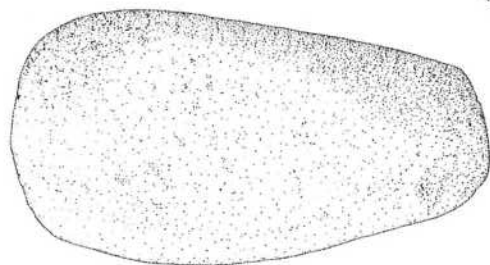


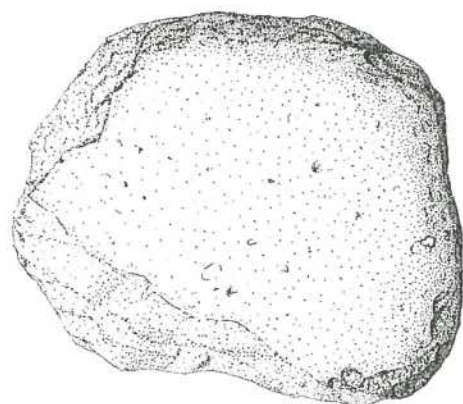


SGII 78

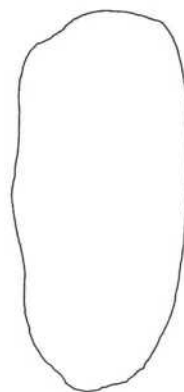
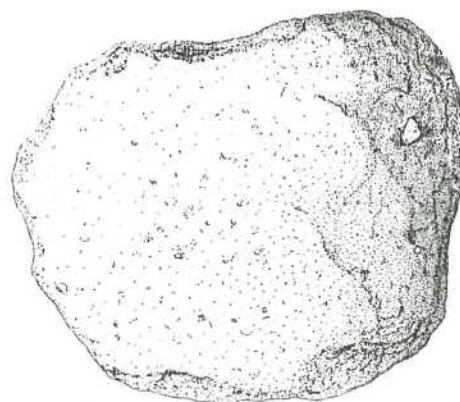
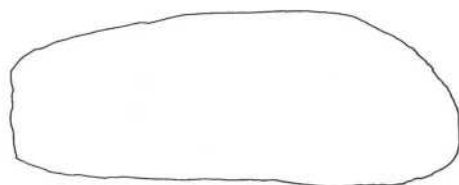


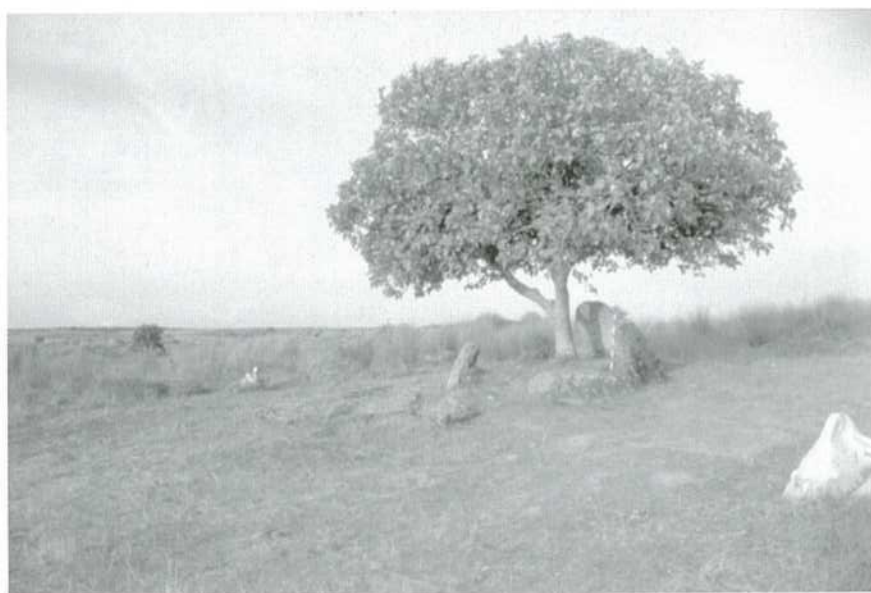
SG II 24



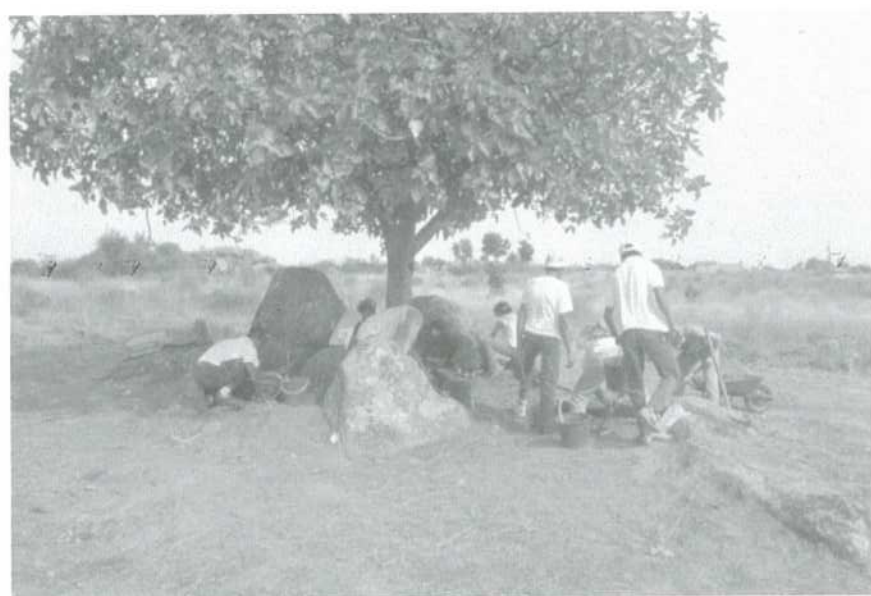


SG1146





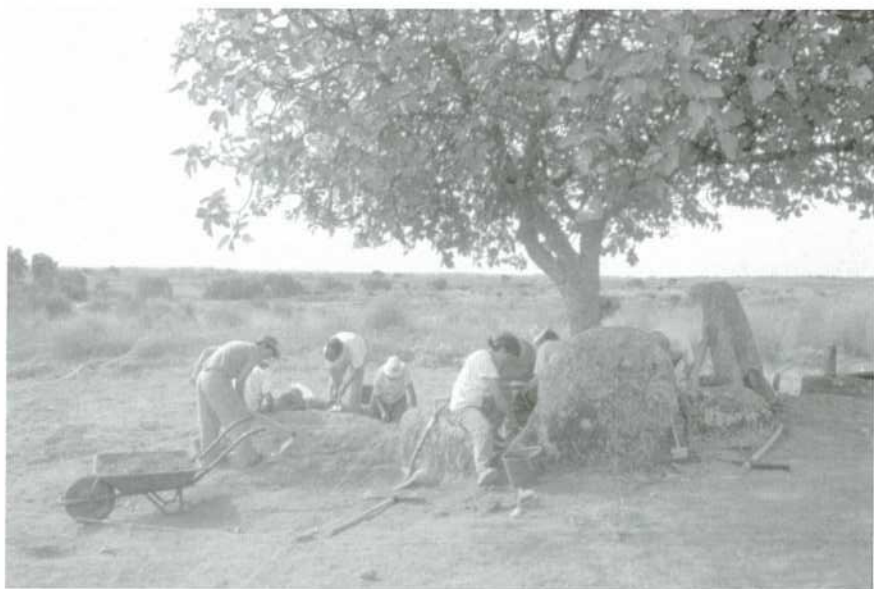
Anta II de S. Gens antes da escavação



Aspecto do início dos trabalhos

A Anta II de S. Gens

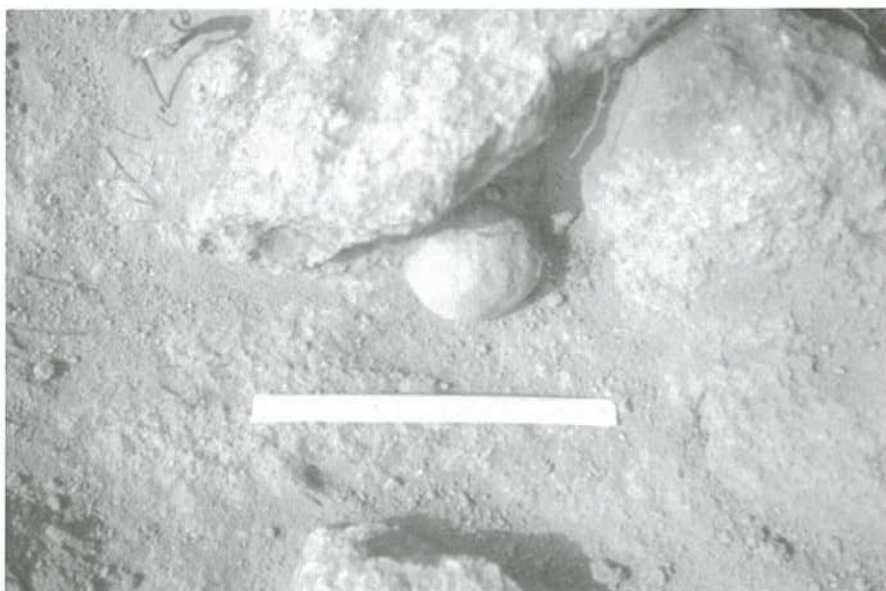




Vista geral da escavação



Ídolo-placa e recipientes cerâmicos "*in situ*" no interior da câmara



Recipiente cerâmico "*in situ*" junto aos esteios da câmara



Aspecto do corredor, vendo-se os calços do esteio deslocado





Fase de recolocação do esteio do corredor



Vista geral do monumento na fase de consolidação interna



A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide Intervenção Arqueológica no corredor

1. NOTA PRÉVIA

Se o estudo de qualquer monumento megalítico é sempre uma tarefa complexa, a investigação que nos propúnhamos desenvolver na Anta da Tapada de Matos revelava-se, logo de início, de difícil execução. Esta anta, o maior monumento megalítico de características funerárias até agora identificado a Norte da Serra de S. Mamede, apresentava-se com os esteios da câmara totalmente abatidos para o interior, o chapéu fracturado em várias partes repousava por entre os esteios tombados e no ponto mais elevado da mamoa uniam-se três muros de divisão de propriedade delimitadores de outras tantas parcelas de terreno de proprietários ou rendeiros diferentes. Quando programámos esta intervenção, que tinha em vista a recuperação arquitectónica deste impressionante monumento, contávamos com toda a colaboração e interesse da Câmara Municipal de Castelo de Vide, claramente manifestada pelo seu presidente. Havia, igualmente, a garantia que os proprietários e rendeiros não se opunham a esta intervenção. Quando, no Verão de 1994, nos preparávamos para iniciar os trabalhos, os apoios e boas vontades anteriormente manifestadas desapareceram totalmente. A Câmara Municipal de Castelo de Vide não conseguiu disponibilizar, nem pessoal, nem qualquer apoio financeiro e apenas um dos proprietários de uma das partes do monumento permitiu a realização dos trabalhos arqueológicos. O simbólico apoio financeiro atribuído pelo IPPAAR apenas possibilitaria uma curta intervenção. Sempre acreditando que a mudança de opinião da Câmara de Castelo de Vide fosse transitória, iniciámos os trabalhos com a colaboração de um grupo de jovens de Nisa que connosco haviam participado em anteriores trabalhos arqueológicos naquele concelho, aos quais a Câmara Municipal de Nisa facultava o transporte. Perante a intransigência dos outros proprietários em possibilitar o acesso a todo o monumento, ficámos limitados apenas a uma parte do corredor do monumento, a sul do qual se erguiam duas árvores. Naturalmente, também este proprietário nos avisou que teríamos que pagar as árvores se estas viessem a ser afectadas pela escavação. O valor das árvores foi estimado em mais 25% do montante



total do subsídio que nos tinha sido atribuído pelo IPPAAR. Apesar destas condicionantes que fariam desistir qualquer arqueólogo, mantivemos sempre a vã esperança que a Câmara de Castelo de Vide reconsiderasse a sua posição e que nos viesse a apoiar. Assim, iniciámos os trabalhos na área do corredor que ficava entre a parede norte e uma das árvores que não podíamos afectar.

Sem que outros apoios aparecessem, conseguimos, nesse Verão de 1994, manter os trabalhos durante doze dias. Quando o subsídio atribuído pelo IPPAAR se esgotou, demos por terminada essa campanha. No Verão de 1995, com os cem mil escudos que conseguimos poupar do subsídio atribuído por aquele Instituto aos trabalhos da Anta 2 de S. Gens, em Nisa, promovemos mais uma campanha na Anta da Tapada de Matos. A segunda e última campanha destinou-se a alargar a área anteriormente escavada, numa tentativa de compreensão do contexto arqueológico do provável silo anteriormente detectado no início do corredor do monumento.

Queremos aqui manifestar a nossa gratidão à Câmara Municipal de Nisa, que facultou o transporte, e aos jovens daquele concelho, que connosco colaboraram. A nossa gratidão estende-se, igualmente, às pessoas do concelho de Marvão que também participaram na segunda campanha de escavações e ao proprietário do corredor da Anta da Tapada de Matos que autorizou a realização dos trabalhos arqueológicos.

2. FICHA TÉCNICA

Direcção: Jorge de Oliveira

Técnico de Arqueologia: António Bairinhas

Desenhos: Conceição Roque e Jorge de Oliveira

Colaboradores:

Nuno Cebola – Nisa

Tiago Botas – Nisa

Ana Rosário – Nisa

Sérgio Paixão – Nisa

Maria João Charrinho – Nisa

Cristina Santos – Nisa

Manuel da Conceição Trigueiro – Marvão

Florinda da Conceição Roque – Marvão

Alberto Machado Lourenço – Marvão

Maria da Conceição Nunes Firmino – Marvão

Maria Joaquina Fidalgo – Marvão

Mariana Pinto Viegas Trigueiro – Marvão

Ângela Picado dos Santos – Marvão

Lúcia da Ascensão Martins Nicolau – Marvão

Apoios:

Câmara Municipal de Nisa

Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Universidade de Évora

Fundação Cidade de Ammaia



3. LOCALIZAÇÃO

A Anta da Tapada de Matos localiza-se no Distrito de Portalegre, Concelho de Castelo de Vide, Freguesia de Nossa Senhora de Póvoa e Meadas e possui as seguintes coordenadas do sistema U.T.M., obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, folha n.º 325, de 1971, na escala 1/25 000:

x – 24625

y – 75680

Em terrenos agrícolas drenados pela Ribeira dos Mosteiros, a Anta da Tapada de Matos implanta-se numa cota de 306 metros.

4. ANTECEDENTES

A Anta da Tapada de Matos, um dos maiores monumentos megalíticos conhecidos no Nordeste Alentejano, foi alvo de várias campanhas de escavações clandestinas nos primeiros anos da década de oitenta pelos membros do Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide. Por informação oral, sabemos que, nessa altura, procederam à escavação de praticamente todo o corredor e da parte da câmara que não se encontra obstruída pelos fragmentos de esteios e chapéu aí tombados.

Os materiais recolhidos nestas campanhas encontram-se, supostamente, depositados na Câmara Municipal de Castelo de Vide.

O topo do monumento serviu de divisão a três propriedades, unindo-se, assim, na parte superior da mamoa três muros de pedra seca correspondendo a três parcelas agrícolas distintas. A câmara é de um proprietário, o corredor pertence a outro e a restante parte da mamoa encontra-se noutra propriedade.

Os trabalhos previstos para o Verão de 1994 destinavam-se a avaliar o estado de conservação dos esteios da câmara e da sua possível recuperação. Previa-se, ainda, a abertura de uma sondagem na zona terminal do corredor e outra na mamoa. Antecederiam estes trabalhos o levantamento topográfico de todo o monumento que ainda envolve o espaço funerário. Do trabalho programado apenas foi possível realizar um levantamento topográfico muito sumário de toda a mamoa, considerando que um dos proprietários nos proibiu a transposição do muro, e a escavação na área do corredor.

5. ESCAVAÇÃO DO MONUMENTO

5.1. Limpeza e levantamento topográfico

Os trabalhos que decorreram na última quinzena de Setembro de 1994 iniciaram-se com a limpeza da vegetação da área do corredor. Posteriormente, procedeu-se à remoção das pedras depositadas no interior do monumento durante os trabalhos agrícolas.

Desobstruída parte da anta, procedeu-se a um levantamento topográfico esquemático e à marcação de uma rede de quadrículas de 2 X 2 metros na área do



corredor. Esta rede foi organizada a partir de dois eixos ortogonais orientados respectivamente a Norte-Sul e Este-Oeste magnéticos.

5.2. CAMPANHA DE 1994

Duas sondagens perpendiculares foram abertas na zona do corredor. Uma desenvolveu-se na parte final deste e destinou-se a avaliar a possibilidade da existência ainda de solo arqueológico e a determinar o limite do monumento. A outra procurava proporcionar um corte estratigráfico na mamoa, numa região que não afectasse a já fraca estabilidade da estrutura dolménica e que não provocasse danos na árvore que se situa na face sul do monumento.

A primeira prolongou-se por oito metros, possuindo uma largura de um metro. A segunda, igualmente com oito metros de comprimento, alargou-se a dois de largura. Pelas estruturas que se vieram a identificar na união das duas sondagens, houve necessidade de ampliar a área de escavação em mais dois metros quadrados.

A sondagem aberta no sentido Este-Oeste revelou a existência de uma fina camada arqueológica, que não ultrapassou os oito centímetros, sob o depósito de terras e pedras recentemente aí colocadas. Nesta potência de solo arqueológico, que se prolongou apenas por três metros de comprimento, recolheram-se fragmentos de recipientes cerâmicos, artefactos líticos fracturados e um elemento de mó. Ao procurar-se o alvéolo de fixação do esteio do corredor já desaparecido, constatou-se que este alargava significativamente na zona terminal. Ao acompanhar-se este alargamento identificou-se um abatimento semiesférico escavado no solão, no qual foi possível recolher mais fragmentos cerâmicos muito rolados. Pelas características morfológicas deste abatimento será possível afirmar que estávamos em presença da parte inferior de um silo aberto em época provavelmente anterior à construção do monumento megalítico.

A sondagem na área da mamoa revelou, unicamente, uma camada homogénea de terras e pedras provenientes da câmara e corredor, ali depositadas durante as escavações efectuadas nos inícios dos anos oitenta, que se sobrepunham à terra humosa onde já não foi possível identificar qualquer estrutura lítica original da mamoa.

Os trabalhos desta campanha deram-se por concluídos depois de se ter procedido à colagem de um dos "pilares", em granito, implantados no interior do corredor, cuja parte superior se veio a identificar por entre as terras removidas. Os estudos arqueológicos desenvolvidos, no Verão de 1994, na Anta da Tapada de Matos, situada no concelho de Castelo de Vide, evidenciaram que as escavações efectuadas no corredor deste monumento, no início dos anos oitenta, pelo Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, não atingiram em toda a área o solão granítico. Constatou-se, igualmente, que a terra extraída nessa data não foi cuidadosamente crivada, contendo, ainda, abundante espólio.

Em 1994, procurámos delimitar todo o corredor, recorrendo, para esse fim, à escavação integral dos alvéolos dos esteios já ausentes. Nesse trabalho foi possível reconhecer a existência do que parece ser a base de um silo escavado na rocha e que teria sido parcialmente destruído pela abertura do alvéolo de um dos esteios do

corredor. Tratar-se-ia, portanto, de um silo de época anterior à construção do sepulcro megalítico, provavelmente associado a algum habitat que existiria no local onde, posteriormente, se viria a erguer o monumento funerário.

5.3. CAMPANHA DE 1995

Face às observações da primeira campanha, importava, na campanha de 1995, alargar a área de escavação por forma a que se tentassem obter mais informações relacionadas com o provável habitat sobre o qual assentou o dólmen. Assim, procedemos, em 1995, à escavação dos quadrados I/12, I/13, I/14, I/15, H/14, H/15, G/11, G/12 e G/13. Estes quadrados correspondem à área da mamoa envolvente do corredor. Ao iniciarmos a escavação, verificámos, ao contrário do que normalmente ocorre nas mamoas dos monumentos megalíticos desta região, que a terra se apresentava invariavelmente solta e com uma anormal coloração clara. Vários blocos de granito de pequenas dimensões associavam-se a fragmentos de material cerâmico de construção do período romano. Nas terras envolventes do corredor, para além dos materiais claramente romanos, recolhemos ainda várias pontas de seta em sílex e quartzo, fragmentos de lâminas de sílex, alguns fragmentos de cerâmica megalítica e um pendente zoomórfico em pedra.

Constatou-se, assim, que a maior parte do montículo existente em torno do corredor não pertencia ao *tumulus* original, mas teria sido formado pelas terras extraídas durante as violações efectuadas no corredor do monumento. A presença de materiais romanos explica-se, quer pela localização, nas imediações da anta de uma importante estação romana, quer, também, pela suposta utilização do monumento megalítico como espaço funerário romano. Esta informação foi-nos prestada por alguns dos elementos do extinto Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide que participaram na escavação do monumento nos inícios da década de oitenta.

Após a extracção e crivagem das terras dos quadrados em estudo atingiram-se, então, as pedras que formaram o *tumulus* original. Verificou-se que se trata de uma mamoa constituída por blocos de granito de dimensões médias, fortemente imbricados, envoltos pelas raízes de uma oliveira, do lado sul, e de uma sobreira, no lado norte. Em face da posição das raízes, a desmontagem da mamoa prevista nesta parte do monumento implicaria, seguramente, a perca destas duas árvores. Assim, considerando, por um lado, que o tempo e verba disponibilizados para esta intervenção se esgotaram com o minucioso trabalho de reescavação das terras de superfície e, por outro, pela ausência de meios compensatórios do proprietário do terreno pela provável perca das duas árvores, optámos por terminar a segunda campanha de escavações na Anta da Tapada de Matos.

Perante a ausência de apoios, quer locais, quer nacionais, e face à intransigência dos proprietários em autorizar o estudo do monumento, terminámos nesse Verão de 1995 os trabalhos de investigação desta complexa anta. Considerando o interesse científico e arquitectónico deste monumento, justificava-se a promoção de novas, campanhas que possibilitassem o alargamento da área escavada, por forma que se possa avaliar claramente o estado de conservação do monumento, tendo em vista a



sua recuperação. Ao mesmo tempo importa compreender, em área, a provável ocupação pré-megalítica que esta grande mamoa parece ocultar.

Os materiais exumados encontram-se depositados no Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora e serão entregues na Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, logo que esta autarquia tenha condições para exposição pública dos materiais arqueológicos que possui.

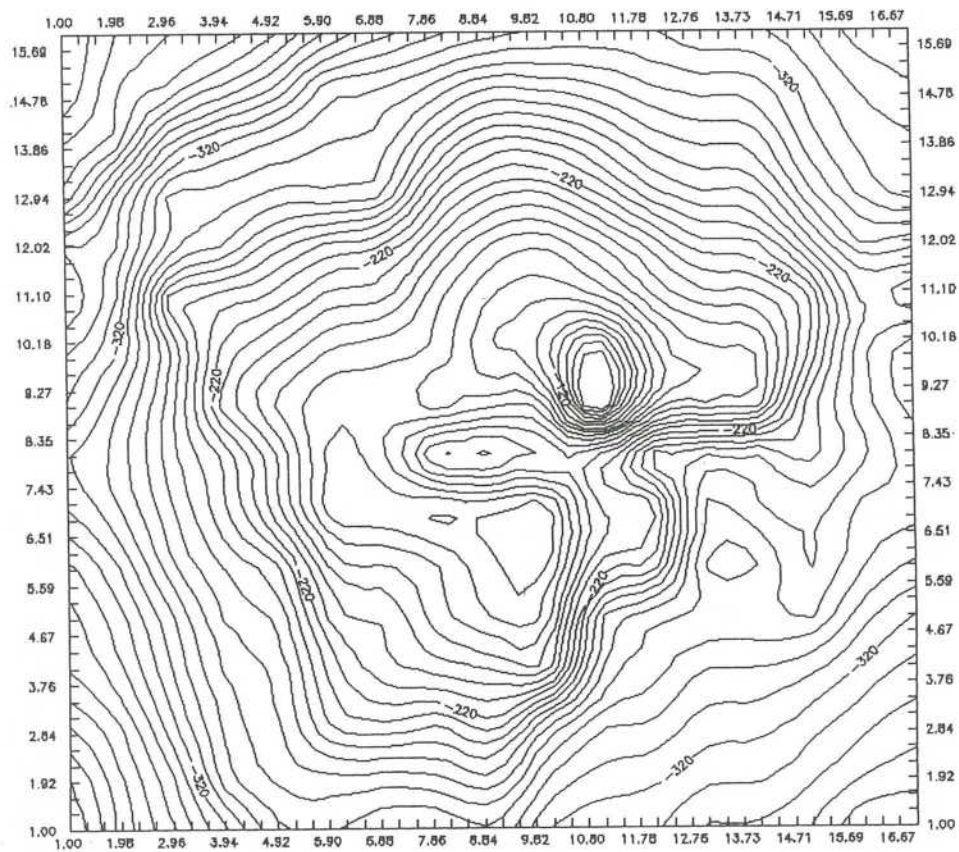
ANTA DA TAPADA DE MATOS

MATERIAIS EXUMADOS EM 1994 e 1995

N.º	OBJECTO	MATERIAL	OBSERVAÇÕES
1	Pendente zoomorfo	Pedra verde	Revolvimento da mamoa (zona norte)
2	Furador	Cobre	Revolvimento da mamoa
3	Pendente	Xisto	Revolvimento da mamoa
4	Conta de colar	Pedra verde	Revolvimento da mamoa
5	Conta de colar	Xisto	Revolvimento da mamoa
6	Furador	Sílex	Revolvimento da mamoa
7	Lâmina (fragmento)	Sílex	Revolvimento da mamoa
8	Lâmina (fragmento)	Sílex	Revolvimento da mamoa
9	"Ovinho"	Quartzo	Revolvimento da mamoa
10	Cristal	Quartzo	Corredor à superfície
11	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
12	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
13	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
14	Ponta de seta	Quartzo	Revolvimento da mamoa
15	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
16	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
17	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
18	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
19	Recipiente (fragmento)	Cerâmica	Revolvimento do corredor
20	Recipiente (fragmento)	Cerâmica	Revolvimento do corredor
21	Cossoiro (fragmento)	Cerâmica	Mamoa à superfície
22	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
23	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
24	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
25	Ponta de seta	Sílex	Revolvimento da mamoa
26	Ponta de seta	Quartzo	Interior do alvéolo de esteio do corredor
27	Ponta de seta	Quartzo	Revolvimento da mamoa
28	Ponta de seta	Quartzo	Revolvimento da mamoa
29	Ponta de seta	Quartzo	Revolvimento da mamoa
30	Ponta de seta	Quartzo	Revolvimento da mamoa

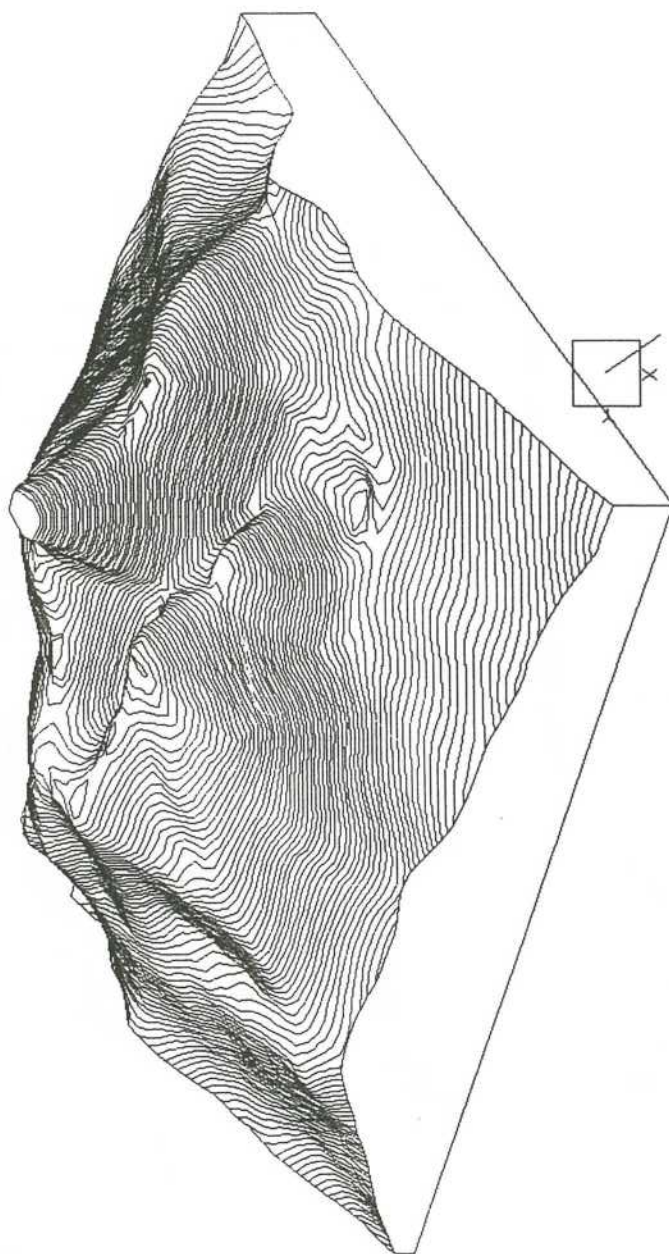


Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide



Levantamento Topográfico

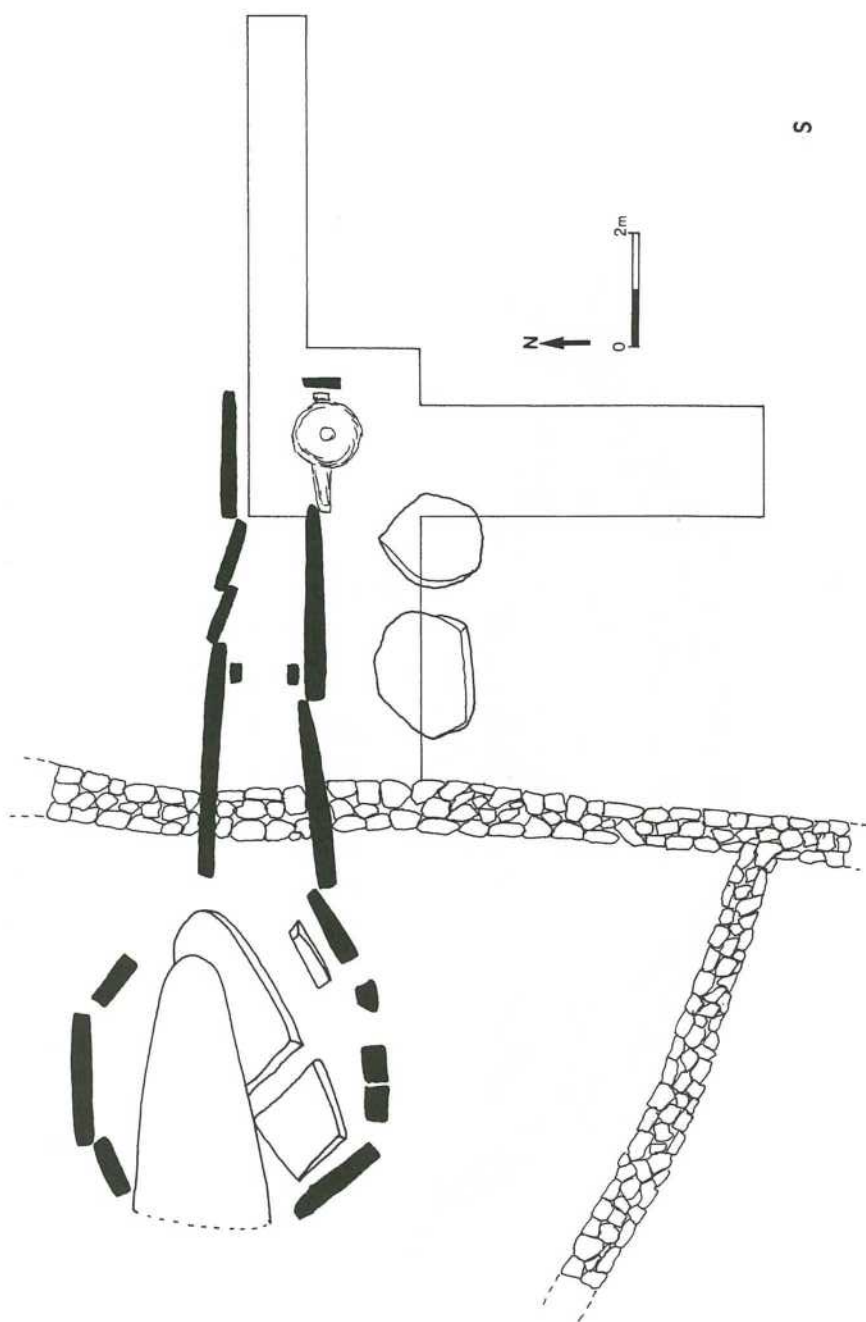




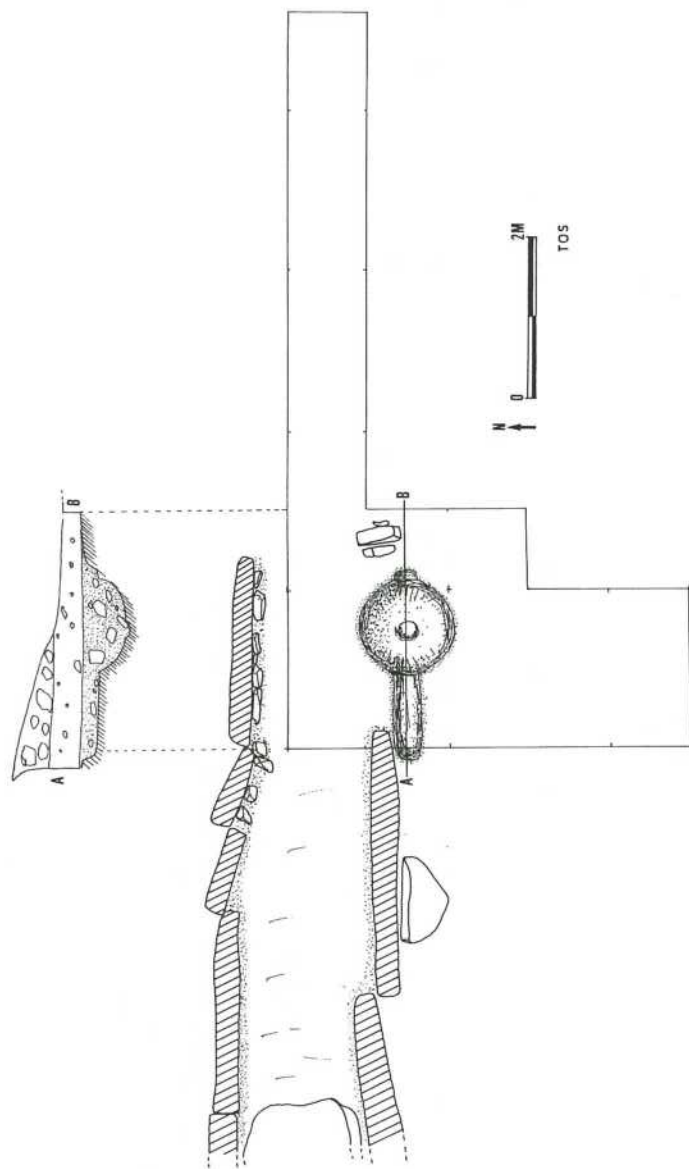
Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide

A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide



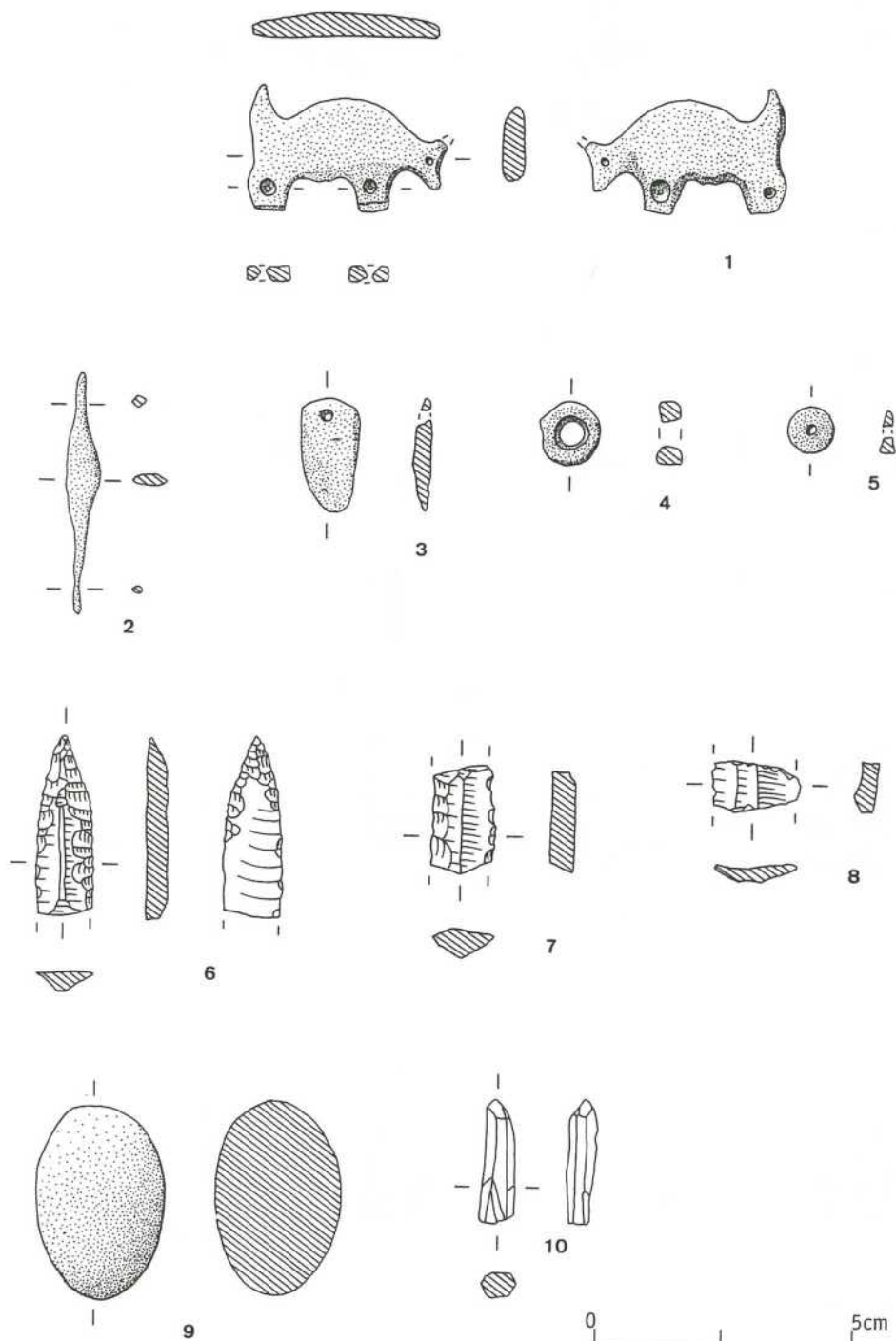


Anta da Tapada de Matos – área escavada



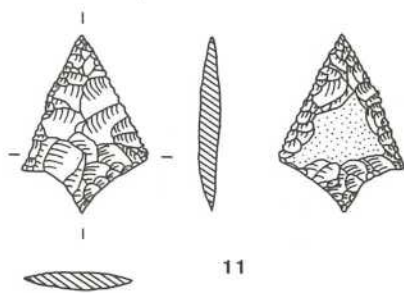
Anta da Tapada de Matos – localização do silo



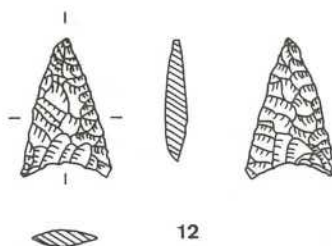


A Anta da Tapada de Matos - Castelo de Vide

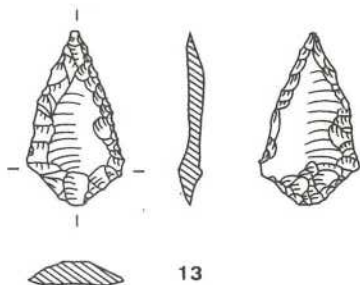




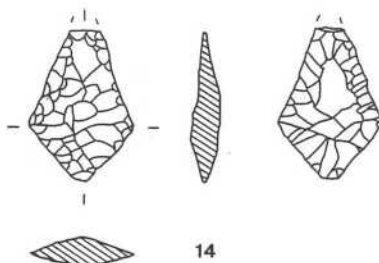
11



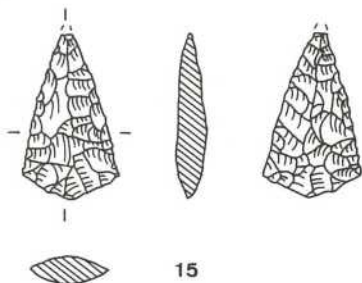
12



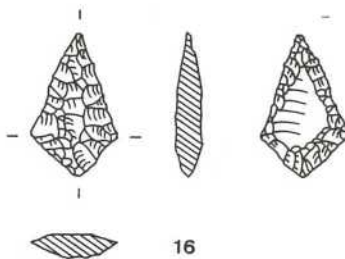
13



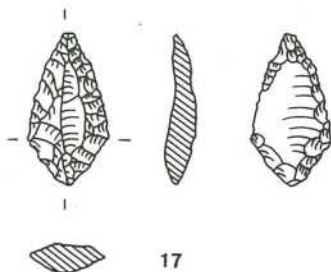
14



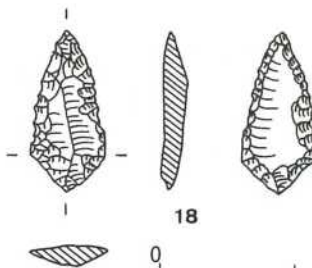
15



16



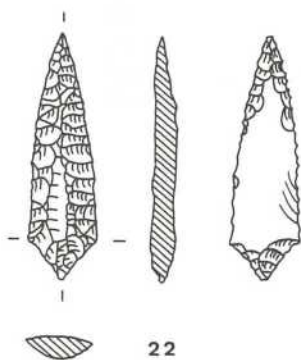
17



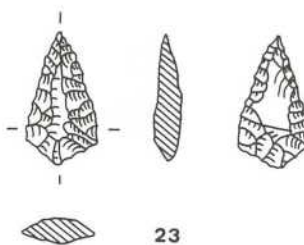
18

0 5cm

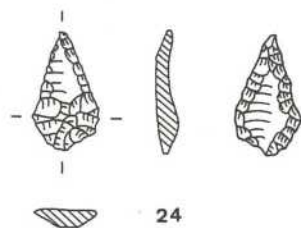




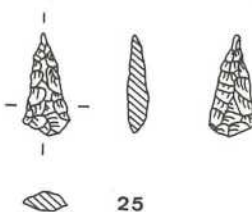
22



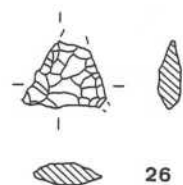
23



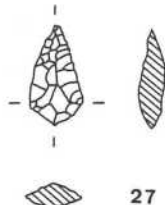
24



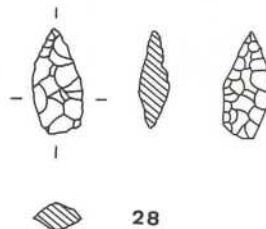
25



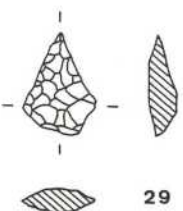
26



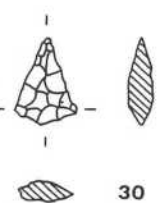
27



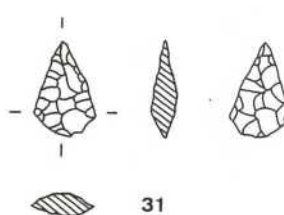
28



29



30

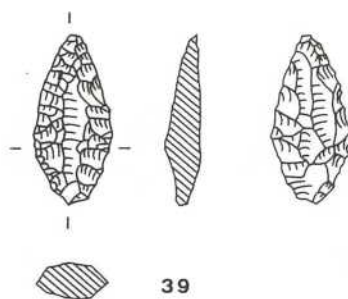
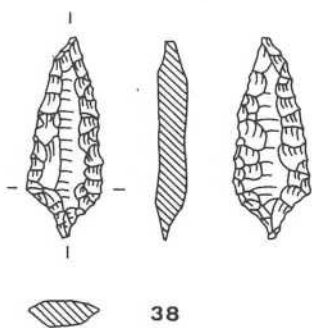
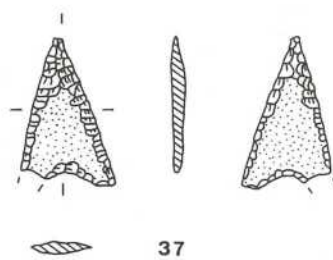
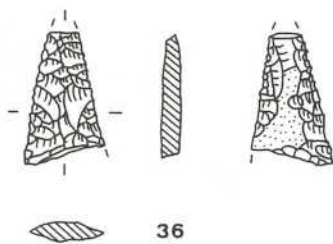
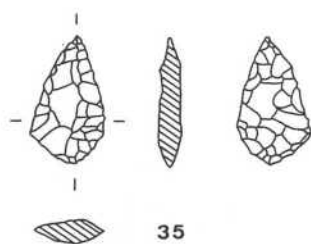
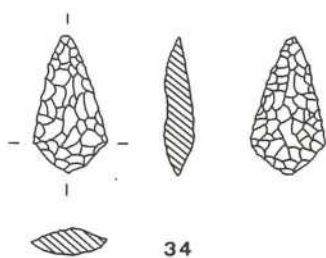
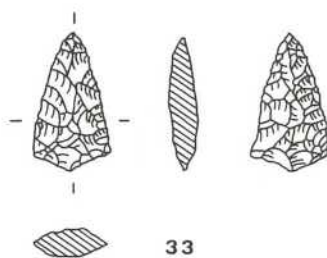
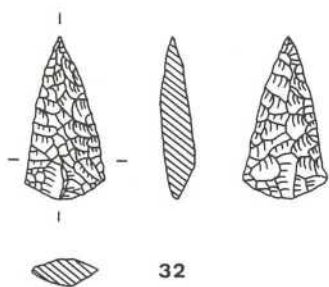


31

0 5cm

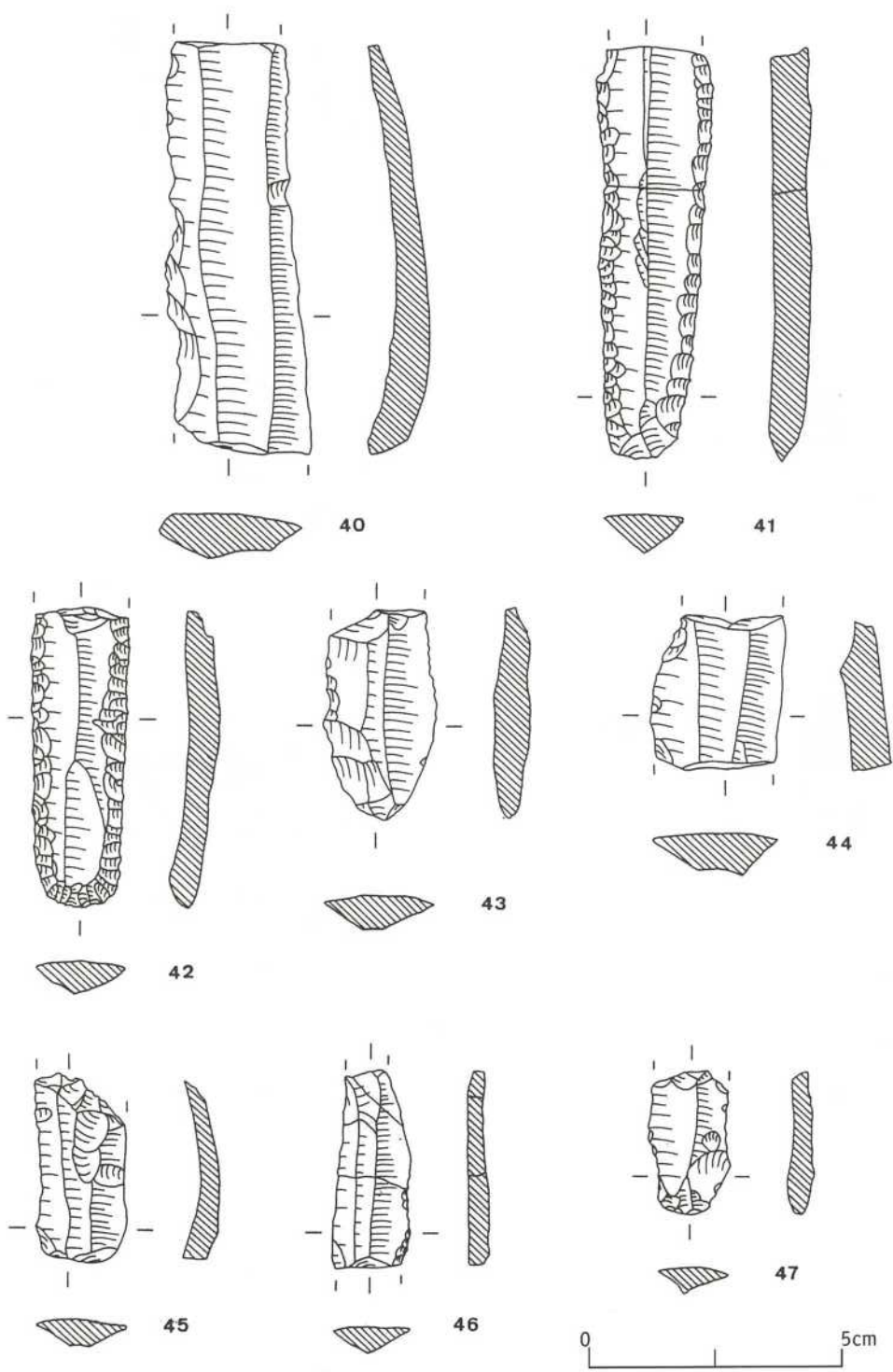
A Anta da Tapada de Matos - Castelo de Vide





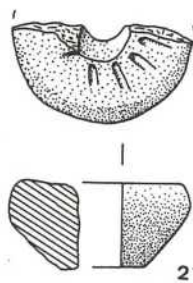
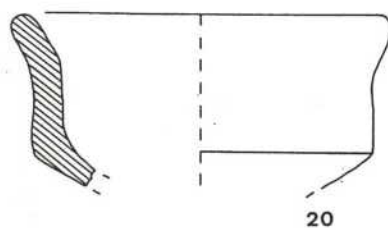
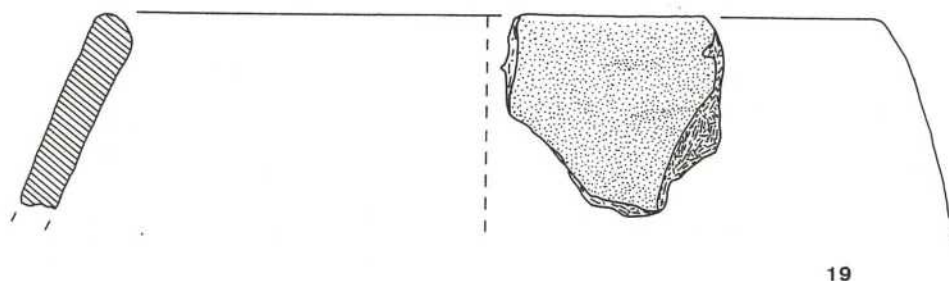
0 5cm





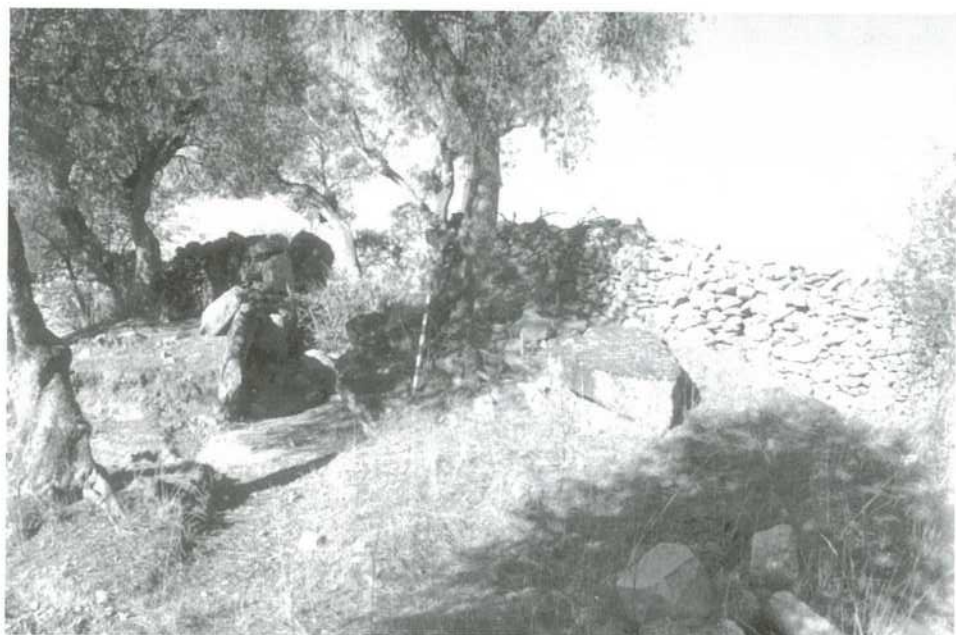
A Anta da Tapada de Matos - Castelo de Vide





0 5cm





Anta da Tapada de Matos – antes da escavação



Anta da Tapada de Matos – aspecto da escavação

A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide





Anta da Tapada de Matos
- aspecto da sondagem na mamoa

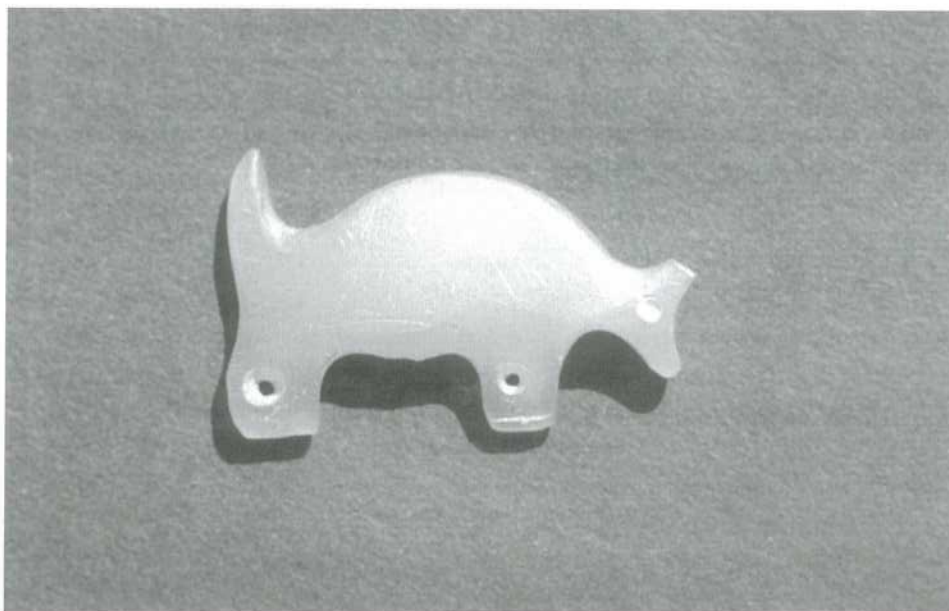


Anta da Tapada de Matos
- Silo identificado junto ao corredor



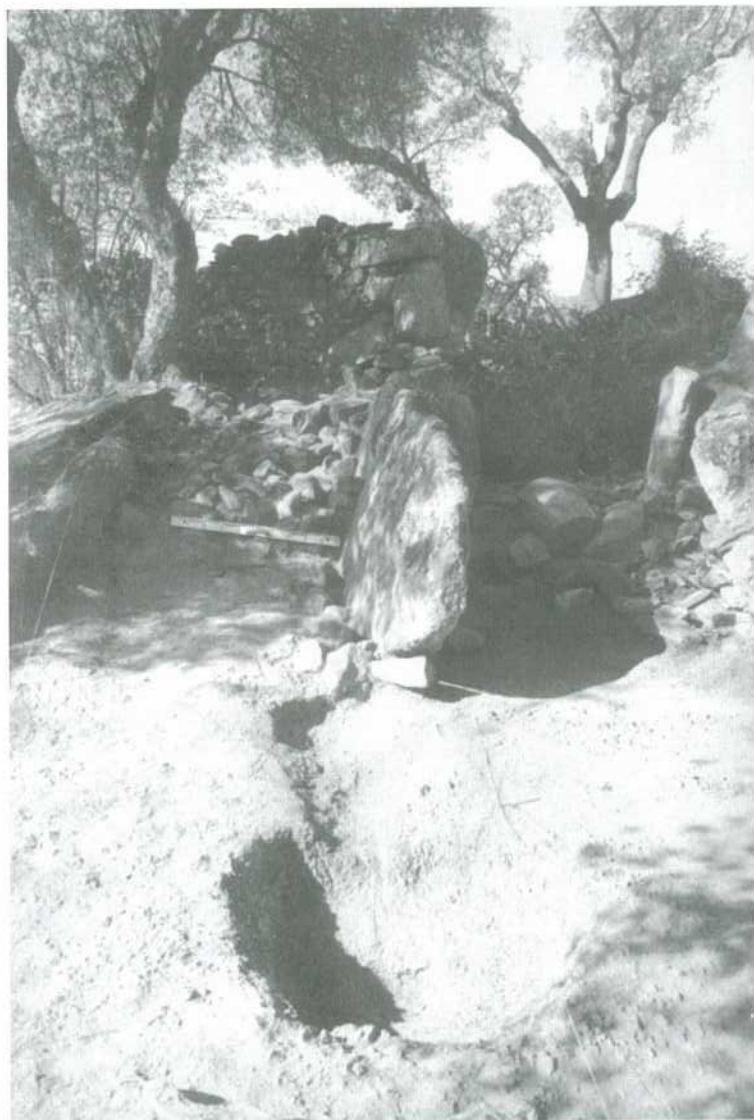
Anta da Tapada de Matos –
estatueta zoomórfica

Anta da Tapada de Matos
– estatueta zoomórfica



A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide





Anta da Tapada de Matos – vista geral da área escavada

O Menir do Castelo Velho

Após o final do domínio dos últimos caçadores recolectores da velha Europa, assistimos ao surgimento de uma forma totalmente nova de obtenção dos meios de subsistência. Esta viragem está intrinsecamente ligada às alterações dos processos climatéricos observáveis neste período de transição, resultantes no aquecimento do clima, sem o qual o modo de produção neolítico não teria conseguido vingar. O desenvolvimento de técnicas de domesticação de espécies animais e vegetais, precipitando o processo de produção agrícola e criação de gado, fomentaram a proliferação de comunidades agro-pastoris. Estas comunidades, para além de viverem da recolha de vegetais e frutos, da caça e da pesca, desenvolveram novos processos de produção de alimentos. Desta forma, foi possível obter um aporte de calorias mais regular, sem a sujeição às contingências próprias da caça, pesca e recolha, presentes no modo de vida das comunidades que existiram até esta época.

A transformação patente na economia vai interferir e interagir com outros aspectos da vida destas sociedades, originando, culturalmente, todo um conjunto de crenças, ideologias e mentalidades próprias. Estes conceitos abstractos chegaram até nós, de forma incompleta e indirectamente, através da cristalização das crenças e construções mentais destas populações, tendo como resultado, em termos de cultura material, a construção e erecção de monumentos megalíticos que chegaram até nós na forma de antas, menires, cromeleques e outros.

É sobre este aspecto das comunidades neolíticas que iremos falar de seguida, mais precisamente sobre um menir desconhecido até agora, o menir do Castelo Velho.

O achado deste menir não é de forma alguma surpreendente, uma vez que foi localizado numa zona, no Nordeste Alentejano, onde abundam as referências a vestígios megalíticos¹. Corresponde ao terceiro menir detectado no concelho de Castelo de Vide, sendo os outros dois o menir da Meada e o do Carvalhal. Este monumento

¹ Basta atentar na listagem de monumentos apresentada pelo Prof. Doutor Jorge de Oliveira, em OLIVEIRA, Jorge – 1997.



localiza-se na linha de cumeada que divide a bacia hidrográfica do rio Sever e da Ribeira da Vide, a meio caminho entre o marco geodésico da Fonte Branca e o povoado fortificado do Castelo Velho, junto ao caminho que dá acesso a este último². A matéria-prima utilizada para talhar o menir do Castelo Velho foi o grauvaque, tendo sido encontrado na zona dos xistos, aos quais está geologicamente associado. No entanto, todos os restantes menires localizados até agora nesta área, que corresponde, *grossomodo*, à vertente norte da serra de São Mamede, foram obtidos em granito³ calcoalcalino porfiróide de grão médio ou grosso, característico da região onde se implantam, sendo, por este facto, o menir do Castelo Velho o primeiro a ser produzido em grauvaque.

Aquando da sua descoberta, constatámos que este menir servia de suporte de vedação e encontrava-se caído, o que provavelmente indicará que este menir tenha sido deslocado da sua posição original, encontrando-se actualmente em posição secundária. Quanto a dimensões, o menir do Castelo Velho mede 1,60 m de altura máxima por 0,59 m de largura máxima. A espessura máxima fica pelos 0,32 m. A forma que este monumento apresenta, assenta em grande parte na clivagem típica da rocha em que foi talhado. Ao olharmos para as dimensões dos outros menires desta região, a primeira ilação que retiramos resume-se à grande heterogeneidade existente entre este conjunto. Encontramos menires como o da Meada com uma altura de 7,52 m e cerca de 16 toneladas de peso e outros menires como o da Água de Cuba, com cerca de 360 quilogramas de peso e 1,70 m de comprimento⁴. É com este último que mais se assemelha o menir do Castelo Velho, quanto às suas dimensões, sendo no entanto morfologicamente diferentes, uma vez que são compostos por matérias-primas distintas.

As faces do menir do Castelo Velho, apresentam tratamentos diferentes nas suas superfícies. Enquanto uma das faces se apresenta bem regularizada, mostrando um grande grau de polimento, as outras não sofreram qualquer grau de regularização, excepto as arestas de cada uma das faces. Na parte frontal, a face mais polida, o menir apresenta nove covinhas do lado direito. Em relação às covinhas, estas possuem profundidades diferentes, tendo sido obtidas através de uma técnica de abrasão rotativa, fazendo com que as covinhas apresentem uma superfície concêntrica suave e polida. Estas covinhas possuem diversos diâmetros, que vão desde 1 cm a cerca de 3 cm nas covinhas mais profundas (ver Figura).

Devido ao seu tamanho, trata-se de um menir que seria facilmente transportado para o local predestinado, que e no nosso entender, não seria muito longe do local onde foi encontrado. Estaria possivelmente localizado na pequena elevação que se lhe apresenta cerca de 50 m a sudoeste e que possui a cota altimétrica de 286 m.

² Coordenadas Gauss: N 600 858

– Carta Militar de Portugal n.º 325 (Esc. 1/25 000)

– Altitude: 266 m.

³ OLIVEIRA, Jorge – 1997, p. 238.

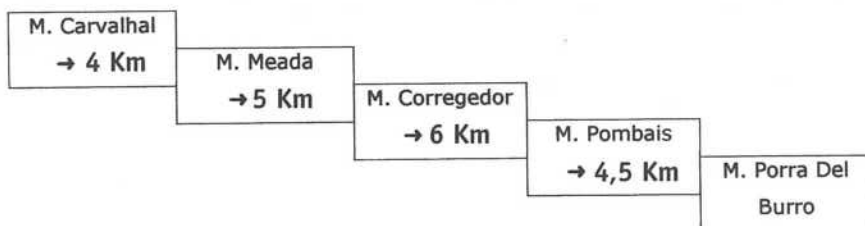
⁴ Idem, p. 239.



Se atendermos à localização de todos os outros menires da região, descobrimos que à excepção do menir da Água da Cuba e dos de Vale de San Benito, todos os outros estão colocados estrategicamente sobre linhas de cumeada, sobranceiras a cursos de água subsidiários do rio Sever. Tal facto também acontece com o menir do Castelo Velho.

O local por nós proposto para a sua localização original apresenta um campo de visão livre para sul, demonstrando que facilmente seria avistado por quem estivesse junto ao menir da Meada. Actualmente, a vegetação que envolve o menir da Meada é bastante densa, no entanto, se tivermos em conta a altimetria de um e de outro, podemos constatar que o menir do Castelo Velho se encontra 86 m mais a baixo que a cota do menir da Meada, distando deste cerca de 4,6 Km em linha recta. A relação entre estes dois menires define um alinhamento Norte/Sul, apresentando, os dois, a mesma longitude. Já em relação ao menir do Carvalho, a distância é um pouco superior atingindo cerca de 5,2 Km, não sendo no entanto avistável.

Segundo o Prof. Jorge Oliveira, os menires do Carvalho, Meada, Corregedor, Pombais e de Porra del Burro formam uma linha divisória entre os xistos e os granitos, no entanto, o menir do Castelo Velho apresenta-se a Norte desta linha, em pleno complexo xistoso. As distâncias entre os menires que formam este alinhamento, apresentam valores algo coincidentes com os anteriores, à excepção da distância entre o menir do Corregedor e o dos Pombais, que é de cerca de 6 Km (ver Quadro).



Um dos aspectos mais relevantes deste achado é, sem dúvida, a sua decoração com covinhas, fazendo com que seja, até ao momento, o único menir, nesta zona do território, com esta característica⁵. No entanto, existem, nesta região, outras ocorrências de monumentos com covinhas. Este tipo de decoração aparece numa rocha do Povoado dos Vidais (St. António das Areias)⁶ e numa mó (dormente) do povoado pré-histórico das Carreiras (Portalegre). Um esteio da anta Del Lindon de Campete (Cedilho), como o nome indica, já em território espanhol, apresenta também uma decoração conseguida com o recurso a covinhas. A presença de covinhas em monumentos megalíticos, e mais precisamente em menires, não é algo raro no panorama nacional, aparecendo amiudadamente de norte a sul do país. Aparecem covinhas no menir de Marco da Anta

⁵ O menir da Porra Del Burro também apresenta este tipo de decoração, mas já se situa em Espanha. OLIVEIRA, - Jorge - 1995, p. 76-77.

⁶ Informação do Dr. Miguel Filipe Correia.



(Germil, Ponte da Barca, Viana do Castelo), na estátua menir da Bouça (Bouça, Mirandela, Bragança), na estela menir da Caparosa, no menir dos Carvalhais (Carvalhais, S. Pedro do Sul)⁷, no menir do Vale de Maria Pais⁸, nos menires n.ºs 5 e 13 do Cromeleque dos Almendres e no menir do Vale de Rodrigo (Évora)⁹, entre outros.

Tem sido aceite, genericamente, que o aparecimento de covinhas neste tipo de monumentos nos remete para a época Calcolítica, para a introdução de novas crenças e de novas técnicas ao serviço de populações que já dominavam o trabalho do cobre. O facto de este menir se encontrar próximo do povoado do Castelo Velho parece coincidir com o critério apresentado anteriormente, visto que se trata possivelmente de um povoado Calcolítico¹⁰. Esta mesma associação pode ser feita entre o monumento megalítico dos Pombais e um *habitat* Calcolítico existente nas imediações. Outra das coincidências a referir será o facto de a anta dos Pombais, também nas proximidades desse *habitat* Calcolítico, ser constituída por esteios de xisto e chapéu de granito, estando localizada em terrenos xistosos sobre o rio Sever.

O menir do Castelo Velho vem demonstrar, mais uma vez, que o discurso científico em arqueologia, como na generalidade das outras ciências, é alvo de constantes alterações que o transformam, lhe facultam novas perspectivas e, em resumo, o enriquecem. Este monumento, não obstante o facto de não se conhecer com precisão o local de implantação original, vem levantar novas questões sobre a problemática do megalitismo nesta zona do nordeste Alentejano. Vem acrescentar mais algumas dúvidas sobre o conhecimento que se tinha da realidade da ocupação megalítica e, principalmente, abrir novas vias de investigação para quem quiser trilhar este caminho árduo, mas aliciante, da procura das nossas raízes.

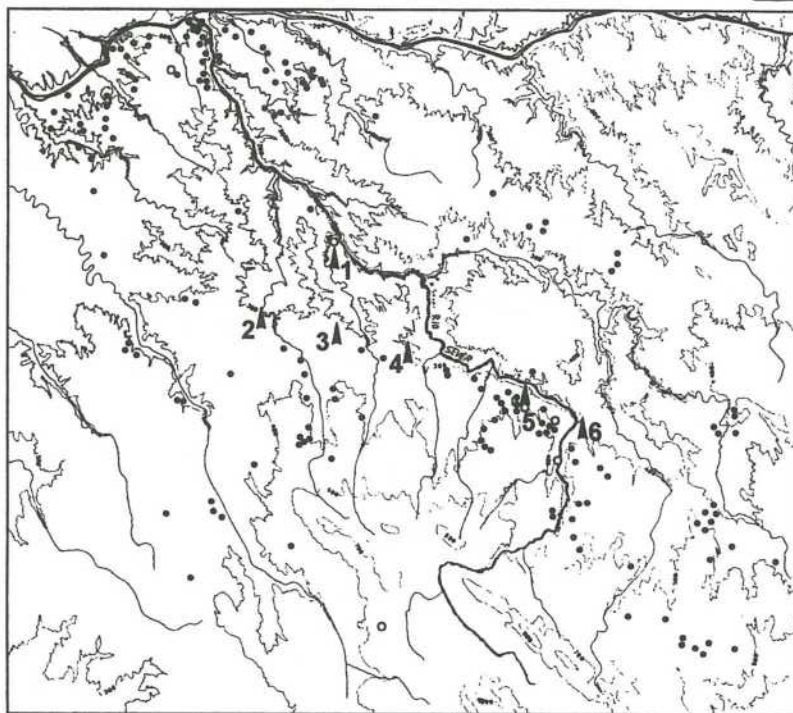
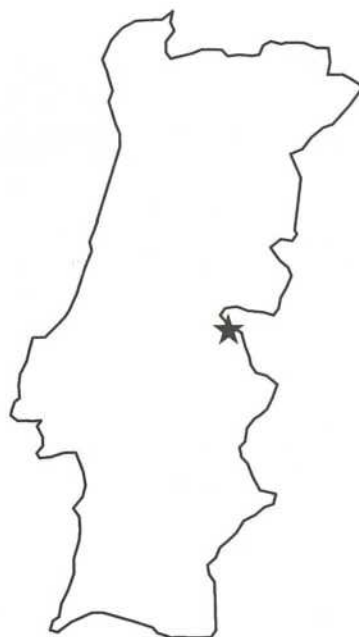
⁷ – CARVALHO, P.M.S., GOMES, L.F.C. – 199?, p. 372.

⁸ – CARVALHO, P.M.S., GOMES, L.F.C. – 199?, p. 371.

⁹ – VARELA GOMES, M. – 199?.

¹⁰ – AGUILAR, Clara (1994).

1. Menir do Castelo Velho
2. Menir do Carvalhal
3. Menir da Meada
4. Menir do Corregedor
5. Menir dos Pombais
6. Menir da Porra del Burro

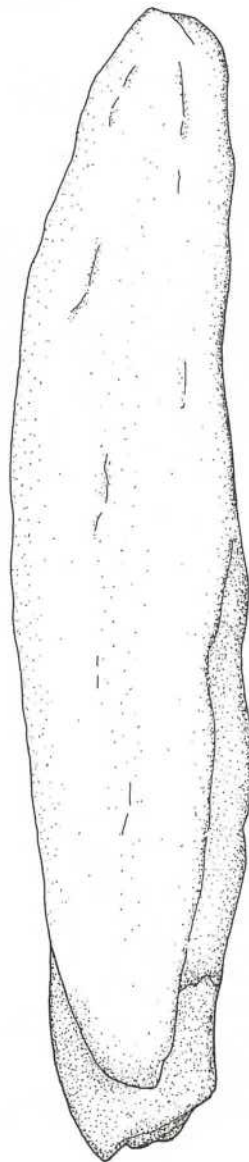
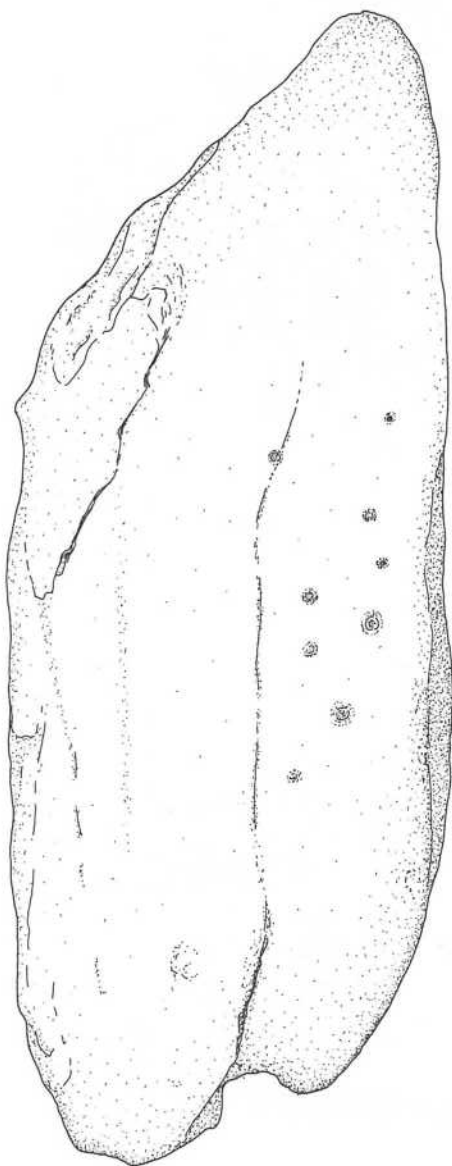


CARTA HIPSOMÉTRICA DA BACIA DO RIO SEVER
(Adaptado J. Oliveira)



O Menir do Castelo Velho





O Menir do Castelo Velho





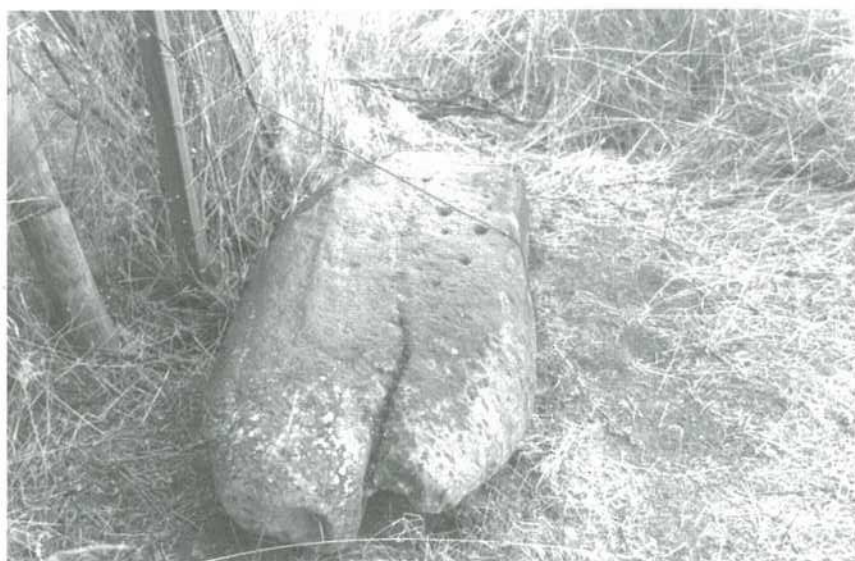
O Menir quando foi encontrado junto à divisão da propriedade.



Lado oposto sobre o qual estava tombado o menir



Pormenores das covinhas (ver desenho)



A face trabalhada do menir, podendo observar-se as covinhas no lado direito.



BIBLIOGRAFIA:

- CARVALHO, Pedro M. Sobral de, GOMES, Luís Filipe Coutinho, "O menir do Vale de Maria Pais (Antas, Penedono). Notícia preliminar", Actas do seminário *O megalitismo no Centro de Portugal*, Centro de Estudos Pré-históricos da beira Alta, Estudos Pré-históricos, Vol. II, Viseu, 1994.
- OLIVEIRA, Jorge – "A Recuperação do Menir da Meada e o seu Enquadramento Histórico e Geográfico na Bacia do Rio Sever", IBN MARUAN - Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 5 – Dezembro de 1995.
- OLIVEIRA, Jorge – "Antas e Menires do Concelho de Marvão", IBN MARUAN - Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 8 – Dezembro de 1998.
- OLIVEIRA, Jorge – "Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever", Tomo I, Edição Especial da revista IBN MARUAN, 1997 Leroi-Gourhan, André, "Dictionnaire de la Préhistoire", Quadrige – Presses Universitaires de France, 1997.
- VARELA GOMES, M., "Menires e cromeleques no Complexo cultural megalítico: trabalhos recentes e estado da questão", Actas do seminário *O megalitismo no Centro de Portugal*, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, Estudos Pré-históricos, Vol. II, Viseu, 1994.
- AGUILAR, Clara. "O Povoado de Castelo Velho – Castelo de Vide", Trabalho da Cadeira de Seminário de Arqueologia, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.
- 1- Basta atentar na listagem de monumentos apresentado pelo Prof. Doutor Jorge de Oliveira em OLIVEIRA, Jorge - 1997
- 2- Coordenadas Gauss: N 600 858
- Carta Militar de Portugal n.º 325 (Esc. 1/25 000)
- Altitude: 266m
- 3- OLIVEIRA, Jorge – 1997, p.238
- 4- Idem, p. 239.
- 5- O menir da Porra Del Burro também apresenta este tipo de decoração mas já se situa em Espanha. OLIVEIRA, Jorge- 1995, p.76/77
- 6- Informação do Dr. Miguel Filipe Correia
- 7- CARVALHO, P.M.S., GOMES, L.F.C. – 199?, p. 372
- 8- CARVALHO, P.M.S., GOMES, L.F.C. – 199?, p. 371
- 9- VARELA GOMES, M.-199?
- 10- AGUILAR, Clara (1994).



Juan Javier Enríques Navacués
Maria Jesús Carrasco Martín
En recuerdo a D. Elías Diéguez Luengo
Ibn Maruán, n.º 9/10, 1999-2000, 271-301

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara

RESUMO

As antas de câmara e corredor curto (CCC) são uma variedade megalítica bem implantada no N.O. alentejano e no actual território espanhol de Valência de Alcântara. Nesta última área haviam-se reconhecido sete CCC: Datas 2, La Marquesa, Cajirón 1 e 2, Tiracalzas, Tapada del Anta e El Palancar – mais outras possíveis – com trabalhos arqueológicos feitos no Data 2, Cajirón 1 e La Marquesa. Agora, as intervenções havidas para a consolidação e recuperação das antas de granito valencianas permitem precisar qualquer outras coisas e assim podem-se agregar às CCC já apontadas as antas de Datas 1 e La Miera, mais afastada da relação fica a Tapada del Anta, que resultou ser uma anta de corredor longo.

Apresentamos agora a documentação conseguida de La Miera, Datas 1 e Cajirón 2, a qual aporta novidades de interesse. A Miera era um monumento arruinado e indefinido que hoje pode destacar-se: 1 – pela sua singular estrutura arquitectónica na composição da câmara, no que respeita sobretudo à colocação dos esteios, 2 – pela presença no corredor de 4 pedras cravadas no chão à maneira de menires, 3 – pelo achado dum depósito de objetos polidos. A limpeza de Datas 1 ofereceu a existência do esteio de encerramento da câmara, pedra que foi confundida com a cobertura. O Cajirón 1, de pequenas dimensões, apresentou uma linha do átrio exterior bem conservada e, nas suas imediações, uma possível pedreira de extracções de esteios.

Los dólmenes de Cámara y Corredor Corto (CCC) constituyen una variedad megalítica bien implantada en el N.O. alentejano y, dentro del actual territorio español, en el núcleo de Valencia de Alcántara, el cual, tal y como se ha señalado, hay que considerar integrado junto a los del otro lado de la frontera (Bueno, 1988; Oliveira, 1997). Para esta zona de Valencia de Alcántara, P. Bueno había reconocido un total de siete ejemplos de C.C.C.: Datas 2, La Marquesa (o Los Mellizos, como



también le llaman), Cajirón 1, Tiracalzas, Tapada del Anta, El Palancar y Cajirón 2, además de otros posibles (Bueno, 1988, 22 y 161). De ellos, bien documentados se encontraban los de Datas 2, La Marquesa y Cajirón 1, donde había realizado trabajos arqueológicos. Ahora, como consecuencia del proyecto de consolidación y recuperación de los dólmenes de granito de Valencia de Alcántara, del que ya se dió noticia en el n.º 7 de esta revista (Carrasco y Enríquez, 1997), pueden precisarse un poco más las consideraciones del estudio de P. Bueno a propósito de los C.C.C. Así, a la lista citada hay que añadir con seguridad los dólmenes de La Miera y Datas 1, a la vez que quitar el de Tapada del Anta, que tras los trabajos efectuados ha resultado ser un espectacular dolmen de corredor largo.

Vamos a presentar por tanto en este artículo la documentación obtenida de los nuevos CCC de La Miera y Datas 1, así como el del Cajirón 2, donde también se ha trabajado, ya que aportan importantes novedades.

El dolmen de La Miera era aparentemente uno de los monumentos megalíticos arruinados y de imposible definición de la zona de Valencia de Alcántara y que ahora merece la pena destacar por tres razones fundamentales: 1 – por la especial estructura arquitectónica de la cámara, única de momento en la zona; 2 – por la presencia en el corredor de cuatro piedras hincadas a manera de pequeños menhires, tres de los cuales delimitan con claridad un espacio; y 3 – por el hallazgo de una deposición de objetos pulimentados en la zona comprendida entre tres de los citados menhires y la entrada de la cámara. La Miera ha proporcionado además otros aspectos dignos de ser tenidos en cuenta, como son la presencia de un atrio exterior y la existencia de un molino de mano, partido detrás del ortostato de cabecera de la cámara, justo en el medio. La limpieza del dolmen de Datas 1 ha permitido documentar la existencia del ortostato de cierre de la cámara, piedra que había sido confundida con la cubierta caída, así como certificar su considerable tamaño y su encuadre dentro de los CCC. El Cajirón 2, al contrario que Datas 1, ha resultado ser un dolmen de pequeño tamaño y en sus inmediaciones parece poderse señalar un área de posible cantera para ortostatos, con huellas de extracciones.

1. LA MIERA (lám. I-III)

1.1. Situación, estado inicial, patologías e intervención. El dolmen se situa unos 5 kms. al O.-SO. de Valencia de Alcántara, sobre una suave loma no dominante de 489 m. de altitud, rodeada de formaciones graníticas de mayor altura por el E. y O. que dejan un reducido campo visual en el eje N.-S.. No resulta así un punto destacado del entorno y sólo es visible desde las proximidades (fig. 1). Estaba ya recogido por Diéguez, con el n.º 33 de su catálogo, quien presentó una planta de la cámara y se hizo eco de la destrucción del mismo y del aprovechamiento de piedras que de él procedían en un caserío cercano (Diéguez, 1976). Más tarde, Bueno actualizó la planta, pero su estado de conservación le impidió encuadrarlo tipológicamente (Bueno, 1988, 90)). Antes del inicio de nuestros trabajos, conservaba sobre el terreno restos visibles de cuatro ortostatos, uno de ellos roto y otro completamente vencido

al interior (fig. 1), junto a los cuales se apreciaba un gran agujero de saqueo. No había trazas reconocibles ni del corredor ni del túmulo.

Aunque inicialmente la intención era la de consolidar los cuatro ortostatos visibles, después de las tareas de limpieza superficial de terreno fueron apareciendo elementos constructivos originales que estaban caídos, rotos y removidos, por lo que se procedió a una limpieza más en profundidad que permitió definir la planta de la cámara y recuperar buena parte de su alzado, así como delimitar un corredor corto y el citado atrio (fig. 2).

El entorno de las piedras del dolmen estaba lleno no sólo de maleza, sino de gran cantidad de piedras sueltas y diversas huellas de grandes agujeros en la parte que resultó ser la zona central de la cámara. Del ortostato n.º 1, según se mira el dolmen por la izquierda, no se apreciaba nada, pero en la limpieza superficial apareció el fragmento inferior del mismo encajado en el suelo. El n.º 2 era uno de los conservados en pie, prácticamente completo, y pudo comprobarse más tarde como conservaba sus calzos y como apenas había basculado. El n.º 3 era otro de los conservados, pero estaba desplomado aunque pudo corregirse el mismo al tener su base bien encajada en la caja de cimentación abierta en la roca. Del 4 o piedra de cabecera tampoco se apreciaba nada, pero bajo un montón de piedras sueltas apareció el fragmento inferior bien encajado y cinco fragmentos grandes que casaban y pudieron ser cosidos y restituidos. El n.º 5 apenas si era visible, se trataba de un fragmento desplazado y vencido que no obstante pudo ser recolocado y recalzado en su zanja de cimentación que está muy bien delimitada. Por su parte, el 6 se conservaba en pie, aunque completamente vencido al interior, algo basculado y con fisuras. Estas debieron ser selladas, la basculación corregida y su base recalzada con piedras del terreno. Al n.º 7 correspondía el gran trozo caído al interior, que estaba roto, pero apareció el fragmento basal encajado en la cimentación y pudo ser cosido al mismo junto a otro fragmento intermedio del tercio inferior, que estaba también caído y roto, pero cuyos planos de fractura casaban. Durante estas tareas en la cámara se detectó la presencia de corredor, que, con suficientes elementos conservados de sus trazas más definitorias, fue objeto de limpieza, consolidación y documentación, de manera que el dolmen de La Miera resulta hoy definible en varios de sus rasgos más esenciales.

1.2. Estructura del dolmen. Como puede comprobarse por la planta final (fig. 2), se trata de un dolmen de corredor corto, con atrio de acceso, de orientación E.-O., del que no hay restos seguros de la cubierta y con apenas trazos del túmulo, solo reconocible por la presencia de grandes bloques de piedra en la parte trasera de la base de los ortostatos.

La *cámara* presenta un diámetro interior de 4 m. en el eje E.-O. y 3,90 m. en el N.-S., con una abertura en la entrada de 1,70 m., flanqueada por dos pequeñas jambas colocadas en el interior, junto a los ortostatos externos. El ortostato más ancho es el central, con 2,35 m., y el más alto de los conservados el n.º 7, que desde el suelo en que se abre su caja de cimentación ofrece 3,85 m. La estructura de esta cámara tiene la particularidad de que los ortostatos laterales del centro, los n.º 2 y 6, apoyan desde la base sobre los que los flanquean, es decir sobre los 1-3 y 5-7 respectivamente,



hecho éste que sólo es explicable si fueron los últimos en colocarse. Se trata así del único caso conocido hasta ahora en la zona que ofrece esta disposición y estructura de los ortostatos, de la cual resulta que la planta de la cámara es la de contorno más circular de la serie de dólmenes de la cuenca del Sever. Por otra parte, esta inusual disposición de los ortostatos, debió favorecer, por las presiones, que los n.ºs 1 y 7 se rompiesen a muy poca altura del suelo y por contra que los citados 2 y 6 se conservasen en pie. También a este respecto hay que apuntar que los ortostatos, bien encajados en sus cajas de cimentación, se apoyaban exteriormente en las grandes piedras de la base del túmulo, pero por el interior solo los n.ºs 2 y 6 tuvieron con seguridad piedras de calzo. Si el resto de los ortostatos los tuvieron no había indicio. Tampoco se encontraron piedras exteriores de refuerzo, con excepción de una de tamaño mediano situada tras los ortostatos 3 y 4 (fig. 2).

En el espacio interior de la cámara se conservaba en ciertos puntos el piso original, que estaba constituido por tierra del propio terreno (sabio) bien apisonada y sobre ella una fina capa rojiza de 5 cm. de espesor. Los únicos hallazgos de materiales arqueológicos no removidos se encontraron en contacto con esta fina capa.

En el acceso a la cámara, apareció en el lado izquierdo, junto al ortostato n.º 1, una piedra hincada de forma vertical, que estaba también rota, pero con la parte inferior en su emplazamiento original calzada con piedras pequeñas. En el lado opuesto, junto al ortostato n.º 7, no se pudo encontrar restos de su pareja pero sí el agujero abierto en la roca y bien marcado de lo que parece que fue el anclaje de la misma. Estos datos permiten afirmar, como se ha dicho, que el acceso a la cámara estuvo flanqueado por dos jambas interiores, prácticamente alineadas con respecto a la esquina de los ortostatos exteriores.

El *corredor*, por su parte, presenta planta trapezoidal y está delimitado por dos grandes piedras de más de 2 m. de longitud, colocadas de forma horizontal, que se estrechan desde el acceso a la cámara hacia el exterior. La altura máxima de este corredor no supera los 60 cm. desde el suelo natural donde están las piedras encajadas. En el interior de este corredor aparecieron hincadas verticalmente y calzadas con pequeñas piedras los cuatro pequeños menhires referidos, tres en el lado izquierdo o sur, sin alineación, y uno en el lado derecho o norte (fig. 2). El rasgo más sobresaliente de este corredor es así la presencia de estas piedras, todas con calzos. Son de forma irregular que tiende al paralelepípedo, con una longitud entre 40 y 50 cm., anchuras entre 20 y 30 cm. y grosores similares, que sobresalen del terreno entre 40 y 50 cm. El espacio delimitado por las tres piedras hincadas del lado izquierdo hacia la cámara, sobre la capa rojiza, es donde se encontró la concentración a manera de depósito de 21 objetos pulimentados (fig. 3). El piso del corredor estaba formado, donde pudo detectarse, por la misma tierra apisonada con la capa de tierra fina y rojiza de espesor no mayor a los 5 cm. de que se habló para la cámara.

Dos piedras verticales pequeñas que estrechan el vano separan el corredor del espacio considerado como *atrio*, que presenta una losa colocada horizontalmente que no supera los 1,5 m. de longitud en el lado izquierdo y dos más pequeñas puestas de manera vertical en el derecho. Dibuja también en planta este atrio un trapecio,

abierto en este caso al exterior, donde la anchura es de 0,95 m, mientras la altura, más baja que la del corredor, apenas llega a 0,50 m.

1.3. Materiales arqueológicos. Con excepción del depósito de objetos pulimentados al que enseguida nos referiremos, el resto de los materiales arqueológicos encontrados en la Miera estaban revueltos y dispersos, sobre todo por la cámara, pero también por el corredor, dentro siempre de espacios removidos. El número total de objetos manufacturados recogidos es de 88 (sin contar con el fragmento de molino de mano aparecido tras el ortostato de cabecera), de los que 32 son objetos pulimentados, 29 fragmentos cerámicos, 26 piedras talladas y 1 fragmento de pizarra trabajada. Además de estos objetos, se encontraron otros no elaborados pero ajenos al terreno, como es el caso de pequeños cantos rodados de cuarcita de distintos colores y fragmentos de cuarzo blanco en trozos mayores. Todas las cerámicas, todas las piedras talladas, el fragmento de pizarra y un pulimentado proceden del revuelto y solo 31 pulimentados se hallaron en posición original.

1.3.1. El depósito. En la zona comprendida entre la jamba de acceso al corredor y el espacio que delimitan las tres piedras hincadas del lado sur del corredor, se pudo delimitar un área de contorno irregular que conservaba el piso original y sobre él una serie de 21 pulimentados colocados unos junto a otros. Al otro lado del corredor, en el lado N., también se encontró sobre el piso otro conjunto de 10 pulimentados (fig. 3). El hecho de que la parte central del corredor estuviese alterada nos impide saber si estas dos áreas con pulimentados son parte de una misma deposición y si habría otros elementos formando parte de ella.

La primera de estas áreas corresponde al espacio de entrada a la cámara, donde aparecieron 8 pulimentados, de ellos cuatro hachas y cuatro azuelas, y al espacio del corredor delimitado por las tres piedras hincadas, donde había 13 pulimentados, nueve de ellos hachas, tres azuelas y un cincel. En total 21 objetos que vamos a considerar en conjunto, pues todos ellos aparecieron agrupados y sobre el suelo rojizo. Como se ha dicho, el contorno de este espacio es irregular debido a que la zona central del corredor estaba violada y saqueada.

De lo recuperado resultan así mayoritarias las hachas, trece, lo que constituye más de la mitad (61,9%), por siete azuelas (33,3%) y sólo un cincel (4,7%). Las hachas y azuelas corresponden a diversos tipos de roca metamórfica y presentan tamaños grandes y medianos de entre 180 x 48 x 50 mm. la mayor y 97 x 34 x 17 mm. la más pequeña. Son de formas alargadas que tienden al trapecio, con los lados mayores casi siempre regularizados y ligeramente convexos, filos siempre convexos – aunque menos acusados en las azuelas – y talones variados, planos y a veces apuntados. Las superficies presentan pulimento solo parcial y claras huellas de repiqueteo y talla. El único cincel del conjunto es la pieza más alargada, más gruesa y de contorno más irregular (fig. 4, 5 y 6).

Las piezas del otro lado del corredor, tal vez parte del mismo depósito, son diez, una de ellas fragmentada, y corresponden tipológicamente a cinco hachas, tres azuelas y un cincel (fig. 7). Destacan las tres piezas de sección oval, dos hachas y una azuela, con talones apuntados y un mejor acabado técnico (fig. 7, n.^{os} 1, 2 y 10),



de igual modo que dos azuelas pequeñas, una de ellas con pulimento total (fig.7, n.º 7).

El conjunto de estos 31 objetos de piedra pulimentada resulta así variado, tanto en materias primas metamórficas, como en el tamaño de las piezas, acabado de las mismas e incluso en relaciones de proporción. Dentro de esta variedad se incluyen objetos de sección oval bien acabados pero sobre todo otros, que son mayoritarios, con secciones más gruesas y fabricación menos esmerada. Claro resulta el dominio por tipos de las hachas y la posición minoritaria de los cinceles, con ausencia de otras variedades de piedras pulimentadas como mazas o martillos, raros por otro lado en los ajuares dolménicos de la zona. La heterogeneidad en los caracteres de las hachas sobre todo, pero también de las azuelas, hace pensar en principio que se trata de objetos no específicamente fabricados para este ajuar, sino más bien una nutrida muestra que refleja objetos de uso habitual amortizados en el dolmen.

1.3.2. Cerámica e industria lítica tallada. De cerámica se encontraron 29 fragmentos, de los cuales 11 son a torno y 18 a mano, todos ellos lisos y amorfos, de diferentes calidades y tamaños, pero sin posibilidades de clasificación tipológica.

Con respecto a la piedra tallada, hay que reseñar el hallazgo de 26 objetos, además de un fragmento de pizarra que tal vez correspondiesen a un ídolo (fig. 8, n.º 23). Los 26 objetos se reparten de la siguiente manera:

	Sílex	Cuarcita	Diorita	Total
Trapecios	14			14
Truncaduras	2			2
Láminas y laminitas	6			6
Lascas		3		3
Núcleos			1	1
Total	22	3	1	26

Los *trapecios* son mayoría, más de la mitad de la piedra tallada, todos en sílex, sobre fragmentos de láminas delgadas de sección trapezoidal que no superan los 1,5 cm. de anchura y una longitud en torno a los 2 cm. que sólo en dos casos superan los 2,5 cm. y mínimamente (fig. 8, n.º 2 y 12). Son sílex variados, de distintas tonalidades pero excelente calidad. Tipológicamente pueden señalarse dos variedades: a) trapecios con truncadura retocada en la base y en la zona distal, seis (fig. 8, n.ºs 1-6), y b) trapecios sobre láminas fracturadas intencionalmente en la base y retoque abrupto en la truncadura de la zona distal, ocho (fig. 8, n.ºs 7-14).

Las *láminas y laminitas* son seis. Dos corresponden a fragmentos proximales, uno de ellos correspondiente a la parte proximal de una gran lámina con retoques simples (fig. 8, n.º 17) y otro a un fragmento también proximal de laminita sin retoque (fig. 8, n.º 22). Los otros cuatro corresponden a fragmentos mesiales, uno de laminita (fig. 8, n.º 19), otro de lámina grande (fig. 8, n.º 21) y es de destacar un fragmento de

sección triangular en uno de cuyos bordes existen tres golpes que parecen acondicionar la pieza para diente de hoz (fig. 8, n.º 20).

Las *truncaduras* son dos, sobre fragmentos de laminitas que no llegan a ser puntas trapezoidales (fig. 8, n.ºs 16 y 18).

Un solo *núcleo* de diorita, de forma paracircular con extracciones bifaciales en un frente, pese a que su forma no llega a ser centrípeta, y negativos de lascas pequeñas y medianas. Mide 9 x 7, 8 x 5 cm. (fig. 8, n.º 24).

Por último las lascas son 3, todas de cuarcita, dos de semidescotezado y una interna siempre con talón liso y unas medidas entre 5 x 5, 5 x 1,5 y 3,7 x 3,4 x 0,7 cm.

Desde el punto de vista técnico es preciso destacar como este conjunto lítico presenta verdaderos microlitos de muy antigua tradición, bien ejecutados formal y tecnológicamente mediante retoques abruptos sobre los fragmentos bien provechados de láminas y laminitas. No faltan sin embargo fragmentos de grandes láminas y restos de la talla en piedras locales con diferente nivel tecno-industrial.

2. DATAS 1 (lám. IV-VI)

2.1. Situación, estado inicial, patologías e intervención

Enclavado en una area amesetada de afloramientos graníticos, a una altura de 575 m., se domina desde el lugar un amplio panorama abierto al O. y S.O., pero cerrado en otras direcciones por las estribaciones del macizo rocoso del Cajirón. Unos 200 m. al N., en la misma plataforma y perfectamente visible, se encuentra el dolmen de Datas 2.

Este sepulcro aparece ya recogido por Mélida con el nombre de Cercado de la Data 2 (Mélida, 1924, 22), quien lo describió como una cámara poligonal de 3,95 m. de diámetro de la que se conservaban 5 ortostatos con una altura máxima de 1,65 y restos de túmulo, ilustrando su noticia con una planta y fotografía (Mélida, 1924, lám. V). Diéguez por su parte lo denominó el Asiento y presentó una nueva planta (Diéguez, 1976, 36), mientras Bueno lo denominó Datas 1 y actualizó la planta clasificándolo como de corredor corto (Bueno, 1988, 135). Antes de la intervención (fig. 9), el dolmen conservaba cinco ortostatos en pie y refuerzos exteriores visibles entre algunos de ellos, sin restos aparentes de corredor en superficie ni trazos reconocibles del túmulo. Una gran losa caída frente al ortostato de cabecera, algo desviada de la línea en la que teóricamente debía estar la entrada a la cámara, fue interpretada por Bueno como la losa de cubierta desplazada (Bueno, 1988, 135). El interior de la cámara estaba completamente vaciado, habiéndose rebajado incluso bajo los calzos de las losas 2, 3 y 4, y por supuesto algunos ortostatos presentaban un apreciable desplome y algunas roturas.

Antes de acometer el tratamiento de las patologías detectadas se procedió al desescombro y limpieza superficial del sepulcro para poder comprender mejor su estructura. Se iniciaron los trabajos retirando la gran losa caída frente a la cámara y lo que apareció enseguida fue la base del ortostato n.º 1, roto a ras de suelo, y también la delimitación del espacio ocupado por el n.º 7, que estaba también roto y



basculado. Una vez conocida la ubicación y orientación exacta de estos dos ortostatos pudo conocerse mejor la configuración general del dolmen, así como apreciar la entrada a la cámara y la planta general completa. Al ortostato n.º 1 se le pudo coser un fragmento que estaba roto y caído en el interior, recuperando 1,40 m. del altura desde el suelo rocoso, y al ortostato n.º 7 otro fragmento además de corregirle también la basculación que presentaba. Por otro lado, el tercio superior del refuerzo exterior situado entre los ortostatos 1 y 2 fue también cosido. Posteriormente se corrigió el desplome del ortostato n.º 4, el de cabecera, muy vencido al interior, para lo cual se le asentó en su caja de cimentación y se le recalzó por el interior. Para poder corregir la posición de este ortostato de cabecera hubo que recolocar previamente en su base el refuerzo exterior situado entre los ortostatos 4 y 5 y el propio ortostato 5, que ofrecía también un acusado desplome, con el fin de que por su parte superior pudiera recaer el peso sobre el n.º 4 y evitar que seguiera venciendo.

Estas operaciones han permitido no sólo recuperar la estructura de la cámara, sino también apuntar una nueva interpretación de la misma en función de la nueva planta obtenida (fig. 10) y del análisis de sus elementos compositivos. Así, la entrada a la cámara aparece alineada con respecto al ortostato de cabecera (n.º 4), como es habitual en los dólmenes de la zona, pero también clarificó la posición que tenía la gran losa caída interpretada por Bueno como la cubierta desplazada. Esta se conservaba completa, con unas medidas de 2,20 m. de alto por 2 m. de ancho y 0,50 m. de grosor, es decir, algo inferiores a las de los ortostatos completos en longitud, pero más ancha que la mayoría, sin huellas de manipulación violenta y, como ya observó Bueno, apoyada sobre una pieza del corredor. Una vez limpia la entrada y comprobada la disposición y medidas de los ortostatos y del vano de entrada, esta losa no parece que pueda provenir del desplazamiento de la cubierta, y haber tapado la entrada, sino precisamente ser la losa de cierre de la cámara, el octavo ortostato, según el mismo sistema comprobado en el Anta de la Marquesa (Bueno, 1988, 125). Ello explica además el sistema de entrada para la violación, o reutilización, de la cámara consistente en romper el ortostato n.º 1, que estaba fracturado a ras de suelo y con un fragmento caído en el interior, cuyo hueco habría sido el vano de entrada utilizado, mientras se respetaba la losa de cierre. Precisamente este sistema de acceso a las cámaras rompiendo uno de los ortostatos que flanquean la entrada, que estructuralmente es el que menor riesgo de estabilidad entraña, ha sido documentado en varios de los dólmenes de la cuenca del río Sever (Oliveira, 1997), reafirmando de esta manera la hipótesis de que la cámara de Datas 1 estuviera cerrada originalmente por un octavo ortostato que se ha conservado "in situ" y cuya función se encontraba desfigurada precisamente por no conocerse bien la estructura del dolmen.

Esta losa situada sobre el vano de entrada a la cámara no se recolocó para poder permitir el acceso al interior, puesto que, de hacerlo tras haber recuperado parcialmente y vuelto a su sitio el fragmento caído y enterrado del ortostato n.º 1, quedaría completamente cerrada. Se ha dejado tras la cámara.

Por su parte, la limpieza del corredor proporcionó la presencia de dos jambas que no estaban alineadas con las piedras del corredor, sino algo hacia el interior

(fig.10). La del lado N. se encontró hincada en su sitio, dentro de su fosa de cimentación, con unas medidas de $1 \times 0,30 \times 0,15$ m., mientras la del lado S. estaba desplomada hacia el interior, pero conservando sobre el terreno la huella de su base por lo que pudo ser repuesta. Es también un bloque alargado de forma que tiende al rectángulo y mide $1 \times 0,24 \times 0,18$ m.

Las losas del corredor son dos, una a cada lado, colocadas horizontalmente. La del lado N. estaba basculada hacia el interior y sus medidas son $1 \times 2,95 \times 0,26$ m., mientras que la del lado S. penetra en el terreno 0,46 m., estaba desprovista de calzos y mide $1,19 \times 2,68 \times 0,16$ m. El interior del corredor, como el de la cámara, se halló completamente revuelto, con huellas de zanjas de expolio que penetraron hasta la roca y voltearon la capa de sabio compactado que conformaba el suelo. También un gran tronco de castaño seco había erosionado el final del corredor por el lado N. No obstante se procedió a la limpieza del área de entrada, donde aparecieron diversos materiales arqueológicos completamente revueltos, pero no fue posible definir su estructuración.

Del túmulo apenas si quedaban pequeños indicios al haber sido roturado todo el terreno circundante al dolmen.

2.2. Estructura del dolmen. Datas 1 puede definirse hoy como un dolmen con cámara de tendencia circular y corredor corto, con una longitud total de 6,96 m. y orientación E.-O. La *cámara*, a la que le falta la cubierta, estaría conformada por 8 ortostatos, siete de los cuales calzados por el interior y exterior se insertan en el terreno rocoso con una profundidad de 50 cms., ofreciendo un altura máxima de 3,45 m. desde la roca natural y unos diámetros que miden 3,88 m. en el eje E.-O. y 3,64 m. en el N.-S. (fig. 10) Por el exterior, en la intersección entre los ortostatos actúan como elementos de entibación piedras de refuerzo consistentes también en bloques de granito, de forma más o menos rectangular, de entre 0,77 y 1,30 m. de altura. La losa de mayores dimensiones es la central (n.º 4), que mide 3,45 m. de altura por 2,25 m. de ancho y 0,30 m. de grosor. Frente al ortostato de cabecera se sitúa la entrada a la cámara, de 1,50 m. de vano, que debió estar cerrada por el ortostato antes comentado y encontrado "in situ".

El inicio del *corredor* lo marcan las dos citadas jambas laterales de 1 m. de altura, ligeramente al interior, y el espacio del corredor, de planta trapezoidal y con poco más de 3 m. de longitud, lo delimitan dos grandes losas colocadas longitudinalmente, con el lado de menor altura hacia la entrada, donde la anchura es de 1,03 m. que va en aumento hasta alcanzar los 1,50 m. de la entrada a la cámara. Las losas se encontraban encajadas en fosas abiertas en la roca y cuentan con calzos de refuerzo interior a base de bloques de granito de medio y pequeño tamaño. El corredor se encontró también sin cubierta.

El efecto causado por los expolios y la maquinaria agrícola nos ha impedido constatar la existencia de atrio, así como poder determinar con seguridad el sistema de enlace entre la estructura interna del sepulcro y el túmulo. De éste apenas si queda nada, como se ha indicado, aunque en la zona O. y en un radio de 6 m. parece conservarse con unos 0,50 m. de potencia restos del mismo a base de bloques de



granito y cuarcita de medio tamaño, irregularmente dispuestos y trabados con tierra, que asientan directamente sobre un nivel de tierra amarilla, arenosa, sin compactar.

2.3. Materiales arqueológicos. Pese a que el interior del dolmen se encontraba totalmente removido y excavado, hicieron aparición materiales arqueológicos en buen número, tanto en la cámara como en el corredor y atrio. Entre ellos un elevado porcentaje tienen las cerámicas a mano, de tipologías variadas, hay objetos de piedra tallada y también pulida, pero destacan por su presencia tres fragmentos de ídolos-placa y dos de ídolos antropomorfos hallados en el corredor y otros dos de placas y uno de antropomorfo en el atrio. Como todos los objetos aparecieron en un contexto revuelto, muy mixturado, no vamos a entrar aquí en su consideración, aunque sí dejar constancia de su aparición.

3. EL CAJIRÓN 2 (lám. VII-IX)

3.1. Situación, estado inicial, patologías e intervención.

Situado en una suave elevación no dominante de 529 m. de altitud, presenta un campo visual abierto sólo al S.-S.O. en dirección a la sierra de Jola, en clara conexión visual con el dolmen del Cajirón 1 que está a unos 300 m. Por el O. discurre el arroyo del Cajirón y el lugar se encuentra rodeado, al N., E. y O., por serratillas graníticas de escasa vegetación, mientras al S. el paisaje es ondulado con pequeños valles encajonados. Su ubicación está junto a una zona de contacto entre granitos y pizarras y a unos 50 m. al S.O. se localizó un área de afloramientos graníticos con marcas de posibles extracciones de bloques de piedras.

El Cajirón 2 había sido inventariado por Diéguez (1976, 37) y recogido por Bueno, quien lo incluyó entre los corredores cortos (Bueno, 1988, 165 y 157). De él no se conocía ni la estructura concreta ni material mueble alguno, se encontraba totalmente cubierto de maleza y arruinado, pero conservando las piedras de la cámara desplomadas unas sobre otras y asomaban piedras de un corredor y resto de un túmulo con piedras grandes.

Tras la limpieza de maleza y piedras sueltas, se comprobó como todos los ortostatos estaban vencidos al interior, pero no desencajados de sus cajas de cimentación y sólo la cubierta claramente desplazada y con fisuras. Los siete ortostatos de la cámara fueron objeto de corrección de sus desplomes y recalzados por el interior y exterior con las mismas piedras que se hallaron junto a sus bases. El ortostato n.º 7 estaba roto a la altura del tercio superior y fueron cosidos los dos grandes fragmentos, de igual manera que fueron selladas las fisuras de diversos ortostatos y los de la cubierta. El ortostato n.º 1 poseía una rotura mesial en el lado izquierdo que aún se conserva al no encontrarse el trozo de piedra que faltaba. Por su parte el corredor fue objeto de limpieza y de la recolocación de la piedra delimitadora del lado sur, que apareció caída en el interior. La losa de cubierta, una vez selladas las fisuras que presentaba, se recolocó. Terminadas las intervenciones de documentación, y como en todas las actuaciones, la cámara, el corredor y el entorno inmediato se protegió mediante una capa de sabio en rampa para facilitar las salidas de aguas.

3.2. Estructura del dolmen.

Al contrario que Datas 1, el Cajirón 2 resulta ser un pequeño dolmen con corredor corto, que como todos los de la zona ya había sido violado y saqueado aunque pueden reconocerse las líneas esenciales de su estructura (fig. 11). Ofrece una *cámara* poligonal de tendencia circular, delimitada por siete ortostatos de forma más o menos trapezoidal hincados en el terreno en cajas de unos 30 cm. de profundidad, entibados por piedras pequeñas y medianas, con un alzado algo cerrado al interior. Mide la cámara en su eje E.-O. 2,72 m., mientras en el N.-S. son 2,93 m. con una altura de 1,92 m.

El *corredor* se abre al E. y viene marcada la intersección con la cámara por una pieza de granito colocada verticalmente a manera de jamba en el lateral S., la cual está hincada en el terreno pero sin calzos. Como es habitual en los CCC, el corredor se encuentra ligeramente desviado con respecto al eje de la cámara, presenta una planta trapezoidal con 1,27 m. de anchura en el acceso a la cámara y 1,18 m. en la entrada exterior. Delimitan su espacio interior dos grandes losas de granito, una a cada lado, colocadas horizontalmente e insertadas en fosas de cimentación con entibaciones. Miden estas losas 2,54 m. la del lado N. y 2,16 la del S. Hay que destacar que dentro del espacio del corredor apareció una pieza de pizarra, junto al exterior de la losa Sur (fig. 12), rota en su parte superior, hincada en el suelo sin entibaciones o calzos. Parece que se trata de una pieza de distinto material que el utilizado en los ortostatos para marcar el inicio propiamente dicho del corredor. Sin embargo, en el lado N. no se encontró piedra semejante, pero sí como se configuraba la apertura de un atrio (fig. 11).

Este arranque de atrio está compuesto por piedras angulosas y bloques redondeados de granito, que se conservan en una longitud de 1,48 m. en el citado lado N., con una altura que no llega a los 45 cms. del suelo. En el lado N. estaba ya perdido.

Del túmulo, pudo apreciarse detrás de los ortostatos como está compuesto por hiladas de piedras de mediano tamaño, colocadas horizontalmente y trabadas por capas de tierra, con una altura conservada en el oeste de la cámara de 0,70 m. Prácticamente en un radio de 6 m. por el norte era aún reconocible el túmulo, con una disposición perimetral de los grandes bloques de piedra (fig. 11), aunque no sabemos si conformaban un anillo de refuerzo mas o menos en la zona central del mismo.

3.3. Materiales arqueológicos.

Escasos fueron los materiales encontrados en el Cajirón 2, tanto en la cámara como en el corredor, y en ambos lugares revueltos y con intrusiones de objetos modernos. No vamos a entrar aquí por tanto en su análisis, pero cabe citar la presencia de algunas cerámicas rotas correspondientes a vasos y cuencos, dos decorados con puntos impresos.

4. COMENTARIO.

Los CCC de esta zona geográfica han sido definidos tipológicamente de diversas maneras, bien en función de su estructura en base únicamente a dos piezas situadas longitudinalmente, una a cada lado (Bueno, 1988, 23); bien según la relación entre el diámetro de la cámara y la longitud del corredor, con distintos matices (Oliveira, 1997, 326-328). No hay que olvidar en cualquier caso que las tipologías son solo una



herramienta y no un fin en sí mismo. Pero en el caso de los tres dólmenes presentados, no hay duda que Datas 1 y Cajirón 2 entran dentro de los tipos definidos como CCC y en cuanto a La Miera si nos atenemos de manera estricta a la definición de Bueno pudieran surgir algunas dudas, pero tanto la estructura en sí misma como la funcionalidad simbólica o no de los tramos del espacio de acceso a la cámara, creemos que las aclaran. El espacio considerado propiamente como corredor tiene su propia unidad estructural en base a sus elementos compositivos (dos losas laterales de colocación horizontal), al espacio que definen (un trapecio estrechado al exterior) y a las piedras que marcan separaciones (las jambas). El espacio considerado como atrio viene definido a su vez como otra unidad estructural, delimitada por jambas que estrechan el acceso al corredor, un espacio de planta también trapezoidal, pero de orientación invertida con respecto a la del corredor, con una menor altura que éste y con elementos compositivos más desiguales que hacen claramente de enlace con la estructura tumular. Esta disposición de elementos más bajos e irregulares y esa estructuración del espacio, junto a su funcionalidad práctica, creemos que permiten separar corredor y atrio, de manera que, aún dentro de los criterios definidores de Bueno, el dolmen de La Miera ha de ser considerado como CCC. Por otro lado, si nos atenemos a los criterios que definen los CCC según las relaciones métricas entre cámara y acceso a ella (medida e cámara más atrio de La Miera) está clara su consideración como CCC.

Pero al margen de estas consideraciones, el verdadero interés radica en haberse podido documentar una complejidad estructural – y posiblemente también simbólica – en los CCC, teóricamente más sencillos y simples que los CC Largo. Pero si la tipología no es un fin, tampoco podemos olvidar que muchas veces las alteraciones que han sufrido estos dólmenes han hecho que detalles importantes se escapen y que a menudo lo complejo parezca simple y lo simple parezca complejo. Así, de igual modo que hay diferencias de tamaños entre los CCC, algunos de ellos parecen también corresponder a estructuras más sencillas que otros. En este sentido, mientras de algunos de estos dólmenes sólo se conoce el corredor simple de dos lajas, para otros incluso pequeños como el Cajirón 2, pueden señalarse más elementos que forzosamente tienen que tener su razón de ser, y ese mayor grado de complejidad se aprecia ya con mayor claridad en La Miera. Recordemos como en el lado N. del Cajirón 2 se ha podido definir la abertura del atrio y en el lado S. no, pero sí que se halló una piedra de pizarra hincada que tal vez marcara el inicio interior del corredor y por ello – o tal vez por ser parte del lenguaje simbólico – se colocó en otro material (pizarra) distinto al granito del resto del dolmen. Pero la complejidad estructural y también simbólica se incrementa en el caso de La Miera, por la presencia sobre todo de las piedras-menhires del corredor y del depósito de objetos pulimentados, unido espacialmente a ellas.

Hasta ahora los pulimentados resultaban elementos poco representativos en los ajuares conocidos de los CCC de la zona (Bueno, 1988, 203) y en Valencia de Alcántara escasos eran también los geométricos, aunque los microlitos y en concreto los trapecios aparecen en la cuenca del Sever como más característicos de los CCC que de los CC Largo (Oliveira, 1997, 642). La posición de los objetos pulimentados

sobre el suelo habilitado de La Miera, aunque con el entorno alterado, parece ser un indicio de la presencia de tipos variados de hachas y azuelas, más algún cincel, en este tipo de dólmenes, aunque aquí su protagonismo parece tener un carácter especial que puede sugerir una explicación inicial en clave social. Así, parece tratarse de un verdadero depósito intencionado de esta clase de objetos, relacionable por ello en principio con el/los individuo(s) a quien(es) iban destinados, tanto por su número elevado como por su ubicación en una parte concreta. A este respecto hay que apuntar que tal vez algo similar pudiera haber ocurrido en el dolmen del Corchero, de donde dice Almagro que los pulimentados aparecieron junto a las dos columnitas que había junto a la entrada de la cámara (Almagro Basch, 1962, 12). También del Corchero proceden un buen número de geométricos, y, como es sabido, se trata de un dolmen CC Largo.

Por otro lado, la documentación de la estructura de Datas 1 parece apoyar la idea de que el ortostato de cierre de la cámara, apoyado sobre piedras del corredor, debió ser más habitual de lo que de la documentación disponible pudiera a primera vista deducirse (Oliveira, 1997, 305 y ss.). De igual manera los materiales encontrados vuelven a incidir en la presencia de placas decoradas y antropomorfos en los ajuares de los CCC, aunque el carácter revuelto de las piezas hace que cualquier consideración al respecto deba tomarse con cautela pese a que, cada vez de manera más clara, placas y antropomorfos parece que fueron habituales.

Por último, desde el punto de vista territorial, cabe resaltar la ya certeza de que tanto en el paraje de Las Datas como en el del Cajirón se trata de asociaciones espaciales de dos CCC, pero también como se insertan en un sector de Valencia de Alcántara donde los CCC son la variedad de dólmen más representativa (Bueno, 1988, 188), e incluso tal vez exclusiva. Recordemos como están en el extremo S.E. (fig. 12), en torno a las actuales localidades de La Aceña Borrega y Alcorneo, de donde se conocen hasta ahora un total de 7 dólmenes: Datas 1 y 2, La Marquesa, Cajirón 1 y 2, La Morera y Salón de los Canchales (inédito). En 5 de ellos se han efectuado trabajos arqueológicos y los 5 han resultado ser CCC (los 5 citados al principio), los otros dos, que son La Morera y Salón de Los Canchales, son de tipo indefinido aunque Bueno apuntó (1988, 158), con respecto a La Morera, que tal vez correspondiese a un CCC. Asociados espacialmente están Datas 1 y 2, así como Cajirón 1 y 2, flanqueando ambas asociaciones en macizo del Cajirón, al igual que La Marquesa, mientras La Morera y Salón de los Canchales se encuentran un poco más retirados de ese macizo pero también en medias laderas y con campos visuales abiertos al S.-S.E.

Más al S., dentro ya de la cuenca del Guadiana, se conocen un total de 9 dólmenes en el actual término municipal de S. Vicente de Alcántara, los cuales, por lo conocido sobre ellos, pueden interpretarse como una prolongación de los del N.O. alentejano (González Carballo, 1991-92, 35). Los que se encuentran mejor documentados corresponden a CC Largo (González Carballo, 1991-92, 33). Esta presencia notable de CC Largo se percibe de igual modo en las concentraciones que se conocen un poco más al N. de La Aceña-Alcorneo, donde están los dólmenes valencianos de Zafra 1-4, Tapias 1 y 2, Huerta Látigo 1 y 2, Valvón 1 y 2, que tienen como referencia



paisajística el macizo de la Zafra y donde aparecen bien implantados los CC Largo (Zafra 2, Huerta Látigo 2 y Tapias 1, con trabajos arqueológicos). Por ello destaca este dominio de los CCC, con ausencia provisional de CC Largo, en el conjunto de La Aceña-Alcorneo, area esta que se encuentra aún dentro de la cuenca del Tajo (fig. 12), pero sobre la línea de separación entre las vertientes de aguas de las cuencas del Tajo y Guadiana, constituyendo el grupo más meridional de la cuenca del Sever. Una posición geográfica que no sabemos si tiene que ver o no con el dominio allí de los CCC, pero que tal vez marque un límite territorial junto a la divisoria de aguas y en un cambio de paisaje, razón por la que, siguiendo la dinámica propuesta por Bueno (1988, 188), quizá fue respetado como espacio funerario y territorial por los constructores de CC Largo.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMAGRO BASCH, M. (1962): *Megalitos de Extremadura I y II*. E.A.E. 3 y 4. Madrid.
- BUENO, P. (1988): *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. E.A.E. 155. Madrid.
- CARRASCO, M. J. y ENRIQUEZ, J. J. (1997): "Intervenciones en los dólmenes de Valencia de Alcántara: El Palancar y Zafra II". *Ibn Maruán*, n.º 7; 247-264.
- DIEGUEZ LUENGO, E. (1976): "Los dólmenes de Valencia de Alcántara". *V Congreso de Estudios Extremeños*. 23-41.
- GONZÁLEZ CARBALLO, J. L. (1991-92): "El conjunto dolménico de S. Vicente de Alcántara (Badajoz)". *Norba*, n.ºs 11-12; 27-43.
- MELIDA, J. R. (1924): *Catálogo Monumental de España. Provincia de Cáceres*. Madrid.
- OLIVEIRA, J. (1997): *Monumentos megalíticos de la cuenca del río Sever*. Lisboa.

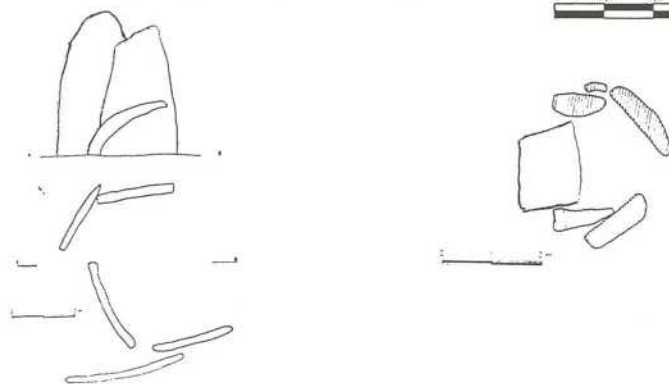
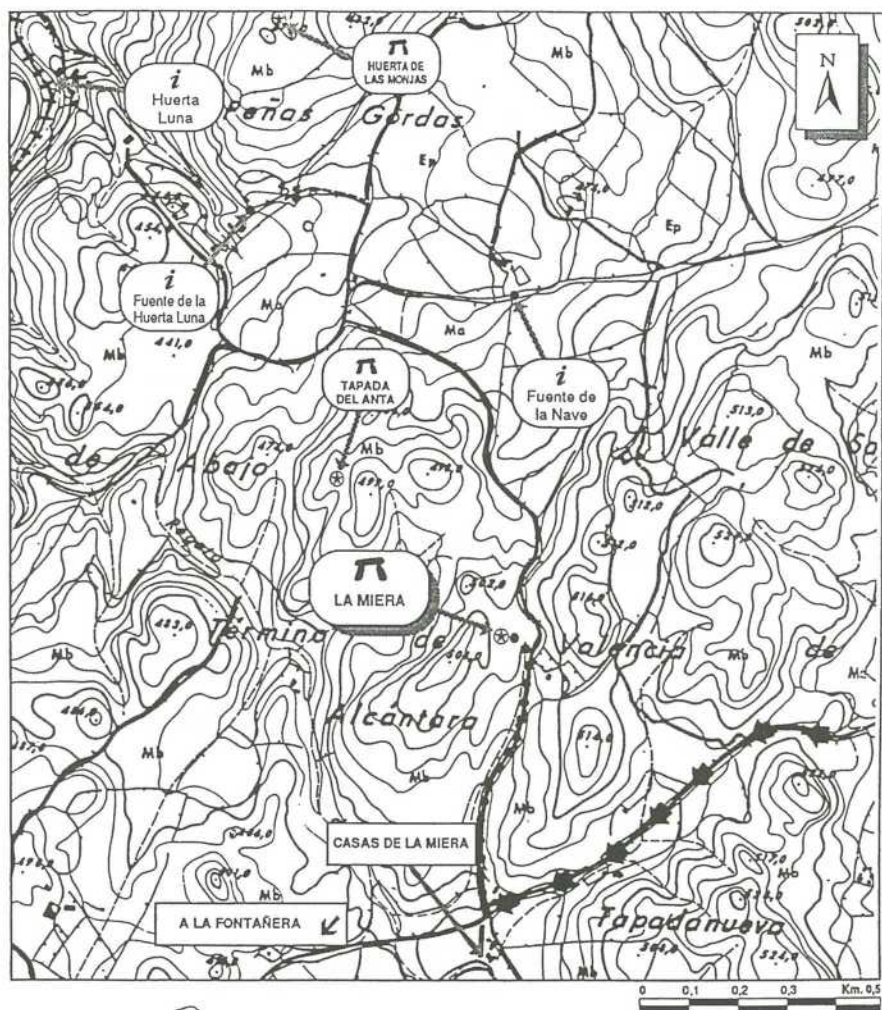


Fig. 1 – Situación de la Miera y planta según Bueno, 1988, y Diéguez, 1976



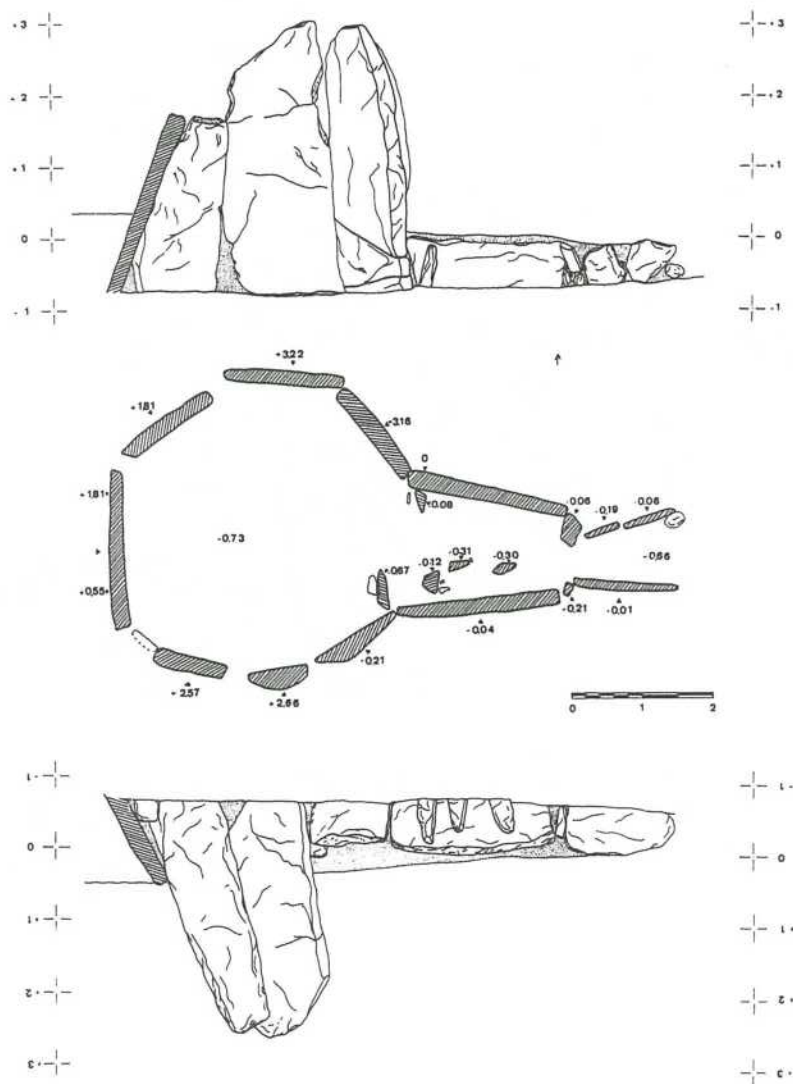


Fig. 2 – La Miera. Planta final

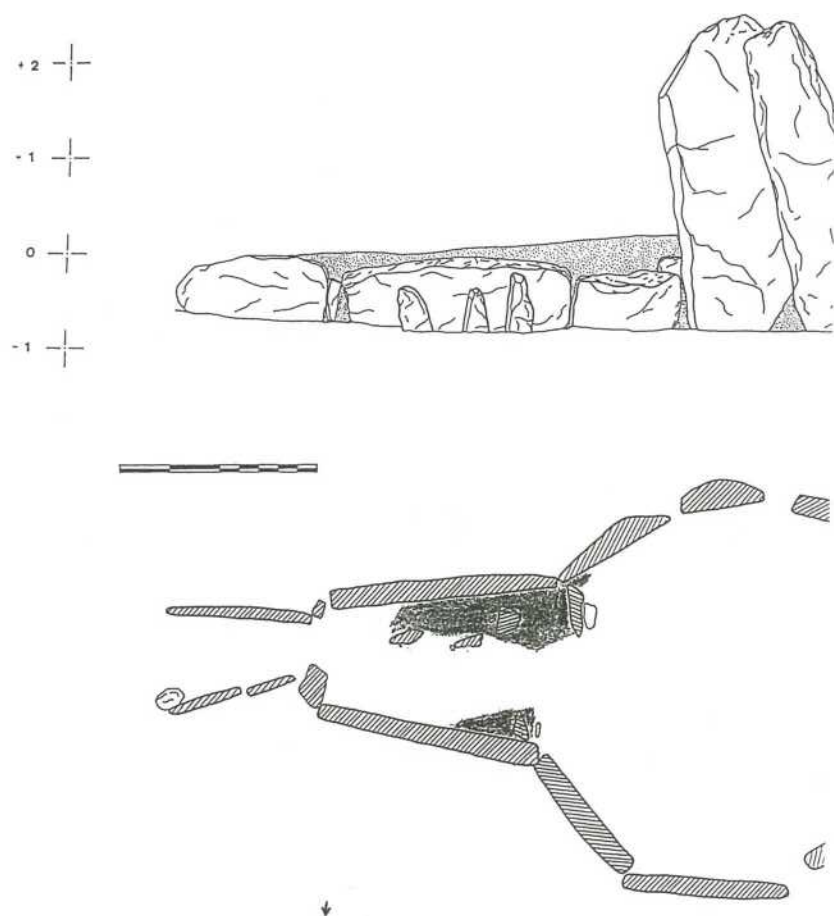


Fig. 3 – Situación del depósito de objetos pulimentados

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara



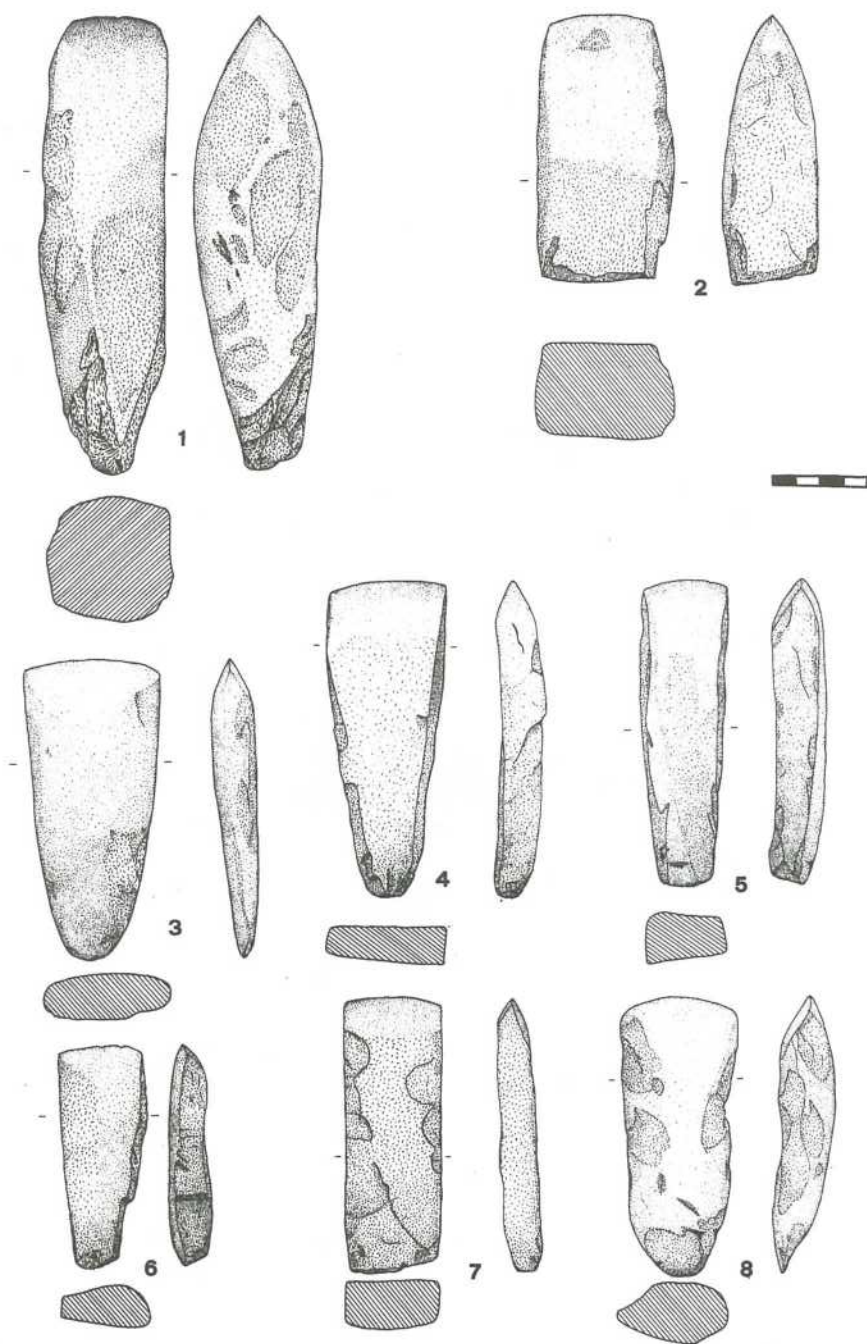


Fig. 4 – Objetos del depósito junto a la cámara, zona sur

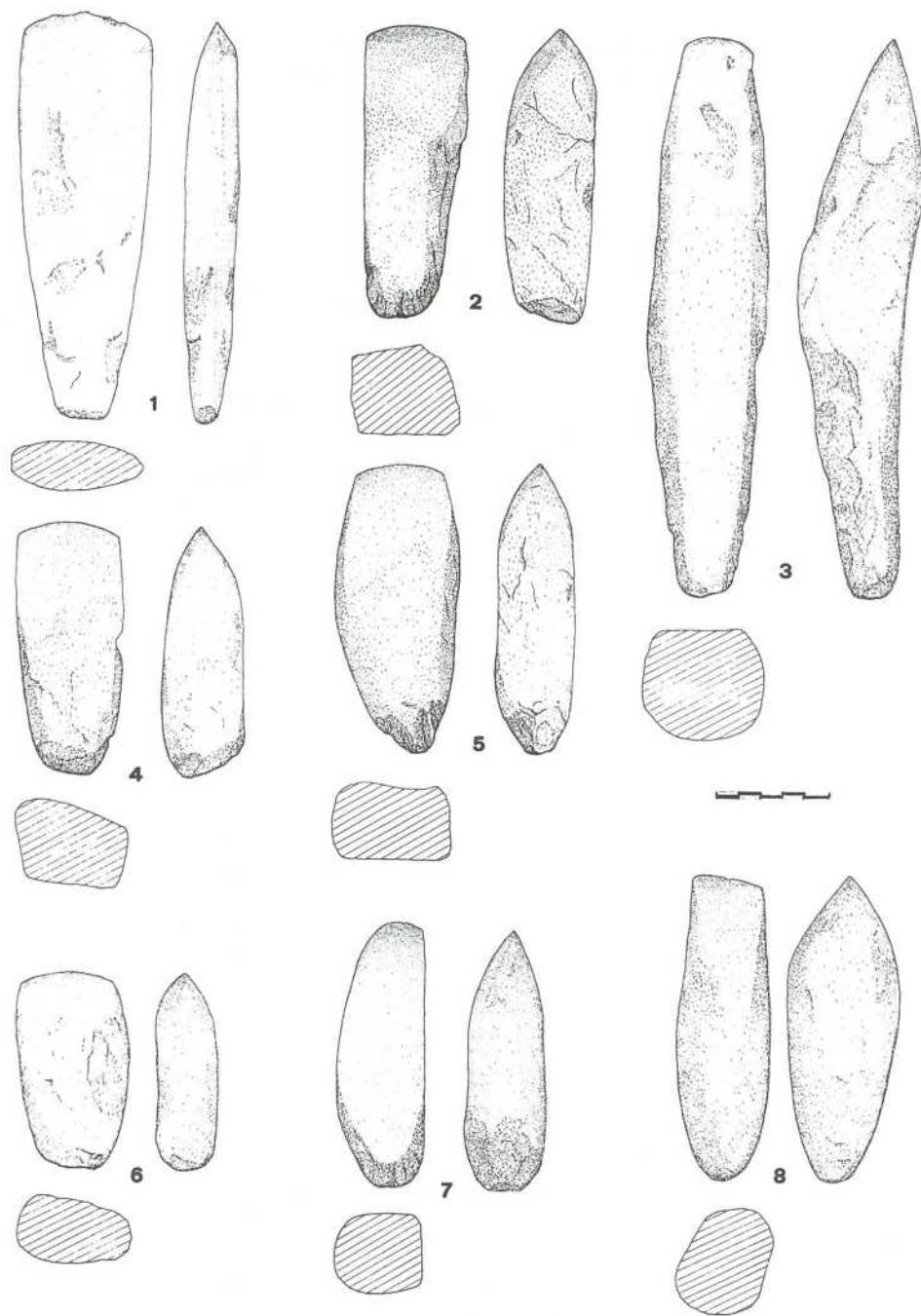


Fig. 5 – Objetos del depósito en el corredor sur

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara



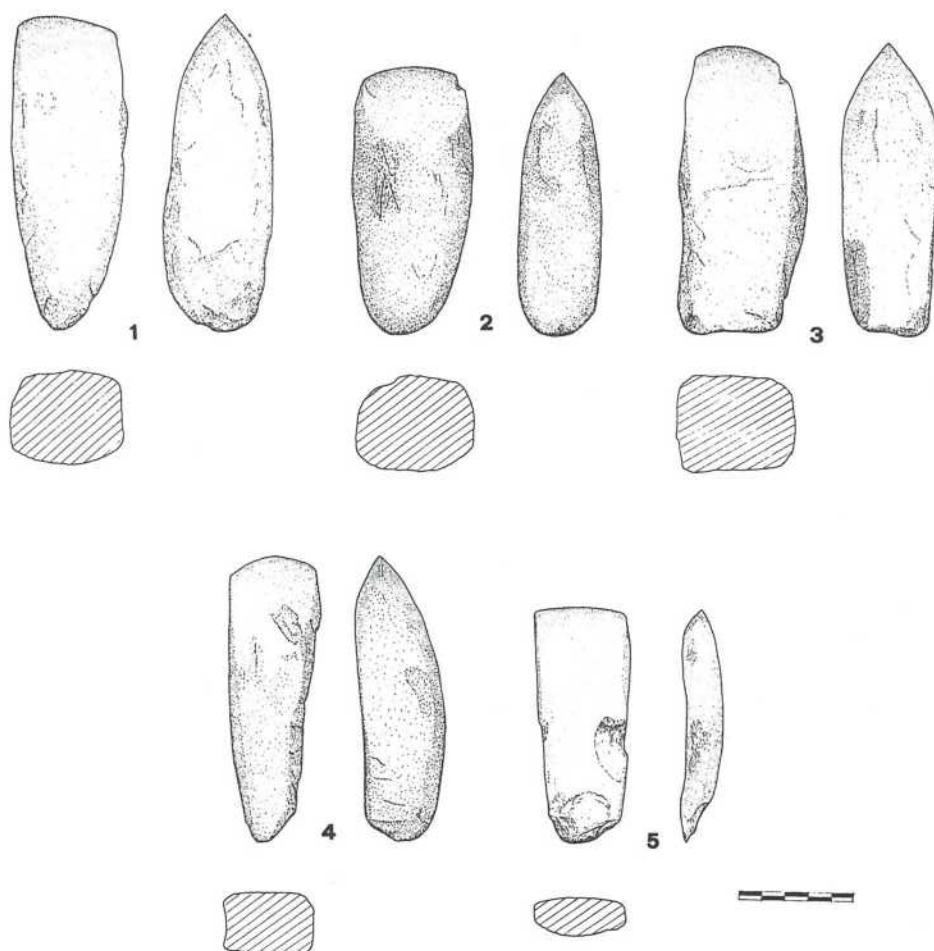


Fig. 6 – Objetos del depósito en el corredor sur

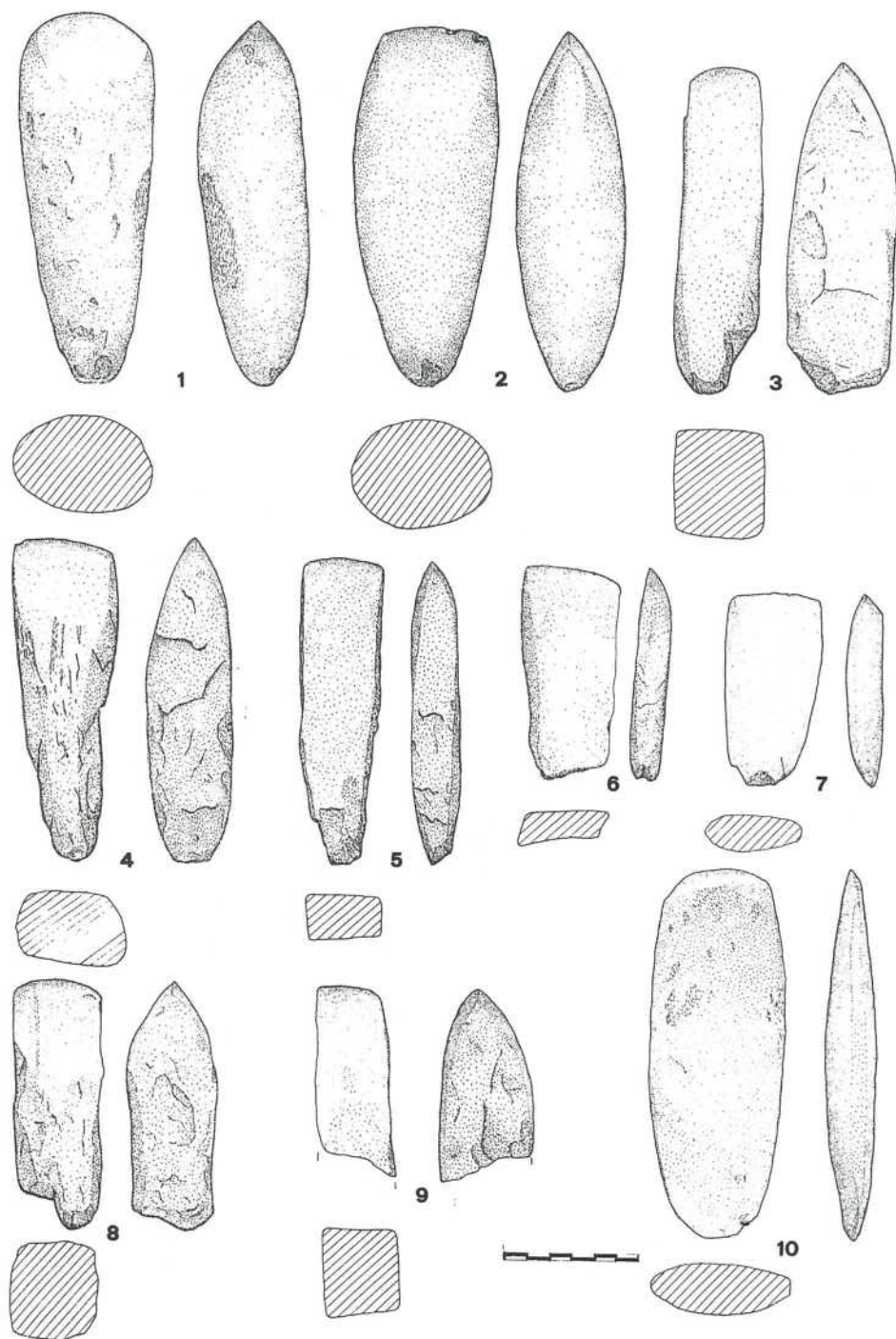


Fig. 7 – Objetos del depósito en el corredor norte

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara



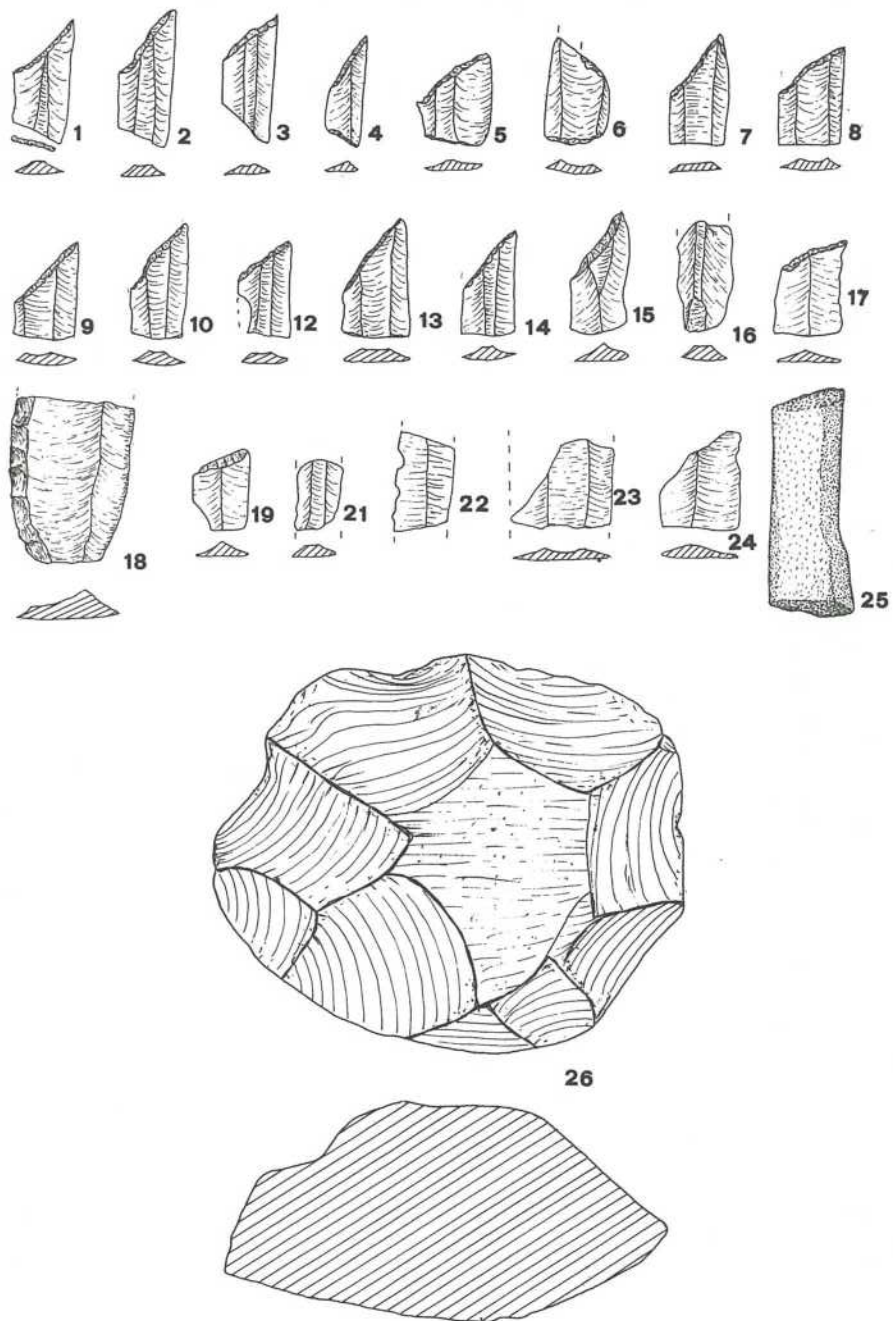


Fig. 8 – Piedra tallada de La Miera

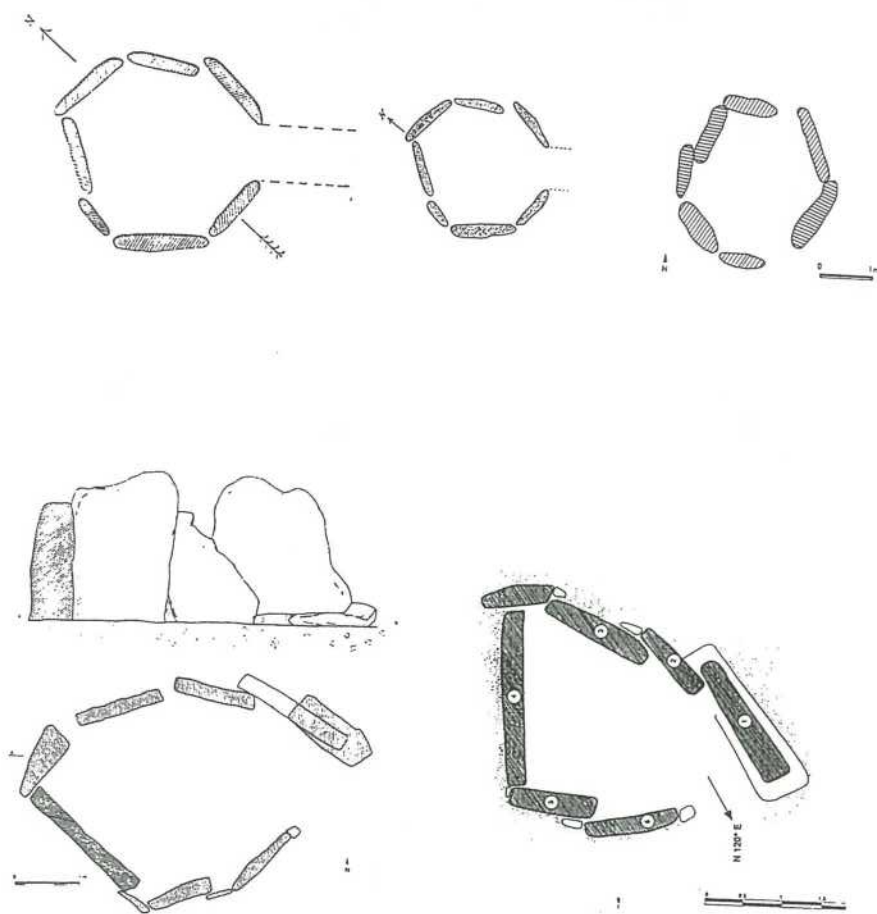


Fig. 9 – Datas 1, según Mélida, 1924, Leisner, 1959, Diéguez, 1976, Bueno, 1988, y antes de la intervención



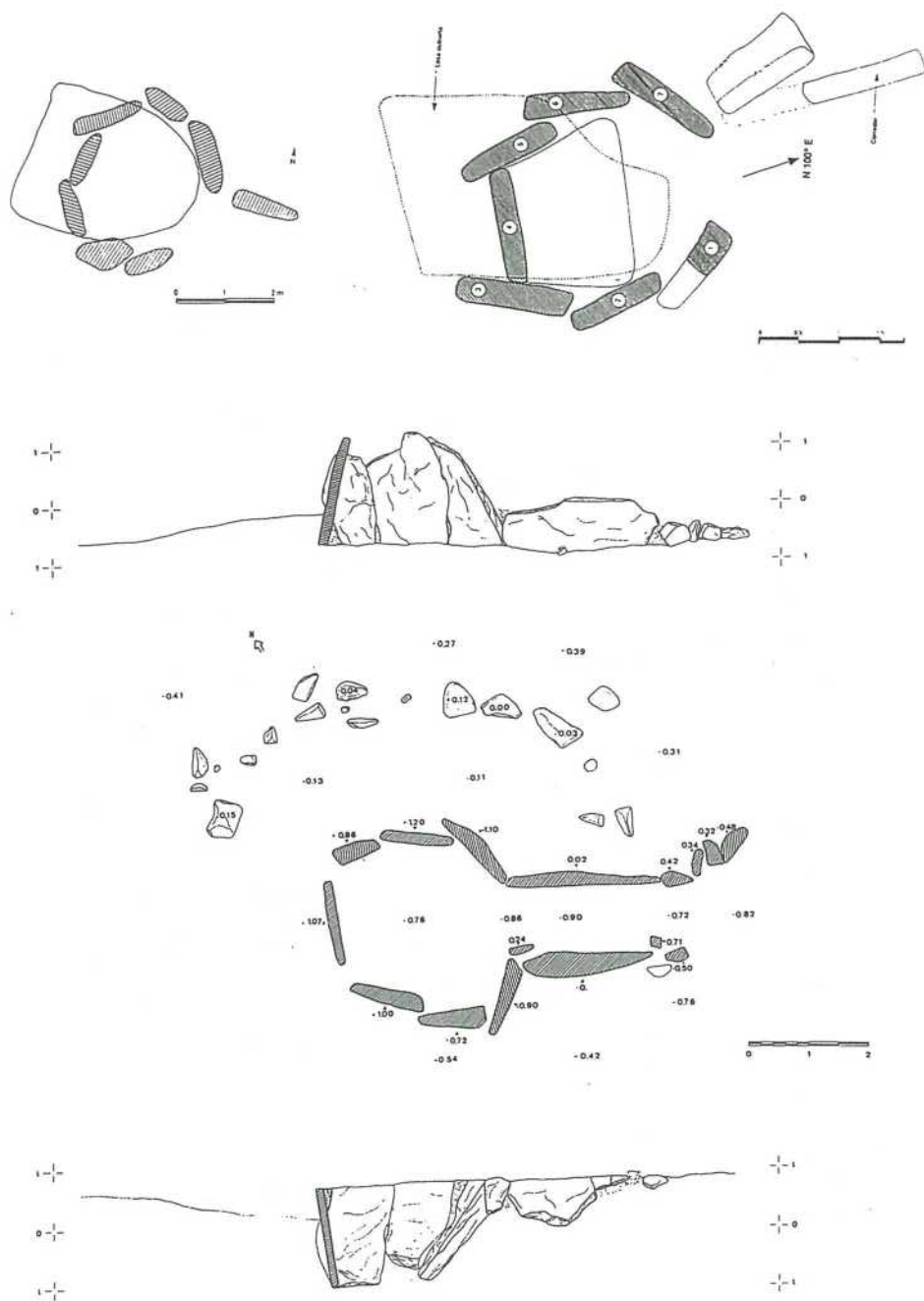


Fig. 11 – Cajirón 2, según Diéguez, 1976, antes de la intervención y planta final

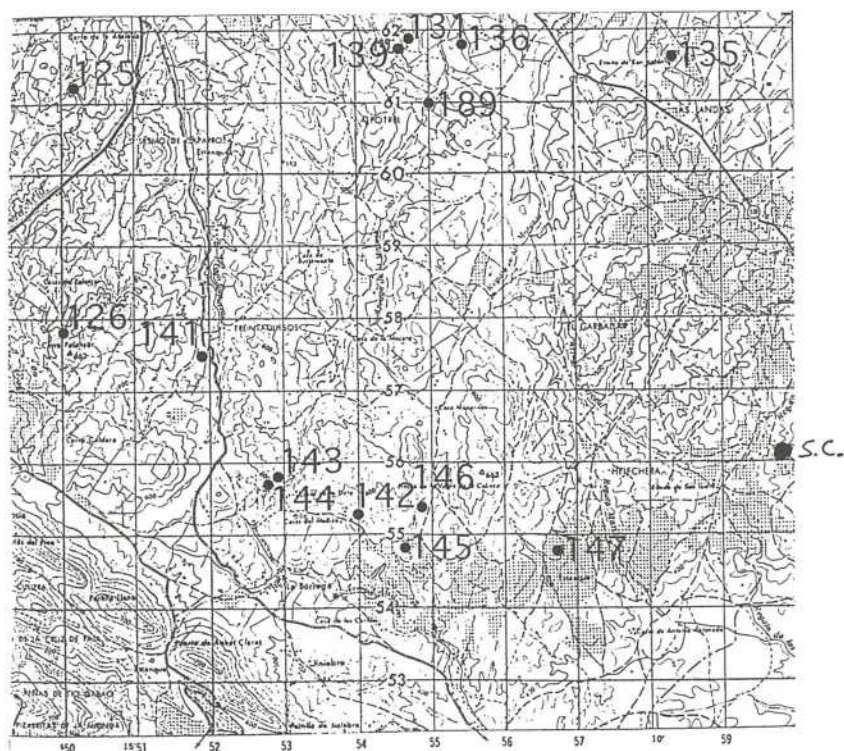
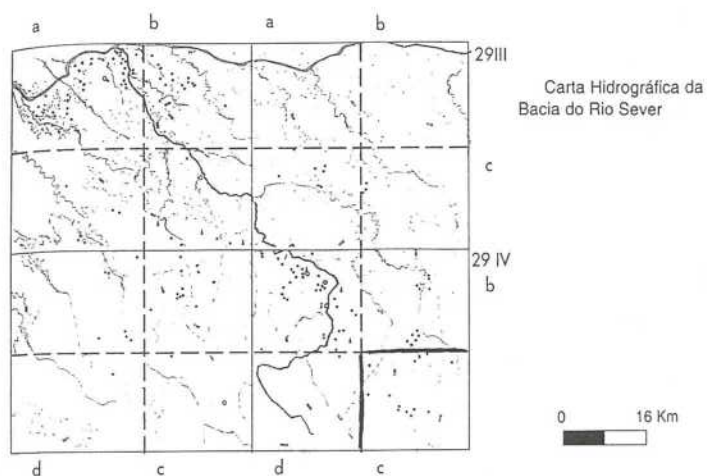


Fig. 12 – Situación geográfica del grupo de dólmenes de La Aceña-Alcorneo (de Oliveira, 1997, más Salón de los Canchales)



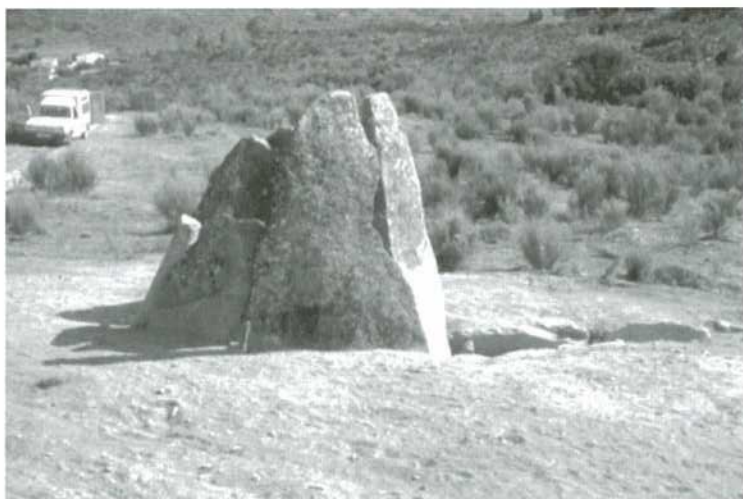
Lám. I – La Miera, estado inicial



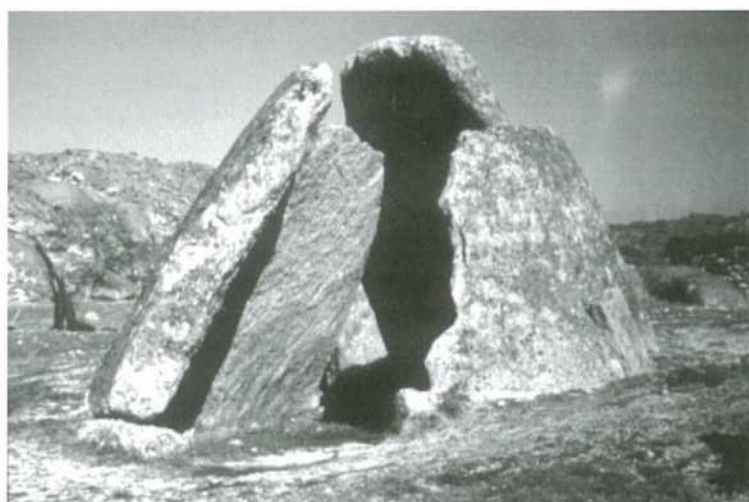
Lám. II – La Miera, menhires del corredor

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara

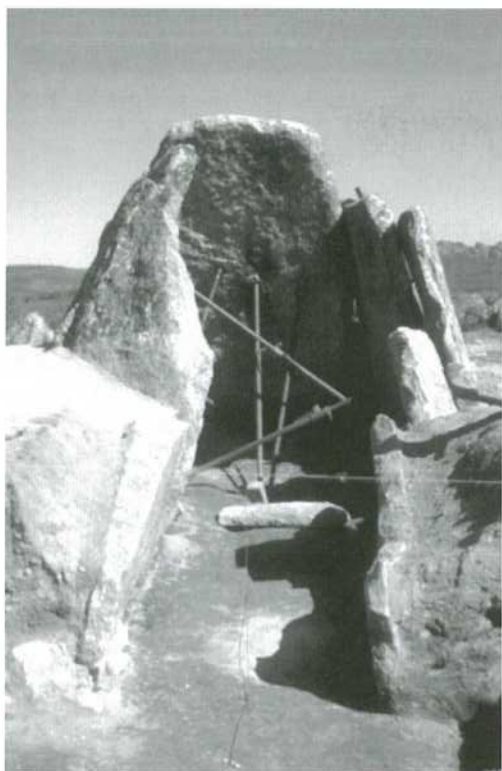




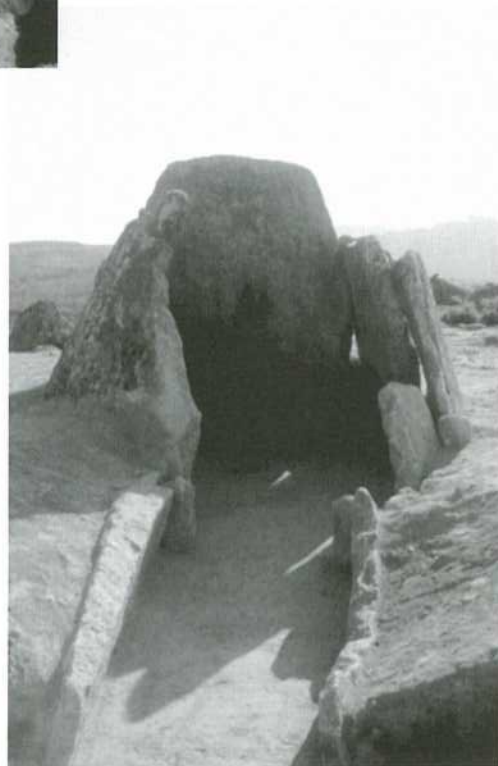
Lám. III – La Miera final



Lám. IV – Datas 1, antes de la intervención



Lám. V – Datas 1, cámara y corredor durante los trabajos



Lám. VI – Datas 1, final

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara





Lám. VII – Cajirón 2, antes de la intervención



Lám. VIII – Cajirón 2, durante la intervención



Lám. IX – Cajirón 2, final

Sobre los dólmenes de corredor corto de Valencia de Alcántara



A Proveniência Geológica das Antas de Rabuje (Monforte, Alentejo)

O presente estudo segue os objectivos expressados no âmbito do projecto COMONPH (Lopes; Boaventura, 1997), através do qual se tem vindo a proceder na região de Monforte, com o apoio da Autarquia, à investigação das comunidades pré-históricas dos 4.º - 3.º milénios, associadas ao fenómeno megalítico funerário.

A proveniência geológica dos monólitos utilizados na construção de monumentos megalíticos, normalmente antas, não tem sido uma prioridade entre os investigadores desta temática. Em estudos recentes sobre antas (por ex: Oliveira, 1997: 209-210) aponta-se uma caracterização resumida das rochas, tipo "esteios de granito e/ou xisto", salientando-se a sua peculiaridade consoante o estrato geológico seja idêntico ou não aos respectivos blocos pétreos constituintes. Por outro lado, quando o tipo de matéria-prima parece coincidir com o substrato rochoso, assume-se empiricamente a sua proveniência local. Ora, na investigação desenvolvida em Vale de Rodrigo (Évora) detectou-se que alguns esteios de granito das antas 1-4 apresentavam ligeiras diferenças, verificando-se que eram provenientes das imediações e outros vieram de alguns quilómetros de distância (Dehn; Kalb; Vortisch, 1991; Kalb, 1996; Kalb; Höck, 1995a; Kalb; Höck, 1995b; Kalb; Höck, 1996).

Sob orientação do geólogo Jelle de Boer, da Universidade de Wesleyan (Connecticut, EUA), a geóloga Brynn Bemis procedeu à caracterização petrográfica dos monólitos de 5 monumentos megalíticos da Rabuje (Monforte) (fig. 1-2). Porque se pretendia ainda uma caracterização mais fiável, recolheram-se amostras de alguns esteios das antas, assim como de afloramentos das áreas em redor, que seriam posteriormente sujeitas a análise geoquímica na referida Universidade.

A caracterização mineralógica da rocha utilizada na cobertura de Rabuje 1 mostrava-se distinta dos restantes esteios graníticos, pelo que recorremos ao conhecimento dos trabalhadores de pedreiras da área. Estes identificaram de imediato a rocha, apontando-a para alguns quilómetros a Sudeste. Consultando a carta geológica, existia de facto uma mancha geológica diferente, que apresentava as



características buscadas (o ponto mais próximo em linha recta denomina-se Pedras do Medo), de onde recolhemos uma amostra. Entretanto, procurámos verificar se no espaço entre a anta e as Pedras do Medo surgia, nos afloramentos visíveis, algum granito semelhante, mas tal não aconteceu.

Para extrair as amostras, utilizámos o martelo de geólogo e/ou o escopro, adoptando o seguinte código de inventário: Rabuje 1 + n.º esteio = R1-1.

Uma primeira caracterização dos blocos utilizados nas construções das antas indica uma origem local, de rochas disponíveis nas imediações (entre centenas de metros a 1 km) (fig. 8). As matérias-primas resumem-se ao granito alcalino não porfiróide biotítico, designado granito rosa, e ao xisto metamórfico, designado xisto biotítico. Não obstante, a laje de cobertura de R1, de granito alcalino porfiróide biotítico, designado granito branco, deverá ter sido trazida de cerca de 8 km de distância. Assim, as 5 antas apresentam as seguintes descrições (fig. 3-7 e 8 para a legenda das cores utilizadas):

R1: esteios de granito rosa, à excepção da tampa da câmara (granito branco) e do prolongamento do corredor (xisto biotítico).

R2: esteios de granito rosa, inclusive a tampa. Um possível esteio da câmara e provável prolongamento do corredor de xisto biotítico.

R3: esteio de cabeceira de granito rosa, sendo os restantes de xisto biotítico.

R4: 4 esteios da câmara de granito rosa, sendo a cabeceira e os restantes de xisto biotítico.

R5: todos os esteios são de xisto biotítico.

Os resultados das análises geoquímicas de elementos predominantes e minoritários realizados por Brynn Bemis, sob orientação de Jelle de Boer, limitados a 10 amostras representativas das 5 antas e dos eventuais locais de proveniência, confirmaram as leituras de campo efectuadas. Aliás, este tipo de análise revelou-se tão precisa que dentro do granito rosa se verificaram ligeiras diferenças, permitindo verificar que R2-6 e os afloramentos #13 e #14 apresentavam uma proximidade geológica, ausente dos esteios de granito rosa de R1-4 e R1-8, de que não foi possível identificar um afloramento próximo geologicamente – com certeza, com o grau de precisão destas análises seria possível discernir com maior exactidão de que afloramentos os esteios vieram. O geólogo-arqueólogo, Fernando Real, ampliou ainda mais as potencialidades destas análises, salientando a sua importância no âmbito da preservação destes monumentos: por exemplo, a maior sensibilidade aos processos de erosão da tampa R1-12, de granito branco, devido às suas características químicas, ricas em cálcio.

As antas sujeitas a este estudo apresentam arquitecturas distintas (fig. 3-7). R1 e R2 apresentam grandes dimensões (sobretudo R1) com câmara poligonal e corredor, com esteios de granito, parecendo ter sido acrescentadas posteriormente por pequenos esteios de xisto (átrios?). No entanto, R2 poderá apresentar um esteio da câmara em xisto. R3 é um pequeno monumento com câmara e corredor e R4 uma câmara com

corredor indiferenciado. Os monumentos R3 e R4 apresentam uma solução geológica mista: R3 – um esteio de granito na área da cabeceira, sendo as restantes de xisto; R4 – apresenta 3 (talvez 4) esteios de granito na área da câmara indiferenciada, sendo o esteio de cabeceira e os restantes de xisto. Por fim, R5 apresenta uma câmara com um provável átrio, constituída somente por esteios de xisto.

As ilações a retirar deste conjunto estão ainda longe de ser conclusivas, pois estes monumentos nunca foram escavados cientificamente – de acordo com os Leisner (1959), Rabuje 1 terá sofrido uma escavação de Wittnich Carrisso e António Sardinha, o que terá acontecido durante a sua juventude de estudantes de Coimbra (1.^a década do séc. XX), encontrando-se os materiais no Museu da Figueira da Foz. Assim, um faseamento crono-espacial mais fidedigno só depois de escavações que recuperem a informação necessária para tal. Contudo, seguindo uma perspectiva evolucionista clássica, acreditando que as grandes antas de granito são de momento mais antigo, revelando-se os monumentos de xisto os mais recentes, poderíamos estar perante uma necrópole que evoluiu ao longo do fenómeno megalítico funerário, o que não significa que os mais antigos não tivessem sido reformulados e re-usados.

Também a posição topográfica deste conjunto é curiosa, encontrando-se R1 no vale, R2 na meia encosta e os restantes três monumentos na linha de cumeeada, ainda que na pendente virada a Sudeste. No entanto, todos se avistam entre si (abstraindo-nos do actual coberto vegetal de azinheiras com 3-4 m de altura). Além destes 5 monumentos, tivemos conhecimento de mais dois, de pequenas dimensões e em xisto (infelizmente pouco preservados), próximo de R1, mas também visíveis para os restantes sepulcros.

Outra questão é a situação deste grupo numa área de contacto de três áreas geológicas – de granito rosa, de xisto biotítico e de ortognaisse biotítico. As matérias-primas utilizadas são, como já notei, apenas dos dois primeiros tipos. A utilização do granito rosa dever-se-á à abundância de afloramentos na área, apresentando as diaclases horizontais e verticais, o que permitia com facilidade a extracção dos monólitos necessários. Situação semelhante ocorre com os xistos metamórficos, que se dispõem em afloramentos à superfície numa inclinação quase vertical, facilitando bastante a extracção de lajes. Não foram detectados ortognaisses entre os monólitos estudados, a que não será estranha a ausência de grandes afloramentos próximos deste substrato e apresentando condições ideais para a extracção das lajes necessárias. Resta, portanto, a questão da tampa de R1, com elevado grau de probabilidade, originária de cerca de 8 km de distância. A explicação para tal poderá residir na fractura dos afloramentos de granito rosa, que não permitiam a extracção de lajes com a dimensão suficiente para cobrir a câmara. Assim, porque algum afloramento deste granito branco apresentava o produto pretendido, a solução foi ir buscá-lo ali.

Philine Kalb (1996: 685) apontava uma explicação simbólica para a selecção das rochas utilizadas nas antas de Vale de Rodrigo. Contudo, no caso da Rabuje, tal não parece ocorrer. Julgo estarmos perante uma atitude pragmática, preferencial dos decisores de então. Considerando as limitações técnicas de extracção, pois estou convencido de que a presença de fractura natural era crucial para a retirada da pedra,



estes buscavam nas áreas em redor aquelas pedras que mais se ajustavam às suas necessidades. Caso a caso, cada anta recebeu os monólitos que os construtores quiseram ou puderam transportar. Também poderia aventar uma solução estética nas antas R3 e R4, dada a sua aparente regularidade, mas só um estudo mais aprofundado permitirá dizê-lo com maior segurança.

A cobertura da câmara de R1 (que pesa cerca de 25 toneladas) terá representado um tremendo esforço face à distância percorrida, mas mesmo os restantes monólitos de granito rosa (locais) terão ocupado durante muito tempo as forças do(s) grupo(s) implicado(s) na sua construção. As pequenas antas R3-5 parecem indicar um menor esforço aplicado na construção.

Com este tipo de estudo, outras ilações poderão ser extraídas, mas por ora pretendia dar a conhecer este trabalho e realçar a sua importância para o melhor conhecimento das comunidades dos IV-III Milénios.

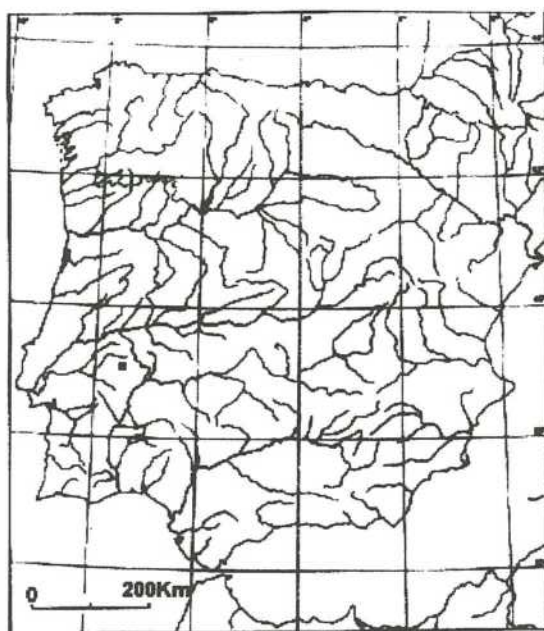
Agradecimentos: O trabalho e posteriores conversas com Philine Kalb serviram de estímulo para a realização deste estudo, mas não teria sido possível sem o interesse de John Hale, que deu a conhecer a ideia a Jelle de Boer, permitindo a vinda de Brynn Bemis, que realizou as análises. Por fim, as dicas de Fernando Real revelaram-se bastante importantes.

BIBLIOGRAFIA

- DEHN, Wolfgang; KALB, Philine; VORTISCH, Walter (1991) – *Geologisch-Petrographische Untersuchungen an Megalithgräbern Portugals*. Madrider Mitteilungen. 32, pp. 1-28.
- KALB, Philine (1996) – “Megalith-Building, Stone Transport and Territorial Markers: Evidence from Vale de Rodrigo, Évora, South Portugal”. *Antiquity*, 70 (269), pp. 683-685.
- KALB, Philine; HÖCK, Martin (1995a) – “Vale de Rodrigo: Projecto Interdisciplinar para a Investigação do Megalitismo numa Região do Sul de Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (2). Sep.
- KALB, Philine; HÖCK, Martin (1995b) – “Vale de Rodrigo. Un Proyecto de Investigación Interdisciplinar Para el Estudio de Una Region Megalítica en el Sur de Portugal”. *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, pp. 153-156.
- KALB, Philine; HÖCK, Martin (1996) – “Investigação Geológica na Zona Megalítica de Vale de Rodrigo, Évora”. In *3ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Coimbra, 1993, Set. 27 - Out. 1, pp. 469-474.
- LOPES, Carla; BOAVENTURA, Rui (1997) – “O Povoamento Pré-Histórico dos 4º - 3º Milénios na Região [de] Monforte: O Estado da Questão”. In *II Congreso de Arqueología Peninsular*, Set. 24-27, 1996. Vol. 2 (Neolítico, Calcolítico y Bronce), pp. 381-387.
- OLIVEIRA, Jorge (1997) – “Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever”. Lisboa: *Ibn Maruán*, Edição Especial. Com versão simultânea em Espanhol.

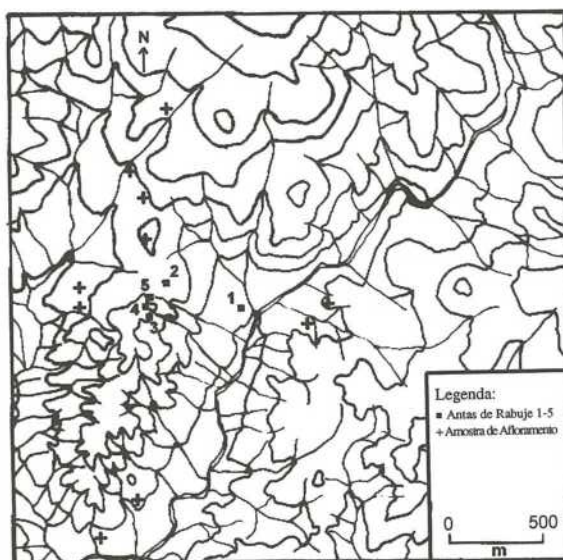


Figura 1



O Conjunto Megalítico de Rabuje (Monforte), na Península Ibérica

Figura 2



A Oro-Hidrografia na área das antas de Rabuje

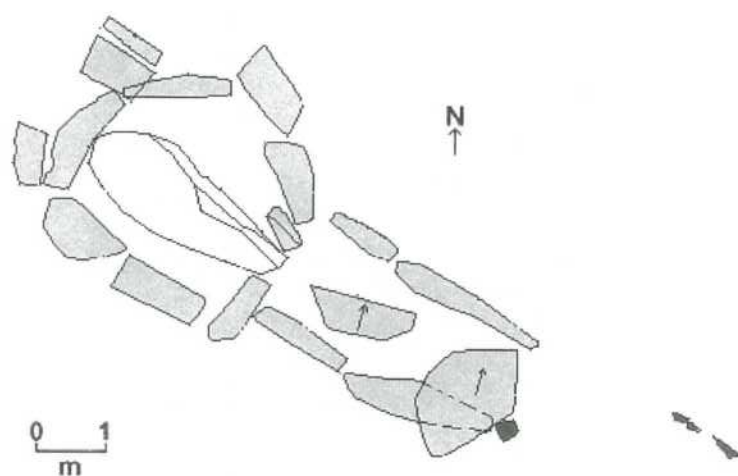


Fig.3 – Rabuje 1

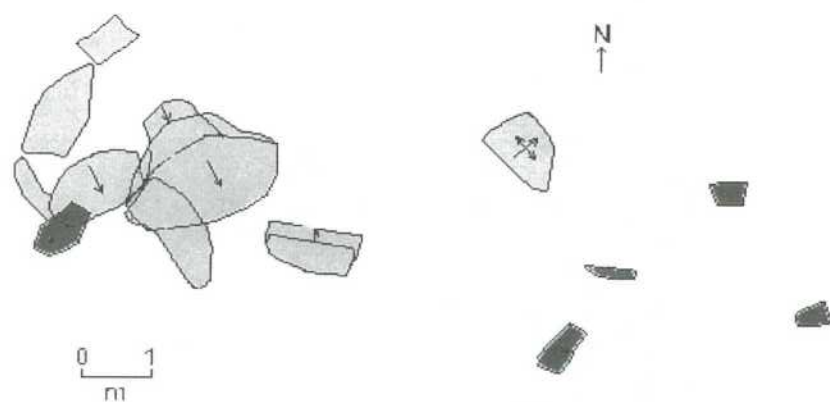


Fig.4 – Rabuje 2

Fig.5 – Rabuje 3



Fig.6 – Rabuje 4

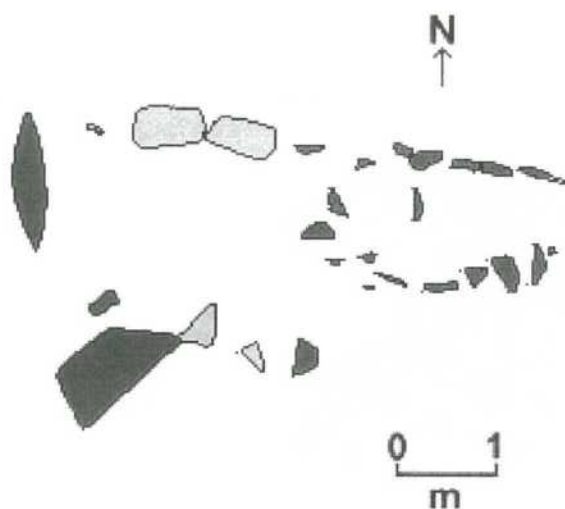
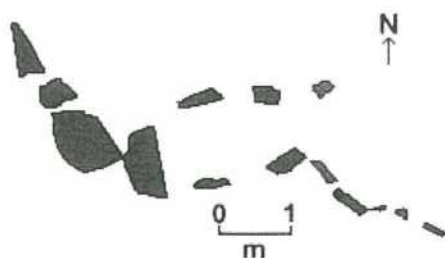
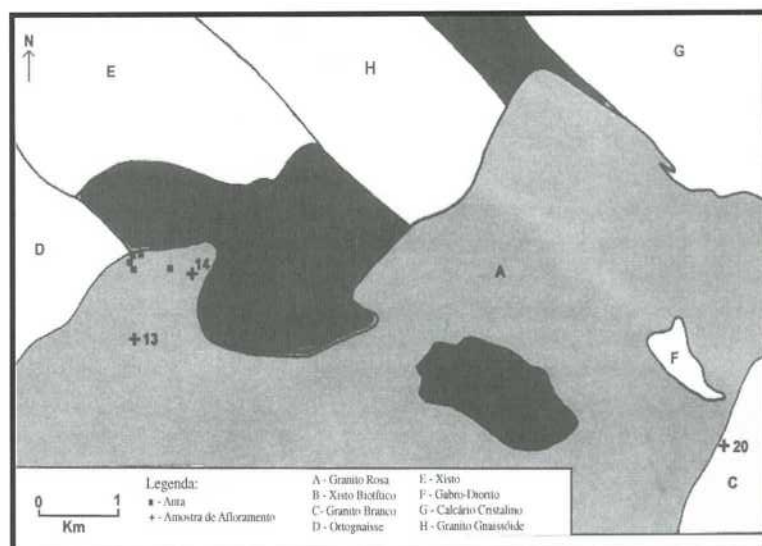


Fig.7 – Rabuje 5





O Substrato Geológico na área das antas de Rabuje



Vista Sul da anta de Rabuje 1



Vista Oeste da anta de Rabuje 2

Ânforas Romanas provenientes do Nordeste Alentejano (Herdade do Reguengo, Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte e Santa Vitória do Ameixial)*

No âmbito dos estudos que temos vindo a efectuar sobre os achados de ânforas romanas em território português, publicamos agora pequenos conjuntos provenientes de escavações efectuadas em cinco estações do nordeste alentejano.

Tratam-se, essencialmente, de materiais provenientes de escavações antigas, depositados no Museu Nacional de Arqueologia e cuja disponibilização para o nosso estudo agradecemos ao seu então Director, Dr. Francisco Alves, agradecimentos naturalmente extensivos à Dr.ª Ana Carvalho Dias, responsável pelas escavações da *uilla* de São Pedro.

O fragmento mais antigo agora estudado foi recuperado durante as escavações que Manuel Heleno mandou efectuar no povoado indígena fortificado do Cabeço de Vaiamonte. Pertence ao tipo Dressel 1B, tratando-se de uma ânfora vinária, de origem itálica, com uma cronologia compreendida entre o primeiro quartel do século I a.C. e o decénio final do mesmo século.

Todos os restantes conjuntos têm um espectro cronológico próprio das *uillae*. Também os materiais da Herdade do Reguengo e da Torre de Palma são provenientes das escavações de Manuel Heleno. Estão essencialmente presentes as ânforas de fabricos lusitanos: o tipo Lusitana 2, piscícola, com uma cronologia dos séculos I e II d.C., assim como a Lusitana 4, também piscícola, mas datável dos finais do século II aos inícios do V. Outras ânforas lusitanas piscícolas aí encontradas foram as L. 5a, e 8, com uma cronologia próxima das L. 4.

Torre de Palma apresenta-nos ainda três tipos de ânforas vinícolas. Uma importada da Gália Narbonense, a Gaulesa 4, com uma cronologia compreendida

*Estudo subsidiado pelo Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian.



entre os meados do século I e o III. Os restantes são lusitanos, a L. 3, com uma cronologia possivelmente compreendida entre os finais do século I e os inícios do V, e a L. 10, talvez vinária e datável dos finais do século II aos inícios do V.

Possivelmente vinícola será ainda a Lusitana 14, encontrada na Herdade do Reguengo, um tipo filiável nas Dressel 28 e datável de meados do século I aos finais do II.

São de origem lusitana todos os fragmentos de ânforas recolhidos em Santa Vitória do Ameixial, na sua grande maioria bicos fundeiros, por serem na altura mais facilmente identificáveis como ânforas. Embora Luís Chaves tivesse afirmado que a cultura do vinho era aí provável pela abundância de ânforas vinárias que tinha encontrado (CHAVES, 1938, p. 32), a grande maioria dos fragmentos reporta-se a ânforas piscícolas de tipo L. 2, L. 4, L. 5a e L. 8. De ânforas com probabilidades de serem vinárias, apenas nos restaram fragmentos de L. 3 e L. 10.

Finalmente, os únicos fragmentos que agora publicamos, provenientes de escavações recentes e obedecendo à recolha sistemática dos materiais, são da *uilla* de São Pedro. Tal facto permite-nos esboçar um tratamento estatístico dos materiais, naturalmente condicionado pela dimensão da escavação, o que apenas permitiu a recolha de um número reduzido de peças.

A grande maioria dos fragmentos pertence naturalmente a ânforas de fabricos lusitanos (93,3%). Para além de tipos também recolhidos nas outras *uillae* referenciadas no presente estudo, foram ainda encontrados fragmentos de duas ânforas Lusitana 6, piscícolas e datáveis dos séculos III aos inícios do V e, com a mesma função e cronologia, fragmentos de duas Lusitanas 5b, muito provavelmente produzidas na costa algarvia. Uma asa de L. 3 conserva uma marca de oleiro estampada (n.º 11, Fig. 6), infelizmente ilegível.

De São Pedro é, ainda, proveniente o único exemplar bético aqui representado. Trata-se de um fragmento de Dressel 20, uma ânfora oleícola, muito comum no Alentejo, com uma cronologia compreendida entre o período tiberiano e o século III. O presente bordo, Martin-Kilcher 27, é datado dos meados do século II.

Este estudo interessa-nos essencialmente pela publicação de inéditos e como contribuição para a cartografia da dispersão dos tipos de ânforas, numa zona do nosso país em que são quase desconhecidos os achados anfóricos. Dadas as características dos conjuntos, é impensável de, apenas por eles, caracterizarmos ou estabelecermos um padrão de importações ou de substituições de correntes mercantis dos víveres envasados em ânforas.

Apenas como exemplos, dificilmente a ânfora vinária bética Haltern 70, com uma circulação compreendida entre os meados do século I a.C. e os meados do século seguinte, deixaria de estar presente nas *uillae* do nordeste alentejano. Do mesmo modo, as ânforas vinárias itálicas Dr. 1 A e as piscícolas ibero-púnicas Dr. 18 deveriam forçosamente estar presentes no Cabeço de Vaiamonte, onde apenas nos resta um fragmento de Dr. 1 B, possivelmente guardado por se encontrar epigrafado.

Por fim, não podemos deixar de chamar a atenção para a variedade de tipos e a quantidade relativa de ânforas lusitanas registadas, em clara oposição com as opiniões muito veiculadas da sua reduzida importância.

Quadro das ocorrências por origens e tipos:

ORIGEM/ TIPOS	HDR	TDP	CDV	SPE	SVA
Lusitânia					
L.2	X	X		X	X
L.3		X		X	X
L.4	X	X		X	X
L.5a	X	X		X	X
L.5b				X	
L.6				X	
L.8	X				X
L.10		X			X
L.14	X				
Itália					
Dr.1B			X		
Bética					
Dr.20		X		X	
Gália Narbonense					
G.4		X			

HERDADE DO REGUENGO

Herdade do Reguengo, Vaíamonte, Monforte (**Alarcão, RP, 6/143**). Trata-se de uma *uilla*, o material estudado encontra-se no MNA e é proveniente de escavações dirigidas por Manuel Heleno (**Heleno, 1962, p. 314, nota 1**).

Catálogo

- 1- (Fig. 2) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 2.
Lábio perolado e muito saliente, com um chanfro na face externa.
Pasta alaranjada, branda, de textura folheada e arenosa, com minúsculas micas, abundantes quartzos hialinos, leitosos e calcites.
- 2- (Fig. 2) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 2.
Fundo troncocónico, de base em pequena glande e espessado internamente.
Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos e minúsculas micas.
Conserva um grafito: «V» gravado no dorso antes da cozedura.
- 3- (Fig. 2) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 14.
Lábio de fita, curto, pendente e bilobado.
Pasta rosada, com cerne laranja-acinzentado, de textura folheada e arenosa, com calcites, abundantes quartzos leitosos e hialinos, minúsculas micas e nódulos ocre.



4- (Fig. 2) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio extrovertido, troncocônico e ligeiramente pendente. Colo estreito e côncavo. Asa de fita arrancando do lábio e do colo.

Pasta bege-rosada, de textura folheada, branda e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

5- (Fig. 2) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio triangular, boleado e ligeiramente pendente.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada, branda e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e abundantes minúsculas micas. Superfícies laranja-claras.

6- (Fig. 2) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio triangular, boleado, curto e muito saliente. Colo curto e côncavo.

Pasta bege-rosada, de textura folheada, branda e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

7- (Fig. 2) Fragmento de boca, ombros e asa de ânfora, tipo Lusitana 8.

Lábio ligeiramente extrovertido, espessado e almendrado. Colo inexistente.

Asa de fita, espessada, arrancando do lábio.

Pasta alaranjada, com cerne laranja-acinzentado, de textura folheada e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos e abundantes minúsculas micas.

8-(Fig. 2) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 5a.

Lábio curto, em aba triangular.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com calcites, partículas negras, quartzos hialinos e leitosos.

9-(Fig. 2) Fragmento de boca de vaso, de forma indeterminada.

Lábio extrovertido e bipartido.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com calcites, minúsculas micas e quartzos hialinos e leitosos.

Quadro das dimensões dos atributos:

N.º	Bordo			Asa		Colo		Fundo		
	Diâm	Altu	Espe	Larg	Espe	Diâm	Altu	Diâm	Altu	Espe
1	185	24	25	-	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-	45	-	48
3	135	26	18	-	-	95	-	-	-	-
4	100	19	20	-	-	58	-	-	-	-
5	130	27	18	-	-	-	-	-	-	-
6	108	20	21	43	19	55	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-	-	-	32	33	86
8	-	-	-	-	-	-	-	38	61	56
9	-	-	-	-	-	-	-	41	22	53

TORRE DE PALMA

Torre de Palma, Vaiamonte, Monforte (**Alarcão, RP, 6/144**). Trata-se de uma *uilla*, o material estudado encontra-se no MNA, e é proveniente das escavações que Manuel Heleno aí mandou efectuar nas décadas de 1940 e 1950 (**Heleno, 1962**).

Catálogo

- 1- (Fig. 3) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 2.
Lábio perolado e saliente, de aresta marcada.
Pasta alaranjada, de textura folheada, dura e arenosa, com pequenos quartzos leitosos, hialinos e rosados, calcites e minúsculas micas.
- 2- (Fig. 3) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Gaulesa 4.
Lábio perolado e saliente.
Pasta bege-rosada, branda, compacta e muito fina, com minúsculos quartzos, calcites e partículas negras.
- 3- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Gaulesa 4.
Lábio perolado e saliente, de face angulosa e sobeira côncava.
Pasta creme-rosada, dura, compacta e muito fina, com minúsculos quartzos leitosos, calcites e partículas negras.
- 4- (Fig. 3) Fragmento superior de ânfora, tipo Lusitana 3.
Lábio de fita, saliente e bipartido. Colo curto e côncavo. Asa de fita, bilobada na face superior e arrancando do terço superior do colo.
Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos, leitosos e rosados, calcites e partículas de mica. Superfície externa laranja-rosada.
- 5- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 3.
Lábio de fita, saliente e chanfrado. Asa de fita, bilobada na face superior e arrancando da sobeira do lábio.
Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites, minúsculas micas e raras partículas negras.
- 6- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 5a.
Lábio extrovertido, curto, saliente e triangular. Asa ovalada, arrancando do lábio e do colo.
Pasta creme-rosada, branda e fina, com minúsculos quartzos rosados, hialinos e calcites.
- 7- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 5a.
Asa de fita ovalada, arrancando do lábio e do colo.



Pasta rosada, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, minúsculas micas e partículas negras. Superfície externa revestida com engobe rosado.

8- (Fig. 3) Fragmento superior de ânfora, tipo Lusitana 10.

Lábio de fita, alto, saliente e bipartido. Colo curto e ligeiramente côncavo.

Asa de fita, ovalada e pendente, arrancando do lábio.

Pasta alaranjada, com cerne cinzento-esverdeado, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

Superfícies Laranja-claras, com manchas acinzentadas.

9- (Fig. 3) Fragmento superior de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio perolado e muito saliente. Colo curto e côncavo. Asa de fita, arqueada e arrancando da sobeira do lábio.

Pasta alaranjada, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites, minúsculas micas e raras partículas negras.

10- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio perolado e muito saliente, de sobeira pendente. Colo ligeiramente côncavo.

Asa de fita, bilobada, arrancando do lábio e do colo.

Pasta alaranjada, de textura folheada, dura e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, clacites e minúsculas micas. Superfícies alaranjadas, muito manchadas.

11- (Fig. 3) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio curto, triangular e saliente. Colo estreito e bipartido. Asa de fita, bilobada na face superior por um chanfro e arrancando do colo.

Pasta queimada, de textura folheada, dura e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos.

Quadro de dimensões dos atributos:

N.º	Bordo			Asa		Colo	
	Diâm	Altu	Espe	Larg	Espe	Diâm	Altu
1	164	27	24	-	-	-	-
2	133	31	25	-	-	89	-
3	121	23	20	-	-	73	-
4	109	28	14	48	17	66	61
5	96	32	10	-	-	51	-
6	170	29	29	-	-	-	-
7	-	-	-	42	29	-	-
8	84	28	12	34	20	59	45
9	108	20	17	41	18	68	56
10	110	21	18	44	17	61	-
11	101	17	16	44	16	61	-



CABEÇO DE VAIAMONTE

Cabeço de Vaiamonte, Vaiamonte, Monforte (**Alarcão, RP, 6/138**). Trata-se de um povoado, indígena fortificado e romanizado. O fragmento encontra-se no MNA e trata-se do único vestígio de ânfora proveniente das escavações dirigidas por Manuel Heleno (**Heleno, 1962, p. 314**).

Catálogo

1- (Fig. 4) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 1 B.
Lábio de fita, alto e pendente, diferenciado do colo por um ressalto.
Pasta rosada, dura e arenosa, com augites muito abundantes. Superfície externa revestida com um engobe espesso, creme-amarelado.
Conserva vestígios de um grafito: «[...] **LEVIS**», gravado no colo após a cozedura e partido à esquerda.

Quadro das dimensões dos atributos:

N.º	Bordo		
	Diâm	Altu	Espe
1	140	61	26

SÃO PEDRO

São Pedro, Alter do Chão, Alter do Chão (**Alarcão, RP, 6/124**). Trata-se de uma *uilla*; o material aqui estudado foi recolhido durante a campanha de escavações de 1986, dirigida por Ana Carvalho Dias.

Quadro da distribuição quantitativa e percentual por origens e tipos:

ORIGEM/TIPOS	#	%
Lusitânia	14	93,3
L.2	1	6,7
L.3	3	20
L.4	5	33,3
L.5a	1	6,7
L.5b	2	13,3
L.6	2	13,3
Bética	1	6,7
Dr.20	1	6,7
TOTAIS	15	100



Catálogo

1-(Fig. 5) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 2.

Lábio perolado, muito saliente.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos, raras partículas negras e abundantes minúsculas micas.

2-(Fig. 5) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 3. Lábio ligeiramente extrovertido, de fita, muito saliente.

Colo introvertido. Asa de fita, arrancando do lábio e do colo.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos.

3-(Fig. 5) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio introvertido e saliente, alto e triangular. Asa de fita, arrancando do colo e da aresta do lábio.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com calcites, quartzos hialinos e leitosos e raras partículas negras.

4- (Fig. 5) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio introvertido, alto saliente e convexo, de sobeira côncava. Asa de fita, trilobada na face superior, arrancando do colo e da aresta do lábio.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

5- (Fig. 5) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 5b.

Lábio ligeiramente extrovertido, com pequena aba triangular ligeiramente pendente, de sobeira moldurada. Asa ovalada, arrancando do lábio e do colo.

Pasta de tonalidade bege, branda e muito fina, com partículas negras.

6- (Fig. 5) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 5a. Lábio perolado e saliente. Asa de fita ovalada arrancando do lábio e do colo. Pasta laranja-acastanhada, com cerne rosado, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e raras inclusões negras.

7- (Fig. 5) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 6.

Lábio perolado, introvertido e saliente. Colo extrovertido e curto.

Pasta acinzentada, com uma faixa rosa-acastanhada junto às superfícies, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites, raras partículas negras e minúsculas micas.

8- (Fig. 5) Fragmento de bojo e fundo de ânfora, tipo Lusitana 4.

Fundo cilíndrico e curto, oco e de base cfwca Ø.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites, partículas negras e pequenos nódulos ocre.

9- (Fig. 5) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 6.

Fundo troncocônico e oco, terminando em glande saliente.

Pasta rosada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e raras inclusões negras.



10- (Fig. 5) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 20, Martin-Kilcher 27. Lábio introvertido, triangular, muito saliente e de sobeira moldurada. Pasta bege-rosada, fina, compacta e muito dura, com pequenos quartzos hialinos, calcites e abundantes inclusões negras.

11-(Fig. 6) Asa de ânfora, de tipo Lusitana 3.

Asa curta, arqueada, de fita, e com a face superior trilobada.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e pequenos nódulos ocre. Apresenta uma marca ilegível estampada no dorso, com letras em relevo, inscritas numa cartela rectangular, longa, de ângulos fortemente arredondados (39 x 9 mm.).

Quadro das dimensões dos atributos:

Nº	Bordo			Asa		Colo		Fundo		
	Diâm	Altu	Espe	Larg	Espe	Diâm	Altu	Diâm	Altu	Espe
1	170	22	27	-	-	-	-	-	-	-
2	120	30	11	-	-	79	-	-	-	-
3	109	25	21	-	-	64	-	-	-	-
4	101	33	22	45	21	-	-	-	-	-
5	176	45	31	-	37	130	-	-	-	-
6	160	27	23	-	-	-	-	-	-	-
7	151	18	12	-	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	40	40	17
9	-	-	-	-	-	-	-	50	-	20
10	170	35	42	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	46	19	-	-	-	-	-

SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL

Santa Vitória do Ameixial, Santa Vitória do Ameixial, Estremoz (**Alarcão, RP, 6/201**). Trata-se de uma *uilla*; as ânforas estudadas encontram-se depositadas no MNA e são provenientes de escavações efectuadas por Luís Chaves, em 1915/16 (**Chaves, 1938**).

Catálogo

1- (Fig. 7) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora de tipo Lusitana 4. Lábio troncocónico, alto e saliente, de sobeira côncava. Asa de fita, trilobada na face superior e arrancando do lábio e do colo.

Pasta laranja-acastanhada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

2- (Fig. 7) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 4.

Fundo troncocónico, curto e massiço. Pasta rosada, de textura folheada, branda e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

3- (Fig. 7) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 10.

Bojo fusiforme. Fundo troncocónico, curto e massiço.



Pasta de tonalidades variando entre o rosado e o cinzento, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e minúsculas micas.

4- (Fig. 7) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 5a.

Fundo troncocônico, de base convexa e espessada.

Pasta alaranjada, com uma faixa queimada junto à superfície interna, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e rosados, calcites, raras micas e partículas negras.

5- (Fig. 7) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 2.

Fundo troncocônico e oco, de base côncava.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e raras pequenas micas.

6-(Fig. 7) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 3.

Fundo oco e cilíndrico, de paredes ligeiramente côncavas e base em anel.

Pasta rosa-acastanhada, de textura folheada e arenosa, com raras micas e abundantes quartzos hialinos e leitosos.

7-(Fig. 7) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 4.

Fundo cilíndrico, curto e massiço, espessado internamente.

Pasta alaranjada, branda, de textura folheada e arenosa, com quartzos hialinos e leitosos e abundantes minúsculas micas.

8-(Fig. 7) Fragmento de bojo e fundo de ânfora, tipo Lusitana 8.

Fundo bilobado, curto e massiço.

Pasta rosa-alaranjada, branda, de textura folheada e arenosa, com abundantes quartzos hialinos e leitosos. Superfície externa bege, manchada.

Conserva um grafito: «V», invertido e gravado no fundo do bojo.

9-(Fig. 7) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 4.

Fundo troncocônico, curto e massiço. Pasta rosa-alaranjada, com uma faixa cinzenta junto à superfície interna, dura e arenosa, com abundantes pequenos quartzos hialinos, leitosos e rosados. Superfície externa rosada.

Quadro das dimensões dos atributos:

N.º	Bordo			Colo		Fundo		
	Diâm	Altu	Espe	Diâm	Altu	Diâm	Altu	Espe
1	95	25	19	62	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	29	29	50
3	-	-	-	-	-	23	22	51
4	-	-	-	-	-	31	51	63
5	-	-	-	-	-	46	-	12
6	-	-	-	-	-	55	43	12
7	-	-	-	-	-	32	33	86
8	-	-	-	-	-	38	61	56
9	-	-	-	-	-	41	22	53

BIBLIOGRAFIA

- ALCARCÃO, Jorge, 1988, *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips Ltd. (= RP).
- CHAVES, Luís, 1938, "Estudos lusitano-romanos. I.A "villa" de Santa Vitória do Ameixial (concelho de Estremoz). Escavações de 1915-1916", *O Archeologo Português*, 30, pp. 14-117.
- DIÓGO, A. M. Dias, 1987, "Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano", *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 5, pp. 179-191.
- , 1995, "Elementos sobre ânforas de fabricos lusitanos", *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, pp. 283-294.
- FABIÃO, Carlos, 1996, "O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte)", *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, 11, Nova Série, pp. 35-84.
- HELENO, Manuel, 1962, "A "villa" lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte)", *O Arqueólogo Português*, 2.ª Série, 4, pp. 313-338.
- MARTIN-KILCHER, Stefanie, 1983, "Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d'August (Colonia Augusta Rauricorum) et Kaiseraugst (Castrum Rauracense). Un rapport préliminaire", *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional*, Madrid, pp. 337-347.
- PEACOCK, D. P. S. e WILLIAMS, D. F., 1986, *Amphorae and the Roman Economy*, Londres e Nova York, Longman.



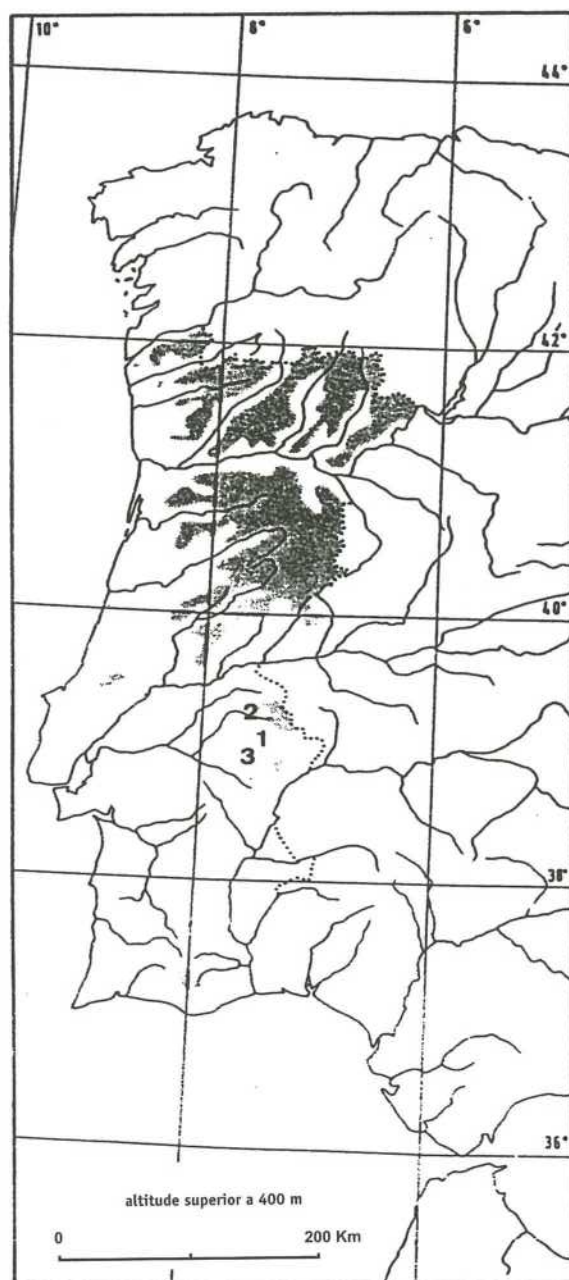


Fig. 1 – Mapa de localização geral dos achados das ânforas.
1. Vaiamonte. 2. Alter do Chão. 3. Santa Vitória do Ameixial.

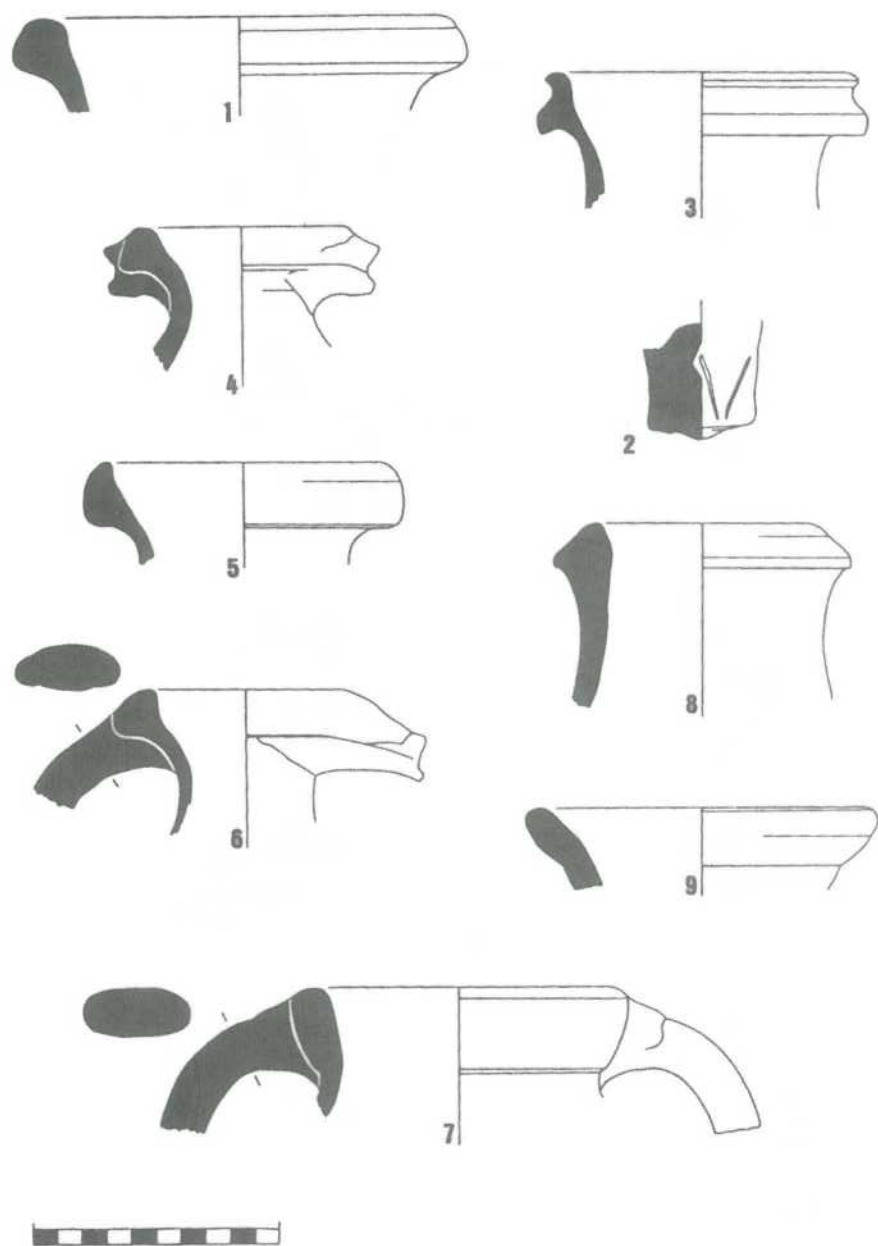


Fig. 2 – Ânforas da Herdade do Reguengo.

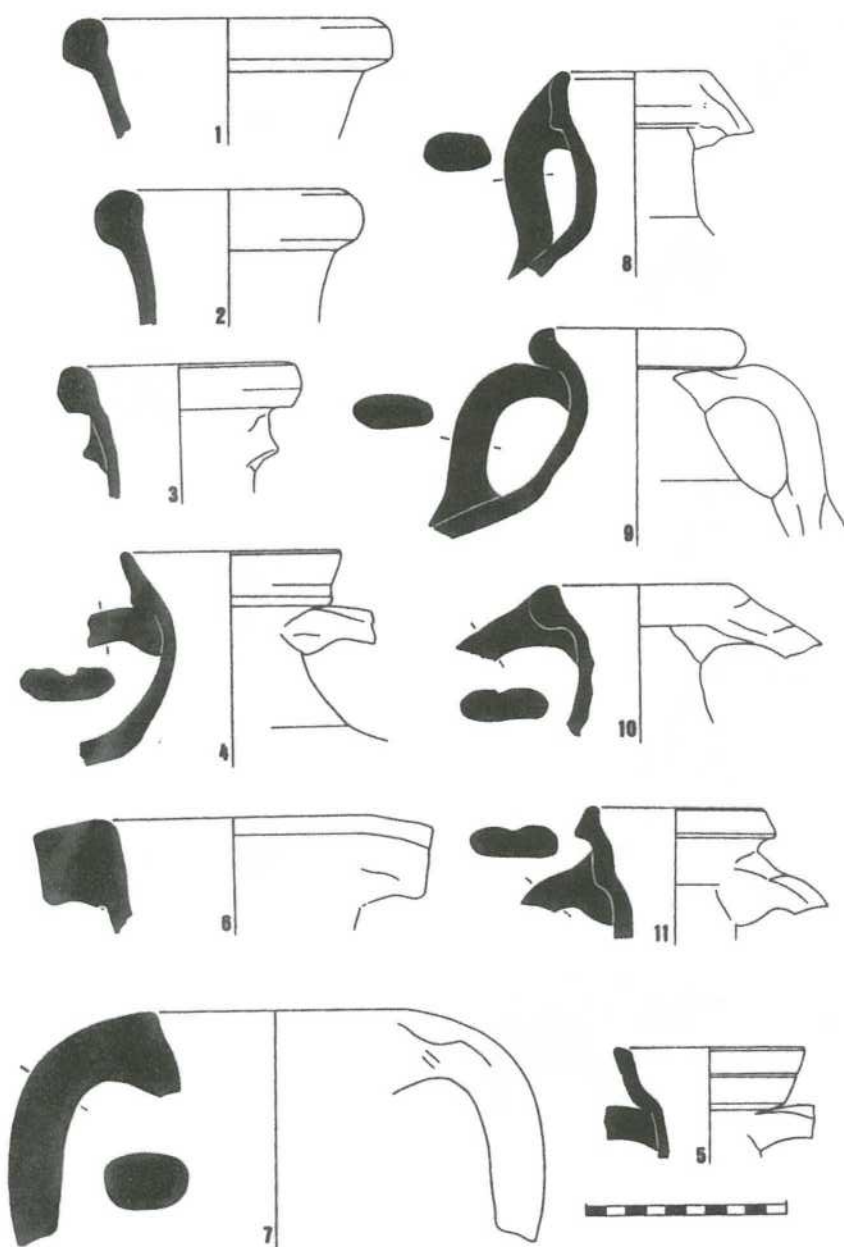


Fig. 3 – Ânforas de Torre de Palma.

Fig. 4 – Ânfora do
Cabeço de Vaiamonte.

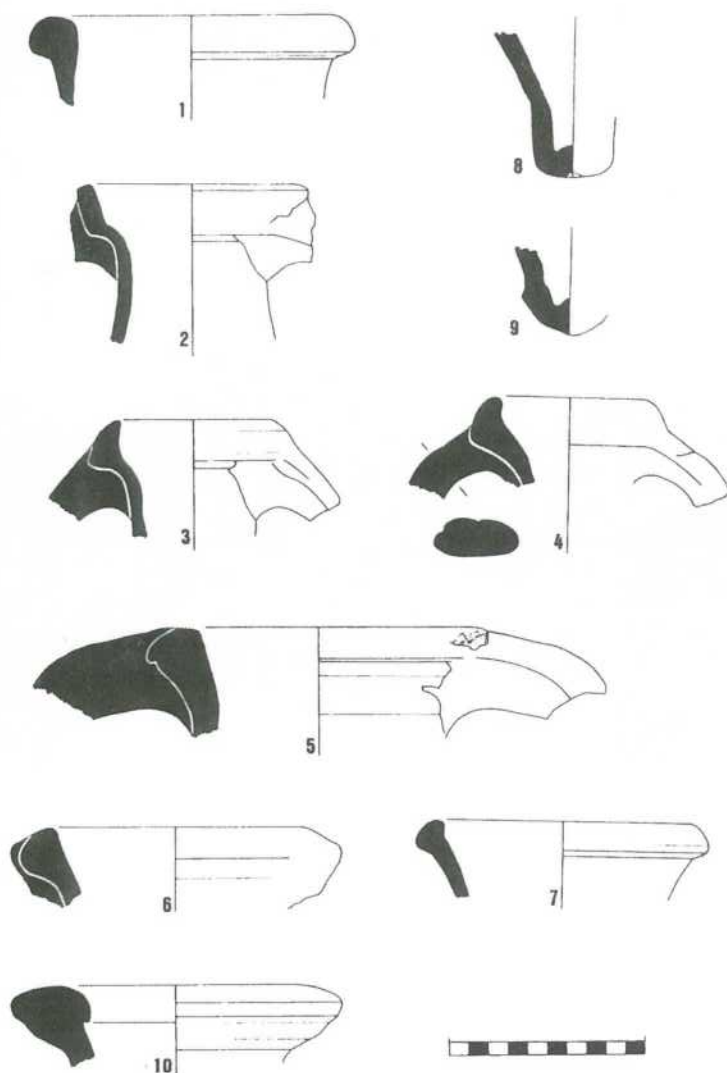
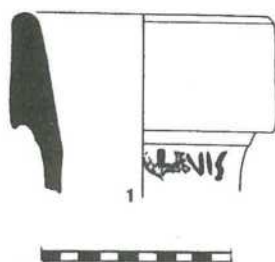


Fig. 5 – Ânforas de São Pedro.



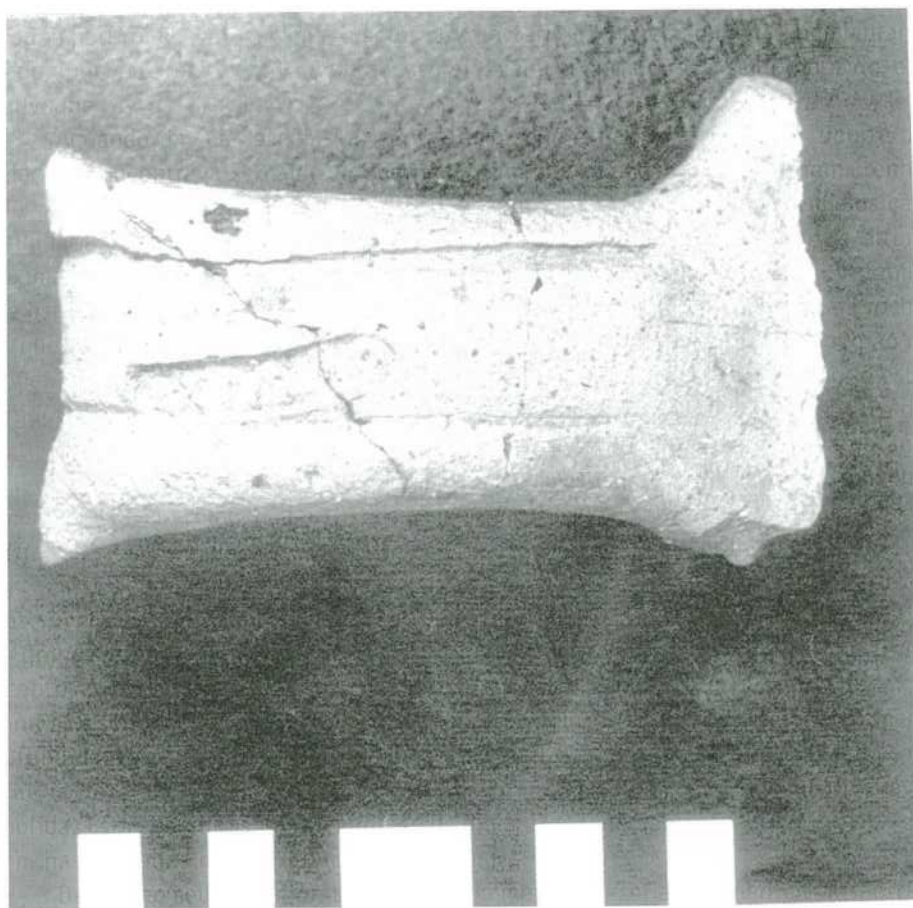


Fig. 6 – Asa de ânfora L.3 de São Pedro.

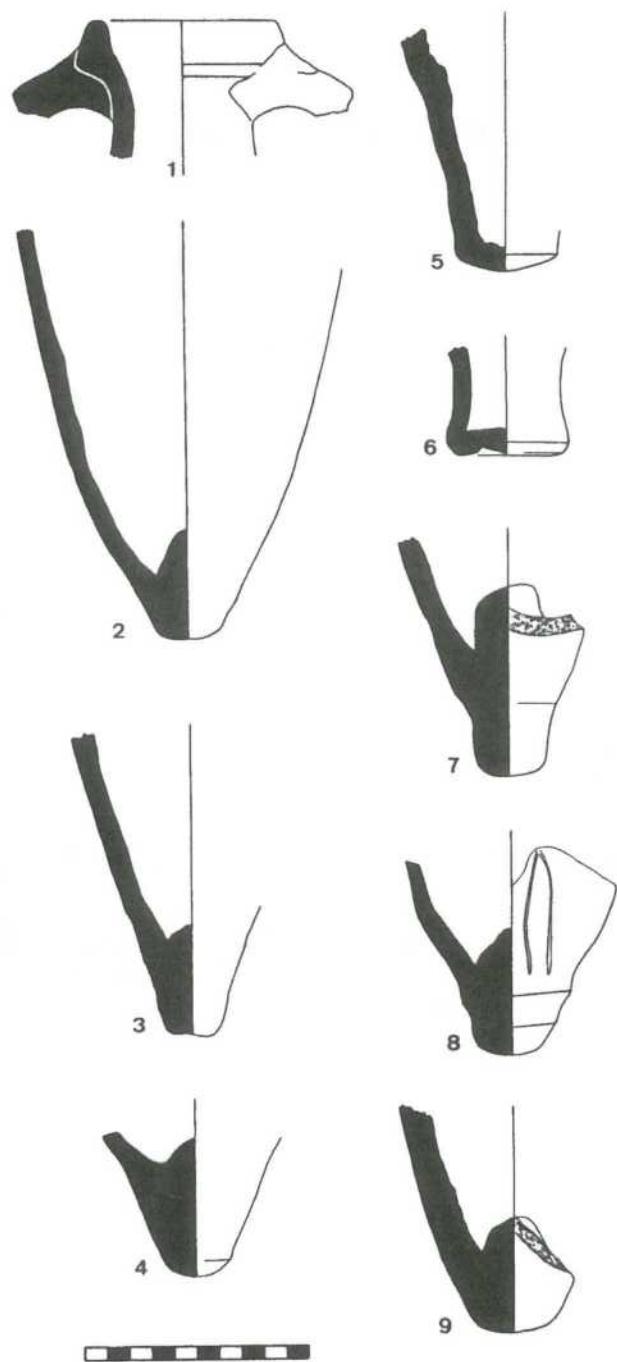


Fig. 7 – Ânforas de Santa Vitória do Ameixial.



Muros-apiários da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)

INTRODUÇÃO

1. Desde talvez a Idade Média, foram construídas, em várias regiões da Península Ibérica, estruturas para proteger os colmeais da acção predadora dos mamíferos e, em particular, dos ursos. Estas construções são constituídas por muros de pedra, definindo recintos fechados, que chegam a atingir vários metros de altura e apresentam, muitas vezes, remates avançados para o exterior para impedir o acesso ao seu interior. Implantam-se, em geral, no fundo dos vales, voltados a Sul e sobre a confluência de duas linhas de água.

Na sequência de pesquisas documentais e de contactos pessoais (1), foi possível reconhecer que os muros-apiários se encontram representados em diversas áreas da Península Ibérica, desde o Noroeste até à Andaluzia. Existem construções deste tipo, entre outros locais, na alta montanha lucense (Léon /Astúrias), no Vale do Rio Camba, na Serra do Candán (Pontevedra), em Vilariño de Corso (Ourense) e na Serra de Ancares, no que concerne à Galiza, em Las Hurdes (Extremadura), em Alcântara e na Sierra de Santo Domingo (Província de Cáceres) e também na Andaluzia (Córdova). Em Portugal, foi possível reconhecer a existência de estruturas deste tipo no Minho (Gerês), em Montezinho, Torre de Moncorvo e Vila Flor, na região de Trás-os-Montes,

¹ Arqueólogo, coordenador do Projecto Muros-apiários da Península Ibérica, da Associação de Estudos do Alto Tejo (Avenida da Belavista, Antigo Edifício dos Correios, 6030-201 Vila Velha de Ródão, Tel./Fax 272541122, Email: altotejo@mail.telepac.pt).

² Arqueólogo, coordenador do Projecto ALTEJO – Pré-História Recente na Margem Direita do Alto Tejo Português, da Associação de Estudos do Alto Tejo.

³ Arqueólogo, coordenador do projecto AÇAFA – Arqueologia Medieval da Envolvente das Portas de Ródão, da Associação de Estudos do Alto Tejo, docente da Universidade de Évora.

⁴ Arqueóloga, membro da Associação de Estudos do Alto Tejo.

⁵ Técnico Florestal, Direcção-Geral das Florestas.



no Côa, provavelmente na Serra dos Candeeiros, no distrito de Castelo Branco, no distrito de Portalegre, nomeadamente no concelho de Nisa e na Serra de São Mamede e, finalmente, na área de Alqueva (bacia do Guadiana), onde já foi observado um muro construído em taipa (2).

Em Portugal, estas construções são raramente referidas em manuais ou revistas de apicultura (3) e estão, aparentemente, ausentes em estudos de cariz etnográfico e patrimonial. Entre as raras referências a muros, que foi possível identificar, devem referir-se dois artigos respeitantes a construções situadas na bacia do Tejo (distritos de Castelo Branco e Portalegre) e no Alto Minho, publicadas respectivamente por Vasco Paixão (PAIXÃO, 1975) e Paulo Dias (DIAS, 1993).

O primeiro daqueles autores também consagra este tipo de estruturas no seu manual de apicultura (PAIXÃO, 1974). Noutro manual (ALMEIDA, 1943: 139-140) refere-se que *“nas charnecas do Sul encontravam-se grandes malhadas com muitas centenas de cortiços, que davam milhares de litros de mel. No Minho e Trás-os-Montes eram vulgares as silhas, isto é, espécie de malhadas rodeadas de altos muros, que protegiam os cortiços dos ventos e dos ratoneiros. Muitas destas silhas abrigavam mais de mil cortiços”*.

No que concerne aos estudos de carácter etnológico, cabe salientar que este tipo de muros também está ausente nos trabalhos produzidos pela equipa do Prof. Jorge Dias e, em particular, na obra intitulada *Construções Primitivas de Portugal* (OLIVEIRA *et al.*, 1988).

Em contrapartida, diversos documentos do séc. XVI referem-se, aparentemente, a estruturas deste tipo sob a designação de *malhadas de abelhas* (4) ou *malhadas de colmeias*.

Cite-se, como exemplo, um documento datado de 1505 (HORMIGO, 1998) que refere uma *“malhada velha de comeias no fundo do val dalcantara”*, no limite das terras da Ordem de Cristo, no Rosmaninhal (Idanha-a-Nova). Parece legítimo admitir tratar-se de uma estrutura de protecção a colmeias e não simplesmente de um agrupamento de colmeias. Além disso, o adjectivo “velha” para além de se aplicar a algo de durável, como é o caso de uma estrutura em pedra, indica que esta já era considerada antiga no início do séc. XVI.

Num outro documento, respeitante a uma visita realizada em 10 de Outubro de 1505, pela Ordem de Cristo, ao termo de Idanha-a-Velha, é mencionada uma outra malhada de colmeias (CASTELO BRANCO, 1998: 15-16). Regista o documento, a dado passo: *“... e de hy atravessa direito há ribeira do Aravil per fundo dos pardieiros que foram de Afonso Criado e per cima da granja do Aravil; e de hy se vay per cima da malhada das colmeas de pedro Luis de Alcanfozes ...”*.

A pesquisa efectuada ao nível da literatura popular, relativa à região de Castelo Branco, permitiu identificar um muro-apiário num conto publicado por Jaime Lopes Dias (1944: 61), intitulado *O Muro de Lançarote*. Este conto tem como cenário as Campanhas de Idanha-a-Nova e como protagonistas um touro e sete lobos, que acabam por morrer aprisionados no interior do muro. O facto de ser designado como muro permite admitir tratar-se de um muro-apiário e não de um fojo – estrutura destinada

à captura de lobos –, embora existam fojos com uma estrutura similar à destes muros, como é o caso dos “fojos de cabrita” (ÁLVARES *et al.*, s/d).

Em relação ao território espanhol, admite-se a existência de bibliografia específica sobre esta temática, principalmente nas regiões onde o urso sobrevive, como é o caso da cordilheira cantábrica (Astúrias e Léon). Cite-se, a título de exemplo, os trabalhos, *Apicultura Tradicional no Concello de Navia de Suarna (Lugo)*, da autoria de Clodio González Pérez (GONZÁLEZ, 1988) e *Osos y otras fieras. En el pasado de Asturias (1700-1860)*, de Juan Pablo Torrente Sánchez-Guisande (TORRENTE, 1999).

Também se pesquisaram diversos *sites* relativos a programas de estudo e protecção ao urso pardo em Espanha (5) que nos mostram o interesse que estas construções arcaicas e tradicionais assumem no contexto de projectos naturalistas, de conservação da fauna silvestre.

Na serras que fazem fronteira entre as províncias de Cáceres e Salamanca também se encontram estruturas deste tipo, bem como documentos que atestam a sua utilização no séc. XVI. O trabalho *Las Batuecas y Las Hurdes* (ROMERO, 1995: 94) transcreve alguns trechos das Ordenanzas de La Alberca, que foram proclamadas em 17 de Setembro de 1515 e se destinaram a regular a exploração económica daquela região, onde se documenta a existência de “corrales zerrados” de abelhas (6).

2. Em Portugal estas construções são conhecidas por *muros, silhas e malhadas* (de abelhas ou de colmeias). No capítulo sobre vocabulário, Vasco Paixão (PAIXÃO, 1974: 929) define “muro (de cortiços) – apiário ou silha protegidos por um muro circular munido de uma pequena porta de entrada (Rosmaninhal, Beira Baixa)”. O termo silha designa, em geral, um alinhamento de colmeias ou cortiços. No foral de Sarzedas, de 1512, o vocábulo surge com este sentido (MIRANDA, 1966).

Na região de Castelo Branco estas estruturas são habitualmente designadas por *muros* (PAIXÃO, 1974), termo que passou em alguns casos para a microtoponímia, como são os casos do ribeiro do Muro Alto e do Muro Caiado, em Idanha-a-Nova, da propriedade do Muro Alto, em Castelo Branco, e do Muro do Romão, em Vila Velha de Ródão. O termo *silha* surge uma única vez, na área de Segura (Idanha-a-Nova), para designar uma estrutura de pedra. No Norte de Portugal tomam a designação de *silha* ou *colmeal* (DIAS, 1993: 137) e na região de Serpa de *malhada*. Esta última designação surge, igualmente, em documentos históricos referentes à região de Castelo Branco (HORMIGO, 1998; CASTELO BRANCO, 1988; ANTUNES, 1950).

Em Espanha, estas estruturas tomam designações diferentes consoante as regiões onde se situam. Na Galiza e nas Astúrias são conhecidas por *albariza, abellariza, albiza, albarizal* ou *cortín* e na Estremadura tomam, entre outras, a designação de *colmenar, muro de abejas* (Garrovillas), *corral zerrado de abejas* (Hurdes, Batuecas).

Face à diversidade de designações aplicadas a estas estruturas, com carácter marcadamente regional, tanto em Portugal como em Espanha, considerou-se conveniente adoptar uma nome comum a todas elas. Assim, neste texto, como em texto anterior (HENRIQUES *et al.*, 1999), convencionámos designar as estruturas em apreço através da palavra composta *muro-apiário*.



3. Os muros-apiários são testemunhos materiais, duráveis, da actividade apícola e podem corresponder, em muitos casos, a uma longa utilização, durante várias centenas de anos, ou pelo menos a um uso recorrente. O seu estudo, dos pontos de vista estrutural, funcional e cronológico, reveste-se de muito interesse e originalidade.

O distrito de Castelo Branco, a área que nos interessa mais directamente, registou ao longo do terceiro quartel do séc. XIX (RAMOS & PITA, 1997) uma posição cimeira na produção de mel a nível distrital, sendo apenas ultrapassado pelos distritos de Beja, Portalegre e Lisboa. No século precedente, nas *Memórias Paroquiais de 1758*, em resposta à questão “*quais os frutos que a terra dá?*”, os párocos de Escalos de Baixo, Malpica, Monforte, Monsanto, Penha Garcia, Rosmaninhal, Salvaterra e Segura responderam ser o mel um desses produtos.

Estes indicadores de produção dos séc^s XVIII e XIX, a par das referências a muros-apiários no séc. XVI, permitem admitir a existência de um número muito significativo de muros-apiários no distrito de Castelo Branco, que justificam o desenvolvimento da pesquisa já realizada.

A esse respeito, os signatários divulgaram, recentemente, uma primeira caracterização de muros-apiários localizados naquela área do Sul da Beira Interior (HENRIQUES *et al.*, 1999). O presente texto constitui um desenvolvimento daquele trabalho, contendo um quadro descritivo, detalhado, das estruturas observadas, até ao momento, nos concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e no Ayuntamiento de Alcântara.

CARACTERIZAÇÃO

Apresentam-se seguidamente vinte e seis muros-apiários já observados no distrito de Castelo Branco (Anexo). Situam-se em diferentes sub-bacias do médio Tejo (Ponsul, Aravil, Erges, outras) a altitudes inferiores a 400 m. Para além destes, dispõe-se de informações relativas a outras construções, do mesmo tipo, na bacia do médio Tejo (7).

Estes muros-apiários foram identificados com base na microtoponímia, na cartografia militar e em informações orais. Pesquisaram-se topónimos relativos a muros e silhas, de que são exemplos Muro Alto, Barroca do Muro, Muro do Romão e Silha. Os microtopónimos foram obtidos em mapas ou junto das populações locais.

Verificou-se que alguns daqueles muros estão registados na carta militar, sendo representados por um pequeno círculo a ponteados. Mas constatou-se que nem todos os pequenos círculos ponteados correspondem a muros-apiários. A selecção dos ícones com interesse depende de dois outros critérios: a exposição ao sol e a implantação topográfica. De facto, durante o trabalho de campo, constatou-se a existência de ponteados circulares que não correspondem a muros, mas a pequenas tapadas agrícolas (envolvendo linhas de água) e a recintos para gado, também de planta circular (em geral situados no topo de cabeços ou na parte superior das encostas), estes semelhantes aos existentes em muitas regiões de Portugal (cite-se, como exemplo, o concelho de Alcoutim).

Verifica-se que o registo cartográfico dos muros-apiários não tem relação com as dimensões nem com o estado de conservação.

Implantação

Os muros-apiários observados situam-se a curta distância das margens dos rios Erges, Aravil, Ponsul e Tejo e de outras linhas de água menores. São cursos de água permanentes ou com capacidade para manterem, no seu leito, reservas de água durante o estio. Os muros-apiários implantam-se, quase sempre, sobre a confluência de duas linhas de água de diferente importância. A presença de água é indispensável à produção apícola.

Exceptuando os muros da Parrocha, Rasteira e Dehesa de la Puente, construídos no terço superior da encosta, e o de Los Leones, implantado numa peneplanície, os restantes muros-apiários situam-se no fundo de vales, no terço inferior das encostas e junto das linhas de água.

Esta implantação facilita a deslocação das abelhas. De facto, quando estas colectam recursos em cotas superiores às do muro fazem a viagem ascendente, que é mais difícil, sem carga (pólen), e a viagem descendente, mais fácil, com carga. A localização na parte inferior das encostas também favorece a produção suficiente de mel, num primeiro tempo, para se auto-reproduzirem e, mais tardiamente, para o apicultor. Porque as cotas mais baixas, perto da linha de água, são mais temporãs em termos de floração. Esta floração precoce permite ao enxame angariar alimento suficiente para as larvas, constituindo, deste modo, um exército de obreiras (auto-reprodução). Por sua vez, o enxame que sai tem que o fazer atempadamente, em termos de floração, para garantir a sua própria sobrevivência, colectar mel e cera para a sua alimentação no Inverno. Quando o auge da floração atinge a meia encosta, ou o topo, é então angariado alimento que pode ser extraído pelo apicultor.

Nos casos documentados, os muros-apiários situam-se em cotas que variam, entre 190 m e 310 m (Parrocha). Nesta região, crê-se que a altitude, em termos absolutos, não constitui critério de implantação dos muros-apiários.

As superfícies, ou encostas, onde assentam os muros, são inclinadas, por vezes, de forma muito acentuada. Esta característica proporcionava, entre outras vantagens, (a) abrigo contra o vento (8), (b) uma maior proximidade das fontes do pólen, oriundo da vegetação espontânea que recobre as margens abruptas de cursos de água, (c) um acesso mais próximo aos afloramentos rochosos de onde provém a pedra utilizada na construção dos muros (9), e (d) evitava que o muro roubasse espaço à actividade agrícola.

A exposição solar é outro factor a ter em conta na instalação do apiário. Assim, em regiões mais frias e acidentadas, é aconselhada a sua instalação em encostas voltadas a Sul e nas regiões mais quentes em encostas voltadas a Sudeste. Dos vinte e seis muros observados doze estão voltados a Sul (170-180°), oito a Sudeste (130-155°), quatro a Sudoeste (210-230°), um a Leste (90°) e num caso não foi determinada a orientação (Muro do Ti Furriel).

Nos muros voltados a nascente, as abelhas podem iniciar a actividade mais cedo e terminá-la também mais cedo, diminuindo, assim, o risco de não regressarem a tempo ao cortiço ou à colmeia. Nos muros e colmeias voltadas a poente este risco aumenta.



Estrutura

Os muros-apiários têm, em geral, planta subcircular com diâmetros que variam entre 32 m (muro I de Alcântara) e 11,8 m (Muro Caiado). Conhecem-se dois muros de planta rectangular (Muro do Vaz Preto e Fraga dos Galhardos) e outro em U fechado (Muro Caiado). Segundo informação do Dr. Antonio González, nas zonas centrais da planície extremenha, os muros têm plantas diversificadas (quadradas, circulares ou poligonais) e diâmetros inferiores aos dos muros das zonas montanhosas.

Os muros-apiários são constituídos por uma parede que pode atingir quatro metros de altura, nos pontos mais elevados e onde a estrutura se conserva melhor. O muro da Silha (Segura) tem apenas 1,5 m de altura. cremos que este muro, e outros de altura similar, já não tenham servido para a protecção dos cortiços em relação ao urso, talvez por este se encontrar extinto à data da sua construção. No entanto, poderia ter servido como obstáculo à entrada de outros intrusos menores ou decorrer de um hábito de construir recintos para encerrar os cortiços. Em Navia de Suarna (GONZÁLEZ, 1998) a altura dos muros varia entre 2 m e 4 m.

A altura dos muros da serra do Gerês varia entre 1 m e 4,72 m e, segundo Paulo Dias, *"até ao desaparecimento do urso nesta região, as silhas eram construídas em parede dupla, com os muros ligeiramente inclinados para fora"* (DIAS, 1993). Nos muros observados, ou naqueles de que se teve conhecimento através de bibliografia, não se documentou a presença de parede dupla. Relativamente à inclinação da parede do muro, para o exterior, conhece-se, na região do médio Tejo, alguns exemplares com esta característica.

Actualmente, a legislação portuguesa determina que os muros de delimitação de apiários tenham uma altura mínima de 2 m, quando implantados junto de vias de comunicação ou em terrenos agrícolas, para evitar o ataque das abelhas a pessoas ou animais.

Na generalidade dos muros, a espessura da parede varia entre 60 cm e 95 cm, sendo relativamente uniforme entre a base e o topo. Noutros, como é o caso dos muros da Rasteira, do Cabeço Redondo e dos Moinhos do Conde, a espessura da base é substancialmente superior à do topo. Em Navia de Suarna, a espessura da parede apresenta, aproximadamente, os mesmos valores (varia entre 60 cm e 1 m, ou mais).

Estes muros apresentam grande variabilidade em termos de área interna. Por isso, optou-se por dividi-los em três classes. Assim: a primeira classe corresponde aos muros com menos de 250 m²; na segunda classe posicionam-se os muros com área a variar entre 251 m² e 500 m²; a terceira, e última, classe abrange os muros com mais de 500 m² de superfície. Do primeiro grupo fazem parte oito muros: Marmeleiro, Muro Caiado, Rasteira, Parrocha, Cabeço Redondo, Los Leones, Ribeiro do Vale do Lobo e Fraga dos Galhardos III, o mais pequeno. Do segundo grupo fazem parte oito muros: Vale do Gamo, Monte das Piçarras, Febre Amarela, Coito do Leitão, Muro do Romão, Silha, Dehesa de la Puente e Fraga dos Galhardos II. Muros com área superior a 500 m² são o Muro Alto (Idanha-a-Nova), Ponte da Munheca, Muro Alto (Castelo Branco), Alcântara I e Muro do Vaz Preto. Em Navia de Suarna, o diâmetro dos muros-apiários varia entre 4 m e 12 m, o que perfaz áreas da ordem dos 12,5 m² a 113 m², que são consideravelmente inferiores às registadas na área de Castelo Branco e Alcântara.

A área dos muros determina, directamente, o número de cortiços que estes podem comportar. Esta característica, a par da densidade de estruturas numa determinada zona, relaciona-se decerto com a capacidade floral da respectiva região.

Os muros inventariados são construídos com lajes e blocos de xisto-grauvaque ou de granito. Nos muros de xisto-grauvaque são raramente utilizados blocos de granito nas ombreiras e nos lintéis de portas, como é o caso do pequeno muro da Parrocha. Nalguns muros-apiários, as pedras apresentam grande variabilidade de dimensões, situando-se os blocos de maior tamanho na base da parede. Noutros casos, como no Muro Alto (Rosmaninhal), acontece o oposto, com um aparelho muito regular e certa uniformidade nas dimensões (comprimento e espessura) e na orientação das lajes utilizadas na sua construção. No muro dos Moinhos do Conde identificaram-se áreas, limitadas, com pequenas placas de xisto dispostas em espinha, envolvidas por aparelho horizontal.

Alguns muros são construídos em pedra seca, outros utilizam elemento ligante e num caso documentou-se a aplicação de reboco e caiamento na parede exterior (Muro Caiado). O Muro do Romão (Perais) é construído com camadas alternadas de placas de xisto, ora horizontais ora oblíquas, formando um espinhado de grandes dimensões. As lajes utilizadas nesta construção ocupam toda a largura da parede, sendo perpendiculares a esta e estando alinhadas segundo a face exterior do muro. Na face interior, as placas sobressaem, mais ou menos, em função do seu comprimento.

Em todos estes muros observaram-se reconstruções ou alteamentos. Esta circunstância representa um interessante desafio para a chamada arqueologia da arquitectura. Alguns muros apresentam buracos a meia altura, visíveis ao longo do pano exterior da estrutura. Estas cavidades destinavam-se, provavelmente, à fixação dos andaimes necessários para a construção dos muros mais altos.

Alguns muros, melhor conservados, apresentam remates no topo, constituídos por placas avançadas para o exterior e/ou para o interior (Coito dos Caturros, Muro Alto [Idanha-a-Nova] e Alcântara I). Em Navia de Suarna, o remate avançado é designado por *barbas* ou *beirado* e tinha como função "*non deixar entrar os animais que agatuñan pelas paredes*" (GONZÁLEZ, 1998: 26). São estas as designações que passaremos a utilizar. A medida dos beirados varia entre 30 cm e 40 cm. No muro de Alcântara II, o beirado exterior varia entre 12 cm e 28 cm e o beirado interior entre 10 cm e 15 cm; estes beirados não apresentam continuidade. No Muro Alto (Idanha-a-Nova), o beirado avança para o interior, de tal forma que as placas se sobrepõem ligeiramente, constituindo uma escadaria contínua.

Entretanto, há muros que apresentam outras formas de remate (ver HENRIQUES & CANINAS, 1992). Assim, os muros da Fraga dos Galhardos II e da Silha têm placas sub-verticais no remate da parede. No muro da Silha, as placas subverticais formam um beirado de cerca de 10 cm. O muro da Parrocha apresenta remate arredondado com placas de xisto dispostas em leque. Trata-se de uma técnica comum em muros que delimitam propriedades. Os muros do Cabeço Redondo e da Rasteira têm remates formados por placas de xisto em posição horizontal, por vezes sobrepostas.



Os muros da serra do Gerês também possuem barbas avançadas para o exterior (DIAS, 1993).

Os muros observados possuem uma pequena porta de acesso ao interior, com cerca de 130 cm de altura por 85 cm de largura. Em Navia de Suarna (Lugo), a porta é baixa e de reduzidas dimensões "... – en particular nos mais antigos –, de xeito que o home que queira entrar tem que facelo axionllado. Así non a pode abri-lo oso, pois como fai máis forza é poñéndose de pé e empurrando coas patas dianteiras, e ó ser baixa non pode apoiarse nela" (GONZÁLEZ, 1998: 27).

Em muitos muros, objecto deste texto, observaram-se reconstruções acima do lintel ou nos troços de parede que confinam com as ombreiras. Perante o que se conhece de Navia de Suarna, é plausível admitir que alguns destes muros tivessem, primitivamente, uma porta baixa que foi substituída por uma porta de maiores dimensões (ou à dimensão humana) após a extinção do urso na região. Deste modo, o difícil acesso ao interior do recinto teria sido solucionado com o alteamento da porta.

Não se observou uniformidade na orientação das portas. Entretanto, são maioritárias as orientações a Oeste, Noroeste e Norte e raras as portas voltadas a Sudoeste, a Sul e a Sudeste. Dois muros (Vale do Gamo e Ponte da Munheca) possuíam uma outra porta que foi fechada com um pano de xisto semelhante ao resto da construção. As portas encerradas, ou condenadas, posicionam-se em cotas inferiores às das portas de utilização mais recente. É lícito admitir que estas últimas tenham sido abertas posteriormente. A eliminação das portas em níveis inferiores pode estar relacionada com a vulnerabilidade do recinto, face às cheias dos cursos de água adjacentes.

No interior dos muros, o solo é inclinado, de forma mais ou menos acentuada. Nos casos em que o declive é maior, os muros podem conter dois, três ou mais socacos, escavados no afloramento ou estruturados em muros de pedra. Os muros de Navia de Suarna possuem esta mesma característica. Cada patamar era ocupado com uma fila de cortiços (silha). O desnivelamento existente entre estas filas facilitava a deslocação das abelhas. Há muros que possuem um orifício, na cota mais baixa, para escoamento da água acumulada no interior. Na face exterior, este buraco surge elevado em relação ao solo.

Na generalidade dos muros também se observa, devido ao efeito da gravidade, a acumulação de terra na parte inferior. No muro da Febra Amarela há notícia da utilização do seu interior como horta, há cerca de 60 anos. Este muro foi então reutilizado para protecção de culturas hortícolas em relação ao gado criado em regime extensivo na área envolvente. Actualmente, no interior de alguns destes muros, existem oliveiras, amendoeiras, zambujeiros e diversos outros arbustos.

A existência de árvores, não muito altas, ou arbustos, no interior dos muros era de todo o interesse para os enxames se fixarem quando da sua saída, enquanto esperavam pela rainha. Esta espera facilitava a sua captura. Na região do médio Tejo, nos muros ocupados até há poucos anos, são ainda visíveis as árvores ou os arbustos atrás referidos. Paulo Dias (DIAS, 1993) regista a mesma característica nos muros da serra do Gerês.

Alguns recintos foram utilizados até há poucos anos, principalmente na bacia do Ponsul. São disso prova os cortiços e as colmeias móveis que ainda encerram.

Eduardo SEQUEIRA (s/d: 240-241) refere a existência no interior dos colmeais da “*casa da hospedaria e de depósito de alfaías melíferas*”. Nos muros visitados apenas se observaram estruturas desta natureza no Muro de Vaz Preto. Nos muros de Alcântara I e Los Leones existem pequenos telheiros, abertos lateralmente, que teriam idênticas funções. No Muro Alto (Idanha-a-Nova) e no Muro Alto (Castelo Branco) observaram-se vestígios de estruturas que poderiam corresponder àquela finalidade. Na Febre Amarela e Alcântara I existe uma construção anexa no exterior do muro.

Monumentalidade é a palavra correcta para caracterizar alguns dos muros-apiários documentados no médio Tejo, tendo em conta a sua implantação, sobre precipícios, mas devido, em especial, às suas dimensões e estado de conservação.

Muitos deste muros situam-se no interior de arraiais e montes de média ou grande dimensão. Nas proximidades documentam-se outros elementos marcantes do espaço construído, como vias de comunicação (calçadas), casas de habitação, pombais, currais de gado e malhadas de porcos. Em alguns casos, o proprietário do muro não é o dono da propriedade onde aquele se situa.

Função

Os muros teriam como função primordial proteger os cortiços colocados no seu interior. Actualmente, os principais inimigos dos cortiços (ou colmeias) que poderiam exigir este tipo de construção são os incêndios (ANDRADE, 1988), o vento (ALMEIDA, 1943), o texugo (*Meles meles*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*). No passado, o urso pardo (*Ursus arctos*) era outro inimigo a considerar. Este mamífero pode mesmo ter determinado o início da construção destes muros.

Vasco PAIXÃO (1974: 639), no seu *Manual de Apicultura*, identifica o urso e o texugo entre os principais inimigos das abelhas. Sobre este último, afirma que “os apicultores nas regiões em que os texugos abundam, como, por exemplo, nos arredores de Moura, estabelecem as colmeias dentro de cercas, formadas por muros de taipa ou pedra solta, defendendo assim os enxames, indirectamente, das suas perniciosas arremetidas”.

No entanto, no caso dos muros em apreço, entende-se que para defender os cortiços dos texugos e dos saca-rabos não seria necessário dispor de estruturas tão altas e de construção tão dispendiosa. Restam como inimigos os incêndios, o vento e os ursos.

Na opinião de um especialista em incêndios, a construção dos muros-apiários não teria como motivação principal a protecção contra incêndios, atendendo à sua implantação, em geral, junto de cursos de água e no terço inferior das encostas. Um curso de água funciona como barreira natural à progressão do fogo. Aí, a combustão desenvolve-se a ritmo mais lento, devido ao coeficiente superior de humidade e à cobertura ripícola das margens.

No entanto, a localização no terço inferior da encosta constitui uma vantagem na protecção do apiário em relação à progressão de um incêndio. Podendo, embora,



ocorrer em qualquer ponto da encosta, o sentido predominante das chamas é das cotas inferiores para as cotas superiores, devido às correntes ascendentes. Assim, ao localizar-se na parte inferior da encosta, o muro fica mais protegido da intensidade do calor e das labaredas do que se estivesse a meia encosta ou no topo. E, mesmo que ocorresse um incêndio junto a um muro-apiário, o fumo e o ar quente seriam repelidos pelos beirados salientes.

A hipótese da estrutura dos muros-apiários servir para proteger os cortiços do vento, como defende Eduardo ALMEIDA (1943), também se afigura, nesta região, pouco consistente, visto aqueles se situarem, em geral, em áreas abrigadas dos ventos dominantes, junto de cursos de água e de galerias ripícolas, que funcionariam como barreiras eficazes, dispensando a construção de altos muros.

Finalmente, a altura dos muros, a par dos beirados, permite encará-los como obstáculos à entrada do urso pardo (*Ursus arctos*) no apiário. É a hipótese mais provável, tendo em consideração a existência de estruturas idênticas em zonas onde o urso sobrevive, como o caso das Astúrias.

Essa explicação também está documentada em Portugal. Em 1732, o padre D. Jeronymo Contador d'Argote faz a seguinte descrição de uma silha do Gerês: *"... a huma légua da Via Militar em huma baixa existem humas silhas de pedra marmore muito bem fabricadas, quasi da altura de sete covados (4,72 metros). Principiaõ em baixo em circuito pequeno, e acabaõ em mayor ambito, e assim saõ as suas paredes muito inclinadas para fóra, em fôrma, que parece querem cair. O motivo desta fôrma de edificio foy para que nenhuma fêra, ainda por salto, pudesse ali entrar. Eraõ estas silhas grande remedio contra os assaltos dos ursos, que antigamente se creavaõ, discorriaõ por aquellas serras"* (DIAS, 1993: 22).

Mas, ao colocar-se esta hipótese, somos remetidos, no caso de Portugal, para períodos históricos anteriores ao séc. XVII, ou seja, antes da data canónica (documentada) de 1670 (ANTUNES, 1993), correspondente ao abate do último urso selvagem em Portugal e que ocorreu na área da Peneda-Gerês (10).

Na tradição local dos povos de Las Hurdes, no norte da província de Cáceres, os muros-apiários serviam para proteger as colmeias da voracidade dos ursos, que até ao século passado abundavam naquela região, segundo informação do arqueólogo António González. Quanto ao distrito de Castelo Branco, também é possível correlacionar os muros-apiários com os ursos a partir da tradição oral.

Seria interessante determinar, a nível geral, a representatividade dos muros-apiários, na actividade apícola, como mecanismos de protecção (11). Curiosamente, Vasco PAIXÃO (1974: 217) defende que *"os muros de pedra solta, porém, não devem ser empregados para esse efeito, por servirem de esconderijo, a vários inimigos das abelhas, como lagartos, sapos, vespas e aranhas"*.

Este aspecto poderá ter condicionado um uso generalizado destes muros.

Cronologia

1. São escassos os elementos que nos permitam, neste momento, estabelecer a evolução e a cronologia das estruturas situadas na zona de Castelo Branco. Para

atingir esses objectivos é essencial continuar a investigação documental e promover trabalhos de investigação arqueológica nas estruturas que ofereçam condições para o efeito. De qualquer forma, a diversidade já documentada, quer ao nível do aparelho utilizado, quer das dimensões das paredes, permite admitir estamos perante construções atribuíveis a diferentes épocas.

2. Era grande a importância no mel na Idade Média. Vários historiadores têm encontrado múltiplas referências à existência de abelhas nos campos do Portugal medieval. E, como se poderá ver, alguns dos testemunhos mais antigos acerca do aproveitamento das abelhas durante o período medieval dizem respeito ao território da actual Beira Baixa ou Beira Interior em geral.

Na verdade, há alusões muito concretas à criação de abelhas na Beira, durante o período islâmico. A apicultura está bem documentada, para o território de Idanha, durante estes séculos. Concretamente, o cronista Ahmad al-Râzî diz, em relação ao território de Antaniya (a antiga Egitânia), para além de outras coisas, que “... o seu território desta vila é propício à criação de gado, à caça e à criação de abelhas”. (cf. COELHO, 1972: 43-44, onde se traduz o texto reconstituído por LÉVI-PROVENÇAL, 1953: 89-90).

Estas actividades que se encontram documentadas para o período islâmico poderão, certamente, advir de períodos históricos anteriores. Do que não se duvida é que tiveram continuação a partir do momento em que estes territórios são integrados na coroa portuguesa.

Para o período islâmico, convém referir que o mel e o água-mel / hidromel eram tidos em grande apreço e, em alguns casos, eram recomendados com fins medicinais (veja-se, a este propósito, BOS, 1997).

Alguns historiadores da actualidade têm demonstrado a importância da apicultura durante o período medieval cristão, salientando mesmo a sua importância a nível do comércio externo com outros territórios europeus.

“As abelhas, laborando nos seus refúgios naturais ou em colmeias que o homem estrategicamente colocava, eram penhor de mel, o adoçante por excelência da Idade Média, e de cera, fundamental para a iluminação, sobretudo numa sociedade religiosa. Mas por entre a vegetação mais rasteira ou de mais alto porte, mais densa ou mais rarefeita, corriam também os animais selvagens. Fossem os de grande corpulência – urso, javali, porco montês, lobo – ou os mais pequenos, onde o coelho se destacava.” (COELHO, 1996: 262).

“Entre as actividades recolectoras, destacavam-se ainda a recolha de mel e de cera, quer dos favos das abelhas selvagens quer das domesticadas...” (MARREIROS, 1996: 440). Mais adiante, a mesma autora refere os vários forais medievais, bem como posturas concelhias que se referem à cera e mel, assim como outros tipos de documentos que se referem a colmeias e a crestadeiras de cera. Além disso, refere a existência, na conhecida lei da almotaçaria de 1253, de tabelas que regulavam as cargas de cera. Lembra ainda a mesma autora que, nos forais dos concelhos de Ribacôa, há constantes referências à figura do *mellitor* e do *colmenero* (ibidem, p. 440).

A produção de mel e cera era importante no Portugal medieval; nos finais do século XIII esses dois produtos encontravam-se entre os que exportávamos



para a Flandres (MARQUES, 1996: 515). Estes mesmos produtos saíam também pelas fronteiras terrestres, com o vizinho reino de Leão e Castela (MARQUES, 1996: 517 e 519).

3. A estrutura do muro da Febre Amarela (Idanha-a-Nova) encerra uma quantidade apreciável de materiais arqueológicos datáveis da Época Romana, oriundos do sítio arqueológico contíguo (HENRIQUES, CANINAS & HENRIQUES, 1993), o que permite supor a sua construção, ou reparação, em período posterior à ocupação do povoado, algures na Idade Média.

No muro dos Moinhos do Conde (Castelo Branco), a parede, que é construída com aparelho de placas de xisto horizontais, encerra algumas fiadas de pequenas placas dispostas em espinha, em situação formalmente idêntica à observada no compartimento S do povoado fortificado do Castelo Velho de Alcoutim, datado do período Medieval (Islâmico) (CATARINO, 1997/98: est. CLXXXI, 2).

A técnica de construção em espinhado, para além de evidenciar uma remota semelhança com o "opus spicatum" de época romana, tem variadíssimos paralelos em outras construções medievais, sobretudo de época islâmica, havendo exemplos em muros da cidade andalusí de Saltés (na província de Huelva, em Espanha) e no chamado "castro da Cola" (no concelho de Ourique – cf. VIANA, 1960: 224-225, estampa XVII – 2).

Esta circunstância não deve, porém, levar ninguém a atribuir a esta fase específica do período medieval a cronologia destas construções. Contudo, não se pode esquecer que algumas técnicas de construção antigas acabaram por ganhar adeptos e criar raízes em certas zonas geograficamente mais afastadas dos grandes centros inovadores e, por isso, ricos alfofres de arcaísmos que se vão reproduzindo ao longo de muitos séculos.

Como se viu anteriormente, dois documentos (HORMIGO, 1998 e CASTELO BRANCO, 1998), datados de 1505, relativos à região de Idanha-a-Nova, referem a existência de malhadas de colmeias, que considerámos serem estruturas de protecção a colmeias.

Por outro lado, em Las Hurdes (no norte da província de Cáceres), o urso marcou presença até ao século passado. Também se obteve uma pista, oral, dando conta que o rei D. Carlos vinha para a região de Lardosa (Castelo Branco) caçar ursos. Este testemunho carece de demonstração, porque, historicamente, o último urso selvagem foi morto, em Portugal, em 1670, bem longe daqui. No entanto, Las Hurdes e a região de Castelo Branco distam, aproximadamente, 100 Km e a área de distribuição deste mamífero poderia não se confinar ao norte da província de Cáceres.

É provável que os muros mais baixos e sem barbas possam corresponder a um período histórico em que o urso deixou de ser fonte de preocupação.

Se por um lado a construção destes muros-apiários pode remontar à Alta Idade Média, ou mesmo à Época Romana, a, hipotética, sobrevivência do urso pardo até época recente, em largas parcelas do território português (montanhoso e/ou interior), motivaria a construção (e/ou manutenção) de muros-apiários, com estruturas robustas, até quase à actualidade, documentando uma longa duração para estas estruturas. De momento, trata-se apenas de hipóteses de trabalho.

COMENTÁRIOS FINAIS

Neste trabalho foram apresentados alguns dos muitos muros-apiários que decerto existem na área em apreço, na bacia do médio Tejo.

O número de muros existente em determinada área está relacionado com a disponibilidade de recursos na envolvente, com a sua produção floral e o número de cortiços existente em cada muro. A boa exposição solar, o abrigo em relação aos ventos dominantes, a proximidade de água, do pólen e de pedreiras revelam engenho na concepção e construção destes mecanismos de protecção aos cortiços/colmeias.

A construção de um muro, como os que referimos, comportava um elevado investimento em tempo e recursos humanos. Nessas condições, só um motivo muito forte motivaria a sua construção. A presença de um número significativo de ursos pardos na região poderia ser uma dessas razões.

Pela importância económica que tiveram no passado, pelo seu estado de conservação, implantação, beleza e monumentalidade, considera-se do maior interesse empreender o inventário sistemático deste tipo de construções.

Os muros-apiários apresentados, com características arquitectónicas arcaicas, são certamente testemunhas, em alguns casos, de uma longa utilização, desde talvez a Idade Média até à actualidade, constituem um elemento importante do nosso património construído. Como tal deverão integrar os inventários de património e estar representados nos futuros planos directores municipais, com estatuto de protecção adequado. Têm, por isso, manifesto interesse turístico-didáctico pelo que podem constituir preciosos elementos de apoio ao desenvolvimento local.

Mas não deverá ser desprezada a possibilidade de serem reabilitados à sua função original, de protecção aos apiários, desde que respeitando as suas características arquitectónicas nas necessárias intervenções de consolidação e restauro de que carecem.

A pesquisa levada a cabo pela Associação de Estudos do Alto Tejo impulsionou o lançamento de um projecto sobre o tema, a nível peninsular, através do qual se pretende contribuir para o inventário e estudo destas construções e para a sua protecção e valorização; este objectivo tem paralelo nas intenções de diversos investigadores e organizações conservacionistas das Astúrias e da Galiza. Encontra-se em constituição uma rede de investigadores e prevê-se a realização de um encontro luso-espanhol para a apresentação e discussão dos resultados desta pesquisa, em 2002, na cidade de Castelo Branco, com o apoio da respectiva Câmara Municipal.

NOTAS

(1) Agradecemos as informações e sugestões que nos foram gentilmente prestadas por: Dr. Pedro Alonso e Dr. Alberto Gil Carreira, de Ecoloxistas en Acción de Galiza, Dr. Antonio González Cordero, arqueólogo, Dr. Jesús Angel Díez Vázquez, da Junta de Castilla y León, Dr. Roberto Hartasánchez, de FAPAS/Astúrias, Dr. Ernesto Díaz, da Fundación Oso Pardo, Bibliotecárias da Direcção-Geral das Florestas (Lisboa), Sr. João Barata, de Rosmaninhal, Sr. António Manuel Gardete, apicultor, Eng.^a Manuela Branco, do Instituto Superior de Agronomia, Prof. Francisco Sande Lemos, da



Universidade do Minho, Eng. Luís Carloto Marques, da Associação dos Apicultores do Distrito de Portalegre, Dr. Benjamim Pereira, etnólogo, Dr. Carlos Ramos, arqueólogo, Dr. Nelson Rebanda, do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Sanches, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Eng.^o José Sousa Veloso, Sr. José Louro Vicente, da Associação dos Apicultores do Distrito de Portalegre, Comandante José Augusto Cruz, bombeiro, Dr. Fernando Real e Dr. António Faustino de Carvalho, do Instituto Português de Arqueologia, Dr.^a Alexandra Lima, da Associação Profissional de Arqueólogos, Dr. Armando Redentor, do Parque Natural de Montezinho e Sr. João Dias Caninas, apicultor.

(2) Apesar de, para o território do Alentejo, ainda muito estar por fazer, desde já se indica que se têm detectado construções deste tipo, geralmente conhecidas como “colmeais”. É de citar o caso de um colmeal que irá ficar afectado pela barragem do Alqueva, localizado na zona da ribeira do Azevel, perto de Monsaraz, colmeal esse que tem a particularidade de ser construído em taipa. Esta técnica construtiva não só se utilizou nos muros da cerca protectora dos cortiços, como na própria casa de apoio. Pela boa conservação que evidencia, trata-se de um conjunto de que se deve fazer, pelo menos, um levantamento pormenorizado.

(3) A revista *O Apicultor*, n.º 21, Jul/Set. 98, p. 33, publica uma foto relativa a uma “cilha com apiário da região de Nisa”. Trata-se de um dos dois muros-apiários, de planta rectangular, situados junto ao IP 2 na área de Monte Claro.

(4) Nos forais da região de Castelo Branco, datados do início do século XVI, com referências à actividade apícola, as abelhas são denominadas o “gaado do vento”.

(5) É o caso dos projectos Life de Conservação do Urso Pardo na Cordilheira Cantábrica e nos Pirinéus, envolvendo entre outras organizações o FAPAS e a ADENA-WWF-León. Estes projectos conservacionistas também contemplam a protecção de apiários, através, por exemplo, do restauro de alguns “*cortines tradicionales cada vez más abandonados...*”. E pretendem ir mais longe quando afirmam que “*se está estudiando también la posibilidad de realizar un inventario y cartografiar todos los cortines (colmenares) existentes en las zonas de actuación, quizás mediante la colaboración de algún voluntario, doctorando o similar*”. Ver também L’Osu Pardu, em Asturies.com, assinado por Pilar Sánchez Vicente, “... *pero l’osu ye un golosu ensin remediú. Lo que más y presta ye garrar por banda un panal y comer tola la miel que pueda. Asina ye que, dende antañu, los asturianos esmolecieronse en proteyer les colmenes com um muru altu (puede llegar hasta los 3 metros). Esta construcción conozse col nome de cortín*”.

(6) As Ordenanzas de La Alberca aplicavam-se “... *tanto al pueblo de La Alberca como a su socampa (dehesas de las Hurdes Y Batuecas)*”. A seguinte transcrição regista o tipo de estruturas que nos interessam: “*Las colmenas – La abundante y continua floración de Batuecas ha sido aprovechada desde antiguo para producir miel. Las colmenas han sido la principal producción del Valle; la abundancia de miel, ha sido la base de la industria artesana del turrón, tan arreigada en La Alberca. Las colmenas eran de dos tipos: “corrales zerados” de carácter permanente y “postureros” o de carácter temporal. Ambos debían situarse “a um tiro de ballesta el uno del otro e a los*

lados un tiro de piedra” mas como “sobre esto abra muchas diferencias por ser medida yncierta y por evitar enojos e disfrençias que cada un dia se ofrecen ... ordenamos que todo corral zerrado de piedra tenga de termino e de coto ciento y sesenta estades de la medida e marco que esta senalado en la perez e pilar de la casa del concejo...”

(7) Nas 1^{as} Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares, realizadas em Castelo Branco em 1983, foi apresentada uma comunicação intitulada “Problemática à Volta do Possível Reduto Militar do Chão das Retortas, Ortiga” (RIBEIRO, 1983), uma possível “*divisão de propriedade ou monumento militar com as funções de fortificação de campanhas e/ou torre de vigia?*”.

Aquela estrutura, segundo opinião recentemente transmitida pelo autor, poderá corresponder a um muro-apiário, hipótese que parece concordar, em nossa opinião, com a implantação e as dimensões da parede. É um pequeno reduto de pedra aparelhada e solta, construído nas proximidades do rio Frio, num declive de terreno e sobre uma escarpa. A parede tem uma altura média de 1,50 m e a largura varia entre 50 e 80 cm. O perímetro é de 80 a 90 m, o que perfaz um diâmetro da ordem dos 27 m.

Nas *Memórias Paroquiais de 1758*, os párcos de Cardigos, Carvoeiro e Envendos (PEREIRA, 1970), referem ser o mel e a cera um dos principais produtos da terra, o que reforça a hipótese de existirem muros-apiários nesta área.

(8) Segundo a Carta de Ventos do Atlas do Ambiente, em Idanha-a-Nova registam-se ventos dominantes de Noroeste e seguidamente de Nordeste. Em Castelo Branco os ventos dominantes têm orientação Nordeste, seguindo-se os ventos de Norte, Sudoeste, Oeste e Noroeste.

(9) Muitos muros-apiários estão construídos sobre afloramentos xisto-grauvâquicos ou nas suas proximidades, o que permitiu reduzir o esforço/custo no transporte da pedra empregue na sua construção.

(10) Afirma SEQUEIRA (s/d: 237) que os “*nossos primeiros monarcas que, em vários forais, determinaram, entre largas medidas de protecção às abelhas, a paga anual pelos foreiros ao senhorio, de um certo número de mãos de urso... muito concorreu para a rápida extinção, no nosso país, do grande carnívoro do velho continente*”.

(11) Nas Astúrias, para além dos muros-apiários, estão documentados outros mecanismos de protecção das colmeias, como são os *cortinos de peña* e os *talameiros* (TORRENTE, 1999), consistindo estes últimos em torres maciças de pedra, de 2 m de lado por 2,5 m de altura, às quais se acedia por meio de uma escada e no cimo das quais se colocavam um ou mais cortiços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA 1943: Eduardo Sousa d' Almeida, *Um Povo Miúdo - As Abelhas*, Edições Cosmos, p. 153, Lisboa, 1943.

ÁLVARES *et all.* s/d: Francisco Álvares, Pedro Alonso, Pablo Sierra & Francisco Petrucci-Fonseca, *Os Foxos de Lobos na Peninsula Ibérica. Sua inventariação, caracterização e conservação*, policopiado, p. 43.



- ANDRADE 1988: Mário Marques de Andrade, *Subsídios para a Monografia de Segura*, edição do autor, 2.ª edição, Tomar, 1988.
- ANTUNES 1950: A. Pires Antunes, *Penha Garcia na Ordem de Cristo*, Subsídios para a História Regional da Beira Baixa, vol. II, Castelo Branco, pp. 336-354, 1950.
- ANTUNES 1993: M. Telles Antunes, *Mamíferos em Portugal. Extinções desde o Plistocénico Superior*, Liberne, pp. 6-10, Lisboa, 1993.
- BOS 1997: Gerrit Bos (ed.), *Ibn al-Jazzar on Sexual Diseases and their Treatment*, Londres / Nova York, Kegan Paul International, 1997.
- CABEZAS & CABEZAS 1971: Javier Cabezas & Maria Estremera de Cabezas, *Apicultura Prática (Cartilla del Colmenero)*, Ministerio de Agricultura, p. 438, Madrid, 1971.
- CASTELO BRANCO 1998: Manuel da Silva Castelo Branco, "A Visitação da Cidade de Idanha-a-Velha", *Raia*, nº4, pp. 13-17, Castelo Branco, 1998.
- CATARINO 1997/98: Helena Catarino, *O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica. Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, *AL-ULYÂ*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 6, 3 vols, Loulé, 1997/98.
- COELHO 1972: A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, 1.ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1972.
- COELHO 1996: Maria Helena da Cruz Coelho, "O povo a identidade e a diferença no trabalho", in *Portugal em Definição de Fronteiras; Do Condado Portucalese à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, 1996.
- DEVY-VARETA 1985: Nicole Devy-Vareta, "Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa. As Matas Medievais e a "Coutada Velha " do Rei", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1ª Série, vol. 1, pp. 47-67, Porto, 1985.
- DEVY-VARETA 1986: Nicole Devy-Vareta, "Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa. Do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (Séc. XV-XVI)", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1.ª Série, vol. 1, pp. 5-37, Porto, 1986.
- DGF 1980-1983: Direcção Geral de Florestas, "História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo", 6 vols., Lisboa, 1980-1983.
- DIAS 1944: Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, vol. 1, 2.ª edição, Lisboa, 1944.
- DIAS 1993: Jorge Dias, *Vilarinho das Furnas – Uma Aldeia Comunitária*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 3.ª edição, Lisboa, s/d.
- DIAS s/d: Paulo Dias, "Colmeias da Serra do Gerês. O urso e as abelhas", *O Apicultor*, 1, pp. 20-22, Cascais, s/d.
- FAPAS 2000: "Osos y Colmenas", *Boletim Fapas – Asturias*, n.º 69, pp. 3-6, Clanes, 2000.

- GONZÁLEZ 1998: Clodio González Pérez, *A Apicultura tradicional no concelho de Navia de Suarna (Lugo)*, Diputacion Provincial Lugo, 1998.
- HENRIQUES & CANINAS 1986: Francisco Henriques & João Caninas, "*Toponímia do Concelho de Vila Velha de Ródão*", *Preservação*, 5, Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão, p. 57, 1986.
- HENRIQUES & CANINAS 1992: Francisco Henriques & João Caninas, "*O Muro Tradicional e a sua Cobertura*", *Preservação*, 13, Associação de Estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão, pp. 101-107, 1992.
- HENRIQUES *et. all.* 1999: Francisco Henriques, João Carlos Caninas, Fernando Branco Correia & Cassilda Santos, "*Muros Apiários do Sul da Beira Interior. Contributos para a sua Caracterização*", *Raia*, 18, Castelo Branco, pp. 43-49, 1999.
- HENRIQUES, CANINAS & CHAMBINO 1993: Francisco Henriques, João Carlos Caninas & Mário Chambino, *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*, vol. 3, Associação de Estudos do Alto Tejo, p. 299 Vila Velha de Ródão, 1993.
- HORMIGO 1998: José Joaquim Mendes Hormigo, "*Tombo da Comenda da Ordem de Cristo do Rosmaninhal de 1505*", *Raia*, 7, pp. 9-14, Castelo Branco, 1998.
- IF s/d: Instituto Florestal, *Instalação de Apiários*, Lisboa.
- LÉVI-PROVENÇAL 1953: E. Lévi-Provençal, "*La description de l'Espagne d'Ahmad al-Râzi*", *al-Andalus*, vol. XVIII, 1953.
- MARQUES 1996: A. H. de Oliveira Marques, "*A circulação e a troca de produtos*", in *Portugal em Definição de Fronteiras; Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, 1996.
- MARREIROS 1996: Maria Rosa F. Marreiros, "*Os Proventos da Terra e do Mar*", in *Portugal em Definição de Fronteiras; Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, vol. III da *Nova História de Portugal*, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, 1996.
- MIRANDA & FERREIRA 1966: Cónego Francisco Alexandrino Duarte de Miranda & Godofredo Alberto dos Santos Ferreira, *Documentos e Notas para a Monografia de Sarzedas*, Estudos de Castelo Branco, Castelo Branco, 1966.
- OLIVEIRA, GALHANO & PEREIRA 1988: Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, "*Construções Primitivas de Portugal*", *Edições Dom Quixote*, 2.^a edição, Lisboa, 1988.
- PAIXÃO 1974: Vasco Paixão, *Manual de Apicultura*, edição do autor, p. 1256, Lisboa, 1974.
- PAIXÃO 1975: Vasco Paixão, "*O Muro. Problema para os Historiadores da Linguagem*", *Jornal As Abelhas*, 208, pp. 3-4, São Mamede de Infesta, 1975.
- PEREIRA 1970: Maria Amélia Horta Pereira, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Câmara Municipal de Mação, Mação, 1970.



- RAMOS & PITA 1997: Carlos Ramos & Luís Miguel Pita, "A Apicultura em Portugal no Século XIX", *Vipasca*, nº6, pp. 55-94, Aljustrel, 1997.
- RIBEIRO 1983: João Henriques Ribeiro, "Problemática à Volta do Possível Reduto Militar do Chão das Retortas, Ortiga", *Comunicações das 1as Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares*, Castelo Branco, pp. 30-32, 1983.
- ROMERO *et all.* 1995: Miguel Ramos Romero *et all.*, *Las Batuecas y Las Hurdes*, Ediciones Al Platá, Salamanca, 1995.
- SÁ 1999: José Pinho de Sá, "A rota do mel no concelho de Nisa", *Público*, 22 de Fevereiro, p. 46, Lisboa, 1999.
- SEQUEIRA s/d: Eduardo Sequeira, "As Abelhas", *Editorial Domingos Barreira*, 8.ª edição, Porto.
- SILVA 1999: António Carlos Silva, *Salvamento Arqueológico no Guadiana*, 1, "Do inventário patrimonial à minimização dos impactes", Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, p. 416, 1999.
- TORRENTE 1999: Juan Pablo Torrente Sánchez-Guisande, *Osos y otras fieras. En el pasado de Asturias (1700-1860)*, Fundación Oso de Asturias, Guijón, 1999.
- VIANA 1960: Abel Viana, *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, Arquivo de Beja, vol. XVII, Beja, 1960.

ANEXO

Caracterização de muros-apiários da bacia do médio Tejo

Nº de Referência (corresponde ao nº inscrito no mapa anexo), **Topónimo e/ou Lugar** (os topónimos relativos aos muros-apiários denominados Muro do Romão, Muro Alto, Muro do Vaz Preto, Muro Caiado, Muro do Ti Filipe, Febre Amarela foram obtidos ou confirmados com base em informação oral; os restantes foram obtidos a partir da Carta Militar de Portugal), **Concelho**.

(1) Curso(s) de Água/Bacia Hidrográfica (2.1) Folha da Carta Militar de Portugal (Data) (2.2) Referência na Carta Militar (informa-se se a estrutura está assinalada na cartografia) (3) Altitude (4) Coordenadas Geográficas ou Hectométricas (5) Exposição (indica-se a orientação do muro, tomando como referência a posição dos socacos ou a direcção de maior inclinação) (6) Posição Topográfica (indica-se se o muro está situado na metade inferior da encosta ou na metade superior) (7) Outros dados relativos à localização (8) Caracterização do muro (8.1) Planta (8.2) Aparelho (8.3) Grau de Inclinação (8.4) Diâmetro longitudinal/diâmetro transversal – área (o diâmetro longitudinal é tomado na direcção perpendicular às curvas de nível; o diâmetro transversal corresponde ao diâmetro máximo tomado segundo as curvas de nível; trata-se de medidas interiores) (8.5) Altura. Lados superior/direito /inferior/esquerdo (são medidas exteriores da altura do muro, tomadas em quatro posições ortogonais segundo o sentido



horário) (8.6) Tipo de cobertura/beirado (9) Porta (9.1) Orientação (9.2) Altura/largura/espessura (*são medidas interiores; a espessura da porta corresponde à espessura do muro*) (9.3) Porta condenada (9.4) Orientação (9.5) Altura/largura/espessura (*são medidas interiores; a espessura da porta corresponde à espessura do muro*) (10) Outros aspectos construtivos (11) Comentários e bibliografia.

1. MURO DO ROMÃO, Vila Velha de Ródão

(1) Ribeirão/Rio Tejo (2.1) 304 (1971) (2.2) Não (3) 160-170 m (4) 39° 40' 56" N / 07° 33' 17" W (5) Sudeste, 130° Norte (6) Encosta inferior (7) Sobre o Ribeirão (8.1) Subcircular, embora apresentando esquinas em ângulo muito aberto, na parte inferior do muro (8.2) Aparelho de xisto, com argamassa, definido por placas com disposição em espinha. As lajes ocupam todo o volume do muro e estão alinhadas pela face exterior. Na face interior as lajes apresentam-se avançadas umas em relação às outras. Observam-se três a quatro fiadas de lajes oblíquas, alternadas, separadas por fiadas de lajes horizontais. Num sector o muro ruíu e foi restaurado segundo a técnica de "carril", ou seja, com lajes colocadas em posição vertical (8.3) Média (8.4) 23 m/21,7 m – 392 m² (8.5) 190 cm/205 cm/210 cm (incluindo o afloramento; correspondem ao muro Apenas 100 cm)/240 cm (8.6) Vestígios de beirado (9.1) Oeste (9.2) 130 cm/110 cm(interior)-90 cm(exterior)/70 cm, o lintel ou a cobertura da porta foram arrancados. (9.3) Não tem (10) O muro, na zona envolvente da porta, apresenta aparelho horizontal. Pode dar-se o caso de a porta ter sido aberta ou aumentada, em fase posterior à construção do muro. Não foi documentada nenhuma porta condenada. (11) Este muro é referido na microtoponímia (v. HENRIQUES & CANINAS, 1986).

2. PARROCHA, Castelo Branco

(1) Afluente do Rio Ponsul/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Não (3) 310 m (4) 39° 51' 30" N / 07° 21' 13" W (5) Sudoeste (6) Encosta superior (8.1) Subcircular (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Média (8.4) 35,5 m de perímetro – 100 m² (8.5) 180 cm/180 cm/200 cm/210 cm (8.6) Arredondado com lajes dispostas em leque (9.1) Noroeste (9.2) 150 cm/100 cm/80 cm (9.3) Não tem (10) A estrutura integra grandes blocos, principalmente nos níveis inferiores, e pedra miúda. A porta tem ombreiras e lintel de granito. Apresenta socalcos. (11) Em utilização com colmeias.

3. CABEÇO REDONDO, Castelo Branco

(1) Afluente da barroca da Parrocha/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Não (4) 39° 51' 14" N / 07° 21' 18" W (5) Sul (6) Encosta inferior (8.1) Em forma de U fechado, com o lado arqueado na parte superior (8.2) Pedra seca de xisto (8.3) Média (8.4) 19,3 m/12,6 m – 191 m² (8.5) 230 cm/?/?/230 cm (8.6) Lajes horizontais justapostas acompanhando o muro (9.1) Oeste (9.2) 145 cm/75 cm/80 cm (9.3) Não tem (10) A espessura do muro, na parte superior, varia entre 110 cm na base e 70 cm no topo. Há indícios de reconstruções. Tem três socalcos. (11) Em abandono com colmeias e cortiços. Na parte superior passa um estradão de delimitação de eucaliptal.



4. MURO ALTO, Castelo Branco

(1) Ribeiro dos Limos/Rio Ponsul (2.1) 293 (1973) (2.2) Sim (3) 210 m (4) 39° 50' 15" N / 07° 21' 25" W (5) Sul (6) Encosta inferior (7) Sobre o ribeiro dos Limos (8.1) Elíptica (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Elevada (8.4) 28 m/23 m – 506 m² (8.5) 240 cm/340 cm/230 cm/250 cm (8.6) Lajes horizontais (9) Não se detectou (9.3) Não se detectou (10) Muito destruído em alguns troços. A parede exterior não é perfeitamente curva; comporta ângulos muito abertos. Nas cotas inferiores, no lado interior, apresenta grande enchimento. A espessura do muro, em determinado ponto, é de 80 cm. Tem socalcos estruturados em muros. No lado poente, junto à parede e aproveitando o afloramento, há vestígios de uma construção (casa de arrumos?) (11) Está abandonado e possui oliveiras no seu interior.

5. PONTE DA MUNHECA, Castelo Branco

(1) Afluente do Rio Ponsul/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Sim (3) 170-180 m (4) 39° 51' 29" N / 07° 20' 13" W (5) Sul (6) Encosta inferior (7) Construído sobre um afloramento que define um precipício sobre a linha de água. (8.1) Subcircular (8.2) Pedra seca de xisto (8.3) Elevado (8.4) 26,2 m/27 m – 555 m² (8.5) 250 cm/300 cm/250 cm/330 cm (8.6) Lajes horizontais e em escama na parte superior (9.1) Norte (9.2) 135 cm/95 cm /85 cm (9.3) Sim (9.4) Oeste (9.5) 110 cm /90 cm /80 cm (10) O muro está degradado na parte inferior. A estrutura integra grandes blocos de xisto-grauvaque, principalmente nos níveis mais próximos do solo. Apresenta cavidades a meia altura do muro. Observam-se pedras avançadas na parede interior. A porta tem ombreiras e lintel de xisto. O apiário possui dois socalcos, estruturados em muro de pedra, que o atravessam transversalmente. Para além destes, em fase posterior, foram construídos socalcos de suporte de oliveiras. (11) Está abandonado. Apresenta oliveiras no seu interior e colmeias abandonadas.

6. RASTEIRA, Castelo Branco

(1) Afluente do Rio Ponsul/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Sim (3) 250 m (4) 39° 52' 03" N / 07° 19' 48" W (5) Sudeste (150°N) (6) Encosta superior (8.1) Sub-circular (8.2) Pedra seca de xisto (8.3) Média (8.4) 16,3 m/14,1 m – 180 m² (8.5) 300 cm/290 cm/300 cm/260 cm (8.6) Lajes horizontais (9.1) Norte (9.2) 140 cm/?/95 cm (9.3) Não tem (10) O aparelho construtivo integra pequenos e grandes blocos. Observam-se indícios de possíveis reconstruções. Na face interior, em cota superior, o muro exhibe lajes avançadas, muito espaçadas entre si. Apresenta buracos na parede. Observa-se um socalco escavado no solo/rocha. A porta conserva apenas uma ombreira de xisto-grauvaque (11) Está abandonado e apresenta oliveiras no seu interior. Situa-se nas proximidades de uma casa. Ao lado, na encosta, existe um caminho estruturado em muro.

7. MOINHOS DO CONDE, Castelo Branco

(1) Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Sim (3) 210-230 m (4) 39° 52' 09" N / 07° 19' 32" W (5) Sudeste (150°N) (6) Encosta inferior (8.1) Subcircular (8.2) Pedra



seca de xisto (8.3) Elevada (8.4) ?/22 m - ? (8.5) ?/300 cm/?/250 cm (8.6) Não se conserva (9) Não se detectou (9.3) Não se detectou (10) Muito destruído, principalmente no eixo longitudinal. A espessura do muro, em determinado ponto de amostragem, varia entre 130 cm na base e 60 cm no topo. Há indícios de reconstruções. Em alguns pontos do muro observam-se trechos de aparelho em espinha definido por pequenas lajes. O muro terá sido destruído para a construção de muros de suporte de oliveiras, principalmente na parte inferior. Na parede do muro observam-se lajes avançadas no interior. Tem socalcos no interior. (11) Está abandonado, contém oliveiras no interior e alguns cortiços velhos.

8. COITO DO LEITÃO, Castelo Branco

(1) Ribeira de Alpreade/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Sim (3) 260 m (4) 39° 52' 34" N / 07° 20' 13" W (5) Este (6) Encosta inferior (8.1) Subcircular (8.2) Pedra seca de xisto (8.3) Elevado (8.4) 21 m/18,3 m - 302 m² (8.5) 120 cm/270 cm/200 cm/200 cm (8.6) Beirado dos lados Norte e Este (9.1) Sul (9.2) 110 cm/105 cm/95 cm (9.3) Não tem (10) No interior, existem dois socalcos estruturados em muro de pedra. O muro foi alteado acima do remate, no lado inferior. (11) Está abandonado e contém oliveiras.

9. MURO DO VAZ PRETO, Castelo Branco

(1) Ribeiro da Nogueira afluente da Ribeira de Alpreade/Rio Ponsul (2.1) 281 (1973) (2.2) Sim (3) 240-250 m (4) 39° 56' 14" N / 07° 19' 38" W (5) 150° N (6) Encosta inferior (8.1) Quadrangular (8.2) Aparelho em granito com elemento ligante (8.3) Média (8.4) Medidas dos lados: 3320 cm(Norte)/3260 cm(Sul)/ 2330 cm(Este e Oeste) - 767 m² (8.5) 230 cm/230 cm/de 200 cm a 220 cm/240 cm (8.6) Grandes blocos de granito formando barbas, para o exterior, em todo o perímetro. A medida do rebordo varia entre 30 cm e 35 cm (9.1) NO (9.2) 180 cm/70 cm/60 cm (9.3) Não tem (10) Os blocos de maior tamanho estão próximos da base do apiário. A porta de acesso do muro coincide com a porta de entrada para a casa de apoio, que é de planta rectangular (dimensões: 290 cm x 550 cm). O acesso ao muro faz-se através da casa de apoio por outra porta. A casa de apoio possui telhado, em mau estado de conservação. O muro contém cinco socalcos divididos por quatro muros. A meio do comprimento de cada um deles existem escadas, em pedra, para facilitar o acesso a cada um deles. Alguns socalcos aproveitam afloramentos. As escadas têm cerca de 60 cm de largura. Os socalcos estão muito bem definidos. Comprimento dos socalcos, de Norte para Sul: 500 cm, 470 cm, 440 cm, 430 cm, 470 cm. A altura dos socalcos varia entre 100 cm e 120 cm. (11) No interior ainda existem cortiços de formato paralelepípedo. Tendo em conta os cortiços presentes, este muro poderia ter uma capacidade máxima de 300 cortiços.

10. FRAGA DOS GALHARDOS I, Idanha-a-Nova

(1) Ribeira do Taveiró/Rio Ponsul (2.1) 269 (2.2) Não.



11. FRAGA DOS GALHARDOS II, Idanha-a-Nova

(1) Ribeira do Taveiró/Rio Ponsul (2.1) 269 (2.2) Não (3) 320 m (4) 40° 01' 03" N / 07° 21' 12" W (5) 180° N (6) Encosta inferior (7) Sobre uma pequena torrente afluente da Ribeira do Taveiró (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em granito sem elemento ligante (8.3) Média (8.4) 22 m/17,5 m – 302 m² (8.5) 180 cm (altura original, sem derrube) 145 cm/190 cm/180 cm (8.6) Placas de granito em plano inclinado sem barbas para o interior ou exterior (9.1) 45 ° N (9.2) ?/?/60 cm (9.3) Não tem (10) O muro apresenta remate nos lados Norte e Oeste. A porta está severamente destruída. Em algumas partes do seu perímetro o muro assentou sobre afloramentos sobrelevados.

12. FRAGA DOS GALHARDOS III, Idanha-a-Nova

(1) Ribeira do Taveiró/Rio Ponsul (2.1) 269 (2.2) Não (3) 320 m (4) 40° 01' 06" N / 07° 21' 15" W (5) 170° N (6) Encosta inferior (7) Sobre uma pequena torrente e assente em afloramento granítico (8.1) Sub-rectangular (8.2) Aparelho em granito sem elemento ligante (8.3) Média (8.4) Medidas dos lados: 1100 cm (norte)/730 cm (Este)/1300 cm(Sul)/570cm(Oeste) – 78 m² (8.5) 40 cm/110 cm/130 cm/100 cm (8.6) Não foi possível determinar (9.1) 170° N (9.2) ?/55 cm/65 cm (9.3) Não tem (10) O muro está muito destruído. O derrube existente em redor parece indicar que o muro era mais alto. A parede que limita o lado Sul tem uma dupla curva, uma mais pronunciada que a outra. As esquinas são arredondadas (11) Ocorrem pequenos fragmentos cerâmicos no interior.

13. COITO DOS CATURROS, Idanha-a-Nova

(1) Afluente do Aravil/Ribeira do Aravil (2.1) 294 (1972) (2.2) Sim (3) 190-200 m (4) 39° 48' 33" N / 07° 10' 27" W (5) Sul (6) Encosta inferior (7) Situa-se na confluência de duas linhas de água. (8.1) Subcircular (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Baixo (8.4) ?/17 m - ? (8.5) 270 cm/280 cm/200 cm/270 cm (8.6) Beirado para o interior e exterior (destaca-se cerca de 40cm em relação à parede) (9.1) Oeste (9.2) 135 cm/90 cm/70 cm (9.3) Não tem (10) A porta tem duplo lintel de xisto. A estrutura do muro integra lajes grandes, médias e de pequeníssimas dimensões. O muro apresenta cavidades a meia altura. Não tem socacos (11) Está abandonado e não contém árvores no interior.

14. VALE DO GAMO, Idanha-a-Nova

(1) Afluente do Aravil/Ribeira do Aravil (2.1) 294 (1972) (2.2) Sim (3) 190-200 m (4) 39° 48' 40" N / 07° 10' 17" W (5) Sul (6) Encosta inferior (7) Situa-se na confluência de duas linhas de água (8.1) Elíptico (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Baixo (8.4) 24,7 m/18,5 m – 358 m² (8.5) 300 cm/290 cm/280 cm/380 cm (8.6) Vestígios de beirado para o exterior (9.1) Nordeste (9.2) 135 cm/70 cm/70 cm (9.3) Sim (9.4) Sudoeste (9.5) 180 cm/75 cm/50 cm (10) O muro apresenta cavidades a meia altura. Está arruinado no lado inferior. Teve alteamentos ou restauros, sendo visíveis no lado nascente. As portas têm lintel de xisto. Não apresenta socacos. (11) Está abandonado e não apresenta oliveiras no interior.



15. MONTE DAS PIÇARRAS, Idanha-a-Nova

(1) Afluente do Rio Ponsul/Rio Ponsul (2.1) 282 (3) 300 m (4) PE 567188 (5) 180° N (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em xisto e quartzo leitoso, sem elemento ligante (8.4) 20,5 m/28 m – 451 m² (8.5) 190 cm/?/?/? (9.1) Oeste (9.3) Não tem (10) O muro estreita da base para o topo, tendo uma espessura média de 70 cm. Os blocos são de maior tamanho na base e de menores dimensões no topo (11) No interior do recinto existem afloramentos na metade norte e acumulação de terras na parte sul. O interior está ocupado por oliveiras.

16. MARMELEIRO, Idanha-a-Nova

(1) Ribeiro do Marmeleiro/Rio Erges (2.1) 306A (1971) (2.2) Sim (3) 220 m (4) 39° 43' 42" N / 07° 00' 11" W (5) Sudoeste (230°N) (6) Encosta inferior (7) Sobre uma linha de água (8.1) Elíptico (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Baixo (8.4) 12,4 m/22,4 m – 218 m² (8.5) 220 cm/?/?/?. As restantes medidas são irrelevantes face à destruição do muro. (8.6) Não foi possível identificar o tipo de beirado (9) Não foi reconhecida (9.3) Não foi reconhecida (10) O muro está muito destruído. Na direcção do eixo longitudinal, o muro foi arrasado devido à passagem de um cortafogo associado aos eucaliptais vizinhos. Não é possível determinar a posição da porta. Não se observam socacos estruturados no seu interior. (11) Está abandonado.

17. MURO ALTO, Idanha-a-Nova

(1) Ribeiro do Muro Alto/Rio Erges (2.1) 306A (1971) (2.2) Não (3) 240 m (4) 39° 45' 00" N / 07° 00' 11" W (5) Sudeste (140°N) (6) Encosta inferior (7) Construído sobre afloramento sobranceiro à linha de água. A montante existe o muro da Febra Amarela. (8.1) Subcircular (8.2) Xisto com argamassa (8.3) Médio (8.4) 27,2 m/ 26,5 m – 566 m² (8.5) 290 cm/310 cm/370 cm/310 cm (8.6) Beirado para o interior e exterior; conserva-se em extensão (9.1) Noroeste (9.2) 130 cm/80 cm/85 cm (9.3) Não tem (10) Revela construção cuidada e aparelho muito regular, com lajes de xisto estreitas embora de diferentes dimensões. O muro apresenta um cotovelo no lado leste. Tem cavidades a meia altura. A porta possui lintel de xisto. Não se observam socacos estruturados. Na parte superior, envolvendo a porta, existem vestígios de um possível pombal ou casa de arrumos (11) Está abandonado e apresenta oliveiras no interior. Situa-se junto de um antigo caminho de que se conserva um pontão em pedra com quatro "arcos" e passadeira. Esse caminho passava junto de dois monumentos megalíticos (antas 2 e 3 do Zambujo). As duas antas e o muro estão publicados em HENRIQUES, CANINAS & CHAMBINO, 1993.

18. FEBRA AMARELA, Idanha-a-Nova

(1) Ribeiro do Muro Alto/Rio Erges (2.1) 306 (1971) (2.2) Não (3) 310 m (4) 39° 44' 52" N / 07° 01' 18" W (5) Sul (6) Encosta inferior (7) Sobre o ribeiro do Muro Alto; a jusante existe outro muro-apiário, o Muro Alto (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho de xisto (blocos e lajes) com argamassa, incluindo blocos de quartzo leitoso, disponíveis no local. O muro é definido por duas paredes justapostas com argamassa e pedra miúda no interior. A estrutura utiliza quantidade apreciável de



fragmentos de mós rotativas (moventes e dormentes), de granito, provenientes do povoado romano ou alto-medieval que se situava na área envolvente e que estaria arruinado à data da construção do muro (8.3) Média/Baixa (8.4) 18 m/22 m – 311 m² (8.5) 110 cm (exterior) – 220 cm (interior)/130 cm (exterior) – 150 cm (interior)/190 cm (exterior)/170 cm (exterior) (9.1) SO (9.2) ?/?/? cm (9.3) Não tem (10) A espessura do muro, na zona da porta, varia entre 80 cm na base e 70 cm no topo. Parece haver indícios de reconstruções. Não tem socacos no interior e apresenta grande acumulação de sedimentos na parte inferior. A porta não se conserva, embora nos tenha sido indicada a sua localização. Encostado à face nascente do muro foi construído um edifício de planta rectangular (tem as seguintes dimensões interiores: 170 cm x 350 cm). (11) Este muro, segundo informação do sr. João Barata, de Rosmaninhal, foi utilizado como horta há mais de 60 anos. Desta forma protegiam-se as culturas em relação ao gado. Na encosta ocorrem materiais cerâmicos de cronologia romana/alto medieval. Para nascente do muro a estação arqueológica foi danificada devido à plantação de um eucaliptal. A poente do muro e à mesma cota existe uma casa de planta circular e cobertura em falsa cúpula, muito arruinada. Estas construções são denominadas *pufios*, nesta zona, e correspondem aos *chafurdões* do Sul de Portugal. Na outra margem do ribeiro existe um sepultura escavada na rocha e a cotas superiores ocorre cerâmica comum e de construção de cronologia romana. Estes locais estão assinalados em HENRIQUES, CANINAS & CHAMBINO, 1993. Este local, é associado, na “mitologia” local, a zona de confinamento de pessoas contaminadas pela febre amarela. No entanto, há quem também designe o sítio não por Febra Amarela mas por Fevra Amarela.

19. MURO CAIADO, Idanha-a-Nova

(1) Ribeira da Enxacana/Rio Erges (2.1) 294 (1972) (2.2) Não (3) 220 m (4) 39° 47' 36" N / 07° 02' 32" W (5) SSE, 155° Norte (6) Encosta inferior (7) Situa-se em frente da confluência do ribeiro da Urtiga com a ribeira da Enxacana (8.1) Em forma de U fechado, com o lado arqueado nas cotas superiores (8.2) Aparelho de xisto (blocos e placas) com argamassa (cal hidráulica). Apresenta vestígios de reboco na parte mais elevada, na face externa do muro (8.3) Média (8.4) 11,8 m/16,8 m – 156 m² (8.5) 200 cm/190 cm/200 cm/210 cm (8.6) Observam-se vestígios de beirado, voltado para o exterior, na parte inferior do muro (9.1) SO (9.2) 160 cm/75–85 cm/? (9.3) Não tem (10) A espessura do muro, na parte superior, varia entre 65cm (base) e 55 cm (topo). Há indícios de reconstruções. No interior, observa-se um socalco aberto no afloramento. A porta não conserva lintel. (11) Este muro já estaria abandonado há cerca de 60 anos, segundo informação do sr. João Barata, de Rosmaninhal. Entre a parede recta que delimita a parte inferior do muro e a margem da ribeira, observam-se abundantes traços lineares (de arado ?) incisos nos afloramentos xisto-grauvácicos. Estes elementos permitem documentar a forma como o solo era exaustivamente cultivado, provavelmente antes da construção do muro, bem como os efeitos erosivos que incidiram no local, pondo o afloramento à vista.

20. MURO DO TI FURRIEL, Idanha-a-Nova

(1) Afluente do Ribeiro da Enchacana/Rio Erges (2.1) 294 (1972) (2.2) Não (3) 280 m (4) PE 665033. (11) Este muro-apiário situa-se a cerca de 375 m das casas do Couto do Bandeira. Foi observado ao longe devido à presença de gado bravo à solta.

21. DEHESA DE LA PUENTE, Piedras Albas

(1) Rio Erges (2.1) 295 (1971) (2.2) Sim (3) 210-220 m (4) $39^{\circ} 48' 33''$ N / $06^{\circ} 59' 03''$ W (5) 210° N (6) Encosta superior (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em xisto sem elemento ligante (8.3) Média (8.4) 17,8 m/18,3 m – 255 m² (8.5) 130 cm/170 cm/120 cm/165 cm (8.6) Sem barba (9.1) Sem porta. É possível que estivesse voltada a Sudeste, em troço de muro actualmente abatido (9.3) Não tem (10) A espessura do muro é de 70 cm. A altura do muro é relativamente superior se as medidas forem obtidas na parte interna. Primitivamente deve ter sido mais alto, a avaliar pela quantidade de xisto existente na área envolvente da estrutura. Não se observam socacos, mas lajes de xisto onde assentavam os cortiços. Admite-se que pudesse comportar pelo menos quatro filas de cortiços, ou silhas. (11) A Este e a Oeste do muro existem malhadas de porcos. Cada uma daquelas estruturas tem habitáculos para quatro animais. No interior do muro foi observado um fragmento de movente de mó manual, em granito.

22. SILHA, Idanha-a-Nova

(1) Afluente do Rio Erges/Rio Erges (2.1) 295 (2.2) Sim (3) 210 m (4) $39^{\circ} 48' 37''$ N / $06^{\circ} 59' 25''$ W (5) 130° N (6) Encosta inferior (7) O muro está implantado na zona onde se inicia o encaixe da torrente (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em xisto sem elemento ligante (8.3) Baixo (8.4) 22,4 m/17 m – 299 m² (8.5) 100 cm/140 cm/150 cm/100 cm (8.6) Mantém-se unicamente nos lados Sul e Sudoeste sendo constituído por placas de xisto dispostas obliquamente. Este remate tem uma barba de 10 cm (9.1) Noroeste (9.2) ?/100 cm/60 cm (9.3) Não tem (10) O interior contém vários socacos que aproveitam as irregularidade do solo provocadas pelos afloramentos rochosos. Os muros, de xisto, que constituem os nove socacos, têm uma altura média de 30 cm e 50 cm de profundidade (largura). Nenhum deles vai de um extremo ao outro do muro. Em redor não se observa quantidade significativa de pedra derrubada, o que permite pressupor que não seria muito mais alto (11) A Norte e a Nordeste, junto da parede interna do muro, existe uma fila de colmeias, algumas das quais activas, embora aparentando abandono.

23. RIBEIRA DO VALE DE LOBO, Idanha-a-Nova

(1) Ribeiro do Vale de Lobo/Rio Erges (2.1) 295 (2.2) Não (3) 170-180 m (4) $39^{\circ} 49' 08''$ N / $06^{\circ} 58' 57''$ W (5) 180° N (6) Encosta inferior (8.1) Elíptica (8.2) Aparelho de xisto sem elemento ligante (8.3) Elevada (8.4) 12,6 m/15,4 m – 152 m² (8.5) 155 cm/200 cm/210-230 cm/200 cm (8.6) Sem vestígios de barbas; o topo é irregular (9.1) Norte (9.2) 165 cm/65 cm/60 cm (9.3) Não tem (10) O interior contém



10 socacos, revestidos com placas de xisto, que se destinavam ao assentamento dos cortiços. A altura de cada um deles varia entre 25 cm e 90 cm, resultando de uma adaptação às irregularidades do solo e afloramentos. Nem todos os socacos vão de um extremo ao outro do muro (11) Há restos de cortiços no interior o que permite pressupor um abandono recente. No interior existe uma amendoeira adulta e grandes moitas de alecrim.

24. LOS LEONES, Piedras Albas

(1) Rio Tejo (4) 39° 47'03" N / 06° 56' 29" W (5) 150° N (6) Peneplanície (7) Localizado no meio de um azinhal denso, a Sul da estrada Segura – Piedras Albas e a cerca de 500 m a Oeste da última povoação. Situa-se na área de confluência de duas suaves linhas de água (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em xisto sem (?) elemento ligante (8.3) Baixa (8.4) Tem 53,6 m de perímetro - 229 m² (8.5) 160 cm/190 cm/230 cm/170 cm (8.6) Barba descontínua (9.1) Sul (9.2) 190 cm/80 cm/40 cm (9.3) Não tem (10) No interior do muro, e anexo à parede norte, existe um pequeno telheiro que protege colmeias amontoadas. A altura da porta foi aumentada. Possui porta metálica, fechada com corrente e cadeado (11) O muro apresenta excelente estado de conservação no lado exterior. Exceptuando o telheiro e o material que abriga a área restante do muro está vazia.

25. ALCÂNTARA I, Alcântara

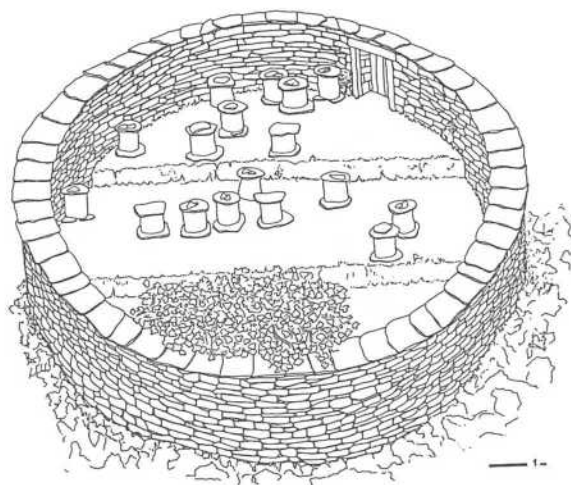
(1) Rio Tejo (2.1) 295(?) (4) 39° 44' 31" N / 06° 53' 59" W (5) 210° N (6) Meia encosta (7) Situa-se cerca de 400 m a norte da estrada que liga Segura a Alcântara (8.1) Elíptica (8.2) Aparelho em xisto e granito sem elemento ligante (8.3) Baixo (8.4) 32 m/27 m – 678 m² (8.5) 160 cm/205 cm/190 cm/180 cm (8.6) Alguns troços do muro possuem barba e sobre as placas que a formam existem outras placas dispostas obliquamente, de forma irregular. Estas últimas ajudam a manter as primeiras através da pressão que exercem sobre aquelas. Tem barbas voltadas para o interior e para o exterior. As barbas interiores medem cerca de 10 cm a 15 cm e as exteriores variam entre 12 cm a 28 cm (9.1) Nordeste (9.2) 200 cm/aberta/80 cm (9.3) Não tem (10) A porta parece não ser a original. Admitimos que tenha sido muito alargada. É constituída por placas de xisto e quatro grandes blocos, paralelepípedicos, de granito, dois de cada lado. Em cada um dos lados possui uma placa de xisto com um buraco onde funcionava o gonzo da porta. Junto da entrada, do lado nascente, existe um furdão, uma estrutura de planta circular, em falsa cúpula, com um pequeno nicho no interior. Esta construção tem duas aberturas para o exterior. Uma para o interior do furdão e outra para o exterior do muro. Exteriormente, tem uma barba em xisto a partir da qual se inicia a "cúpula", que se mantém coberta de terra. Do lado poente da entrada existe um compartimento de planta rectangular, que funciona como casa de apoio. A parede sul desta construção aproveita o próprio muro, embora seja mais alto. A porta da casa está voltada a Este. Há vestígios de ter existido outra porta voltada a Norte, actualmente fechada com pano de parede. No interior do recinto, na parte oriental, existe um monólito de grauaque azul com um furo central, de função

desconhecida. Poderia ter pertencido a uma primitiva porta e sendo ali colocado numa fase posterior. Exceptuando a área da porta, com dois a três metros para cada um dos lados, e a parte Sul do recinto, devido à sombra, em todo o perímetro interior, anexo ao muro, existem 22 "caixas" de pedra, de planta rectangular. Cada caixa é constituída por quatro placas de grauvaque, dispostas em forma de "cista", e serviam para o encaixe dos cortiços. Estas "caixas", suportes para os cortiços, também se distribuem em três alinhamentos paralelos no espaço vital do muro. As medidas das "caixas" variam entre os 47 cm x 37 cm e 65 cm x 55 cm. A distancia entre as "caixas" varia entre 100 cm e 290 cm. A primeira fila de cortiços estava distanciada da central 655cm e esta distancia-se da terceira fila 580 cm. Na primeira fila, a mais próxima da porta, existem três "caixas" para cortiços, na segunda fila existem oito caixas e na terceira outras oito caixas. Identificaram-se 41 bases para cortiços. Ao longo do muro, na face exterior, existem placas de xisto desniveladas, mais sobressaídas. Não parece terem servido como escada. (11) Está abandonado.

26. ALCÂNTARA II, Alcântara

(1) Rio Tejo (4) 39° 44' 02" N / 06° 53' 42" W (5) 170° N (6) Encosta inferior (7) Situa-se na confluência de duas linhas de água (8.1) Subcircular (8.2) Aparelho em xisto sem elemento ligante (8.3) Média (8.5) 175 cm/175 cm/170 cm/200 cm (8.6) Alguns troços de muro ainda apresentam barba. Sobre as placas que formam a barba foram colocadas outras placas de xisto, talvez com o objectivo de as fixar melhor. O tamanho da barba varia entre 30 cm e 40 cm (9.1) Nordeste (9.2) 165 cm/85 cm/70 cm (9.3) Não tem (10) No interior, junto da porta, existe um telheiro, aberto a sul, com cortiços fora de uso. Na face sul (exterior) do muro observa-se um "arco" de placas de xisto, envolvido por lajes dispostas horizontalmente. Estes "arcs" são comuns em construções situadas na zona antiga de Alcântara. O muro sofreu reconstruções e em alguns troços apresenta acentuados abaulamentos que prenunciam queda iminente (11) O interior do muro tem 11 cortiços e uma colmeia em actividade, algumas oliveiras e, nas cotas mais altas, azinheiras. Tem porta de madeira fechada a cadeado. Uma parte do espaço interior é utilizada para produção de favas. Na confluência das duas linhas de água existe uma ponte construída em xisto.





Cortín de E. Méndez
Robredo (Rao)

Fig. 1. Desenho ilustrativo da estrutura de um muro-apiário, o cortín de E. Méndez, (Robredo, Rao, Galiza), extraído de GONZÁLEZ 1998.

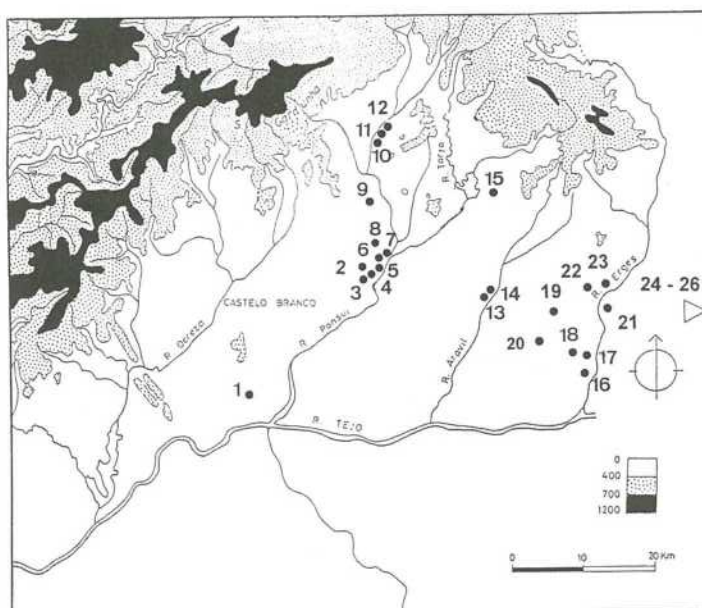


Fig. 2. Localização de um conjunto de muros-apiários situados na bacia do médio Tejo (mapa adaptado de R. Vilaça, Aspectos do Povoamento da Beira Interior nos Finais da Idade do Bronze, 1995). 1. Muro do Romão, 2. Parrocha, 3. Cabeço Redondo, 4. Muro Alto, 5. Ponte da Munheca, 6. Rasteira, 7. Moinhos do Conde, 8. Coito do Leitão, 9. Muro do Vaz Preto, 10. Fraga dos Galhardos I, 11. Fraga dos Galhardos II, 12. Fraga dos Galhardos III, 13. Coito dos Caturros, 14. Vale do Gamo, 15. Monte das Piçarras, 16. Marmeleiro, 17. Muro Alto, 18. Febra Amarela, 19. Muro Caiado, 20. Muro do Ti Filipe, 21. Dehesa de la Puente, 22. Silha, 23. Ribeiro do Vale do Lobo, 24. Los Leones, 25. Alcantara I, 26. Alcantara II.



Fig. 3. Aspecto da estrutura em espinha do Muro do Romão.



Fig. 4. Vista de conjunto do Muro do Vaz Preto.

Muros-apiários da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)





Fig. 5. Aspecto da porta do muro da Ponte da Munheca.



Fig. 6. Vista de conjunto do muro do Vale do Gamo.



Fig. 7. Muro do Vale do Gamo. Aspecto do assentamento da estrutura sobre afloramentos. No topo do muro pode observar-se o beirado.

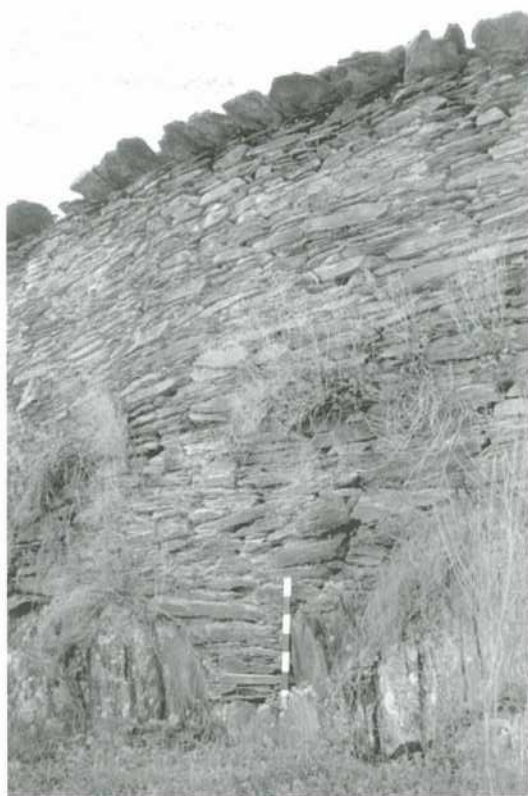


Fig. 8. Muro do Vale do Gamo. Uma porta condenada, assinalada pela escala, e aspecto de um dos diversos orifícios existentes no muro.





Fig. 9. Vista do muro do Ribeiro do Vale do Lobo. Observam-se diversos socalcos, estruturados por muros de pedra, destinados ao assentamento dos cortiços.



Fig. 10. Muro Alto (Idanha-a-Nova). Aspecto da estrutura do muro, construído em encosta muito inclinada. É visível um trecho do beirado existente no topo do muro.

Fig. 11. Muro de Alcantara I.
Um alinhamento de suportes
(caixas) para cortiços.



Fig. 12. Vista do muro de Alcantara I. Destaca-se a casa das alfaias melíferas.

Muros-apíarios da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)





Fig. 13. Vista de conjunto do Muro Alto (Idanha-a-Nova), a montante do qual existe um pontão de pedra.



Fig. 14. Vista do muro de Alcantara II junto do qual existe um pontão de pedra.

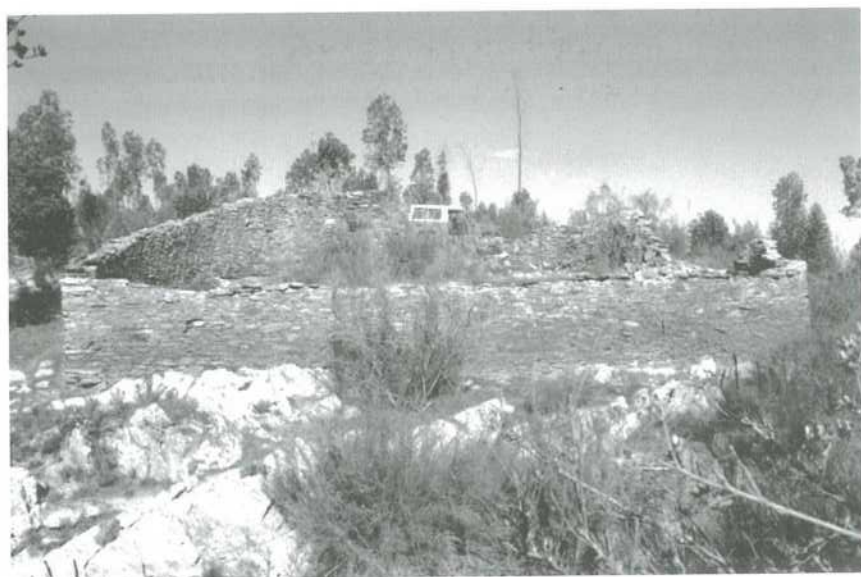


Fig. 15. Vista do Muro Caiado.

Muros-apiários da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)



Los Grabados de Tradición Lúdica en Extremadura (España)

RESUMEN

Entre el medio centenar de conjuntos de arte rupestre catalogados hasta el momento en la provincia de Cáceres, sobresalen por su frecuencia y extensión unas representaciones a la que genéricamente se les aplica el nombre de «triples recintos». No obstante, este nombre es una forma de escriturar su estructura tipológica, pues al mismo se le conoce también como Marelle, Tria, Mill, Alquerque o Latrumculatre.

De él se dice que es un tablero de juego, pero esta vertiente lúdica tiene otras acepciones de carácter simbólico, cuyo origen, difusión, cronologías y significado trataremos de encauzar a través de nuestra línea de investigación, basándonos en el repertorio cacereño.

SUMMARY

Among half of the hundreds of rupestrian engraved (painting) catalogued up to now in the province of Cáceres, the ones that stand out its frequency and extension are some drawings generally called «Triple Recintos». However, this name is a way to refer to their tipological structure because they are also known by «Marelle», «Tria», «Mill», «Alquerque» or «Latrumculatre».

I this said that it is a gameboard, but this ludic side had other senses of a simbolic character whose origin, spread, cronology and meaning we will try to guide through our line of investigation taking the catalogue from Cáceres into account.

1. INTRODUCCIÓN

Cuando, en 1992, presentamos, en el I Congreso de grabados rupestres y murales celebrado el Lérida, el primer estudio sobre los tableros de juego extremeños, basado exclusivamente en las figuras de alquerque de nueve, nos encontrábamos muy lejos de imaginar que esta búsqueda heurística nos pondría en contacto con una de las más densas y dispersas redes de la producción gráfica de la región.



Sus hallazgos ligados a cuevas, rocas al aire libre, sillares, cerámicas, tableros exentos, etc., hablan tanto de una popularidad como de una perduración en el tiempo, que difícilmente han alcanzado otros grabados, entre lo que conocemos como producciones postpaleolíticas, aunque el término, aplicado a estas creaciones habrá de ser matizado en función de su singularidad y de la cronología que se propone, muy cercana y a veces presente en tiempos históricos.

Su dispersión ultrapeninsular, en un círculo que supera ampliamente las fronteras mediterráneas le convierten en un fenómeno tan vasto y complejo que la sólo interpretación de una de sus expresiones va a requerir la interrelación de ramas del conocimiento de la historia que superan incluso el espacio temporal normalmente asignado a las expresiones pictóricas, gráficas o gliptográficas.

La catalogación de estos conjuntos, nunca ha sido abordada de forma sistemática en la Península, aunque si se han hecho valoraciones parciales de algunos de ellos, muchas de ellas partiendo desde fuera del entorno arqueológico, por lo que la interpretación de los mismos ha oscilado desde el campo de lo científico a lo especulativo, alzándose su interpretación a caballo entre lo folklórico, lo religioso e incluso lo misterio. Enfoques que ahora pretendemos, sino corregir, por lo menos encauzar dentro de lo que consideramos unas líneas razonables de investigación.

Siete tipos de juegos diferentes hemos identificado dentro del complejo de grabados extremeños, agrupados bajo los nombres más comunes que figuran en documentos históricos o los que les asigna la tradición popular, sino conocemos otra referencia.

Responden por tanto a los nombres de el-quirkat o alquerque de nueve, alquerque de doce, tres en raya y mancala; después se añaden una variedad de "tabulae lusoriae" cuyo nombre es impreciso, aunque a nivel formal se les otorga la denominación de dameros o "latrunculi", tableros circulares, etc.

2. ALQUERQUE DE NUEVE

Este es un motivo que ha sido representado en territorios geográficos¹ tan diferentes que escapa a una valoración cultural concreta, derivándose numerosos interrogantes sobre la forma en que se ha ido presentando para alcanzar vigencia, incluso en la actualidad.

Se define esencialmente como un grabado conformado a partir de un punto o cazoleta central, alrededor de la cual se sitúan tres cuadrados concéntricos, que se hallan atravesados por dos pares de rectas perpendiculares al centro por el medio de sus lados, pudiendo añadirse en ocasiones otros dos pares más, que cortan en diagonal los ángulos de dichos cuadrados.

Los ambientes en los que aparece son los de lo más dispar, pues pueden hacer acto de presencia en cuevas, sobre rocas al aire libre, piezas latericias, en sillares

¹ En castellano recibe el nombre de Alquerque, pero en países como Italia se le conoce como Tría, por Mühle en Alemania, Mill o nine men's morris en Inglaterra, Marelle o Triple Enceinte en Francia, Jogo do Moinho en Portugal y Juego del Rey en Israel.

empleados en murallas, en el suelo de las iglesias, en necrópolis, sobre objetos inmuebles de tipo decorativo, sobre laudas sepulcrales, etc. Más frecuente en las áreas que L. Carolino (1994; 85) denomina de sociabilidad, es decir, aquellos lugares donde con frecuencia los hombres empleaban su tiempo libre, especialmente en las inmediaciones de molinos, coincidiendo en España, Portugal y Francia, hecho por el cual R. Germain (1993), que ha catalogado numerosos ejemplares del s. XII y XIII, los ha ligado a los turnos de molienda². Por otra parte, F. Fernández llama la atención sobre el hecho de que muchas fichas, y para ello toma como ejemplo las de una tumba romana de El Gandul (Alcalá de Guadaira, Sevilla), posean el aspecto de auténticas piedras de molino, por lo que añade, que es posible que el alquerque de nueve en concreto pudiera llamarse "molendinum".

Sobre sus medidas puede decirse que se aproximan bastante unas a otras, no sobrepasando en el cuadrado exterior los cuarenta centímetros de lado que alcanza el mayor de ellos en la Villeta de Trujillo, siendo un caso excepcional los de Solana de los Barros con 4 x 4 cms de lado.

El catálogo extremeño de alquerques de nueve es, dentro del conjunto de juegos conocidos, el más voluminoso de la Península, con cincuenta y un grabados realizados a lo largo de varios siglos, claro síntoma de que es el juego que ha gozado de mayor aceptación, frente a la quincena escasa que suman todos los demás, por esta razón nuestro análisis final incidirá especialmente en las circunstancias que rodean su aparición, su origen y la posible trascendencia de su representación.

La localización de los mismos queda como sigue:

La Villeta de los Azuques (Trujillo).

El primero de los conjuntos se halla sobre una roca de granito a escasos metros de la muralla de la Villeta de los Azuques, una fortaleza ocupada desde la Edad del Hierro a época Islámica ubicada en la confluencia de los ríos Tozo y Almonte (NAHARRO, A., 1975;16).

La superficie de la roca es irregular y se halla ligeramente inclinada, lo que no supuso un obstáculo para grabar 20 cazoletas y 21 de triples recintos, que salvando el ejemplo del castilllo de Esnes (Nord. Francia) constituyen por el momento el mayor de los conjuntos conocidos en Europa.

Su principal rasgo es la variedad de tamaños y morfología, habiéndose ejecutado algunos en partes donde nunca pudieron ser completados, amontonados unos junto a otros sin dejar apenas espacios libres (Lam. 1, Fot. n.º 1).

El Guijo (Plasenzuela).

El segundo afloró en el término de Plasenzuela, durante los trabajos de limpieza de una laguna en el camino viejo de Trujillo a Montánchez. Este lugar, a juzgar por los restos de cerámica que recogimos, algunas con signos cúficos pintados³ denota

² Referencia encontrada en el trabajo de Y. Cosín y C. García, 1998, pág. 44.

³ En el Museo de Provincial de Cáceres, depositamos una vasija casi completa, con bandas rojas y blancas alrededor de la panza y el borde que ostentaban palabras y signos escritos en cúfico simple.



una frecuentación en la Alta Edad Media por viajeros que debían de surtir de agua a sus ganados en un manantial cercano.

El grabado se halla sobre una roca exenta de esquisto pizarroso y resulta difícilmente apreciable debido a la escasa profundidad de unos trazos que fueron delineados además mediante la técnica del repiqueado (Fot. n.º 2).

Las Torrecillas (Montánchez).

En esta localidad se conocen hasta nueve grabados dispersos por su término. El primero dentro del núcleo poblacional, reutilizado como aparejo en la construcción del muro de un colegio levantado sobre las ruinas de una construcción rural romana, conocida como Las Torrecillas y de la cual seguramente procede. Fue grabado sobre un sillar irregular con un surco inciso y muy fino.

El Rojil (Montánchez).

Los segundos forman parte de un conjunto de seis, ubicados a la derecha e izquierda del camino que llaman del Rojil. Tres comparten una roca de superficie reducida, mientras que los restantes se distribuyen por otros planos rocosos naturales más extensos.

El trazo en todos ellos es tan débil que resulta difícil distinguirlos sin emplear luces rasantes, destacando junto a uno de ellos una alineación de cuatro cazoletas.

Garganta de los Molinos (Montánchez).

Más adelante del Rojil, en una garganta jalonada de molinos, encontramos otros dos grabados dispuestos en vertical sobre un bloque rocoso que sirve como aparejo sustentante al muro del canal de uno de estos molinos.

Uno de los motivos es un triple recinto muy evidente, pero el otro, notablemente difuminado, se asemeja más a una retícula en la que sobre un cuadrado se cruzan cinco líneas verticales a otras tantas horizontales, conformando un pequeño damero. Ambos han sido ejecutados combinando técnica incisa y piqueado, cuyo resultado es un fino surco de sección transversal en U que acentúa los relieves de las líneas (Lam. 2, Fot. n.º 3).

Adarve y Puerta de Espaderos (Cáceres).

En los sillares de la muralla cacereña conocemos tres grabados de triple recinto. Dos fueron localizados por M. Beltrán (1975; 106) en los sillares romanos de la Puerta de Espaderos, tras el derribo de unos edificios anejos a la muralla que circunda la Ciudad Vieja. De ellos, puede decirse que fueron realizados mediante la técnica del repiqueado continuo hasta formar un surco homogéneo componiendo un esquema rectangular en cuyo interior se inscribe una figura semejante, estando los lados de ambos unidos mediante trazos perpendiculares con un punto ubicado en el centro geométrico de la figura.

El tercero lo localizamos en otro sillar de granito embutido a media altura en la cerca almohade del Adarve de Santa Ana. Trazado con el mismo estilo que los anteriores, es sin embargo más imperfecto en su cuadratura, resultando el esquema general de la figura un tanto oblongo.

Iglesia de la Encarnación (Valencia de Alcántara).

En la nave lateral, cerca de la puerta que da a la sacristía en la iglesia de la Encarnación de Valencia de Alcántara, sobre uno de los escalones del presbiterio, cita E. Diéguez uno de ellos, muy gastado por el continuo paso de fieles (1974; 118).

Trujillo.

En esta localidad se conocen tres, gracias a las notas proporcionadas por A. Naharro (1975;16). El primero de ellos fue advertido entre los sillares que se acarrearón para la construcción de la plaza de toros de la localidad; el segundo entre las ruinas del Castillo, desde donde sería trasladado al ayuntamiento y el tercero aún figura sobre una roca plana junto a un molino en el río Magasca, en la finca de Casa Casco. Tiene este último además la peculiaridad de encontrarse junto a otro cuadrado-damero, semejante al de la Garganta de Montánchez, pero en esta ocasión las líneas que se entrecruzan son cuatro por cada lado.

Fragosa.

M. C. Sevillano (1991;142), en su estudio de los grabados de la Hurdes, incluye un triple recinto que se encuentra formando parte del muro de una casa de Fragosa, una alquería perteneciente al término de Nuñomoral. El grabado está realizado sobre un bloque de pizarra, fragmentado para adaptarlo a la pared.

La figura consta de tres cuadriláteros concéntricos, atravesados por una línea recta que los une en cada uno de los lados. Para su ejecución se ha utilizado un repiqueteado poco profundo, pero que enmarca muy bien la figura (Fot. n.º 5).

Valle de Santa Ana (San Martín de Trevejo).

Al igual que ocurre en la Villeta de los Azuques, el grabado de Santa Ana se localiza sobre una roca ligeramente inclinada, distante unos pocos metros del torreón de un pequeño castro de la Edad del Hierro.

Se caracteriza por el gran tamaño del mismo, ligeramente superior al de los precedentes y por la inclusión de un pequeño círculo o cazoleta en una de las esquinas de los cuadrados interiores. Por lo demás, su trazado es bastante irregular, con un ancho surco repiqueteado que redondea a veces los ángulos de las esquinas

La Colonia (Cañamero)

De un asentamiento rural romano situado en las tierras más ricas del término de Cañamero, proceden cuatro placas de pizarra con tres figuraciones de alquerque y una de damero⁴.

Los bloques, rodados por la superficie del terreno donde se encontraron, presentan marcas de rejas de arado y fracturas, que en un caso han acarreado la

⁴ Su conservación se debe a D. Juan Vegas Cordero, a quien agradecemos la comunicación del hallazgo.



pérdida de parte de uno de los alquerques. Han sido ejecutados seguramente con un instrumento metálico que ha abierto un surco muy estrecho, poco profundo, pero firme.

Pico de San Gregorio (Santa Cruz de la Sierra)

En la ciudadela islámica que corona la Sierra de Santa Cruz, en lo que denominamos barrio sur, se halla, al principio de la calleja que recorre la divisoria de la serrata, un área en la que tuvimos oportunidad de registrar varios conjuntos de grabados de mancalas y un grabado de alquerque. El último se halla en posición cenital y forman un dibujo con tres cuadrados concéntricos atravesados con una línea por cada lado perpendiculares a una cazoleta central.

Coria.

Recientemente se localizó un sillar de granito procedente de unas construcciones anejas a la muralla de Coria, uno de estos grabados inscrito en una de las caras del bloque⁵.

San Gregorio (Cabañas del Castillo).

La situación de este grabado es muy similar a la que presentan los de la Villeta, sobre una roca de pizarra que emerge frente a la entrada de un recinto amurallado de la Edad del Hierro, emplazado sobre un espolón amesetado en la convergencia de los ríos Berzocana y Almonte.

Ermita de la Virgen del Salor (Torrequemada):

En el último escalón de la puerta del Evangelio de la ermita de la Virgen del Salor se encuentra la más variada representación de tableros lúdicos de la región, con un alquerque de doce, dos alquerques de nueve y un tres en raya.

Los alquerques de nueve presentan tres cuadrados concéntricos realizados mediante una fina incisión con líneas transversales a cada lado que no se prolongan más allá de los lados de los cuadrados. A diferencia de los alquerques más antiguos, el cuadrado más próximo al centro dibuja un espacio mayor, alrededor de la cazoleta central.

Aunque el sillar podría proceder de las abundantes ruinas tardorromanas existentes en el mismo cerro en el que se enclava la ermita, lo más probable es que fuera tallado durante la construcción a principios del siglo XIII, según consta en el Fuero de Cáceres, o en alguna restauración posterior del s. XV (Fot. n.º 4).

El Castillo (Solana de los Barros).

De la villa romana de El Castillo en Solana de los Barros (RODRIGUEZ, F. G. y LINDE, J., 1995), proceden las dos representaciones más originales de alquerque, al haber sido realizadas a modo de graffiti sobre la pared de un recipiente de sigillata. Es una de las pocas realizaciones en las que las posibilidades de uso como soporte

⁵ Agradecemos a Don Juan Pedro Moreno Carrasco la comunicación de su hallazgo.



lúdico quedan evidentemente desplazadas por el valor que en este caso tendría como símbolo, aunque dudamos que no sea otra cosa más que una marca de distinción en la propiedad del objeto, como ocurre con otros cientos de marcas que los romanos adoptaron para grabar en los vasos, como se pone de manifiesto en el estudio de ambos autores.

Merida.

En la pared del claustro del Conventual Santiaguista, en la cara de un sillar de granito utilizado como mampuesto, reconocimos otro grabado de alquerque de nueve, formado, como en los anteriores casos, por tres cuadrados inscritos y por segmentos transversales al centro señalado por una cazoleta.

La investigación tradicional sobre la ciudad ha reparado escasamente en este tipo de manifestaciones por lo que su conocimiento es escaso, sin embargo estamos seguros de que su abundancia es mayor de lo que estas líneas hacen suponer, de hecho desde que iniciamos este trabajo nos han llegado noticias de nuevos hallazgos en las cercanías de Santa Eulalia (COSIN, Y. y APARICIO, C., 1999; 596), en los sillares exteriores de La Alcazaba, etc.

La Alcazaba (Badajoz):

La noticia del hallazgo de un tablero de alquerque sobre el ábaco de una imposta visigoda de la alcazaba de Badajoz, la encontramos en una reciente publicación sobre tableros de juego de la región gallega (COSTAS, F. J. e HIDALGO, J. M., 1998; 102). Se trata de un diseño con tres cuadrados concéntricos y rectas transversales a los lados del cuadrado, sin cazoleta ni marca central y una oquedad externa que seguramente sirvió como depósito de fichas.

3. ALQUERQUE DE DOCE.

Hace su aparición junto al alquerque de nueve como un juego híbrido del damero simple romano y del tres en raya, pero va a tener una difusión mucho menor que el primero. Su representación es exigua y se halla tan ceñida a santuarios religiosos, que hasta la aparición del ladrillo romano de Mulva (Sevilla), (FERNANDEZ, F., 1997; 30), una pieza latericia con dos grabados, por el anverso un alquerque de nueve y por el reverso uno de doce, se pensaba que tenía su origen en la Baja Edad Media, quizá porque en el "Libro del ajedrez, dados y tablas", de Alfonso X el Sabio (s. XIII), figura un dibujo que por entonces autentificaba su práctica.

En Extremadura, de momento sólo conocemos tres ejemplares sobre piedras labradas por canteros, en edificios con fechas oscilan del siglo XIII al siglo XVI; algo muy parecido a lo que sucede en Galicia (COSTAS, F. J. E y HIDALGO, J. M., 1997; 50), donde se les localiza en la Catedral de Orense, de Tuy y excepcionalmente en algún afloramiento rocoso al aire libre, caso de Monte Lobeira (Vilanova de Arousa, Pontevedra)⁶.

⁶ Recientemente hemos tenido noticia de dos ejemplares de alquerque de doce en Borba y Monsaraz, pero desconocemos su ubicación exacta, si es al aire libre o en un edificio (L. M. CAROLINO, 1994: 90).



Ermita de Nuestra Señora de Sopetran (Almoharin).

En esta ermita lo tenemos representado en el quicio de la puerta del coro, principal acceso del edificio. Profundamente grabado, ha soportado el paso de los fieles sin otro deterioro que el leve pulimento en sus caras (Lam. 3, Fot. n.º 6).

Iglesia de Ntra. Sra. de la Consolación (Arroyomolinos de Montánchez).

Contamos con un diseño similar en otra construcción de carácter religioso. Data de la fecha de construcción del templo, pues se halla embutido a varios metros de altura en la pared exterior del ábside, sobre un sillar cuadrado.

Ermita de la Virgen del Salor (Torrequemada):

Los grabados de Alquerque de doce parecen privativos de los edificios religiosos, pues el tercero de la serie se halla también en un escalón de una ermita, junto a otros grabados que ya hemos mencionado, lo que demuestra una vez más la amplia perduración y el grado de emparentamiento de la serie de juegos de diseño poligonal.

El cuadrante inferior izquierdo se halla bastante perdido, debido a que la incisión es más leve, y el bloque de piedra es de menor calidad.

4. TRES EN RAYA.

Paradójicamente este juego, siendo el único cuyas reglas recordamos porque se ha venido practicando hasta nuestros días, es el menos representado de todos, con sólo dos ejemplares conocidos en Extremadura, una proporción similar a la que se documenta en Portugal con dos, donde se les conoce como el "Jogo do Homen" (CAROLINO, L. M., 1994:90) y de nuevo en Galicia, donde Costas e Hidalgo citan cinco ejemplos al aire libre y uno en edificios religiosos⁷.

Curiosamente en el abrigo pintado del Pou de Nosca (Albocácer, Castellón) se plasma una de estas figuras (MARTINEZ, M.ª I. y OLIVER, A., 1994:52) y se la compara con un grabado similar del covacho de las Pintas en Cuenca, situados cronológicamente "a partir del siglo XIII por la plasmación de las cruces de doble travesaño originadas en esa época y por la representación de ballesteros, norma generalizada a partir del siglo XIV".

No hay pues una cronología concreta que sirva a motivo tan común desde la antigüedad, únicamente podemos precisar que la mayor abundancia de los mismos se registra a finales de la Edad Media, cuando toda esta proliferación en edificios religiosos parece anunciar el surgimiento de una tradición lúdica en las áreas de sociabilidad a las que aludíamos, como son también los nartex o pórticos de los templos.

⁷ Los sitios que se citan en Portugal son Monte da Lomba da Barca (Montalvão-Nisa) y en el Molino de Pinheiro (Valverde-Évora). En Galicia, Monte Alba (Vigo), Laxe das Cruces dos Carballiños en Amoedo (Pazos de Borben), Gorguillo-Chán de Lamas en Mondariz (Pontevedra), Castrelos de Castromaior (Abadín, Lugo) y en la iglesia de Santa María de Allariz (Orense).

Ermita de la Virgen del Salor (Torquemada):

Acompaña a los dos tipos de Alquerque en el escalón de una de las puertas de la ermita. Su ejecución es bastante más descuidada que en el resto, con un surco muy abierto y unas líneas que con dificultad dibujan una figura muy poco simétrica, en el que la cazoleta central se halla incluso fuera del eje de la representación (Fot. n.º 4).

Cerro de la Choz (Valdehucar).

Lo encontramos sobre una roca de granito destacada en la cima de un cerro con buena visibilidad, dominado el centro de las dehesas Valdehuncaras junto a un camino. La piedra ha sufrido un pequeño rebaje para que el grabado quedara en posición cenital. Los surcos son poco profundos pero tan bien marcados que realzan el panel. Le acompañan cinco cazoletas, tres apiñadas formando una T y otra más alejada que pueden haber sido realizadas con anterioridad, teniendo en cuenta que en este término cacereño se han descubierto más de cien conjuntos de grabados donde predominan estos motivos.

5. MANCALA.

Sólo conocemos un par de trabajos que se halla interesado por este tipo de juegos en la Península, el que se ocupa de los que aparecen en el interior de la ciudadela islámica de Vascos (COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998).

Hasta la mencionada publicación, habían pasado desapercibidos para la investigación, probablemente confundidos entre el ingente corpus de cazoletas prehistóricas, cuando es posible que sea uno de los repertorios iconográficos más significativos de la panoplia lúdica y tal vez de los más extendidos.

Los autores antes citados les señalan como uno de los juegos más antiguos, con representaciones en templos y necrópolis egipcias del IV milenio a. C. Este país es eje de una difusión que alcanza Oriente Medio y Africa, donde aún se practican algunas de sus variantes. Desde este continente viajan seguramente a la Península de la mano del Islam, por lo que será más fácil encontrarlos en la mitad meridional del país.

Para jugar al mancala, se practican una serie de agujeros o cazoletas que se disponen normalmente en filas paralelas, pudiendo llegar desde cuatro a doce los agujeros emparejados; en ocasiones las filas se multiplican por tres, cuatro o cinco, a partir de aquí con seis o siete agujeros surge otra modalidad de juego más conocido como karebga (siete por siete), al que se ha supuesto también como una derivación del juego de damas, dado la frecuencia con que aparecen juntos en los mismos lugares.

En la obra de referencia se citan Castillo de Pego, Castillo de Salvatierra (Alicante), Puerta del Cambrón, Vascos (Toledo) y el del Teatro Romano de Mérida (COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998; 42), responden a los tipos que los autores clasifican como mancalas tipo A, B1 y B2, es decir de cuatro a cinco agujeros, con depósitos o sin depósitos laterales, prácticamente las únicas variedades que vamos a encontrar de momento entre los paneles extremeños.



Teatro Romano de Merida (Badajoz).

En una losa, cerca de uno de los accesos a la escena del teatro romano emeritense (COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998; 42), tallados en el mármol se encuentra un mancala de tipo A, es decir, de cuatro agujeros. A pesar de hallarse en un recinto con una datación conocida, existe la duda de su realización, pues bien pudiera corresponder al periodo islámico de la ciudad.

Pico de San Gregorio (Santa Cruz de la Sierra).

En una roca de granito que aflora en la explanada dentro del recinto del castillo que los árabes levantaron en el pico de San Gregorio, en el punto más alto de la Sierra localizamos un mancala de cuatro agujeros, semejante al que encontramos unos metros más abajo cercanos al alquerque de nueve.

A este yacimiento se refirió M. Roso de Luna (1904;357) cuando, a principios del siglo, formuló su teoría sobre el significado de las cazoletas, a las que comprendía en general como un sistema de escritura, desligando, con la intuición genial que le caracterizaba, aquellas que se hallaban en el entorno de iglesias, a las que atribuía una función de ábacos o juegos (Fot. n.º 7).

Fuente del Alcornoque (Valdehuncar).

Se localiza sobre una roca de granito al aire libre, cerca del Arroyo de Santa María. Aquí, el conjunto inventariado con el número 41, con una disposición de cuatro cazoletas en dos filas paralelas, lo hemos considerado como una representación de mancala.

Prados Merinos (Valdehuncar).

En un entorno semejante al anterior, se halla otro mancala, que figura con el número 61 de los conjuntos de representaciones rupestres de esta localidad. Observa gran parecido con otro descubierto en Vascos, del tipo B1, por la presencia de depósitos laterales para fichas.

6. DAMEROS.

No nos referiremos en este caso al origen de los tableros ajedrezados, que por otra parte poseen una antigüedad reconocida, con citas de autores clásicos alusivas a los mismos y representaciones en cerámicas u otros objetos muebles e inmuebles, sino a su aparición en la Península.

Al respecto existen en la región gallega figuras reticuladas ejecutadas en épocas prehistóricas (COSTAS, F. J. y NOVOA, P., 1993; 216), aunque su identificación parece que camina por derroteros iconológicos ajenos a nuestro estudio. Lo que nos interesa, es el medio centenar de conjuntos de esa misma región que pertenecen a época histórica, que sí parecen familiarizarse con los tableros de juego portátiles, cuyo hallazgo también ha tenido lugar en el Noroeste. Se citan los ejemplos de Coaña, San Chuis, Viladonga y Santa Tecla, yacimientos que junto al Raso (Candeleda, Avila), donde se conoce otro fragmento de tablero (FERNANDEZ, F., 1993; 34), han sufrido

el proceso romanizador. Ello hace pensar a algunos investigadores que es precisamente el pueblo romano su introductor en la Península, una idea que parece respaldada por el hallazgo de un fragmento de tabla ajedrezada en Conímbriga (PONTE, S. DA, 1986; 134), y por descontado los que se acompañan de inscripciones latinas, como sucede con el tablero pontevedrés de Baiona.

Su conocimiento en tiempos de S. Isidoro de Sevilla, es motivo de alusión en una fuente como son las Etimologías, donde se habla de una variante de tableros de juego, aquel en el que se dice "... que los caminos mismos del tablero están divididos en seis casillas, de acuerdo con las edades del hombre, que forman, a su vez, tres hileras en concordancia con los tres momentos de la vida. Por eso dicen que el tablero está dividido en grupos de tres líneas" (S. ISIDORO. Reed., 1983, II; 427).

De una época inmediatamente posterior deben ser las insculturas de la Rueda (Navarredonda de la Rinconada, Salamanca), donde un damero resalta en el centro del sistema decorativo de un panel. Los que lo han estudiado, en función de los componentes, creen que su ejecución tuvo lugar en fechas plenamente históricas, probablemente en el medievo (SEVILLANO, M.^a C., 1991; 61), aunque no se alude al posible carácter lúdico de la representación.

El damero y el karebga llegan a emparentarse en algún momento, cuando las casillas se sustituyen por cazoletas, contribuyendo a dificultar la clasificación de los mismos, a ello se añade la multiplicación de tablas con distinto número de filas, en función de los "calculi" que se utilizan y de las modalidades que surgen en distintas épocas y sitios.

Siglos más tarde harán acto de presencia en edificios eclesiales, lo que nos lleva a apuntar, una vez más, el amplio desarrollo de los juegos y su dificultad para datarlos, cuando se hallan descontextualizados.

Fuera del norte peninsular, los dameros computados no llegan a la docena, ni siquiera reuniendo los de retícula con los de cazoletas. En esta parte a los ya mencionados de Conímbriga y El Raso se pueden unir el que hay grabado en la pared frontal del abrigo de La Tinaja (Ruidera, Albacete) (BALBIN, R. DE, y BUENO, P., 1981; 556) dado por bastante moderno, y los dos extremeños que presentaremos; si a estos les añadimos el Karebga inédito de Valencia de Alcántara, y los Portugueses de Ribeira de Valverde (Évora), Plaza de la República (Alandroal) y Largo da Cruz Nova (Serpa) (CAROLINO, L. M., 1994; 90), resulta aparentemente uno de los juegos menos difundidos.

La Garganta (Montánchez).

En el mismo bloque en el que figura un alquerque de nueve que páginas atrás describíamos, se halla un cuadrado reticulado de cinco por cinco casillas ligeramente desdibujado.

Molino Casa Casco (Trujillo).

Es un damero de cinco por cinco grabado en un bloque irregular utilizado como mampuesto en la construcción.



La Colonia (Cañamero).

En un fragmento de pizarra con incisiones muy finas se representa mediante reticulado una damero. Este ejemplar es el único juego de este tipo que tiene carácter mueble.

7. TABLEROS CIRCULARES.

La principal referencia de estas manifestaciones en España es el trabajo de M. Bendala (1973), que incide principalmente en las numerosas representaciones de este tipo que han sido descubiertas en Itálica (Sevilla); a partir de éste trabajo muy pocos se han acercado, si exceptuamos de nuevo a los investigadores gallegos, que recientemente han encontrado, en la estación de Auga dos Cebros (Oia, Pontevedra), un grupo de seis figuras que a la vista de sus diseños posiblemente se asimilen a la "tabulae lusoriae", al menos un círculo con ocho radios parece más que evidente.

Es uno de los juegos que acusa mayores variaciones, pues el círculo se utiliza como una plantilla, sobre la que se inscriben figuras cuadradas, aspas o círculos, que nos informan de la gran cantidad de variantes del juego.

En nuestra región sólo se conocen dos ejemplares, pero existe la posibilidad de que los círculos que figuran en el repertorio temático de la Peña del Canchón en Vegas de Coria (SEVILLANO, M^a. C., 1991; 72 y 89) y algunos esteliformes de ocho radios presentes en esa superficie, en El Teso de los Cuchillos de Castillo y en la Peña del Cándalo de Garciaz constituyan verdaderos tableros, dada la similitud que guardan con los de época romana y no representaciones de ruedas de carros o símbolos astrales como se les ha supuesto.

Los Bonales (Cambroncino).

En una roca plagada de herraduras y cruciformes, hacia la izquierda, fue grabado mediante la técnica del piqueteado un círculo con seis radios.

Merida.

Su primera mención se debe a F. Fernández (1997; 34), quien detecta uno de estos tableros circulares grabados por piqueteado, en el pavimento de la "orquesta" del teatro romano emeritense. Consiste en un círculo con una cruz incrita cuyos brazos se cortan en el centro, de este surgen otros dos radios que dividen en cuartos una mitad del círculo, mientras en la otra otras dos rectas unen los puntos de inserción de los brazos de la cruz en el círculo.

Vegas de Coria.

Los círculos de Vegas de Coria son muy variados, pues van del que sólo posee una cazoleta bien marcada en el centro, común a todos, a los que ostentan cuatro, seis, ocho, doce y dieciséis radios, encerrados en círculos con 22 cms. de diámetro y menos. Los esteliformes, que así se denominan porque poseen ocho radios y prescinden de un círculo que les encierran, presentan, como hemos dicho, similitudes evidentes con las "tabulae lusoriae".



Teso de los Cuchillos.

Los dos esteliformes de este excepcional palimpsesto, con un repertorio de espadas y una inscripción latina, guardan también esas similitudes, por lo que sin aventurar aún conclusiones, simplemente lo apuntamos como una posibilidad más.

8. EL ORIGEN Y EXPANSIÓN DE LOS GRABADOS DE ALQUERQUE.

Indagando en sus orígenes, nos encontramos con que las raíces lúdicas y simbólicas, son las líneas que mejor definen a los grabados que también denominamos de triple recinto, ambas se entrelazan a lo largo de la historia dibujando un panorama bastante confuso que nosotros hemos tratado de reconstruir siquiera de manera hipotética, partiendo de los contextos disponibles, ya que las fuentes escritas alusivas a los mismos son muy vagas o prácticamente inexistentes.

Para rastrear su génesis, fijamos, en primer lugar, sobre un mapa las coordenadas de todas las figuras que conocíamos hasta el momento, teniendo en cuenta sobre todo el factor espacio-temporal de las mismas. Ello nos delimitó una área de desarrollo que englobaba toda la área de expansión del mundo romano e incluso más allá, a la vez que se perfilaban dos focos como posibles núcleos de surgencia de estas manifestaciones. Una de las líneas apuntaba hacia la Grecia clásica, mientras que la otra señalaba el norte de la península itálica protohistórica, en ambas sin embargo las raíces de interpretación son bien distintas, pues mientras que en la primera la versión lúdica parece ser la más aceptada, en la segunda las figuras se revuelven entre esa misma noción y una mayor carga de contenido simbólico.

Esta controversia se debe, en parte, tanto a la asociación material de los conjuntos, como a la disposición de los mismos sobre los planos rocosos, y es que, en gran número de ocasiones, los tableros se hallan sobre superficies verticales o lo suficientemente inclinadas como para impedir el desarrollo de un juego. Por ello deducimos que independientemente del origen, las figuras no deben interpretarse en sentido unidireccional, sino dentro de un marco interpretativo mucho más amplio.

Como quiera que ocurriese, reflejar la historia de estas manifestaciones es de todas formas imprecisa, aunque nos pueda parecer más sugerente la conexión con el mundo clásico griego, donde sabemos que con fichas, piedrecitas o bolas se jugaba sobre tableros cuadrados llamados posteriormente por los latinos «*tabulae lusoriae*», que toscamente llegaban a reproducirse en los suelos de las plazas y pórticos de los templos.

Allí nace seguramente derivado de un grabado laberíntico cuadrado de complicados meandros cuyas representaciones más antiguas parecen ser una tablilla encontrada en el palacio de Pilos, datado en el primer tercio del siglo XIII a. C, en una teja de la acrópolis ateniense, y en monedas de Cnosos del siglo VIII (SELTMAN, C., 1965, Lám. XXXVII, fig. 7).

Pero su influencia sobre los grabados de triple recinto no se sintió sólo en el aspecto morfológico del mismo, sino que, como se deduce de la obra de Kerenyi (1959; 83), observan una parecida difusión original mediterránea y manifiestan una común asociación a figuras animales, humanas y vegetales; esta relación con jinetes



armados y con una inscripción en el interior de alguno formando la palabra TRVIA, es la que indujo a Knight (1932; 447) a considerarlo como una posible representación del «Ludus Troiae», especie de juego, generalmente de carácter funerario y ritual que era ejercitado por escuadrones de caballería en ocasiones solemnes.

Animales o en todo caso jinetes asociados al triple recinto, serán detalles que de forma intermitente harán su aparición, en contextos itálicos, constituyendo el único punto de convergencia con el foco griego. Un ejemplo lo tenemos en los Alpes Marítimos, concretamente en la localidad de Balziglia (Val Germanasca, Italia), donde O. Coisson (1881; 86) tuvo ocasión de descubrir un triple recinto y cazoletas, alrededor de los cuales giraba un grupo de animales.

No obstante, a pesar de esta posible convergencia, el foco itálico es mucho más numeroso que el griego y en el late una identidad y una antigüedad que resulta a todas luces ineludible.

En Tschötsscher-Heide, cerca de Bressanone 1, parece haberse hallado uno de los triples recintos más antiguos, si, como aseguran los autores del hallazgo, se tiene en cuenta la vecindad del grabado con una estatua menhir, conocida por el nombre de «Stele de Tötschling» (1970; 211).

Como algo posteriores los calificará M. Pasotti (1968;155-158), descubridor de más de cuarenta grabados de «trías» en los alrededores del lago de Garda, al estimar que se trata de símbolos célticos pertenecientes a la tribu de los Tul-Liasi, citada en la tabla Clesiana de época romana; una hipótesis mantenida por C. Sebesta, que cuadra con lo que Burgstaler y Osterreich (1970;143) registraron en Flür-Holl, un confín entre Austria y Alemania, donde, de nuevo, a otro de estos grabados se asociaban figuras humanas, árboles, caballos, signos sexuales y una inscripción dedicada a «Mars Latobius», una divinidad céltica conocida en muchas localidades austriacas.

A otra figura humana se superpone uno de estos grabados en el complejo de Fontainebleau en el Bassin Parisien (GILLES, T., 1982; 135 y 149), pero sin garantía cronológica, debido a que allí se superponen signos de una época sobre otra; pudiendo decirse lo mismo de otros grabados de Guerande en Meniscoul (Loira inferior, Francia) (SOBRINO R.,1952; 144), cercanos a un dólmen arruinado, el de Vila Nova de Paiva (Portugal), ejecutado en la tapa de un dólmen (TAVARES, C., 1978; 176), o de otros grabados aparecidos en sitios tan dispares como Wicklow en Irlanda o Gokstad en Noruega, asociados a un contexto de sepulcros de la Edad del Bronce (COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998; 43).

Este pasado protohistórico se diluye sin encontrar un «leimotiv» con el mundo romano, momento en el que estos grabados afloran con verdadera fuerza expansionándose por toda la órbita del Imperio, para aparecer en los templos tardíos de Egipto, entre las ruinas de las ciudades de Asia Menor, en el pavimento de un acuartelamiento romano en Jerusalén, donde hoy se alza la iglesia conocida como las Hermanas de Sión y prácticamente en todas las ciudades romanas del arco occidental mediterráneo.

R. de la Torre (1985; 7) cree, como enunciamos al principio, que efectivamente en este tiempo es cuando verdaderamente los grabados de triple recinto se convirtieron

en una célebre variante de juegos sobre tablero que llegaron a ser objetos lujosos y apreciados entre las clases altas (VITRUBIO, cap. 6 del lib. 7), pero que el pueblo reemplazaba por toscos grabados en el suelo, que llegaron a conocerse como «Ludus latrumculorum» (de latrunculi – ladronzuelos). Se llamaban así a los peones o fichas que robaban las del contrario, y que parecen haber dado origen al alquerque de nueve y doce fichas que se movían con tiradas de dados.

La difusión de los juegos por el resto del continente europeo quizás deba achacarse en parte a los colonos romanos, pero fueron los soldados los que quizás desempeñaron un papel capital en este aspecto, en favor de ello juega la misma etimología de la palabra alquerque, que, en árabe, según Covarrubias, Sterckx y Champeaux (1732; 132), tiene el significado de castro o campamento.

El sello de un oculista romano con un grabado de triple recinto, hallado en Villefranche Sur Cher (Loire et Cher, Francia) (1985; 96), puede ser sintomático, de un nuevo desdoblamiento simbólico de la figura en este mismo tiempo, de hecho pasará al arte merovingio como motivo ornamental en fíbulas y broches, y lo que resulta más curioso, como signo lapidario en sepulturas de los siglos IX y X. Este último detalle, quizás no deba vincularse a su uso como juego, sino que más bien parece una derivación, también simbólica, de aquellos que aparecen grabados en sepulcros romanos, donde sí lo era, resultando evidente el gusto de este pueblo por las actividades lúdicas en los cementerios, donde, incluso, dados y tableros formaban parte del ajuar que se inhumaba con el cuerpo del difunto. Al respecto tenemos ejemplos cercanos en un sepulcro de la necrópolis de la Cañada de Naval Moral de la Mata, donde una pequeña caja contenía fichas de vidrio de colores, etc.

Para que se produjera este trasvase interpretativo también pudo concurrir la circunstancia de que entonces se pusieran de moda un tipo de cuadrados mágicos consagrados a Saturno, repletos de signos planetarios o numéricos considerados amuletos o talismanes como los que aparecen citados en la obra *Filosofía Oculta*, de Cornelio Agripa (1567; 209).

La Edad Media, lejos de suponer un parentesis en la evolución de los tableros, se configura como un periodo de homogeneización, aunque el valor simbólico claramente delimitado se va imponiendo sobre el uso lúdico, reproduciéndose la mayoría de ellos, en soportes a veces verticales, dentro de espacios con una función religiosa definida; son los laberintos de iglesia que menciona R. Sobrino (1953; 59) y otros autores que intentan exponer las evidencias del signo sobre el plano iniciático, centrado en la configuración geométrica de los cuadrados y el simbolismo del centro.

En este sentido R. Guénon, por ejemplo, acepta la idea de que los triples recintos parten de una inspiración jerárquica templaria que contempla el mundo tripartito emanado del centro, como los grados de un camino iniciático a la sabiduría; muy en la línea de L. Cirlot (1973; 126), que lo identifica con un plano arquitectónico, una imagen coincidente con las visiones del profeta Ezequiel, equivalentes a los tres niveles del mundo, celeste, terrenal e infernal o con la división ternaria del hombre, espíritu, alma y cuerpo.

Otros, como M. C. Sevillano, proponen a este tipo de figuras como modelo de cosmogonía, en el concepto de perfección, estabilidad e incluso incorruptibilidad



(1991; 43), y Dieguez (1974; 16) lo conecta con el espíritu de la redención de Cristo sobre el plano universal, no sin reparar en la explicación que un Pitagórico proporciona a Cebes, un filósofo del siglo V, cuando le interroga acerca de tres cuadrados concéntricos dibujados en el suelo del templo de Saturno, que el primer filósofo interpreta como imágenes de la vida humana, un tema de *Psychomachia* que dirá R. de la Torre (1985; 100), o lucha de las virtudes contra los vicios, tema común en la iconografía medieval basado principalmente en la obra homónima del poeta cristiano Prudencio.

Esta corriente lo que en suma traduce es la existencia de una proyección cartográfica del arquetipo divino, una «*imago mundi*» muy vinculada a las prácticas de sacralización medieval que tienen por objeto manifestar la presencia de una divinidad geocéntrica gobernadora de un mundo limitado, a la que se puede acceder a través de los caminos que atraviesan el cuadro.

Concluyendo con este espacio, hay que apuntar que en el terreno de lo simbólico, los autores inclinados por esta vertiente no advierten hasta que punto los que graban los signos son poseedores de las supuestas interpretaciones, pues en muchos casos pudiera tratarse simplemente de una difusión ornamental subconsciente o el aspecto didáctico del juego, en el que el antagonismo de los contendientes trasciende en un concepto filosófico del enfrentamiento entre el bien y el mal.

Sea como fuere, en un momento determinado, estos signos debieron ser vistos por la iglesia como un residuo idolátrico, pues a partir del siglo XVI se extingue toda actividad gliptográfica de este tipo en recintos religiosos. En un tapiz del Museo del Louvre, confeccionado en 1510 por encargo de Luis XII, titulado la recolección de los frutos, uno de los personajes sostiene una tabla con un «*Marelle*» anunciando de nuevo el sentido laico con el que hoy se le conoce, aunque curiosamente en tableros modernos de este país, evocando quizás el pasado cabalístico, le han incorporado en las esquinas e intersecciones símbolos astrológicos y mitológicos (DE LA TORRE, R., 1985; 5), como Venus, Neptuno, Sagitario, Hércules... girando en torno al sol que se halla en el centro.

9. LOS GRABADOS DE ALQUERQUE EN LA PENINSULA IBERICA.

Hasta hace poco tiempo se había prestado muy poca atención en la Península a los grabados de juegos, que permanecían arrinconados dentro de las publicaciones donde normalmente se concedía más atención a los contextos o a los yacimientos en un sentido amplio. Localizarlos requería por tanto una revisión bibliográfica exhaustiva, con la dificultad añadida de que estos no se hallaban sujetos a un periodo cronológico concreto, y lo mismo que podíamos encontrarlo en una publicación sobre arte rupestre prehistórico, que podían hallarse en otra relativa a la excavación de una necrópolis altomedieval e incluso en artículos de especialización etnográfica.

Reunirlos entraña para un sólo investigador una tarea titánica, no obstante el esfuerzo conjugado, en los últimos años, de un puñado de estudiosos va acercando la posibilidad de verlos inventariados, aunque, para llegar a un conocimiento en extenso, sería necesario la creación de un órgano similar al que funciona en Francia, "Le

Groupe d'Etudes de Recherches et du Sauvetage de l' Art Rupestre" (GERSAR). Esta organización ha documentado más de mil representaciones, sólo de grabados de alquerque, de los cuales 356 se hallan en Francia (FERNANDEZ, F., 1997; 32). En España, la cifra ronda el centenar⁸, pero es de esperar que en un futuro, gracias al interés despertado, independientemente del número de hallazgos que a buen seguro veremos acrecentado, podamos tener una visión más amplia de esta gramática figurativa.

Imitando la dinámica continental, los grabados de tradición lúdica se expansionan por toda la Península en época romana, como prueban los hallazgos de muchos de ellos en el templo de Évora, en Portugal, en las murallas romanas de Barcelona, en las murallas de la alcazaba de Mérida, en los sillares romanos de la muralla de Cáceres y Coria, en los graffitis en terra sigillata de Solana de los Barros, en las piezas latericias de Mulva (Sevilla) y Conímbriga (Coimbra), en el castro romanizado de Xián en Pontevedra (COSTAS, F. J. e HIDALGO, J. M.^a, 1997; 56) y los que García Bellido (1956; 164) encontró durante las excavaciones de Julióbriga en Santander, formando parte de las losas de un pórtico. Todos ellos sellan una etapa, a la que seguramente habría que añadir muchos de los descubiertos en Cáceres, donde aparte de los citados, damos por seguros los de la Colonia de Cañamero, La Villeta en Trujillo, Las Torrecillas de Montánchez, San Gregorio de Cabañas del Castillo y Valle de Santa Ana en San Martín de Trevejo (Lam. 4).

Durante la etapa Hispano-Visigoda, resulta difícil probar la pertenencia de algún grabado extremeño a este contexto, aunque existen testimonios de la pervivencia del símbolo en tierras salmantinas, concretamente en un poblado de este periodo en El Cañal (Velayos, Salamanca) (FABIAN, F. J, ET ALII, 1986; 20, fig. 5, n.º 5), un rico yacimiento en el que la abundancia de pizarra ha propiciado la proliferación de grafitos con signos numerales, representaciones de animales, instrumentos agrícolas y triples recintos.

La cultura islámica mantuvo y acrecentó la tradición del juego del alquerque. Consta su existencia en las murallas de Almazán (Soria), Talamanca del Jarama (Madrid), en el Museo de Arte Islámico de Mértola, de la Alhambra en Granada, en piezas exentas recogidas en la fortaleza de Vascos (Toledo) (COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998; 44) y dentro de Extremadura en El Guijo de Plasenzuela, La Villeta de Azuquen, Pico de San Gregorio y El Rojil de Montánchez, donde se han detectado la presencia de diversos materiales de la época.

La herencia de esta etapa se transmite a la Alta Edad Media y ya en el siglo IX y X cercanos al nartex de una iglesia de la necrópolis de Revenga (Burgos) (DEL CASTILLO, A., 1972; 14), se descubren alquerque junto a otros grabados, con escenas fálicas, cazoletas, cruces y jinetes galopando a caballo con los brazos extendidos en

⁸ Para este trabajo hemos efectuado un recuento de los alquerque de nueve dispersos por la geografía peninsular, totalizando 95 representaciones, de las cuales 51 corresponden a Extremadura.



cruz. En esta área geográfica se localiza un diagrama de triple recinto en la cueva de San García (Santo Domingo de Silos) (GOMEZ, J. A., 1993; 111 y 137), que siembra de dudas la datación prehistórica de muchos de los grabados que le acompañan, aunque el contenido arqueológico del yacimiento sea Protocogotas y Cogotas I.

En la dehesa de Pelazas en Zamora se graban sobre laudas sepulcrales en un contexto del s. IX al XII (MARTIN, A. M.^a, 1994).

En los siglos siguientes, el ciclo gliptográfico de estos motivos se abre en las iglesias, pudiendo resultar un ejemplo ilustrativo la capilla de San Miguel en Monsanto (Portugal) (HERRIQUES, F. ET ALII, 1982; 708), los ejemplos gallegos de la iglesia de Gomariz y la catedral de Orense, en la catedral de Tui, la de San Miguel en la villa de Fuentidueñas (Segovia) (1985, pág. 3), donde el alquerque convive con otras variantes de representaciones lúdicas que en la mayoría de los casos parecen sobrevivir a este, pues sólo en el siglo XV, según las fuentes que hasta ahora nos han llegado, en la iglesia de la Encarnación de Valencia de Alcántara y en un manuscrito de la crónica de Poma de Ayala, lo volveremos a encontrar representado.

Queda un grupo importante de descontextualizados, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Lisboa, Torres Vedras, Viseu, Monte Veloso, Oliveira de Frades⁹, Fragosa, La Garganta, etc., cuyo uso y pervivencia pudo estar en relación con alguno de los periodos examinados e incluso en épocas posteriores.

BIBLIOGRAFIA

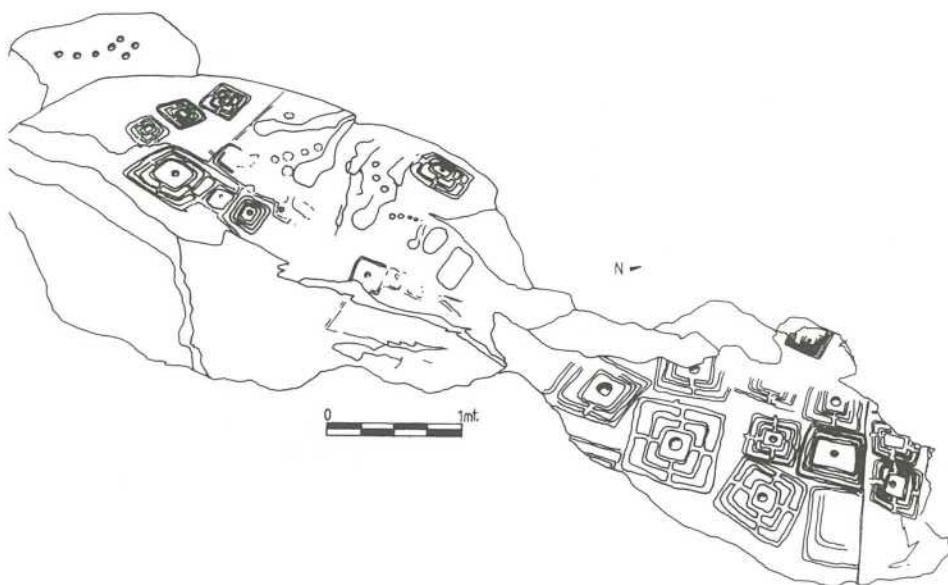
- BELTRAN LLORIS, M., 1975-76: "Aportaciones a la epigrafía y arqueología romana de Cáceres", *Caesaravgvsta*, 39-40, Zaragoza; pp. 106-108.
- BENDALA, M., 1973: "Tableros de juego en Itálica", *Habis*, 4. Sevilla; pp. 266-269.
- BURGSTALLER, E. y OSTERREICH, L., 1970: "Felsbilder in den alpenländern Österreichs, Actes du Symposium International d'Art Préhistorique", *Valcamonica Symposium*, Italia; pp. 143-149.
- CAROLINO, L. M., 1994: "A gravação das Carreriras, Portalegre. Tradições lúdicas no Alto Alentejo", *Ibn Maruán*, n.º 4. Marvão; pp. 83-94.
- CIRLOT, L., 1973: *Historia del mundo insólito, Magias, Ritos, símbolos – Introducción a la simbología*, Vol. III. Madrid.

⁹ Agradecemos a nuestro colega J. Caninas la comunicación de los hallazgos de juegos en sus diferentes versiones, en Portugal.

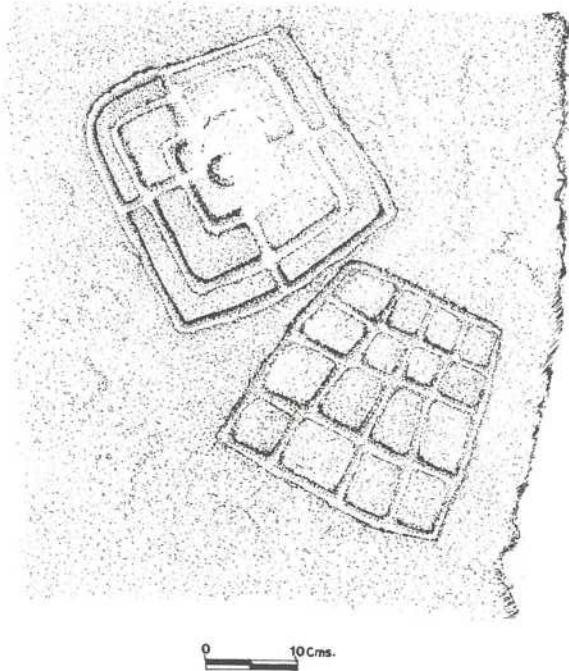
- COISSON, O., 1981: "Incisioni rupestri del versante italiano delle Alpi Maritime e Cozie", *Ampurias*, 43, Barcelona, 1981; pp. 86-87.
- COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998: "Alquerque, mancala y dados. Juegos musulmanes de la ciudad de Vascos", *Revista de Arqueología*, n.º 201. Madrid; pp. 38-47.
- COSIN, Y. y GARCIA, C., 1998: "Testimonio arqueológico de la tradición lúdica en el mundo islámico: juegos en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmoralejo, Toledo)", *II Congreso de Arqueología Peninsular*, IV. Zamora-Alcalá de Henares; pp. 589-600.
- COSTAS, F. J. e HIDALGO, J. M., 1997: *Juegos de Tablero en Galicia. Aproximación a los juegos sobre tableros de piedra desde la antigüedad clásica al Medioevo*. Vigo.
- COSTAS, F. J. e HIDALGO, J. M., 1997: "Tableros de juego en los petroglifos gallegos: de la antigüedad clásica al medioevo", *Reflexiones sobre el Arte Rupestre prehistórico de Galicia. Serie de Arqueología Divulgativa de la Asociación Arqueológica Viguesa*, nº 4. Vigo. pp. 99-127.
- COSTAS, F. J. y NOVOA, P., 1993: *Los grabados rupestres de Galicia*. Monografías del Museu Arqueoloxico e Histórico de La Coruña, 6. La Coruña.
- DE BABIN BEHRMANN, R. y BUENO RAMIREZ, P., 1981: "Avance sobre el yacimiento de arte esquemático de La Tinaja, Ruidera, Albacete", *Altamira Simposium*, Madrid; pp. 551-565.
- DEL CASTILLO, A., 1972: "Excavaciones Altomedievales en las provincias de Soria, Logroño y Burgos", *Excavaciones Arqueológicas de España*, 74. Madrid; pp. 14-16.
- DE LA TORRE MARTÍN ROMO, R., 1985: "Tradición de algunos juegos de fichas en los signos lapidarios (I)", *Revista Folklore*, 49. Valladolid; pp. 3-9.
- DE LA TORRE MARTÍN ROMO, R., 1985: "Juego de fichas en los signos lapidarios, nuevas interpretaciones (II)", *Revista Folklore*, 57. Valladolid; pp. 96-103.
- DIEGUEZ LUENGO, E., 1974: "Algunas interpretaciones de los grabados del tipo triple recinto, Alcántara", 1.ª serie, n.º 175. Cáceres; pp. 14-19.
- FABIAN, J. F., SANTONJA, M.; FERNANDEZ, A. y BENET N., 1986: "Los poblados Hispano-visigodos de Cañal, (Pelayos, Salamanca). Consideraciones sobre el poblamiento entre los s. V-VII en el S.E. de la provincia de Salamanca", *Estudios Arqueológicos*, n.º I. Salamanca; pp. 18-20.
- FERNANDEZ GOMEZ, F., 1997: "Alquerque de nueve y tres en raya. Juegos romanos documentados en Mulva (Sevilla)", *Revista de Arqueología*, n.º 193. Madrid; pp. 26-35.
- GARCIA Y BELLIDO, A., 1956: "Excavaciones en Ivlíobriga y exploraciones en Cantabria II. Relación de las campañas 1953-1956", *Archivo Español de Arqueología*, n.º XXIX. Madrid; pp. 154-169.
- GERMAIN, R., 1993: "Jeux et divertissements dans le centre de la France à le fin de Moyen Age", *Actes de la société du 116 Congrès National de Savantes*. París; pp. 45-61.
- GILLES, T., 1982: *Petroglyphes du Bassin Parisien*. París. En XVI supplément à Gallia Préhistorique.
- GOMEZ BARRERA, J. A., 1993: *Arte rupestre prehistórico en la Meseta Castellano-Leonesa*. Valladolid.



- HERNIQUES, F., CANINAS, C. Y HENRIQUES., A., 1982: "Levantamento de algumas gravações antigas sobre rocha do sul da Beira Interior", *Beira Alta*, vol. XLI, fasc. 3, Viseu; pp. 703-715.
- KERENYI, K., 1950: *Labirinth Studen*. Leiden.
- KNIGHT, W., 1932: "Maze symbolism and the troian game", *Antiquity*, Vol. 6, n.º 24. Londres.
- MARTINEZ PERELLO, M.ª I. y OLIVER FOIX, A., 1994: "El abrigo pintado de Pou de Nosca (Albocácer, Castellón)", *Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*, 16. Castellón de la Plana; pp. 39-52.
- NAHARRO Y RIERA, A., 1975: "Juegos prehistóricos o acaso mágicos recintos", *V Coloquios. Históricos de Extremadura*, Trujillo (Cáceres); p.16.
- PASSOTTI, M., 1970: "Nuove incisioni rupestri del lago de Garda", *Valcamonica Symposium*, Capo di Ponte; pp. 155-158.
- PONTE, S. da 1986: "Jogos romanos de Conímbriga", *Conimbriga*, 25. Coimbra; pp. 131-141.
- RODRIGUEZ, F. G. y JEREZ, J. M.ª, 1995: "Notas para la clasificación de los grafitos, sobre cerámica romana, procedentes de la cuenca media del Guadiana", *Bol. Asoc. Amig. de la Arqueología 1994. Homenaje a H. Schubart*. Madrid; pp. 269-280.
- ROSO DE LUNA, M., 1904: "La escritura ógmica en Extremadura", *Bol. de la Real Academia de la Historia*, XLIV y XLV, Madrid; pp. 357-359.
- SAN ISIDORO DE SEVILLA, 1983: "Redd de J. Oroz y M. A. Marcos". *Etimologías*, II Vols. Madrid.
- SELTMAN, C. H., 1965: *Greek Coins. A history of metallia currency and cornage down to the fall of the Hellenistic kingdom*. London.
- SEVILLANO SAN JOSE, M.ª C., 1991: *Grabados rupestres en la comarca de Las Hurdes*. Salamanca, Universidad de Salamanca.
- SOBRINO LORENZO RUZA, R., 1952: "Origen de los petroglifos gallego-atlánticos", *Zephyrus*, n.º 3. Salamanca, 1952; pp. 144-145.
- SOBRINO LORENZO, RUZA, R., 1953-55: "Los motivos de laberinto y su influencia en los petroglifos gallego-atlánticos", *Rev. de Guimarães*; vol. LXII. Guimarães; pp. 56-79.
- SEGNALATIONI D'ARCHIVIO, 1970: "Incisioni rupestri a Tschötscher-Heide, presso Bressanome", *Bolletino del Centro Comuno di studi Preistorici*, Vol V. Italia; pp. 212-213.
- TAVARES DA SILVA, C., 1978: "Gravuras rupestres inéditas da Beira Alta", *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol I, Lisboa; pp. 167-177.

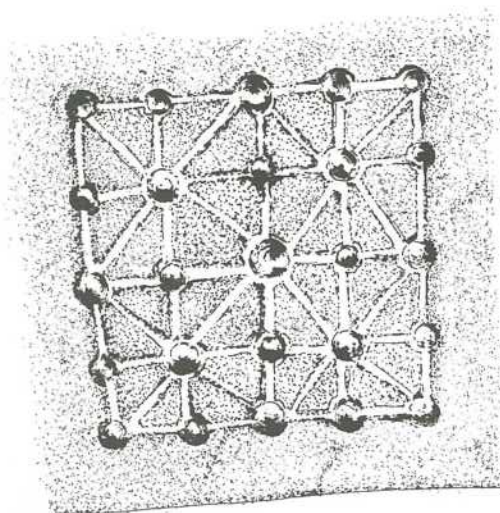


Lam. 1 - Grabados de alquerque de nueve en La Villeta (Trujillo, Cáceres).



Lam. 2 - Grabado de alquerque de nueve y damero en la Garganta de los Molinos (Montánchez, Cáceres).





Lam. 3- Grabado de alquerque de doce en la ermita de la Virgen de Sopetrán (Almoharín, Cáceres).

0 10 Cms.



LA VILLETA, TRUJILLO-21	EL GULJO, PLASENZUELA-1	TORRECILLAS MONTANCHEZ-1	EL ROJIL, MONTANCHEZ-7	LA GARGANTA, MONTANCHEZ-1
EL ADARVE, CACERES-1	ESPADEROS, CACERES-2	IGL.ENCARNAC. V.ALCANTARA-1	CASA CASCO, TRUJILLO-1	PLAZA-TOROS, TRUJILLO-1
FRAGOSA-1	SANTA ANA, S.M.TREVEJO-1	LA COLONIA, CAÑAMERO-3	SAN GREGORIO, SANTA CRUZ-1	CORIA-1
SAN GREGORIO CABAÑAS DEL CASTILLO -1	EL CASTILLO, SOLANA-2	VIRGEN DEL SALOR TORREQUEMADA -2	CONVENTUAL, MERIDA-1	LA ALCAZABA BADAJOZ



Nª.SRA. DE SOPETRAN, ALMOHARIN-1	Nª.SRA. DE LA CONSOLACION ARROYOM. DE MONTANCHEZ-1	VIRGEN DEL SALOR TORREQUEMADA -2
--	---	--



CERRO DE LA CHOZA, VALDEHUNCAR-1
--



TEATRO ROMANO, MERIDA-1	PICO DE SAN GREGORIO, SANTA CRUZ-2	FUENTE DEL ALCORNOCQUE, VALDEHUNCAR-1	PRADOS MERINOS, VALDEHUNCAR-1
-------------------------------	--	---	----------------------------------



LA GARGANTA, MONTANCHEZ-1	CASA CASCO, TRUJILLO-1	LA COLONIA, CAÑAMERO-1
------------------------------	---------------------------	---------------------------



TEATRO ROMANO, MERIDA-1	PEÑA DEL CANCHON, VEG. DE CORIA	LOS BONALES, CAMBRONCINO-1	EL CANDALO, GARCIAZ	VIRGEN DEL SALOR TORREQUEMADA -1
-------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	------------------------	--



IGL.ENCARNAC. V.ALCANTARA-1

Lam. 4 - Cuadro-resumen de los distintos yacimientos extremeños con grabados de tradición lúdica.





Foto 1 – Detalle del grabado
de alquerques de
la Villeta (Trujillo, Cáceres).



Foto 2 – Alquerque de El Guijo (Plasenzuela, Cáceres).





Foto 3 – Alquiler y damero de la Garganta de los Molinos (Montánchez, Cáceres).



Foto 4 – Alquileres y tres en raya de la ermita de la Virgen del Salor (Torrequemada, Cáceres).



Foto 5 – Alquiler de Fragosa (Cáceres).



Foto 6 – Alquiler de doce de la ermita de la Virgen de Sopetrán (Almoharín, Cáceres).



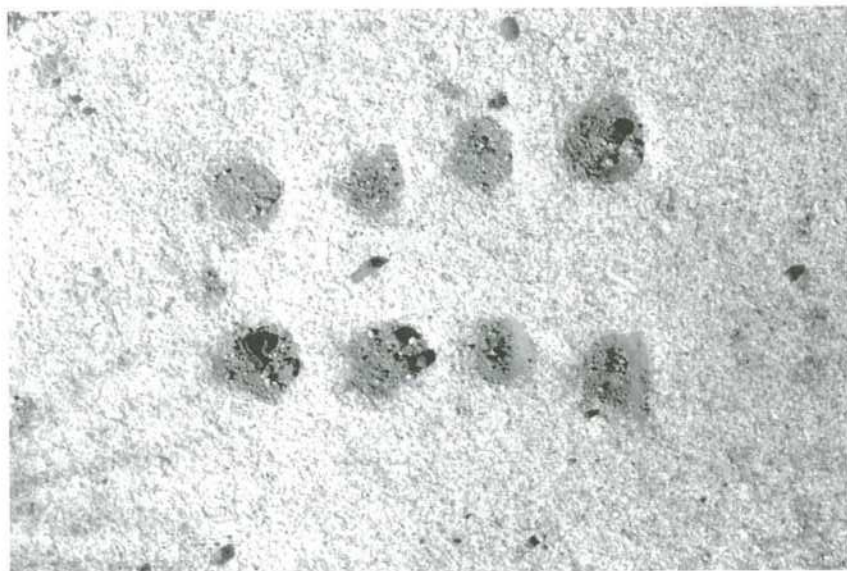


Foto 7 – Mancala del Pico de San Gregorio (Santa Cruz de la Sierra, Cáceres).

Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)

Há já alguns anos que a existência de cruzes gravadas em ombreiras de portas, em núcleos urbanos antigos, começou a despertar a atenção de uma das signatárias deste trabalho (C.B.).

Porém, do conjunto por nós estudado de marcas de simbologia religiosa gravadas em ombreiras de porta, onde assumem especial importância, pela sua frequência, as cruzes, fazem ainda parte outras marcas, a saber, as gravações longitudinais, as marcas na *mezuzah* ou ombreira de porta e, também, os anagramas de significado religioso (BALESTEROS, 1997: 166).

Se, no que diz respeito às marcas na *mezuzah*, não temos dúvidas em incluí-las no conjunto daquilo que entendemos como herança material, no contexto do património judaico, já no que diz respeito às gravações longitudinais, pela impossibilidade da sua explicação lógica, pensamos poderem relevar de um possível significado religioso que, por ora, nos escapa. Deste modo, não avançamos explicações mais detalhadas para a sua existência, continuando, contudo, a registar o fenómeno sempre que o identificarmos.

Em nosso entender, a existência de uma cruz gravada numa ombreira de porta, fachada de edifício, lintel ou soleira de porta, ainda que, nestes dois últimos casos, geralmente, não *in situ*, resulta do acto consciente de pretender transmitir a esse espaço, de utilização privada ou pública, a protecção divina do deus cristão, morto na cruz. A mesma cruz que, com a difusão do cristianismo, veio a ganhar foros de representação da religião cristã e dos seus crentes.

Contudo, o símbolo da cruz de Cristo teve e continua a ter outros significados e usos que, respeitando pouco a ortodoxia católica, a aproximam do mundo das crendices

¹ Assistente do Dep. de História da Universidade de Évora. Membro do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora.

² Aluna do 4.º ano da Licenciatura em História – Variante Património Cultural, da Universidade de Évora.



populares e do das práticas mágicas. Assim, pensamos que as cruzes que estudamos tanto podem resultar de uma expressão religiosa, certamente católica, como de simples ritual mágico para recolha de protecção contra algo ameaçador. É possível que seja esta a explicação para as cruzes identificadas em Vilar de Perdizes, Montalegre (LLINARES GARCÍA, 1991: 81), mas também é possível considerar outras explicações, sobretudo, se levarmos em linha de conta o carácter raiano da zona, relacionando a sua existência com possíveis locais de fixação de judeus e judeus escondidos, sobretudo, após 1492 e ao longo dos quase trezentos anos de existência da Inquisição em Portugal.

No decurso da nossa investigação, pudemos constatar que a prática da gravação de cruzes não é um fenómeno exclusivo de espaços urbanos, verificando-se ainda em espaço rural, em estruturas como casas de monte, moinhos, monólitos junto a caminhos, ou mesmo em monumentos megalíticos (BALESTEROS, 2000: no prelo). É, contudo, em espaço urbano que o fenómeno é mais apreciável pela sua elaboração estética e número de exemplares, o que se compreende pela concentração populacional existente, terreno fértil para a difusão, tão-só de simples “modas” de carácter religioso, como para a manutenção ou recriação de diferentes actos rituais de carácter mais mágico que religioso.

Na maior parte dos sítios sobre os quais incidiu o nosso trabalho de prospecção, o qual se estendeu já a cerca de cinquenta povoações portuguesas e espanholas, sobretudo, junto à fronteira, verificámos que a dispersão das cruzes gravadas em ombreiras de portas se faz, com especial incidência, nos núcleos mais antigos, de tradição medieval, estendendo-se, ainda nessas localidades, a imóveis que, claramente, apresentam traças arquitectónicas datáveis dos sécs. XVI, XVII e XVIII.

No caso de algumas povoações, verificámos ainda existir uma certa coincidência entre a área de distribuição e maior concentração das cruzes gravadas em ombreiras de portas, soleiras, lintéis ou fachadas de edifícios, com as zonas das antigas judiarias medievais (BALESTEROS, 2000: no prelo).

Perante esta constatação, que não faz, necessariamente, das cruzes gravadas em ombreiras, soleiras de portas, ou fachadas de edifícios, característica específica das judiarias medievais, pensamos que a melhor explicação para o facto de as encontrarmos em relação com e no contexto dos bairros judaicos medievais reside no facto de ter existido a vontade ou a necessidade de cristianizar espaços urbanos que, após os éditos de expulsão peninsulares dos judeus, foram habitados por gentes que, oficialmente, foram cristãos, ainda que de recente data e pouca firmeza de coração.

É possível, assim, considerar que a identificação de uma cruz gravada na casa de um bairro judaico seja um indicador de que aquele imóvel terá sido habitado por um antigo judeu que, ante a obrigatoriedade da conversão, exprimiu, através da assumpção de um símbolo, a adesão evidente, eventualmente apenas aparente, à religião maioritária e única permitida.

É também possível considerar outra explicação para o fenómeno, podendo esta ser que o morador da casa, algures nos séculos XVI, XVII ou XVIII, cristão convicto, tenha procurado daquela forma demonstrar, publicamente, a adesão a uma Fé, evitando-se assim qualquer dúvida, em tempos de perseguição aos seguidores da Lei Velha. Sobretudo, quando se habitava uma casa de um bairro que fora judiaria.

Contudo, será sempre difícil saber as verdadeiras intenções que moveram aqueles que, através da maçeta e do cinzel, quiseram registar no granito, no xisto, ou no mármore, estes dois últimos materiais bem mais raros, um símbolo que identifica os seguidores de uma religião determinada.

No estudo deste fenómeno devemos ainda considerar que, como já referimos, a gravação de cruzes em ombreiras, soleiras de portas ou fachadas de edifícios não é identificável, exclusivamente, no espaço das antigas judiarias, ultrapassando claramente a área dos antigos bairros da minoria judaica. É o caso da Guarda (BALESTEROS, 2000: no prelo) de Trancoso (BALESTEROS, SANTOS, 1998: no prelo), da Covilhã, de Valência de Alcântara, ou de Plasência e de Trujillo na *Extremadura* espanhola. Se considerarmos que, neste caso, imóveis fora das judiarias medievais, os edifícios apresentam traças arquitectónicas que os remetem, maioritariamente, para os sécs. XVI, XVII ou XVIII, poderemos pensar estarmos perante a simples divulgação de uma “moda” de carácter religioso, de um ritual mágico de recolha de protecção divina, ou, então, estarmos ainda perante o resultado de um ambiente mais ou menos generalizado de perseguições ou de suspeição inquisitorial, que possa ter levado à necessidade de tentar afastar, dessa forma, qualquer dúvida no que diz respeito ao seguimento da Lei de Cristo.

Julgamos que todas estas interpretações podem ser possíveis, desde que a explicação para a existência de uma cruz gravada numa ombreira de porta ou fachada de edifício não seja feita de forma simplista, procurando recolher-se do espaço envolvente, do próprio edifício, de alguma tradição oral e mesmo da documentação escrita, eventualmente, existente, todos os dados para a construção da malha explicativa do fenómeno. Depois de juntas todas estas as informações, é possível que venhamos a estar mais próximos das verdadeiras razões que moveram os gravadores ou os “encomendadores da gravação” de cruzes.

Antes de terminar o enquadramento da problemática que envolve o nosso estudo, consideramos ainda importante dizer que, até ao momento, não encontramos qualquer informação, na documentação escrita, que acrescente mais pistas às nossas tentativas de compreensão do fenómeno.

Apresentada que está parte da problemática que envolve o estudo que nos preocupa, diremos ainda que não terminam por aqui as questões que nos assaltam.

Despertadas para o estudo das marcas de simbologia religiosa, sobretudo, depois de, aparentemente, errante, mas, atento deambular pelas ruas de Alpalhão, não pudemos evitar o crescimento das nossas interrogações, para algumas das quais ainda hoje não temos resposta definitiva, quando nos decidimos por, igualmente, descomprometido, mas atento deambular pelo *Barrio Gótico* de Valência de Alcântara.

Tendo tomado consciência da extensão urbana que o fenómeno apresentava na vila de Alpalhão, confessamos que começámos, apesar de tudo, por considerá-lo como uma manifestação de carácter local, ainda que tivéssemos registado desde logo uma sua distribuição num núcleo urbano de características mais ou menos semelhantes, do ponto de vista do seu discurso construtivo e, também, da sua origem cronológica. Rapidamente, nos fomos apercebendo que a distribuição das cruzes em ombreiras de



portas na vila coincidia com o núcleo urbano de tradição mais antiga e, certamente, de origem medieval. Os nomes que ainda hoje guardam as ruas deixam poucos lugares para a dúvida, recordando mesmo o antigo Castelo, que a pena de Duarte De Armas, nos inícios do séc. XVI, ainda registava (Castelo Branco, 1990: s/p.). Topónimos como Rua do Castelo, Rua Direita, Rua de St.^a Maria ou mesmo Rua dos Pelâmes, falam-nos de tempos idos, de gentes que eram outras, mas de um espaço que continua a ser muito semelhante e ainda carrega mensagens desses tempos já distantes.

Como já tivemos oportunidade de afirmar em trabalho anterior, não só nos preocupa, do ponto de vista científico, o entendimento deste fenómeno, como também nos preocupa a sua preservação, enquanto expressão patrimonial de um determinado período ou acontecimento histórico. Na verdade, verificámos já que, em algumas localidades, os dados recolhidos na prospecção inicial diferem dos obtidos no levantamento de pormenor. Já foi possível percebermos que, algumas vezes, a falta é do prospector por nem sempre conseguir observar a olho nu gravações que, só com o olho treinado ou com utilização de luz rasante, se identificam mais claramente. Tivemos já também oportunidade para verificar que, nalguns casos, como o de Alpalhão, Nisa ou mesmo Trancoso, o desaparecimento de uma marca se ficou a dever a desconhecimento ou desleixo do proprietário ou da Autarquia, por se ter procedido ao picar das ombreiras, ao seu reboco com cimento e posterior pintura, ou então ao derrube da casa. Porém, não deixa de ser interessante, do ponto de vista da apropriação e usufruto do património, o facto de já termos verificado, como em Alpalhão, que alguns habitantes optaram, muito recentemente, por “cristianizar” também as ombreiras das suas portas, desta vez, com recurso a instrumentos que facilitam bastante o trabalho humano, como a rebarbadora eléctrica. Sendo este um fenómeno interessante, cujo estudo caberia melhor no âmbito de uma possível investigação sobre antropologia do fenómeno turístico, não deixa de ser verdade que introduz alguma perturbação na nossa análise, sobretudo, quando um dos nossos objectivos é procurar contextualizar cronologicamente a emergência destas marcas.

Verificamos ainda que, sendo este um fenómeno pouco estudado e mal conhecido, é também, em consequência, pouco divulgado e valorizado. Casos existem, como em Trancoso ou na Guarda, em que os moradores nos dizem, apesar da evidência de uma grande cruz na sua ombreira de porta ou fachada de casa, que sempre se recordam de a ter visto no local, ainda que nunca lhe tenham prestado especial atenção. Na maior parte dos casos, verificámos que, só depois do trabalho atento da equipa de prospecção e levantamento, gerador de muitas e legítimas interrogações por parte dos moradores, é provável que uma parte da população tenha vindo a olhar este aspecto, de um património que é seu, com “olhos de ver”. Neste contexto, diremos ainda que nunca esqueceremos a compreensível reacção de um trancosense, há já alguns anos, que, no cair de uma noite anunciadora da chegada de um Inverno ventoso, passava por nós e comentava com um companheiro imaginário: “Vejam bém! A gastar dinheiro a fazer fotografias a uma porta velha!”. Enfim!... o que para uns é velho, para outros é antigo!

Depois de termos constatado que a gravação de cruzeiros em ombreiras de portas não era um exclusivo da vila de Alpalhão e que apresentava características significativas

também em Valência de Alcântara, começámos a considerar que não estávamos perante o resultado de uma simples coincidência. Em Valência de Alcântara, porém, já outros olhos da terra, antes dos nossos, se haviam demorado na observação das portas do chamado *Barrio Gótico*, registando e inventariando o surpreendente discurso plástico dos revestimentos exteriores das portas do bairro de origem medieval (BEJARANO, 1993: 1-50). Naturalmente, não fugiram a este olhar atento as cruzes gravadas nas ombreiras graníticas, a respeito das quais veio a partilhar connosco conhecimentos e também interrogações muito semelhantes. Durante a visita a Valência de Alcântara, guiados por Francisco Bejarano, tivémos oportunidade de registar a existência de uma relação geográfica entre a área de distribuição das cruzes, o bairro judaico medieval e, sobretudo, a incidência daquelas na zona onde se implantava um edifício que os naturais identificavam como a antiga sinagoga medieval e, mesmo, como a “Iglesia de los judíos”.

Em Valência de Alcântara, confluíram, assim, três das vertentes que mais são queridas ao nosso projecto de investigação: um bairro judaico medieval, uma sinagoga que tivemos oportunidade de estudar (BALESTEROS; OLIVEIRA, 1994: 115-139), escavar e, finalmente, acompanhar do ponto de vista da sua recuperação e, ainda, um conjunto significativo de magníficas portas em cantaria granítica com cruzes gravadas nas ombreiras das suas portas!

Depois dos primeiros trabalhos de prospecção, realizados em Valência de Alcântara, Alpalhão e Nisa (BALESTEROS, 1996: 216-225) rapidamente, ganhámos o hábito de observar, com uma demora provocadora da estranheza de moradores, as portas das casas mais antigas, na descoberta das marcas gravadas, sobretudo, nas suas ombreiras, enquanto percorríamos vilas e cidades raianas, de um e outro lado da fronteira, em busca de vestígios materiais do património judaico. Foi a partir de então que começámos a estudar o fenómeno de forma mais sistemática, o que nos conduziu já ao levantamento gráfico exaustivo, inventário e tipologia das marcas identificadas em Trancoso, Estremoz e na Guarda.

Iniciámos a nossa *Viagem* em Alpalhão e Valência de Alcântara e é aqui que pretendemos agora voltar, depois de tantas cruzes se terem cruzado com os nossos olhos e com o nosso pensamento.

Na vila de Alpalhão, as cruzes registam-se em 11 das artérias, a saber; o Largo do Terreiro com uma porta, a Rua do Arrabalde com uma porta, a Rua do Borralho com 2 portas, a Rua do Castelo com 3 portas, a Rua Direita com 5 portas, a Rua do Monte Sete com 1 porta, a Rua Nova, agora, apenas com uma porta³, a Rua dos Pelâmes com

³ Como já afirmámos, casos existem em que, por desconhecimento do proprietário ou algum desleixo por parte das Autarquias, este género de património, pelas suas características específicas, pode ser rápida e facilmente destruído ou danificado. A cruz que se deveria identificar na ombreira esquerda interna da casa da Rua Nova, n.º 16, não é hoje observável, por terem sido rebocadas e pintadas as ombreiras da porta. Esta marca já tinha sido por nós identificada em planta nas *Actas do 2.º Encontro de História Local e Regional de Portalegre*, bem como no desdobrável turístico editado pela Região de Turismo de S. Mamede, intitulado *Marcas de Simbologia Religiosa – Alpalhão*, sob a nossa responsabilidade científica e técnica, por ocasião da passagem dos 500 Anos sobre o Édito de Expulsão dos Judeus de Portugal.



2 portas, a Rua de St.º António com 1 porta, a Rua de St.ª Maria com 3 portas e a Rua de S. Pedro também com 3 portas. Observando o excerto da planta aerofotogramétrica, onde incluímos a localização dos imóveis em que se identificam cruzes, verifica-se que estas se distribuem na zona mais antiga da povoação, o que se confirma quando atendemos a topónimos como os de Rua Direita, do Castelo, St.ª Maria, Pelâmes e mesmo Rua do Arrabalde e Rua Nova.

No conjunto das 11 ruas que apresentam portas com cruzes gravadas nas ombreiras, regista-se, à cabeça, a Rua Direita, onde 5 portas apresentam gravações, seguindo-se as Ruas do Castelo, de St.ª Maria e a de S. Pedro, onde três portas de cada uma das ruas apresentam cruzes gravadas⁴. Apresentando 2 portas com gravação de cruzes, registamos a Rua do Borralho e a Rua dos Pelâmes⁵. Finalmente, com uma porta com cruzes gravadas, refira-se o Lg. do Terreiro, a Rua do Arrabalde, a do Monte Sete, a Rua Nova e a Rua de St.º António. Apesar da porta n.º 5 da Rua de St.º António ser a única desta rua onde se verifica a gravação de cruzes, é, contudo, nesta mesma porta que se verifica a maior concentração de gravações que alguma vez já identificámos, registando-se nas duas ombreiras o impressionante quantitativo de 11 cruzes. Há 4 anos a esta data, a Rua Nova estaria incluída no conjunto das ruas com 2 portas com registo de cruzes, mas, actualmente, apenas a porta n.º 12 desta rua apresenta 3 cruzes, porque aquela que se identificava na ombreira esquerda interna da porta n.º 16 encontra-se hoje escondida por obras recentes.

Se em Alpalhão verificamos o desaparecimento de cruzes, registadas em prospecções anteriores, o que mostra o frágil carácter deste património, verificamos, paralelamente, o interessante fenómeno do “nascimento” de novos exemplares, agora, certamente, por motivos que em nada se prendem com necessidade de afirmação ou ocultação religiosa. É o caso das cruzes que se observam no n.º 30 da Rua Direita, as quais são de evidente produção recente.

Na vila, o quantitativo total de cruzes registadas com este trabalho é de 50, verificando-se que 86% dos exemplares – 43 cruzes – se identificam em ombreiras de portas. Os restantes 7 exemplares, que representam 14% do total, identificam-se em lintéis de portas, casos da Rua dos Pelâmes n.º 25 ou da Rua de S. Pedro n.º 20 ou ainda, na estrutura de uma chaminé, na Rua do Castelo n.º 55, caso único em que registámos o fenómeno no interior de um imóvel que, por ter sido adquirido pela Autarquia, tornou mais fácil o estudo do seu espaço interno. Sabemos contudo, que, outros imóveis existem onde é possível identificar cruzes gravadas em ombreiras de portas interiores. Naturalmente, o estudo destas marcas será também interessante mas a necessidade de penetrar em espaços privados cria algumas dificuldades que nos levam, por ora, a dirigir a nossa atenção, sobretudo, para os espaços públicos.

⁴ É no n.º 20 da Rua de S. Pedro que podemos identificar, no lintel da porta, o único exemplar de Alpalhão de uma cruz em relação com anagrama de significado religioso: IHS+AM.

⁵ Parece-nos bastante provável que o lintel de uma das portas da Rua dos Pelâmes, onde se registam várias cruzes, não esteja *in situ*, dada a orientação actual das cruzes. Não deixa de ser interessante que o reaproveitamento tenha respeitado a visibilidade da face gravada do bloco granítico.

No que diz respeito ao conjunto das 43 cruzes gravadas em ombreiras de portas, verificamos que, em 53% dos casos, houve uma preferência pelas ombreiras direitas das portas manifestando-se, portanto, uma opção pelo lado funcional do corpo humano. Contudo, em 47% dos casos, a ombreira esquerda das portas foi também utilizada como local de gravação.

Já no que diz respeito à opção pela gravação na face interna ou na face externa das ombreiras, verificamos que a preferência foi para as faces internas, em 69% dos registos, podendo assim pensar-se que, nestes casos, a gravação da cruz prossegue objectivos mais familiares e intimistas que naqueles onde se optou pela sua gravação nas faces externas das ombreiras, ou seja, em 26% dos casos.

Das 50 cruzes registadas em Alpalhão, 26 são cruzes simples, ou seja, sem qualquer decoração e compostas apenas por dois eixos ortogonais, em que o horizontal cruza o vertical a 2/3 de altura a partir da base.

No conjunto das 24 cruzes que apresentam decoração, verificamos que esta se pode identificar nas bases, nos braços ou nos topos. Ainda assim, a nosso ver, o elemento que melhor distingue uma cruz de outra, no que ao seu tipo diz respeito, é a decoração da sua base. Esta pode variar, fundamentalmente, num conjunto de 5 formas, a saber: triangular, semicircular, circular, rectangular e recta. Em Alpalhão, verificamos que 50% das cruzes decoradas apresentam base triangular, como a que se identifica no n.º 16 do Largo do Terreiro, ainda que as cruzes decoradas de base circular também tenham alguma expressão, registando-se em 21% dos casos no conjunto das cruzes decoradas.

No que diz respeito à análise dos braços, verificamos que a variante mais significativa consiste no número destes, ou seja, se a cruz apresenta um braço único ou vários braços que podem ou não apresentar decoração. Em Alpalhão, como se pode verificar na grelha de Inventário e Tipologia que apresentamos, a maior frequência de casos acontece no grupo das cruzes de braço único, com decoração, com 67% dos casos.

Na análise dos topos, optámos por separar apenas os topos simples dos decorados por nos parecer não existirem outras variantes passíveis de integrar uma tipologia. No caso dos topos das cruzes, o maior número de registos vai também para os decorados, com 54% dos casos, no conjunto das cruzes decoradas.

Assim, em Alpalhão, o conjunto das 50 marcas de cristianização estudadas concentra-se no núcleo mais antigo da vila, distribui-se por 11 ruas e largos e identifica-se, maioritariamente, em ombreiras de porta. A face interna das ombreiras direitas das portas foi o local preferido para a sua gravação, sendo que 52% delas são cruzes simples. Em 48% dos casos houve uma opção por um trabalho mais cuidado da cruz, salientando-se, no que à sua decoração diz respeito, o conjunto de cruzes decoradas de base triangular.

As cruzes gravadas em ombreiras de portas são um fenómeno de muito difícil datação e registam-se em muitos casos, como nesta vila, em imóveis de arquitectura popular e tradicional, a respeito dos quais é difícil reconhecer com clareza uma data de construção. Contudo, face à estrutura dos imóveis em estudo em Alpalhão, pensamos que a gravação destas cruzes deverá ter ocorrido algures dos sécs. XV/XVI em diante. Assim, pensamos que é possível estabelecer uma relação entre a gravação destas cruzes e o fenómeno cristão-novo, em que o medo ou a vontade de afirmação da pertença a um credo religioso tenha sido responsável por esta verdadeira "cruzada".



Valência de Alcântara encontra-se a alguns quilómetros da fronteira com Portugal, na província de Cáceres, mas, nesta como noutras realidades histórico-arqueológicas, a fronteira foi e é um mero fenómeno administrativo e político muitas vezes ignorado pelas gentes da terra. Os saberes e os comeres, a paisagem e a forma como o homem a humanizou e até os “acontecimentos” da história, foram dando contorno a fenómenos semelhantes marcados por acontecimentos partilhados.

Ainda antes do que aconteceu em Portugal, os ventos da intolerância religiosa e o sentimento antijudaico instalaram-se nos reinos da Espanha, com especial violência a partir de meados do séc. XIV. As disputas religiosas, as prédicas contra os judeus e as perseguições desencadeadas pelas acções do arcediogo de Écija ou de S. Vicente Ferrer, ainda que não com um impacto directo na *Extremadura* espanhola, foram algumas das faces de um mesmo fenómeno que, no último quartel do séc. XV, conduziu ao estabelecimento da Inquisição nos reinos da Espanha, como consequência da ambição que tiveram Fernando e Isabel, chamados Reis Católicos, em conseguir a unidade política, forçando a unidade religiosa. Apenas quatro anos separam ambos os Éditos de Expulsão dos judeus peninsulares e, em 1496, a expulsão dos judeus portugueses pareceu a D. Manuel ser cláusula matrimonial aceitável, tendo em vista ambição ainda vasta que a dos Reis Católicos. Apesar de não conseguida a União Ibérica, uniu a história dos países peninsulares a questão judaica, acrescentando-lhe o toque de dramatismo que as intolerâncias acarretam.

A necessidade de, após 1492, os judeus abandonarem os reinos da Espanha, fez das regiões fronteiriças locais de trânsito de gentes que procuraram destino seguro na Europa ou então o esperavam encontrar em Portugal. Alguns não procuraram longe o abrigo e estabeleceram-se logo junto à fronteira nas mesmas povoações que antes visitavam como mercadores. Foi este o caso de Fernão de Orta, judeu, mercador, pai de Garcia de Orta e natural de Valência de Alcântara. Outros, como ele, atravessaram em 1492 a fronteira de Marvão, vindos de Valência ou vindos de povoações vizinhas, podendo este trânsito de gentes ser o responsável pelos topónimos cartográficos *Judearias*, em Castelo de Vide, ou *La Juderia*, em Valência de Alcântara.

Desde os finais do século XIII que a presença judaica em Valência de Alcântara se encontra documentada. Através de registos da Chancelaria de D. Sancho IV, sabe-se que na vila existia então uma aljama judaica (LACAVE, 1992: 408), o que implica a existência de um grupo populacional com alguma expressão numérica e financeira, capaz de se afirmar como entidade com alguma autonomia administrativa, religiosa e mesmo fiscal. Enquanto nos séculos XIII e XIV está documentada a existência da aljama judaica na vila (LOZANO, 1984: 36), ao longo do século XV ela parece ter conhecido um decréscimo demográfico que explicará o facto de a documentação referente a contribuições para impostos, no final do séc. XV, só já mencionar o contributo dos judeus de Valência de Alcântara como originário da judiaria e já não da aljama da vila. Ainda que vendo a sua população diminuir no séc. XV, a existência de uma zona de habitação judaica é um dado incontornável na análise da estrutura urbana antiga desta povoação, onde o chamado *Bairro Gótico* é testemunho inequívoco da arquitectura popular moderna de origem tardo-medieval.



Considerando a existência de uma comuna judaica ou tão-só de uma judiaria que, em conjunto com a mouraria, são os núcleos habitacionais que, de forma mais significativa, constituem este bairro de tradição medieval, é necessário considerar também que estes bairros possuíram estruturas religiosas próprias, servindo cada uma das minorias religiosas em presença.

Do templo muçulmano ainda hoje a toponímia guarda a memória na Calle Mezquita. No início do século, a localização da Mesquita e o destino desta, após a expulsão das minorias religiosas, estavam ainda bem presentes (LOZANO, 1984: 32).

Da Sinagoga medieval resta, na Calle Gasca, um espaço construído, pleno de evocações simbólicas e, recentemente, recuperado, cuja memória sobreviveu nas recordações dos mais antigos. Outras memórias permanecem ainda relacionando Valência de Alcântara com a história e o destino dos judeus peninsulares. É o caso da Pedra de Armas com o escudo da Inquisição, que se identifica na Calle Bordallo, ou ainda o facto de o almejado casamento entre o rei D. Manuel e a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos, ter acontecido precisamente nesta vila, no dia 7 de Outubro de 1497, na Igreja de Santa Maria de Rocamador (DIÉGUEZ, 1990: 103).

Se a documentação escrita e os testemunhos arqueológicos e arquitectónicos dão conta da presença judaica na vila, mas, também, da presença de gente relacionada com a Inquisição, é possível considerar que, também, aqui, a vontade de se afirmar como cristão ou o medo de que a suspeita sobre o verdadeiro credo religioso de alguns ganhasse consistência tenha sido responsável pelo conjunto de marcas de simbologia religiosa, gravado em ombreiras de portas e janelas.

O conjunto de cruzes de Valência de Alcântara, num total de 31, distribui-se no interior do chamado *Barrio Gótico-Judío*, o qual inclui a zona da antiga mouraria e, ainda, casas que, certamente, foram cristandade. Identificam-se as cruzes que analisamos, num total de 12 ruas e 2 praças, sendo uma destas a de La Constitución ou Plaza de España e a outra conhecida pelos habitantes como Quatro Calles.

A análise da planta, onde registámos a distribuição das Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Valência de Alcântara, parece apontar para a existência de, pelo menos, três núcleos urbanos definidos por uma maior concentração do fenómeno. Um dos núcleos é constituído pelas Calles Gasca, Caballero, S. Pedro, Pocito, Santiago e Bordalo, outro pela Bolvedana e Cortizada e outro, ainda, pelas Calles Juan Durán, Aparicio Díaz, Marqués de la Conquista e Garcia Morato. Podendo as cruzes identificadas nos dois primeiros núcleos urbanos explicar-se pelo facto de aí terem vivido os hereges, mouros e judeus, cuja memória havia que substituir, parece-nos possível considerar que o último núcleo se explique pela presença de famílias de origem conversa ou, então, pelo facto de, em determinada altura, a marcação de cruzes nas ombreiras das portas se ter vulgarizado.

Localizamos também, na planta em análise, duas possíveis marcas na *mezuzah*, identificada uma na Calle Entrecasas e outra na Calle Bolvedana. Bastante afastadas da zona onde pensamos que a judiaria se terá definido, Calles Gasca, S. Pedro, Pocito, Caballero, Bordalo e Santiago, parece-nos ser de registar a possibilidade da sua existência, considerando não só que a obrigatoriedade da vivência em espaço urbano



específico acontece, nos reinos da Espanha, apenas a partir de 1412 e que, tal como em Portugal, várias foram as excepções, por motivos de carácter sócio-económico, de judeus que tiveram residência fora da judiaria.

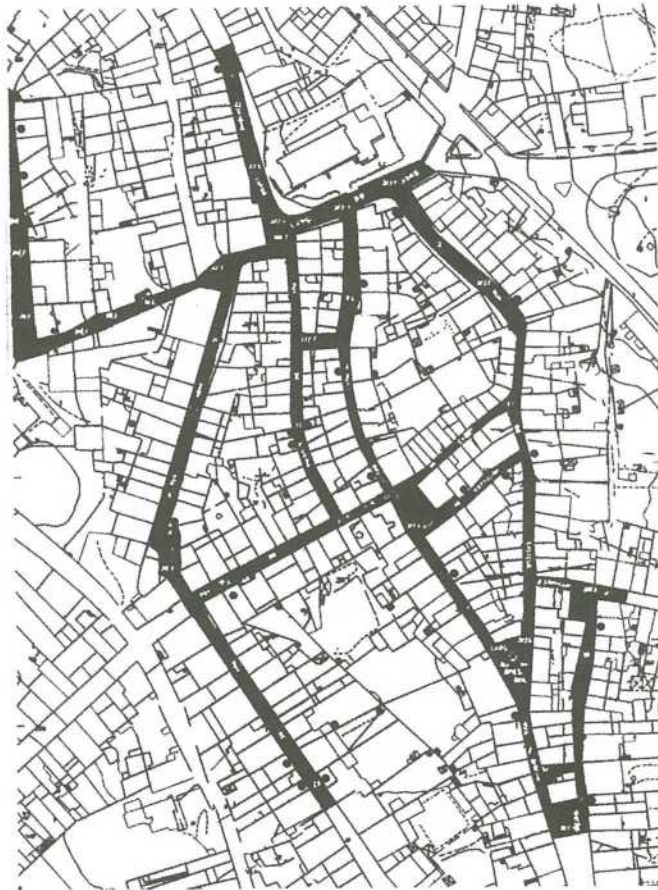
Na sua grande maioria, as cruzes identificadas em Valência de Alcântara foram gravadas em ombreiras de portas, registando-se apenas 3 espaços construídos onde a opção foi diferente, caso da ombreira da janela, já na C. Gasca, do edifício n.º 1 da Praça Cuatro Callles, de uma das colunas da arcada da Plaza de España ou ainda das colunas da sala de oração da Sinagoga Medieval, o que nos parece ser bastante significativo. Nos restantes 28 espaços, a gravação ocorreu nas ombreiras de portas, registando-se em 54% dos casos a opção pelas ombreiras esquerdas. Em 53% dos casos as cruzes de Valência de Alcântara identificam-se na face externa das ombreiras, o que mostra a intenção de as apresentar como um sinal para o exterior. Registamos também nesta vila um predomínio das cruzes simples ou sem decoração, à semelhança do que acontece em Alpalhão, em Estremoz e em Trancoso (SANTOS; SANTOS; BALESTEROS; 1999: no prelo) verificando-se que, no que diz respeito ao grupo das decoradas, predominam em Valência as bases semicirculares e rectas, os braços únicos sem decoração e os topos sem decoração.

Comparando ainda os dados de Valência de Alcântara com aqueles que possuímos para a Guarda (BALESTEROS, 2000: no prelo) e Estremoz, verificamos, nas três povoações, uma predominância da escolha das faces externas das ombreiras como local de gravação das cruzes. No que diz respeito ao grupo das cruzes decoradas, cremos que o factor de análise mais representativo é a decoração das bases, onde as triangulares, as circulares e as semicirculares se apresentam como as mais comuns, tanto em Alpalhão, na Guarda, em Estremoz, em Trancoso, como em Valência de Alcântara, onde as bases triangulares têm, contudo, expressão diminuta.

Concluímos, assim, que a gravação de cruzes em ombreiras de portas e janelas não é um fenómeno exclusivamente português, dado com o qual já contávamos e que resulta das prospecções prévias desenvolvidas. Em todos os locais que já foram objecto de análise detalhada, em Estremoz, na Guarda, em Trancoso, em Alpalhão e em Valência de Alcântara, possuímos informação a respeito da existência de uma zona medieval de habitação judaica. A excepção é Alpalhão, onde só temos, por ora, informação para existência de condenados pela Inquisição de Évora.

Sabemos também que, em espaço urbano, o local preferencial para este género de gravações são as ombreiras das portas, ainda que aquelas também se identifiquem noutros espaços como soleiras de portas, lintéis, janelas, fachadas ou cunhais de casas, esquinas de ruas ou fontes. Um número significativo das cruzes foi gravado nas ombreiras direitas das portas, nas suas faces externas, o que se prende com a maior funcionalidade do lado direito do corpo humano e com uma intenção de afirmar ostensivamente a pertença a um grupo religioso definido. Da apreciação dos dados do conjunto resulta ainda que as cruzes sem decoração apresentam uma clara preponderância sobre as decoradas, ainda que se identifiquem conjuntos como o de Trancoso, onde a decoração de algumas cruzes é, verdadeiramente, notável. Sendo mais frequentes as cruzes simples, do que as cruzes decoradas, no conjunto destas, o tipo de base parece ser o elemento mais significativo, verificando-se uma predominância das bases triangulares, circulares e semicirculares.

Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão



Legenda:

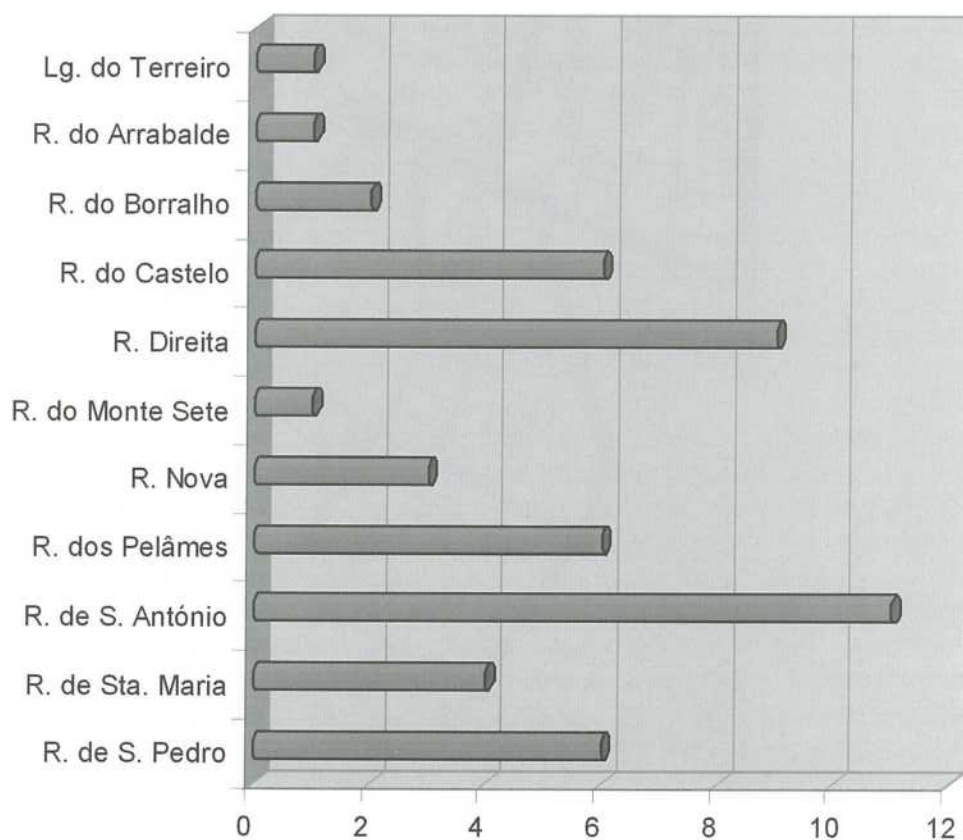
-  Área de dispersão das Marcas de Cristianização
-  Marcas de Cristianização do Espaço



Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)



Distribuição das Marcas de Cristianização por Ruas no Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão



Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão

Cruzes														
Localização	Morfologia	S/ Dec.	Base					C/ Dec.			Topos		Em Relação c/ Anagrama	
			Triangular	Semi- circular	Circular	Rectangular	Recta	Braços		Múltiplos	S/ Dec.	C/ Dec.		
								S/ Dec.	C/ Dec.					
L.g. Terreiro, 16			•											
R. do Arrabalde, 21		•												
R. do Borrhalho, 3		•												
" , 6		•												
R. do Castelo , 28 (cima)		•												
" , 28 (baixo)		•												
" , 44		•												
" , 55		•												
" , 55 (chaminé –cima)		•												
" , 55(chaminé –baixo)		•												
R. Direita, 13		•												
" , 30 ¹		•												
" , 30		•												
" , 30		•												
" , 30		•												
" , 49		•					•							
" , 60 (cima)		•	•											
" , 60 (baixo)		•												
" , 63		•												
R. do Monte Sete, 24														
R. Nova, 12 (esq.)					•									
" , 12					•									
" , 12 (dirt. int.)				•										
" , 12 (dirt. ext.)				•										
R. Pelânes, 25 (esq.)			•											
" , 25 (centro)			•											
" , 25 (dirt.)			•											

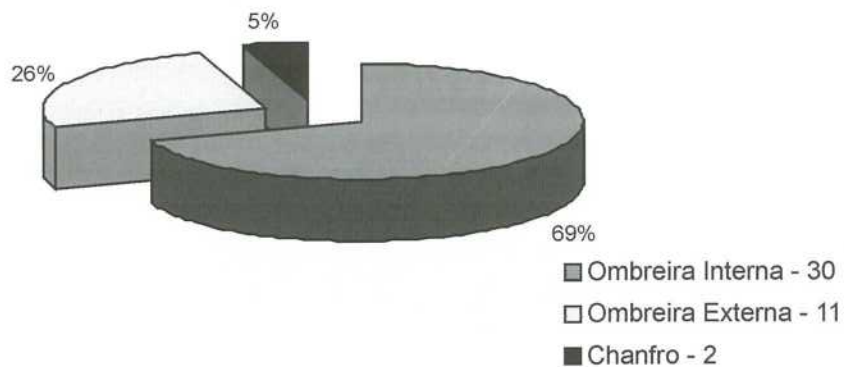
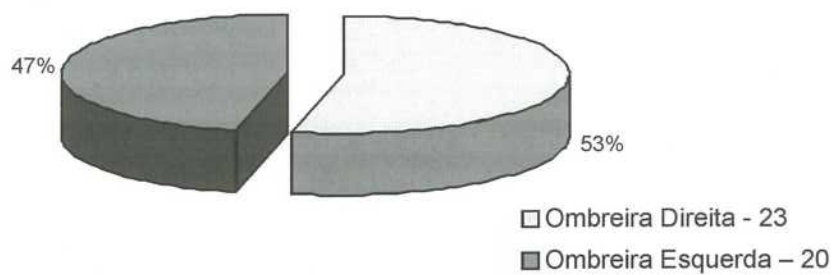
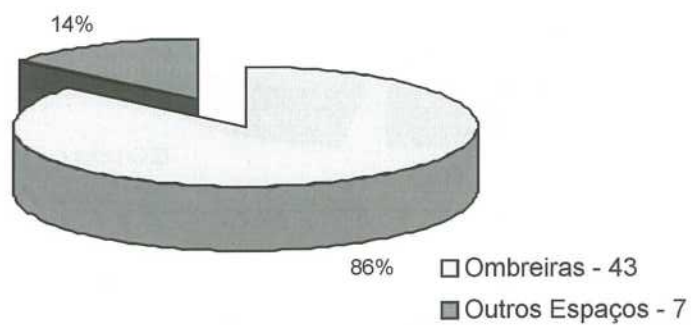
¹ Marcas de produção recente. Não identificadas no 1.º levantamento realizado em 1996 com resultados publicados no "Roteiro do Património Judaico na Região de Turismo de São Mamede".



Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão

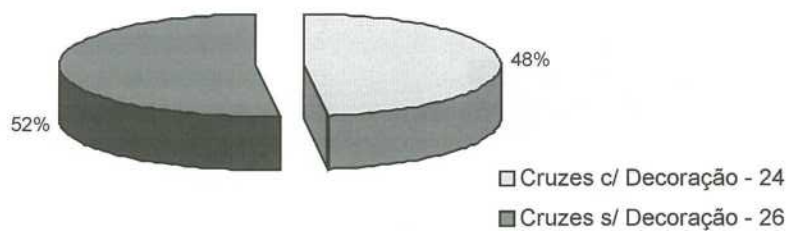
Morfologia		S/ Dec.	Cruzes											
			Base				C/ Dec.				Topos			
Localização			Triangular	Semi-circular	Circular	Rectangular	Recta	União		Braços		S/ Dec.	C/ Dec.	Em Relação e/ Anagrama
								S/ Dec.	C/ Dec.	S/ Dec.	C/ Dec.			
" , 25	(baixo)				*									
" , 33	(dirt.)			*										
" , 33	(esq.)			*				*				*		
R. de S. António, 5	(1)	*						*				*		
" , 5	(2)	*												
" , 5	(3)	*												
" , 5	(4)	*												
" , 5	(5)	*												
" , 5	(6)	*												
" , 5	(7)	*												
" , 5	(8)	*												
" , 5	(9)	*												
" , 5	(10)	*	*					*				*		
" , 5	(11)						*		*			*		
R. de S. Maria, 8	(dirt.)		*						*			*		
" , 8	(esq.)								*			*		
" , 9			*						*			*		
" , 11			*						*			*		
R. de S. Pedro, 19	(dirt.)	*												
" , 19	(esq.)	*												
" , 20							*					*		
" , 20	(linel)						*	*				*		*
" , 25	(int.)						*	*				*		*
" , 25	(ext.)		*			*			*	*		*		*

Local de gravação das cruzes

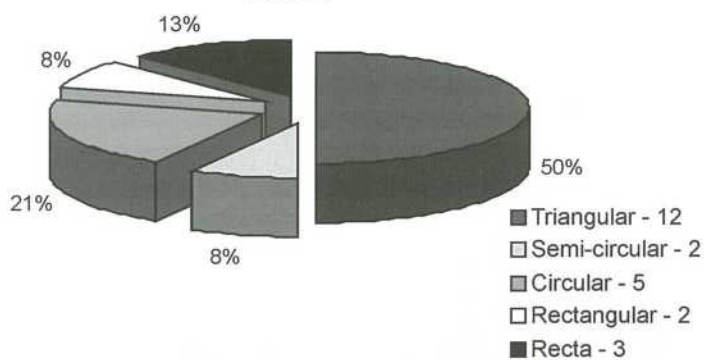


Análise das cruzes quando à decoração

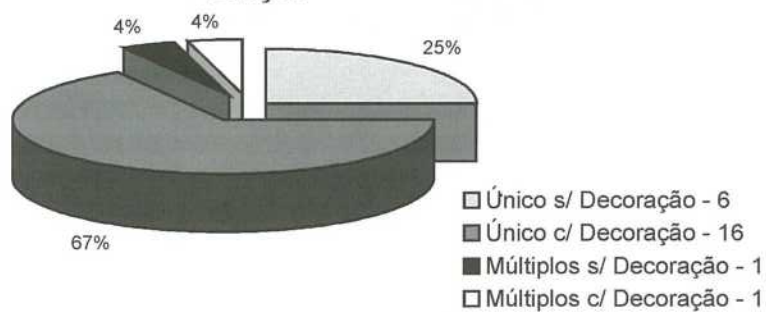
Decoradas / sem Decoração



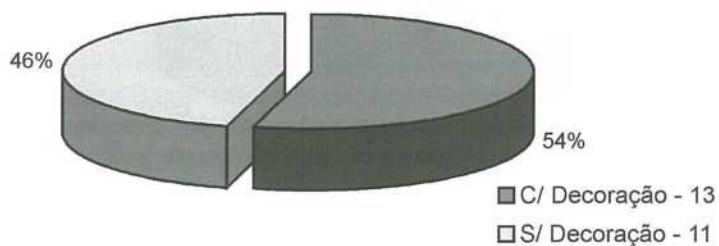
Bases



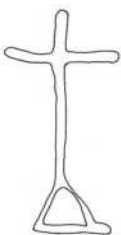
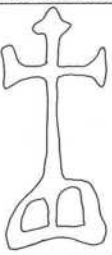
Braços

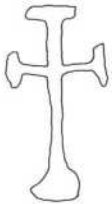


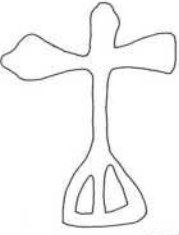
Topos



Inventário e Tipologia das Marcas de Simbologia Religiosa
- Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão -

BASES				
TRIANGULAR	CIRCULAR	SEMICIRCULAR	RECTANGULAR	RECTA
				
0 4cm	0 4cm	0 4cm	0 4cm	0 4cm
Lg. do Terreiro, 16	R. do Monte Sete, 24	R. Nova, 12	R. Direita, 49	R. de S. António, 5
QUANTIDADE				
12	5	2	2	3

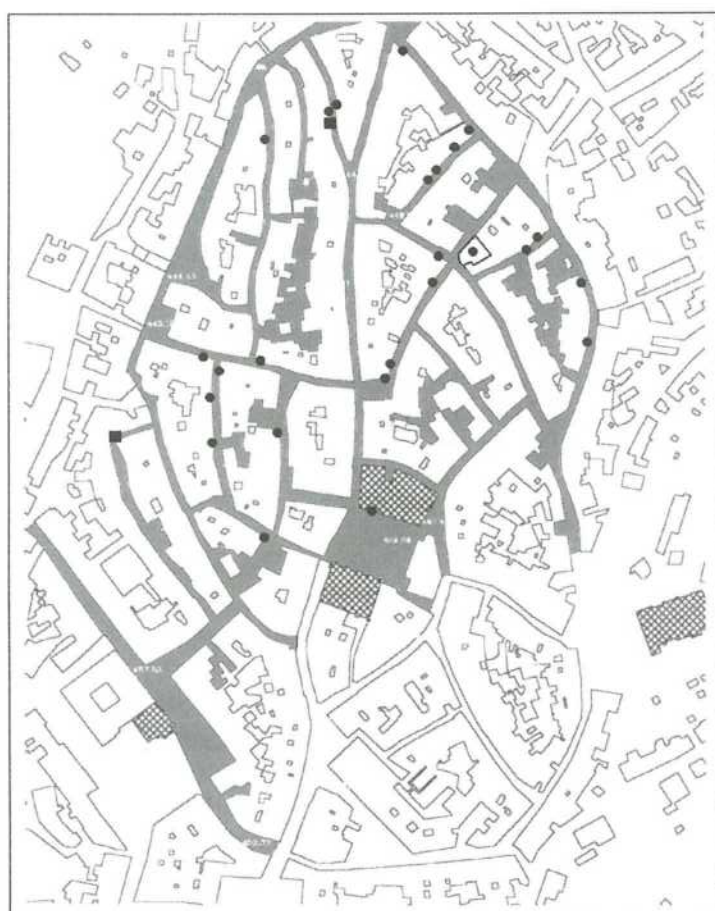
BRAÇOS			
ÚNICO		MÚLTIPLOS	
C/ DECORAÇÃO	S/ DECORAÇÃO	C/ DECORAÇÃO	S/ DECORAÇÃO
			
0 4cm	0 4cm	0 4cm	0 4cm
R. de Sta. Maria, 8	R. dos Pêlames, 33	R. de S. Pedro, 20	R. de S. Pedro, 25
QUANTIDADE			
16	6	1	1

TOPOS	
SIMPLES	DECORADOS
	
0 4cm	0 4cm
R. de S. Pedro, 25	R. Nova, 12
QUANTIDADE	
11	13

Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)



Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Valência de Alcântara

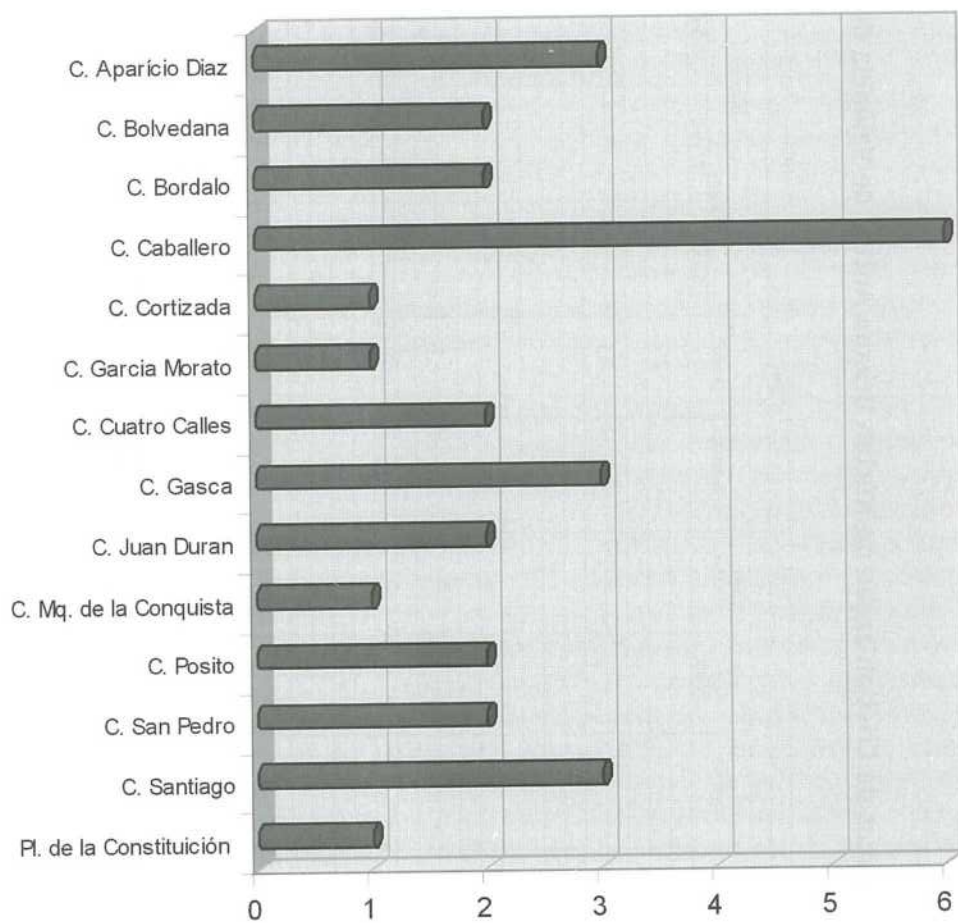


Legenda:

-  *Bairro Gótico*
-  Marcas de Cristianização do Espaço
-  Marcas na Mezuzah
-  Sinagoga de Valência de Alcântara



Distribuição das Marcas de Cristianização por Ruas no Núcleo Urbano Antigo de Valência de Alcântara



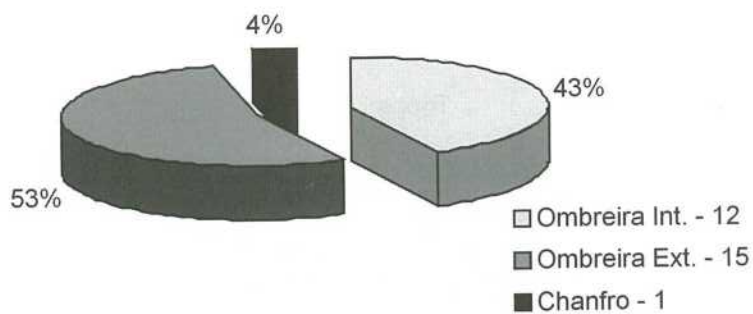
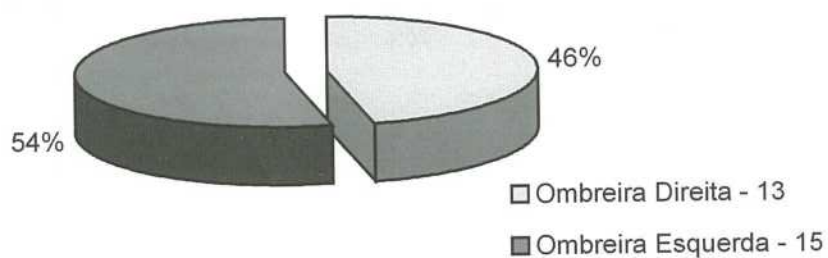
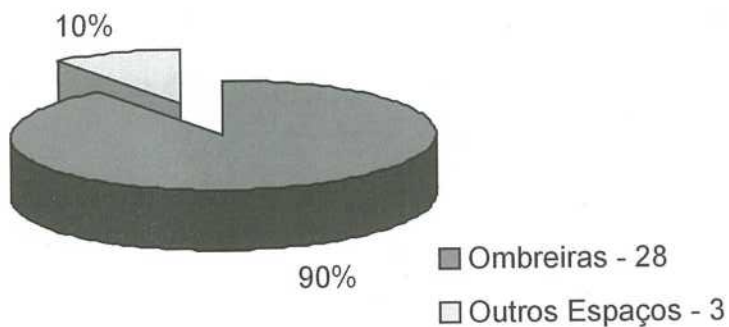
Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)



Marcas de Cristianização no Núcleo Urbano Antigo de Valência de Alcântara

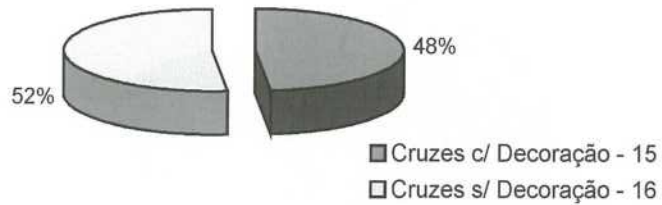
Cruzes															
Morfológia	Localização	S/ Dec.	C/ Dec.										Topos		
			Base			Recta	Braços		Múltiplos						
			Triangular	Semi-circular	Circular		Rectangular	Único	S/ Dec.	C/ Dec.	S/ Dec.	C/ Dec.	S/ Dec.	C/ Dec.	
	C. Aparício Diaz, 7	•					•								
	“ , 12														
	“ , 15	•													•
	C. Bolvedina, 2						•								•
	“ , 13	•													
	C. Bordalo, 4	•													
	“ , 22	•													
	C. Cabalero, 15	•													
	“ , 17 (cima)	•													
	“ , 17 (baixo)				•										
	“ , 17 (chanfro)	•						•						•	
	“ , 27 (dirt.)				•									•	
	“ , 27				•									•	
	C. Cortizada, 33				•										
	C. Garcia Morato, s/n						•							•	
	Cuatro Calles, 1		•											•	
	“ , 1 (janela)				•									•	
	C. Gasca , 11	•													•
	“ , 24 -Sinagoga-	•													•
	“ , 24	•													•
	“ , 24	•													
	C. Juan Duran, 12														
	“ , 13	•							•						•
	C. Mg. Conquista, 7	•													
	C. Posito, 10 (baixo)	•													
	“ , 10 (Cima)				•										
	C. San Pedro, 4	•													
	“ , 6														
	C. Santiago, 9 (esq.)				•									•	
	“ , 9 (dirt.)				•									•	
	“ , 19													•	
	Pl. de la Constitución	•							•					•	

Local de gravação das cruzes

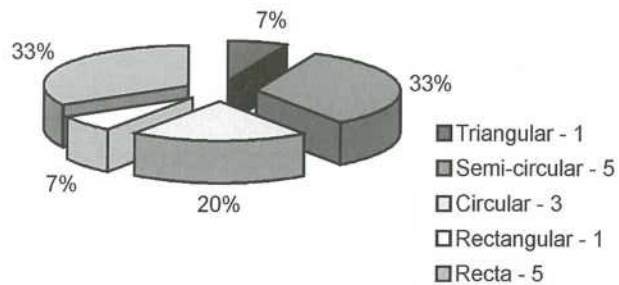


Análise das cruzes quando à decoração

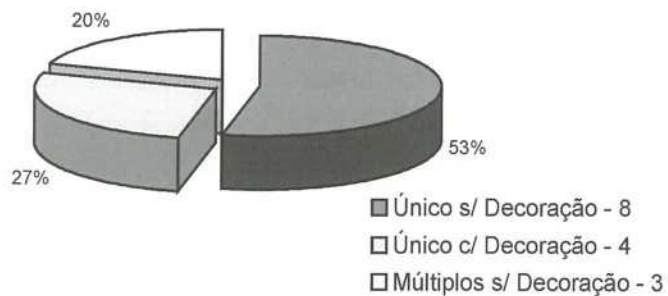
Decoradas / sem Decoração



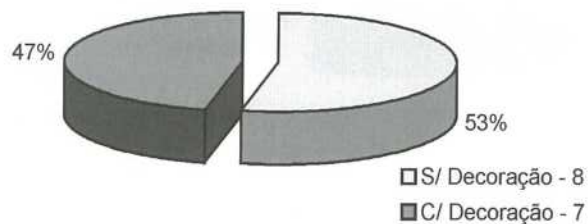
Bases



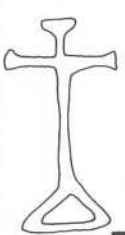
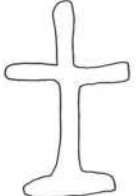
Braços

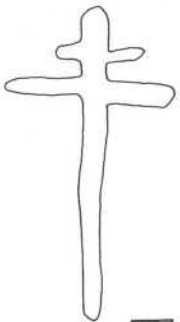


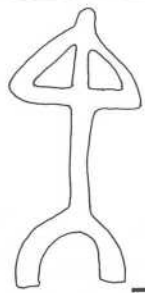
Topos



**Inventário e Tipologia das Marcas de Simbologia Religiosa
– Núcleo Urbano Antigo de Alpalhão –**

BASES				
TRIANGULAR	CIRCULAR	SEMICIRCULAR	RECTANGULAR	RECTA
				
0 4cm	0 4cm	0 4cm	0 4cm	0 4cm
Cuatro Calles, 1	C. Caballero, 17	C. Posito, 10	C. S. Pedro, 5	C. Aparicio Diaz, 12
QUANTIDADE				
1	3	5	1	5

BRAÇOS		
ÚNICO		MÚLTIPLOS
C/ DECORAÇÃO	S/ DECORAÇÃO	S/ DECORAÇÃO
		
0 4cm	0 4cm	0 4cm
QUANTIDADE		
C. Bovedana, 2	C. Caballero, 17	C. Garcia Morato, s/n
4	8	3

TOPOS	
SIMPLES	DECORADOS
	
0 4cm	0 4cm
C. Caballero, 27	C. Caballero, 27
QUANTIDADE	
8	7

Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)





Foto 1- Alpalhão. Rua de S.^{to} Antonio, 5.
Ombreira direita interna



Foto 2- Alpalhão. Rua do Castelo, 28.
Ombreira esquerda externa



Foto 3- Alpalhão. Rua de S. Pedro, 20. Lintel

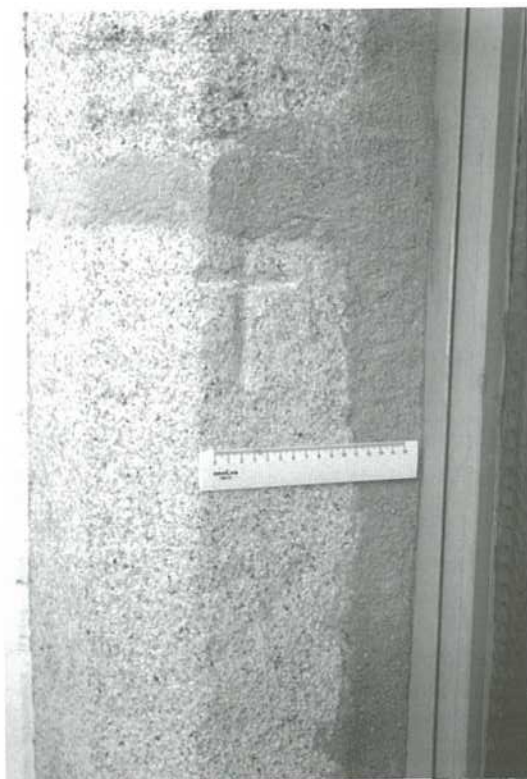


Foto 4- Valência de Alcântara.
Calle Cabalero,15.
Ombreira esquerda interna

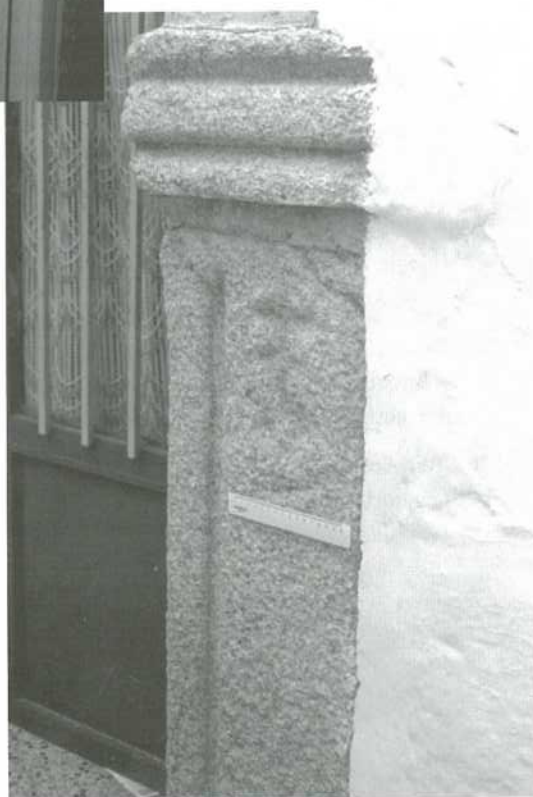


Foto 5- Valência de Alcântara.
Calle Cabalero,27.
Ombreira direita externa

Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Alpalhão e Valência de Alcântara (Cáceres)



BIBLIOGRAFIA

- BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge, (1994), "A Sinagoga de Valência de Alcântara", in *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 4, Câmara Municipal de Marvão.
- BALESTEROS, Carmen, (1996), "A tradição das Gravações de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã em Ombreiras de Porta", in *Actas do 2.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, A.P.H., Lisboa.
- BALESTEROS, Carmen, (1997), "Marcas de Simbologia Religiosa judaica e cristã em ombreiras de porta – III", in *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 7, Ed. Colibri, pp. 165-182.
- BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra, (1998), "Aspectos do Património Judaico em Trancoso", in *Actas das 1.ªs Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 1998.
- BALESTEROS, Carmen, (2000), "Marcas de Cristianização no Centro Histórico da Guarda: as marcas da religião no quotidiano dos espaços urbanos", in *Actas do Colóquio Guarda. História e Reconstrução da Memória*, (no prelo).
- BEJARANO, Francisco, (1993), *Inventário de las Portadas del Llamado Barrio Gótico de Valencia de Alcántara*, Ed. Ayuntamiento de Valencia de Alcántara.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, (Introdução de), (1990), *Duarte de Armas – Livro das Fortalezas*, Ed. Inapa, Lisboa.
- DIÉGUEZ LUENGO, Elías, (1990), *Curiosidades de la Historia de Extremadura*, Císán, Albuquerque.
- LACAVE, José Luís, (1992), *Juderías y Sinagogas Españolas*, Ed. Mapfre, Madrid, Espanha.
- LLINARES GARCÍA, Mar, (1991) "Algúns Aspectos do Simbolismo na Cultura Popular Galega" in *Larouco – Revista da Historia Primitiva, Tradições Oraís e Património Cultural de Galicia*, Grupo Arqueológico Larouco, Ed. do Castro.
- LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar, (1984), "El Barrio Gótico de Valencia de Alcántara", in *Alcántara – Revista del Seminario de Estudios Cacerenses*, n.º 2, Tercera Época, Institución Cultural "El Brocense", Excma. Diputación Provincial.
- SANTOS, Carla Sofia; SANTOS, Carla Alexandra; BALESTEROS, Carmen, (1999), "Marcas de Cristianização nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso", 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vila Real, (no prelo).



Memórias Paroquiais de Amieira e Vila Flor

1758-1759

À memória de meu Pai



Fig. 1 – O castelo de Amieira, visto do lado Poente

I – Introdução

Este trabalho, agora apresentado, destina-se a divulgar as *Memórias Paroquiais de Amieira e Vila Flor*.

Não tem a pretensão de demonstrar um rigor destinado a investigadores, mas tão-somente para ser lido de um modo lúdico com o objectivo de cada leitor poder “sentir” como eram Amieira e Vila Flor nos meados do século XVIII, quer do ponto de vista administrativo, quer geográfico.

Convém esclarecer que uma grande parte destas *Memórias* se encontra disseminada nesse livro admirável – *Amieira, do antigo Priorado do Crato* – dos ilustres



amieirenses Francisco Vieira Rasquilho e Tude Martins de Sousa; todavia, a forma como se dá a público este trabalho talvez possa ser capaz de atrair mais o leitor, por reproduzir integralmente as ditas *Memórias*, embora com os critérios de transcrição, que mais adiante iremos considerar.

Cremos que a divulgação de temas relacionados com Amieira e Vila Flor serão elementos muito úteis na elaboração do passado, podendo, pelo menos, contribuir para o reforço dos laços que unem os seus naturais às gerações vindouras e estes possam ter orgulho nos lugares dos seus antepassados.

As *Memórias Paroquiais*, de que agora tratamos, integram-se num conjunto de quarenta e três volumes existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT), e constituem as respostas aos interrogatórios, enviados em 1758 em nome do rei D. José I, a todos os bispos e cabidos, para que os párocos de cada jurisdição eclesiástica enviassem as informações que ali se pediam, “em letra legível e sem abreviaturas”.

Como antecedentes destas *Memórias*, já no século XVI o Padre Carvalho da Costa, havia elaborado a *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...* que se terá revelado confusa e incompleta, porque “a este grande corpo lhe faltavam as veias e os ossos, que são as serras, as fontes, e os rios tão célebres nas penas dos escritores antigos”, segundo o Padre Luís Cardoso.

Por sua vez, este, em 1732, terá promovido um inquérito onde eram pedidas notícias de todas as povoações portuguesas. Conseguiu ainda editar 2 volumes do *Diccionario Geografico, ou Noticia de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal*, com as respostas recebidas, relativas às povoações que começavam pelas letras A, B, C, mas infelizmente, com o terramoto de 1755, todas as restantes e preciosas informações desapareceram.

Com objectivos administrativos, e tentando apurar os estragos causados pelo terramoto, em Janeiro de 1758, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e o Padre Luís Cardoso elaboram novo inquérito, já devidamente adaptado ao cataclismo ocorrido, tendo-se chegado às *Memórias Paroquiais*. Estas compreendiam três interrogatórios: o primeiro das terras, o segundo das serras e o terceiro dos rios.

A forma como foram recebidas as respostas, dos párocos de Amieira e Vila Flor, respeitou a numeração atribuída a cada pergunta.

A Congregação do Oratório, a que o Padre Luís Cardoso pertencia, compilou as respostas aos interrogatórios em quarenta e dois volumes, mais um de índice, ordenados alfabeticamente, que actualmente se acham no AN/TT. onde podem ser consultados.

Atendendo a que, com a edição destas *Memórias Paroquiais*, se pretende atingir o maior número de leitores, os critérios de transcrição foram os seguintes:

- 1) Actualizada a ortografia, a pontuação e a acentuação.
- 2) Uniformizado o uso de maiúsculas, usando uma escrita actual.
- 3) Abertura de parágrafos, quando os períodos eram muito longos.
- 4) Emprego de (?) nas dúvidas de leitura.
- 5) Introdução de glossário (*), no final, para tornar mais claros alguns termos.

II – Interrogatórios enviados aos Párocos depois do Terramoto de 1755



Fig . 2– Igreja do Senhor da Cruz, depois de restaurada em finais de 1997

1.º Tratado. O que se procura saber dessa terra é o seguinte:

Amieira (A) – Relação do que se procura saber desta vila de Amieira do Grão Priorado do Crato, a respeito dos interrogatórios que, por ordem de Sua Majestade o Fidelíssimo Rei, o Senhor D. José I, me foram remetidos pelo Reverendíssimo Doutor Joaquim Nunes da Silveira, neste ano de mil setecentos e cinquenta e nove.

Vila Flor (VF) – Relação do que se procura saber desta Vila Flor do bispado e cidade de Portalegre, pelos interrogatórios que, por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, o Senhor Rei D. José I, (que Deus guarde), me remeteu o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Portalegre, neste ano de 1758.



1 – Em que província fica, a que bispado, comarca, termo, e freguesia pertence?

A – Esta vila de Amieira fica na província do Alentejo, pertence ao Grão Priorado do Crato, de que é cabeça a vila do Crato.

VF – Esta Vila Flor fica na província do Alentejo, pertence ao bispado e comarca de Portalegre, e tem termo seu.

2 – Se é de el-rei, ou de donatário, e quem o é ao presente?

A – É esta vila da veneranda religião de Malta, como todas as mais do dito Priorado, de que ao presente é Grão Prior o Senhor D. Pedro, Infante de Portugal.

VF – Esta vila ao presente é de Sua Majestade Fidelíssima, sem embargo de haver tradição, que antigamente fora dos Condes de Vila Flor.

3 – Quantos vizinhos tem (e o número das pessoas)?

A – Consta esta vila, de presente, de duzentos e cinquenta vizinhos, que contém em si o número de oitocentas e oitenta e sete pessoas a saber: de confissão e comunhão, seiscentas e trinta e oito, de confissão, somente, cento e duas e de meninos que ainda não se confessam, cento e quarenta e sete.

VF – Tem esta vila trinta e oito pessoas, digo, trinta e oito vizinhos, que compreende o número de cento e trinta pessoas, maiores e menores.

4 – Se está situada em campina, vale, ou monte, e que povoações se descobrem dela, e quanto dista?

A – Está esta vila situada em uma meia costa, sendo seus circuitos* montes e outeiros de pouca eminência, que têm seu princípio pela parte do nascente, em a sumptuosa e nova Igreja do Calvário, e têm fim pela parte do poente, em a ribeira chamada da Maia, que corre do sul para o norte junto desta vila, aonde, dentro do seu termo, entra no rio Tejo. Descobrem-se desta vila as seguintes: a de Vila Flor, em distância de meio quarto de légua, a do Gavião, em distância de duas léguas, e muitos lugares povoados dos termos das vilas de Belver e Envendos, e algumas povoações do termo de Vila Velha de Ródão, em distância de três léguas.

VF – Está esta vila situada em fundo de uma pequena ladeira, sendo seus circuitos de terras com muitos olivais, alguns existem em planície outros em algumas ladeiras de pouca eminência, e se descobrem dela a vila dos Envendos, em distância de duas léguas, e alguns lugares do termo de Vila Velha de Ródão, em distância de uma légua.

5 – Se tem termo seu, que lugares, ou aldeias compreende, como se chamam, e quantos vizinhos tem?

A – Tem esta vila termo seu, de comprimento de uma légua do nascente para o poente, e de largo do norte para o sul duas léguas, que têm seu princípio em o rio Tejo, e findam em a ribeira do Sor, junto à vila de Tolosa. No tempo presente, só tem um casal chamado o Bioco, em que habita um só morador, sendo que há poucos anos era habitado de seis moradores e também teve esta vila pelo seu termo muitos moradores, em casas que hoje se acham demolidas.

VF – Tem esta vila termo seu, em o qual só se acha um lugar chamado Albarrol, que contém em si dez vizinhos, com o número de trinta pessoas, maiores e menores.

6 – Se a paróquia está fora do lugar, ou dentro dele, e quantos lugares, ou aldeias tem a freguesia, todos pelos seus nomes?

A – A paróquia desta vila está dentro dela, e não tem mais lugares do que o declarado no quinto ponto acima.

VF – A paróquia desta vila está dentro dela.

7 – Qual é o seu orago*, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas e de que santos?

A – O orago desta Matriz é o glorioso apóstolo, o Senhor Santiago Maior. Tem seis altares, a saber: o altar-mor, em que está o Tabernáculo do Santíssimo Sacramento e a imagem do mesmo orago; o altar de Nossa Senhora do Rosário, que este povo venera com especial devoção, o altar do Santo Cristo, que é capela* particular com rendas cominadas* para a sua fábrica*; o altar de São João Baptista, que também é capela particular com rendas para a sua fábrica; o altar das Almas Santas e o altar de Nossa Senhora da Graça. Tem a dita igreja três naves. As irmandades que existem dentro dela são cinco, a saber: a do Santíssimo Sacramento a que está anexa a das Quarenta Horas, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora da Graça, a das Almas, a do apóstolo São Pedro, *ad vincula*, administrada pelo clero desta vila. E fora da paróquia tem a irmandade de Santo António, na sua casa fora dos muros, que consta do número de cem irmãos e a igreja do Calvário, também fora dos muros, tem a irmandade dos Santos Passos do Senhor Jesus.

VF – O orago desta paróquia é o glorioso apóstolo Santo Bartolomeu. Tem três altares, scilicet*: o altar-mor, com sua capela em que está o Tabernáculo ao Santíssimo Sacramento, e dois colaterais, um da imagem da Virgem Santíssima do Rosário, o outro das Almas Santas. Não tem naves, e as irmandades que nela existem são três, a saber: a do Santíssimo Sacramento, a da Senhora do Rosário e a das Almas.

8 – Se o pároco é cura, vigário, ou reitor, ou prior ou abade, e de que apresentação é, e que renda tem?

A – É a dita Matriz vigairaria*, e de presente é indigno vigário dela o padre João Ferreira da Rocha, que também é vigário da vara* nesta vila e seu distrito, com escrivão e meirinho* separados para esta jurisdição, a que antigamente estavam sujeitas as vilas de Envendos e Belver e a freguesia de Aldeia do Mato, no termo da vila de Abrantes. É a dita vigairaria de apresentação* do Senhor Grão Prior, deste Priorado do Crato. Tem o vigário, como pároco da igreja, de renda, anualmente, três moios* de trigo, moio e meio de centeio, trinta e seis almudes* de vinho à bica, oito alqueires* de azeite e dez mil e quinhentos réis em dinheiro.

VF – O pároco desta igreja é vigário, apresentado por Sua Majestade, que Deus guarde, pelo seu tribunal da Mesa da Consciência*.



Tem de renda anual, moio e meio de trigo, mais seis alqueires para hóstias, moio e meio de centeio, seis almudes de vinho cozido ou sete em mosto, vinte mil réis em dinheiro, e quarenta e oito arráteis* de cera fina lavrada, da qual se gasta a necessária nas funções de igreja, e as sobras ficam para o mesmo pároco.

9 – Se tem beneficiados, quantos, e que rendas têm, e quem os apresenta?

A – Há na dita igreja dois beneficiados* e um tesoureiro e cada um daqueles tem, de renda anual, dois moios de trigo e um de centeio, vinte e oito almudes de vinho à bica e cinco alqueires de azeite; este, um moio de trigo, e vinte e cinco almudes de vinho à bica, dois mil cento e cinquenta réis em dinheiro e tudo apresenta o mesmo Senhor Grão Prior deste Priorado.

VF – Não tem esta igreja beneficiado, cura nem tesoureiro.

10 – Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiosas, e quem são os seus padroeiros?

A – Não tem esta vila convento algum, de religiosos ou religiosas.

VF – Não tem esta vila convento algum, de religiosos ou religiosas.

11 – Se tem hospital, quem o administra, e que renda tem?

A – Tem esta vila hospital, para acomodação dos pobres estrangeiros e da terra, que administra o provedor da misericórdia desta vila, o qual hospital não tem rendas próprias e só a dita casa da misericórdia tem obrigação de o reparar, e ter nele três camas para os pobres, pelas rendas da fazenda da capela de Nossa Senhora da Sanguinheira, de que o Senhor Rei D. João IV lhe fez mercê, no ano de mil seiscentos e quarenta e dois, com esta e outras obrigações, que tinha a dita capela.

VF – Não tem esta vila hospital.

12 – Se tem casa de misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver de notável em qualquer destas cousas?

A – Tem esta vila casa e igreja da Misericórdia, que por antiquíssima, se não sabe da sua origem e a sua renda, uns anos por outros, será de cem mil réis, produto, das fazendas que os fiéis lhe deixaram com algumas obrigações e produtos também da referida capela de Nossa Senhora da Sanguinheira.

VF – Também não tem esta vila casa da misericórdia e, na tumba que compram os moradores, levam uns a outros a sepultar, por caridade.

13 – Se tem algumas ermidas, e de que santos, e se estão dentro, ou fora do lugar, e a quem pertencem?

A – Há nesta vila e seus circuitos catorze ermidas, das quais existem cinco dentro da vila e nove fora. As quais existem dentro, são as seguintes: a da Misericórdia, de que acima se trata, a do glorioso São João Baptista, que está dentro dos muros do castelo, de cujo paço era oratório e pertence o reparo dela ao alcaide-mor desta vila, que de presente o é, o Conde de Aveiro, D. Duarte, e há

poucos tempos a mandou reparar e é a dita imagem antiquíssima e de pedra, com maravilhosa escultura e há tradição foi colocada na dita ermida pelo Senhor D. Álvaro Gonçalves Pereira, Grão Prior do Crato, que fundou o dito castelo, e a mesma imagem sempre a venerou e venera este povo com especial devoção; a ermida de Nossa Senhora da Assunção, anexa à confraria do Santíssimo Sacramento, que está obrigada ao ornato e reparo dela como administradora das fazendas, que à dita ermida deixou com obrigação de missas, em título de capela, uma Maria da Fonseca; a ermida do Senhor da Cruz, a que vinculou* muitas fazendas, em título de morgado*, o Reverendo Padre André Afonso de Almeida desta vila, com a pensão de missas em domingos e dias santos do ano. Reparo e ornato da mesma capela, satisfazem os administradores dela; a ermida do Divino Espírito Santo, que se compõe de capela e altar-mor e dois altares colaterais, do reparo da qual está obrigada a fazenda da capela de Nossa Senhora da Sanguinheira, anexa à casa da misericórdia. As nove, que existem fora da vila são as seguintes: a da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Sanguinheira, com capela e altar-mor e dois altares colaterais, em um dos quais, está a prodigiosa imagem de São Caetano, especial advogado contra as sezões*; a ermida do glorioso apóstolo Santo André e a do Senhor Salvador do Mundo, ao reparo e ornato das quais está também obrigada, como a do Divino Espírito Santo, a casa de misericórdia como administradora da capela de Nossa Senhora da Sanguinheira; a ermida do apóstolo São Pedro; a de São João Evangelista; a do apóstolo São Simão, que todas três erigiu antigamente a devoção dos fiéis, sem que tenham mais fábrica que as esmolas dos mesmos fiéis; das quais, no tempo presente se acham totalmente demolidas as duas últimas, que se pretendem reedificar; a ermida do glorioso mártir Santo Sebastião, que é da Provisão Real, sem fábrica alguma, motivo porque o reparo dela corre por conta dos oficiais da Câmara desta vila, pelas rendas do concelho dela, a ermida do glorioso Santo António, a cujo reparo e ornato é obrigada a sua irmandade; a igreja e sumptuoso templo do Calvário, que pelos seus bens e rendas mandou, depois de arruinada a igreja velha, fazer de novo Pedro Vaz Caldeira, sargento-mor que foi nesta vila, instituindo ao Senhor Jesus Cristo, universal herdeiro deles, com obrigação do reparo e ornato da dita igreja, missa quotidiana nela e alguns legados pios*, ordenando que os reverendos, vigários e beneficiados desta Matriz, com o administrador dos ditos bens, possam eleger o capelão para a dita missa quotidiana, dando outrossim faculdade aos administradores para, por sua morte, nomearem a dita administração em pessoa benemérita.

VF – Tem esta vila dentro em si a ermida do Divino Espírito Santo, cujo reparo corre por conta da irmandade das Almas. Em seu termo tem: a ermida de Nossa Senhora da Flor, a cujo reparo e ornato é obrigada a confraria de Nossa Senhora do Rosário; a ermida do glorioso patriarca Santo Domingos, ao reparo da qual está obrigada a confraria do Santíssimo Sacramento; e, em monte de Albarrol, a ermida do glorioso Santo António, cujo reparo e ornato corre por conta dos fiéis deste povo, o dito monte.



14 – Se acode a elas romagem, sempre, ou em alguns dias do ano, e quais são estes?

A – Concorrem em todo o decurso do ano, a venerar a milagrosa imagem de Nossa Senhora da Sanguinheira, em romarias e novenas, muitas pessoas assim desta vila, como de fora dela, a dar-lhe graças pelos admiráveis benefícios que recebem pela sua intercessão, especialmente as mulheres de parto; à prodigiosa imagem do Senhor Salvador do Mundo, concorrem continuamente os moradores deste povo, a oferecer-se e pedir remédio em suas necessidades, com especialidade no termo da Quaresma, no dia de sua gloriosa Ascensão; à ermida do Senhor da Cruz, concorrem da mesma forma os fiéis desta vila, em novenas com muita frequência, a pedir o remédio e alívio das suas queixas.

VF – À imagem de Nossa Senhora da Flor, concorrem por todo o ano em romagem, muitas pessoas de fora, e as desta vila a veneram com especial devoção pelos benefícios que recebem, quando imploram o seu patrocínio. Também às imagens de Santo Bartolomeu, orago da paróquia, Santo Gregório, existente na mesma, o patriarca Santo Domingos, e ao glorioso Santo António concorrem, nos seus dias, muitas pessoas em romagem.

15 – Quais são os frutos da terra, que os moradores recolhem em maior abundância?

A – Os frutos que os moradores desta vila recolhem em maior abundância são: azeites, vinhos, trigos e centeios, em mediana porção, muitas frutas pela abundância de pomares, em que há muitas águas e fontes nativas*, além de cinco principais, que há no circuito desta vila para serventia do povo.

VF – Os frutos que os moradores desta vila recolhem em maior abundância são: pão, azeite, vinho e algumas frutas dos pomares dela.

16 – Se tem juiz ordinário, &c., e câmara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta?

A – Tem esta vila dois juízes* ordinários, dois vereadores* e um procurador* do concelho, com escrivão da câmara, e não está sujeita ao governo das justiças de outra terra; tem mais dois escrivães do judicial que também servem de notas, escrivão das sisas, alcaide, e porteiro*, este serve em todas as jurisdições que há nesta mesma vila, tem também juiz dos órfãos, separado com seu escrivão, a cuja jurisdição é anexa a vila de Tolosa, deste Priorado; há mais nesta vila Capitão-mor*, sargento-mor*, e dois capitães das ordenanças; e todos os referidos cargos e ocupações são dadas do Senhor Grão Prior do Crato.

VF – Tem esta vila dois juízes ordinários, dois vereadores e um procurador do concelho, que constituem câmara, e não está sujeita às justiças de outra terra.

17 – Se é couto*, cabeça de concelho, honra*, ou behetria*?

A – Não é esta vila couto, honra ou behetria; porém, tem almoxarife* e juiz dos direitos reais, com seu escrivão, que é data (?) do mesmo Grão Prior do Crato, e é

cabeça do almoxarifado, a cuja jurisdição estão sujeitas as vilas dos Envendos, Carvoeiro, Belver, Gavião e Tolosa, todas deste Priorado e Aldeia do Mato, do termo da vila de Abrantes.

VF – Não é esta vila couto, cabeça de outro concelho, honra, ou behetria.

18 – Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?

A – Há memória certa e constante, que dos naturais desta vila floresceram e saíram dela, por homens insignes em virtudes, letras e armas, os seguintes: Fr. Domingos d'Amieira, que foi provincial duas vezes na religião dos Capuchos, da província da Piedade; Fr. Manuel Barreiros, que também foi uma vez provincial, na mesma religião, Fr. Manuel de Deus, missionário do Varatojo, bem conhecido neste reino pelas suas letras e virtudes, em que também os dois sobreditos floresceram. Em letras: Diogo Marchão Temudo, o Velho, que serviu a Sua Majestade nos lugares e judicaturas deste reino; seus filhos, António Marchão Temudo, que foi desembargador ao senado da câmara, da corte da cidade de Lisboa, Diogo Marchão Temudo, que faleceu desembargador do paço, sendo naquele tempo sujeito de preclara literatura; Miguel Pereira da Silva, que, segundo a tradição, faleceu também desembargador do paço; o doutor Alexandre de Matos Pereira, que foi juiz de fora no Maranhão. Em armas: Filipe Correia, seu filho Miguel Metelo, seu neto Paulo Metelo, digo, Paio Metelo Correia e seu bisneto Luís Manso de Sousa, este foi de moço da câmara e aqueles três cavaleiros fidalgos e António Correia de Bulhões, da mesma geração, cujos Correias são da mesma família de Correias Lacerdas, fidalgos, que ainda hoje florescem na cidade de Lisboa, capital do reino; Miguel Metelo de Albuquerque, que foi sargento-mor e governador da cidade de Portalegre; Jerónimo Falcão de Brito Lampreia, que foi capitão-mor desta vila de Amieira, terceiro neto do dito Filipe Correia; João Vieira Feio, cavaleiro professo do hábito de Cristo, que foi sargento-mor de infantaria, militando em África e nos estados do Brasil, abstendo-se (?) para esta vila de Amieira, foi para capitão-mor; Sebastião de Matos Pereira, que foi capitão de infantaria, e depois sargento-mor, desta dita vila; o capitão Pedro Fernandes Godinho, cavaleiro fidalgo, que, militando nos Brasis, serviu lá de provedor dos defuntos e ausentes.

VF – Não há memória que desta vila florescesse ou dela saíssem homens insignes, por virtudes, letras ou armas.

19 – Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se é franca ou cativa?

A – Nesta vila houve feira, que se fazia no dia vinte e nove de Agosto, a qual há poucos anos se extinguiu.

VF – Não tem esta vila feira, em tempo algum do ano.

20 – Se tem correio, e em que dias da semana chega, e parte, e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra onde ele chega?

A – Não tem esta vila correio, e só serve pelo correio da cidade de Portalegre que dista desta sete léguas.



VF – Não tem correio, e se serve do estafeta da vila de Nisa, que dista desta duas léguas, para enviar as cartas ao correio da cidade de Portalegre, que dista desta vila sete léguas.

21 – Quanto dista da cidade capital do bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino?

A – Não tem este Priorado cidade capital, e só é a sua cabeça a vila do Crato, que dista desta quatro léguas, e da corte de Lisboa, capital ao reino, dista trinta léguas,

VF – Dista esta vila da cidade capital do bispado sete léguas e da corte de Lisboa, capital do reino, trinta.

22 – Se tem algum privilégio, antiguidades, ou outras cousas dignas de memória?

A – Não consta que esta vila tenha especiais privilégios e antiguidades, mais do que forem as águas dela e seu termo, livres de conhecença* ou tributos alguns, privilégio que não têm as mais do Priorado e, juntamente, tem esta vila o privilégio, por provisão régia, de ir a sua justiça com varas* alçadas e o seu pároco com estola*, todos os anos em procissão, a Nossa Senhora da Redonda, ao termo da vila de Alpalhão, passando assim por todas as vilas que medeiam, sem que as justiças delas os possam impedir.

VF – Não há memória que tenha esta vila privilégios ou antiguidades algumas, que se descrevam.

23 – Se há na terra, ou perto dela, alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas têm alguma qualidade especial?

A – Não há nesta vila fonte ou lagoa alguma de águas especiais em qualidade e só as do rio Tejo têm muito especial virtude, para curar várias enfermidades aos enfermos, que a elas vão tomar banhos.

VF – Está tão-somente no termo desta vila, junto à ribeira de Figueiró, um olho de água que nasce de um penhasco, em o qual penhasco se cria uma erva chamada Cacta (?), singular e milagrosa, para os achaques que procedem do figado e não há outra de especial qualidade.

24 – Se for porto de mar, descreva-se o sítio que tem por arte, ou por natureza, as embarcações que o frequentam, e que pode admitir.

A – Não tem esta vila porto do mar, a que cheguem embarcações de alto bordo; porém, no rio Tejo, que corre distante desta vila um quarto de légua, há um grandioso porto, em que existem continuamente duas barcas, que são desta vila e pertencem à alcaidaria-mor* dela, nas quais, por privilégio antiquíssimo, têm os moradores da mesma a passagem livre, e pelo espaçoso e sossegado pego* em que navegam, é o melhor porto e mais seguro que há no dito rio, da vila de Abrantes para cima, sem que haja memória, que nas ditas barcas houvesse infortúnio algum, o que muito especialmente atribuem os moradores desta vila, a milagre que faz a Rainha Santa Isabel, por ter no dito porto passado o seu santo corpo, quando da vila de Estremoz foi sepultar à cidade de Coimbra. E, pelo dito rio, costumam navegar, desde a cidade de Lisboa até às entradas do reino de Castela, algumas pequenas embarcações, como batéis e bateiras, trazendo e levando alguns gêneros de fazendas, o que, no presente tempo, se vê praticado.

VF – Não tem esta vila porto de mar.



25– Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente.

A – Não é esta vila murada nem praça de armas, sendo que em tempo de guerra foi entrincheirada. Porém, há nela um majestoso castelo, que consta de quatro torres e com seus altos e grossos muros, que se comunicam de umas para outras, cercado de roda com sua barbacã* entulhada, dentro do qual está situada a ermida do glorioso São João Baptista, e na dita barbacã haveria árvores de fruto, e, em toda esta obra, só há de presente o defeito das quatro torres não terem já sobrados nem telhados, e a sala principal entre as duas primeiras torres está arruinada. Dentro do dito castelo, se acha um grande pátio, com uma cisterna por baixo do mesmo. Todo este castelo e palácio magnífico, hoje arruinado, foi mandado edificar pelo sereníssimo Senhor D. Álvaro, Grão Prior que foi deste Priorado do Crato, ilustre tronco da sempre augusta e régia casa de Bragança.

VF – Não é esta vila praça de armas, nem murada, e nela e seu termo não há fortificação ou castelo algum.

26 – Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparada?

A – Não padeceu esta vila ruína alguma no terramoto, do primeiro dia do mês de Novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco, sem embargo, ser muito sensível na dita vila.

VF – Não padeceu esta vila ruína alguma no terramoto do primeiro de Novembro de 1755.

27 – E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório.

A – Não há coisa mais alguma digna de memória, que se possa descrever no presente interrogatório.





Fig. 3 – A Igreja do Calvário, vista do Castelo

2º Tratado. O que se procura saber dessa serra, é o seguinte:

- 1 – Como se chama?
- 2 – Quantas léguas tem de comprimento, e quantas de largura; onde principia, e onde acaba?
- 3 – Os nomes dos principais braços dela?
- 4 – Que rios nascem dentro do seu sítio, e algumas propriedades mais notáveis deles; as partes para onde correm, e aonde fenecem?
- 5 – Que vilas, e lugares estão assim na terra, como ao longo dela?
- 6 – Se há no seu distrito algumas fontes de propriedades raras?
- 7 – Se há na terra minas de metais, ou canteiras de pedras, ou de outros materiais de estimação?
- 8 – De que plantas, ou ervas medicinais é a terra povoada, e se se cultiva em algumas partes, e de que gêneros de frutos é mais abundante?
- 9 – Se há na terra alguns mosteiros, igrejas de romagem, ou imagens milagrosas?
- 10 – A qualidade do seu temperamento?
- 11 – Se há nela criações de gados, ou de outros animais, ou caça?
- 12 – Se tem alguma lagoa, ou sojos notáveis?
- 13 – E tudo o mais que houver digno de memória.

A – E pelo que respeita ao segundo tratado, das serras, não há que dizer por não as haver nesta vila e seu termo.

VF – Pelo que respeita ao segundo interrogatório, que trata de serra, não há que dizer por não a haver nesta vila e seu termo.



Fig. 4- Rio Tejo, no sítio da passagem de barco

3.º Tratado. O que se procura saber do rio dessa terra, é o seguinte:

1 – Como se chama, assim o rio, como o sítio onde nasce?

A – O rio Tejo corre em distância de um quarto de légua desta vila, que divide o termo dela, com o da vila dos Envendos. A sua corrente vai regando as margens deste termo em distância de uma légua, consta ter este rio seu princípio e nascimento nas manchas de Aragão, reino de Castela.

VF – Em distância de meia légua desta vila, corre o celebrado rio Tejo, nas faldas e termo da mesma, em espaço de meia légua; e há notícias que tem seu nascimento em as manchas de Aragão.

2 – Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o ano?

A – Este rio, segundo as correntes de suas águas, parece, nasce logo caudaloso porque todo o ano corre com abundância de água.

VF – Corre este rio nas partes deste reino, caudaloso todo o ano.

3 – Que outros rios entram nele, e em que sítio?

A – Entram neste rio e no termo desta vila duas caudalosas ribeiras, uma a que se dá o nome de Figueiró, outra a de Alferreira Grande e também a ribeira da Maia, de que já se tratou, e tem princípio no termo desta vila.

VIF – Entra neste rio em o termo desta vila, a ribeira de Figueiró, que no tempo vernal* é caudaloso.

4 – Se é navegável, e de que embarcações é capaz?

A – Não há mais que dizer do que está declarado no ponto vinte e quatro, do primeiro tratado.



VF – O rio Tejo é navegável de embarcações pequenas, mas não das de alto bordo, ainda que, em alguns tempos, da cidade de Lisboa até o porto de Vila Velha de Ródão, navegam por ele alguns barcos.

5 – Se é de curso arrebatado, ou quieto, em toda a sua distância, ou em alguma parte dela?

A – Não é este rio, pelo que respeita à corrente que tem no termo desta vila, de curso muito arrebatado, como o é em outras partes de suas correntes.

VF – Não corre este rio, pelo que respeita ao termo desta vila, com curso muito arrebatado.

6 – Se corre de norte a sul, se de sul a norte, se de poente a nascente, se de nascente a poente?

A – Corre este rio do nascente para o poente sempre ao lado desta vila, no que respeita ao seu termo.

VF – Corre este rio do nascente para o poente.

7 – Se cria peixes, e de que espécie são os que traz em maior abundância?

A – Cria-se em este rio muitas qualidades de peixes, e em maior abundância muges, barbos, alguns de extraordinária grandeza, sáveis, alguns salmões e muitas bogas.

VF – Cria este rio muitos peixes, e em maior abundância barbos, bogas, sáveis, muges e salmões.

8 – Se há nele pescarias, e em que tempo do ano?

A – Neste rio, em quanto ao peixe, barbos, bogas e alguns salmões, por todo o ano se fazem pescarias; sáveis de Janeiro até o São João, muges do primeiro de Setembro até o fim de Outubro, em maior abundância.

VF – Em todo o ano se pescam neste rio barbos, bogas e sáveis de Janeiro até o fim de Maio, e muges de Setembro até o fim de Novembro.

9 – Se as pescarias são livres, ou de algum senhor particular, em todo o rio, ou em alguma parte dele?

A – Neste rio, pelo respeito ao termo desta vila, são livres as pescarias de todo o peixe, em termos que não pagam dízimos, mais do que dos sáveis, nem outros quaisquer direitos a pessoa alguma; e, tão-somente, com um caneiro* que é da religião de Malta, e está logo abaixo do porto das Barcas, desta vila, não pode pessoa alguma pescar muges depois de tapado; e outras emprazadas* a conde de Vale dos Reis, o que também se pratica, em algumas pesqueiras de sáveis, que são de particulares, porém sem pensão alguma de direitos, ficando a pescaria de todo o género de peixe e em qualquer sítio comum a todos.

VF – No termo desta vila, são as pescarias livres, menos as pesqueiras de sáveis, que só pescam os senhorios delas.



10 – Se se cultivam as suas margens, e se tem muitos arvoredos de fruto, ou silvestres?

A – As margens deste rio, enquanto corre pelo termo desta vila, em algumas partes se não cultivam, por serem de brenhas e penhascos com muitas árvores silvestres; e em as mais se cultivam com lavouras, em que se semeiam feijões, milho grosso, melões, melancias, algum trigo, centeio e nestas mesmas partes há muitos e frutíferos olivais.

VF – Enquanto ao rio Tejo, corre na distância de meia légua, no termo desta vila, se cultivam e semeiam de feijões algumas de suas margens, e as mais são de penhascos, e árvores silvestres.

11 – Se tem alguma virtude particular as suas águas?

A – As águas deste rio Tejo têm especial virtude para alívio de muitas queixas, nos banhos que nelas se tomam no tempo da canícula, em que a experiência tem mostrado milagrosos efeitos.

VF – Tem particular virtude as águas deste rio, para o alívio de suas queixas, muitos enfermos, tomando banhos especialmente nos meses de Agosto e Setembro.

12 – Se conserva sempre o mesmo nome, ou o começa a ter diferente em algumas partes, e como se chamam estas, ou se há memória de que em outro tempo tivesse outro nome?

A – Sempre este rio conserva, e conservou em todos os tempos, o nome de Tejo.

VF – Sempre este rio conservou o nome de nobilíssimo Tejo, sem memória de outro nome em tempo algum.

13 – Se morre no mar, ou em outro rio, e como se chama este, e o sítio em que entra nele?

A – Este rio morre no mar, na barra da corte de Lisboa.

VF – Este rio morre na barra do mar, da corte e cidade de Lisboa.

14 – Se tem alguma cachoeira*, represa*, levada*, ou açudes*, que lhe embarquem o ser navegável?

A – Não tem este rio, no termo, desta vila, cachoeira alguma, represa ou levada e só tem dois açudes de duas azenhas, que não impedem de ser navegável.

VF – Não tem este rio, no termo desta vila, cachoeira, represa, levada ou açudes, que embarquem a navegação.

15 – Se tem pontes de cantaria, ou de pau, quantas, e em que sítio?

A – Não tem este rio, neste termo, ponte de cantaria ou de pau.

VF – Não tem este rio, em o termo desta vila, ponte de cantaria ou de pau.



16 – Se tem moinhos, lagares de azeite, pisões*, noras, ou outro algum engenho?

A – Tem somente este rio, no termo desta vila, duas azenhas e a ribeira de Alfereira, digo, de Alferreireira Grande, de que se trata no ponto terceiro, tem muitos engenhos de pisões, moinhos e azenhas, e a ribeira da Maia, de que se trata no mesmo ponto, corre junto desta vila, tem uma azenha e sete lagares de fazer azeite e há poucos anos teve nove.

VF – Não tem este rio, no termo desta vila, moinhos, lagares de azeite, pisões, noras, ou outro algum engenho, e só na ribeira de Figueiró, que entra nele, há dois moinhos.

17 – Se em algum tempo, ou no presente, se tirou ouro das suas areias ?

A – A este rio costumam vir certos homens, a que chamam gandaeiros* a tirar das areias de suas margens algum, pouco, ouro ou prata.

VF – Em alguns tempos do ano vem certos homens, chamados gandaeiros, tirar algum ouro, e prata das areias deste rio.

18 – Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos, ou com alguma pensão?

A – Os moradores desta vila usam livremente e sem pensão alguma das águas deste rio, como das mais no termo desta vila, como se declara no ponto dezasseis deste tratado e no vinte e dois do primeiro tratado.

VF – Podem os moradores desta vila e seu termo usar das águas deste rio livremente, para a cultura dos campos, sem pensão alguma.

19 – Quantas léguas tem o rio, e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba?

A – Desde o nascimento deste rio, até chegar ao termo desta vila, se não sabe o número das léguas nem das povoações porque passa, por serem muitas e faltar o conhecimento delas. Porém, desta vila até à barra de Lisboa, em que morre e finda, tem a distância de trinta léguas, fazendo seu curso por muitas povoações, que se não reduzem a número por menos conhecimento delas, digo, de algumas delas.

VF – Passa este rio, desde o seu nascimento até entrar na barra do mar em a corte e cidade de Lisboa, por muitas terras, as quais e suas léguas não se reduzem a número, por menos conhecimento delas.

20 – E qualquer outra coisa notável, que não vá neste interrogatório.

A – Nas margens deste rio, ribeiras e termo desta vila, há inumeráveis ervas medicinais como são: erva mor moira, avenca, eupateia (?), trevo, almeirão, silidônia e muito pau de samagueira e muito pau de aroeira. E não há coisa mais alguma notável que se possa dizer.

VF – É o que se pode dizer e apontar desta Vila Flor, e para constar fiz a presente relação que assinei, em os dois dias de Maio de 1758.

A – O Vigário João Ferreira da Rocha.

VF – O Vigário encomendado André Marques de Carvalho.





Fig. 5 – Imagem de Santiago Maior
- Padroeiro de Amieira

III - Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

- 1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Memórias Paroquiais de Amieira, Vol. 3, M.º 71, pp. 541-557.
Memórias Paroquiais de Vila Flor, Vol. 40, M.º 212, pp. 1273-1281.

Bibliografia

- Amieira, do Antigo Priorado do Crato* – Francisco Vieira Rasquilho e Tude Martins de Sousa – Tip. Popular, Figueira da Foz, 1936.
- O Actual Concelho de Marvão e suas Freguesias nas Memórias Paroquiais* – J. Liberata Machado e Sérgio Gorjão, Separata de *Ibn Maruán*, n.º3, 1993.
- Chorografia Moderna do Reino de Portugal* – João Maria Baptista, Tip da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1874.
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa* – António Morais da Silva, 10.ª edição, Editorial Confluência.
- Dicionário da Língua Portuguesa* – Cândido de Figueiredo, 23.ª edição, Bertrand Editora.





Fig. 6– Rua da Barca, partindo da Praça Nun' Alvares Pereira

IV - Glossário (*)

(ordenado alfabeticamente)

Açude – construção de pedra ou madeira para represar águas de rio, destinadas a rega ou moagem.

Alcaldaria-mor – o principal dos alcaides.

Almoxarife – administrador de propriedades da Casa Real.

Almudes – medida de capacidade, para líquidos, equivalente a 20 litros.

Alqueire – medida de capacidade, para líquidos (10 L), para secos (15 L).

Apresentação – provimento em algum cargo de fazenda, administração ou justiça.

Aroeira – o mesmo que lentisco.

Arrátel – peso antigo equivalente a 459 gramas.

Barbacã – muro que se constituía por fora das muralhas, e mais baixo que elas.

Behetrias – lugares isentos da sujeição régia, e podendo escolher quem melhor julgassem os podia governar e *fazer-lhes bem*, como denota a palavra que é derivada do castelhano *bien te haria*.

Beneficiado – aquele que tem benefício eclesiástico.

Cachoeira – corrente de água que se despenha, formando cachões.

Caneiro – pequeno canal.



Conhecença – prestação que antigamente se pagava aos párocos, por certos rendimentos, em relação aos quais não havia regra para se pagarem dízimos.

Capela – instituição formada com os bens de um ou mais fiéis cujo rendimento certo revertia a favor do administrador, aplicando-se o restante ao cumprimento dos encargos pios.

Capitão-mor – autoridade militar que até ao princípio do século actual comandava, numa cidade ou vila, a milícia chamada ordenanças. Tinha como seu adjunto o sargento-mor, que o auxiliava no recrutamento, formação, administração etc. das companhias. Ver sargento-mor.

Círculo – limite exterior.

Cominadas – estabelecidas.

Coutos – lugares de asilo e segurança para certos e determinados crimes privilegiados para esse fim pelos soberanos ou senhores das terras.

Donatário – a pessoa a quem se fez uma doação.

Emprazadas – marcadas a prazo.

Erva-moira – planta, também conhecida por erva-do-bicho (medicinal).

Estola – tira de seda, que se alarga nas extremidades e que os sacerdotes põem aos ombros, entre a alva e a casula, ou por cima da sobrepeliz.

Fábrica - entidade jurídica a que pertencem todos os bens temporais destinados à conservação da igreja e seu recheio, e ao exercício nela dos actos de culto.

Gandaieiros – aquele que anda à gandaia (acto de revolver o lixo com o fim de tirar alguns objectos de valor que estejam à mistura com eles).

Honras – lugares privilegiados, quase sempre solares de famílias nobres e principais.

Juízes – eram dois e exerciam a fiscalização dos costumes e a polícia da terra. Julgavam sem apelação nem agravo um certo número de crimes e causas cíveis.

Legado pio – a parte da herança que o testador destina à satisfação dos encargos da sua alma, como a celebração de outros actos de caridade e devoção.

Levada – corrente de água, de ordinário procedente de um rio, e que vai regando campos, ou dando movimento a moinhos, fábricas, etc.

Meirinho – antigo empregado judicial, correspondente ao moderno oficial de diligências.

Mesa da Consciência – tribunal criado por D. João III em 1532 para o auxiliar na resolução de vários casos jurídicos e administrativos, que não competiam aos tribunais de justiça e fazenda, que então havia; casos que, no dizer do soberano, “tocavam à obrigação da sua consciência”.



Moio - antiga medida de capacidade. 60 alqueires.

Morgado - conjunto de bens vinculados, perpetuamente imobilizados em determinada família, para ela manter para sempre o seu estado e condição. Vínculo que, tendo certo encargo, todo o mais rendimento é do administrador.

Nativa (fonte) - diz-se da água que nasce numa propriedade, ou que não provém de corrente estranha ou de nascente distante.

Orago - santo a que é dedicado um templo ou capela.

Paróquia - território sobre o qual se estende a jurisdição de um padre.

Pego - o ponto mais fundo de um rio, lago, etc.

Pisões - máquinas em que, nas tecelagens, se aperta e bate o pano, para o tornar mais consistente e tapado.

Porteiro - apregoava os bens nos leilões e almoelas judiciais.

Procurador - fazia, às vezes, de tesoureiro nas terras onde o não havia e tratava de sustentar perante as justiças de el-rei, as causas em que o concelho era interessado.

Represa - água represada, para usos industriais ou agrícolas.

Sargento-mor - dependia do capitão-mor. Nota: cada unidade teria um capitão de companhia, um alferes e um sargento. Acima, coordenando um território, que tende a aproximar-se de um concelho, estava um capitão-mor, auxiliado por um sargento-mor.

Sezões - febres intermitentes ou periódicas.

Scilicet - a saber.

Termo - limite (no espaço).

Vara - antiga insígnia de juízes e vereadores, a qual consistia num pau roliço e alto, sendo a dos juízes branca com as armas da nação pintadas no alto e a dos vereadores vermelha e com as armas do município.

Vereadores - administravam os bens do concelho, faziam posturas, tratavam das obras públicas, estabeleciam padeiros, carniceros, etc., e julgavam com os juízes determinado número de causas. Eram três.

Vernal - relativo à primavera.

Vigairaria - povoação pastoreada por um vigário (vigairo).

Vigário da vara - sacerdote escolhido entre os párocos que o bispo coloca à frente dos distritos.

Vínculo - conjunto de certos bens inalienáveis. que se transmitiam indivisivelmente.



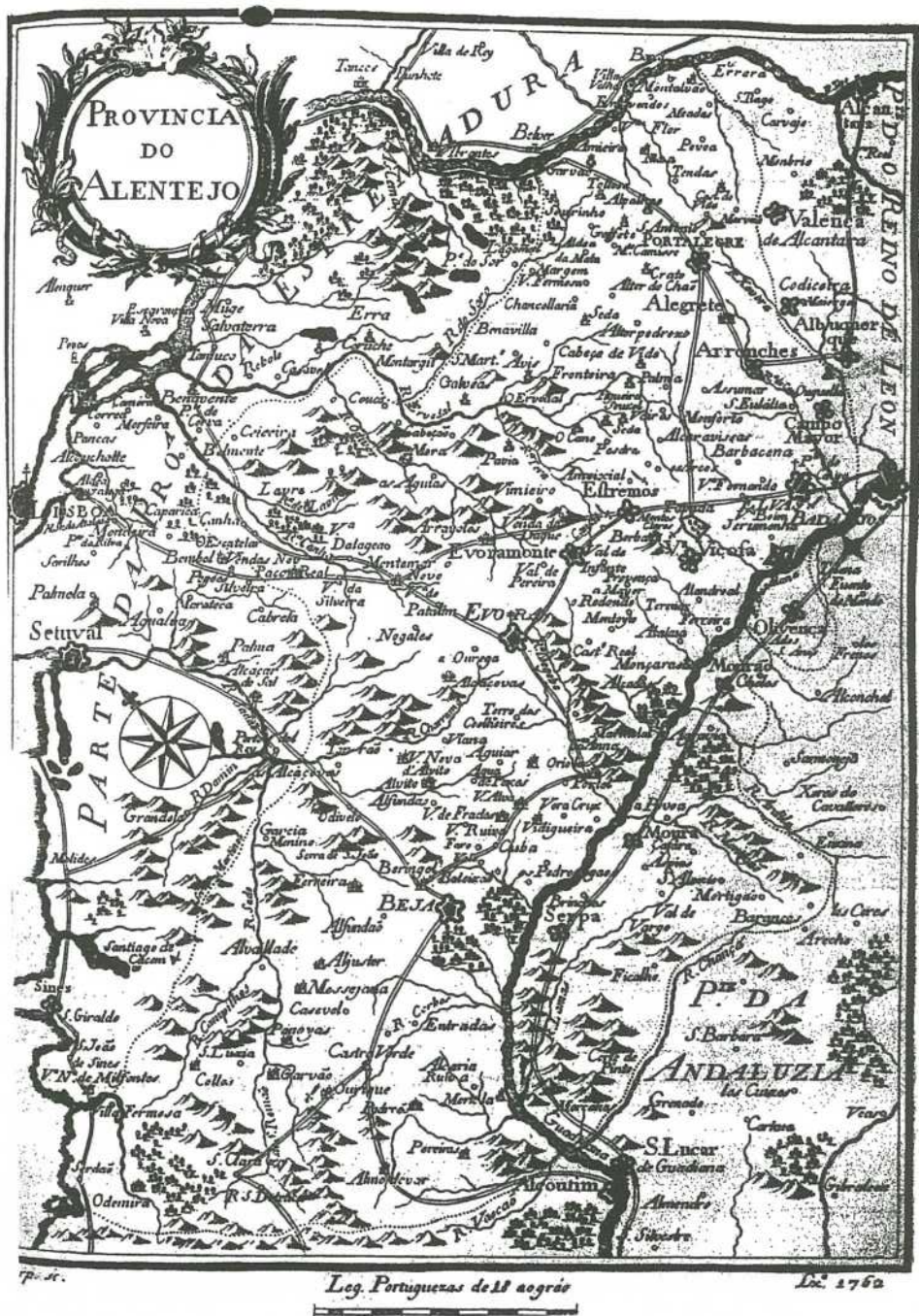


Fig. 7

Memórias paroquiais de Amieira e Vila Flor 1758-1759



Fig. 8 – Igreja do Calvário
– Amieira do Tejo



Fig. 9 – Rua Principal - Vila Flor





Fig. 10 – Vista de Amieira do Tejo com o Castelo em primeiro plano



Fig. 11 – Vista a partir de uma das salas do Castelo

Memórias paroquiais de Amieira e Vila Flor 1758-1759





Fig. 12 – Praça Nun' Álvares Pereira – Amieira do Tejo

Letras de Barro

A loucura é a lucidez total, no seu estado bruto.

"Não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã já terá as suas preocupações, já cuidará de si próprio. Basta a cada dia o seu trabalho, o seu mal e o seu bem".
Mateus 6, 34.

"A vida é como a dança de uma boneca".
Provérbio dos Batak (tribo oriental).

"Escrever um poema é um desejo demasiado inocente".
João Miguel Fernandes Jorge.

"Eu já fui rapaz e fui donzela, e ave, e um peixe mudo do mar".
Empédocles.

"Só os mortos conhecem o futuro".
António M. B. Sobral.

"Heart is a lonely hunter".
(Título de um filme a que assisti).

"Parar no passado é como guardar um cemitério".
Corto Maltese (Hugo Pratt).

POESIA

Ao Sobral

Agora sei que é a loucura
aquilo que levo
ternamente

pela mão

como uma criança
que me tivesse pedido
para ver a luz do mar

como um grande silêncio
rente às pedras brancas
do cemitério

sim cautelosamente é a ti
que carrego

nos meus braços

para seres o mais possível nascente de sol.



ALENTEJO

Espaço uno
múltiplo de dores suadas
uma combustão lenta
clara e violenta
chama-se assim a paisagem
o meu rosto já não tem
sulcos para lágrimas
nem quer
não há céu suficiente para ti
mas às vezes alentejo
de noite às vezes
choro.

INÊS

Ouçó
são as rugas das palavras
a bater nos teus olhos em chuva
partiste
e agora é tudo
como no poço da morte
com velocidade
com uma imensa velocidade suicida.

TERRA

Só te posso chamar
corpo
– sinal.

PRIMEIRA PROVA DE TI

As pedras caminhavam
entre paredes de vidro
havia a loucura
e era como se de repente
os corpos enlouquecessem
junto às faces terríveis
dos dedos
um mar assim
deitado – como tu não
voltei a ver.

TIMOR LESTE

Quero escrever uma dor
tão grande que não possa
caber neste poema
uma agonia tão funda
que não possa ser sufocada
dentro das entranhas
uma ferida tão intensa que
não haja grito que a cale
sim quero escrever neste poema
uma dor tão grande que não
haja sítio onde a guardar.

NOSTALGIA

Um passo nu
Por sons estreitos
E paredes agudas
No desfiladeiro
Em imutável
Movimento nas pedras
Autêntica cor de sofrimento
Onde se vira as
Costas ao tempo.
Um refúgio
Uma segurança



No chão quente
Da tarde de Agosto
Uma pegada na
Poeira do mar uma
Poesia de pessoa
Um pôr de sol
Cor de diamante
Rutilante uma nesga
De veludo
No silêncio da
Semi-obscuridade.

Nito 1982

INFÂNCIA

A não esquecer:
Uns amigos já perdidos uma bomba
os jogos no adro da igreja
O pião a escola primária

A não esquecer:
Certo rosto já desaparecido
uma mão segura e firme
Uma voz timbrada na dolorosa
experiência das coisas ensinando-me

A não esquecer:
os pequenos-almoços suculentos
As aventuras nos canchos
quando fazíamos de cowboys

A não esquecer:
A mestra jogos proibidos
a curiosidade nos olhos
E nos dedos o tacto

A não esquecer:
uma tarde negra um rugir
O medo o rir e o chorar

A não esquecer:
A busca inquietante
das coisas novas em
constante surgimento

A não esquecer:
Ver o sol nascer às 7.00h.
E ir brincar lá fora, no frio

A não esquecer:

Uma certa amiga paixão primeira
já enraizada na vida
e no alheamento

A não esquecer:
a bola de futebol (a aritmética)
o recreio
Os castigos ao canto da parede

A não esquecer nunca:
O transbordante mistério
de ser criança
a imensa vontade de aprender

POEMA PARA EUGÉNIO DE ANDRADE

Há as palavras.
Há um país que
mostraste ser possível
escrever

com todas as
cores
da palavra POESIA.

Não é possível dizer-se aquilo que escreveste.

De tudo o que amaste
e sofreste até ao
fim
fica a humana certeza
de que tudo é nada e nada é tudo.

Há sempre uma tristeza,
aquela tristeza,
mas por vezes
também há uma
alegria, feita de olhos e mãos.

O silêncio dentro das coisas inomináveis:
o corpo da terra feito
escrita.

Ler-te: e nada mais.



THE OLD FIELDS

As palavras caem pesadas sobre a boca.

Quero dizer: os pomares começam a virar-se para dentro. É assim que as

pedras carregam a sua inútil sabedoria até ao

lugar.

De resto, o lugar é inabitável. É um lugar de morte.

De silêncio.

Por vezes, alguém falava dentro da escuridão: os pássaros equilibravam-se momentaneamente em cima das pedras.

Sim, o silêncio ouvia-se.

AS MARIONETAS

Sempre que as águas se emaranhavam por entre os

escombros do teu cabelo,

o sul era a pátria.

As

noites estavam cravejadas de mãos:

era assim

que as estradas nunca tinham fim.

No limit
No form
No state
No time.

Virginia

FALO DE MIM

Ao Carlos Ramos

Não falo das mulheres da tremenda fragilidade do sexo

Tão – pouco falo de Mulher

falo da habitação,
de um azulejo espetado na necessária

imparcialidade solar

fabricando

deliberadamente a paisagem:

Falo de grandes magnólias enterradas no coração solitário

do silêncio

sim, é a Poesia:

De quem falo como de um gigantesco fruto

virgem.

APOCALIPSE

Ao Didier

Anuncio a chegada da primavera:

o deserto

cobrir-se-á de flores

e tudo será

simples e silencioso:

contar-se-á a

história de um homem

que sempre quis voar.

SILENCE BETWEEN THE NOTES

Transform this warm, soothing movement into frozen stilness.

Cool damp dense earth

cover these eyes

suffocate these pores

Motion ceases.

White, liquid air ascending



CREPÚSCULO, COM MOVIMENTO

À Sara, com Amor

Será à tarde.
Uma tarde tranquila e serena.

Que em tudo isso
haja também
uma espécie de
luminosidade tensa.

Se tiver que haver
flores,
que sejam rosas então.
Vermelhas.

Que predomine uma
certa doce melancolia.

E tudo isso com uma certa alegria.

Não deverá haver
muita tristeza – nem ansiedade.
Nem gestos bruscos ou dramáticos.

Terá de ser simples e silencioso.

Haverá talvez um
breve sorriso,
fraterno,

feito
do mudo entendimento
da beleza das coisas.

É fundamental haver
um cigarro aceso,
talvez um charro, porque não?
e uma garrafa aberta
para ser bebida com prazer,
lentamente.

Repito: será uma tarde
tensa e luminosa,
e em tudo isso haverá beleza.

Haverá um certo constrangimento
à boca do estômago – também
uma espécie de nó a apertar
o coração.

Também isso será natural,
devido à solenidade do momento.

As bocas serão inúteis,
pois nada haverá para
falar.

Os olhos, esses sim, deverão
atingir uma rotação interior

nunca inferior
à velocidade da luz:
eles dirão tudo o
que não pode ser dito.

Que haja uma hipótese
remota de lágrima, a-
penas uma
– será o suficiente.

As mãos deverão subitamente
ficar muito cansadas dos
gestos quotidianos,
perdidas numa grande ausência.

Deixá-las: as mãos sabem mais que nós.

Será à tarde
entre o fim e o princípio:
Antes do fim do dia
antes do princípio da noite.

MERIDIONAL

Ouçó:
não é a solidão
nem a loucura.

Agora não é
a hora de
colher

esses frutos
que dolorosamente
germinam
do pensamento dos homens.

Quero agora falar
da respiração
de um corpo

encostado à
respiração de outro corpo
até
quando pode o amor,
e quanto pode:
a vida refaz-se aí,
e não corremos tanto contra o tempo.



SUPERSTIÇÃO

A poesia é as palavras do
silêncio
V.G.
As maçãs estavam
maduras
junto às
calhas
do silêncio.
Assim como os
aloendros
no pátio branco.
Por vezes, um
grito de
rapina
fendia as
searas.
Eu aqui:
quieto
abandonado
mudo
perdido
só – para sempre.
Tudo o mais não vale nada.

Os camaleões, breves,
empinavam-se
sobre as cabeças.

O momento era o último,
e a luz brotava
em jorros

de dentro
das pedras.

O sol jazia,
assassinado.

Era a hora: diziam:
É
esta

a nossa
hora.

E riam.

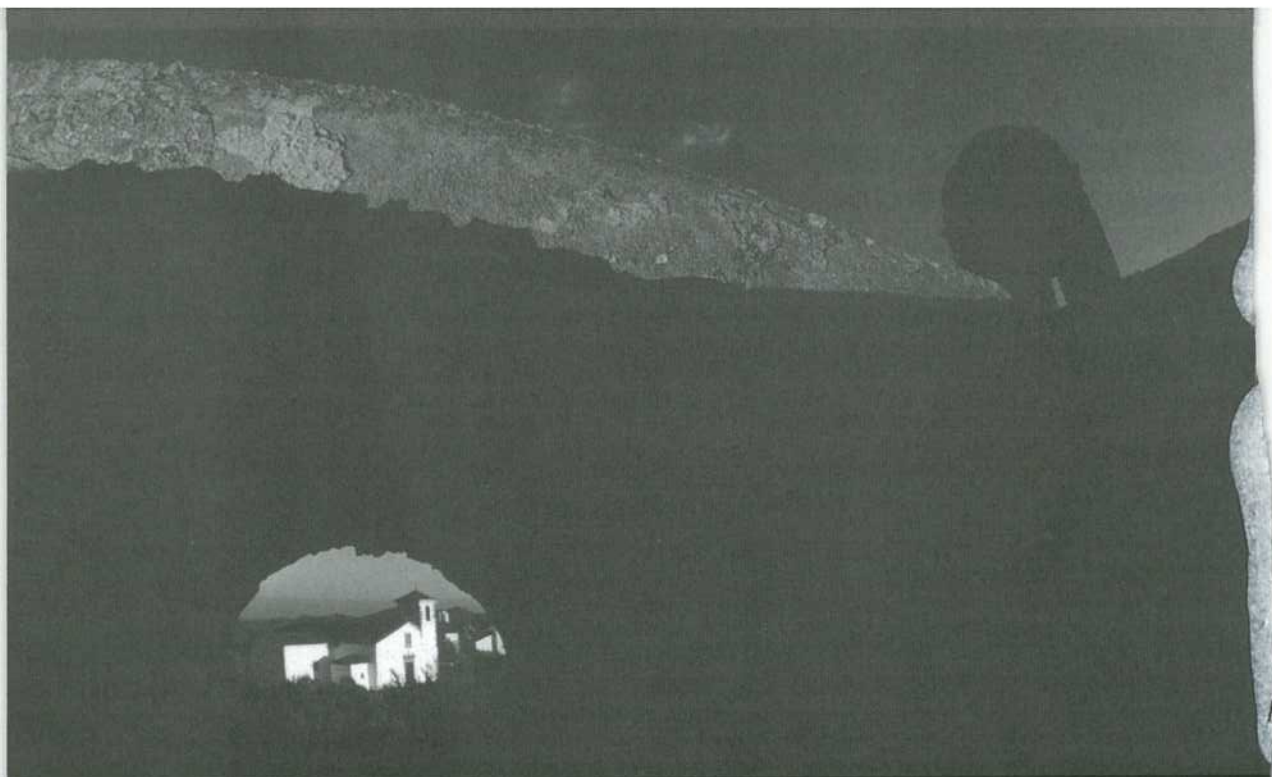
Sei que não vou ficar por aqui
hei-de passar
nem que seja deitado
e de olhos fechados ouvindo padre-nossos.

Lisboa, Outubro de 1986

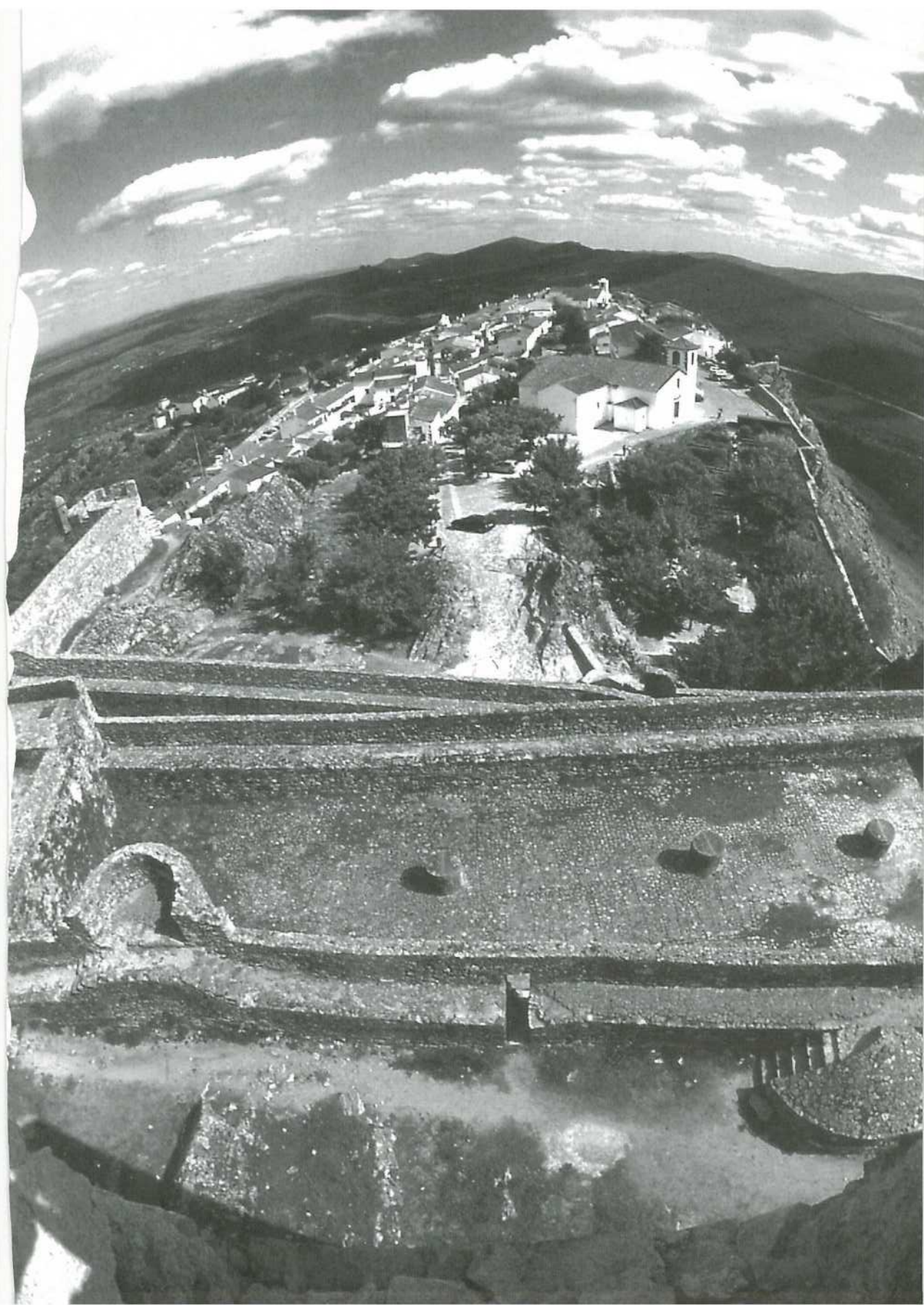
Raul Ladeira
J. J. Bica
Ibn Maruán, n.º 9/10, 1999-2000, 447-463

A Ver Marvão

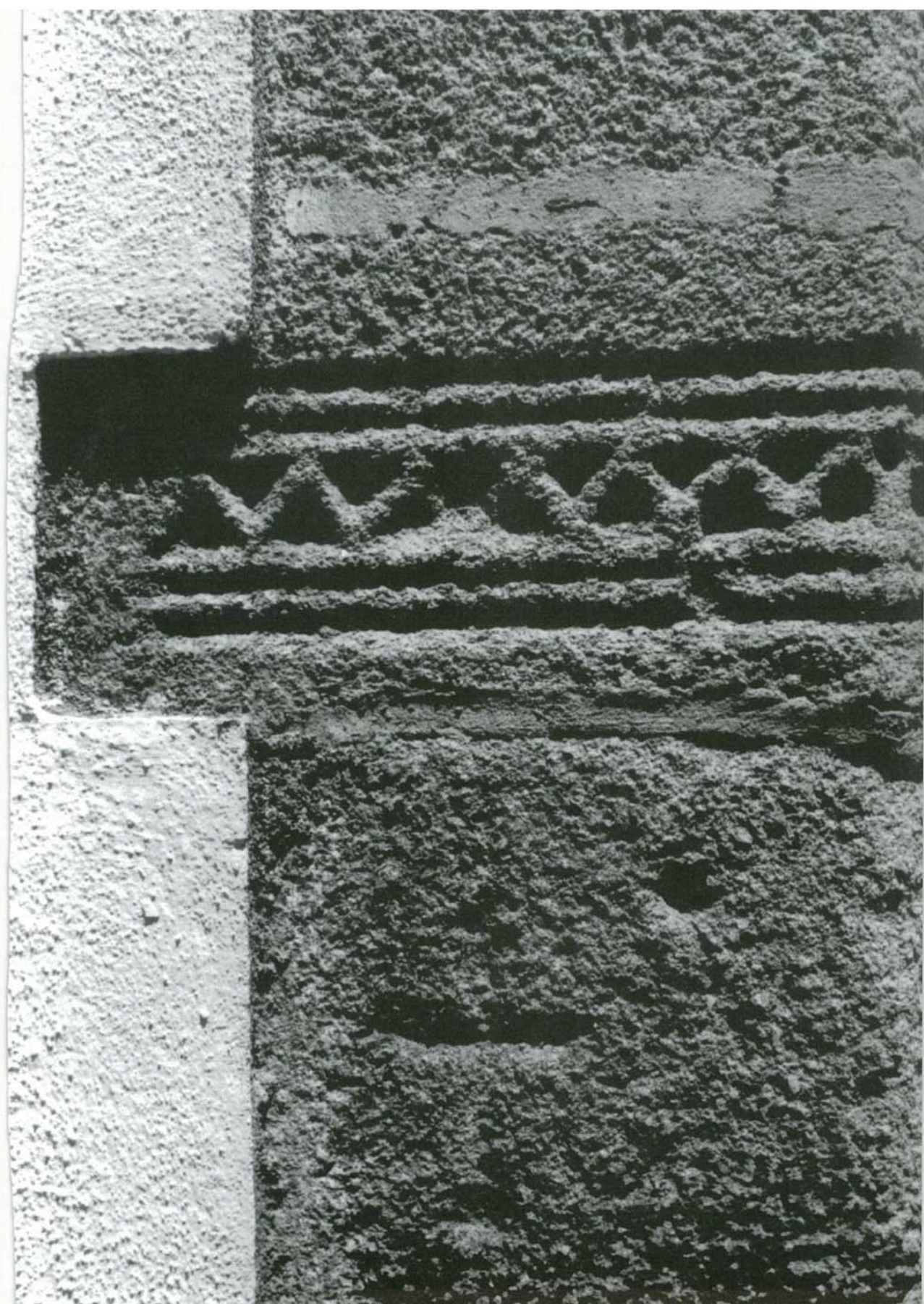


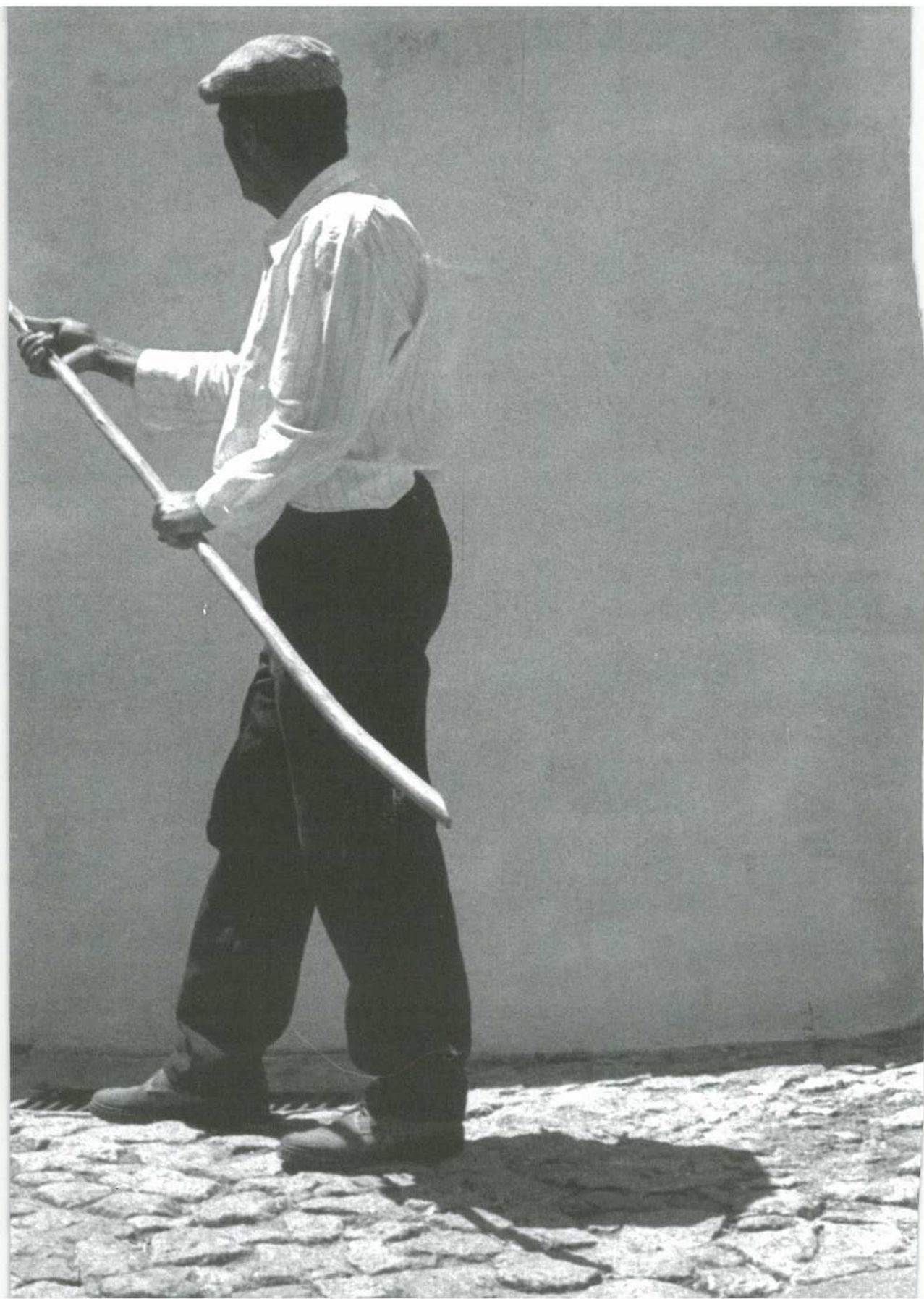


raulladeira
a verma arvão

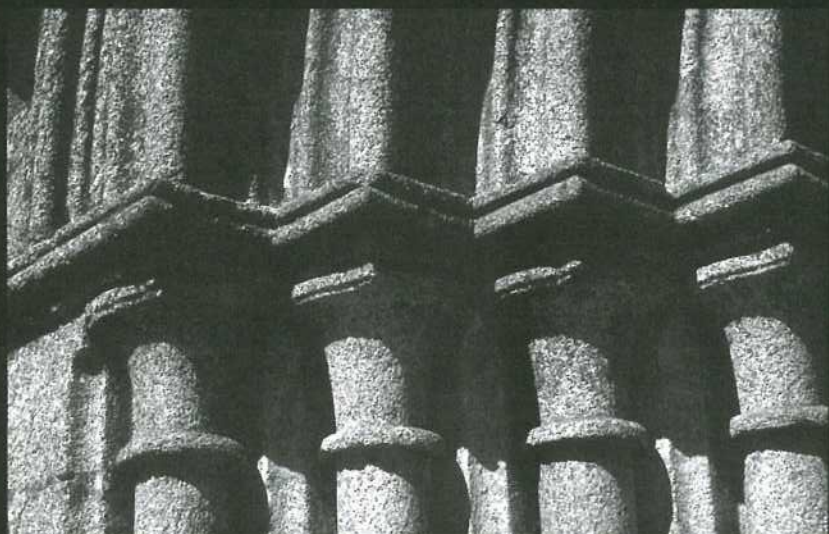




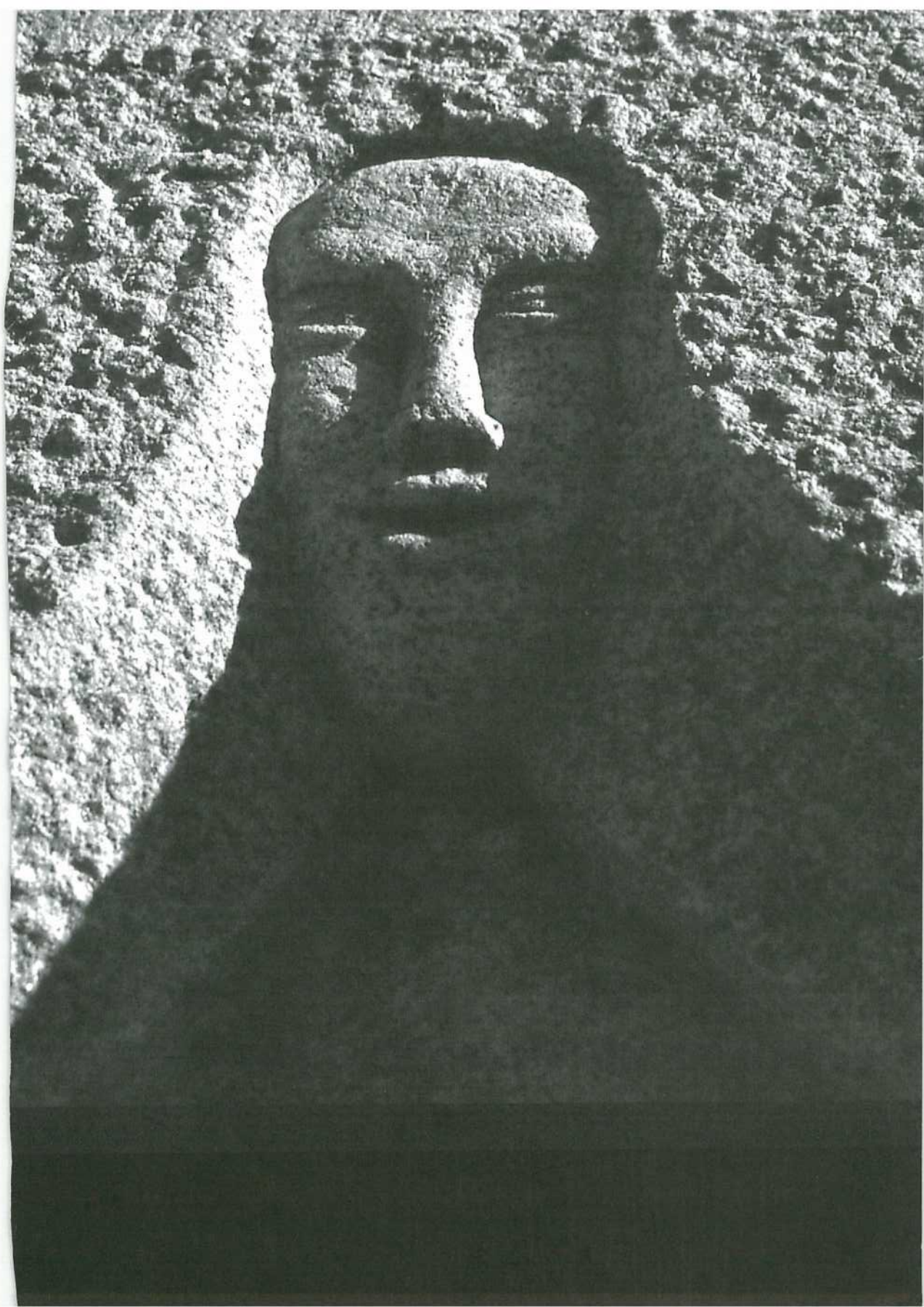


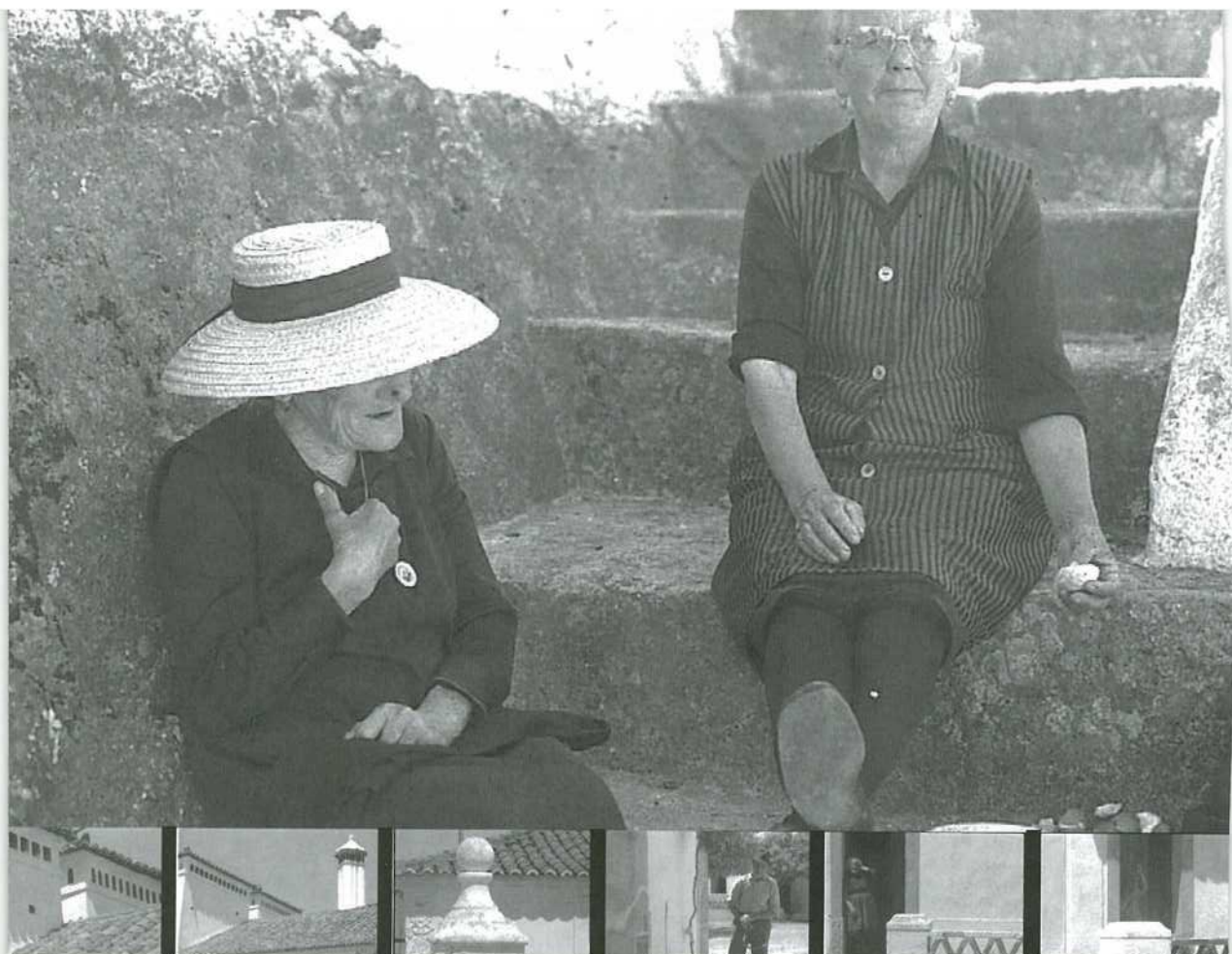






Durante algum tempo, tal como os sonhos, Marvão foi para mim, "a preto e branco". Hoje, ainda acho curiosa esta semelhança entre o sonho - na sua dimensão imagética - e o resultado visível numa folha de papel fotográfico, a preto e branco (depois de revelada). Se a realidade é a cores, a imagem registada apenas na dramática gama dos cinzentos não pode representar senão um Mundo irreal. R. Barthes, em "A Câmara clara" deu-me uma ajuda ao baptizar o sujeito fotografado de *Spectrum* da Fotografia, porque essa palavra reúne em si uma relação com o "espetáculo" e ao mesmo tempo uma noção assustadora: *o regresso do morto*. A fotografia regista a morte do momento, o que ela reproduz só aconteceu uma vez, no entanto, poderemos fazer cópias até à exaustão do que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Quando faço uma prova em papel a partir de um negativo de vidro com mais de cem anos, consigo, com grande facilidade, uma imagem igualíssima à que o autor certamente manuseou. Foi com emoção (arqueológica diria) que algumas vezes se me revelaram imagens (reais?) medievais (na arquitectura) no banho tépido da câmara escura. Imagens-fantasma. Há mais de vinte anos que fotografo Marvão e, na sua imobilidade, a Vila nunca me deixou repetir uma fotografia, penso mesmo que não deixou ninguém fazê-lo. No entanto, reconheço que (felizmente) vi uma imagem em papel, registada em Marvão no séc. passado, e pensei que era actual.





João José Bica

Textos de Guiomar Teixeira

Momentos...

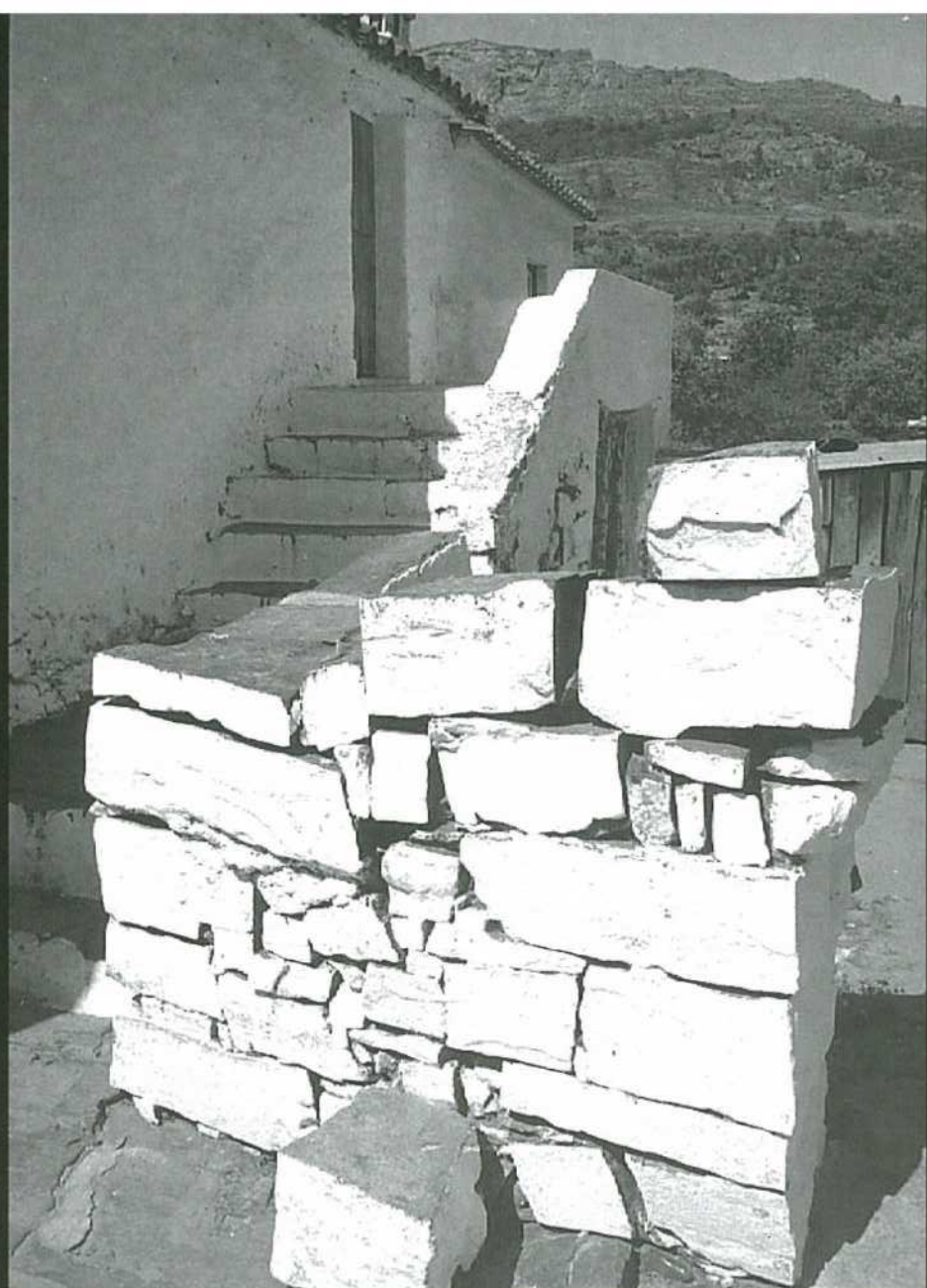
... de pausa da vida, de serenas expressões sulcadas pelo tempo



Momentos, horas, dias.
Sucedem-se
morosos, trabalhosos; uns felizes,
outros que apenas são.

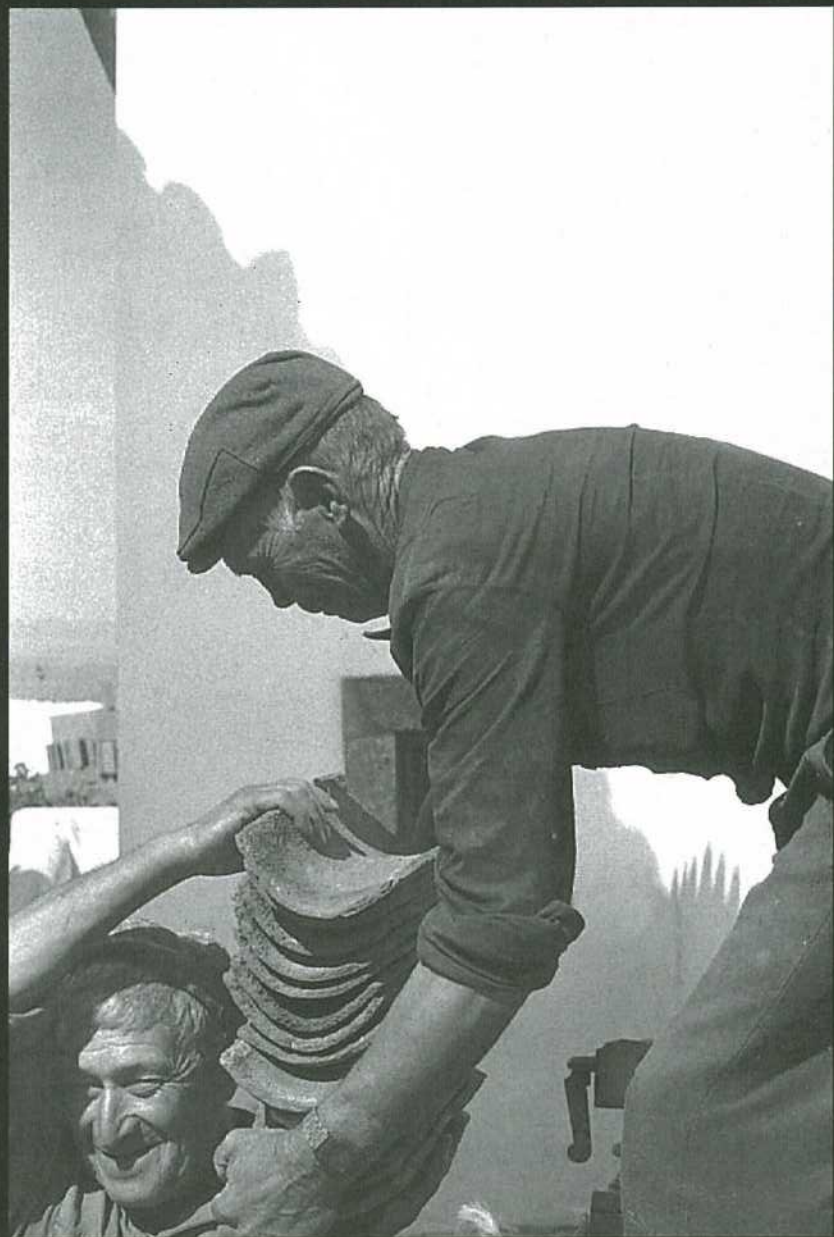


Momentos também eles de espera.
Do cair da noite e do nascer do sol.



Constroem-se sonhos de pedra e cal
que o tempo vai desmoronando, substituindo,
modificando...





... mantemos a esperança, na tentativa
da reconstrução do sonho.
Mesmo que com materiais diferentes, ainda que com novas personagens.



Carrega mulher!

No ventre, no coração, no colo, no leito.

Carrega os filhos, os netos, a alegria dos encontros, a emoção dos reencontros, o prazer do corpo e o peso do trabalho.

Carrega a dor do corpo a envelhecer e dos gritos sufocados pela luta contra a erosão. Carrega as falhas, os sucessos, as tristezas, as alegrias, os desgostos e os medos.

O medo da solidão,
O medo da velhice,
O medo da feiura,
O medo da gordura
O medo de ter medo,
Carrega, mulher!



Casario
de gente com vida.

..., de vidas com gente.



Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1699 Lisboa Codex
Tel./Fax 217 964 038

Marvão, esta relíquia da humanidade que a natureza criou em cumplicidade com a mão e o querer do homem, prevalece no tempo mas recria-se a cada instante no olhar extasiado do poeta, do fotógrafo e no fascínio de cada visitante.

Mas Marvão não é apenas um rendilhado de muralhas, casas, ruas e miragens de horizontes perdidos na imensidão de tonalidades verdes e azuis celestes, é também as suas gentes gratificadas pelos dons deste espaço encantado, espaço de encruzilhadas de muitas religiões e raças, rendidas a uma terra de promessa, de sustento e meditação – corpo e alma, juntos numa comunhão de vivências terrenas, mas também de convite à poesia e à transcendência.

Gentes de ontem e de hoje num sentimento comum de querer conhecer, interpretar e divulgar. Preocupação presente no espírito de todos aqueles que idealizaram, criaram, dirigiram, escreveram e apoiaram a **IBN MARUÁN** –, janela aberta ao mundo, cujos leitores são também elementos fundamentais nesta cadeia que se pretende viva na preservação da história e persistente no intercâmbio de culturas –, expressão máxima do relacionamento humano.

Fernando Mão de Ferro



Câmara Municipal de Marvão



Edições Colibri